II SEMINÁRIO DE ESTUDOS SOBRE O ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANAIS DO II SEERJ

PENSANDO O TERRITÓRIO FLUMINENSE

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ · UERJ · Universidade Federal Fluminense · CEFET/RJ · UNIRIO · Instituto Federal Fluminense · Instituto Federal Rio de Janeiro · UENF

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

PENSANDO O TERRITÓRIO FLUMINENSE

II Seminário de Estudos sobre o Estado do Rio de Janeiro (II SEERJ)

Anais dos resumos expandidos

Rio de Janeiro/BR

2026

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

Seminário de Estudos sobre o Estado do Rio de Janeiro (SEERJ) (2. : 2026 : Rio de Janeiro, RJ.)

Anais dos resumos expandidos [do] II Seminário de Estudos sobre o Estado do Rio de Janeiro (II SEERJ) [recurso eletrônico] : pensando o território fluminense / organização de André Luís Gardel Barbosa...[et al...]. – Rio de Janeiro, RJ : FRIPERJ, 2026.
735p
1 recurso online.
Vários organizadores do Programa Interinstitucional de Estímulo à Pesquisa sobre o Estado do Rio de Janeiro do Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro (FRIPERJ) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.
ISBN: 978-65-977234-0-9

1. Política Cultural. 2. Política Educacional. 3. Desenvolvimento Socioeconômico – Rio de Janeiro (RJ). 4. Segurança Pública. 5. Mobilidade Urbana. 6. Relações Étnico-Raciais. I. Barbosa, André Luís Gardel (Org.). II. Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro. II. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro III. Título.

Jane Silva Muniz – Bibliotecária CRB-7- 5002

Organização e Revisão

André Gardel
Diego Carvalho
Faber Paganoto Araujo
Ismênia de Lima Martins
Juliana da Camara Torres Benício
Maria Viviana de Freitas
Mauro Osorio
Rodrigo Rodriguez
Romeu e Silva Neto
Wania Amélia Belchior Mesquita

Catalogação

Jane Silva Muniz

Projeto Gráfico/ Diagramação

Anelize dos Santos Ribeiro

Revisão Técnica

Maria Viviana de Freitas / Anelize dos Santos Ribeiro / Henrique Rabelo

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

SINOPSE

Nestes anais dos resumos expandidos, os autores examinaram alguns aspectos das seguintes temáticas: “Políticas de Saúde”, “Políticas Educacionais”, “Estrutura Produtiva Fluminense”, “Configuração Territorial”, “Segurança Pública”, “Ambiente, Mudanças Climáticas e Transição Energética”, “Políticas Culturais”, “Infraestrutura e Logística”, “Mobilidade Urbana”, “Crise Institucional Fluminense”, “Relações Étnico-Raciais e de Gênero” e “Memória, História e os desafios do presente”.

Estes anais são organizados pelos pesquisadores do Programa Interinstitucional de Estímulo à Pesquisa sobre o Estado do Rio de Janeiro do Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro (FRIPERJ) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Torcemos para que essas produções contribuam com a construção do desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro.

Tenha uma boa leitura!

AGRADECIMENTOS

Os organizadores agradecem ao Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro (FRIPERJ) e as suas instituições terem propiciado a realização dos seminários e destes anais. Agradecem, ainda, o apoio da FAPERJ, do IPP e da FAPUR.

Um agradecimento especial à comissão organizadora e ao comitê científico do II Seminário de Estudos sobre o Estado do Rio de Janeiro (II SEERJ).

COMISSÃO ORGANIZADORA

André Gardel (UNIRIO)

Anelize dos Santos Ribeiro (UENF)

Arthur Santiago Junior (UFRRJ)

Diego Carvalho (CEFET)

Faber Paganoto (CPII)

Henrique Rabelo (IERJ)

Maria Helena Versiani (Museu da República/UFRRJ)

Maria Viviana de Freitas (UFRRJ)

Mauro Osorio (UFRJ)

Rodrigo Rodriguez (UERJ)

Romeu e Silva Neto (IFF)

Vinicius Ribeiro Alexandre Junior (UENF)

Wania Amélia Belchior Mesquita (UENF)

COMITÊ TÉCNICO-CIENTÍFICO

André Gardel (UNIRIO)

Claudia Maria Travassos (CEBES)

Daniel Hirata (UFF)

David Maciel de Mello Neto (UENF)

Diego Carvalho (CEFET)

Eduardo Duprat (SEPLAG)

Faber Paganoto (CPII)

Fabiana de Moura Maia Rodrigues (UFRRJ)

Floriano Oliveira (UERJ)

Gabriela Bittencourt Gonzalez Mosegui (UFF)

Ismênia de Lima Martins (UFF)

Israel Marcellino (UFRRJ)

João Trajano de Lima Sento-Sé (UERJ)

Juliana Benício (IFRJ)

Lia Calabre (Casa de Rui Barbosa)

Lígia Bahia (UFRJ)

Maria Helena Versiani (Museu da República/UFRRJ)

Maria Viviana de Freitas (UFRRJ)

Marieta de Moraes Ferreira (UFRJ)

Mario Dal Poz (UERJ)

Mauro Osorio (UFRJ)

Paulo Knauss (UFF)

Robson Santos Dias (IFF)

Rodrigo Rodriguez (UERJ)

Romeu e Silva Neto (IFF)

Shirlena Campos de Souza Amaral (UENF)

Surama Conde Sá Pinto (UFRRJ)

Viviana de Freitas Cabral (UFRRJ)

Waldeck Carneiro (UFF)

Wania Amélia Belchior Mesquita (UENF)

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

APRESENTAÇÃO

Com o tema “Pensando o território fluminense”, o II Seminário de Estudos sobre o Estado do Rio de Janeiro (II SEERJ) tem como objetivo reunir a comunidade técnico-científica das instituições de ensino e pesquisa localizadas no território fluminense, a fim de promover debates com a sociedade civil sobre os desafios impostos ao desenvolvimento socioeconômico, cultural, político e ambiental do estado do Rio de Janeiro.

O seminário foi realizado entre os dias 24 e 26 de novembro de 2025, no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ). Nesses dias, foram realizadas palestras em mesas compostas por especialistas convidados e, ainda, sessões temáticas organizadas com base em trabalhos selecionados pela Comissão Científica do evento.

O II SEERJ foi promovido pelo FRIPERJ – Fórum dos Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do seu Programa Interinstitucional de Estímulo à Pesquisa, com o intuito de ampliar diálogos e interações entre as universidades públicas e a sociedade fluminense.

O FRIPERJ conta a representação de Reitores e Professores de todas as instituições integrantes, com a missão de aprofundar o entendimento do nosso estado e ampliar a reflexão regional. São membros do FRIPERJ no ano dessa Edição: Roberto de Souza Rodrigues | UFRRJ – Presidente do FRIPERJ (2024-2026); Rafael Barreto Almada | IFRJ – Vice-Presidente do FRIPERJ (2024-2026); Victor Barbosa Saraiva | IFF – Tesoureiro do FRIPERJ (2024-2026); Mauricio Saldanha Motta | CEFET/RJ; Ana Paula Giraux Leitão | Colégio Pedro II; Rosana Rodrigues | UENF; Gulnar Azevedo e Silva | UERJ; José da Costa Filho | UNIRIO; Antonio Claudio Lucas da Nóbrega | UFF e Roberto de Andrade Medronho | UFRJ.

O II SEERJ foi financiado com recursos do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ e da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (FAPUR).

Deseja-se que os dados, informações e debates apresentados nestes anais possam subsidiar futuras pesquisas, servir de suporte para a tomada de decisão pelos gestores públicos nas agendas que visem o desenvolvimento socioeconômico do estado do Rio de Janeiro.

Boa leitura!

Os organizadores

Sumário

1.**POLÍTICAS DE SAÚDE**.....15

ESTUDO SOBRE O FLUXO ASSISTENCIAL E A CONTINUIDADE DO CUIDADO NA REDE DE SAÚDE AUDITIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....16

O IMPACTO DA MORTALIDADE POR COVID-19 NA EXPECTATIVA DE VIDA DAS REGIÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....22

RURAL É + SAÚDE ANIMAL: UMA ANÁLISE EX-ANTE DO IMPACTO NAS FUTURAS CAMPANHAS NO RIO DE JANEIRO.....29

CIDADES INJUSTAS, MORTES INVISÍVEIS.....40

A GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NA POLÍTICA DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: REVISÃO TEÓRICA E ANÁLISE DA POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA.....46

2. POLÍTICAS EDUCACIONAIS: PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO, CURRÍCULO E GESTÃO.....51

A EDUCAÇÃO TURÍSTICA COMO ESTRATÉGIA PARA VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO 52

O ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: SUBSÍDIOS PARA A REFLEXÃO E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....57

CRISE NA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL E OS IMPACTOS NA FORMAÇÃO DE TÉCNICOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....63

O GRAU DE DEPENDÊNCIA POR EMENDAS PARLAMENTARES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO.....70

O PACTO NACIONAL PELA EJA E O MUNICIPALISMO NA AGENDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: REFLEXÕES A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS FLUMINENSES.....76

COTAS, ODS E REDUÇÃO DAS DESIGUALDES NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO.....82

A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM QUESTÃO: UMA ANÁLISE ESPACIAL PARA OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....87

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO? UMA ANÁLISE DO IDEB DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ (2007-2021).....93

O MAL-ESTAR DOCENTE NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE MANGARATIBA.....99

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ: UM ESPAÇO DE RESISTÊNCIA, FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS IDENTIDADES CAMPONESAS.....105

3.ESTRUTURA PRODUTIVA FLUMINENSE.....111

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: O CASO DO TURISMO ESPORTIVO.....112

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO ENTRE A PETRODEPENDÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....118

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

O CAMPESINATO NO ENTORNO DO COMPLEXO DE ENERGIAS BOAVENTURA 125

A AMPLIAÇÃO DA POTÊNCIA INSTALADA DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS POR MEIO DE UNIDADES DE MMGD NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: IMPACTOS NA ECONOMIA LOCAL E CONTRIBUIÇÕES AO ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA 131

MERCADO DE TRABALHO E DESIGUALDADE DE RENDA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 137

DINÂMICAS ESPACIAIS E DE CONCORRÊNCIA DAS CENTRAIS DE NEGÓCIOS SUPERMERCADISTAS: ANÁLISE DAS REDES SMART E REDECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. 143

POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DE NOVA FRIBURGO NO INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 149

A PRODUÇÃO LEITEIRA E A ATUAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2001-2024).....155

DEEP LEARNING APRIMORADO POR COMPUTAÇÃO QUÂNTICA PARA ANÁLISE DE DNA: POTENCIAL PARA A ESTRUTURA PRODUTIVA FLUMINENSE 160

O RIO NÃO TEM ISSO: POR QUE O RIO NÃO TEM UMA AGRICULTURA IMPORTANTE? AUGE E DECLÍNIO DA LARANJA NO RIO.....165

JUVENTUDE FLUMINENSE E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DE 2012 A 2024 170

CARACTERIZAÇÃO DE UM CORREDOR TECNOLÓGICO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E SEUS POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO 175

TURISMO RURAL DE BASE LOCAL NO QUADRO DAS MUDANÇAS ESPACIAIS NAS REGIÕES NORTE E NOROESTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 181

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PARA A REGIÃO FUNCIONAL DE TRÊS RIOS (RJ) A PARTIR DA PEQUENA PRODUÇÃO RURAL 186

4. CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL, INTEGRAÇÃO REGIONAL E DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS 192

PENSANDO O DESENVOLVIMENTO URBANO FLUMINENSE: UMA PERPECTIVA TERRITORIAL COMPARADA ENTRE AS LEIS DE MAIS-VALIAS NO RIO DE JANEIRO E MARICÁ.....193

CONSÓRCIOS PÚBLICOS INTERMUNICIPAIS COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: ESTUDO DE CASO DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NOROESTE FLUMINENSE – CIDENNF 199

DEMOGRAFIA ECONÔMICA FLUMINENSE E O (DES)ENVOLVIMENTO REGIONAL SEM PLANEJAMENTO 204

ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES ANTRÓPICAS DA PORÇÃO LESTE DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA ENTRE OS ANOS DE 1991 E 2022 209

CIDADES INTELIGENTES NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA PORTUÁRIA: O CASO DO PORTO DO AÇU.....214

IMPLANTAÇÃO SELETIVA DE CONJUNTOS HABITACIONAIS EM ÁREAS VULNERÁVEIS: QUANDO O DIREITO À MORADIA REFORÇA DESIGUALDADES.....220

A DINÂMICA POPULACIONAL RECENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 226

O PAPEL DO ESTADO, DO MERCADO IMOBILIÁRIO E DA PLATAFORMA AIRBNB NA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO 232

REQUALIFICAÇÃO URBANA DA REGIÃO CENTRAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: PERSPECTIVA PARA UMA AÇÃO ARTICULADA ENTRE O PODER PÚBLICO, INICIATIVA PRIVADA E A SOCIEDADE.....237

HABITAÇÃO, RISCO E DESIGUALDADE: A CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL DE MACAÉ-RJ 242

ATUALIZAÇÃO POPULACIONAL DA REGIÃO DA BACIA DE CAMPOS COM BASE NO CENSO DEMOGRÁFICO 2022 248

O CIRCUITO DOS EVENTOS EVANGÉLICOS E A ECONOMIA URBANA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ 254

VERTICALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO. ESTUDO DOS BAIRROS PARQUE AVENIDA PELINCA E PARQUE TAMANDARÉ EM CAMPOS DOS GOYTACAZES 259

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DESIGUALDADES TERRITORIAIS: O CASO DE JAPERI, QUEIMADOS, TANGUÁ E NATIVIDADE 264

5. SEGURANÇA PÚBLICA.....269

TOMADA DE TERRITÓRIO E EXPANSÃO DO CONTROLE TERRITORIAL DOS GRUPOS ARMADOS EM CORDOVIL 270

URBANISMO SOCIAL NO TERRITÓRIO DO RIO DE JANEIRO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A INTEGRAÇÃO URBANA DE ÁREAS VULNERÁVEIS 274

CAÇADORES DE GANSO – COMO O *FACEBOOK* ESTIMULOU A ATUAÇÃO DE UM GRUPO DE EXTERMÍNIO 279

ADPF 635: DO INCONSTITUCIONAL AO CONSTITUCIONAL? 284

6.AMBIENTE, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA.....290

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS URBANOS: REMOÇÕES E RESISTÊNCIAS NO ATERRO DA LAGOA DO VIGÁRIO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ).....291

DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DOS ALAGAMENTOS E ENCHENTES EM REALENGO (RJ): UMA ANÁLISE CRÍTICA COM O USO DE FERRAMENTAS DIGITAIS 296

ANÁLISE DE CENÁRIO DE FRAGILIDADE AMBIENTAL NA MICROBACIA DO RIO MATO GROSSO, SAQUAREMA (RJ) 301

A DINÂMICA ENTRE AGENTES E ATORES E OS PROJETOS DE ENERGIA PARA A REGIÃO NORTE FLUMINENSE, RJ. 306

O POTENCIAL DA PROTEÇÃO DOS ECOSSISTEMAS COMO UM DOS VETORES DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....311

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

DO PETRÓLEO AO HIDROGÊNIO DE BAIXO CARBONO: A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E O PORTO DO AÇÚ 316

ANÁLISE HIDROLÓGICA DAS SECAS NO MUNICÍPIO PARAÍBA DO SUL, RIO DE JANEIRO 321

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA URBANIZAÇÃO NO BAIRRO PILAR, DUQUE DE CAXIAS/RJ 326

TENDÊNCIAS TEMPORAIS DE ÍNDICES DE ESTADO TRÓFICO EM LAGOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO AMBIENTAL DE RECURSOS HÍDRICOS 332

OS ATORES E A TRANSIÇÃO À "ECONOMIA DA ENERGIA": A REITERAÇÃO DA TRAJETÓRIA EXTRATIVISTA DO NORTE FLUMINENSE 337

TRIBUTAÇÃO E A ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESCARBONIZAÇÃO: O CASO DO BIOMETANO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 343

DETERMINANTES DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES FLUMINENSES: UMA ANÁLISE MULTIVARIADA A PARTIR DE INDICADORES MUNICIPAIS 349

AGRICULTURA URBANA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: OS OBJETIVOS DA LEI Nº 14.935/2024 E A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE 355

ÁGUA VIRTUAL E COMÉRCIO INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE DA INSUMO-PRODUTO PARA O RIO DE JANEIRO 348

GEOGRAFIA AMBIENTAL E ECOLOGIA POLÍTICA NA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO: CONFLITOS, LACUNAS E OPORTUNIDADES DE PESQUISA 354

A ESTRATÉGIA DE RESILIÊNCIA URBANA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: PERSPECTIVAS PARA O ENFRENTAMENTO DOS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS 359

GEOPARQUE MONTANHAS: INTEGRANDO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO DO PATRIMÔNIO GEOLÓGICO 364

AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A REGIÃO DA BAIA DA ILHA GRANDE – RJ: CONFLITOS E POTENCIALIDADES 369

A PERCEPÇÃO DE UNIVERSITÁRIOS EM RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ONU: UMA PESQUISA DE CAMPO 375

7.POLÍTICAS CULTURAIS 380

THIS IS: PARQUE DE MADUREIRA MESTRE MONARCO 381

FESTIVAIS GASTRONÔMICOS REGIONAIS: PERCEPÇÕES SOBRE A FESTA DO AIPIM E DA BANANA NA BAIXADA FLUMINENSE 385

ENTRE ONDAS, MEMÓRIAS E OSSADAS: O CASO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO CEMITÉRIO DE MANGUINHOS/RJ 391

ANÁLISE DA MULTIESCALARIDADE NO PLANO NACIONAL DE CULTURA: LIMITES, POSSIBILIDADES E A URGÊNCIA DE UMA ABORDAGEM INTEGRADA 397

ARQUIVOS PARA GESTÃO DE DOCUMENTOS, TRANSPARÊNCIA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 403

O APAGAMENTO CARTOGRÁFICO E CULTURA INVISÍVEL: VISUALIZAÇÃO DE DADOS COMO PRÁTICA CRÍTICA NA CULTURA DO TERRITÓRIO FLUMINENSE.....408

APAGAMENTO CARTOGRÁFICO E CULTURA INVISÍVEL: REFLEXÕES SOBRE AS NARRATIVAS AUDIOVISUAIS DE JOVENS PERIFÉRICOS NUM COLETIVO ARTÍSTICO DA BAIXADA FLUMINENSE.....413

CIDADANIA CULTURAL E DESIGUALDADES DAS POLÍTICAS PATRIMONIAIS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO 418

ENTRE AS FORMAÇÕES ARTÍSTICAS OS CURSOS DE PEDAGOGIA E AS ARTES DA BAIXADA FLUMINENSE.....423

CULINÁRIA TRADICIONAL E POPULAR: OS DESAFIOS DA APLICAÇÃO DO MARCO REFERENCIAL DA GASTRONOMIA COMO CULTURA NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE. 428

APLICAÇÃO DA LEI PAULO GUSTAVO NO SETOR AUDIOVISUAL DA BAIXADA FLUMINENSE 433

LUZES DE ÁFRICA SOB A SOMBRA DO BARÃO: CASO- REFERÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS COLETIVOS NEGROS NA SALA NO MUSEU DE NOVA FRIBURGO 439

LUZES DE ÁFRICA SOB A SOMBRA DO BARÃO: CASO- REFERÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS COLETIVOS NEGROS NA SALA NO MUSEU DE NOVA FRIBURGO 445

REPENSANDO O TERRITÓRIO FLUMINENSE: CONTRIBUIÇÕES DA IV SEMANA DECOLONIAL DO PATRIMÔNIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA.....451

MONUMENTOS NA METRÓPOLE: ESCALAS E SIMBOLISMOS DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL NO RIO DE JANEIRO.....456

8.INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA E MOBILIDADE URBANA.....461

ENTRAÇÃO DE MERCADO E DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE PELOS ÍNDICES HERFINDAHL-HIRSCHMAN E GINI 462

SISTEMA DE RECONHECIMENTO INTELIGENTE DE INFORMAÇÕES VEICULARES* DE BAIXO CUSTO: UMA SOLUÇÃO TECNOLÓGICA PARA DEMOCRATIZAÇÃO DO MONITORAMENTO DE MOBILIDADE URBANA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 466

ENTRE A MODICIDADE TARIFÁRIA E O EQUILÍBRIO ECONÔMICO: O CASO DAS CONCESSÕES DE SANEAMENTO NO RIO DE JANEIRO 472

RACISMO AMBIENTAL E DESIGUALDADE NO ACESSO À ÁGUA E SANEAMENTO: UM ESTUDO SOBRE A COMUNIDADE NOVA HOLANDA, RIO DE JANEIRO 479

REDES TÉCNICAS E A FORMAÇÃO DE UM HUB DE GÁS FLUMINENSE: IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO RIO DE JANEIRO 484

TRANSPORTE AQUAVIÁRIO NA MOBILIDADE DO RIO DE JANEIRO: DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS....488

9.CRISE INSTITUCIONAL FLUMINENSE....492

ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO (2021-2024)....493

SUPERMULTIPLICADORES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FRAGILIDADES E ANÁLISE....498

O PROPAG E O FUTURO DA RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO....503

A GEOGRAFIA ELEITORAL DAS EMENDAS IMPOSITIVAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO....509

ENDIVIDAMENTO E ESTAGNAÇÃO: ANÁLISE COMPARATIVA DO CASO FLUMINENSE NO CONTEXTO NACIONAL....515

O ARCABOUÇO INSTITUCIONAL PARA A PROMOÇÃO DA TRANSPARÊNCIA NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO....521

A QUESTÃO FISCAL FLUMINENSE: CRISE DA DÍVIDA OU CRISE DE RECEITA?....527

EFEITOS REDISTRIBUTIVOS DA POLÍTICA FISCAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2017-2018)....533

10. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO....538

GÊNERO, RAÇA, CLASSE E (IN)JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL: O CASO DO QUILOMBO DO GROTÃO - NITERÓI (RJ) SOB UM OLHAR INTERSECCIONAL....539

TRABALHADORES NEGROS NO PÓS-ABOLIÇÃO: SILÊNCIOS E MEMÓRIAS APAGADAS NAS NARRATIVAS HISTÓRICAS DO RIO DE JANEIRO....543

ENTRE TRANÇAS E CAMINHOS: EDUCAÇÃO, IDENTIDADE E EMPODERAMENTO FEMININO....548

JUVENTUDE E GÊNERO NO NEOPENTECOSTALISMO: VÍNCULOS E EXPERIÊNCIAS FEMININAS EM MICRODENOMINAÇÕES EM UMA PERIFERIA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ....554

DA “FAVELLA VERMELHA” À “PERDIÇÃO NOS SUBÚRBIOS”: A CAMPANHA DA HIGIENE DE 1907 NA IMPRENSA CARIOCA....559

GÊNERO E RUA: INVISIBILIDADE, ESTIGMA E MEDO ENTRE MULHERES NEGRAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ....604

MULHERES NAS ARQUIBANCADAS CARIOCAS: DISPUTAS DE GÊNERO E IDENTIDADE NO ESPAÇO TORCEDOR....609

ACADÊMICA?....614

ETNOATLAS GEOGRÁFICO PARTICIPATIVO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA COSTA VERDE....620

AS CAMPANHAS DE PREVENÇÃO AO FEMINICÍDIO NO RIO DE JANEIRO (2000-2023)....625

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

TRAVESSIAS NEGRAS: TERRITÓRIOS DE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS NO PODER DAS SUBJETIVIDADES AFETIVAS 630

COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO NA UERJ e UENF: HISTÓRIA, DESAFIOS, EXPERIÊNCIAS 636

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DA POLÍTICA DE COTAS DA FAETEC PARA MULHERES NEGRAS NO RIO DE JANEIRO 641

11. MEMÓRIA, HISTÓRIA E OS DESAFIOS DO PRESENTE 646

ZONA OESTE (AP5) PERIFERIA(S) CARIOCA? NOTAS PARA O DEBATE 647

EXPERIÊNCIAS DA MODERNIDADE NOS SUBÚRBIOS DO RIO DE JANEIRO (1900-1922) 653

QUANDO NOVAS HISTÓRIAS ENTRAM EM CENA: O SENTIDO DAS LUTAS URBANAS NARRADAS PELOS SUJEITOS 658

RIO 50 ANOS: A FUSÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS CARIOCA, FLUMINENSE E PAPAGOIABA, UMA IDENTIDADE FRAGMENTADA 665

O ASSASSINATO DOS QUATRO SOLDADOS: APAGAMENTO DA VIOLÊNCIA DA DITADURA NO SUL-FLUMINENSE 671

PATRIMÔNIO E MEMÓRIA COLETIVA EM QUESTÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO À PRODUÇÃO DE POLÍTICAS DE PATRIMONIALIZAÇÃO PARA A CIDADE DO RIO DE JANEIRO 677

ORGANIZAÇÃO ANCESTRAL DO ESPAÇO: DAS MALOCAS ÀS ALDEIAS TUPINAMBÁ NO RECÔNCAVO DA GUANABARA 682

ANÁLISE ECONÔMICA DA ESCRAVIDÃO EM ESTRELA (1869-1878): PERFIL SOCIAL E VALOR DOS ESCRAVIZADOS SEGUNDO IDADE E FUNÇÃO 687

A CONSOLIDAÇÃO DAS FAVELAS E AS DISPUTAS PELOS IMAGINÁRIOS DA CIDADE 692

TURISMO RURAL DE EXPERIÊNCIA E PEDAGÓGICO NA REGIÃO TURÍSTICA DO VALE DO CAFÉ 698

TRANSFORMAÇÕES URBANAS E TURÍSTICAS EM MACAÉ (INÍCIO DO SÉCULO XX - DÉCADA DE 1970) 703

O AEROLEVANTAMENTO CARIOCA DE 1928: TÉCNICA E ESTRUTURA FUNDIÁRIA – UMA FONTE A EXPLORAR THE 1928 RIO DE JANEIRO AERIAL SURVEY: TECHNIQUE AND LAND STRUCTURE – A HISTORICAL SOURCE TO PROBE 709

TURISMO CULTURAL, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: A PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS REMANESCENTES DA ANTIGA VILA DE SANTO ANTÔNIO DE SÁ 714

HISTÓRIA ORAL NO RECÔNCAVO DA GUANABARA: MEMÓRIAS, IDENTIDADES E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA. 718

ASCENSÃO SOCIECONÔMICA DE ALFORRIADOS, O EXEMPLO DE MAURÍCIO PEREIRA SEBRÃO 724

NITERÓI DE EX-CAPITAL A CIDADE DE LAZER E TURISMO 731

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

1.POLÍTICAS DE SAÚDE

Claudia Maria Travassos (CEBES)
Gabriela Bittencourt Gonzalez Mosegui (UFF)
Lígia Bahia (UFRJ)
Mario Dal Poz (UERJ)

A complexidade estrutural e os desafios persistentes, frequentemente agravados por subfinanciamento crônico, fragmentação da gestão e iniquidades sociais históricas, inerentes à política de saúde no Estado do Rio de Janeiro impõem a urgência de um delineamento estratégico para uma agenda de pesquisa robusta. Esta agenda deve transcender a mera descrição, englobando a análise crítica das políticas públicas vigentes, a identificação aprofundada de lacunas estruturais e disfunções sistêmicas – como a desarticulação entre os níveis de atenção, as disparidades regionais no acesso e a ineficiência na alocação de recursos –, e a proposição fundamentada de intervenções baseadas em evidências, com foco em estudos avaliativos, de implementação e de impacto. O objetivo primordial é a otimização da qualidade, equidade e efetividade dos serviços de saúde oferecidos à população fluminense, visando uma transformação sistêmica e sustentável.

A concretização desta empreitada exige uma sinergia interinstitucional e transdisciplinar, que capitalize na expertise de diversos institutos e programas de pós-graduação em saúde coletiva das universidades do estado, e que integre abordagens inovadoras como a ciência de dados e a análise de big data. Projetos colaborativos no desenvolvimento de estudos e pesquisas não apenas aprofundem a compreensão dos determinantes e condicionantes da saúde – sejam eles sociais, econômicos ou ambientais –, mas também subsidiam a formulação e implementação de políticas públicas capazes de edificar um sistema de saúde mais justo, eficiente e universal, pautado pela ética, transparência e responsabilidade social. As pesquisas, em sua essência, configuram-se como catalisadores indispensáveis para identificar, compreender e mitigar os desafios que obstaculizam o pleno desenvolvimento da política e do sistema de saúde do Rio de Janeiro.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ESTUDO SOBRE O FLUXO ASSISTENCIAL E A CONTINUIDADE DO CUIDADO NA REDE DE SAÚDE AUDITIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ester Monteiro Acylino[1]
Túlio Batista Franco[2]
Gilson Saippa de Oliveira[3]

RESUMO
Este trabalho se propôs avaliar a organização e o funcionamento do fluxo assistencial de parte da rede de Saúde Auditiva no estado do Rio de Janeiro, a partir da ótica dos usuários, buscando identificar avanços, desafios e lacunas ao cuidado integral destinados à pessoa com deficiência auditiva. Utilizou-se abordagem qualitativa descritiva do tipo estudo de caso, por meio de 30 entrevistas individuais com usuários da rede de Saúde Auditiva no estado. Os resultados apontaram para a falta de normativas orientadoras de fluxo ou estabelecimento de uma Linha de Cuidado em Saúde Auditiva no estado. Verificou-se o funcionamento de redes dentro de vasta extensão territorial, falta de integração e de articulação entre os pontos de atenção, que associados à incipiência dos municípios em prover cuidados às pessoas com deficiência auditiva dentro de seus territórios, produzem cuidado fragmentado e descontinuidade assistencial.
Palavras-chave: Pessoas com Deficiência; Deficiência Auditiva; Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência; Continuidade da Assistência ao Paciente.

ABSTRACT
This study aimed to evaluate the organization and functioning of the care flow of part of the Hearing Health network in the state of Rio de Janeiro, from the perspective of users, seeking to identify advances, challenges, and gaps in comprehensive care for people with hearing impairments. A qualitative, descriptive, case study approach was used, through 30 individual interviews with users of the state's Hearing Health network. The results highlighted a lack of guidelines for flow or the establishment of a Hearing Health Care Line in the state. Networks operated across a vast territory, and there was a lack of integration and coordination between care centers. This, combined with the municipalities' incipient ability to provide care to people with hearing impairments within their territories, resulted in fragmented care and discontinuity.
Keyword: Persons with Hearing Disabilities; Care Network for People with Disabilities; Continuity of Patient Care.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos poucos países no mundo a ofertar de forma universal, integral e gratuita a assistência em saúde para os cuidados com a audição, através de sistema público de saúde. No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), preconiza-se que as ações de assistência destinadas às pessoas com deficiência auditiva estejam articuladas, integradas e organizadas

[1]Ester Monteiro Acylino. PPGBIOS/UFF - Universidade Federal Fluminense (UFF). ester_acylino@terra.com.br
[2] Túlio Batista Franco. PPGBIOS/ISC – Universidade Federal Fluminense (UFF). tuliofranco@id.uff.br
[3] Gilson Saippa de Oliveira. ISNF – Universidade Federal Fluminense (UFF). gilsonsaippa@id.uff.br

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

dentro da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPcD), distribuídas em diferentes níveis de atenção interdependentes, com vista a contribuir para a melhoria das condições de vida e saúde e para inclusão social e vida digna dessa população (Brasil, 2012).

O estado do Rio de Janeiro vem há alguns anos tentando organizar suas redes de cuidado na modalidade de Saúde Auditiva, mas são escassos os estudos que avaliam a conformação dessas redes e sua real condição de funcionamento. Este trabalho se propõe a analisar a organização e o funcionamento do fluxo assistencial de parte da rede de Saúde Auditiva no estado do Rio de Janeiro, a partir da ótica dos usuários, buscando identificar avanços, desafios e lacunas ao cuidado integral da pessoa com deficiência auditiva. Através de seus resultados, espera-se ampliar o debate e buscar caminhos para a transformação das práticas de cuidado e de políticas públicas de saúde para esta população de acordo com a realidade do território estadual.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho refere-se a parte dos resultados de uma pesquisa de doutorado mais abrangente, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS), pela Universidade Federal Fluminense (UFF), previamente aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Medicina da UFF (parecer nº 6.738.049).

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo-exploratório, do tipo estudo de caso, que se propôs a olhar a produção do cuidado em Saúde Auditiva no estado do Rio de Janeiro a partir de uma perspectiva de níveis macro (dos princípios e estrutura que regulam o sistema e a rede de atenção), meso (da organização da oferta de cuidado para a comunidade) e micropolítico (do espaço das decisões clínicas e relações interpessoais entre trabalhadores e usuários) (Amaral; Bosi, 2017). Para isso, realizou uma primeira etapa de análise documental, a partir de documentos deliberativos, normativos e legais sobre a temática de Saúde Auditiva no estado do Rio de Janeiro publicados entre 1988 e dezembro de 2023, com vista a descrever como se deu a organização da rede de cuidados à pessoa com deficiência auditiva estadual, a partir dos incentivos e políticas públicas nacionais, no âmbito do SUS. Na segunda etapa, foram realizadas entrevistas individuais em profundidade, orientadas por roteiro semiestruturado, com usuários inseridos na modalidade de Reabilitação Auditiva da RCPcD.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

O locus da pesquisa abrange uma parte do estado do Rio de Janeiro atendida por dois serviços de referência de Média e Alta Complexidade ambulatorial em Reabilitação Auditiva, um localizado na região de saúde Metropolitana II e outro na região Noroeste, interior do estado. Juntos, os dois serviços de referência são responsáveis por uma vasta extensão territorial e atendem 53 cidades, que correspondem a mais da metade de todos os municípios

do estado e equivalem a cerca de 63,9% do território estadual (Figura 1). O serviço da Região Noroeste assiste uma população total de aproximadamente 1.800.000 pessoas, distribuída em 37 municípios de quatro regiões de saúde. O serviço da Região Metropolitana II é responsável por cerca de 2.700.00 habitantes de 16 municípios, em três regiões de saúde diferentes (CIB-RJ, 2020).

Participaram do estudo 30 (trinta) pessoas com deficiência auditiva, residentes em 20 municípios diferentes, cadastradas e assistidas pelos serviços de referência de Reabilitação Auditiva que integraram a pesquisa. Os dados foram coletados através de entrevista individual em profundidade, realizadas no ano de 2024, e tratados através da análise de conteúdo temática (Bardin, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental realizada na primeira etapa da pesquisa revelou que, embora tenham ocorrido avanços na conformação das redes de cuidados em Saúde Auditiva no estado do Rio de Janeiro, não foi identificada a existência de uma Linha de Cuidado, tampouco foram publicados normativos ou instrutivos orientadores de fluxos assistenciais para o cuidado contínuo e integral em Saúde Auditiva ajustados à realidade das regiões de saúde e necessidades da população com deficiência auditiva do estado. As orientações sobre a operacionalização da rede de Saúde Auditiva no estado foram definidas em deliberações da Comissão Intergestores Bipartite estadual e resumem-se a pactuações entre serviços de referência regional de Média e Alta Complexidade em Reabilitação Auditiva com gestões municipais para a concessão de próteses auditivas, realizadas através de mecanismos de referência e contrarreferência pontuais e verticais. Ao longo do período analisado, são escassas as menções sobre intersetorialidade, integração entre serviços e níveis de atenção ou que reforçassem o papel dos municípios e a importância da Atenção Primária à Saúde (APS) para a coordenação do cuidado integral na rede de Saúde Auditiva.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Neste cenário, despontou nas falas dos participantes, a incipiência de grande parte dos municípios, sobretudo os de menor porte, no provimento de serviços especializados e de avaliação audiológica clínica, condição que provocou diagnósticos tardios e significou uma importante barreira de acesso ao cuidado e de entrada dos usuários na RCPcD.

O acesso geográfico aos serviços de referência regional foi referido pelos participantes como um grande obstáculo na rede e fator de dificuldade para a continuidade do cuidado em razão do longo deslocamento que exigem. Ademais, a atual distribuição geográfica dos serviços de referência demanda intensa atuação do sistema de regulação e utilização do transporte sanitário eletivo para Tratamento Fora de Domicílio, fatores recorrentemente mencionados pelos participantes como um ponto nevrálgico em suas experiências de busca por cuidado na rede. Usuários referiram demora e imprevisibilidade nos agendamentos para os serviços de referência, além de longas viagens, com mais de dez horas na estrada, considerando a ida e a volta a estas unidades no mesmo dia, impactando de forma nociva em seus orçamentos domésticos, estado emocional, rotinas de vida e de trabalho.

De acordo com os relatos, a regulação de acesso parece não estar totalmente articulada com os pontos de atenção da rede assistencial ou com algum sistema de informação compartilhado por todo o estado, funcionando apenas como um setor burocrático para agendar consultas no serviço de referência regional. Outrossim, as entrevistas evidenciaram a falta comunicação e a insuficiente integração entre os pontos de atenção intra e intermunicipal; a carência de ações e acompanhamento pela APS; e o vínculo frágil que os usuários possuem com os serviços de saúde primários em seus territórios para os cuidados em Saúde Auditiva.

Os participantes referiram dificuldade de realizar o acompanhamento de reabilitação auditiva em seus municípios devido à falta de profissional fonoaudiólogo para terapia auditiva ou outro profissional de referência para os cuidados em Saúde Auditiva próximo de suas casas.

O conjunto desses fatores provocou altíssima fragmentação do cuidado em Saúde Auditiva no estado do Rio de Janeiro e deixou quase que exclusivamente a cargo do usuário o fluxo de informação sobre o plano de cuidado e o seu percurso pela rede.

A continuidade assistencial é garantida através do estabelecimento de fluxos de assistência; acesso oportuno; vínculo longitudinal; coordenação do cuidado; comunicação entre pontos de atenção e profissionais; um sistema de informação e registro eficiente; e conexões cooperativas que se estabelecem entre usuário e profissional/equipe de saúde, capazes de

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

contribuir na construção de um PTS que atenda às necessidades específicas de cada caso (Uijen et al., 2012). Cabe destacar que estes elementos foram identificados como precários na rede de Saúde Auditiva no estado do Rio de Janeiro.

CONCLUSÕES

A falta de atos normativos do governo estadual com contribuições e direcionamentos para a efetiva implantação das redes de Saúde Auditiva no estado do Rio de Janeiro levanta reflexões sobre o papel do estado na governança do SUS e na promoção de acesso à assistência. A ausência de dispositivos capazes de orientar e coordenar a produção do cuidado em rede acentua o sofrimento e as barreiras que as pessoas com deficiência auditiva enfrentam ao adentrar a RCPcD no estado.

Foi revelada uma rede pouco abrangente, insuficiente, desigual, com vazios assistenciais em diversas regiões de saúde, sem comunicação e integração entre os pontos de atenção e sem um fluxo assistencial definido. Evidenciou-se a incipiente estruturação e coordenação das ações de Saúde Auditiva por parte dos municípios para suprir a necessidade de sua população, o que fratura a continuidade da assistência e perpetua um modelo de produção de cuidado fragmentado para as pessoas com deficiência auditiva, com foco nos serviços de referência superespecializados.

Diante da realidade da RCPcD que se apresenta no estado do Rio de Janeiro, torna-se imperiosa a elaboração de normativas estaduais que orientem a organização de linhas de cuidado efetivas. É fundamental promover mais avaliações e fomentar discussões no âmbito da Saúde Auditiva para subsidiar o planejamento regional e as ações das políticas públicas baseados nas características dos territórios e na necessidade das pessoas com deficiência auditiva.

REFERÊNCIAS

AMARAL, C. E. M.; BOSI, M. L. M.. O desafio da análise de redes de saúde no campo da Saúde Coletiva. **Saúde e Sociedade**. v. 26, n. 2, p. 424-434, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70; 2010.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012**. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde. 2012.

CIB-RJ - COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Deliberação CIB-RJ nº 6.262, de 17 de setembro de 2020**. Pactua a grade de referência da rede de cuidados à pessoa com deficiência no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

UIJEN, A. A. et al.. How unique is continuity of care? A review of continuity and related concepts**. Family Practice**, v. 29, p. 264-271, 2012.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

O IMPACTO DA MORTALIDADE POR COVID-19 NA EXPECTATIVA DE VIDA DAS REGIÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Mayara Xavier Moraes[1]
Joseane de Souza[2]

RESUMO
No final de 2019 identificou-se um surto de um vírus em Wuhan na China, onde esse vírus se propagou ultrapassando as fronteiras e atingindo milhões de pessoas em todo o mundo. No Brasil esse vírus foi responsável por ceifar a vida de mais de 700.000 pessoas, somente no estado do Rio de Janeiro esses óbitos passaram de 76.000. A pandemia revelou iniquidades existentes no país, populações que vivem em regiões vulneráveis foram as mais afetadas pela pandemia. Dessa forma, o presente estudo busca compreender como se deu a mortalidade por covid-19 nas oito regiões do estado do Rio de Janeiro no período 2020-2022 e qual foi o impacto desses óbitos na expectativa de vida dessas populações. As bases de dados utilizadas para calcular os impactos foram a Sivep-Gripe e Datasus, sendo assim, esse impacto apresentou uma perda de 4,5 anos de vidas em uma das regiões.
Palavras-Chaves: Mortalidade; pandemias; vulnerabilidade

ABSTRACT
In late 2019, a virus outbreak was identified in Wuhan, China, where it spread across borders and affected millions of people worldwide. In Brazil, this virus was responsible for claiming the lives of more than 700.000 people, with more than 76.000 deaths in the state of Rio de Janeiro alone. The pandemic revealed existing inequities in the country, with populations living in vulnerable regions being the most affected by the pandemic. Therefore, this study seeks to understand how COVID-19 mortality occurred in the eight regions of Rio de Janeiro state between 2020 and 2022 and the impact of these deaths on life expectancy. The databases used to calculate the impacts were Sivep-Gripe and Datasus, and thus, this impact resulted in a loss of 4.5 years of life in one of the regions.
Keywords: Mortality; pandemics; vulnerability

INTRODUÇÃO

A pandemia surgiu de forma brusca e trouxe inúmeros impactos para as populações, dessa forma, revelou iniquidades existentes no sistema de saúde, a sobrecarga do sistema gerou a escassez de medicamentos, levando a uma demanda maior por recursos e profissionais da saúde. Muitos profissionais que estavam na linha de frente do combate à pandemia tiveram suas vidas perdidas. De modo geral, a pandemia revelou uma mudança no perfil de internações e óbitos da população brasileira, as doenças infecciosas e parasitárias passaram a ocupar a primeira posição das principais causas de óbitos da CID-10, essa posição era ocupada pelas doenças do século. Podemos citar as doenças do aparelho circulatório, os tumores, as doenças

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

[1] Mayara Xavier Moraes, Doutoranda em Políticas Sociais - UENF – xaviermoraesm@gmail.com.[2]
[2]Joseane de Souza, Doutora em Demografia – UFMG – joseanesouza@uenf.br

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

do aparelho respiratório, as causas externas de morbidade e mortalidade ocupavam as primeiras posições de óbitos no Brasil (Albuquerque, 2021). A população que carecia desses serviços de saúde evitava ao máximo buscar ajuda nos hospitais, pois conhecia-se pouco sobre a Covid-19 e o seu impacto, sendo assim, se tornou inviável pacientes mais vulneráveis buscar por atendimento devido ao risco do desconhecido e que poderia levar ao óbito rapidamente.

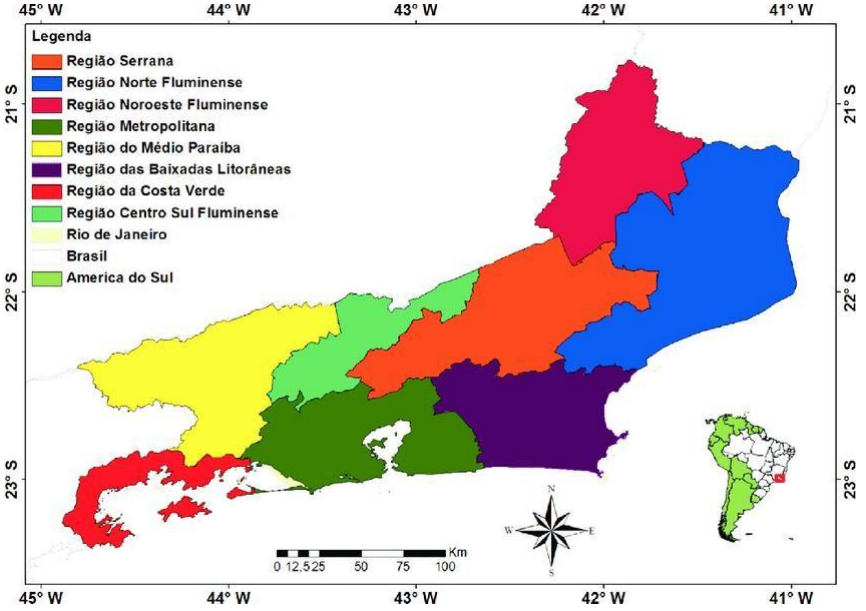
Como a saúde está relacionada as questões sociais, precisamos estudar e compreender como se deu a pandemia da Covid-19, pois ela revela a desigualdade social existente, não só no país, mas também nas regiões e isso expressa a vulnerabilidade da população de determinadas regiões, principalmente áreas que vivem em vulnerabilidade social (Chioro et al., 2020). Estudar as causas de morte revela o real cenário dessas causas e nos ajudam a compreender a qualidade da saúde e a assistência dela, possibilitando a identificação de doenças infecciosas, surtos, pandemias e outras doenças que podem ser uma ameaça para a saúde da população. Além disso, é um instrumento fundamental para auxiliar as decisões que devem ser tomadas e permitem averiguar as desigualdades existentes na saúde e auxiliar na orientação de políticas públicas que visam melhorias nas condições de vida de sua população. O presente estudo é referente a tese de doutorado da pesquisadora.

MATERIAIS E METÓDOS

As Regiões do Estado do Rio de Janeiro é atualmente dividida apoiada na Lei nº 1.227/87. O Estado está dividido em oito regiões de governo, sendo elas: Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Tabela 1: Estado do Rio de Janeiro divido pelas 8 Regiões de Governo



Fonte: Clemente et al. (2017).

FONTE DE DADOS

Para estimar a expectativa de vida, precisamos de duas informações: o número de óbitos e a população residente (por sexo e faixa etária). Cabe destacar que realizar o estudo sobre os 92 municípios do estado, poderia levar a erros significativos relacionados a má declaração dos óbitos por se tratar de algumas pequenas áreas. O estado possui municípios com características bem distintas, e como forma de dirimir possíveis erros optamos por trabalhar com as regiões. Além de optarmos por trabalhar com as regiões do Estado do Rio de Janeiro, decidimos por trabalhar com a mortalidade total no período 2020-2022 e não com estimativas anuais. Sendo assim, utilizamos o total de óbitos do período (calculada pelo somatório dos óbitos por sexo e faixa etária desses anos) e a estimativa das populações residentes no meio do período (cabe destacar que não utilizamos o CENSO de 2022 justamente por não estar disponível por sexo e faixa etária dos municípios, então trabalhamos com as estimativas atualizadas no ano de 2024). Dessa forma, realizamos uma busca no Sivep-Gripe[3], que é o Sistema de Vigilância Epidemiológica da Gripe, esse sistema é gerido pelo Ministério da Saúde/Secretaria de Saúde, juntamente com as Secretarias Estaduais e Municipais. As informações do Sivpe-Gripe estão disponíveis desde 2013 e é justamente o ano ao qual ele foi criado. Todas as notificações referentes a Síndromes Respiratórias Agudas Graves (SRAG), encerradas ou não devidas ou

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

não ao SARS-CoV-2 (COVID-19), sendo elas ocorridas no estado do Rio de Janeiro, como também os residentes no estado e aquelas ocorridas em outras Unidades da Federação. É importante destacar que a classificação final do SRAG, podem ser por: Influenza; por outro vírus respiratório; por outro agende etiológico; não especificado e por COVID-19 (a partir de abril/2020, como a opção por Covid-19 teve a sua habilitação somente em abril, ele pode estar inserido em agentes etiológicos.). Em relação ao Datasus podemos observar os óbitos por Síndrome Respiratória Aguda grave (u04) e Doenças p/vírus de localização NE (b34. óbitos por Coronavírus) que são fornecidos pelo Datasus. Dessa forma, temos dois caminhos que podem ser seguidos. Num primeiro momento, poderíamos optar por trabalhar com os óbitos fornecidos pelo Datasus principalmente por ser a base de dados utilizada para coletar os óbitos por mortalidade geral, mas antes de tomarmos a decisão apresentaremos a diferença entre as duas bases de dados entre as regiões, pois existem algumas diferenças quanto ao número de óbitos. Além disso, calcularemos a esperança de vida dessas duas bases com o intuito de auxiliar no processo de decisão sobra qual será a base principal.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para identificar o impacto da mortalidade por Covid-19 utilizaremos a Tábua de Vida, mas existe a Tábua de Múltiplos Decrementos e a Tábua de Decrementos simples que observa um único decremento, ou seja, é observado apenas uma causa de saída da população, que no caso é a morte. As tábuas de vida podem ser completas que é quando as idades são (0,1,2,3,4... e etc.) ou abreviadas (0, 1, 5, 10, 15...etc), as mais comuns são as tábuas abreviadas devido à complexidade e por exigir muitas informações em uma tábua completa devido ao seu tamanho. Essas tábuas, geralmente são divididas por sexo, por existir diferenças entre eles conforme a causa de morte (Grupo de Foz, 2021). Para estimarmos a esperança de vida das populações estudadas, utilizando a técnica da tabela de sobrevivência, estimamos, em primeiro lugar, as taxas específicas de mortalidade, por sexo e faixa etária, para os períodos 2020-2022 considerando todas as causas de morte por SRAG tendo como base o Sivep-Gripe e a Covid-19 utilizando como base o Datasus.

Na *tabela 1*, podemos identificar o impacto da mortalidade por Covid-19 e SRAG nas Regiões do Estado do Rio de Janeiro, a análise revela diferenças entre as regiões de saúde do estado. Em todas podemos verificar que as mulheres apresentam expectativa de vida mais

elevada se comparado a dos homens, um padrão que é bem esperado em estudos demográficos. Quando ocorre a eliminação da causa específica (SRAG e Covid-19) percebe-se ganhos em anos de vida em ambos os sexos, porém em magnitudes diferentes entre as regiões e em relação ao sexo. De forma geral, percebe-se que os são mais expressivos nas regiões do Médio Paraíba e Serrana, em que a expectativa de vida dos homens poderia aumentar até 4,25 anos e das mulheres 4,46 conforme dados do Sivep-gripe. Isso revela que a mortalidade em relação à causa estudada possui um peso relevante nas áreas. Em contrapartida, o Noroeste Fluminense apresentou ganhos menores, inferiores a 2,5, sugerindo um impacto menor sobre a mortalidade. Vale destacar que a Região Metropolitana, mesmo não apresentando maiores ganhos, ela possui uma dimensão populacional maior se comparado as outras regiões. As duas bases de dados são semelhantes em quase todas as regiões, o SIVEP-Gripe apresentou ganhos levemente maiores se comparado ao Datasus, isso pode ser explicado pela primeira base possuir um foco em síndromes respiratórias graves, enquanto o Datasus é um sistema mais abrangente de causas de mortalidade

Tabela 2. Impacto da Mortalidade por SRAG e Covid-19 nas Regiões do Estado do Rio de Janeiro

Região	Expectativa de Vida				Eliminando a Causa				Ganho (em anos)			
	SIVEP-Gripe		DATASUS		SIVEP-Gripe		DATASUS		SIVEP-Gripe		DATASUS	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Baixadas Litorâneas	70.19	77.85	70.19	77.85	72.76	80.65	72.55	80.14	2.57	2.80	2.36	2.29
Centro Sul	69.29	76.95	69.29	76.95	72.31	80.16	71.48	79.51	3.02	3.21	2.19	2.56
Costa Verde	70.12	77.70	70.12	77.70	72.67	80.81	72.74	80.65	2.54	3.10	2.61	2.95
Médio Paraíba	70.28	77.90	70.28	77.90	74.03	81.62	73.30	80.77	3.74	3.72	3.01	2.87
Metropolitanas	69.56	76.74	69.56	76.74	72.79	79.98	72.36	79.51	3.23	3.24	2.80	2.77
Noroeste Fluminense	71.01	77.98	71.01	77.98	72.90	80.31	73.00	80.48	1.89	2.33	2.00	2.50
Norte Fluminense	69.07	76.43	69.07	76.43	71.94	79.72	71.60	79.33	2.87	3.30	2.53	2.90
Serrana	70.61	77.30	70.61	77.30	74.86	81.77	73.49	80.26	4.25	4.46	2.87	2.95

Fonte: Datasus e Sivep-Grip

CONCLUSÃO

O estudo mostra que a eliminação da causa de morte por SRAG e Covid-19 teve impacto significativo na esperança de vida, em especial em regiões específicas, que é o caso da Região Serrana e Médio Paraíba, já a Região Noroeste Fluminense, o efeito foi limitado. Sendo assim,

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

percebe-se que há desigualdades entre as regiões no que tange a mortalidade e reforçam a importância de políticas de saúde direcionadas às áreas que apresentam vulnerabilidades maiores.

REFRÊNCIAS

ALBUQUERQUE. Pandemia diminui número e muda perfil de internações no SUS em 2020 | Observatório de Política e Gestão Hospitalar. [*S. l.*], 2021. Disponível em:

Chioro, A., Calife, K., Barros, C. R. D. S., Martins, L. C., Calvo, M., Stanislau, E., ... & Caseiro, M. Covid-19 em uma Região Metropolitana: Vulnerabilidade social e políticas públicas em contextos de desigualdades. Disponível em:

CLEMENTE, S. dos S.; OLIVEIRA JÚNIOR, J. F. de; LOUZADA, M. A. P. Focos de calor na Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Climatologia,** v. 26, p. 551-570, 2020.

GRUPO DE FOZ (Ed.). Métodos demográficos: uma visão desde os países de língua portuguesa. Blucher Open Access, 2021.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 1.227, de 22 de dezembro de 1987**. Dispõe sobre a divisão do Estado em Regiões de Governo. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 23 dez. 1987.

Agradecimentos

Agradecemos à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e a CAPE.

RURAL É + SAÚDE ANIMAL: UMA ANÁLISE EX-ANTE DO IMPACTO NAS FUTURAS CAMPANHAS NO RIO DE JANEIRO

Vinicius P. de Araújo[1]
Sergio Domingos de Oliveira[2]

RESUMO
O presente trabalho utilizou a pesquisa documental para realizar uma análise ex-ante com abordagem quantitativa do projeto de extensão "Rural é + Saúde Animal", da UFRRJ. Analisando os dados do evento inaugural, o estudo projetou a demanda por atendimentos em sete futuras localidades fluminenses. Os resultados indicam uma alta adesão da comunidade, validando a relevância da iniciativa para o bem-estar animal e a saúde pública. A análise fornece uma base sólida para o planejamento estratégico e logístico do projeto, justificando o patrocínio do deputado Marcelo Queiroz e a necessidade de aprimorar a gestão de recursos. As projeções quantitativas são cruciais para a sustentabilidade da iniciativa.
Palavras Chaves: Saúde animal; Planejamento estratégico; Extensão universitária.

RESUMEN
El presente trabajo utilizó la investigación documental para realizar un análisis ex-ante con enfoque cuantitativo del proyecto de extensión "Rural é + Saúde Animal", de la UFRRJ. Analizando los datos del evento inaugural, el estudio proyectó la demanda de servicios en siete futuras localidades fluminenses. Los resultados indican una alta adhesión de la comunidad, validando la relevancia de la iniciativa para el bienestar animal y la salud pública. El análisis proporciona una base sólida para la planificación estratégica y logística del proyecto, justificando el patrocinio del diputado Marcelo Queiroz y la necesidad de mejorar la gestión de recursos. Las proyecciones cuantitativas son cruciales para la sostenibilidad de la iniciativa.
Palabras-clave: Salud animal; Planificación estratégica; Extensión universitaria.

INTRODUÇÃO

A saúde animal é essencial para o bem-estar da comunidade e o controle de zoonoses, constituindo-se como uma prioridade da saúde pública. Iniciativas como vacinação e castração, que previnem doenças e controlam a população de cães e gatos, são cruciais para a saúde humana e animal (Pimpão, Fleming e Mira, 2024). A abordagem “Uma Só Saúde” reforça essa conexão, promovendo a colaboração entre as áreas humana, animal e ambiental (Ministério da Saúde, 2024). Seguindo essa filosofia, o projeto Rural é + Saúde Animal, da UFRRJ, oferece atendimento veterinário gratuito a diversos municípios do Rio de Janeiro, atuando de forma itinerante por 12 meses.

[1] Vinicius Pereira de Araujo. Graduando pela UFRRJ. viniciusaraujo1802@gmail.com.
[2] Sergio Domingos de Oliveira. Doutor pela UFSC e Docente na UFRRJ sedo@ufrrj.br.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Com início em maio de 2025, o projeto iniciou suas campanhas em junho, durante a tradicional Semana Rural na UFRRJ. O projeto tem um forte caráter extensionista e conta com o engajamento de voluntários e parceiros para realizar a imunização de animais, aplicando a vacina V8 em cães (que previne contra zoonoses como a leptospirose) e a V3 em felinos que previne contra três patógenos diferentes (Portal UFRRJ, 2025).

Nos próximos capítulos será apresentada a análise dos dados da primeira campanha do projeto 'Rural é + Saúde Animal', seguida de discussão fundamentada na literatura, com projeções e propostas de aprimoramento para edições futuras. A conclusão reunirá as principais descobertas, indicando recomendações práticas voltadas à sustentabilidade, ao impacto social e à relevância do projeto para a saúde pública e o bem- estar animal.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa para mensurar e analisar, estatisticamente, os dados, de acordo com a metodologia de Lakatos e Marconi (2003). Essa abordagem foi de grande importância para o estudo, pois permitiu obter uma quantidade maior de dados a serem interpretados, essencial para a projeção de cenários futuros e a análise de fenômenos em larga escala.

Em relação ao objeto da pesquisa, este constitui-se no projeto "Rural é + Saúde Animal", com um recorte temporal focado nos dados e ações do seu primeiro evento realizado em Seropédica e sediado na UFRRJ. O recorte geográfico restringe-se ao local de realização desse evento inicial, mesmo que o projeto tenha previsão de atuar em diversas cidades do território fluminense.

A pesquisa justifica-se pela utilização do estudo documental, que, de acordo com Lakatos e Marconi (2003), se baseia em materiais como registros e dados institucionais. Esta etapa metodológica é a base para a realização de uma análise ex-ante que, conforme Lassence (2022), consiste em uma avaliação projetiva de futuros cenários para examinar a proposta de políticas para identificar falhas e riscos antes que os recursos públicos sejam utilizados. Ao considerar aspectos logísticos e institucionais, encontrados nos documentos analisados do primeiro evento em Seropédica, a pesquisa tem por objetivo oferecer subsídios para o aprimoramento das futuras edições do projeto, contribuindo para sua sustentabilidade e impacto social.

RESULTADOS

Com base no evento inaugural em Seropédica, que, segundo o último censo de 2022, conta com uma população de 80.596 habitantes (IBGE, acesso em 2025), o mesmo registrou 995 cadastros e aplicou, oficialmente, 1.654 doses. A partir desses dados, foi possível estabelecer uma taxa de participação de 1,23% da população. Essa métrica, associada à média de 1,66 dose por cadastro, serviu como parâmetro para projetar o impacto e a demanda em futuras localidades. Um dado relatado na base documental do projeto, consta que foram adquiridas na primeira e única compra, 50 mil vacinas, sendo 70% para cães (V8) e 30% para felinos (V3). A seguir, na tabela 1, representa-se esse quantitativo:

Tabela 1- Quantitativo relativo projetivo.

CIDADES	POPULAÇÃO (IBGE, 2022)	CADASTROS PROJETADOS	DOSES NECESSÁRIAS
Seropédica*[i]	80.596	995	1.654
Nova Iguaçu	785.867	9.666	16.046
Itaguaí	116.841	1.437	2.385
Angra dos Reis	164.434	2.023	3.358
Japeri	96.289	1.184	1.965
Paraty	45.243	556	923
Paraíba do Sul	42.063	517	858
Paracambi	41.375	509	845
Barra do Piraí	92.883	1.146	1.902
Mangaratiba	41.220	509	845
TOTAL	**1.506.811**	**18.542**	**30.781**

Fonte: Elaborado pelo autor.

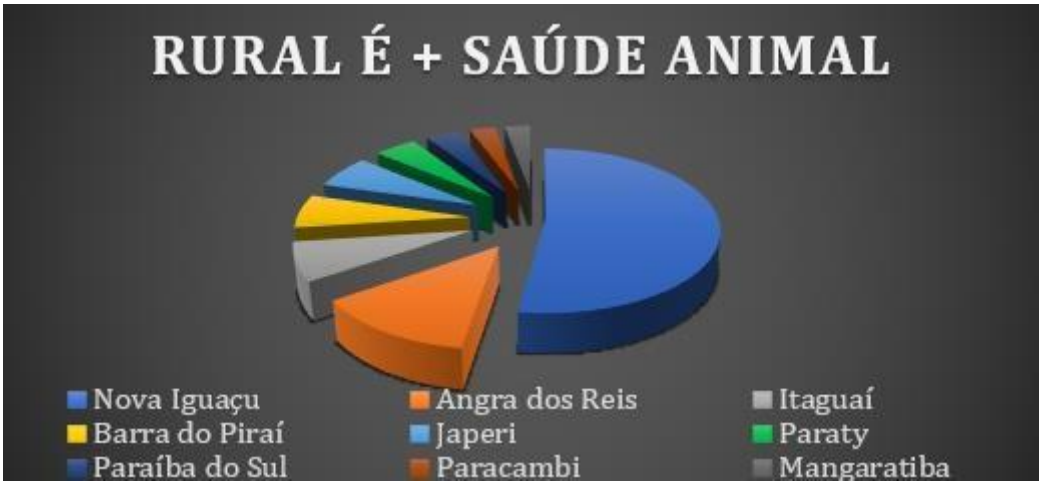
A análise dos dados evidencia que a aplicação da taxa de participação observada em Seropédica (1,23%) permite estimar, de maneira consistente e com base em uma média de aproximação, a demanda potencial nos demais municípios. Em cidades com alta densidade populacional, como Nova Iguaçu, a expectativa de 9.666 cadastros e 16.046 doses representa um desafio logístico considerável, exigindo maior alocação de equipes e recursos. Municípios de porte intermediário, como Angra dos Reis e Itaguaí, apresentam projeções relevantes (3.358 e 2.385 doses, respectivamente), demandando planejamento proporcional à sua capacidade operacional.

Em localidades menores, como Paraty, Mangaratiba, Paraíba do Sul e Paracambi, embora os números absolutos sejam mais modestos, a cobertura proporcional continua sendo estratégica para a eficácia do programa. Essas projeções constituem parâmetros

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

essenciais para a otimização da distribuição de vacinas e o dimensionamento adequado das equipes de aplicação. A seguir, apresenta-se um gráfico ilustrativo do percentual correspondente às doses necessárias:

Imagem 1- Gráfico projetivo.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Este parâmetro é vital para o planejamento estratégico do projeto. Ele oferece uma base concreta para a tomada de decisões logísticas, como a quantidade de vacinas a serem distribuídas e a alocação de equipes. Para garantir que a iniciativa mantenha sua eficiência e consiga atender à alta demanda, é essencial considerar uma margem de erro de 10% a 20% para a projeção de doses, permitindo uma cobertura mais segura e abrangente em todas as suas futuras edições, ou seja, 33.859,1 e 36.937,2 respectivamente sobre os percentuais supracitados.

Esta projeção abrange todas as regiões por onde o projeto irá passar e, caso essa estimativa seja atingida, conforme relatado nos documentos consultados do projeto inicial, as localidades com baixa adesão à vacinação animal, por quaisquer motivos, receberão o retorno da equipe para a realização de uma nova campanha. Essa etapa de vacinação tem como objetivo utilizar as, teoricamente, 20 mil doses restantes.

DISCUSSÕES

A discussão dos resultados do projeto Rural é + Saúde Animal mostram que a grande adesão no evento inaugural em Seropédica valida sua relevância para a saúde pública e o controle de zoonoses, corroborando com a perspectiva das autoras Pimpão, Fleming e Mira

(2024). Os dados quantitativos, que projetam uma alta demanda para municípios como Nova Iguaçu e Angra dos Reis, reforçam o caráter extensionista da iniciativa (Portal UFRRJ, 2025). A análise também justifica a importância do projeto instaurado no ano de 2024, “Uma só Saúde” (Ministério da Saúde, acesso em 2025).

CONCLUSÃO

O objetivo foi alcançado ao projetar-se o impacto e a demanda do projeto "Rural é + Saúde Animal" nas futuras edições. Por meio da pesquisa documental, que utilizou dados do evento inaugural em Seropédica, foi possível realizar uma análise ex-ante para traçar cenários projetivos para as próximas cidades. Esta abordagem mostrou-se eficaz ao fornecer uma base quantitativa sólida para o planejamento estratégico e a tomada de decisões logísticas, validando a relevância social da iniciativa.

Portanto, apesar do sucesso em atingir o objetivo, o estudo apresenta limitações, sobretudo pela natureza projetiva dos dados. As estimativas basearam-se em um único evento, sob uma média de aproximação, não contemplando particularidades socioeconômicas, geográficas e culturais de cada município. A taxa de participação foi considerada constante, mas fatores como divulgação, infraestrutura e clima podem influenciar a adesão, gerando desvios. Há ainda variáveis não abordadas que podem melhorar os resultados.

Diante disso, futuras pesquisas poderiam se aprofundar na análise do perfil dos tutores de animais, buscando uma compreensão mais detalhada das motivações para a participação no projeto. O estudo poderia também focar na avaliação dos resultados após a realização dos eventos, utilizando uma análise ex-post facto para comparar as projeções iniciais com os dados reais. Essa abordagem comparativa seria valiosa para refinar a metodologia projetiva e aprimorar a gestão do projeto em longo prazo.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama das Cidades e Estados.** Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/panorama. Acesso em: 2025.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LASSANCE, R. **Análise ex-ante: modelos e aplicações no campo da gestão.** Brasília: Editora Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BRASIL). **Uma Só Saúde**. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/u/uma-so-saude. Acesso em: 2025.

PIMPÃO, C. T.; FLEMMING, P.; MIRA, R. T. **Uma reflexão sobre a atenção primária à saúde animal.** Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP, São Paulo, v. 22, e 38569, 2024. DOI: https://doi.org/10.36440/recmvz.v22.38569.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ). **Participe da Semana Rural** 2025 entre os dias 9 e 15/06. 2025. Disponível em: https://portal.ufrrj.br/participe-da-semana-rural-2025-entre-os-dias-9-e-15-06/. Acesso em: 2025.

AGRADECIMENTOS

Os autores expressam seus agradecimentos ao Deputado Marcelo Queiroz, cujo atrocínio e constante defesa da causa animal têm sido fundamentais para a viabilização e continuidade do projeto Rural é + Saúde Animal. Os agradecimentos estendem-se para ao corpo docente envolvido na gestão para que o projeto ocorra de forma fluída e também aos discentes, que comprometeram-se a desempenhar a operacionalização das ações.

---

[i] A inclusão de Seropédica no cálculo justifica-se por ter sido a localidade onde se realizou a primeira edição da campanha, cujos dados empíricos possibilitaram estabelecer parâmetros para a projeção da demanda em outros municípios. Dessa forma, Seropédica cumpre a função de referência metodológica, assegurando maior precisão às estimativas futuras.

MORTALIDADE NEONATAL NA REGIÃO DA BAIXADA FLUMINENSE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO DE 2015-2024

Carla Veras Yigashira de Oliveira[1]
[4]Leticia Hoepers Baasch[2]
Pedro Gomes Sant'anna[3]
Pedro Ribeiro Bernardo[4]
Cynthia Boschi-Pinto[5]

RESUMO
A mortalidade neonatal é um indicador crucial de saúde pública, refletindo a qualidade da assistência médica e as desigualdades sociais. O estado do Rio de Janeiro tem as taxas mais elevadas da região Sudeste, com destaque para a região da Baixada Fluminense. Este estudo ecológico analisa a tendência da mortalidade neonatal na região entre 2015 e 2024, usando dados secundários dos Sistemas de Informações sobre Nascidos Vivos e sobre Mortalidade. As taxas de mortalidade foram calculadas segundo peso ao nascer e as tendências estimadas pelo método de regressão Joinpoint. Em 2024, a TMN na Baixada Fluminense foi 9,9/1000 NV e houve estabilidade na maioria dos municípios no período. Recém-nascidos com muito baixo peso apresentaram TMN mais elevadas em todos os municípios, variando de 208,3/1000 NV a 500,0/1000 NV. É essencial o fortalecimento de políticas públicas voltadas à promoção do cuidado materno-infantil para a reversão dos atuais índices.
Palavras-chave: Mortalidade Neonatal; Estudos de Séries Temporais; Sistemas de Informação em Saúde; Peso ao Nascer.

ABSTRACT
Neonatal mortality is a crucial public health indicator, reflecting the quality of medical care and social inequalities. The state of Rio de Janeiro has the highest rates in the Southeast region, with a particular focus on the Baixada Fluminense area. This ecological study analyzes the trend of neonatal mortality in the region between 2015 and 2024, using secondary data from the Live Births Information System and the Mortality Information System. Mortality rates were calculated according to birth weight, and trends were estimated using the Joinpoint regression method. In 2024, the NMR in Baixada Fluminense was 9.9/1000 live births, and most municipalities showed stability during the period. Newborns with very low birth weight had higher NMRs in all municipalities, ranging from 208.3/1000 live births to 500.0/1000 live births. It is essential to strengthen public policies aimed at promoting maternal and child care to reverse the current rates.
Keywords: Neonatal Mortality; Time Series Studies; Health Information Systems; Birth Weight.

INTRODUÇÃO

[1] Carla Veras Yigashira de Oliveira; Universidade Federal Fluminense; carlayigashira@id.uff.br
[2] Leticia Hoepers Baasch; Universidade Federal Fluminense; leticiahb@id.uff.br
[3] Pedro Gomes Sant'Anna; Universidade Federal Fluminense; pgsantanna@id.uff.br
[4] Pedro Ribeiro Bernardo; Universidade Federal Fluminense; pedrobernardo@id.uff.br
[5] Cynthia Boschi-Pinto; Universidade Federal Fluminense; cboschi@id.uff.br

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A mortalidade neonatal, definida como o número de óbitos ocorridos entre o nascimento e os 28 primeiros dias de vida, representa um dos mais sensíveis indicadores das condições socioeconômicas e da qualidade da atenção à saúde de uma população. Esse período é considerado crítico para a sobrevivência infantil, pois concentra vulnerabilidades relacionadas tanto à saúde materna quanto à estrutura dos serviços de saúde disponíveis para o recém-nascido. A análise dos padrões de mortalidade neonatal permite identificar desigualdades regionais, falhas nos sistemas de cuidado e prioridades para intervenções em saúde pública. Segundo dados recentes do relatório Levels & Trends in Child Mortality 2024, publicado pela UNICEF, a taxa global de mortalidade neonatal em 2023 foi estimada em 17 óbitos por mil nascidos vivos. No entanto, essa média global esconde disparidades significativas entre diferentes regiões do mundo: enquanto na Europa a taxa foi de apenas 2/1.000, na África Subsaariana atingiu 26/1.000, evidenciando o impacto das desigualdades estruturais na sobrevivência infantil. Na América Latina e Caribe, a taxa de mortalidade neonatal (TMN) foi de 9,0/1.000, e o Brasil alcançou 8,0/1.000 (UNICEF, 2025) O estado do Rio de Janeiro (ERJ) apresentou TMN de 8,9/1.000 nascidos vivos (RIO DE JANEIRO, 2025a).

Embora haja disponibilidade de dados em âmbito nacional e estadual, verifica-se uma lacuna significativa no que se refere às informações específicas sobre a Baixada Fluminense (BF), território historicamente caracterizado por processos de urbanização acelerada, profundas desigualdades socioeconômicas e acesso restrito a serviços de saúde de qualidade (SILVA, 2020). Segundo avaliação de indicadores de progresso social de todos os municípios brasileiros, Duque de Caxias, Belford Roxo e Nova Iguaçu estão entre os dez piores desempenhos de cidades com mais de 500 mil habitantes (IPS, 2025). A ausência de dados desagregados para essa região compromete a elaboração de políticas públicas eficazes, além de dificultar a identificação precisa dos fatores determinantes da mortalidade neonatal local.

Diante desse cenário, destaca-se a solicitação formal encaminhada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), em 2024, ao Comitê Estadual de Prevenção à Mortalidade Infantil e Fetal. Em resposta, o referido Comitê, com a colaboração do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal Fluminense (ISC/UFF), iniciou estudos específicos nessa região. O propósito foi aprofundar a análise da situação da mortalidade neonatal na Baixada Fluminense, fortalecendo estratégias de intervenção orientadas à redução dos óbitos neonatais.

MATERIAL E MÉTODOS

Estudo ecológico de tendência temporal da mortalidade neonatal nos municípios da região da BF do ERJ, no período 2015-2024. A definição de Baixada Fluminense utilizada pelo MPRJ refere-se à região de natureza política, econômica e social composta por 13 municípios da área metropolitana do ERJ.

A população de estudo é constituída pelos nascidos vivos e óbitos neonatais de mães residentes no ERJ. Os dados de mortalidade foram obtidos do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM). Informações sobre número de nascidos vivos (NV) e peso ao nascer foram obtidas do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC). Ambos os sistemas de informação foram consultados na página da Secretaria Estadual de Saúde do RJ (RIO DE JANEIRO, 2025b). A taxa de mortalidade neonatal – TMN - foi definida como a razão entre o número total de óbitos entre 0-28 dias e o número de NV no mesmo local e período, expressa por 1000 nascidos vivos. A TMN foi analisada segundo o peso ao nascer (< 1500g – muito baixo peso; <2500g – baixo peso; e ≥ 2500g –peso adequado). Gestações múltiplas e neonatos com peso < 500g e idade gestacional < 22 semanas foram excluídos devido a seus riscos diferenciados e baixa viabilidade. A análise da tendência com as respectivas estimativas da variação percentual anual (VPA) foi realizada por regressão *joinpoint*, usando o programa *Joinpoint Regression Analysis*, versão 4.8.0.0. Essa técnica utiliza as taxas de mortalidade log-transformadas para identificar os pontos de inflexão ("joinpoints"), e calcular a VPA em cada segmento. Os testes de significância basearam-se no método de permutação de Monte Carlo, considerando p <0,05.

RESULTADOS

Em 2024, a TMN na Baixada Fluminense foi 9,9/1000 NV, enquanto no ERJ foi 8,9/1000 NV. Nesse mesmo ano, as maiores taxas foram observadas em São João de Meriti (13,4/ 1000 NV) e Nilópolis (12,1/1000 NV), e a menor em Seropédica (5,7/ 1000 NV). Na maioria dos municípios da BF, a TMN se manteve estável. Apenas dois municípios apresentaram mudança: Duque de Caxias registrou aumento entre 2015 a 2020 (VPA 6,2; IC95% 3,2; 16,0); Itaguaí apresentou tendência decrescente entre 2018 e 2024 (VPA -11,2; IC95% -38,8; -1,1).

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Recém-nascidos com muito baixo peso apresentaram a TMN mais elevada em todos os municípios, variando de 208,3/1000 NV em Itaguaí a 500,0/1000 NV em Guapimirim e Paracambi. A série temporal identificou aumentos anuais em dois municípios: Belford Roxo, entre 2018 e 2024 (VPA 22,8%; IC95%: 6,7; 41,3); em Duque entre 2018 e 2024 (VPA 19,1%; IC95%: 13,7; 24,8). Nos demais municípios, predominou estabilidade.

Entre os recém-nascidos com baixo peso, os valores foram menores, mas ainda bastante elevados, oscilando entre 50,3/1000 NV em Mesquita e 95,2/1000 NV em Paracambi. Já entre aqueles com peso adequado, a TMN ficou sempre abaixo de 4,0/1000 NV e com padrão de estabilidade.

DISCUSSÃO

A TMN é elevada na BF e é importante destacar que a estabilidade não significa um contexto favorável e sim estagnação. Oito dos treze municípios apresentam taxas superiores às médias nacionais, destacando-se São João de Meriti e Nilópolis. O único município com tendência decrescente recente foi Itaguaí.

Quanto menor o peso maior foi a TMN, e detectou-se tendência crescente em Belford Roxo e Duque de Caxias.

Esses resultados descortinam deficiências na rede de atenção pré e perinatal em promover redução consistente da mortalidade neonatal. Além disso, sugere a relação com desigualdades sociais, já que os dois municípios mais populosos da região têm indicadores de qualidade de vida com muito baixo desempenho e apresentaram crescimento recente da TMN. No entanto, outros municípios no estado, como Niterói (MACHADO et al., 2024); e Rio de Janeiro, alcançaram TMN de 6,0 e 8,4/1.000 NV (MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 2020), respectivamente, mostrando ser possível reverter este cenário.

CONCLUSÕES

Diante disso, torna-se essencial o fortalecimento de políticas públicas voltadas à promoção da equidade no cuidado materno-infantil. Investimentos estratégicos na qualificação da assistência, na ampliação da cobertura e na integração dos serviços de saúde podem contribuir significativamente para a reversão dos atuais índices. A implementação de ações

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

sustentáveis e articuladas entre os diferentes níveis de atenção é fundamental para garantir melhores condições de vida aos recém-nascidos da Baixada Fluminense, assegurando-lhes o direito à saúde desde os primeiros momentos de vida.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA (IMAZOM). *IPS Brasil: Índice de Progresso Social Brasil 2025: Qualidade de Vida nos 5.570 municípios do Brasil*. Belém: Imazon, 2025. Disponível em: https://ipsbrasil.org.br/pt. Acesso em: 10 set. 2025.

MACHADO S.S.; KALE P.L.; FONSECA S.C.Evitabilidade e tendência temporal da mortalidade neonatal em Niterói/RJ, 2012 a 2022. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*. 2024.

RIO DE JANEIRO (Município). Secretária Municipal de Saúde. *Mortalidade infantil.* Disponível em: https://saude.prefeitura.rio/vigilancia-saude/dados-vitais/mortalidade/infantil/. Acesso em: 10 set. 2025.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Saúde. *Boletim Informativo do estado do RJ. Mortalidade fetal e infantil, 2024.* Informe do Comitê Estadual de Prevenção da mortalidade fetal e infantil. Rio de Janeiro, 2025a.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Saúde. Dados SUS*: Estatísticas Vitais. Óbitos e Nascimentos - SIM e SINASC*. Rio de Janeiro: SES-RJ, 2025b. Disponível em: https://www.saude.rj.gov.br/informacao-sus/dados-sus/2020/10/estatisticas-vitais-obitos-e-nascimentos-sim-e-sinasc. Acesso em: 4 set. 2025.

SILVA, Patricia Cipriano Barcellos da. Cenários de desigualdades territoriais no Brasil: um estudo sobre a Baixada Fluminense (RJ). *Brazilian Journal of Development,* Curitiba, v. 6, n. 9, p. 72767-72779, set. 2020.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). *Levels & Trends in Child Mortality*: Report 2024. New York: UNICEF, 2025.

Por se tratar de dados de domínio público, sem a identificação dos participantes, o estudo não necessitou ser submetido à avaliação de um Comitê de Ética em Pesquisa.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

CIDADES INJUSTAS, MORTES INVISÍVEIS

Bianca Borges da Silva Leandro[1]

RESUMO

Este trabalho analisa a mortalidade por tuberculose na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) entre 2000 e 2023, tomando-a como indicador das desigualdades urbanas e em saúde. A investigação adota uma abordagem crítica, articulando a epidemiologia da determinação social do processo saúde-doença-cuidado e os aportes do planejamento urbano crítico. Os resultados mostram que 87% dos óbitos do estado concentram-se na RMRJ, revelando taxas superiores às estaduais e nacionais, com destaque para municípios da Baixada Fluminense. A mortalidade afeta desproporcionalmente homens negros adultos em situação de inserção precária no trabalho, expressando a sobreposição de desigualdades raciais, de classe e territoriais. Esses achados evidenciam que as mortes por tuberculose, apesar de evitáveis, seguem naturalizadas em um contexto de precariedade urbana e insuficiência das políticas públicas de saúde, moradia e saneamento. A pesquisa reforça a necessidade de políticas intersetoriais e redistributivas para enfrentar as raízes estruturais da injustiça social urbana.

Palavras-chave: tuberculose; mortalidade; injustiça social urbana; Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This study analyzes tuberculosis mortality in the Rio de Janeiro Metropolitan Region (RMRJ) between 2000 and 2023, framing it as an indicator of urban and health inequalities. The research adopts a critical approach, combining the epidemiology of the social determination of health-disease-care processes with critical urban planning. Results show that 87% of tuberculosis deaths in the state occur in the RMRJ, with mortality rates consistently higher than state and national averages, particularly in municipalities of the Baixada Fluminense. Mortality disproportionately affects Black adult men in precarious labor conditions, reflecting the overlap of racial, class, and territorial inequalities. These findings highlight that tuberculosis deaths, though preventable, remain naturalized within a context of urban precariousness and insufficient public policies on health, housing, and sanitation. The study underscores the need for intersectoral and redistributive policies to address the structural roots of urban social injustice.

Keywords: tuberculosis; mortality; social urban injustice; Rio de Janeiro Metropolitan Region.

INTRODUÇÃO

Mais da metade da população mundial vive hoje em áreas urbanas; no Brasil, esse percentual ultrapassa 85%. As cidades, enquanto metabolismos complexos, possuem uma dupla dimensão: de um lado, concentram oportunidades e redes de serviços; de outro,

[1]Bianca Borges da Silva Leandro, EPSJV/Fiocruz e IPPUR/UFRJ, bianca.leandro@fiocruz.br.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

produzem desigualdades estruturais relacionadas à organização do espaço urbano, como moradias precárias, carência de infraestrutura e condições que favorecem o adoecimento. Esses impactos não se distribuem de forma equitativa: grupos e classes sociais experimentam maior ou menor exposição conforme sua posição social e territorial.

Apesar dos avanços em indicadores socioeconômicos e de saúde, persistem desigualdades intraurbanas atravessadas por assimetrias de raça/cor, gênero e classe.

Entre suas expressões mais graves está a mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias, em especial a tuberculose, fenômeno frequentemente naturalizado e invisibilizado. Nos países centrais, seu impacto foi reduzido a partir das melhorias radicais nas condições de vida ocorridas no século XIX e, mais recentemente, pela implementação do tratamento medicamentoso eficaz. Contudo, mesmo nesses contextos, a doença persiste em grupos vulnerabilizados — como no Canadá, entre populações indígenas específicas. Já em países periféricos e desiguais como o Brasil, a tuberculose permanece como sério problema de saúde pública, agravado pela situação do HIV/Aids, pelo aprofundamento da pauperização e pelas desigualdades no acesso ao cuidado (Campos, 1999). No caso da mortalidade, apesar da queda relativa nas últimas décadas, os óbitos por tuberculose carregam múltiplas camadas de opressão, pois se trata de uma doença evitável e curável. Surge, assim, a questão: quem são os grupos sociais que, permanentemente, seguem morrendo de tuberculose?

Segundo a OMS, a tuberculose continua sendo a segunda principal causa de morte por doença infecciosa no mundo, superando o HIV/Aids (ENSP, 2023). No estado do Rio de Janeiro, particularmente na Região Metropolitana, esse quadro não é diferente nem recente. Em 2021, foi aprovado o Plano Estadual de Controle e Eliminação da Tuberculose, com vigência até 2025 e definição de municípios prioritários, o que evidencia a relevância do tema na agenda da política de saúde. A perspectiva histórica também é reveladora: já em estudo clássico, Ruffino-Netto e Pereira (1981) mostraram como a estruturação desigual da cidade e da metrópole carioca estava fortemente associada ao adoecimento e à mortalidade por tuberculose. Nas últimas décadas, diversas pesquisas reforçam essa relação, demonstrando a influência de condições de vida como moradia, mobilidade e alimentação. Passados mais de quarenta anos, coloca-se a necessidade de indagar: como esse padrão de mortalidade se apresenta hoje entre os diferentes municípios da segunda maior metrópole do país?

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Dessa forma, esta pesquisa analisa a mortalidade por tuberculose na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, entre 2000 e 2023, tomando-a como marcador da permanência das desigualdades urbanas e em saúde e como indicador da injustiça social no espaço metropolitano. A investigação articula os referenciais da Saúde Coletiva — especialmente a epidemiologia crítica da determinação social do processo saúde-doença-cuidado — e os aportes do Planejamento Urbano e Regional, destacando a necessidade de políticas públicas intersetoriais capazes de enfrentar as raízes estruturais da desigualdade e a naturalização de mortes evitáveis.

MATERIAL E MÉTODOS

A investigação abrange o período de 2000 a 2023 e adota uma abordagem crítica fundamentada na epidemiologia da determinação social do processo saúde-doença- cuidado e nos aportes do planejamento urbano crítico. Foram utilizados dados secundários de mortalidade do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/SESRJ). A partir desses dados, analisou-se a taxa de mortalidade por tuberculose na RMRJ, bem como a distribuição dos óbitos articulando os marcadores sociais raça/cor, sexo e idade, também foi feita a análise dos óbitos por meio da estrutura sócio-ocupacional proposta pelo Observatório das Metrópoles (Observatório, 2023), como uma aproximação da análise de classes sociais. Foram construídas taxas específicas de mortalidade por município, comparando suas tendências com o padrão da região metropolitana. Além disso, a mortalidade municipal foi relacionada ao Indicador de Bem-Estar Urbano (IBEU), de modo a identificar municípios com altas taxas de mortalidade e baixos níveis de bem-estar urbano, revelando territórios em que se sobrepõem desigualdades em saúde e desigualdades urbanas.

Os resultados foram problematizados à luz dos referenciais teóricos da Saúde Coletiva, do Planejamento Urbano e Regional e das teóricas da interseccionalidade, em especial Sueli Carneiro, permitindo compreender a tuberculose como expressão de opressões históricas e da reprodução de desigualdades no espaço urbano-metropolitano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Entre 2000 e 2023, ocorreram 20.039 óbitos por tuberculose no estado do Rio de Janeiro, dos quais 87% (n=17.370) concentraram-se na Região Metropolitana. Comparando 2000 e 2023, observa-se uma redução de aproximadamente 20% no número de mortes. No entanto, alguns municípios destoaram dessa tendência regional, apresentando aumento absoluto de óbitos: Duque de Caxias, Nilópolis, São Gonçalo e São João de Meriti. Os demais apresentaram estabilidade ou acompanharam o padrão de queda observado para a metrópole como um todo.

A análise das taxas de mortalidade revela que, apesar da redução no período, a RMRJ manteve-se com indicadores persistentemente superiores aos do estado e do Brasil. Quando comparados à média metropolitana, alguns municípios apresentaram risco de morte por tuberculose acima da região e tendência de crescimento: Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti. O município do Rio de Janeiro, embora concentre elevado volume de óbitos devido ao tamanho populacional, registrou taxa semelhante à média da RMRJ e trajetória de queda.

Ao relacionar mortalidade e bem-estar urbano (IBEU), identificaram-se municípios com baixa qualidade urbana e altas taxas de mortalidade no ponto médio da série histórica (devido a disponibilidade dos dados censitários): Japeri, Queimados, Belford Roxo, Magé e Seropédica. Entre estes, Japeri destacou-se por apresentar relação mais nítida entre mortalidade e duas dimensões específicas do IBEU: infraestrutura e mobilidade. Esses resultados apontam para maior vulnerabilidade sanitária e urbana na Baixada Fluminense, região historicamente marcada por industrialização pontual — como a instalação da REDUC em Duque de Caxias nos anos 1960 —, processos de urbanização desordenada, recepção de fluxos migratórios expulsos da capital e consolidação como território de moradia popular caracterizado por precariedade urbana, favelização e violência (Abreu, 1987).

A análise proporcional dos óbitos pelos marcadores sociais revelou forte desigualdade. Observa-se envelhecimento geral da mortalidade por tuberculose em todos os agrupamentos raciais; entretanto, metade dos óbitos concentram-se em homens negros, sobretudo na faixa etária de 30 a 59 anos (população adulta), que representou cerca de 30% das mortes em todos os períodos analisados. Quanto à inserção sócio-ocupacional, os óbitos predominaram em populações em situação de trabalho precário, com destaque para desempregados crônicos, proletariado dos serviços, trabalhadores da produção do ambiente construído e donas de casa.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Em síntese, quem mais morre de tuberculose são justamente aqueles historicamente excluídos dos ganhos e oportunidades da vida urbana na metrópole do Rio de Janeiro — em especial os homens negros. Sueli Carneiro (2023) aponta que o homem negro urbano permanece frequentemente à margem, exposto à violência institucional, à pobreza e a condições de vida que o colocam em vulnerabilidade permanente. Ele é marcado por processos de opressão e invisibilidade que também se materializam na mortalidade por tuberculose. Tais mortes não podem ser entendidas como naturais, mas como expressão da desvalorização das vidas negras e da naturalização de mortes evitáveis em uma metrópole historicamente produzida por processos de ocupação desigual e excludente (Abreu, 1987). Esse quadro reforça a urgência de políticas públicas intersetoriais que enfrentem, de forma integrada, as desigualdades urbanas e sanitárias e que estejam comprometidas com a valorização da vida.

CONCLUSÕES

Os resultados evidenciam que a mortalidade por tuberculose na Região Metropolitana do Rio de Janeiro transcende o campo biológico, refletindo profundas injustiças sociais que estruturam a vida urbana na metrópole fluminense. Trata-se de uma expressão conjugada da exclusão histórica, das desigualdades raciais e de classe, e da insuficiência das políticas públicas de saúde, moradia e saneamento.

A persistência de mortes evitáveis e invisíveis revela limitações do setor saúde — como subfinanciamento, gestão fragmentada e oferta precária de serviços — e a manutenção de condições urbanas desiguais. A tuberculose, nesse contexto, emerge como marcador da injustiça social urbana, exigindo políticas intersetoriais e redistributivas que articulem saúde coletiva e planejamento urbano no âmbito metropolitano.

Ao evidenciar a sobreposição de desigualdades, esta investigação oferece subsídios para respostas mais equitativas, capazes de transformar estruturalmente a saúde pública fluminense e contribuir para cidades mais justas e inclusivas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

CAMPOS, Hisbello S. Mycobacterium tuberculosis resistente: de onde vem a resistência?. *Bol. Pneumol. Sanit.*, Rio de Janeiro , v. 7, n. 1, p. 51-64, jun. 1999. Disponível em:<http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-460X1999000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 set. 2025.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser.* Zahar, 2023.

ENSP. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. X Relatório Global da OMS destaca aumento histórico no diagnóstico de tuberculose. *Informe Ensp*. 2023. Disponível em: https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/54719 Acesso em 14 set. 2025.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Estrutura Sócio-ocupacional do Observatório das Metrópoles*. Rio de Janeiro. 2023. Disponível em: *https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2023/03/Relatorio-Estrutura-Socio-Ocupacional-do-OM_final.pdf* Acesso em 12 set. 2025.

RUFFINO NETTO, A.; PEREIRA, J. C. Mortalidade por tuberculose e condições de vida: o caso Rio de Janeiro. *Saúde em Debate*, 12: 27-34, 1981

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Saúde. *Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)*. Disponível em: http://sistemas.saude.rj.gov.br/tabnetbd/dhx.exe?sim/tf_sim_do_geral.def. Acesso em: 19 fev. 2026.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NA POLÍTICA DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: REVISÃO TEÓRICA E ANÁLISE DA POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA

Karine Vargas Pontes[1]

RESUMO

O presente trabalho discute a gestão das Organizações Sociais (OSS) na política de saúde do Estado do Rio de Janeiro. O texto abrange a revisão teórica sobre o papel das OSS no contexto da Nova Gestão Pública e da Reforma Gerencial, bem como a análise da política orçamentária da saúde no estado. A partir da investigação, observou-se a relevância das OSS como agentes centrais na execução da política de saúde fluminense, mas também os limites e desafios de sua atuação, em especial no tocante à execução orçamentária, ao financiamento público e à eficiência na aplicação dos recursos. A análise evidencia que, embora as OSS tenham sido fundamentais para a expansão da capacidade de atendimento, a ausência de transparência e a fragmentação do controle trouxeram problemas de eficiência e desperdício de recursos públicos.

Palavra-chave: Saúde Pública; Orçamento Público; Reforma Gerencial

ABSTRACT

This paper discusses the management of Social Organizations (SSOs) in the health policy of the State of Rio de Janeiro. The text includes a theoretical review of the role of SSOs in the context of New Public Management and Management Reform, as well as an analysis of the state's health budget policy. Based on this research, we observe the relevance of SSOs as central agents in the implementation of Rio de Janeiro's health policy, but also the limits and challenges of their role, especially regarding budget execution, public financing, and the efficient allocation of resources. The analysis highlights that, although SSOs have been fundamental to expanding service capacity, the lack of transparency and fragmented control have led to efficiency problems and wasted public resources.

Keywords: Public Health; Public Budget; Management Reform

INTRODUÇÃO

A análise da gestão das Organizações Sociais (OSS) na política de saúde do Estado do Rio de Janeiro. A discussão é construída sobre duas frentes principais: a revisão teórica acerca da inserção das OSS no âmbito da política pública de saúde e a análise da execução orçamentária estadual para a pasta. Este trabalho problematiza como o processo de terceirização da gestão hospitalar, iniciado em 2011, alterou a estrutura de financiamento da saúde, impactando a forma como os recursos são alocados, executados e monitorados.

1 Karine Vargas Pontes, Pesquisadora Associada do Laboratório de Políticas Públicas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e vargas.karine@yahoo.com.br.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Esta estratégia de gestão foi regulamentada pela Lei nº 6.043/2011, que tem como base ideológica a Reforma do Estado da década de 90, elaborada no governo de Fernando Henrique Cardoso, tomou forças e cresceu ao longo do tempo. No entanto, nos últimos anos, diante do cenário de incerteza fiscal e da pandemia da COVID 19, o governo fluminense tomou a decisão de extinguir as OSS na gestão de saúde, por meio da Lei Estadual nº 8.986/2020, devido as instabilidades na gestão da pasta. A proposta inicial era fazer uma transição gradativa dos hospitais geridos pelas OSS para a Fundação Saúde do Estado do Rio até 31 de julho de 2024, no entanto, diante dos desafios enfrentados no processo de transição de gestão o governo estadual adotou-se a medida de estender o prazo até 31 de julho de 2026, por meio da aprovação da Lei nº 10.457/2024. A partir dos fatos narrados acima, este trabalho se propõe a refletir sobre a política de gestão de saúde adotada pelo governo do Estado do Rio de Janeiro e o processo de mudança na condução da política pública, analisando a execução orçamentária da pasta da saúde.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo está baseado em levantamento documental e empírico, contemplando a legislação estadual, os contratos de gestão firmados com as OSS, os relatórios de prestação de contas, além de dados da Secretaria de Estado de Saúde e da Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro. O estudo aplicou uma abordagem qualitativa, combinada a análises quantitativas de execução orçamentária e estatísticas de saúde. Foram examinados dados entre 2007 e 2023, de modo a compreender a trajetória das OSS, sua dinâmica de gestão e os efeitos sobre a estrutura fiscal e o financiamento do sistema de saúde estadual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão teórica demonstra que a adoção das OSS no Estado do Rio de Janeiro insere-se no paradigma da Nova Gestão Pública, defendida por Bresser-Pereira, que buscava maior eficiência e flexibilidade administrativa. Contudo, a literatura crítica aponta para efeitos colaterais como a mercantilização dos serviços de saúde, a precarização do trabalho e o enfraquecimento do controle social. O estudo revela que, apesar da expansão das OSS, a Secretaria de Estado de Saúde passou a enfrentar limitações na gestão orçamentária. O gasto

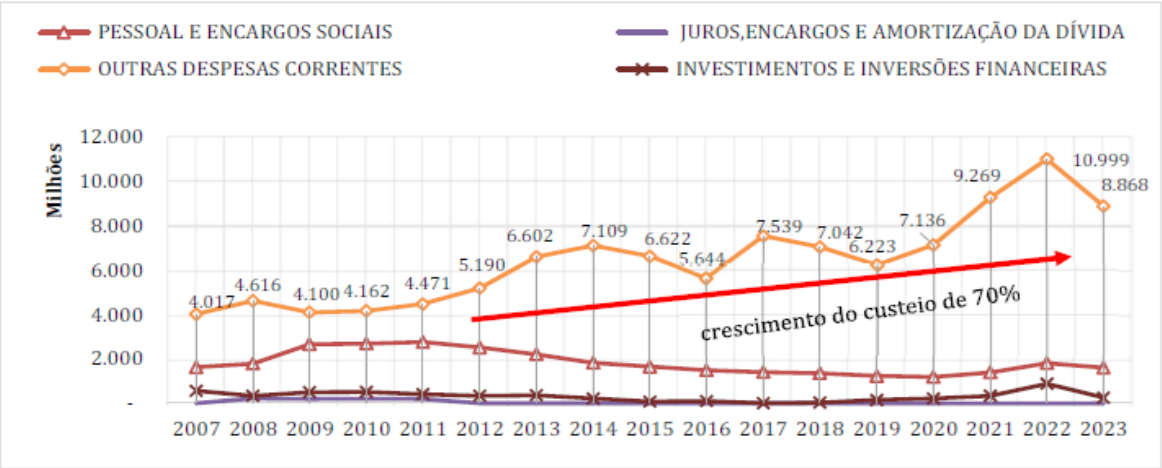
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

com OSS, que em 2012 representava cerca de 19% do custeio da saúde, chegou a uma média de 32% nos últimos oito anos, evidenciando a dependência desse modelo.

Em termos de execução orçamentária, o estudo evidencia um cenário de fragilidade fiscal do Estado do Rio de Janeiro, marcado pela adesão ao Regime de Recuperação Fiscal e pela dificuldade de manter investimentos em saúde. Entre 2017 e 2018, os investimentos caíram para níveis próximos de zero, e apenas a partir de 2019 houve recuperação parcial, ao mesmo tempo em que o gasto com OSS cresceu, a transparência permaneceu limitada: não havia rubricas orçamentárias específicas por hospital, dificultando o monitoramento detalhado da execução. O gráfico 1 apresenta as despesas liquidadas da função saúde distribuído pelos grupos de despesas: pessoal e encargos sociais; outras despesas correntes (custeio); juros, encargos e amortização da dívida; e investimentos e inversões financeiras, no período de 2007 a 2023. As despesas com custeio representam em média 73% do total gastos na área da saúde. No início da série (2007-2011), antes da inserção das OSS, apresentava uma média 59% na participação do total dado que havia mais gastos com despesas de pessoal, que representa uma média de 30% anual do gasto. Em decorrência da gestão compartilhada com as Organizações Sociais, o custeio da saúde passou de 64% do total em 2012 para 83% em 2020, ou seja, ocorre um fortalecimento do modelo de gestão a partir de contratação de pessoal via OSS, os gastos com pessoal passam a ser computados no grupo de custeio e não no grupo de pessoal. Este mecanismo foi adotado pelos gestores públicos como forma de burlar as limites e pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. No período de 2012 a 2023, as despesas de pessoal caíram de 36,3%, a valores constantes, os valores aplicados em pessoal eram de R$ 2,2 bilhões em 2012 e passaram para R$ 1,6 bilhões em 2023. O grupo de investimentos, representam uma média de 3,4% do total dos gastos com saúde no Estado do Rio de Janeiro. No início da série histórica se investia um montante maior que chegava em média a 5,8% do total aplicado em saúde (2007-2011). No entanto, no período de fortalecimento das OSS, o poder público passou a aplicar cerca de 1,9% (2012 a 2020).

Gráfico 1 **- Gastos por grupo de despesas da área saúde no Estado do Rio de Janeiro, 2007- 2023**

Fonte: Portal de Transparência do Estado do Rio de Janeiro, elaborado pela autora, 2025.
*valores deflacionados pelo IPCA/IGBE em dezembro de 2023.



Fonte: Portal de Transparência do Estado do Rio de Janeiro, elaborado pela autora, 2025.
*valores deflacionados pelo IPCA/IGBE em dezembro de 2023.

O estudo revela que os gastos com as Organizações Sociais no Estado do Rio de Janeiro, chegou ao montante, em média, R$ 2,5 bilhões ao ano nos contratos de gestão com OSS, isto representa em média de 36% do custeio da saúde. Em 2012 representava 19% chegando a 58% em 2015. O esforço para obter o resultado dos valores relativos aos gastos com Organizações Sociais no Estado do Rio de Janeiro sob o aspecto da execução do orçamento, tem por objetivo compreender se ocorreu economicidade para as contas públicas estaduais.

CONCLUSÕES

As Organizações Sociais assumiram um papel central na política de saúde do Estado do Rio de Janeiro, influenciando tanto a lógica de gestão quanto a execução orçamentária. Apesar de avanços na ampliação da cobertura assistencial, os resultados revelam problemas significativos de transparência, de eficiência e de sustentabilidade fiscal. A revisão teórica reforça que o modelo se ancora na Nova Gestão Pública, mas as críticas indicam que tal estrutura aprofunda desigualdades e compromete a universalidade e integralidade do SUS. O desafio atual do Estado é garantir que a transição para a Fundação Saúde seja acompanhada de mecanismos de controle mais robustos, de transparência orçamentária e de alinhamento com os princípios constitucionais da saúde pública.

Os resultados indicam ainda que a transição anunciada em 2020 para a Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro buscou corrigir distorções do modelo, mas enfrentou obstáculos legais, administrativos e fiscais, o que levou à prorrogação da presença das OSS até 2026. Assim, a análise mostra que a política orçamentária e o modelo de gestão estão interligados e que a dependência do estado em relação às OSS reflete tanto a lógica da Reforma Gerencial quanto os limites estruturais do financiamento da saúde pública fluminense.

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Reforma do Estado para a cidadania*. São Paulo: Editora 34, 1998.

FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: LTC, 2023. HOOD, C. A public management for all seasons? Public Administration, v. 69, n. 1, p. 3- 19, 1991.

GERSCHAMAN, Silvia. SANTOS, Ângela Moulin S. *Penalva. Saúde e Políticas Sociais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Editora FIOCRUZ. 2016.

PAHIM, MLL. Organizações Sociais de Saúde do estado de São Paulo: inserção privada no SUS e gestão financeira do modelo pela Secretaria de Estado da Saúde. 2009. 250 p. *Tese* (Doutorado em Medicina Preventiva) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

2. POLÍTICAS EDUCACIONAIS: PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO, CURRÍCULO E GESTÃO

Fabiana de Moura Maia Rodrigues (UFRRJ)
Waldeck Carneiro (UFF)

Os indicadores educacionais de um ente federado expõem suas características, de forma transversal, em conexão com vários campos das políticas públicas, estabelecendo um retrato do desenvolvimento humano e econômico atual dos territórios e suas possibilidades futuras. No quadro de crise do Rio de Janeiro, é incontornável enfrentar a discussão sobre a necessidade de elevar a qualidade das redes públicas de ensino, responsáveis pela maior parte da oferta de educação básica do estado, bem como discutir as insuficiências no planejamento educacional, as improvisações curriculares, os entraves à democratização da gestão escolar e os frágeis resultados apresentados pelo IDEB da maioria dos municípios fluminenses, quando contrapostos aos IDEB's das demais regiões do Brasil. Além disso, há o desafio específico da implantação de um ensino médio potente e transformador, que venha a contribuir para a continuidade dos estudos de nossos jovens e para as suas vivências em sociedade, numa perspectiva crítica, reflexiva e cidadã. Nesse sentido, esta sessão temática pretende refletir sobre os indicadores educacionais do Estado do Rio de Janeiro, com foco específico no planejamento, na avaliação, no currículo e na gestão democrática da educação, notadamente sobre as discussões emergentes e urgentes acerca do novo ensino médio, do plano estadual de educação e da gestão democrática da educação, em face do novo Plano Nacional de Educação, que, espera-se, deverá ser aprovado no Congresso Nacional até o final de 2025.

Debruçar-se sobre a educação básica no Rio de Janeiro em seu estado atual, contando com a expertise das universidades e instituições de pesquisa da área, tem como objetivo não só a construção de políticas públicas educacionais, mas a constante oxigenação de propostas intersetoriais que têm a elevação das taxas de escolarização, com qualidade socialmente referenciada, como um de seus principais suportes.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A EDUCAÇÃO TURÍSTICA COMO ESTRATÉGIA PARA VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Leonardo S. Ferreira[1]

Yane Menezes[2]

RESUMO

Este estudo, de caráter ensaístico, reflete sobre a educação turística como estratégia de valorização do território e de seus patrimônios territoriais, compreendidos como construções sociais resultantes de processos históricos, culturais, políticos e ambientais. A pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, baseou-se em revisão bibliográfica sobre os conceitos de território, patrimônio territorial, turismo pedagógico e educação turística. A análise evidencia que, ao ser trabalhado como recurso pedagógico, o território deixa de ser visto apenas como cenário físico e passa a configurar-se como espaço de aprendizagem, integração e transformação social. A educação turística, especialmente quando articulada ao turismo pedagógico, aproxima os estudantes de seus contextos locais, promove a valorização de patrimônios materiais e imateriais e fortalece práticas cidadãs. Conclui-se que a educação turística, ao integrar território, patrimônio e processos formativos, amplia a função social da escola e reforça o papel do turismo como instrumento para o desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Educação turística; Patrimônio territorial; Turismo pedagógico; Território.

ABSTRACT

This essay-based study reflects on tourism education as a strategy for enhancing the territory and its territorial heritage, understood as social constructions resulting from historical, cultural, political, and environmental processes. The qualitative and exploratory research was grounded in a literature review on the concepts of territory, territorial heritage, pedagogical tourism, and tourism education. The analysis reveals that, when approached as a pedagogical resource, the territory ceases to be perceived merely as a physical setting and comes to be understood as a space for learning, integration, and social transformation. Tourism education, particularly when linked to pedagogical tourism, brings students closer to their local contexts, promotes the appreciation of both tangible and intangible heritage, and strengthens civic practices. It is concluded that tourism education, by integrating territory, heritage, and formative processes, broadens the social role of schools and reinforces the role of tourism as an instrument for territorial development.

Keywords: Tourism education; Territorial heritage; Pedagogical tourism; Territory.

INTRODUÇÃO

O território, tradicionalmente compreendido como espaço físico delimitado, adquire

[1] Leonardo S. Ferreira. Mestrando do Programa de Pós Graduação em Turismo da Universidade Federal Fluminense. E-mail: ferreiraleonardo@id.uff.br

[2] Yane de Menezes Santos. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Turismo da Universidade Federal Fluminense. E-mail: yanems@id.uff.br.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

novas dimensões quando analisado sob uma perspectiva educativa. Mais do que cenário geográfico, torna-se agente ativo de formação, integrando aspectos sociais, culturais, ambientais e simbólicos. Reconhecê-lo como recurso pedagógico significa
ampliar o conceito de sala de aula, incorporando espaços vividos pela comunidade como instrumentos de aprendizagem e cidadania. Nesse contexto, o território deixa de ser apenas suporte material e passa a configurar-se como conteúdo, metodologia e prática, potencializando processos educativos críticos, participativos e transformadores.

A compreensão do território como resultado das diversas relações sociais que nele se desenrolam é fundamental para a educação turística, já que o turismo, ao assumir caráter formativo, contribui para o fortalecimento da identidade, do pertencimento e da formação cidadã. Em práticas como o turismo pedagógico e os trabalhos de campo, os estudantes têm a oportunidade de conhecer e valorizar o espaço onde vivem, seja ele urbano, rural ou natural, ampliando o entendimento sobre a história, a cultura, o patrimônio e as potencialidades locais (Dallabrida, 2016).

Dessa forma, ao articular turismo, território e patrimônio, cria-se a possibilidade de integrar ensino e prática social, favorecendo tanto a formação de cidadãos críticos quanto a gestão participativa do território. Este trabalho, portanto, busca refletir sobre a contribuição da educação turística, em diálogo com o turismo pedagógico, para a construção de uma pedagogia territorial voltada à valorização do patrimônio material e imaterial, ampliando horizontes para o desenvolvimento territorial.

MATERIAS E METÓDOS

O estudo tem caráter qualitativo e exploratório, fundamentado em revisão bibliográfica de artigos científicos, dissertações, relatórios institucionais e outros documentos que abordam a relação entre território, patrimônio e processos educativos. A escolha desse percurso metodológico justifica-se pela necessidade de compreender o território como construção social, cultural e simbólica, analisando como diferentes autores discutem seu potencial como ferramenta pedagógica.

O levantamento bibliográfico contemplou textos em bases acadêmicas e materiais previamente selecionados, priorizando produções recentes e relevantes. A análise foi

conduzida de forma crítica e interpretativa, identificando convergências e lacunas entre os estudos. A partir desse procedimento, a reflexão foi estruturada em uma abordagem integradora, articulando conceitos de patrimônio territorial, turismo pedagógico e Cidadania, a fim de sustentar a proposição do território como recurso pedagógico e estratégico para a educação turística (GIL, 2002).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O uso pedagógico do território rompe com a lógica tradicional de ensino restrita à sala de aula, integrando dimensões da vida cotidiana ao currículo escolar. Incorporado como agente educativo, o território configura-se como conteúdo e meio de aprendizagem, permitindo que estudantes relacionem teoria e prática, reconheçam identidades locais e desenvolvam consciência crítica. Esse processo favorece o pertencimento e a valorização da diversidade cultural, tornando a aprendizagem significativa.

A noção de patrimônio territorial, entendida como conjunto de bens materiais, naturais e simbólicos que expressam a identidade e a memória coletiva de uma localidade, reforça essa perspectiva (Dallabrida, 2020a). Nesse sentido, a educação patrimonial atua como mediadora entre comunidades e escola, estimulando a preservação da memória e a valorização dos saberes tradicionais.

O turismo pedagógico, também chamado de estudo do meio, surge como estratégia complementar, pois se desenvolve em deslocamentos intencionais, planejados com objetivos didáticos que articulam conteúdos escolares à vivência em espaços socioculturais e ambientais (Rossi; Giordani, 2024). Trata-se de uma metodologia que estimula o aprendizado por meio da experiência, possibilitando que os estudantes construam significados a partir da observação, da escuta e da imersão nos territórios visitados. Para Fonseca Filho (2007), o turismo, enquanto produto da cultura, pode articular diversas áreas do conhecimento — como história, geografia, arte e ciências sociais — desde que conduzido com intencionalidade pedagógica e inserido no currículo. Assim, a integração entre educação turística e turismo pedagógico amplia a potência da escola como espaço formador, ao mesmo tempo em que fortalece a gestão participativa do território. Ações como roteiros interpretativos, inventários participativos, mapas afetivos e oficinas comunitárias aproximam estudantes e comunidades de seus patrimônios,

transformando o território em espaço vivo de memória e cidadania (Nascimento; Viegas, 2020).

Além dos impactos pedagógicos, a utilização do território como recurso educativo gera efeitos sociais e econômicos. No campo social, fortalece a identidade coletiva, promove a inclusão de grupos marginalizados e estimula práticas de respeito à diversidade. No campo econômico, contribui para o fomento de um turismo sustentável, para a criação de empreendimentos criativos e para a atração de investimentos em infraestrutura cultural. Nesse processo, a comunidade deixa de ser espectadora do consumo turístico e se torna protagonista da valorização do próprio território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território, concebido como ferramenta educativa, amplia e ressignifica o processo formativo, ao aproximar conteúdos escolares das vivências comunitárias e valorizar a pluralidade cultural. Ao articular dimensões pedagógicas, patrimoniais, sociais e econômicas, consolida-se como espaço educativo por excelência, capaz de promover cidadania crítica, preservação da memória coletiva e desenvolvimento sustentável.

As reflexões apresentadas indicam que a educação turística é uma via promissora para a valorização dos territórios e de seus patrimônios, estimulando práticas educativas que aproximam os sujeitos de sua realidade socioterritorial. O diálogo com o turismo pedagógico potencializa essa perspectiva, ao transformar o território em espaço de ensino-aprendizagem ativo, no qual experiências diretas complementam o currículo escolar e favorecem a formação crítica e participativa dos estudantes.

Portanto, investir em práticas e políticas públicas que reconheçam o território como recurso pedagógico é fundamental para a construção de uma educação integral e comprometida socialmente. A educação turística, ao integrar patrimônio, território e processos educativos, reafirma o papel da escola e do turismo na construção de territórios mais inclusivos, conscientes e sustentáveis.

REFERÊNCIAIS

DALLABRIDA, Valdir Roque. Patrimônio territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 18, n.

52, p. 12-32, jul./set. 2020a. DOI: https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.52.12-32.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Território, governança e desenvolvimento territorial: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência. **São Paulo: LiberArs**, 2016.

FONSECA FILHO, Ari da Silva. Educação e turismo: reflexões para elaboração de uma educação turística. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 1, n. 1, p. 5-33, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NASCIMENTO, Érica N. S. do; VIEGAS, L. P. Turismo pedagógico: práxis, geografia e educação. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas, v. 1, n. 32, p. 218-244, 2020.

PADILHA, Marcela do Nascimento; LAVANDEIRA, Viviane de Oliveira; PIERI, Vitor Stuart Gabriel de. O território é nosso!: o trabalho de campo e o turismo pedagógico como instrumentos de construção do conhecimento e de apropriação do território. História, Natureza e Espaço – **Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa NIESBF**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 111–131, 2024. DOI: https://doi.org/10.12957/hne.2024.85524.

ROSSI, Andréia Saidelles; GIORDANI, Estela Maris. **As práticas de turismo pedagógico e os espaços educacionais em uma escola do campo**. Saber Humano, v. 14, n. 24, p. 37-57, 2024.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), para os autores. Código de Financiamento: 001.

O ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: SUBSÍDIOS PARA A REFLEXÃO E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Marcelo Souza[1]

Resumo

Este resumo expandido apresenta os resultados da tese que investiga as relações entre escola e território e suas implicações para políticas públicas de educação. A pesquisa articula Educação, Geografia e Sociologia, adotando uma metodologia de tipificação das escolas estaduais de Ensino Médio no município do Rio de Janeiro, considerando infraestrutura predial e pedagógica. Foram analisadas 238 escolas a partir de cinco indicadores, classificadas em quatro tipos ("A", "B", "C" e "D"). Essa tipificação foi correlacionada com dados socioeconômicos e etários, visando compreender como as condições de infraestrutura e recursos escolares se relacionam com os contextos territoriais em que estão inseridas. Os resultados evidenciam distinções na efetividade das políticas públicas, quanto à oferta de oportunidades escolares e sua distribuição territorial. Guardadas as devidas proporções comparativas, tais resultados podem fornecer subsídios para a reflexão e formulação de políticas públicas voltadas à promoção de maior equidade educacional no estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Escola; Território; Ensino Médio; Infraestrutura escolar.

Resumen

Este resumen expandido presenta los resultados de la tesis que investiga las relaciones entre escuela y territorio y sus implicaciones para las políticas públicas de educación. La investigación articula Educación, Geografía y Sociología, adoptando una metodología de tipificación de las escuelas estatales de Educación Media en el municipio de Río de Janeiro, considerando la infraestructura física y pedagógica. Se analizaron 238 escuelas a partir de cinco indicadores, clasificadas en cuatro tipos ("A", "B", "C" y "D"). Esta tipificación fue correlacionada con datos socioeconómicos y etarios, con el objetivo de comprender cómo las condiciones de infraestructura y recursos escolares se relacionan con los contextos territoriales en los que se encuentran. Los resultados evidencian diferencias en la efectividad de las políticas públicas, en cuanto a la oferta de oportunidades educativas y su distribución territorial. Guardadas las debidas proporciones comparativas, dichos resultados pueden ofrecer insumos para la reflexión y la formulación de políticas públicas orientadas a la promoción de una mayor equidad educativa en el estado de Río de Janeiro.

Palabras clave: Escuela; Territorio; Educación Media; Infraestructura escolar.

INTRODUÇÃO

Este resumo expandido apresenta alguns resultados da tese defendida em 2024, na área da Educação, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A

[1]Marcelo André de Souza; 2) UNIRIO; 3) souzamas@gmail.com

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

pesquisa discute questões sobre a temática das relações entre escola e território, com o objetivo de contribuir para reflexões sobre políticas e práticas educacionais. Ao propor um diálogo entre a Educação, a Geografia e a Sociologia, a tese busca oferecer fundamentos para a elaboração, organização e regulação de políticas públicas voltadas ao Ensino Médio. Para isso, apresenta uma metodologia de tipificação das escolas estaduais no município do Rio de Janeiro, considerando suas infraestruturas prediais e pedagógicas. A pesquisa, fundamentada em marcos legais, dados estatísticos e de autores como Haesbaert (2004), Peregrino (2014) e Nunes, Santos e Falciano (2016), traz como objetivo geral compreender a distribuição das escolas de Ensino Médio Propedêutico da rede estadual em 2022, com base em suas infraestruturas e na relação com as configurações territoriais do Rio de Janeiro. Especificamente, buscou-se, entre outros: [1] refletir sobre a relevância do Ensino Médio e da tipificação infraestrutural na efetivação do Ensino Médio estadual; [2] mapear as ofertas escolares conforme aspectos político- administrativos, socioeconômicos e etários do território carioca.

A pertinência desta pesquisa nessa sessão temática, reside no entendimento de que o Ensino Médio atua como uma linha divisória que separa modalidades de transições para a vida adulta. É nessa etapa que os jovens começam a projetar seus futuros, seja por meio do acesso à universidade, da formação técnica ou, pelo afastamento das possibilidades de continuidade educacional. A investigação acerca de como o território onde se vive, a escola frequentada e os recursos disponíveis influenciam (ou limitam) as trajetórias dos jovens, possibilita compreender as reais condições de avanço escolar e profissional desses sujeitos.

Dessa forma, compreender como as oportunidades educacionais para o Ensino Médio estão distribuídas em diferentes recortes territoriais, permite refletir sobre a implementação das políticas públicas de educação no âmbito estadual. O destaque dado ao município do Rio de Janeiro se justifica por sua relevância nacional e estadual, além de sua configuração socioespacial e diversidades intramunicipais. Tais características evidenciam desigualdades históricas e tensões contemporâneas que, guardadas as devidas proporções comparativas, podem ser identificadas em diferentes municípios e regiões do estado do Rio de Janeiro.

Assim, os resultados obtidos não se restringem à escala municipal. Elas contribuem para a construção de diálogos e diagnósticos mais amplos para a formulação de políticas educacionais em nível estadual. Com isso, ao adotar uma concepção relacional de território e

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

propor uma metodologia de tipificação baseada em aspectos infraestruturais e territoriais essa pesquisa evidencia a forma como as escolas refletem desigualdades sociais e oferece subsídios para a formulação de políticas públicas que visem uma gestão democrática da educação para o estado do Rio de Janeiro.

MATERIAL E MÉTODOS

Com a finalidade de identificar, localizar, mapear e relacionar áreas que evidenciem correspondências entre as oportunidades educacionais e os territórios em que vivem, a pesquisa foi estruturada em duas partes:

[1] **Tipificação das escolas estaduais de Ensino Médio propedêutico**. Com base na obra de Nunes, Santos e Falciano (2016) e nos microdados do Censo Escolar da Educação Básica de 2022 (INEP), 238 escolas da rede estadual foram tipificadas.

Para caracterizar a infraestrutura predial dessas instituições, foram selecionadas 40 variáveis entre as 385 disponíveis, organizadas em cinco indicadores: infraestrutura básica, estrutura predial, estrutura pedagógica, adequação ao Ensino Médio e equipamentos de apoio. Cada indicador recebeu pontuação e peso específicos, resultando em um ranking decrescente. A partir dele, as escolas foram classificadas em quatro categorias: “A”, “B”, “C” e “D”.

[2] **Análise das ofertas escolares em relação às configurações territoriais**. Esta etapa buscou identificar e mapear os tipos de oferta escolar articulados às configurações territoriais do município do Rio de Janeiro, com o auxilio do programa ArcGis Pro.

Foram considerados aspectos socioeconômicos e etários, presentes nos dados do Censo Populacional do IBGE de 2010. Foram criados além da produção de mapas que evidenciam as disparidades intramunicipais, especialmente em relação às Áreas de Planejamento e aos bairros da cidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A metodologia desenvolvida para a tipificação dessas instituições permitiu identificar suas principais características prediais e pedagógicas. A partir dos indicadores definidos, as escolas foram classificadas em quatro categorias: Tipo “A”, “B”, “C” e “D”. Essa classificação possibilitou não apenas uma visão geral das condições das unidades, mas também a identificação de padrões de desigualdade.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

As Escolas Tipo “A” e “B” — 18 (8%) e 79 (33%) unidades, respectivamente — destacaram-se por funcionarem, em sua maioria, em prédios próprios, com mais de 20 turmas e em turnos diurnos, apresentando infraestrutura mais adequada. Por outro lado, as Escolas Tipo “C” (116 unidades, 49%) e Tipo “D” (25 unidades, 10%) obtiveram pontuações intermediárias ou baixas, funcionando frequentemente em espaços cedidos, com menos de 20 turmas e predominantemente no turno da noite. Tais diferenças levantam reflexoes sobre a distribuição territorial dessas desigualdades e o papel das políticas públicas na sua correção.

O município do Rio de Janeiro apresenta características populacionais, políticas e econômicas que o posicionam como um dos mais importantes do país e do estado. Além de ser a capital estadual, o município possui a segunda maior população e o segundo maior PIB do Brasil, conferindo-lhe o papel de Metrópole Nacional e centralidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Por outro lado, dados do Censo do IBGE (2010) evidenciam diferenças marcantes entre as Áreas de Planejamento do município do Rio de Janeiro, conhecidas como Centro, Zona Sul, Zona Norte e Zona Oeste. Esses contrastes entre as diferentes configurações territoriais da cidade, revelam um panorama de desigualdades intramunicipais que se manifesta no campo educacional.

O conhecimento dessa base territorial permitiu reflexões acerca da distribuição das 238 escolas e suas possíveis associações com os contextos territoriais em que estavam localizadas. Para essa correlação, foram considerados aspectos, como: [1] a divisão político-administrativa estabelecida pelo plano diretor municipal e [2] a distribuição da população jovem em termos absolutos.

Com a análise da distribuição das escolas a partir da divisão político- administrativa, foi possível identificar desigualdades, como: [1] discrepâncias na distribuição das ofertas escolares entre as quatro áreas territoriais; [2] correspondências entre a concentração de escolas, as zonas da cidade e os bairros mais populosos; [3] a preponderância de escolas nas Zonas Oeste e Norte da cidade e [4] áreas específicas onde se concentram predominantemente escolas dos tipos “A” e “B” e outras com escolas do tipo “C” e “D”. Essa constatação indicou a existência de áreas no território em que as oportunidades escolares estão restritas a uma oferta limitada de instituições, concentrando-se em um conjunto específico de escolas e por consequência impactando na formação dos sujeitos matriculados.

Com base nos dados sobre a distribuição de escolas em relação à população jovem (15

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

a 29 anos) no Rio de Janeiro, foram identificados que as Zonas Oeste e Norte, que concentram os maiores contingentes de jovens, destacam-se pelos bairros de Campo Grande (78.674 jovens), Bangu (60.532) e Santa Cruz (56.294). No entanto, a oferta de escolas é insuficiente diante da demanda: 20 escolas em Campo Grande, 11 em Bangu e 9 em Santa Cruz.

Esses dados evidenciam que as ações voltadas ao Ensino Médio da rede pública estadual ainda não respondem de forma satisfatória às demandas territoriais. A escassez de escolas, somada às deficiências em infraestrutura predial e pedagógica, reforça a urgência de políticas públicas educacionais mais equitativas e sensíveis às especificidades locais.

CONCLUSÕES

Com base nas considerações apresentadas, pôde-se inferir que existem distinções na efetividade das políticas públicas de educação, especialmente no que diz respeito à

oferta de oportunidades escolares e sua distribuição nos diferentes contextos territoriais. Tais disparidades evidenciam desproporcionalidades que, ao reproduzirem desigualdades históricas e sociais, comprometem o direito à educação e mantêm desafios estruturais no acesso equitativo à escola para os jovens do município do Rio de Janeiro.

Sem a intenção de encerrar a discussão, este trabalho aponta questões sobre o Ensino Médio e a infraestrutura escolar, a fim de oferecer subsídios para a reflexão sobre formulações de políticas públicas de educação no estado do Rio de Janeiro. Entre as questões que emergem, destacam-se: de que forma as políticas educacionais implementadas nos municípios (ou em regiões) do estado podem ser aprimoradas a partir da tipificação das escolas? É possível aplicar essa metodologia para analisar desigualdades entre diferentes redes e modalidades de ensino? De que maneira o Novo Ensino Médio tem sido implementado nos municípios e quais impactos territoriais podem ser observados? Considerando a infraestrutura predial e adequada ao ensino Médio, que estratégias territoriais poderiam apoiar a construção de políticas públicas mais equitativas e efetivas na educação do estado?

REFERÊNCIAS

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos "territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7ª. ed. 10ª Reimpr., São Paulo: Atlas, 2015.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

NUNES, M.F.R, SANTOS, E.C., FALCIANO, B. T**. Infraestrutura escolar: um critério de comparação da qualidade na Educação Infantil**. São Paulo: Est. Aval. Educ. v. 27, n. 66, p. 880-906. set/dez. 2016.

PEREGRINO, M.; FERNANDEZ, A. F. **O Território como variável-chave na transição para a vida adulta: o caso dos jovens matriculados no Programa Projovem Trabalhador do município de São Gonçalo**. Rio de Janeiro: UNIRIO/PROExC, 2014. 216p

Agradecimentos

Encerrando este resumo expandido, agradeço ao FRIPERJ pela possibilidade de trocas acadêmicas durante o II SEERJ, à Prof.ª Dr.ª Mônica Peregrino pela orientação e ao Curso de Pós-Graduação em Educação da UNIRIO pelo suporte durante a realização deste estudo. Convido os leitores a conhecer a tese "ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO E OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: uma perspectiva territorial", que, com a temática escola x território, aborda outras questões relevantes não apresentadas neste resumo.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

CRISE NA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL E OS IMPACTOS NA FORMAÇÃO DE TÉCNICOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Romeu e Silva Neto[1]
Lana dos Santos Rosario[2]

RESUMO
A partir de 2014, a região produtora de petróleo e gás natural do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), com a indústria extrativista sediada, em grande parte, em Macaé, vem passando por um processo de reestruturação setorial que tem tido rebatimentos profundos no território. Este artigo tem o objetivo de analisar os impactos dessa reestruturação nos níveis de empregos formais dos técnicos de nível médio e no sistema de formação do ERJ. O artigo visa também descrever o impacto dessas transformações tanto sobre o estoque de empregos formais dos técnicos e sobre a formação dos técnicos nas instituições de ensino técnico públicas e privadas. As análises apontam para impactos na eliminação de empregos formais e na estagnação no número de matrículas nos cursos técnicos, com estagnação na formação de técnicos no ERJ.
Palavras-chave: Reestruturação Produtiva; Indústria de Petróleo e Gás Natural; Crise do petróleo de 2014; Empregos formais de Técnicos; Educação Profissional Tecnológica de Nível Médio.

ABSTRACT
Since 2014, the oil and natural gas producing region of the State of Rio de Janeiro (ERJ), whose extractive industry is largely based in Macaé, has been undergoing a process of sectoral restructuring with profound repercussions on the territory. This article aims to analyze the impacts of this restructuring on the levels of formal employment among mid-level technicians and on the vocational training system in the ERJ. It also seeks to describe the effects of these transformations both on the stock of formal jobs for technicians and on the training of technicians in public and private technical education institutions. The analyses point to impacts such as the elimination of formal jobs and the stagnation in the number of enrollments in technical courses, resulting in a stagnation in the training of technicians in the ERJ.
Keywords: Productive Restructuring; Oil and Natural Gas Industry; 2014 Oil Crisis; Formal Employment of Technicians; Mid-Level Vocational and Technical Education.

INTRODUÇÃO

A partir dos anos 2010, a indústria petrolífera brasileira passou por transformações marcantes. A descoberta e rápida exploração do pré-sal, somada à queda da produção na Bacia de Campos, redefiniu a geografia do setor no estado do Rio de Janeiro (ERJ). Em 2014, o colapso dos preços internacionais do petróleo impôs reestruturações profundas, enquanto a crise política da Operação Lava Jato resultou na redução do papel da Petrobras, na privatização de ativos e em alterações no marco regulatório energético.

[1]Romeu e Silva Neto, Instituto Federal Fluminense, romeuesilvaneto@gmail.com.
[2]Lana dos Santos Rosário, ISECENSA, lanadossantos.r@gmail.com.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Essas mudanças impactaram fortemente a economia fluminense, sobretudo os municípios da costa norte do estado. Nesse contexto, o artigo busca analisar as transformações na região produtora de petróleo do ERJ, considerando a instabilidade política e econômica, o contrachoque de 2014 e o reposicionamento da produção com o pré-sal da Bacia de Santos, avaliando seus efeitos sobre o emprego formal e a formação de técnicos de nível médio pelas instituições de ensino locais.

MATERIAIS E METÓDOS

A pesquisa desenvolvida neste artigo tem caráter exploratório e descritivo. Desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica no Portal de Periódicos da CAPES (Base Scopus) e uma etapa da coleta de dados estatísticos em fontes oficiais, que teve papel fundamental para os objetivos do artigo, a partir dos quais se fez diagnósticos relativos à evolução da estrutura do mercado de trabalho dos técnicos com base na Relação Social de Informações Sociais (RAIS) do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) do Ministério do Trabalho, da formação dos técnicos nas instituições com base no novo painel de estatísticas do Censo Escolar do INEP DATA do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e da Plataforma Nilo Peçanha (PNP).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os impactos da crise do contrachoque do petróleo de 2014 sobre o nível de empregos formais de técnicos no estado do Rio de Janeiro

Conforme comentado anteriormente, o conjunto de crises analisadas anteriormente provocaram um impacto profundo na dinâmica do emprego formal no Estado do Rio de Janeiro, tanto no segmento de petróleo e gás, com destaque nos empregos com maiores exigências de qualificação e de treinamento técnico especializado de nível médio e superior, e que também eram os que pagavam maiores salários, em especial na categoria de técnicos, objeto de investigação deste artigo.

Conforme mostrado no Gráfico 1, pode-se observar a evolução dos empregos formais técnicos nos seis subgrupos selecionados no Estado do Rio de Janeiro entre 2003 e 2025. A análise revela que o mercado de trabalho técnico fluminense reflete, de maneira bastante nítida,

os ciclos econômicos nacionais, as crises setoriais e o reposicionamento produtivo decorrente das mudanças na indústria do petróleo e da construção civil.

O subgrupo ‘Eletroeletrônica e Fotônica’ se mantém como o principal empregador ao longo de todo o período analisado, com crescimento expressivo até 2013, quando atinge seu pico. A partir desse momento, com a crise do contrachoque do petróleo e da instabilidade política, verifica-se uma retração consistente, seguida de estabilização e recuperação moderada após 2020. Os empregos dos técnicos do subgrupo ‘Operações Industriais’ também apresentam trajetória ascendente até 2014, com posterior queda durante a recessão econômica, mas exibem retomada significativa após 2021, no pós pandemia do COVID-19, projetando um dos maiores crescimentos entre as categorias até 2025.

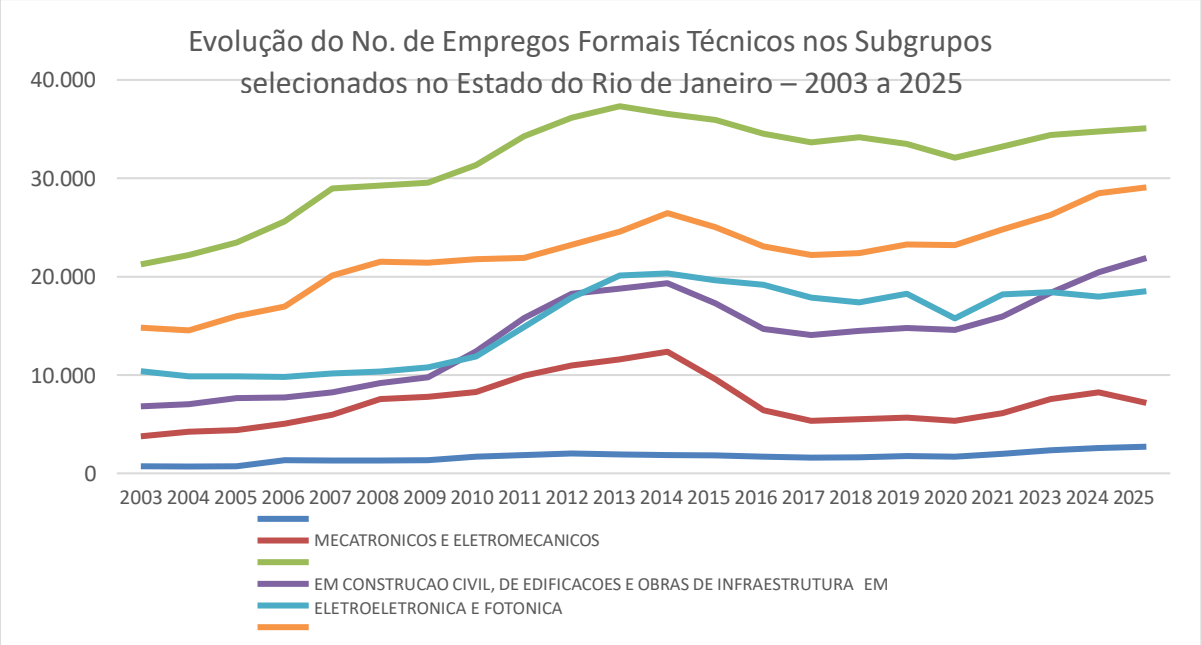


Gráfico 1: Evolução do No. de Empregos Formais de Técnicos nos Subgrupos Selecionados no Estado do Rio de Janeiro – 2003 a 2025

Fonte: RAIS (2025)

Já os empregos do subgrupo ‘Transportes (Logística)’ registram forte expansão no início da década de 2010, sofrem retração entre 2014 e 2018, mas a partir de 2019 passam a oscilar em torno de 18.000 empregos formais. Os empregos dos técnicos do subgrupo ‘Metalmecânica’ foram os mais impactados pela crise: após atingirem mais de 19 mil empregos em 2014, sofreram queda brusca, com estagnação até 2020, quando, então,

apresentam recuperação com estoque chegado a quase 22 mil empregos em 2025.

De modo geral, é possível identificar três grandes fases na série histórica analisada dos subgrupos selecionados: (i) crescimento contínuo do emprego dos técnicos até 2013–2014, impulsionado pela expansão econômica e pelos investimentos em infraestrutura e petróleo; (ii) retração significativa entre 2014 e 2017, em função do contrachoque do petróleo, da crise política e da recessão nacional; e (iii) recuperação gradual a partir de 2021, no pós COVID-19, com destaque para os subgrupos Metalmecânico e Operações Industriais.

Os impactos da crise do petróleo de 2014 sobre a formação de técnicos e no Estado do Rio de Janeiro, refletido no número de matrículas nas Escolas

Fazendo-se o recorte territorial deste artigo e pegando-se o estado do Rio de Janeiro, estado mais atingido pelas crises do período em função de sua forte dependência econômica das atividades de exploração e produção de petróleo e gás e das rendas de *royalties* e participações especiais, as perdas de matrículas na EPTNM é bastante significativa, ao contrário do que se observou em nível nacional.

A partir do Gráfico 3, observa-se que as matrículas de técnicos de nível médio têm predominância na rede privada. O número de matrículas nessa rede se expandiu de 2013 para 2014, mas a partir deste ano, com as crises mencionadas neste artigo, passam a apresentar declínio até 2016, com leve retomada até 2019, quando em função da Pandemia do COVID-19,

apresenta forte declínio até 2021. Em 2022, apresenta uma leve recuperação com estabilidade até 2024. A rede estadual apresenta declínio de 2013 a 2017, quando apresenta leve recuperação em 2018 e 2019, mas volta a apresentar declínio nos anos da pandemia. No pós pandemia, a partir de 2022, esse declínio se acentua ainda mais até 2024. Na rede federal, as matrículas apresentam um quadro de estabilidade, com leves variações, ao longo do período analisado. A rede pública municipal é inexpressiva.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Gráfico 3: Matrículas na EPTNM por rede ofertante - Série histórica de 2013 a 2024 – Estado do Rio de Janeiro

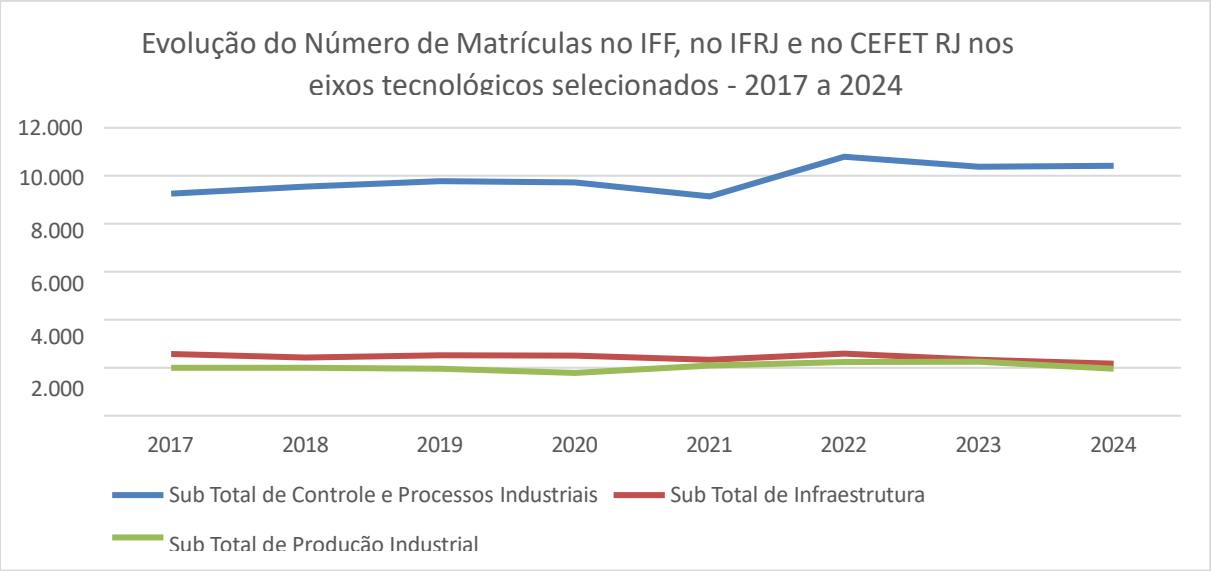
Fonte: INEP, Censo Escolar. Elaboração: Itaú Educação e Trabalho. 2024

Ao longo do período analisado, de 2013 a 2024, observou-se uma expansão das matrículas de +17,5% na rede privada, mas uma retração de -32,9% na rede e de -4,4% na rede federal.

A fim de se compreender melhor o comportamento das matrículas de técnicos na rede federal, este artigo recorreu à Plataforma Nilo Peçanha (PNP). As instituições selecionadas para o levantamento de dados foram as três do estado do Rio de Janeiro, o Instituto Federal Fluminense e seus *campi* de Campos dos Goytacazes e de Macaé, o CEFET RJ e seu *campus* Macaranã e o Instituto Federal do Rio de Janeiro e seus *campi* de Duque de Caxias e Nilópolis, por concentrarem as matrículas nos eixos tecnológicos de interesse da pesquisa. Os dados de matrículas nesses eixos tecnológicos nas três instituições estão apresentados no Gráfico 4 abaixo.

Os dados de matrículas nas três instituições federais do ERJ, nos eixos tecnológicos selecionados, não estão disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha no período da crise do contrachoque do petróleo de 2014 e da instabilidade política, não sendo, portanto, analisar a influência desses fatores nas variações das matrículas. No entanto, é possível observar uma estabilidade, ao longo do período analisado 2017 a 2024, nos eixos 'Produção Industrial' e 'Infraestrutura'. No eixo 'Controle e Processos Industriais', é possível observa certa estabilidade até 2020, queda em 2021, na pandemia, e recuperação em 2022, com estabilidade em 2023 e 2024.

Gráfico 4: Evolução do Número de Matrículas no IFF, no IFRJ e no CEFET RJ nos eixos tecnológicos selecionados – 2017 a 2024



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2025)

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida evidenciou que a crise da indústria de petróleo e gás natural a partir de 2014 desencadeou transformações estruturais profundas no mercado de trabalho e na formação técnica de nível médio no estado do Rio de Janeiro. Os dados da RAIS demonstraram retração significativa do emprego formal dos técnicos entre 2014 e 2017, especialmente nos subgrupos mais diretamente vinculados à cadeia do petróleo e da construção civil.

Do ponto de vista da formação profissional, o Censo Escolar e a Plataforma Nilo Peçanha revelaram queda das matrículas na rede estadual e impactos também na rede privada, especialmente no período da pandemia da COVID-19, ainda que com alguma recuperação posterior. A rede federal, por sua vez, apresentou relativa estabilidade, embora em patamares inferiores ao necessário para suprir a demanda potencial da economia fluminense.

Assim, conclui-se que a crise de 2014 não apenas reduziu a oferta de postos de trabalho qualificados, mas também comprometeu a dinâmica de formação de técnicos, enfraquecendo um dos pilares do desenvolvimento regional baseado na indústria de petróleo e gás.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 3. ed. Brasília, DF: [s.n.], 2014. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/.../cnct_3a_edicao.pdf. Acesso em: 27 ago. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Novo Painel de estatísticas do Censo Escolar do INEP DATA**. Acesso online: https://www.gov.br/inep. Consulta em: 13 ago. 2025.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Plataforma Nilo Peçanha – PNP**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica / Ministério da Educação, [ano]. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp. Acesso em: 27 ago. 2025.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS). Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) do Ministério do Trabalho. Acesso online. https://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php. Consulta em: 15 ago. 2025.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

O GRAU DE DEPENDÊNCIA POR EMENDAS PARLAMENTARES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO

Letícia Inácio[1]
Luciana Ferreira[2]

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a dependência orçamentária das universidades federais do Estado do Rio de Janeiro em relação às emendas parlamentares no período de 2015 a 2025. A partir de mudanças institucionais promovidas pelas Emendas Constitucionais nº 86/2015 e nº 100/2019, e da redução da destinação orçamentária do executivo às Instituições Federais de Ensino Superior no país, as universidades passaram a depender mais das emendas individuais e de bancada estadual para compor seus orçamentos. O estudo utiliza dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), deflacionados pelo IPCA, e aplica uma abordagem estatística descritiva às universidades UFF, UFRJ, UFRRJ e UNIRIO.

Palavras-chave: crise orçamentária; emendas parlamentares; universidades federais.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the federal universities' budgetary dependence in the state of Rio de Janeiro in relation to parliamentary amendments in the period from 2015 to 2025. Following institutional changes brought by Constitutional Amendments No. 86/2015 and No. 100/2019, and the reduction in the executive power branch's budget allocation to federal higher education institutions in the country, universities have become more dependent on individual amendments and state funding to make up their budgets. The study uses data from the Integrated Planning and Budgeting System (SIOP), deflated by the IPCA, and applies a descriptive statistical approach to the universities UFF, UFRJ, UFRRJ, and UNIRIO.

Keywords: budgetary crisis; parliamentary amendment; federal universities.

INTRODUÇÃO

As emendas parlamentares têm se consolidado como um instrumento político de crescente relevância no orçamento público brasileiro. Esse protagonismo intensificou-se

[1] Letícia Aragão de Souza Inácio. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia do IE/UFRJ. E-mail: leticia.inacio@ppge.ie.ufrj.br
[2] Luciana da Silva Ferreira. Professora Associada do Departamento de Ciências Econômicas da UFRRJ. E- mail: lucianaferreira@ufrrj.br.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

especialmente a partir da aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 86/2015, que alterou os artigos 165 e 166 da Constituição Federal de 1988 e atribuiu caráter de execução obrigatória às emendas individuais, transformando-as em emendas impositivas. Posteriormente, em 2019, a obrigatoriedade foi ampliada para as emendas de bancada estadual, com a promulgação da EC nº 100/2019. Desde então, observa-se um processo contínuo de expansão desse mecanismo, no qual o orçamento federal se consolida como espaço central de atuação parlamentar, permitindo a destinação compulsória de recursos públicos conforme as indicações de deputados e senadores.

Além da obrigatoriedade de execução, outro aspecto relevante é o aumento expressivo do volume de recursos vinculados às emendas parlamentares. Esse crescimento reflete tanto mudanças normativas, com novas emendas constitucionais e ajustes na Constituição, quanto fatores políticos que fortaleceram o papel do Legislativo na definição do gasto público. Considerando apenas as emendas impositivas (emendas individuais e emendas de bancada), dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento mostram que, em 2015, R$9,6 bilhões foram destinados a emendas parlamentares. Em 2025, o montante é de R$24,5 bilhões. Caracteriza-se, assim, um aumento de 154,5%. Com tais dados, a taxa média anual é de 9,8% ao ano em valores nominais.

Este aumento traz à superfície aspectos relevantes da atual conjuntura política e orçamentária brasileira. As emendas parlamentares, que antes funcionavam como um instrumento de negociação do Poder Executivo com o Congresso, passaram a se configurar meramente como um instrumento político dos próprios parlamentares com suas bases eleitorais. Isso caracteriza o *pork policy*[3] (Evans, 1994; Alston e Mueller, 2005; Bertelli e Grose, 2009): políticas realocativas focadas em benefícios próprios ou eleitorais.

No Brasil, a ideia do *pork policy* tem sido discutida por Bertholini *et al* (2018) em termos de seus efeitos dissipativos. Isto é, a existência de uma política que aloca recursos com base em benefícios eleitorais não deixa se ser uma política – tendo em vista seus efeitos positivos nos índices de desenvolvimento local –, mas, ainda assim, seus efeitos não são duradouros ao passíveis de sustentação a longo prazo, dado seu perfil dissipativo ao longo do tempo.

Logo, uma política cujo impacto positivo não pode ser sustentado ao longo do tempo

[3] Termo cunhado inicialmente para descrever as coalizões políticas a partir da realocação de recursos orçamentários em projetos. Esses são intitulados “pork barrel policy”, ou “política clientelista”, em tradução livre.

gera ciclos orçamentários que dificultam a previsibilidade e a gestão institucional. Gera, além disso, discrepâncias regionais e desigualdades entre instituições. No caso das Universidades Federais, este impacto é observado no orçamento a mudança de exercício fiscal. Neste contexto, as instituições podem, em um ano, obter maior montante de emendas parlamentares e, assim, melhorar o caixa financeiro e atenuar os impactos da crise do orçamento, como também podem, no ano seguinte, obter um montante menor de emendas e perder o impacto obtido no exercício anterior.

A redução do orçamento discricionário obrigatório das Universidades, alinhada ao maior poder atribuído às emendas parlamentares caracteriza uma situação de alta vulnerabilidade financeira e institucional: há, neste contexto, um grau crescente da dependência por emendas parlamentares nas Universidades Federais.

Por isso, este trabalho busca explorar a atual crise orçamentária das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Estado do Rio de Janeiro e a conexão com as emendas parlamentares federais. Em complemento, busca avaliar a distribuição dos recursos em nível regional, com o objetivo de reconhecer a existência de concentração de emendas tanto em regiões específicas, quanto em instituições.

Além desta introdução, o resumo está dividido em outros dois tópicos de conteúdo: metodologia e resultados. Considerações se dispõem ao final.

MATERIAIS E METÓDOS

Para analisar a conjuntura orçamentária das IFES do Rio de Janeiro, este trabalho usará dados do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento do Ministério do Planejamento do Governo Federal. O escopo temporal está definido entre os anos de 2015 e 2025, tornando necessário, então, deflacionar os dados. A técnica de deflacionamento é feita utilizando o ano de 2025 como base e, a partir disso, uma análise estatística descritiva dos resultados obtidos.

As instituições analisadas são as que se dispõem em seguida:

Tabela 1: Definição das instituições em análise

Unidade orçamentária	Instituição	Sigla

26236	Universidade Federal Fluminense	UFF
26245	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ
26249	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ
26269	Fundação Universidade do Rio de Janeiro	Unirio

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SIOP.

Resultados e discussão preliminar dos dados estão dispostos na seção seguinte.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

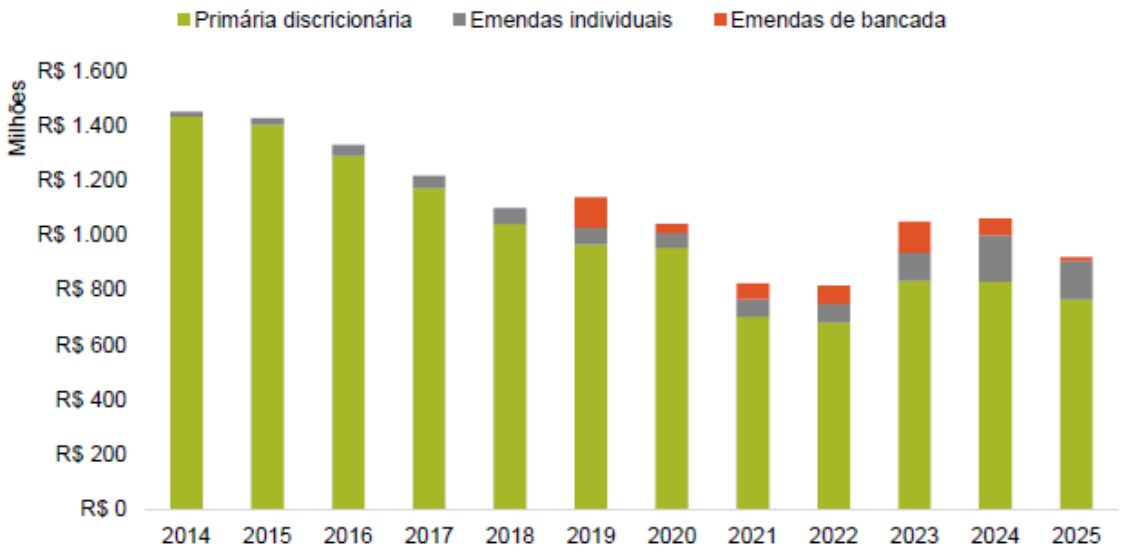
Entre 2015 e 2025, o percentual de emendas parlamentares no orçamento discricionário das Universidades aumentou de 0,86% para 7,23%. Este aumento se alinha à redução do orçamento das IFES que, atualmente, corresponde a somente 45,5% dos recursos destinados em 2014, em valores reais.

Ao separar tais resultados para as Universidades do Rio de Janeiro, é possível observar uma trajetória similar, tanto na redução do orçamento, quanto no aumento das emendas parlamentares. Mas, há um aspecto que merece destaque: a composição das emendas no orçamento discricionário total. Para as IFES do estado do RJ, as emendas representavam 1,09% no orçamento em 2014. Em 2025, este percentual é de 19,25%, de acordo com a figura 1.

Além disso, as discrepâncias orçamentárias causadas pelas emendas permitem que haja uma desigualdade entre instituições – ainda que se entenda a diferença no tamanho das universidades, seja estrutural, seja de pessoal. Trata-se de uma medida que interfere não somente em princípios orçamentários, como também de política pública. As figuras 1 e 2 abaixo explicitam tais dados.

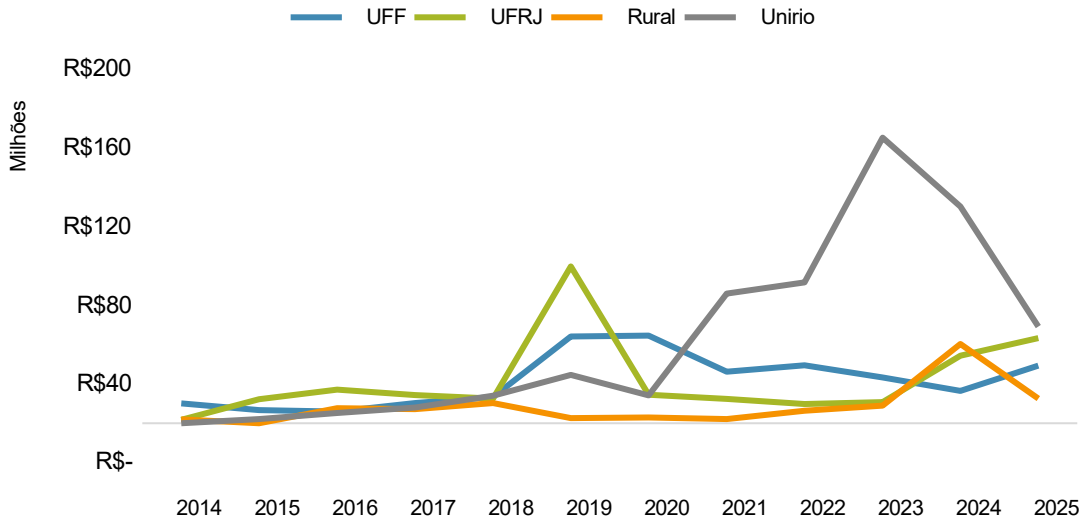
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Figura 1: Orçamento discricionário das Universidades Federais do RJ



Fonte: Elaboração própria com base em dados do SIOP. Dados deflacionados pelo IPCA.

Figura 2: Emendas parlamentares nas Universidades Federais do RJ



Fonte: Elaboração própria com base em dados do SIOP. Dados deflacionados pelo IPCA.

CONCLUSÕES

A dependência crescente de emendas parlamentares constitui um fator de vulnerabilidade financeira e institucional das universidades federais, ao comprometer a previsibilidade e a sustentabilidade do financiamento público da educação superior. Além

disso, a análise sugere que tal mecanismo reforça desigualdades entre instituições e regiões, dada a assimetria na captação de emendas e a volatilidade inerente a esse instrumento orçamentário.

REFERÊNCIAS

ALSTON, Lee J.; MUELLER, Bernardo. Pork for policy: executive and legislative exchange in Brazil. **Journal of Law, Economics, and Organization**, v. 22, n. 1, p. 87- 114, 2006.

BERTELLI, Anthony M.; GROSE, Christian R. Secretaries of pork? A new theory of distributive public policy. **The Journal of Politics**, v. 71, n. 3, p. 926-945, 2009.

BERTHOLINI, Frederico; PEREIRA, Carlos; RENNO, Lucio. Pork is policy: Dissipative inclusion at the local level. **Governance**, v. 31, n. 4, p. 701-720, 2018.

EVANS, Diana. Policy and pork: the use of pork barrel projects to build policy coalitions in the House of Representatives. **American Journal of Political Science**, p. 894-917, 1994.

HARTUNG, Paulo; MENDES, Marcos; GIAMBIAGI, Fabio. As emendas parlamentares como novo mecanismo de captura do Orçamento. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 75, n. 09, p. 20-22, 2021.

RIBEIRO, Ana Carolina Cardoso Lobo. O orçamento republicano e as emendas parlamentares. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, v. 150, p. 57-78, 2022.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

O PACTO NACIONAL PELA EJA E O MUNICIPALISMO NA AGENDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: REFLEXÕES A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS FLUMINENSES

Gustavo Leite de Araujo da Silva[1]
Eveline Algebaile[2]
Roberto da Cruz Melo[3]

RESUMO: Este trabalho analisa a implementação do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em um grupo de redes municipais de educação no estado do Rio de Janeiro, a partir do ano de 2024 e com o objetivo de fortalecer a oferta da modalidade. O estudo, ainda em curso, se desenvolve à luz do debate sobre a estrutura federativa do Brasil definida pela Constituição Federal de 1988, segundo a qual os municípios passam a ser considerados entes federativos e assumem responsabilidades relativas à gestão local do território. A pesquisa busca elucidar desafios, tensões e possibilidades das ações em nível municipal.
Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Federalismo; Rio de Janeiro.

ABSTRACT: This study analyzes the implementation of the National Pact for Overcoming Illiteracy and Qualification in Youth and Adult Education (EJA) in a group of municipal education networks in the state of Rio de Janeiro, starting in 2024, with the aim of strengthening the provision of this type of education. The study, which is still ongoing, is being developed in light of the debate on Brazil's federal structure as defined by the 1988 Federal Constitution, according to which municipalities are now considered federal entities and assume responsibilities related to local management of the territory. The research seeks to elucidate the challenges, tensions, and possibilities of actions at the municipal level.

Keywords: Youth and Adult Education; Federalism; Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), como modalidade da educação básica, e sua oferta estão em diálogo com a Constituição Federal de 1988 que define a educação como um direito de todos e dever do Estado. Conforme Gaddoti (2003), a produção da oferta, além de buscar garantir a escolarização de educandos que tiveram seu direito negado, deve incluir nas propostas pedagógicas ações voltadas para o acesso ao conhecimento científico sistematizado,

[1] Gustavo Leite de Araujo da Silva. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Contato: gustavoleite1992@gmail.com.
[2] Eveline Algebaile. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Contato: ealgebaile@gmail.com.
[3] Roberto da Cruz Melo. Instituto Federal da Bahia e Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Contato: rcruzmelo@hotmail.com.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

mas sem desconsiderar no currículo vivências e práticas dos estudantes.

Historicamente, a EJA sempre esteve em posições de pouco prestígio nas políticas educacionais, sendo marcada, principalmente, pelo subfinanciamento. Frente a isto, por meio do Decreto 12.048 de 05 de junho de 2024, o Governo Federal lançou o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na EJA, com o objetivo de atuar em diferentes frentes, como a ampliação dos repasses financeiros para os entes federativos, o investimento em formação continuada para os profissionais da educação, o fortalecimento de Programas vinculados à modalidade, a inclusão dos alunos do Ensino Médio no Programa Pé de Meia e a organização de uma Plataforma com informações sobre a demanda potencial e a perspectiva intersetorial, envolvendo diferentes setores da administração pública.

A investigação que dá base a este texto tem como objetivo geral compreender as condições de realização do Pacto Nacional pela EJA na escala municipal, considerando os debates sobre o federalismo[4] brasileiro e dando ênfase aos limites, tensões e possibilidades da atuação dos municípios no curso desse processo. Assim, considera-se nesse recorte a produção da oferta do Ensino Fundamental de EJA, visto que a maior parte das matrículas na referida etapa se encontra sob a responsabilidade dos municípios.

É no curso dessa discussão que o debate sobre federalismo no Brasil se mostra necessário, pois, apesar de ser uma ação coordenada pelo Governo Federal, é nos territórios locais que o conjunto de estratégias estabelecidas irá se materializar, encontrando diferentes aspectos que poderão se constituir como limites, tensões e possibilidades no fortalecimento da escolarização de jovens e adultos.

Por opção metodológica de pesquisa, estabelecemos como recorte um grupo de municípios que compõem uma região administrativa delimitada pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro - SEEDUC. Através da escala municipal, buscamos acompanhar a implementação das ações do Pacto, tendo como aspectos balizadores as discussões acerca da estrutura federativa do Brasil.

MATERIAIS E METÓDOS

O estudo é organizado segundo etapas que envolvem revisão bibliográfica e levantamento, catalogação e análise de documentos normativos. Destacamos o acompanhamento junto aos articuladores regionais e locais do Pacto nas ações desenvolvidas

[4] Segundo Arretche (1999), entende-se o federalismo como um mecanismo de unificação de diferentes totalidades autônomas, por meio do qual se busca a união e a harmonia no Estado Federativo.

no âmbito dos seguintes municípios fluminenses da região administrativa denominada de Serrana I: Magé e Guapimirim.

Os resultados apresentados neste texto são de uma pesquisa ainda em curso em que, no caso da análise das ações do Pacto nos municípios, o processo investigativo vem se dando a partir de participação nas reuniões de articulação, acompanhamento da elaboração de relatórios, diálogo com servidores envolvidos diretamente na oferta da EJA e análise de informações oficiais sobre as redes municipais de educação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O conjunto de ações previstas no Pacto foi principalmente apresentado como um instrumento de fortalecimento da modalidade, mas também traz elementos de fomento e indução à adesão de entes federativos, em especial, os municípios. As intencionalidades desenhadas buscam garantir financiamento e infraestrutura para muitos municípios que possuem limites em termos de operacionalização de políticas públicas.

Segundo dados do Censo Escolar, nos municípios analisados na pesquisa houve um registro de 1.079 alunos matriculados na modalidade, em 2024, contra 2.422 em 2019, o que mostra uma redução significa do número de alunos nas redes municipais. Essa redução é, em parte, devida à pandemia e seus efeitos no âmbito da vida coletiva, mas, como mostram Carreira e Di Pierro (2025), essa queda vem de um tempo mais longo, podendo decorrer de questões diversas que envolvem os estudantes enquanto cidadãos em um país marcado por uma profunda desigualdade social.

No curso desse debate, observamos a centralidade dada aos municípios na operacionalização de políticas públicas, especialmente, como lembram Algebaile e Oliveira (2018), devido ao texto constitucional de 1988 que, construído em um contexto de luta pela redemocratização, elegeu o poder local, nesse caso os municípios, como membros constituintes da federação, o que faz a Constituição atual ser considerada “municipalista”.

Apesar dos governos municipais estarem nos territórios e próximos da população, Arretche (1999) compreende que a coordenação de políticas setoriais de nível nacional se concentra no governo central e que a descentralização não necessariamente coincide com a democratização da gestão pública. Portanto, retornamos à Algebaile e Oliveira (2018) para compreender que o texto constitucional trás elementos que, contraditoriamente, corroem

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

possibilidades de práticas inovadoras no campo das políticas públicas em termos democráticos. Ainda com base em Algebaile e Oliveira (2018) é possível compreender que a estrutura federativa desenhada pela Constituição de 1988 pode expressar a tentativa de aproximar o poder dos cidadãos, mas expressa também outras intenções e interesses, presentes em mecanismos como os relacionados à remuneração da função legislativa e ao arranjos dos partidos políticos no nível municipal, que acabam alimentando práticas históricas marcadas pelo patrimonialismo e pelo fortalecimento de classes dominantes locais.

A partir da análise do referencial teórico e da operacionalização do Pacto Nacional pela EJA, destacamos alguns pontos que compreendemos ser importantes na busca pelo aperfeiçoamento da produção da oferta e que se constituem como aspectos iniciais desse processo de investigação em relação aos municípios, sendo eles:

a) o Pacto Nacional pela EJA vem produzindo um movimento de conexão das diferentes redes municipais de ensino que ofertam a modalidade, o que se constitui como um instrumento importante de articulação entre os municípios e de troca de experiências que podem contribuir para o rompimento de limites históricos da produção da oferta;

b) em termos de gestão escolar, um fator relatado, que se constitui como um desafio histórico e ainda persistente, é a indicação para o cargo de diretor escolar, aspecto observado nos dois municípios investigados. A ausência de uma gestão efetivamente democrática resulta em uma alta rotatividade dos profissionais que lideram as unidades educacionais, o que impacta diretamente nas formações continuadas estruturadas no âmbito do Pacto e no cotidiano das ações desenvolvidas nas escolas. Esse quadro presente na realidade municipal tende, segundo Mendonça (2001), a materializar a interferência política a partir de um viés de controle marcado pelo favoritismo e a perpetuação do clientelismo.

c) a ausência de concursos públicos, a expressiva permanência de contratos temporários, baixas remunerações e a falta de condições objetivas para a realização de formações por parte dos docentes são aspectos que se constituem como limites na implementação do Pacto, visto que reforçam a precarização do trabalho educacional, muito expressiva nas realidades municipais, e contribuem para uma alta rotatividade de professores, gerando descontinuidade das ações.

d) apesar da perspectiva intersetorial ser um eixo central do Pacto, não observamos, a partir da análise das ementas das propostas formativas, formações direcionadas para gestores

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

públicos municipais sobre essa temática. Silva (2019) compreende que os setores da administração municipal devem construir a intersetorialidade a partir do viés da cooperação, mas esse aspecto é impactado, sob certa medida, por arranjos políticos locais.

CONCLUSÃO

Até o momento, os elementos trazidos pela pesquisa e expostos neste texto reforçam a visão de que os municípios como entes federativos não garantem por si só o rompimento de práticas políticas locais históricas marcadas pelo clientelismo e patrimonialismo, que atravessam a implementação de políticas públicas.

Sabemos que os desafios e tensões relacionados não se limitam aos munícipios, mas destacamos que no Brasil a esfera municipal tem um papel central na gestão territorial local e, consequentemente, na oferta de serviços públicos fundamentais para os cidadãos. Portanto, não é exagero afirmar que o poder político no Brasil está baseado nos municípios, "já que a posição a eles atribuída, na composição da Federação, os projeta como bases da hegemonia dos projetos políticos nacionais" (ALGEBAILE e OLIVEIRA, 2018, p.90).

Assim, afirmamos que a reflexão proposta neste texto é um ponto de partida para o debate sobre o fortalecimento das políticas públicas no estado do Rio de Janeiro, em especial a oferta da EJA, mas ao mesmo tempo os elementos aqui relacionados nos apontam a necessidade de disputa política no cotidiano dos territórios municipais e, para isso, o fortalecimento dos diferentes espaços de participação social nos municípios se torna um instrumento central.

REFERÊNCIAIS

ALGEBAILE, Eveline; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. Gestão territorial e políticas públicas no Estado contemporâneo. In: MUTIM, Avelar; MOURÂO, Cecília; MELO, Roberto da Cruz; LACERDA, Thayse. (Org.). Educação ambiental, políticas públicas e gestão social dos territórios. 1ªed.Curitiba: Editora CRV, 2019, v. 1, p. 77-94.

ARRETCHE, Marta. Políticas Sociais no Brasil: Descentralização em um Estado Federativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), São Paulo, v. 14, n.40, p. 111-141, 1999.

BRASIL. DECRETO Nº 12.048 DE 05 DE JUNHO DE 2024. Institui o Pacto Nacional pela EJA. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023. Acesso: 30/07/2025.

CARREIRA, Denise; DI PIERRO, Maria Clara. Impactos da covid-19 na educação de jovens e adultos: Uma revisão de literatura. CADERNOS DE PESQUISA (FUNDAÇÃO CARLOS

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

CHAGAS. ONLINE), v. 55, p. e11093, 2025.
GADOTTI, Moacir. Saber aprender: um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação. In: LINHARES, Célia; TRINDADE, Maria. Compartilhando o mundo com Paulo Freire. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

MENDONÇA, E. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. Educação & Sociedade, ano XXII, no 75, Agosto/2001.

SILVA, Gustavo L. A. A implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em questão: uma análise sobre a descentralização e a intersetorialidade a partir de uma realidade local na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2019. 137 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

COTAS, ODS E REDUÇÃO DAS DESIGUALDES NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO

Shirlena Campos de Souza Amaral[1]
Rafaela Nogueira do Nascimento[2]

RESUMO
Este estudo analisa como as políticas de cotas nas universidades públicas estaduais e federais do Rio de Janeiro se articulam à Agenda 2030 da ONU, com foco nos ODS 4, 10 e 16. Por meio de análise documental de resoluções, portarias, planos e relatórios institucionais, são identificados padrões de formulação e governança, bem como convergências e lacunas no alinhamento às metas nacionais. Os resultados indicam a consolidação normativa do acesso, variações na institucionalização de indicadores dos ODS e fragilidades no monitoramento longitudinal e nas políticas de permanência. Sustenta-se que a integração explícita entre ações afirmativas e ODS fortalece a legitimidade, mensurabilidade e impacto social, especialmente quando associada à governança participativa e à transparência de dados.
Palavras-chave: Ações afirmativas; Cotas; Agenda 2030; ODS

ABSTRACT
This study analyzes how affirmative action policies in public universities in the state of Rio de Janeiro align with the United Nations 2030 Agenda, focusing on SDGs 4, 10, and 16. Through document analysis of resolutions, ordinances, institutional plans, and reports, the study identifies patterns in policy formulation and governance, and highlights both convergences and gaps in relation to national targets. Results indicate normative consolidation of access, variation in the institutionalization of SDG indicators, and weaknesses in longitudinal monitoring and student support policies. It is argued that explicit integration between affirmative action and the SDGs enhances legitimacy, measurability, and social impact, particularly when combined with participatory governance and data transparency.
Keywords: Affirmative Action; Quotas; 2030 Agenda; SDGs.

INTRODUÇÃO

Após duas décadas de pioneirismo na reserva de vagas para estudantes das classes populares e de minorias étnico-raciais na graduação, as universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro enfrentam um novo desafio: garantir a inclusão na pós-graduação. Esse movimento é impulsionado pelas Leis Estaduais nº 6.914/2014 e 6.959/2015, bem como pela Lei Federal nº 12.711/2012, alterada pela Lei nº 13.409/2016 e, atualmente vigente sob a Lei 14.723/2023. Tais medidas se justificam por argumentos de justiça redistributiva e de reconhecimento.

Por conseguinte, a Agenda 2030 da ONU estabelece um marco normativo global,

[1] UENF, shirlena@uenf.br
[2] UENF, rafaelannasc@gmail.com

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

orientando Estados e instituições na incorporação de metas de inclusão e redução das desigualdades (ONU, 2015). Guias internacionais (UNSDG, 2017; UN DESA, 2021; SDSN, 2017) auxiliam a "localização" dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) — ou seja, a adaptação das metas globais a contextos locais. Na literatura sobre políticas públicas e governança universitária, destaca-se que a efetividade dessas medidas depende da capacidade institucional, que envolve desde instrumentos administrativos e sistemas de monitoramento até uma cultura organizacional favorável.

Estudos e relatórios nacionais (IPEA, 2018) ressaltam a importância de indicadores desagregados e do monitoramento contínuo para avaliar se políticas de acesso resultam, de fato, em redução de desigualdades estruturais.

Diante disso, este estudo busca evidenciar a seguinte questão: como a política de cotas das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro se articula com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, e de que maneira essa experiência pode contribuir para práticas contra-hegemônicas em prol da justiça social e da equidade no ensino superior brasileiro?

São objetivos específicos:

(i) analisar o alinhamento das políticas de cotas aos ODS 4, 10 e 16;

(ii) identificar padrões institucionais de formulação, implementação e monitoramento das políticas, com base em aspectos normativos e de governança;

(iii) refletir sobre o potencial transformador das ações afirmativas na promoção da justiça social, da equidade e do fortalecimento institucional.

MATERIAIS E METODOS

Adotou-se uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise documental de resoluções, portarias, planos e relatórios institucionais. O objetivo foi identificar padrões, convergências e divergências na forma como as universidades públicas estaduais e federais do RJ implementam e monitoram as políticas de cotas, bem como seu alinhamento aos ODS.

A análise foi conduzida em três etapas: redução dos dados; exploração dos documentos; e interpretação dos padrões emergentes. As categorias utilizadas foram: redistribuição, reconhecimento e governança (no plano teórico); acesso, permanência, indicadores e participação/controle social (no plano empírico).

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise oferece um arcabouço teórico que conjuga justiça distributiva, reconhecimento cultural e capacidade institucional. John Rawls (2016) oferece o paradigma clássico da justiça distributiva, que justifica medidas compensatórias diante de desigualdades sociais persistentes. Nancy Fraser (2022) amplia essa abordagem ao propor uma via dupla: redistribuição e reconhecimento. Políticas públicas eficazes devem lidar simultaneamente com desigualdades econômicas e injustiças de status. Axel Honneth (2009), por sua vez, destaca a luta por reconhecimento como condição para o desenvolvimento da autonomia e autoestima dos sujeitos, reforçando a centralidade das instituições educativas nesse processo.

A análise documental revelou que todas as universidades possuem políticas de cotas consolidadas, embora em diferentes estágios de alinhamento aos ODS. UFRJ, UFF e UENF incorporaram explicitamente os ODS em seus documentos estratégicos e receberam o selo ODS Educação em 2023 e 2024. Por outro lado, a UERJ, UFRRJ e UNIRIO mantêm as políticas afirmativas, mas sem menção formal à Agenda 2030.

A experiência da UENF ilustra o potencial de articulação entre ações afirmativas e ODS, por meio de iniciativas como o Plano de Internacionalização e Institucionalização (PLINTER) e o Núcleo de Acessibilidade Pedagógica (NAP).

As cotas desencadearam transformações administrativas e pedagógicas, ampliando a capacidade institucional de inclusão. Foram criadas comissões de heteroidentificação, fortalecidos mecanismos de assistência estudantil, adaptados currículos e expandidos serviços de apoio acadêmico e financeiro. Essas medidas, alinhadas ao ODS 16, contribuem para instituições mais eficazes e inclusivas.

Estudos quantitativos demonstram que cotistas apresentam desempenho acadêmico equivalente ao de não-cotistas (Arrigoni et al., 2022; Mendes Jr. et al., 2016), contrariando o argumento de que as cotas depreciam a qualidade do ensino. Contudo, a conclusão e o tempo de titulação ainda dependem de políticas complementares, como moradia, tutoria e assistência estudantil (Santos, 2022), fundamentais para o alcance dos ODS 4 e 10.

CONCLUSÃO

A análise estabelecida foi orientada pelas teorias de justiça distributiva e de reconhecimento, pelas abordagens críticas sobre raça e interseccionalidade, e pelas diretrizes

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

de institucionalização dos ODS.

Os achados indicam que, apesar da consolidação normativa das cotas, há disparidades no alinhamento aos ODS e carência de monitoramento longitudinal. Documentos institucionais mostram avanços em representatividade e permanência, mas revelam limitações na mensuração de impactos de longo prazo, sobretudo em mobilidade social. Destacam-se quatro pontos principais:

- As cotas reforçam justiça distributiva e reconhecimento identitário, mas dependem de políticas de permanência e acompanhamento;
- O vínculo com os ODS e o uso de indicadores nacionais ampliam a mensurabilidade e a accountability institucional;
- A governança inclusiva é essencial para a sustentabilidade dos resultados;
- A análise territorial da política, considerando disparidades entre campi e municípios, é fundamental para o enfrentamento das desigualdades intraestaduais.

Para ampliar o impacto, recomenda-se incorporar explicitamente os ODS nos planos e relatórios estratégicos das universidades; estabelecer sistemas de monitoramento contínuo com dados desagregados por raça, renda, gênero e território; e, por fim, fortalecer políticas de permanência para garantir a conclusão e o êxito acadêmico dos cotistas.

Conclui-se que a convergência entre ações afirmativas e Agenda 2030 não é apenas conceitual, mas estratégica. Quando articuladas, ambas fortalecem a legitimidade institucional, o compromisso com a justiça social e a visibilidade dos resultados em âmbito nacional e internacional.

REFERÊNCIAIS

ARRIGONI, B. et al. *Desempenho acadêmico de cotistas e não cotistas: uma análise multivariada em universidades públicas*. Revista Brasileira de Estudos Educacionais, v. 27, n. 77, p. 159–184, 2022.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *ODS – Metas nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.* Brasília: IPEA, 2018.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça em uma era "pós-socialista". In: FRASER, N. *Justiça interrompida: reflexões críticas sobre a condição "pós-socialista"*. São Paulo: Boitempo, 2022. p. 27–58.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030 – GTSC A2030. *VIII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável – Brasil*. Brasília, 2024.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

MENDES JR., A. et al. *Políticas de ação afirmativa na graduação: desempenho acadêmico de estudantes cotistas e não cotistas na UFMG*. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 24, n. 91, p. 895–921, 2016.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

SANTOS, D. A. *Mobilidade acadêmica e permanência: um estudo com egressos de políticas afirmativas na pós-graduação*. Revista Brasileira de Educação, v. 27, p. 1–25, 2022.

VITÓRIA, Angela Pierre; RODRIGUES, Rosana. Capítulo 3 – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e a Agenda 2030. In: _____. *Internalização da Agenda 2030 em instituições de CT&I*. Campos dos Goytacazes: EdUENF, 2022. p. 51-61.

AGENDAMENTOS

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) pelo apoio financeiro e institucional à pesquisa.

A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM QUESTÃO: UMA ANÁLISE ESPACIAL PARA OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Poliana da Silva David[1]
Maria Viviana de Freitas Cabral[2]

RESUMO
Apesar de manter-se como a segunda maior economia do país, o estado do Rio de Janeiro apresenta perda contínua de participação no PIB nacional desde 1970, refletida também em uma crise socioeconômica e na deterioração de indicadores sociais, como a educação pública. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) evidencia esse quadro, apontando retrocessos na qualidade da educação básica fluminense. Este estudo analisa a distribuição espacial do IDEB nos últimos 12 anos (2011-2023) por meio da Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE). Os resultados do Índice de Moran revelaram padrões de concentração: em 2023, a Baixada Fluminense configurou um agrupamento de baixo desempenho, enquanto o Noroeste Fluminense apresentou avanços expressivos. A capital destacou-se como cluster alto-baixo, com bons resultados em contraste à queda dos municípios periféricos. Esses achados reforçam a urgência de políticas regionais focalizadas para a redução das desigualdades educacionais e a promoção do desenvolvimento.
Palavras-chave: Educação básica; IDEB; Análise espacial.

ABSTRACT
Despite remaining the country's second-largest economy, the state of Rio de Janeiro has seen a continuous decline in its share of the national GDP since 1970, also reflected in a socioeconomic crisis and the deterioration of social indicators, such as public education. The Basic Education Development Index (IDEB) highlights this situation, pointing to setbacks in the quality of basic education in Rio de Janeiro. This study analyzes the spatial distribution of the IDEB over the last 12 years (2011-2023) using Exploratory Spatial Data Analysis (AEDE). The Moran Index results revealed concentration patterns: in 2023, the Baixada Fluminense region was a low-performing cluster, while the Northwest region of Rio de Janeiro showed significant progress. The capital stood out as a high-low cluster, with good results in contrast to the decline in peripheral municipalities. These findings reinforce the urgency of targeted regional policies to reduce educational inequalities and promote development.
Keywords: Basic education; IDEB; Spatial analysis.

INTRODUÇÃO

A educação básica ocupa posição central no desenvolvimento social e econômico de qualquer território, sendo reconhecida como direito fundamental pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e condição indispensável para a mitigação das desigualdades.

[1] Poliana da Silva David, PPGER/UFRRJ, davidpoliana@ufrrj.br
[2] Maria Viviana de Freitas Cabral, PPGER/UFRRJ, mvivianafreitas@gmail.com

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Entretanto, a qualidade da educação constitui um conceito complexo e multidimensional, envolvendo não apenas o acesso à escola, mas também a garantia de aprendizagens significativas, equidade, inclusão e valorização dos profissionais da educação (LÜCK, 2009; FREIRE, 2021; BOURDIEU, 2011).

No Brasil, instrumentos como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) tornaram-se centrais para monitorar o desempenho escolar e subsidiar políticas públicas. Contudo, a literatura adverte para os riscos da centralidade desses mecanismos. Ximenes (2012) alerta que a responsabilização educacional baseada em metas e testes padronizados reduz o direito à educação a indicadores de desempenho, enquanto Ferrão (2012) destaca que essa lógica meritocrática pode ampliar desigualdades ao responsabilizar escolas e professores por resultados que, muitas vezes, refletem as próprias assimetrias estruturais do país.

O estado do Rio de Janeiro apresenta um caso emblemático dessa realidade. Embora mantenha-se como a segunda maior economia do país, vem perdendo participação no PIB nacional desde a década de 1970 e atravessa uma crise socioeconômica e fiscal que repercute diretamente na qualidade da educação básica (COSTA, 2012). A divulgação recente do IDEB evidenciou retrocessos no ensino médio e nos anos finais do ensino fundamental, recolocando o estado entre os piores desempenhos do país.

MATERIAIS E METÓDOS

A pesquisa utilizou dados do IDEB referentes aos anos iniciais e finais do ensino fundamental nos municípios fluminenses, para os anos de 2011 e 2023. O IDEB é calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e combina desempenho em avaliações padronizadas com taxas de aprovação escolar, constituindo-se no principal indicador de qualidade educacional no Brasil. Para analisar sua distribuição espacial, empregou-se a Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE), técnica que permite identificar padrões de associação espacial, heterogeneidades regionais e clusters (ANSELIN, 1999; ERTUR; LE GALLO, 2003; ARBIA, 2006).

Foram aplicadas duas medidas principais: o Índice de Moran Global, que indica se os valores do IDEB apresentam distribuição aleatória ou padrão de concentração no espaço, e o Moran Local ou LISA, que desagrega o índice global e identifica agrupamentos específicos,

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

classificados em alto-alto, baixo-baixo, alto-baixo e baixo- alto. As matrizes de pesos espaciais foram definidas pelos critérios de vizinhança (rainha) e k-vizinhos (k=1), selecionadas conforme a adequação estatística para cada ano, seguindo o procedimento de Baumont (2004). Esse arcabouço metodológico permitiu avaliar tanto a existência de autocorrelação espacial global quanto a localização dos agrupamentos críticos de baixa ou alta qualidade educacional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

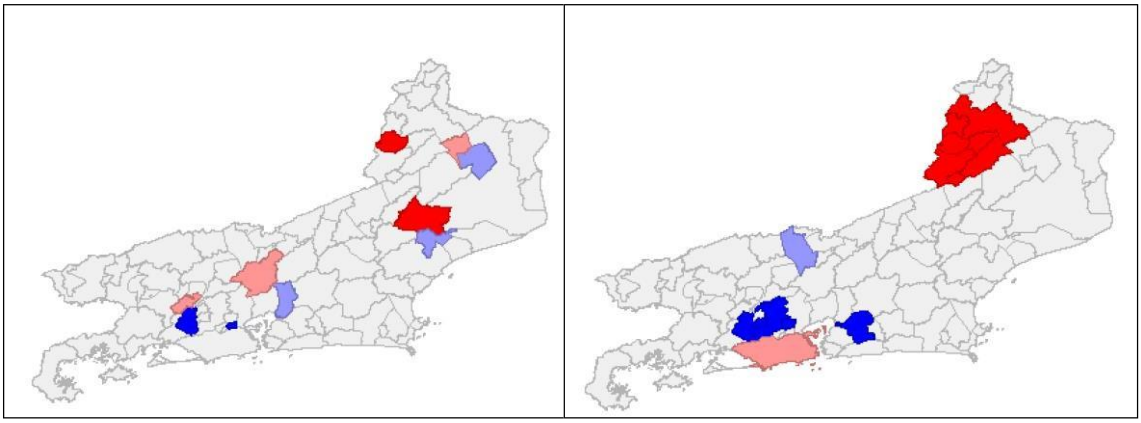
Os resultados do Índice de Moran Global confirmaram autocorrelação espacial positiva para os dois anos analisados, rejeitando a hipótese de aleatoriedade na distribuição do IDEB. Isso significa que municípios com baixos indicadores tendem a se agrupar com vizinhos igualmente frágeis, enquanto municípios com bons indicadores se concentram próximos entre si. Além disso, observou-se intensificação da dependência espacial entre 2011 e 2023, revelando maior concentração territorial da qualidade da educação.

A análise local por meio do LISA mostrou três padrões principais. O primeiro correspondeu ao cluster baixo-baixo, formado majoritariamente pela Baixada Fluminense, onde municípios como Duque de Caxias, Belford Roxo e Japeri registraram IDEB em torno de 4,1 em 2023, acompanhados de Mesquita, São João de Meriti, Nova Iguaçu e Magé, igualmente abaixo das metas estabelecidas. Essa região, historicamente marcada por desigualdades sociais e déficit de infraestrutura, consolidou-se como núcleo de baixo desempenho educacional. O segundo padrão foi identificado no cluster alto-alto, concentrado no Noroeste fluminense. Municípios como Miracema alcançaram IDEB de 7,9 nos anos iniciais e 6,5 nos anos finais, superando a média estadual e nacional. Esses resultados sugerem que investimentos direcionados e políticas locais foram capazes de reverter parte do histórico de atraso escolar (RIO DE JANEIRO, 2017). Por fim, destacou-se o cluster alto-baixo, representado pelo município do Rio de Janeiro. A capital fluminense apresentou melhora expressiva, alcançando IDEB 6,0 nos anos iniciais e 5,2 nos anos finais, posições de destaque no ranking nacional. No entanto, esse avanço ocorreu em contraste com a derrocada dos municípios periféricos da Região Metropolitana, acentuando a desigualdade intraestadual.

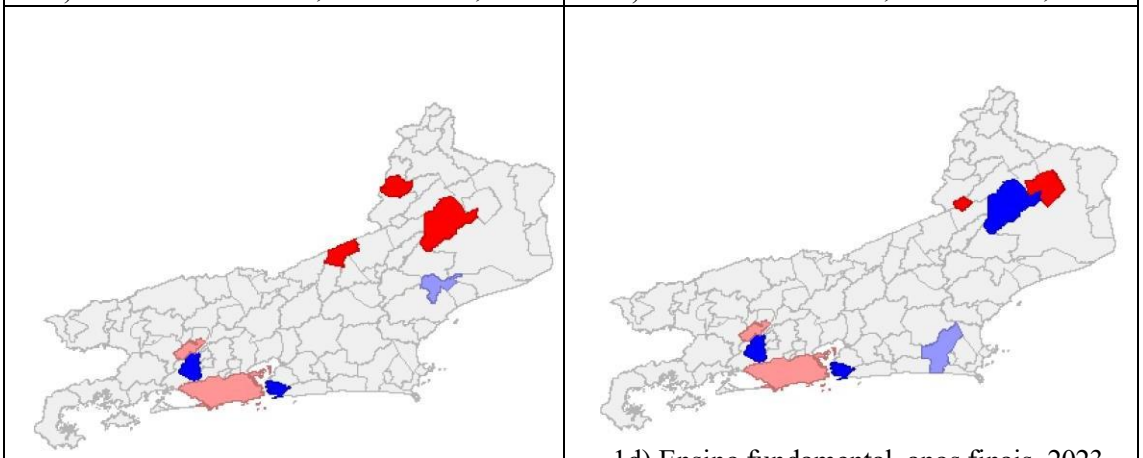
Figura 1 – Clusters da qualidade da educação pública dos municípios fluminenses no

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

período recente, 2011-2023.



1a) Ensino fundamental, anos iniciais, 2011 | 1b) Ensino fundamental, anos iniciais, 2023



1c) Ensino fundamental, anos finais, 2011 | 1d) Ensino fundamental, anos finais, 2023

Fonte: INEP. Elaboração própria.

Esses achados dialogam com a literatura que aponta a forte influência do território na determinação das oportunidades educacionais (KOSLINSKI; ALVES; LANGE, 2013; RAGAZZO; ALMEIDA, 2020). Além disso, confirmam que o gasto público isolado não garante melhores resultados, sendo a eficiência da gestão e a alocação dos recursos fatores determinantes para o desempenho escolar (CAMPOS; CRUZ, 2009; SANTOS; OLIVEIRA; ALCOFORADO, 2023).

CONCLUSÕES

A análise espacial da qualidade da educação básica no estado do Rio de Janeiro revelou que a distribuição do IDEB apresenta padrão de concentração regional, intensificado entre 2011 e 2023. A Baixada Fluminense consolidou-se como polo de baixo desempenho educacional, enquanto o Noroeste fluminense conseguiu reverter parte de seu histórico de

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

atraso, alcançando índices elevados. Já a capital fluminense destacou- se positivamente, mas em contraste com a derrocada de municípios vizinhos.

Esses resultados indicam que a crise educacional fluminense deve ser compreendida em sua dimensão territorial, exigindo políticas públicas regionais focalizadas. O enfrentamento das desigualdades entre periferia metropolitana e interior é condição necessária para que o estado do Rio de Janeiro possa transformar seu potencial econômico em desenvolvimento social. Nesse sentido, compreender a qualidade da educação básica sob a ótica espacial contribui não apenas para o avanço da literatura acadêmica, mas também para o desenho de estratégias de política pública voltadas à equidade educacional e ao desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ANSELIN, Luc. Interactive techniques and exploratory spatial data analysis. In: LONGLEY, P.; GOODCHILD, M.; MAGUIRE, D.; RHIND, D. (org.). *Geographical information systems: principles, techniques, management and applications*. New York: Wiley, 1999. p. 251-264.

ARBIA, Giuseppe. **Spatial econometrics**. Berlin: Springer, 2006. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-662-07136-6_4.

BAUMONT, Catherine. Spatial effects in housing price models: do house prices capitalize urban development policies in the agglomeration of Dijon (1999)? Dijon: Université de Bourgogne, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**.

2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 set. 2025.

CAMPOS, Bárbara Cristina; CRUZ, Bruno de Paula Acioli da. Impactos do Fundeb sobre a qualidade do ensino básico público: uma análise para os municípios do estado do Rio de Janeiro. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 371-393, 2009. DOI: https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000200005.

FERRÃO, Maria Eugênia. Avaliação educacional e modelos de valor acrescentado: tópicos de reflexão. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 455-469, abr. 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 62. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

TEIXEIRA (INEP). **Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB): resultados**. Brasília, DF: INEP, [2023]. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados. Acesso em: 05 set. 2025

KOSLINSKI, Mariane Campelo; ALVES, Fátima; LANGE, Wagner Junqueira. Desigualdades educacionais em contextos urbanos: um estudo da geografia de oportunidades educacionais na cidade do Rio de Janeiro. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 125, p. 1175-1202, 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000400009.

LE GALLO, Julie; ERTUR, Cem; BAUMONT, Catherine. A spatial econometric analysis of convergence across European regions, 1980–1995. In: FINGLETON, Bernard (ed.). *European regional growth*. Berlin: Springer, 2003. p. 99-129. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-662-07136-6_4.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: o desafio da construção coletiva**. Petrópolis: Vozes, 2009.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert; ALMEIDA, Guilherme da Fonseca Costa de. Uma estratégia regulatória local para a educação básica no Rio de Janeiro. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 45, n. 3, e93964, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-623693964.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico. Subsecretaria de Estado de Comércio e Serviços. Superintendência de Desenvolvimento Regional. **Região Noroeste Fluminense: desenvolvimento socioeconômico 2007/2014**. Org. D. Â. A. P. de Carvalho; R. P. Ribas. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2017.

SANTOS, Gabriela C.; OLIVEIRA, Eder R. de; ALCOFORADO, Eduardo A. G. Investimento em educação e qualidade do ensino fundamental: um estudo da eficiência dos municípios do estado do Rio de Janeiro. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 18, e2022104, 2023. DOI: https://doi.org/10.4270/ruc.2022104.

XIMENES, Salomão Barros. Responsabilidade educacional: concepções diferentes e riscos iminentes ao direito à educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 353-377, abr. 2012.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO? UMA ANÁLISE DO IDEB DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ (2007-2021)

Jerônimo da Silva Prudêncio[1]
Vanuza da Silva Pereira Ney[2]
Maria do Socorro Bezerra de Lima[3]

RESUMO
Potencializada por uma agenda neoliberal em curso desde o final do século XX, a desigualdade educacional configura-se como um fenômeno complexo. Como desdobramento do PNE (2014–2024), foi aprovado, em 2015, o Plano Municipal de Educação (PME) de Campos dos Goytacazes. Nesse contexto, esta pesquisa teve como objetivo analisar a qualidade da educação de Campos dos Goytacazes, a partir da evolução do IDEB entre 2007 e 2021 relacionando os resultados ao cumprimento da Meta 7 do PME (2015–2025). Para tanto, realizou-se uma pesquisa documental, com consulta complementar aos dados disponibilizados pelo INEP. Os resultados evidenciaram que o IDEB do município permaneceu abaixo das metas estipuladas no período de 2013 a 2021, revelando fragilidades na qualidade da educação de Campos. Entretanto, foi identificado que em alguns anos, escolas situadas em zonas rurais superaram as metas previstas, apresentando desempenho superior ao de escolas da zona urbana.
Palavras-chave: Qualidade da Educação; Plano Municipal de Educação; Políticas Educacionais; IDEB.

ABSTRACT
Fueled by a neoliberal agenda in place since the late 20th century, educational inequality is a complex phenomenon. As a result of the PNE (2014–2024), the Campos dos Goytacazes Municipal Education Plan (PME) was approved in 2015. This research aimed to analyze the quality of education in Campos dos Goytacazes, based on the evolution of the IDEB (National Institute of Education) between 2007 and 2021, relating the results to the achievement of Goal 7 of the PME (2015–2025). To this end, documentary research was conducted, with additional consultation of data provided by INEP. The results showed that the municipality's IDEB remained below the established targets from 2013 to 2021, revealing weaknesses in the quality of education in Campos. However, a relevant aspect identified was that, in some years, schools located in rural areas exceeded the expected targets, presenting a better performance than schools in urban areas.
Keywords: Quality of Education; Municipal Education Plan; Educational Policies; IDEB.

INTRODUÇÃO

A partir do final do século XX, a consolidação da agenda neoliberal tem aprofundado a desigualdade educacional, configurando-a como um fenômeno complexo e multifacetado. Para Sampaio e Oliveira (2016), uma das principais dimensões da desigualdade é qualidade

[1] Jerônimo da Silva Prudêncio, NERU/PPGDAP/UFF e-mail: jeronimoprudencio@id.uff.br
[2] Vanuza da Silva Pereira Ney, NERU/PPGDAP/UFF e-mail: vanuzasilva@id.uff.br
[3] Maria do Socorro Bezerra de Lima, NERU/PPGDAP/UFAM e-mail: sblima22@gmail.com

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

da educação. Segundo Candau (2008), para além de uma dominação jurídica e política, houve uma dominação cultural eurocêntrica, padronizadora e homogeneizadora. Para a autora, a escola pública que existe atualmente no Brasil é consequência de uma construção histórica na perspectiva da colonialidade e necessita de políticas públicas para reverter esse cenário.

Nessa perspectiva, destaca-se a importância do Plano Nacional de Educação (PNE) como uma política educacional de âmbito federal para o combate da desigualdade. Derivado do PNE, o Plano Municipal de Educação (PME) de Campos dos Goytacazes (RJ) estabelece metas para a educação neste município visando à melhoria da qualidade do ensino. Segundo Souza (2006), as políticas públicas se materializam por meio de programas e ações e traduzem os propósitos dos governantes.

Em que pese o grande dinamismo econômico alcançado por Campos dos Goytacazes, o município frequentemente apresenta um dos piores desempenhos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) entre os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, o que configura um paradoxo. Isto posto, esta pesquisa tem como objetivo analisar a qualidade da educação no ensino fundamental – anos finais – da rede pública de Campos dos Goytacazes, a partir da evolução do IDEB entre 2007 e 2021 relacionando os resultados ao cumprimento da Meta 7 do PME (2015–2025).

MATERIAIS E METÓDOS

Esta pesquisa, de caráter exploratório, baseia-se em uma abordagem qualitativa, por meio da análise documental do Plano Municipal de Educação (PME) de Campos dos Goytacazes (2015-2025) e da utilização de dados estatísticos educacionais. O PME (2015-2025) foi utilizado como principal fonte de dados, por se tratar de um documento oficial que orienta as políticas educacionais do município. Complementarmente, foram analisados dados estatísticos provenientes de fontes oficiais, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Decreto Federal nº 6.094, de abril de 2007, definiu que a qualidade da educação básica no Brasil é monitorada, de forma objetiva, por meio do IDEB, calculado e divulgado pelo INEP. Em que pese ser o indicador adotado pelo MEC para aferir a qualidade da

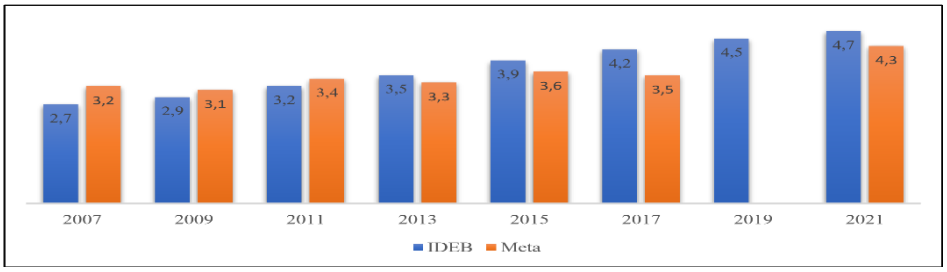
FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

educação, é premente pontuarmos sua limitação uma vez que abarca apenas aspectos quantitativos em detrimento dos aspectos qualitativos. Essa reflexão se faz importante, tendo em vista que a qualidade da educação engloba aspectos sociais, políticos e econômicos. Não nos parece que o IDEB abarque todas essas dimensões.

A Nota Técnica do INEP (2007) destaca o papel das metas intermediárias do IDEB que, a partir de 2007, são calculadas a cada dois anos em diferentes níveis: nacional, estadual, municipal e por escola. Esse monitoramento regular é crucial para acompanhar o progresso das políticas educacionais em tempo real e corrigir falhas ao longo do caminho. Cumpre destacar que, a meta final do IDEB foi estabelecida para ser alcançada em 2021, com sua divulgação planejada para 2022. Isso esclarece que, embora os dados do IDEB de 2023 terem sido divulgados, não havia metas previamente estipuladas já que estas se encerraram em 2021[4].

Com efeito, instituído pela Lei nº 8.653, de 11 de junho de 2015, o PME (2015- 2025) de Campos foi estabelecido, conforme redação dos Artigos 1º e 2º, para vigorar durante o decênio 2015-2025 por meio de uma obrigatoriedade posta pelo PNE. A meta 7 do PME tem como objetivo fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias municipais para o IDEB. Percebe-se, portanto, que a meta 7 dialoga com a qualidade da educação, foco desta pesquisa.

Gráfico 1 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Rede Municipal de Campos dos Goytacazes (ensino fundamental, anos finais, 2007 a 20215)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MEC/INEP

[4] Segundo o Art. 1º da Portaria nº 556, de 2 de outubro de 2020, foi instituído um Grupo de Trabalho (GT) denominado "Novo IDEB", a fim de elaborar estudo técnico para subsidiar a atualização do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (Brasil, 2020).

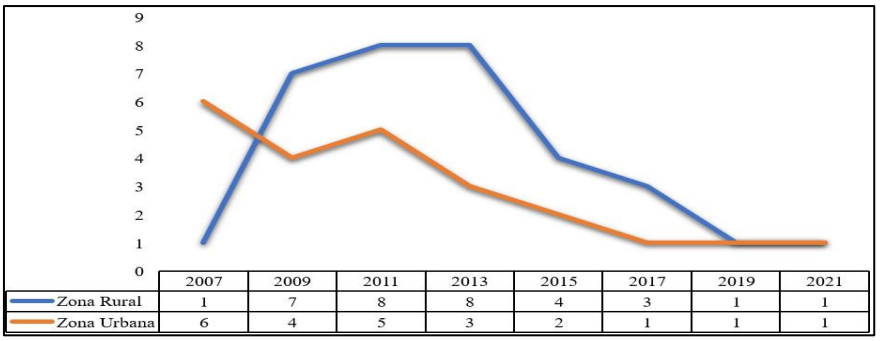
[5] Destaca-se que, no ano de 2019, a Prefeitura não enviou os dados dentro do prazo para o MEC, inviabilizando o cálculo do IDEB.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Pode-se verificar no Gráfico 1 que Campos cumpriu as metas estipuladas apenas para os anos de 2007, 2009 e 2011. A partir de 2013, Campos não atingiu a meta estipulada. Isso reforça o fato de a meta 7 não ter sido atingida. Conforme pontuado por Matta, Berçot e Rangel (2018), a queda no índice dos anos finais do ensino fundamental em Campos dos Goytacazes expõe desafios significativos para o sistema educacional local. A redução no IDEB, de 3,4 em 2011 para 3,3 em 2013, indica não apenas a dificuldade em atingir a meta de 3,5, mas também sinaliza uma possível estagnação ou retrocesso no desempenho escolar. Destacando a questão orçamentária, deparamos com um paradoxo. Segundo Matta, Berçot e Rangel (2018), apesar desses pífios resultados do IDEB, Campos dos Goytacazes vem incrementando recursos financeiros consideráveis para a educação. Os autores destacam que no ano de 2009, o montante destinado à educação foi na ordem de R$ 172.418.166,00, o que fazia de Campos dos Goytacazes o 38º município em gastos com educação *per capita* no Estado do Rio de Janeiro, com uma despesa de R$ 3.316,00 por aluno. Com isso, não nos parece que a questão não seja da quantidade dos gastos, mas sim da qualidade desses gastos.

De acordo com os dados do INEP, embora o município de Campos dos Goytacazes não tenha alcançado a meta do IDEB, – e consequentemente, a Meta 7 – desde 2013, a análise desagregada por escolas revela que de 2009 a 2017, o número de escolas da zona rural que alcançaram/superaram o IDEB foi maior quando comparado ao número de escolas localizadas em áreas urbanas.

Gráfico 2 – Nº de escolas de Campos (ensino fundamental – anos finais) com IDEB maior ou igual à meta estabelecida - zona rural x zona urbana – 2007 a 2021



	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Zona Rural	1	7	8	8	4	3	1	1
Zona Urbana	6	4	5	3	2	1	1	1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MEC/INEP

Em 2007, percebemos mais escolas na área urbana. No entanto, já em 2009, houve uma mudança significativa, com a zona rural registrando sete escolas dentro da meta, ultrapassando

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

a zona urbana. Esse desempenho superior da zona rural se manteve em 2011 e 2013 – anos em que atingiu seu pico com oito escolas cumprindo ou superando o IDEB esperado – enquanto a zona urbana permaneceu com números mais modestos (cinco escolas em 2011 e três em 2013).

O fato de a zona rural ter ultrapassado a zona urbana em diversos anos sugere que, apesar dos desafios enfrentados por escolas fora do contexto urbano, houve um aproveitamento mais eficiente dos recursos disponíveis.

CONCLUSÕES

Não se pode perder de vista que a educação é um fator determinante para o desenvolvimento regional, pois impacta diretamente a capacitação da força de trabalho, a redução das desigualdades sociais e a geração de oportunidades. No entanto, os baixos índices educacionais de Campos dos Goytacazes demonstram que as políticas implementadas não foram suficientes para garantir avanços significativos.

Os resultados da análise mostraram que, mesmo com uma receita considerável, Campos dos Goytacazes não atingiu as metas do IDEB, – e, consequentemente, a Meta 7. Esse dado reflete um quadro preocupante, em que as políticas implementadas não foram suficientes para promover uma melhora significativa nos indicadores de desenvolvimento educacional.

Apesar do cenário desafiador, um dado relevante que emergiu da análise foi o desempenho das escolas da zona rural. Mesmo nos anos em que Campos não conseguiu atingir as metas gerais do IDEB, algumas escolas da zona rural apresentaram resultados iguais ou superiores aos índices estipulados. Conclui-se que a qualidade da educação em Campos, por meio dos resultados do IDEB, mostra-se frágil. Os resultados ainda não são suficientes para demonstrar uma redução substancial das desigualdades educacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 556, de 2 de outubro de 2020. **Institui o grupo de trabalho do Novo IDEB.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 2020. Disponível em: <https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/Portaria- INEP-no-556-de2020-Institui-o-grupo-de-trabalho-Novo-IDEB.pdf >. Acesso em: 10 out. 2023.

CANDAU, V. M. **Multiculturalismo e educação:** desafios para a prática pedagógica. In:

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

MOREIRA, A. F; CANDAU, V. M. (Org.) Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Nota Técnica: Metodologia utilizada para o estabelecimento das metas intermediárias para a trajetória do IDEB no Brasil, Estados, Municípios e Escolas. Brasília, 2007b.

MATTA, Ludmila Gonçalves da; BERÇOT, Luiz Carlos; RANGEL, Luiza Cassiano. **As interconexões de ordem sociopolítico-econômicas e seus rebatimentos no resultado do IDEB:** um estudo de caso no município de Campos dos Goytacazes/RJ. VÉRTICES, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 20, n. 2, p. 224-238, maio/ago. 2018.

SAMPAIO, G. T. C.; OLIVEIRA, R. L. P. de. **Dimensões da desigualdade educacional no Brasil.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, [S. l.], v. 31, n. 3, p. 511–530, 2016.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas:** uma revisão da literatura. Sociologias. Porto Alegre, n.8, n.16, p.2045, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em 30 jul. 2025.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

O MAL-ESTAR DOCENTE NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE MANGARATIBA

Felipe de Oliveira Melo[1]
Jonathan de Oliveira Mendonça[2]
Eber Martins Maia[3]
Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa[4]

RESUMO
Este trabalho apresenta um panorama da rede pública municipal de ensino de Mangaratiba, RJ, focado nas condições e situações do trabalho docente na rede educacional com potencial impacto na saúde dos seus professores. Justifica-se pela necessária discussão da relação entre o trabalho e a saúde dos docentes no ambiente escolar. Para tanto, usa-se a categoria do "mal-estar docente" (Esteve, 1999) e de seus fatores principais e secundários inseridos na pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, além dos dados do Censo Escolar (INEP, 2024) e da Enquete Docente, que consiste num formulário online aplicado pelo LIEPE em parceria com o SEPE/RJ e o Sinpro-Rio, respondida voluntariamente por docentes da rede municipal. Conclui-se, preliminarmente, que o mal-estar docente está manifestado na rede de ensino em decorrência das condições estruturais e contextuais do trabalho de professoras e professores.
Palavras-chave: Mal-estar docente; Trabalho e saúde docente; Mangaratiba;

ABSTRACT
This paper presents an overview of the municipal public school system in Mangaratiba, RJ, focusing on the conditions and situations of teaching work in the educational system with a potential impact on the health of its teachers. It is justified by the necessary discussion of the relationship between work and the health of teachers in the school environment. To this end, the category of "teacher malaise" (Esteve, 1999) and its main and secondary factors included in qualitative bibliographic research, in addition to data from the School Census (INEP, 2024) and the Teacher Survey, which consists of an online form applied by LIEPE in partnership with SEPE/RJ and Sinpro-Rio, voluntarily answered by teachers in the municipal network. It is preliminarily concluded that teacher malaise is manifested in the school system as a result of the structural and contextual conditions of teachers' work.
Keywords: Teacher malaise; Teacher work and health; Mangaratiba;

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa apresentar um breve panorama da rede municipal de Mangaratiba, município situado no Estado do Rio de Janeiro compondo com Angra dos Reis e

[1] Mestrando em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - PPGEduc/UFRRJ. E-mail: felipeom2022@gmail.com
[2] Mestrando em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - PPGEduc/UFRRJ. E-mail: jonathanmendoncanf@gmail.com
[3] Doutorando em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - PPGEduc/UFRRJ.E-mail: ebermmaia@gmail.com.
[4] Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), credenciado no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) e coordenador do Laboratório de Investigação Estado, Poder e Educação (LIEPE). E-mail: rodrigolamosa2@gmail.com

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Paraty a Região da Costa Verde. De acordo com o último Censo Demográfico de investigações organizadas pelo Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE), cujo objetivo é investigar os motivos do mal-estar docente nas redes públicas municipais, estadual e particulares do estado do Rio de Janeiro, sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, principalmente embasado nas abordagens gramscianas, que compreendem o Estado Ampliado como aquele em que a sociedade civil participa da disputa do Estado estrito a partir de seus aparelhos privados de hegemonia (Mendonça, 2014).

Para tanto, parte-se da compreensão de Esteve (1999) que apresenta o mal-estar docente como categoria de análise apropriada para entender o processo de sofrimento pelo qual passam os professores ao longo das últimas décadas. Neste sentido, a pesquisa focou as condições e situações que causam o mal-estar, considerando o que Esteve denomina como fatores principais, relacionados à prática do magistério no momento de sua execução, e secundários, relacionados aos aspectos contextuais à profissão docente como sua imagem perante a sociedade e as funções que lhe são atribuídas.

MATERIAIS E METÓDOS

Assim, neste artigo, busca-se estabelecer um panorama preliminar da rede municipal de Mangaratiba, a partir de duas fontes: (i) dos dados do Censo Escolar, disponíveis através da plataforma Power-BI, que consolida os dados da rede do período compreendido entre 2014 e 2024; (ii) dos dados da Enquete Docente, realizada pelo LIEPE, para compreender na perspectiva dos próprios profissionais tanto os fatores, quanto os efeitos do mal-estar sobre a práxis docente.

Com isso, busca-se fornecer aos profissionais da educação da referida rede municipal, bem como às suas entidades representativas de classe, um panorama inicial, sob o qual possam se debruçar no intuito de organizar as suas reivindicações acerca do direito à saúde do trabalhador docente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A rede de ensino público municipal de Mangaratiba possui 42 escolas e em 2024 teve 7.358 matrículas distribuídas entre a Educação Infantil com 2.072 (28,16%), Ensino Fundamental com 4.961 (67,42%) e Educação de Jovens e Adultos com 325 matrículas

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

(4,42%). Das matrículas na rede de ensino público temos que 52% são de estudantes do sexo masculino e 48% são do feminino.

O Censo Escolar (INEP, 2024) aponta que a rede pública municipal possui 616 docentes, sendo 6 pessoas com deficiência. Quanto ao vínculo de trabalho, mais de 98,6% são concursados e 1,4% atuam por meio de contrato temporário. Quanto ao sexo, a composição do grupo docente é de 509 do sexo feminino (82,6%) e de 107 do sexo masculino (17,4%), em 2024. A declaração de raça da categoria de docentes desta rede configura-se como sendo branca (49,7%) e preta/parda (49,5%). O nível de formação dos docentes em 2024, apresentou-se como: 426 professores (69,16%) com nível Superior em Licenciatura; 13 professores (2,11%) com nível Superior Bacharelado; 162 (26,3%) com nível médio Normal/Magistério e 15 (2,44%) com nível médio/inferior.

Considerando a série histórica 2014-2024 (INEP, 2024) verificamos a diminuição no número de docentes em 7,8% na rede. Ainda mais significativo foi o número de docentes atuando na EJA que sofreu queda de 44,5% no período. Ademais, as idades dos docentes apresentam um envelhecimento da categoria, considerando o período de 2014 à 2024, a faixa etária dos docentes com até 34 anos teve queda progressiva atingindo 24,5 p.p., entretanto houve aumento de 15,5 p.p na faixa etária de 35 até 49 anos e por fim, entre os docentes com 50 anos ou mais atingiu 9 p.p. de aumento. Mesmo com a ocorrência de concursos públicos para cargos do magistério, em 2015 e 2021, não apresentaram significativo ingresso de profissionais abaixo de 34 anos de idade.

Tabela 3 – Percentual de docentes por faixa etária entre 2014-2024.

Ano	Faixa etária		
	Até 34 anos	De 35 até 49 anos	De 50 até 65 anos ou mais
2014	42,8%	43,1%	14,1%
2016	42,9%	45,0%	12,1%
2018	30,8%	54,8%	14,4%
2020	23,0%	56,7%	20,3%
2022	20,9%	57,0%	22,1%
2024	18,3%	58,6%	23,1%

Elaborada pelos autores. Power BI, Censo Escolar – 2024.

A Enquete Docente foi realizada entre os meses de outubro de 2024 e junho de 2025, e

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

foi respondida por um total de 1.370 docentes em todo o estado do Rio de Janeiro. Na rede municipal de Mangaratiba, 28 profissionais responderam a Enquete, sendo 21 do sexo feminino e 8 do sexo masculino. Dois dos docentes respondentes possuem deficiência; todos os participantes se declararam como cisgenero. Em relação à orientação sexual, 2 declaram-se homossexuais, 3 bissexuais e os outros 23, heterossexuais. Em relação à raça, 14 declararam-se brancos, 7 pardos, 5 pretos e dois preferiram não responder. A faixa-etária dos professores respondentes reafirma o processo identificado nos dados do Censo de envelhecimento da categoria. A somatória das faixas-etárias 41 de anos em diante, totalizam 19 respondentes, enquanto a somatória das faixas abaixo de 40 anos, totalizam apenas 9 respondentes.

Quanto aos dados funcionais, observa-se que todos os respondentes são “Concursados Efetivos”, no entanto, como vem sendo demonstrado pelo LIEPE, ao longo destas pesquisas, este dado tem escamoteado o número de funcionários que realizam hora-extra como forma de recompor seus salários defasados. Entre os respondentes, 6 disseram que realizavam hora-extra no momento de realização da enquete. Além disso, cabe também informar que 7 docentes informaram realizar atividade remunerada fora do magistério.

A Enquete Docente, também questionou os profissionais tanto sobre as condições físicas das unidades escolares como sobre as situações que impactam objetivamente sobre o trabalho docente. Estes dados são extremamente relevantes, porque deles decorrem o que Esteve (1999) definiu como os fatores secundários (indiretos) e fatores principais (diretos) que isoladamente já são potenciais riscos, contudo quando somados agravam o quadro de mal-estar docente no ambiente de trabalho.

De modo geral, a percepção dos profissionais é a de que as condições físicas das unidades escolares do município de Mangaratiba são regulares ou ruins. São pouquíssimos os professores que responderam a opção “boa” na maioria dos critérios observados. Já a opção “Ruim/deficiente”, foi a mais respondida nos itens: “Condições de Ventilação” com 17 respostas e “Proteção contra calor” com 16. Enquanto a opção “Regular” destacou-se em: “Conservação das Edificações” com 19 respostas e "Adequação das edificações” com 15.

Outros dados relevantes da enquete são aqueles relacionados às condições do ambiente de trabalho. Para esta questão, 26 dos 28 docentes marcaram a opção “Ausência de Laboratório”, caracterizando a carência deste recurso no ambiente de trabalho na rede. Embora possa parecer algo secundário para quem não vivencia a área da educação, a existência de

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ambientes externos à sala de aula, onde se possa desenvolver atividades para além do chamado "cuspe e giz" e da aula expositiva, é central para que a escola se torne um ambiente interessante para os estudantes.

No entanto, os dados do Censo Escolar (INEP, 2024), deixam claro a ausência destes ambientes externos na rede municipal. Segundo estes dados, das 42 escolas da rede municipal, 37 possuem pátio, 31 Biblioteca/Sala de leitura, 17 Área verde, 8 Quadra de Esportes, 6 Laboratório de Informática, 2 Auditório, 1 Laboratório de Ciências e 1 possui Sala multiuso. Ou seja, a infraestrutura das escolas não garante ambientes externos à sala de aula para que as atividades pedagógicas possam ser diversificadas. O que aumenta a exigência sobre o professor regente.

Configurados dentre os fatores principais geradores do mal-estar docente, estão as situações que afetam diretamente o trabalho docente. Objetivamente a Enquete Docente questionou sobre as "Situações que impactam na sua saúde enquanto docente" e conforme os professores respondentes, sobressalta-se a "dificuldade de aprendizagem dos alunos" (20), a "dificuldade de motivação dos alunos" (19) e as "atividades não valorizadas" (19) como as situações que mais impactam a saúde dos respondentes, seguidas de "Falta de material pedagógico" (14) e "Recursos pedagógicos inadequados" (13).

CONSLUSÕES

A partir da análise preliminar dos dados, pôde-se constatar um processo de envelhecimento da categoria docente da rede. Este mesmo processo vem sendo verificado em outras redes, como apontou Zafalão (2021) ao analisar a rede estadual de São Paulo. As condições de infraestrutura como a falta de ventilação e a falta de proteção contra calor excessivo, a carência de recursos pedagógicos e de material escolar, além das dificuldades de motivação e aprendizagem dos alunos se confirmam como fatores primários do Mal-estar docente presentes na rede, sobrecarregando os professores que acabam tendo de planejar atividades diversificadas em ambientes não preparados para tal, exigindo-lhes voluntarismo no trabalho.

Por tudo isto, cabe o aprofundamento deste estudo, que possa considerar outros dados disponibilizados pela Enquete Docente, como os sintomas do mal-estar docente, medicalização, uso de terapias e licenças para tratamento de saúde.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2024: Apresentação, Brasília, 2024.

ESTEVE, José Manuel. **O Mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: Mangaratiba, RJ, 2022. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/mangaratiba/panorama. Acesso em 14 de setembro de 2025.

MENDONÇA, Sônia R. **Estado ampliado como ferramenta metodológica. Revista Marx e o Marxismo** v.2, n.2, jan/jul 2014.

ZAFALÃO, João. **Do que adoecem os professores e as professoras?** São Paulo: Ed. Usina Editorial, 2021.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ: UM ESPAÇO DE RESISTÊNCIA, FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS IDENTIDADES CAMPONESAS

Beatriz Corsino Pérez[1]
Fernanda Tosetto dos Santos[2] Juliana
Thimóteo Nazareno Mendes[3] Pyllar
Boordot Souza Sant'Ana[4]

RESUMO
A Educação do Campo nasce da reivindicação pelo direito à educação em regiões rurais, historicamente marcadas pelos menores índices de escolaridade. Nesse contexto, foram realizadas atividades em uma escola municipal localizada no maior assentamento do município de Campos dos Goytacazes/RJ, sendo este o terceiro com maior quantitativo de assentados no estado. Para tal, foram realizadas oficinas participativas envolvendo discentes, docentes e gestores, objetivando conhecer as principais demandas apresentadas por esses sujeitos, além de buscar articulação com o poder público. A partir da experiência desenvolvida, pode-se evidenciar que, apesar dos desafios relacionados à precariedade estrutural e à violência nesses territórios, o ambiente escolar pode deixar de reproduzir exclusões e tornar-se um espaço de protagonismo infanto-juvenil, de fortalecimento comunitário e transformação social, reafirmando assim a urgência em consolidar a Educação do Campo como direito e prática emancipatória.
Palavras-chave: Educação do Campo; Campos dos Goytacazes/RJ; Violência; Protagonismo infanto-juvenil.

ABSTRACT
Rural Education emerged from the demand for the right to education in rural areas, historically characterized by the lowest educational attainment rates. In this context, activities were carried out at a municipal school located in the largest settlement in the municipality of Campos dos Goytacazes/RJ, which has the third-largest number of settlers in the state. To this end, participatory workshops were held involving students, teachers and administrators, aiming to understand the main demands presented by these individuals, in addition to seeking coordination with the government. Based on this experience, it is clear that, despite the challenges related to structural precariousness and violence in these areas, the school environment can stop reproducing exclusion and become a space for children and youth empowerment, community strengthening, and social transformation, thus reaffirming the urgency of consolidating Rural Education as a right and an emancipatory practice.
Keywords: Rural Education; Campos dos Goytacazes/RJ; Violence; Child and Youth Empowerment.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a população rural de Campos dos Goytacazes corresponde a 9,7% de

[1] Beatriz Corsino Pérez, professora adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF Campos). *E-mail:* beatrizcorsino@id.uff.br.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

[2] Fernanda Tosetto dos Santos, graduanda do Departamento Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF Campos). *E-mail:* fernanda_tosetto@id.uff.br.
[3] Juliana Thimóteo Nazareno Mendes, professora adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF Campos). *E-mail:* juliana_mendes@id.uff.br.
[4] Pyllar Boordot Souza Sant'Ana, graduanda do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF Campos). *E-mail:* pyllars@id.uff.br.

sua totalidade (Campos dos Goytacazes, 2022), contando com 91 escolas situadas em áreas rurais. Há cerca de 1.000 famílias distribuídas em 10 assentamentos, que ocupam, aproximadamente, 18.000 hectares, sendo Campos o terceiro município com maior número de assentados no estado do Rio de Janeiro (Campos dos Goytacazes, 2022b). Em 1997, com a presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ocorreu a ocupação da usina São João, dando origem ao assentamento Zumbi dos Palmares, hoje com mais de 500 famílias. Desde então, o movimento social atua no município na luta pela reforma agrária, agroecologia, alimentação saudável e Educação do Campo.

A Educação do Campo nasce da reivindicação pelo direito à educação, haja vista que as regiões rurais são historicamente marcadas pelos menores índices de escolaridade, devido à insuficiência de políticas públicas. Assim, pensar a educação como parte do processo formativo identitário de crianças e adolescentes camponeses é fundamental para romper ciclos de opressão. Por isso, movimentos sociais rurais criaram experiências pedagógicas próprias, valorizando saberes e práticas comunitárias.

Nesse cenário, a partir de 2002, o Ministério da Educação (MEC) instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, seguidas pelas Diretrizes Complementares (2008) e pelo Decreto 7352 (2010), ampliando a inclusão dessa modalidade. Entretanto, embora garantida em diversos marcos legais, a Educação do Campo ainda encontra muitas dificuldades para se efetivar como direito na realidade das comunidades rurais do Brasil e do município de Campos dos Goytacazes.

MATERIAIS E METÓDOS

Em 2024, o Núcleo de Pesquisa Infâncias, Juventudes e Políticas Públicas (NIJUP) da Universidade Federal Fluminense (UFF Campos), se aproximou da Secretaria de Educação e do MST com o projeto de extensão "Formação de professores e participação comunitária: caminhos para transformação das escolas do campo". Nesse contexto, foram realizadas

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

atividades na única escola municipal localizada em um assentamento do MST no município, onde houve o contato direto com crianças e jovens camponeses, que evidenciaram a precariedade do local em que estudavam e a necessidade de transformação desse espaço.

Como metodologia, foram efetivadas oficinas envolvendo 20 turmas, contabilizando assim a participação de cerca de 500 estudantes, professores(as) e gestores(as), com a periodicidade mensal, de forma a conhecer as principais demandas apresentadas por esses sujeitos e buscar articulação com o poder público para que fossem atendidas. Durante os encontros, em cada turma da escola, duplas de graduandas(os), dos cursos de psicologia e serviço social participantes do projeto, trabalharam com os(as) alunos(as), de forma dinâmica, através de oficinas temáticas como: a história dos movimentos sociais do campo, fundamentos da Educação do Campo, territórios e redes, direito à alimentação saudável e agroecologia, para promover uma compreensão ampliada das questões que permeiam as vivências de discentes, docentes e da comunidade campesina.

Durante estas oficinas, os(as) professores(as) da escola realizaram uma formação, com membros do Núcleo de Pesquisa, MST e da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia de Campos (SEDUCT). Além disso, foram efetuadas reuniões com a defensoria pública, bem como outros setores da SEDUCT e com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com o objetivo de melhorar a infraestrutura da escola, por meio da construção de um projeto de ampliação da área para que os(as) estudantes e educadores(as) pudessem ter condições mais dignas de trabalho, de ensino e aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os encontros promoveram maior engajamento da comunidade escolar e contribuíram para que fossem aprovadas e iniciadas obras para ampliação da escola e de melhoria da infraestrutura com base nas demandas apresentadas pelas crianças e adolescentes. Contudo, também emergiram desafios relacionados à violência no território e na escola, com episódios de brigas, agressões, práticas racistas, de intolerância religiosa e discriminação de gênero. Em seis meses, a escola vivenciou a perda de dois estudantes, assassinados por adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas, sendo um deles também aluno da unidade.

Segundo Peçanha e Pereira (2013), o termo “violência” designa a utilização de força

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

física de modo intencional e excessivo para a realização de um ato de ameaça ou que provoque um acidente, trauma psicológico ou morte. Contudo, através de uma exposição bibliográfica acerca do tema, as autoras colocam que para os estudos sociais, a análise de um ato violento deve levar em consideração os valores culturais dos grupos presentes na sociedade, as circunstâncias em que tal ação foi praticada, como também disposições subjetivas. Além disso, as representações, dimensões e significados do conceito de violência sofrem mudanças de acordo com as transformações pelas quais a sociedade passa (*ibidem.*, 2013). Portanto, para compreender esse fenômeno é necessário entender sua complexidade e sua multidimensionalidade, para que se possa formular ações eficazes ao seu enfrentamento.

Muitas vezes, as escolas acabam sendo espaços de reprodução da violência que esses(as) infantes e jovens já vivenciam em seu cotidiano, além da desvalorização dos trabalhos exercidos pelas suas famílias na área rural. A partir de uma perspectiva preconceituosa sobre a vida no campo, visto como lugar atrasado ou primitivo, os(as) educadores(as) acabam fortalecendo a ideia que para ser "bem-sucedido" é necessário sair do campo e ir para as cidades, mesmo que atuando em subempregos no comércio e na construção civil. Dessa forma, a escola acaba reproduzindo o projeto moderno-colonial e urbanocêntrico, que se perpetua violentamente contra os sujeitos do campo, que têm os seus conhecimentos, tradições e culturas desvalorizados.

Como afirmam Tassara e Ardans-Bonifácio (2008), o modelo de urbanidade se consolida como um projeto histórico civilizatório que propaga um modo de produção econômica e cultural que, arbitrariamente, se apresenta como regra a outras formas de existência e faz do encontro com a alteridade camponesa e tradicional expressão da violência, em tentativas constantes de perpetuação de um modelo hegemônico de civilidade atenta a colonização dos modos de vida destas populações. Dessa forma, atuar na formação de educadores(as) que trabalham nas escolas localizadas nas áreas rurais é também garantir o direito de crianças e adolescentes terem seus saberes comunitários valorizados e respeitados.

Segundo Côrtes (2016), a violência é um fenômeno que se apresenta como fruto das relações sociais historicamente estabelecidas, sendo possível observar que os bairros em que ocorre o maior número de violências são marcados pela pobreza, e os sujeitos neles residentes são para quem o direito à cidade é negado. Dessa forma, acreditamos que este fenômeno deve ser compreendido como uma problemática a ser discutida, se atentando para o modo como as

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

crianças e adolescentes vivenciam essa realidade. Fazer isso, a partir do contexto escolar ainda se torna mais desafiador, pois além das manifestações externas que impactam o cotidiano da instituição, têm-se as violações no próprio ambiente escolar, que podem ser tanto entre estudantes, entre eles e os outros atores sociais que compõem a escola, como também a própria violência institucional.

CONCLUSÃO

Em suma, pode-se concluir que a experiência desenvolvida na escola municipal evidenciou que a Educação do Campo, articulada com a universidade, movimentos sociais, poder público e comunidade, pode se constituir em um espaço de resistência, formação e valorização das identidades camponesas. Ademais, apesar dos desafios relacionados à precariedade estrutural e à violência nos territórios rurais, o projeto mostrou que o ambiente escolar pode deixar de reproduzir exclusões e tornar-se um espaço de protagonismo infantil e juvenil, de fortalecimento comunitário e de transformação social, reafirmando a urgência de consolidar a Educação do Campo enquanto direito e prática emancipatória.

REFERÊNCIAIS

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 nov. 2010.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 abr. 2002.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 abr. 2008.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social. **Plano Municipal de Assistência Social 2022-2025**. Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro), 2022.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Saúde. **Plano Municipal de Saúde 2022-2025.** Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro), 2022.

CÔRTES, T. L. **Violência e reassentamentos urbanos a partir da mídia impressa.** Tese (Monografia em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes, p. 115. 2016.

PEÇANHA, I. S. B. DE OLIVEIRA, R. P. Reflexões acerca da violência escolar. **Ciências Sociais - UFJF**, 2013.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

TASSARA, E. T. O. & ARDANS-BONIFÁCIO, H. O. Psicologia socioambiental, identidades urbanas e intervenção social. Reflexões sobre as mudanças socioambientais no sistema-mundo (pp. 123-154). In: Tassara, E. T. O. & Rutkowsk, E. W. (orgs.). **Mudanças climáticas e mudanças socioambientais globais: reflexões sobre alternativas de futuro**. São Paulo: UNESCO e IBECC, 2008.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os integrantes do Núcleo de Pesquisas. Ao programa municipal de fomento à pesquisa Mais Ciência, pelo incentivo que viabilizou este projeto. Ao MST e à SEDUCT, pela articulação em prol da Educação do Campo. E, especialmente, às crianças e adolescentes da escola, pela acolhida sempre afetuosa.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

3.ESTRUTURA PRODUTIVA FLUMINENSE

Maria Viviana de Freitas (UFRRJ)
Rodrigo Rodriguez (UERJ)

A sessão temática “Estrutura produtiva fluminense” tem como objetivo discutir os diferentes diagnósticos sobre as atividades econômicas do estado do Rio de Janeiro e suas perspectivas no contexto do desenvolvimento regional. Considerando que os processos de geração de riqueza estão diretamente associados a distintos padrões de distribuição de renda e de qualidade de vida, a proposta é discutir de que modo as atividades e os setores produtivos estratégicos contribuem para a trajetória econômica fluminense e podem orientar novas políticas mais sustentáveis do ponto de vista econômico e social para o estado do Rio de Janeiro.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: O CASO DO TURISMO ESPORTIVO

Carlos Henrique de Vasconcellos Ribeiro[1]

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é analisar a contribuição socioeconômica do turismo esportivo, a partir da prestação de serviços desse segmento. Para isso, analisamos empresas dedicadas às atividades esportivas espalhadas pela cidade do Rio de Janeiro. Essa é uma pesquisa exploratória e descritiva. O tipo de estudo é uma análise documental das atividades ligadas ao turismo esportivo. Nossa amostra se concentrou em práticas como o voo livre, *o stand up paddle*, trilhas e visitas aos museus de clubes de futebol. Como resultado, encontramos empresas que atendem no turismo esportivo, bem como seus endereços, valor praticado e informações adicionais sobre como é realizada a atividade. O estudo contribui para oferecer dados do setor e suas perspectivas econômicas, visibilidade acadêmica e sugestões para as políticas públicas no Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Turismo Esportivo; Desenvolvimento Socioeconômico; Estado do Rio de Janeiro; Cidade do Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This research aims to analyze the socioeconomic contribution of sports tourism in Rio de Janeiro, based on the provision of services in this segment. For this, we study companies dedicated to sports activities spread throughout the city. This is exploratory and descriptive research. The type of study is a documentary analysis of service provision pages related to sports tourism in the city of Rio de Janeiro. Our sample focused on practices such as paragliding, stand-up paddle, trails, and visits to the museums of football clubs. As a result, we found out which services these companies are dedicated to, their addresses, the prices charged, and additional information on how the activities are conducted. The study contributes to providing sector data and its economic perspectives, academic visibility, and suggestions for public policies in the State of Rio de Janeiro.

Key words: Sport Tourism; Socioeconomic Development**;** State of Rio de Janeiro; City of Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

O segmento do turismo esportivo tem sido objeto de estudos acadêmicos seja de em nível nacional quanto internacional (Andrade; Bárcia, 2018; Higham; Hinch, 2002). O setor

[1]Carlos Henrique de Vasconcellos Ribeiro, FAETEC, c.henriqueribeiro@gmail.com

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ganhou visibilidade em nosso país sobretudo a partir da passagem dos megaeventos esportivos tais como a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 20216, quando diversas intervenções urbanas foram realizadas para receber turistas de diferentes partes do mundo, destarte, sendo, à época, necessária a capacitação de pessoas para esse segmento (Ribeiro, 2023).

O turismo esportivo está ligado também à área de eventos, que no Rio de Janeiro é pujante e vem se desenvolvendo ao longo dos anos. Como reforço do que se está tratando, no ano de 2025 são esperados cerca de 350 na capital fluminense, sendo 190 apenas no âmbito das corridas de rua. A expectativa é que aconteçam 690 mil inscrições, gerando um impacto econômico de cerca de R$ 2,2 bilhões. Além disso, em 2024 a cidade do Rio de Janeiro sediou 322 eventos, dos quais 78 reuniram 452 mil participantes e provocaram um impacto econômico de R$ 1,4 bilhão segundo a municipalidade (prefeitura.rio/esporte/prefeitura-do-rio-lanca-calendario-esportivo-oficial-da-cidade).

Ademais, a significativa porcentagem de 40% dos viajantes na faixa etária de 25 a 34 anos pretende acompanhar ou participar de competições esportivas no ano de 2025, segundo dados da revista Tendências do Turismo (BRASIL, 2025).

Os impactos econômicos dos eventos, sobretudo dos relacionados ao esporte parecem ser objeto de atenção das autoridades públicas, a partir do monitoramento de diversas variáveis, tais como o número de inscritos, a cidade de origem, o tempo médio de estadia e gasto financeiro, como revelado nos parágrafos anteriores. No entanto, existem outras atividades relacionadas ao turismo esportivo que acontecem cotidianamente e parecem estar longe das atenções dos agentes públicos, da academia e meio empresarial. Essa é uma das justificativas para realizar esse estudo.

Além dessa, a experiência docente na criação e funcionamento do curso de Condutor de Turismo Esportivo da Faetec desde 2016 serve também como parâmetro para compreender o setor.

No Rio de Janeiro, dada sua geografia e clima, são inúmeras as variedades de práticas esportivas em ambientes ao ar livre, como praias e montanhas. Um turista quando visita a cidade tem, ao seu dispor, a possibilidade de contratar serviços para fazer trilhas, voo livre de asa delta, ou praticar aulas de futevôlei. Há também um patrimônio cultural esportivo a seu dispor, tal como o simbólico Estádio do Maracanã e os museus de clubes de futebol. Há ainda a

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

realização dos eventos relacionados aos e-esportes, cada vez mais frequentes nas arenas olímpicas.

O setor é pulverizado e há diversos agentes envolvidos demonstrando sua complexidade. Desse modo, são necessários mais dados para que os agentes públicos considerem melhorar as políticas de desenvolvimento para esse segmento turístico, ou que o setor empresarial considere investir nessa área.

Entendendo que a intenção dessa pesquisa é examinar a contribuição socioeconômica do turismo esportivo na cidade do Rio de Janeiro, a partir da prestação de serviços desse específico segmento turístico, selecionamos, de forma intencional, profissionais autônomos e empresas que oferecem essas atividades e analisamos seu papel na contribuição para o desenvolvimento do turismo esportivo. Analisar a cadeia produtiva do turismo, – e, em específico, um dos seus eixos centrais como o pertencente ao lazer –, contribui para estudos sobre geração de emprego e renda no setor de serviços, área que tem destaque no cenário econômico no Rio de Janeiro.

MATERIAIS E METÓDOS

Essa é uma pesquisa exploratória e descritiva. O tipo de estudo é uma análise documental das páginas de empresas ligadas ao turismo esportivo na cidade do Rio de Janeiro.

Selecionamos as empresas do turismo esportivo que mostram seus trabalhos na web. Assim, verificamos de que forma oferecem aos interessados as atividades, bem como são os valores praticados.

Foram digitadas palavras-chave como voo livre no Rio de Janeiro, *Stand up Paddle* no Rio de Janeiro e, assim, sucessivamente. A coletada de dados foi realizada durante o mês de julho de 2025. A orientação foi tentar englobar serviços distintos, tendo o turismo esportivo como eixo. Quer seja no mar, nas areias das praias, em trilhas e estádios e museus de clubes de futebol, o Rio de Janeiro oferece um cardápio variado em que turistas possam vir a se interessar em adquirir esse tipo de experiência.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresentamos o quadro de prestação de serviços que foi construído a partir das palavras-chave descritas na seção metodologia. Grande parte do que foi encontrado na rede

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

estava nos idiomas português, inglês e espanhol, bem como os valores cobrados eram diferentes nas moedas real, dólar e euro. Optou-se por manter os valores na moeda nacional, visto que há flutuação no câmbio. Essas atividades são encontradas em vários sítios de viagens, onde há também variação nos valores. Foi mantido no quadro o menor valor encontrado.

A escolha das empresas foi totalmente aleatória na rede, sem intenção de preterir ou dar destaque a nenhuma delas. Não há também nenhum objetivo de divulgação comercial, apenas se busca verificar quais serviços estão sendo oferecidos, seus endereços, valor praticado e informações encontradas em suas páginas.

Quadro 1: Alguns Prestadores de Serviços em Turismo Esportivo

Empresa	**Local**	**Valor**	**Características da atividade**
Rio Centro de Voo Livre	São Conrado	R$850,00 asa delta R$ 900,00 parapente	30 mil voos anualmente 140 instrutores habilitados
Remada do Amanhecer	Praia de Copacabana Altura do Posto 6	R$ 150,00	Mais de 2.000 clientes
Trilhas do Rio de Janeiro	Pedra do Telégrafo	R$150,00	Fazem deslocamentos dos hotéis para o ponto de encontro em Barra de Guaratiba
Atytude Futevôlei	Praia do Flamengo Altura do Posto 2	R$200,00	Aula com 1 hora e meia de duração
Rent a Bike	Copacabana Rua Xavier Silveira	R$ 50,00 por dia	Aluguel por hora ou dia
Tour Maracanã	Avenida Rei Pelé s/n	R$ 84,00	Mudanças de horários em dias de jogos

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

CR Flamengo	Avenida Borges de Medeiros, 997	R$ 90,00	A atividade tem duração média de 60 minutos
Fluminense Football Club	Rua Álvaro Chaves, 41	R$ 50,00	A atividade tem duração média de 60 minutos
CR Vasco da Gama	Avenida Roberto Dinamite, 10	R$ 70,00	A atividade tem duração média de 90 minutos

As atividades relacionadas acima fazem referência ao interesse turístico que parece estar consolidado, acontecendo rotineiramente, e não diferem muito de outras cidades pelo mundo, conforme a literatura da área (Drakakis; Padaskalopoulos, 2014).

Elas estão concentradas majoritariamente na Zona Sul da Cidade, o que reflete a ocupação turística da cidade que está concentrada nessa região, bem como as atividades de hotelaria, gastronomia e sistemas de informação, conforme se pode observar no Anuário do Turismo Carioca sobre os atrativos turísticos da cidade (SMTUR/Rio, 2024) Além dessas, há outras modalidades esportivas relacionadas a esse segmento turístico, tais como surf, *beach tennis*, escalada, e visitas aos museus da Cidade Olímpica e CBF. Isso significa que mais opções podem ser disponibilizadas por essas mesmas empresas, ou por outras com caraterísticas próximas de localização e valores.

CONCLUSÃO

Analisar a contribuição socioeconômica do turismo esportivo foi o objetivo dessa pesquisa. Foram apresentadas algumas empresas, sua localização, valores cobrados e características das atividades. A intenção do estudo é dedicar atenção aos prestadores de serviços, bem como o potencial de geração de emprego e renda para o Estado do Rio de Janeiro. Enquanto essas cadeias produtivas do setor não forem estudadas e devidamente compreendidas, pouco pode ser feito para alavancar esse segmento do turismo.

Há um considerável potencial para melhoria do atendimento dessas atividades econômicas. Para isso, é preciso entender as necessidades do setor, bem como incentivar a

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

capacitação e treinamento dos empreendedores envolvidos. O desdobramento desse estudo é investigar o perfil socioeconômico dos gestores dessas empresas, o perfil dos seus clientes, bem como mapear essas atividades espalhadas pelo Estado do Rio de Janeiro.

A melhoria dessa prestação de serviços pode significar, em última instância, mais um fator de escolha do turista quando pensa em visitar a cidade e o estado do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, E.; BÁRCIA, L. Turismo esportivo: jogos universitários na cidade de Vassouras-RJ. TURYDES: Revista sobre Turismo y Desarrollo local sostenible, v.11, n. 24, p. 17, 2018.

BRASIL, Ministério do Turismo. Revista Tendências do Turismo 2025. 6º edição. Brasília, 2025.

DRAKAKIS, P.; PAPADASKALOPOULOS, A. Economic contribution of active sport tourism: The case of four sport activities in Messinia, Greece. Journal of Sport & Tourism, v.19, n.3-4, p.199-231, 2014.

HIGHAM, J.; HINCH, T. Tourism, sport and seasons: the challenges and potential ofovercoming seasonality in the sport and tourism sectors. Tourism Management, v. 23, n. 2, p. 175-185, 2002.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Observatório do Turismo. Anuário do Turismo Carioca2024.siurb.rio/portal/sharing/rest/content/items/f68fcb84e3824c1cb6e71c5a0d75c994/data. Acesso em 30 jul. 25.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Prefeitura lança o calendário esportivo da cidade. prefeitura.rio/esporte/prefeitura-do-rio-lanca-calendario-esportivo-oficial-da-cidade. Acesso em 27 jul. 25.

RIBEIRO, C. Relatos de experiência docente no curso de Condutor de Turismo Esportivo da Faetec/RJ: empregabilidade e inclusão social. *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, nº 46, 28 de novembro de 2023.

Agradecimentos
Aos Professores da Rede Faetec a seguir nomeados: Cátia Soares, Marta Gomes, Rogério Romero e Rosângela Almeida.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO ENTRE A PETRODEPENDÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Marta Lucia Azevedo Ferreira[1]
Heitor Soares Mendes[2]

RESUMO: Este artigo analisa o arcabouço institucional-regulatório direcionado à indústria de Petróleo e Gás (P&G) fluminense a partir de 2016 e suas contribuições ao desenvolvimento econômico regional por meio de uma pesquisa aplicada, qualitativa e descritiva baseada em levantamento bibliográfico e documental. Os resultados mostram que a abundância de petróleo e gás natural no Estado do Rio de Janeiro (ERJ) não vem garantindo o desenvolvimento econômico, tampouco irá garanti-lo sem visão estratégica, de longo prazo, instituições robustas e eficazes e políticas públicas direcionadoras. Neste sentido, a armadilha da maldição segue uma ameaça em tempos de rentismo, neoextrativismo e de processos em andamento no estado de reprimarização, financeirização e desindustrialização. O debate permanece atual e oportuno, apesar dos contornos positivos indicados neste trabalho a serem aprofundados em estudos futuros.
PALAVRAS-CHAVE: Maldição de Recursos Naturais. Indústria de Petróleo e Gás (P&G). Instituições. Desenvolvimento Econômico Regional. Estado do Rio de Janeiro (ERJ).

ABSTRACT: This paper analyzes the institutional and regulatory framework for the oil and gas industry in Rio de Janeiro since 2016 and its contributions to regional economic development through applied, qualitative, and descriptive research based on a bibliographic and documentary survey. The results show that the abundance of oil and natural gas in the state of Rio de Janeiro (ERJ) has not guaranteed economic development, nor will it guarantee it without a strategic, long- term vision, robust and effective institutions, and public policies. In this sense, the curse trap follows a threat in times of rentierism, neo-extractivism, and ongoing processes of reprimarization, financialization, and deindustrialization. The debate remains current and timely, despite the positive aspects indicated in this study, which should be explored in greater depth in future studies. **KEYWORDS:** Natural Resource Curse. Oil and Gas Industry (O&G). Institutions. Regional Economic Development. State of Rio de Janeiro (SRJ).

INTRODUÇÃO

Desde o final do século XX, a literatura econômica vem apontando a partir de estudos empíricos que recursos naturais como petróleo e gás natural representam não uma benção para países e regiões, mas uma maldição e sob determinadas condições uma oportunidade. Tais recursos são essenciais para a economia e a sociedade, estando hoje no centro das discussões

[1] Marta Lucia Azevedo Ferreira, CEFET/RJ, marta.ferreira@cefet-rj.br.
[2] Heitor Soares Mendes, CEFET/RJ, heitor.mendes@cefet-rj.br.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

sobre geopolítica, geoeconomia, meio ambiente e sustentabilidade (Yergin, 2023). Em relação ao Estado do Rio de Janeiro (ERJ) que é o foco deste trabalho, a (2015), Mendes et al. (2017) e indústria de P&G foi protagonista no século XX, mantendo-se como tal nos dias de hoje, em que pese tratar-se de um enclave, como afirmam Torres et al. (2013), Cruz e Terra mais recentemente Cavalieri e Hasenclever (2019), Santos et al. (2020) e Ferreira e Mendes (2023).

Essa visão reforça a tese da maldição de recursos naturais abordada na literatura empírica que emergiu nos anos 80 e 90 e seguiu avançando baseada na ideia geral de que quando indústrias intensivas em recursos naturais se expandem em relação às demais da economia, comprometem o crescimento e o desenvolvimento econômico de países e regiões. Contudo, o papel das capacidades tecnológicas, institucionais e estatais vem sendo destacado nesse debate no século XXI.

Maciel (2015), Pamplona e Cacciamali (2018), Ribeiro (2019), Veríssimo (2019) e Savoia e Sen (2021) apontam a ausência de consenso e ratificam a importância da dimensão institucional em substituição à ideia de uma maldição geral. Assim, países e regiões ricos em petróleo e gás, mas com instituições frágeis são mais propensos à maldição. Por isso Vitto (2020) e Natalino (2021) afirmam que o fortalecimento de capacidades institucionais e estatais é fundamental.

Narh (2023) destaca o papel das instituições, das estratégias e políticas de desenvolvimento associadas ao planejamento de longo prazo para alcançá-las. As regulamentações também são importantes ao coibirem o clientelismo, a corrupção e a apropriação indevida ou desigual entre os agentes econômicos dos rendimentos decorrentes da exploração de recursos naturais.

Corroborando os autores, Ferreira e Mendes (2023) destacam que algumas economias não conseguem lidar adequadamente com tais rendimentos quando o Estado e outros agentes adotam comportamentos rentistas que tendem a ser minimizados por intermédio de normas sociais enraizadas, transparência de políticas públicas e sistemas legais e regulatórios eficazes.

Avançando nesse debate, Ribeiro e Diniz (2025) apontam que a articulação contemporânea entre rentismo e neoextrativismo leva a processos de reprimarização, financeirização e desindustrialização baseados na extração de recursos naturais sobretudo em países latinoamericanos, atualizando a visão da maldição. A preocupação dos autores é pertinente no caso do Brasil e do ERJ, dada a sua dependência da economia do petróleo.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Ao analisarem as políticas e a dinâmica recente da indústria de P&G no estado, Santos et al. (2020) mostram resultados limitados em relação aos níveis de produção, emprego e renda. A indústria é marcada pela atuação de capitais internacionais móveis com atuação multiescalar e por uma rede de fornecedores que transcende a escala nacional, não gerando encadeamentos produtivos no estado, tampouco revertendo em avanços na qualidade de vida da população.

Segundo Marcellino et al. (2020), Vitto (2020) e Silva et al (2021), para que a economia do petróleo no ERJ represente menos uma maldição e mais uma oportunidade para o desenvolvimento econômico regional, o fortalecimento de capacidades institucionais e estatais é essencial. O presente trabalho se propõe a contribuir para esse debate apresentando depois dessa breve introdução a metodologia, os resultados e as considerações finais, referências e agradecimentos.

METODOLOGIA

Este resumo é o resultado de uma pesquisa aplicada, qualitativa e descritiva voltada para a utilização prática de conhecimentos e sem preocupações de ordem estatística. A coleta de dados foi feita a partir de levantamento bibliográfico e documental, de modo a responder à seguinte questão de pesquisa: de que maneira o arcabouço institucional-regulatório constituído a partir de 2016 direcionado à indústria de P&G no ERJ contribui para o desenvolvimento econômico regional? A síntese e discussão dos resultados é descrita a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tomando como ponto de partida o estudo de Santos et al. (2020) que abordam o período imediatamente anterior ao aqui proposto e a realidade atual do ERJ como maior produtor de petróleo do país e um dos maiores produtores de gás, apresenta-se no Quadro a seguir a síntese do arcabouço institucional-regulatório criado a partir de 2016. A ênfase recai sobre as iniciativas dos poderes Executivo (E) e Legislativo (L) de caráter indutor, ou seja, que visam o desenvolvimento econômico regional indicadas como Oportunidades (O) e, caso contrário, como Ameaças (A).

Quadro: Leis Estaduais Ordinárias de Vínculo Direto com a Indústria de P&G a Partir de 2016

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Lei	Objetivo	Poder	Impacto
Lei Nº 7.358 2016	Dispõe sobre a fixação de preços mínimos de produtos sucroalcooleiro e adota outras providências no âmbito do ERJ.	(L)	(O)
Lei Nº 8.707 2020	Altera a Lei Nº 5.592/2009 que autoriza o tratamento tributário especial para a implantação e operação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e o enquadramento das sociedades no Programa de Atração de Investimentos Estruturantes (Rioinvest) instituído pelo Decreto Nº 23.012/1997.	(L)	(O
Lei Nº 8.719 2020	Cria o Portal da Transparência dos *Royalties* do Petróleo e das Participações Especiais e dá outras providências (consultas pelo site https://portal.fazenda.rj.gov.br/petroleo/).	(L)	(O)
Lei Nº 8.890 2020	Dispõe sobre a isenção e a redução de base de cálculo do ICMS em operação com bens ou mercadorias destinadas às atividades de exploração ou produção de petróleo e gás natural nos termos autorizativos do Convênio Nº 03/2018 com as alterações introduzidas pelo Convênio ICMS Nº 220/19 Repetro Industrialização aprovados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) que ficam devidamente internalizados no estado do rio de janeiro, e revoga o Decreto Nº 46.233/2018.	(L)	(A)
Lei Nº 9.148 2020	Dispõe sobre a metodologia de cálculo da indenização pecuniária de empresas detentoras de contratos de E&P de petróleo e gás em áreas confrontantes com o ERJ pelo não cumprimento do percentual mínimo obrigatório de conteúdo local consoante certificação da ANP e dá outras providências.	(L)	(O)
Lei Nº 9.850 2022	Institui o Programa Estadual de Fomento e Desenvolvimento das Áreas Produtoras de P&G (Propetro) e dá outras providências. (Projeto de Resolução Nº 793/2021 aprova Relatório Final e as conclusões da CPI instaurada pela Resolução Nº 372/2021).	(L)	(O)
Lei Nº 10.254 2023	Dispõe sobre o poder de polícia sobre a atividade petrolífera e institui a taxa de controle, monitoramento e fiscalização das atividades de E&P de petróleo e gás (TFPG) no ERJ.	(L)	(O)
Lei Nº 10.266 2023	Institui o Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do ERJ (Pedes) para o período 2024-2031.	(E)	(O)
Lei Nº 10.276 2024	Institui o Plano Plurianual do ERJ (PPA) para o período 2024-2027.	(E)	(O)
Lei Nº 10.431 2024	Adere com base no § 8º do Artigo 3º da Lei Complementar Nº 160/2017, e na Cláusula décima terceira do Convênio ICMS Nº 190/2017, ao regime diferenciado de tributação para empresas cuja atividade econômica principal seja identificada pelo código CNAE 6311-9/00 (Tratamento de Dados, Provedores de Serviços de Aplicação e Serviços de Hospedagem na Internet) disposto na Lei Nº 10.550/2016 do estado do Espírito Santo.	(E)	(O)
Lei Nº 10.456 2024	Estabelece tratamento tributário especial para empresas ou consórcios responsáveis por projetos independentes de usinas de geração de energia elétrica no ERJ a partir do gás natural.	(E)	(O)
Lei Nº 10.461 2024	Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei do Orçamento Anual (LOA) de 2025 e dá outras providências.	(E)	(O)

Fonte: Elaboração dos Autores a Partir da Alerj (2025)

Identificam-se ações protetoras do poder legislativo voltadas à recuperação dos recursos oriundos das atividades da indústria de P&G no ERJ e a visibilidade das mesmas, facilitando o acompanhamento e o uso dos recursos. Destaca-se em 2022 a criação do Propetro via *royalties,* participações especiais e capacitação dos corpos técnicos estaduais e

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

municipais para fiscalização das atividades e aplicação dos recursos, tendo sido lançado em 2020 o Portal da Transparência.

Em 2023 foi instituído o poder de polícia sobre a atividade petrolífera refletindo a pertinente preocupação ambiental com as ações das empresas e da indústria. A Lei Nº 10.254/2023 foi alterada pela Lei Nº 10.866/2025 visando clarificar a atuação dos órgãos controladores e assegurar a arrecadação e fiscalização das receitas tributárias provenientes da indústria de P&G.

Cabe destacar ainda em 2023 o lançamento do Pedes, reintroduzindo o viés estratégico e o planejamento de longo prazo no âmbito do ERJ. Trata-se de uma iniciativa relevante e oportuna de planejamento governamental que o estado parece ter abandonado há algum tempo, mas que retoma hoje como "ferramenta" para orientar políticas e ações.

O Pedes destaca a importância econômica do complexo de P&G e a dimensão ambiental do desenvolvimento ao propor a redução dos impactos de resíduos sólidos e a descarbonização do ERJ. No âmbito do Pedes surgiram o PPA 2024-2027, a prorrogação dos Convênios ICMS e o tratamento tributário especial para a expansão de usinas de geração elétrica vinculado ao uso do gás natural extraído no ERJ. Por fim, são estabelecidas as diretrizes orçamentárias do estado para o ano de 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O arcabouço institucional delineado neste trabalho mostra iniciativas legislativas recentes que denotam preocupação com o desenvolvimento econômico do ERJ e dos municípios diretamente impactados pelas atividades da Industria de P&G, tendo sido identificadas oportunidades de mudança na trajetória da maldição de recursos naturais indicada em estudos anteriores.

Do ponto de vista do poder executivo, a iniciativa de criação do Pedes é relevante e conveniente ao trazer de volta o olhar para o longo prazo e a necessidade de planejamento e avaliação das ações. Porém, entre as intenções e as medidas efetivas do governo estadual, o que em geral vem prevalecendo é a prática da renúncia fiscal e da dependência arrecadatória de *royalties* e participações especiais que sugere divergência entre as possibilidades recentes abertas pelo poder legislativo e a consolidação da petrodependência pelo executivo.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A abundância de petróleo e gás no ERJ não vem garantindo o desenvolvimento econômico, tampouco irá garanti-lo sem visão estratégica, de longo prazo, instituições robustas e eficazes e políticas públicas direcionadoras, como aponta a literatura recente. Neste sentido, a armadilha da maldição segue uma ameaça em tempos de rentismo, neoextrativismo e de processos em andamento no estado de reprimarização, financeirização e desindustrialização. O debate permanece atual e oportuno, apesar dos contornos positivos aqui indicados a serem aprofundados em estudos futuros.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (ALERJ). **Leis Estaduais.** Disponível em: http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=2. Acesso em 15 ago. 2025.

CAVALIERI, H. & HASENCLEVER, L. Especialização produtiva: reflexos sobre o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense,** n. 16, p. 11-25, 2019.

CRUZ, J. L. & TERRA, D. C. T. Indústria extrativa petrolífera fluminense e limites ao desenvolvimento regional. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política,** v. 4, n. 4,n. 1, p. 31-44, 2015.

FERREIRA, M. L. A. & MENDES, H. S. Rio de Janeiro e petrodependência: maldição ou oportunidade de desenvolvimento econômico? **Petróleo, Royalties e Região,** v.22, n.74, p. 1-21, 2023.

MACIEL, G. C. A**. Recursos naturais e desenvolvimento econômico: bênção, maldição ou oportunidade?** Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, 2015.

MARCELLINO, I. S.; VEIGA, L.; RABELO, H. & FALCÃO, M. **O potencial representado pelo Sistema Produtivo de Petróleo e Gás no Rio de Janeiro e implicações para o desenvolvimento regional.** [Nota Técnica 01]. Alerj, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2020.

MENDES, H. S.; FERREIRA, M. L. A. & CAVALIERI, H. Protagonismo do estado do Rio de Janeiro na exploração e produção de petróleo e gás natural: até quando? **Petróleo, Royalties e Região,** v. 15, n. 57, p. 3-7, 2017.

NARH, J. The resource curse and the role of institutions revisited. **Environment, Development and Sustainability,** v. 27, n. 4, p. 8187-8207, 2023.

NATALINO, E. O dilema distributivo das petrofederações: como escapar da maldição dos recursos naturais? **Economia e Políticas Públicas,** v. 9, n. 1, p. 49-76, 2021.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

PAMPLONA, J. B. & CACCIAMALI, M. C. A maldição dos recursos naturais: atualizando, organizando e interpretando o debate. **Economia e Sociedade,** v. 27, n. 1, p. 129-159, 2018.

RIBEIRO, E. M. F. **Exportações de petróleo e a maldição dos recursos naturais: um estudo empírico para o Brasil.** Dissertação (Mestrado em Economia e Relações Internacionais). Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, MG, 2019.

RIBEIRO, L. C. Q. & DINIZ, N. A ordem urbano-regional na dependência rentista-neoextrativista: o caso do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,** v. 27, n. 1, e202512pt, 2025.

SANTOS, L B.; FERREIRA, M. L. A. & MENDES, H. S. Políticas e dinâmica recentes da indústria petrolífera no estado do Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense,** n. 19, p. 43- 69, 2020.

SAVOIA, A. & SEN, K. The political economy of the resource curse: a development perspective. **Annual Review of Resource Economics,** v. 13, p. 203-223, 2021.

SILVA, M. O.; MARCELLINO, I.; VEIGA, L. A.; REGO, H. R. S.; FALCÃO, M. S. O potencial
representado pelo Sistema Produtivo de Petróleo e Gás no Rio de Janeiro e implicações para o desenvolvimento regional. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 16, n. 29, p. 165-196, 2021.

TORRES, R.; CAVALIERI, H. & HASENCLEVER, L. O petróleo e os enclaves do desenvolvimento econômico fluminense. **Cadernos do Desenvolvimento,** v. 8, n. 13, p. 17-35, 2013.

VERÍSSIMO, M. P. Exportações de petróleo e a hipótese da Maldição dos Recursos Naturais no Brasil. **Revista Brasileira de Inovação,** v. 18, n. 1, p. 63-88, 2019.

VITTO, W. A. C. **Capacidades estatais para políticas industriais: a experiência brasileira no setor de petróleo e gás.** Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento). Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, 2020.

YERGIN, D. **O novo mapa: energia, clima e o conflito entre nações.** Porto Alegre: Bookman, 2023.

AGRADECIMENTO

Os autores agradecem à Faperj (Edital Nº 28/2021- Programa de Apoio a Projetos Temáticos no Estado do Rio de Janeiro) o apoio à presente pesquisa (Processo E-26/211.350/2021).

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

O CAMPESINATO NO ENTORNO DO COMPLEXO DE ENERGIAS BOAVENTURA

Jacob Binsztok[1]

RESUMO
O trabalho discute as formas de resiliência camponesa apresentada pela Comunidade do Faraó, localizada nos trechos mais íngremes do entorno do Parque Estadual dos Três Picos (PETP), no distrito de Japuíba, em Cachoeiras de Macacu, cercada pela expansão de haras de proprietários e especuladores urbanos, concentrados nas partes baixas do distrito, e pela construção, posteriormente abandonada e novamente retomada, do antigo COMPERJ, em Itaboraí, rebatizado de Polo GasLub e, recentemente, de Complexo de Energias Boaventura. A pesquisa mostra que, apesar das tensões envolvendo a fiscalização do parque limitando suas atividades agrícolas, a pressão dos especuladores urbanos para aquisição de suas terras e os transtornos ocasionados pela construção e abandono das obras do COMPERJ, os camponeses do Faraó mantêm de forma tradicional sua produção de banana nas encostas e a enviando para o pavilhão do pequeno produtor na CEASA do Irajá, na capital fluminense.
PALAVRAS-CHAVE: campesinato; resiliência; modernização tardia e excludente; Leste Metropolitano do Rio de Janeiro.

ABSTRACT
The work discusses the forms of peasant resilience presented by the Farao's Community, located in the highest reaches surrounding the Três Picos State Park (PETP), in the district of Japuiba, in Cachoeiras de Macacu, surrounded by the expansion of stud farms owned by urban owners and speculators, concentrated in the lower parts of the district, and by the construction, later abandoned and resumed again, of the former COMPERJ, in Itaboraí, renamed Polo GasLub and, recently, Boaventura Energy Complex. The research shows that, despite the tensions involving the inspection of the park limiting their agricultural activities, the pressure from urban speculators to acquire their land and the inconvenience caused by the construction and abandonment of the COMPERJ works, the Farao peasants maintain their banana production in the traditional way on the slopes and sending it to the small producer's pavilion at CEASA of Iraja, in the Rio de Janeiro state capital.
KEYWORDS: peasantry; resilience; late and exclusionary modernization; Metropolitan East of Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho investigou os procedimentos da resiliência camponesa da Comunidade do Faraó, em um contexto de modernização tardia e excludente localizada no município de Cachoeiras de Macacu, no Leste Metropolitano do Rio de Janeiro. Assim, a pesquisa abordou os seguintes itens: o recorte teórico elaborado pela análise da literatura pertinente, as técnicas utilizadas na pesquisa, a apresentação e discussão dos resultados, bem

[1]Jacob Binsztok, Universidade Federal Fluminense (UFF), jacob.binsztok@gmail.com

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

como as conclusões e os referenciais bibliográficos utilizados no trabalho.

MATERIAL E MÉTODOS

Inicialmente, foi examinada a literatura pertinente, referente às contribuições precursoras de SINGER (1977), ressaltando as deseconomias de escala decorrentes dos processos de industrialização e urbanização das áreas metropolitanas do país; CORRÊA (1992), destacando as estratégias espaciais utilizadas pelas grandes corporações industriais – no caso, não observadas pela Petrobras, que parece ter atuado de forma voluntarista nos seus empreendimentos na região; OLIVEIRA (1995), mostrando as contradições e desigualdades do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, ressaltando os enfrentamentos do campesinato no referido processo; BINSZTOK e WASSERMAN (2012), BINSZTOK (2012) e BINSZTOK (2018), enfatizando os
impactos econômicos, ambientais e sociais decorrentes da construção e posterior paralisação definitiva das obras do COMPERJ e suas repercussões nas áreas rurais e urbanas do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro; ROSS (2015), recomendando a revisão do conceito de enclave na cadeia produtiva de petróleo e gás, pois esta configuração espacial pode ser relativizada pelas ações de fortalecimento das redes de fornecedores de serviços locais, reduzindo o tradicional isolamento do segmento petrolífero; WASSERMAN (2008) e CASTRO (2015), alertando para a reduzida disponibilidade hídrica a ser utilizada pela indústria e para a necessidade de preservação das pequenas propriedades rurais e de monitoramento dos mananciais, na medida em que os recursos se encontram comprometidos com o abastecimento das populações dos municípios do Leste Metropolitano; MACHADO (2013), CAVALIN e MONTEIRO (2010) e FIDALGO *et al* (2008), visando ao fortalecimento de comunidades tradicionais, ao recomendarem ações tais como biomonitoramento dos recursos hídricos, práticas agroecológicas e agroflorestais, equidade de gênero, mobilização da juventude rural e expansão do turismo ecológico e comunitário, como tentativas de mitigar a exclusão social e econômica da população não selecionada para participar das atividades de implantação da cadeia produtiva de gás.

Posteriormente, foram realizados trabalhos de campo de caráter exploratório visando elaborar um diagnóstico social, ambiental e econômico dos camponeses da Comunidade do Faraó. Nesta etapa, também foram realizadas entrevistas abertas com membros da comunidade

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

e *stakeholders*, de instituições públicas, privadas e da sociedade civil, com o objetivo de identificar oportunidades e desafios para a permanência da produção camponesa em um contexto de modernização excludente promovido pelo Complexo de Energias Boaventura, em Itaboraí.

A seguir, a pesquisa analisou dados secundários de instituições públicas e privadas relacionadas à proposta, tais como: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), Agência Nacional de Petróleo (ANP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Casa Fluminense, Instituto Baía de Guanabara (IBG), Municipalidades e outras relevantes para a realização do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura pertinente bem como os trabalhos de campo e as entrevistas comprovaram o elevado nível de resiliência demonstrado pela Comunidade Camponesa do Faraó. Como resultado deste processo, constatamos a existência de subprojetos envolvendo a Comunidade em parceria com o Instituto Baía de Guanabara e ainda com a Embrapa / Agroecologia e a Emater local.

A pesquisa contemplou uma vertente teórica e empírica do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro (Oliveira, 1995), mostrando como um empreendimento estatal de grande porte liderado pela Petrobras contribuiu para o advento de dois movimentos contraditórios e desiguais, que interferiram em uma comunidade tradicional camponesa localizada no distrito de Japuíba, no município de Cachoeiras de Macacu.

O primeiro movimento é representado pelas atividades do turismo predatório de fim de semana, onde comerciantes locais aliados a moradores apropriaram-se, de forma ilegal, de trechos da Bacia do Faraó, construindo *decks* para funcionarem bares e restaurantes aos moradores do município e vizinhos, e ainda a trabalhadores envolvidos nas obras da Petrobras. Estas atividades, além de provocarem intensa poluição visual e sonora, prejudicando a fauna local, também depredam recursos vegetais utilizados como lenha para improvisadas churrasqueiras, responsáveis pela proliferação de fogo na mata. O segundo movimento, embora silencioso, mas também bastante predatório, é representado pela expansão de sítios

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

adquiridos por especuladores urbanos, transformando pequenas propriedades camponesas em áreas de criação de cavalos. A expansão de pastos destinados à equinocultura rapidamente liquidou a biodiversidade, particularmente nas áreas planas. As áreas elevadas continuaram a ser ocupadas por uma comunidade tradicional camponesa, onde predomina o trabalho familiar no cultivo da banana, onde a terra funciona articulada à categoria trabalho, e não vinculada a um ativo financeiro, como no caso das propriedades dedicadas à equinocultura. Cabe ressaltar que o campesinato utiliza tecnologias tradicionais, adequadas à pequena produção e às ondulações do relevo, inclusive adaptando um utilitário Toyota para operar nas áreas mais íngremes,
substituindo gradativamente a tração animal. Verificamos que os produtores realizam atividades características de multifuncionalidade, tais como: a comercialização da banana sem intermediários, diretamente no Ceasa / Irajá, no Rio de Janeiro, utilizando dois caminhões, e ainda recebendo aposentadorias e complementando renda mediante serviços urbanos no centro de Cachoeiras de Macacu.

CONCLUSÕES

A Comunidade do Faraó encontra-se cercada entre a expansão da equinocultura, que interfere nos seus deslocamentos, e a repressão dos vigilantes do Parque Estadual dos Três Picos (PETP), responsabilizando os camponeses por infrações ambientais, vivenciando, assim, um cotidiano de tensões oriundas dos proprietários de haras e ameaçados de punições pela vigilância da unidade de conservação ambiental.

Apesar das tensões, as lideranças da Associação de Lavradores e Amigos do Faraó (ALAF) consideram o envelhecimento da força de trabalho e o desinteresse dos jovens pelas atividades no campo como o maior problema para a continuidade da comunidade. Os jovens praticamente abandonaram o Faraó e se inseriram em atividades urbanas no centro do município e em áreas vizinhas, sujeitos ao trabalho informal e a baixos salários, em função da precariedade de sua formação escolar, o que os impede de buscar melhores remunerações em outros centros urbanos. Cabe destacar que não existe nenhuma iniciativa destinada ao retorno desse segmento ao trabalho vinculado ao campo.

As lideranças também colocam a ausência de atividades que contemplam a geração de renda específica para o trabalho feminino como um dos fatores que podem contribuir para

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

a redução do número de famílias na comunidade, na medida em que as mulheres podem ser atraídas para funções na cidade que oferecem melhores remunerações, pressionando o núcleo familiar para a migração para as cidades próximas. Nesta década, ocorreu uma expressiva mudança nas organizações sociais localizadas na Comunidade do Faraó, representada no caso pela expansão de pequenas igrejas evangélicas, construídas em território hegemonizado pela igreja católica, pois a região foi palco das ações da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no estado do Rio de Janeiro, que gradualmente reduziu sua presença no espaço rural fluminense. À semelhança da CPT, as igrejas evangélicas possuem fortes vínculos de solidariedade com as comunidades locais e poderiam contribuir com ações de valorização do trabalho feminino invisibilizado e também apoiar ações visando motivar os jovens para as atividades no campo, tais como a economia criativa da cultura e o turismo ecológico.

REFERÊNCIAS

BINSZTOK, J; WASSERMAN, J. C. Considerações sobre o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj) e sua região. In: Binsztok & Monié (orgs). **Geografia e Geopolítica do Petróleo.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. 368 p.

BINSZTOK, J. Petróleo e desenvolvimento regional no Brasil. In: Binsztok & Monié (orgs). **Geografia e Geopolítica do Petróleo.** Mauad X. Rio de Janeiro. 2012. 368 p.

BINSZTOK, J. Organização das redes de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) no setor de petróleo e gás na cidade do Rio de Janeiro. In: BINSZTOK, J.; BARBOSA, J. L. (org.). **Modernização Fracassada: Dossiê Comperj.** Rio de Janeiro: Consequência - FAPERJ, 2018. p. 15-36.

CASTRO, L. F., DIAS, N. H. de L., PRADO, R. B., SCHULER, A. E., GONÇALVES, A. O. **Monitoramento da Qualidade da Água na Microbacia Batatal em Cachoeiras de Macacu, RJ: resultados iniciais.** In: III Seminário da Rede Agrohidro e I Workshop do Projeto: Os Impactos da Agricultura e das Mudanças Climáticas nos Recursos Hídricos, Corumbá: Embrapa, 2015.

CAVALIM, M. O. e MONTEIRO, J. M. G. **Boas práticas agrícolas recomendadas para o cultivo de banana na Comunidade do Faraó em Cachoeiras de Macacu, RJ.** Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento n.º 210. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2012.

CORRÊA, R. L. **Corporação, práticas espaciais e gestão do território.** Revista Brasileira de Geografia n.º 54, 1992. pp. 115-121.

FIDALGO, E. C. C.; THOMPSON, D.; TORRES, F. E. N. de; MENDONÇA, R. N. A. **Análise comparativa entre estimativa de perda de solos e ocorrências de erosão: estudo de caso na Bacia Hidrográfica do Rio Guapi-Macacu, RJ.** In: II Seminário da Rede AgroHidro Impactos da agricultura e das mudanças climáticas nos recursos hídricos,

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Brasília: Embrapa, 2014. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/114705/1/Agrohidro-2-p.-187-190.pdf.

MACHADO, F. S. **Agricultura e Reestruturação Espacial na Interface Rural- Urbana: O Exemplo do Município de Cachoeiras de Macacu (RJ)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2013.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura.** 4ª Ed. São Paulo: Atica Editora, 1995. 88 p.

ROSS, M. L. **A Maldição do Petróleo: como a riqueza petrolífera molda o desenvolvimento das nações.** Porto Alegre: Sanskrito, 2015.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização.** São Paulo: Editora Brasiliense e CEBRAP, 1973.

WASSERMAN, J. C. *et al*. **Viabilidade de utilização dos recursos hídricos da bacia do Rio São João para o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.** Núcleo de Estudos de Risco e Processos Industriais - Universidade Federal Fluminense/FEC. Niterói, RJ, p. 62. 2008.

Agradecimentos

Agradecimentos à FAPERJ, processo n.º E-26/200.328/2023, Programa Cientista do Nosso Estado (CNE).

A AMPLIAÇÃO DA POTÊNCIA INSTALADA DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS POR MEIO DE UNIDADES DE MMGD NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: IMPACTOS NA ECONOMIA LOCAL E CONTRIBUIÇÕES AO ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA

Páulea Zaquini[1]
Jorge Britto[2]

Resumo: A ampliação da geração de energia elétrica por meio de sistemas fotovoltaicos tem trazido muitos ganhos para a humanidade. No entanto essa ampliação tem ocorrido de forma bastante desigual no planeta, o que minimiza os impactos positivos do uso desses sistemas. Nesse contexto o estudo aborda a geração de energia elétrica por meio de unidades de micro e minigeração distribuída (MMGD) movidas à radiação solar no território fluminense. A intenção é demonstrar que a ampliação do número de unidades de MMGD no estado trará consigo melhorias sociais. Os dados observados indicam que há possibilidade de ampliação dessas unidades no estado, e que essa ampliação pode contribuir, para além dos benefícios relacionados diretamente à preservação dos ecossistemas, para a ampliação de postos de trabalho em diferentes setores produtivos e a melhoria nos indicadores relacionados à segurança energética.

Palavras-chave: energia fotovoltaica; estado do Rio de Janeiro; geração de emprego; segurança energética; descarbonização.

Abstract: The expansion of electricity generation through photovoltaic systems has brought benefits to humanity. However, this expansion has occurred quite unevenly across the planet, which minimizes the positive impacts of these systems. In this context, the study addresses electricity generation through micro and mini distributed generation (MMGD) units powered by solar radiation in the state of Rio de Janeiro. The aim is to demonstrate that increasing the number of MMGD units in the state will bring social improvements. The observed data indicate that there is potential for expanding these units in the state, and that this expansion can contribute, beyond the benefits directly related to ecosystem preservation, to the expansion of jobs in various production sectors and the improvement of indicators related to energy security.

Keywords: photovoltaic energy; state of Rio de Janeiro; job creation; energy security; decarbonization.

INTRODUÇÃO

[1] Páulea Zaquini Monteiro Lima. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz. paulea.zaquini@fiocruz.br.
[2] Jorge Nogueira de Paiva Britto. Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense. britto.jorge@gmail.com.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A geração de energia elétrica por meio de fontes renováveis possibilita, de modo geral, a diminuição do impacto da atividades da humanidade sobre o sistema terrestre além de se apresentar como fundamental para o desenvolvimento de muitos territórios (Irena, 2025; United Nations, 2025). Entre os aspectos positivos relacionados à geração de energia por meio de fontes renováveis estão o auxílio à descarbonização do planeta; a melhoria direta das condições de saúde das populações considerando a redução da emissão de poluentes bastantes nocivos na atmosfera entre eles o dióxido de enxofre (SO_2), os óxidos de nitrogênio (NOx) e materiais particulados finos (Irena, 2025, p.36) provenientes da queima dos combustíveis fósseis para a geração de energia; a ampliação e a desconcentração da geração de postos de trabalho (Irena; ILO, 2025); a dinamização de economias mais periféricas (United Nations, 2025); e a melhoria nos indicadores relacionados à segurança energética (Irena, 2025; United Nations, 2025).

Nesse contexto, o estudo aborda a geração de energia elétrica por meio de sistemas fotovoltaicos no estado do Rio de Janeiro, em especial por meio de unidades de micro e minigeração distribuída (MMGD). A intenção é demonstrar que a ampliação do número de unidades de MMGD no território fluminense trará consigo melhorias sociais. Os dados observados indicam que há grande possibilidade de ampliação das unidades de MMGD no estado, e que essa ampliação pode contribuir, para além dos benefícios relacionados diretamente à preservação dos ecossistemas terrestres, para a ampliação de postos de trabalho em diferentes setores produtivos, contribuindo assim com a dinamização da economia fluminense, além de contribuir com a melhoria de indicadores relacionados à segurança energética.

MATERIAL E MÉTODOS

Os dados que foram analisados neste estudo provêm de diferentes fontes entre elas a Agência Internacional de Energia, a IEA, a Agência Internacional de Energia Renovável, a Irena, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, e a Agência Nacional de Energia Elétrica, a ANEEL. Também foram analisados dados do Instituto Nacional de Meteorologia, o Inmet, e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Incra.

Da IEA e da Irena foram analisadas informações relativas à expansão da capacidade instalada de geração de energia no mundo por meio de fontes renováveis na última década,

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

em especial dos sistemas fotovoltaicos.

Do IBGE foram extraídos e analisados dados populacionais e dados relacionados à tipologia dos domicílios do país, além da extensão da área e a densidade demográfica do estado do Rio de Janeiro e dos outros 25 estados brasileiros.

Da ANEEL foram extraídos os dados relativos à potência outorgada de centrais geradoras fotovoltaicas (UFV) por estado, instalações essas de grande porte e que têm, como principal objetivo, gerar grandes volumes de energia para serem injetados na rede de distribuição, atendendo à demanda de muitos consumidores. Sobre o potencial de geração das UFV foram analisados os dados tanto da potência outorgada das usinas já em operação, quanto da potência outorgada das usinas em construção ou ainda em fase anterior à construção.

Também foram extraídos das bases de dados da ANEEL os valores relativos à potência instalada das unidades de micro e minigeração distribuída movidas por radiação solar em todos os estados brasileiros. Unidades essas denominadas neste estudo pela sigla MMGD/UFV e que se diferem das UFV pela reduzida capacidade de potência instalada e pela produção de energia muito voltada para uma compensação do que é utilizado pelo agora consumidor-gerador.

Sobre as unidades de MMGD/UFV ativas no território nacional também foram analisados números relativos às unidades que entraram em operação por estado no período compreendido entre os anos de 2016 e o mês de agosto de 2025, o perfil do acréscimo anual dessas unidades em diferentes estados e aspectos relacionados à média da capacidade instalada por unidade de MMGD.

De modo geral, os dados relacionados à capacidade instalada das unidades de MMGD/UFV e os dados relacionados à capacidade outorgada das UFV foram analisados de forma comparada entre os valores do estado do Rio de Janeiro e os valores dos outros estados brasileiros.

Do Inmet e do Incra foram avaliados, respectivamente, dados referentes ao tempo de insolação e ao preço da terra em diferentes pontos do país.

Sobre informações relativas à ampliação de postos de trabalho considerando o potencial de empregabilidade decorrente da expansão da instalação de sistemas fotovoltaicos, essas foram retiradas do relatório intitulado *World Energy Employment 2024* (IEA, 2024). Informações relacionadas à segurança energética e à contribuição com a descarbonização do estado foram retiradas de diferentes fontes.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

De modo geral as informações sobre a geração de postos de trabalho, a segurança energética e a descarbonização foram avaliadas considerando especificidades da matriz energética nacional. Nesse contexto também foram extraídos da base de dados da ANEEL a contribuição, em termos percentuais e absolutos, das diferentes fontes e dos diferentes tipos de geração de energia considerando a composição total da matriz energética nacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A geração de energia por sistemas fotovoltaicos no estado do Rio de Janeiro está muito aquém da sua capacidade produtiva considerando, sobretudo, a possibilidade de expansão da capacidade instalada por meio de unidades de micro e minigeração distribuída.

Observando a capacidade total instalada de geração de energia elétrica por meio dessas unidades no país, a capacidade instalada no estado do Rio de Janeiro responde por menos de 4% da capacidade nacional. Mesmo possuindo valores anuais de insolação razoáveis quando comparados com os valores dos outros estados brasileiros (Inmet, *[S.d.]*), e mais de 4,5 milhões de domicílios do tipo casa (IBGE, *[S.d.]*), tipo de imóvel esse que beneficia a instalação de unidades de MMGD/UFV.

Comparando a capacidade instalada advinda das unidades de MMGD/UFV no território fluminense com a capacidade instalada nos outros estados, o estado do Rio de Janeiro ocupa a 9ª posição no ranking dos estados, com uma potência instalada no mês de agosto de 2025 de 1,6 milhões de KW estando a sua frente, considerando a potência instalada, os estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Bahia, Goiás e Mato Grosso do Sul (ANEEL, *[S.d.]*).

Importante destacar aqui que o perfil de distribuição pelos estados brasileiros da potência instalada advinda das MMGD/UFV difere do perfil de distribuição da potência outorgada em operação das UFV. Enquanto entre os 10 estados com maior capacidade instalada de geração de energia elétrica por meio de unidades de MMGD/UFV aparecem estados de 4 regiões brasileiras, estando entre eles, dois, dos três estados da região Sul. A observação da distribuição da potência outorgada em operação das UFV entre os estados brasileiros indica que, entre os dez estados que mais produzem energia elétrica por meio dessas usinas, 7 são da região nordeste, 2 da região Centro Oeste, e apenas o estado de Minas Gerais da região sudeste. Evidenciando o comportamento bastante diferente da instalação dos

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

dois diferentes sistemas no país (ANEEL, *[S.d.]*).

Comportamentos que podem ser explicados, de modo geral, no caso brasileiro, por variáveis diretamente relacionadas ao valor da terra por um lado e o poder aquisitivo da população pelo outro.

E é nesse contexto que se avalia a possibilidade de expansão da geração de energia elétrica por meio das unidades de MMGD/UFV no estado do Rio de Janeiro. Não a produção em grandes centrais fotovoltaicas que poderiam concorrer com outras atividades econômicas considerando aspectos relacionados ao uso e à ocupação das terras fluminenses, incluindo aqui aspectos relacionados à proteção dos ecossistemas. Mas a ampliação da geração de energia no estado de forma bastante distribuída onde oconsumidor também seria o produtor. Onde a terra já ocupada com atividades urbanas ganharia mais funcionalidades.

CONCLUSÕES

A geração de energia elétrica no estado do Rio de Janeiro por meio de unidades de micro e minigeração de energia movidas à radiação solar possui um acentuado potencial de expansão de sua capacidade instalada.

Nesse contexto a ampliação da instalação dessas unidades no estado traria consigo a possibilidade de expansão dos postos de trabalho, a dinamização de diferentes setores produtivos, e a melhoria em índices relacionados à segurança energética. Ademais, a ampliação da capacidade instalada de energia fotovoltaica por meio de unidades de MMGD poderia contribuir 1) com a ampliação da capacidade produtiva das empresas fluminenses considerando que o status consumidor/gerador possibilita, entre outras questões, valores monetários menores que os usuais registrados recorrentes nas contas de energia e 2) com a redução de acréscimos tarifários aplicados em determinados períodos do ano, acréscimos esses decorrentes do aumento dos custos de geração da energia elétrica no país.

REFERÊNCIAS

ANEEL. Sistema de Informações de Geração da ANEEL. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNGE3NjVmYjAtNDFkZC00MDY4LTliNTItMTVkZTU4NWYzYzFmIiwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBlMSIsImMiOjR9>. Acesso em: 29 ago. 2025.
IBGE. Panorama do Censo 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=2>. Acesso em: 29 ago. 2025.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

IEA. World Energy Employment 2024 – Analysis. **International Energy Agency** ed. Paris: 2024.

INMET, Instituto Nacional de Meteorologia. Normais Climatológicas do Brasil. Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/normais>. Acesso em: 29 ago. 2025.
IRENA. Renewable power generation costs in 2024. Abu Dhabi: **International Renewable Energy Agency**, 2025.

IRENA; ILO. Renewable energy and jobs: Annual review 2024. **International Renewable Energy Agency**, Abu Dhabi, and **International Labour Organization,** Geneva ed. / Geneva: *[S.n.]*.

UNITED NATIONS. Energías renovables: energías para un futuro más seguro | Naciones Unidas. Disponível em: <https://www.un.org/es/climatechange/raising-ambition/renewable-energy>. Acesso em: 26 ago. 2025.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

MERCADO DE TRABALHO E DESIGUALDADE DE RENDA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Valeria Pero[1]
Adriana Fontes[2]
Miguel Taranto de Vasconcellos[3]

Resumo

Desde a segunda metade da década de 2010, o estado do Rio de Janeiro (ERJ) apresentou uma tendência ascendente da desigualdade de renda do trabalho, principalmente quando comparado com a média brasileira e o estado de São Paulo (ESP). Este trabalho visa analisar de que forma as dinâmicas do mercado de trabalho fluminense afetaram (e ainda afetam) tais desigualdades de renda no estado. A partir dos microdados da PNAD Contínua, obteve-se uma vasta gama de indicadores e suas evoluções no período de 2012 a 2024. Ademais, como tentativa de explicar os fatores que contribuíram para o crescimento atípico da desigualdade de renda no estado fluminense, foram feitos alguns recortes populacionais. Portanto, esse trabalho traz uma visão geral do mercado de trabalho fluminense, apresentando uma discussão aprofundada acerca da desigualdade de renda no estado.

Palavras-chave: trabalho; desigualdade; Rio de Janeiro; desenvolvimento

Abstract

Since the second half of the 2010s, the state of Rio de Janeiro (ERJ) has shown an upward trend in labor income inequality, especially when compared to the Brazilian average and the state of São Paulo (ESP). This paper aims to study and analyze how the dynamics of the Rio de Janeiro labor market have affected (and still affects) such income inequalities in the state. Based on microdata from the PNAD Contínua, a wide range of indicators and their evolutions were obtained for the period between 2012 and 2024. Furthermore, to explain the factors that contributed to the atypical growth of income inequality in the state of Rio de Janeiro, some population segments were analyzed. Therefore, this paper provides an overview of the Rio de Janeiro labor market, presenting an in-depth discussion about income inequality in the state.

Keywords: labor; inequality; Rio de Janeiro; development

A evolução dos indicadores de mercado de trabalho no Estado do Rio de Janeiro (ERJ) no período de 2012 a 2024 apresentou diferenças em relação à média brasileira e ao Estado de São Paulo (ESP). Após a crise econômica de 2015-2016, observa-se um aumento significativo do rendimento médio do trabalho e da desigualdade de rendimentos no período de 2017-2019. A taxa de desocupação embora tenha registrado queda a partir de 2021 tem se mantido mais

[1] Professora do Instituto de Economia da UFRJ.
[2]Pós doutoranda do Instituto de Economia da UFRJ e economista da Macroplan..
[3] Aluno de graduação em Ciências Econômicas da UFRJ (migueltaranto123@gmail.com)

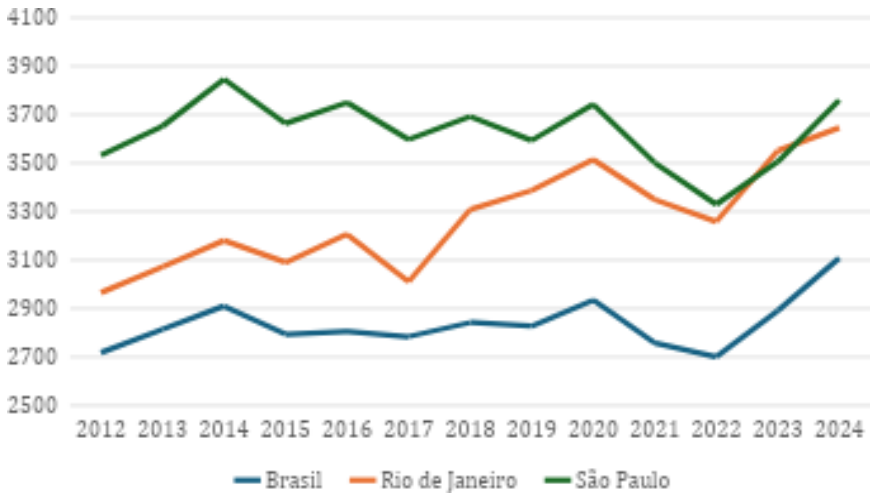
FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

de 2 pontos percentuais superior à média brasileira e paulista, fato que não se observava até 2016.

A renda habitual do trabalho principal no estado teve crescimento superior ao do Brasil e de São Paulo, com aumento de 20% no período, em comparação a 6% e -1%, respectivamente. Esse diferencial de crescimento pode ser explicado pelo comportamento da renda entre 2017 e 2019, quando registrou crescimento de 12% no ERJ, ao passo que no Brasil o crescimento foi de 1,5% e no ESP ficou estagnada.

O crescimento da renda no ERJ foi acompanhado de um aumento da desigualdade, medida pelo índice de Gini do rendimento habitual do trabalho, que superou a média nacional e de São Paulo a partir de 2020. Tal comportamento se deve principalmente à trajetória observada no período de 2017 a 2019.

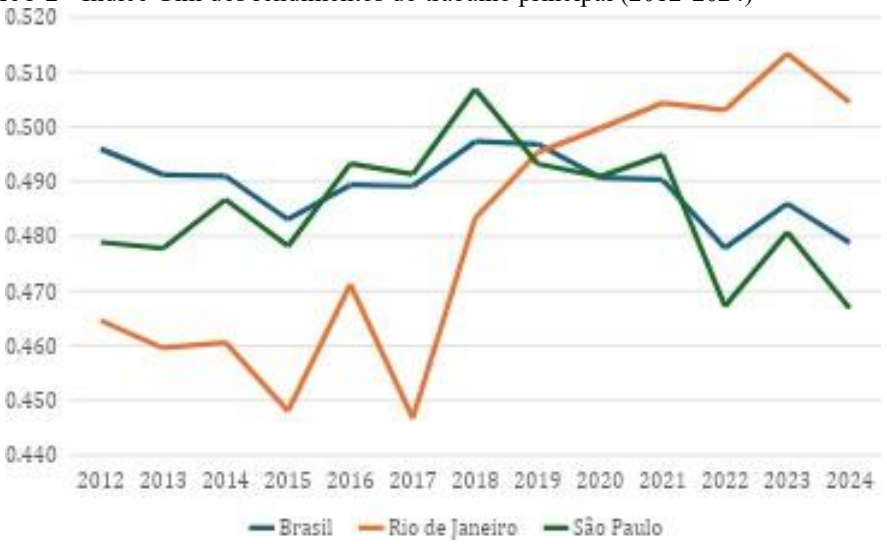
Gráfico 1 - Rendimento médio habitual do trabalho principal (2012-2024)



Fonte: PNAD Contínua, IBGE

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Gráfico 2 - Índice Gini dos rendimentos do trabalho principal (2012-2024)



Fonte: PNAD Contínua, IBGE

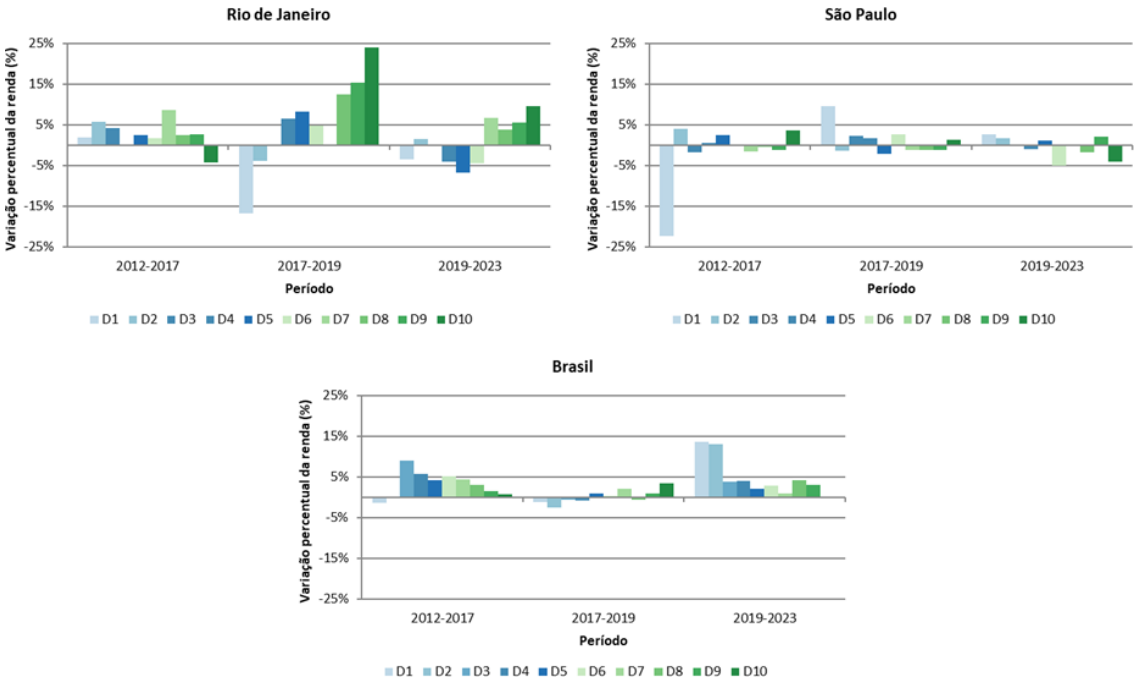
O objetivo do artigo é analisar possíveis explicações para o crescimento da renda e o aumento da desigualdade no Rio de Janeiro nesse período. Primeiro, será apresentado o contexto socioeconômico do estado fluminense no período de 20212 a 2024, trazendo-se tanto indicadores socioeconômicos, como a taxa de crescimento do PIB e o índice de Gini da renda domiciliar per capita, quanto indicadores do mercado de trabalho, como as taxas de desocupação e informalidade. Aqui, o objetivo principal é apresentar como a economia e o mercado de trabalho fluminenses estão estruturados e todas as mudanças ocorridas no período estudado.

Em seguida, será feita uma análise descritiva do comportamento do rendimento do trabalho por características dos indivíduos (sexo, raça/cor e escolaridade), por caraterísticas dos postos de trabalho (setor de atividade e posição na ocupação) e por decis de renda.

A análise da evolução da renda por decil permite compreender a trajetória da desigualdade no período. Observa-se que enquanto no ERJ, principalmente a partir de 2017, houve uma variação maior da renda nos decis mais ricos, em São Paulo e na média brasileira os maiores aumentos se deram nos decis com renda mais baixa.

Gráfico 3: Evolução da variação do rendimento médio habitual do trabalho principal por decil de renda - Brasil, ERJ e ESP (2012-2017, 2017-2019, 2019-2023)

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

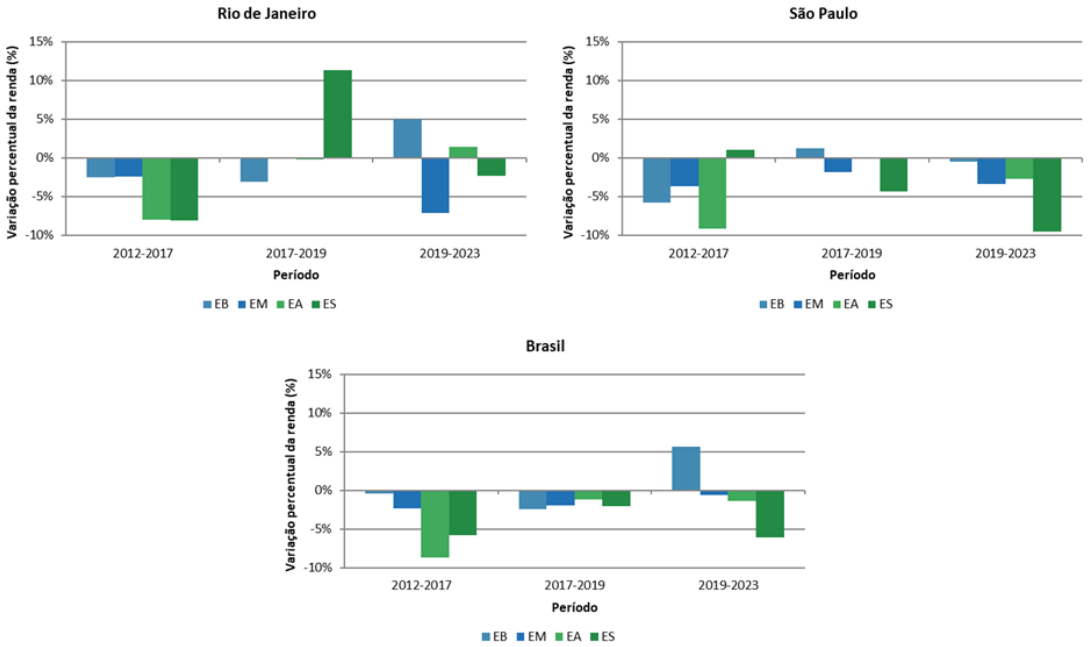


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC anual (2012-2023)

No recorte por escolaridade, observa-se que o Rio de Janeiro segue novamente uma trajetória diferente das outras duas regiões a partir de 2017, registrando um aumento maior da renda para a população ocupada com nível de ensino superior completo quando comparada aos outros níveis de escolaridade e em relação ao Brasil e ao ESP. O aumento da renda com efeitos na desigualdade também se manifestou no recorte por raça/cor. A partir de 2017, houve um grande aumento da renda da população branca no ERJ, sendo superior às variações da renda dos pretos e pardos, fato que não ocorreu no Brasil e no ESP.

Gráfico 4: Evolução da variação do rendimento médio habitual do trabalho principal por nível de escolaridade - Brasil, ERJ e ESP (2012-2017, 2017-2019, 2019-2023)

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC anual (2012-2023)

Notas: "EB" significa Escolaridade Básica e abrange a população sem instrução ou com ensino fundamental incompleto; "EM" significa Escolaridade Média, abrangendo a população com ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto; "EA" significa Escolaridade Alta, envolvendo a população com ensino médio completo ou ensino superior incompleto; e "ES" representa a população com ensino superior completo.

Em suma, o contexto socioeconômico do Rio de Janeiro entre 2012 e 2024 revela um crescimento econômico limitado, aumento da desigualdade de renda e um mercado de trabalho com níveis de desemprego e de informalidade mais elevados. Apesar do aumento na renda per capita, os benefícios não foram distribuídos de forma equitativa, reforçando disparidades entre diferentes grupos sociais e setores da economia. Esses resultados sinalizam a necessidade de medidas estratégicas e políticas para mitigar os efeitos do aumento da desigualdade nos grupos com maior vulnerabilidade no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

MACHADO, D. C.; PERO, V.; MIHESSEN, V. Mobilidade Urbana E Mercado De Trabalho Na Região Metropolitana Do Rio De Janeiro. *Revista da ABET*, [S. l.], v. 14, n. 2, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/27958

PERO, V.; FONTES, A.; FERRAZ, C. Desigualdade de renda e mercado de trabalho na metrópole e no interior do Rio de Janeiro. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, (3),

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

27–48, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.12957/cdf.2013.9339

SALATA, Andre Ricardo; RIBEIRO, Marcelo Gomes. Boletim Desigualdade nas Metrópoles. Porto Alegre, n. 11, 2022. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2023/01/BOLETIM_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLES_11-1.pdf

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

DINÂMICAS ESPACIAIS E DE CONCORRÊNCIA DAS CENTRAIS DE NEGÓCIOS SUPERMERCADISTAS: ANÁLISE DAS REDES SMART E REDECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Lucas da Silva Pessanha[1]

RESUMO

O espaço, longe de ser apenas a arena para as relações sociais, é também condição para as transformações econômicas ao longo do tempo. As grandes corporações são essenciais para o ciclo do capital que consiste em produção, circulação e consumo, aqui traduzidos por meio das empresas supermercadistas, sobretudo através das centrais de negócios. O objetivo geral do trabalho é de analisar as centrais de negócios Smart e Redeconomia no ramo supermercadista do Estado do Rio de Janeiro, mais precisamente as suas origens e motivações, as estratégias espaciais e organizacionais e as estratégias de concorrência. A metodologia baseou-se no levantamento bibliográfico, o levantamento de dados secundários em banco de dados oficiais e revistas especializadas do varejo e na sistematização dos dados em conformidade às referências bibliográficas.

ABSTRACT

Space, far from being merely an arena for social relations, is also a condition for economic transformations over time. Large corporations are essential to the capital cycle consisting of production, circulation, and consumption, translated here through supermarket companies, especially through business centers. The overall objective of this study is to analyze the Smart and Redeconomia business centers in the supermarket sector in the state of Rio de Janeiro, more precisely their origins and motivations, spatial and organizational strategies, and competition strategies. The methodology was based on a bibliographic survey, the collection of secondary data from official databases and specialized retail magazines, and the systematization of data in accordance with bibliographic references.

INTRODUÇÃO

O espaço abriga inúmeras funções e é o centro das relações humanas, princípio fundamental para entender as relações sociais e econômicas que são formadas e transformadas. É a partir disso que a produção do espaço é constantemente submetida a transformações como a produção, circulação e consumo.

As grandes corporações tornaram-se os principais atores responsáveis pela produção e organização do espaço econômico nas últimas décadas. Ressalta-se o importante papel do avanço das técnicas e das políticas estatais que foram importantes para a forte divisão territorial

[1]Lucas da Silva Pessanha; discente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense - silva_pessanha@id.uff.br.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

do trabalho e para a internacionalização das instâncias produtivas, distributivas, de circulação e consumo. Políticas como a criação do Plano Real e a abertura econômica para a chegada de empresas estrangeiras foram essenciais para que tais fenômenos fossem potencializados. No contexto de internacionalização da economia, as corporações passam a ter expressivo poder na produção e organização do espaço, tornando-se atores principais no desenvolvimento capitalista (Markusen, 2005, p.63).

Os supermercados inserem-se a partir da função espacial, social e econômica que desempenham na sociedade, tendo a capacidade de juntar processos importantes para a reprodução do capital. Fenômenos como o de concentração econômica tornam-se fundamentais para que o ramo supermercadista seja controlado por poucas corporações, abrindo margem para entender como as empresas menores são condicionadas a atuar, por vezes, em rede, seguindo a própria dinâmica do capital global, criando centros e lugares específicos onde se executam as ordens que orientam os fluxos. Diante disso, nota-se a importância de analisar os processos de verticalidade e horizontalidade vindas da necessidade de organização baseada na divisão de funções.

A organização das empresas em negócios verticais ou horizontais, necessariamente, cria redes de relações de poder. Esse conceito, baseado em Taylor; Thrift (1982), resume-se ao poder exercido na relação entre empresas, que tem o poder de segmentar a economia e transformar empresas de pequeno e médio porte em uma rede de empresas com atuação nos interstícios deixados pelo funcionamento das grandes corporações. É diante desse cenário competitivo que os capitais de pequeno e médio porte recorrem às centrais de negócios como uma alternativa de sobrevivência. Ao entrarem em centrais de negócios, as pequenas e médias empresas gozam de vantagens técnicas e econômicas que permitem-lhes permanecer no ramo e, ao mesmo tempo, fazer frente às grandes redes.

O objetivo deste texto é analisar a atuação das centrais de negócios Smart e Redeconomia no ramo supermercadista no Estado do Rio de Janeiro, com foco nas origens e motivações para a sua criação, as estratégias espaciais e organizacionais e, também, as estratégias de concorrência por elas adotadas.

MATERIAIS E MÉTODOS

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A metodologia utilizada abarca o levantamento bibliográfico, o levantamento de dados secundários em banco de dados oficiais e revistas especializadas do varejo e a sistematização dos dados em conformidade às referências bibliográficas.

Os dados secundários foram obtidos de suas principais fontes: da RAIS obtivemos informações acerca dos estabelecimentos, empregos e salários. Da ABRAS levantamos dados e informações atualizadas do ramo supermercadista a níveis nacionais. Esses dados foram complementados pela consulta a sites e jornais regionais, nos quais captamos informações acerca das atividades do ramo supermercadista no Estado do Rio de Janeiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Rede Smart tem sua origem em Uberlândia – MG e pertence ao Grupo Martins, criado no ano de 1953 e que atua na distribuição de produtos e na integração de seus associados através do Sistema Martins (SIM). O grupo visa apoiar a integração de supermercados de pequeno porte, garantindo não só a compra de produtos mais competitivos, como também dispondo de toda uma sistematização do processo de compra, finanças e nas negociações que ocorrem aos associados da rede.

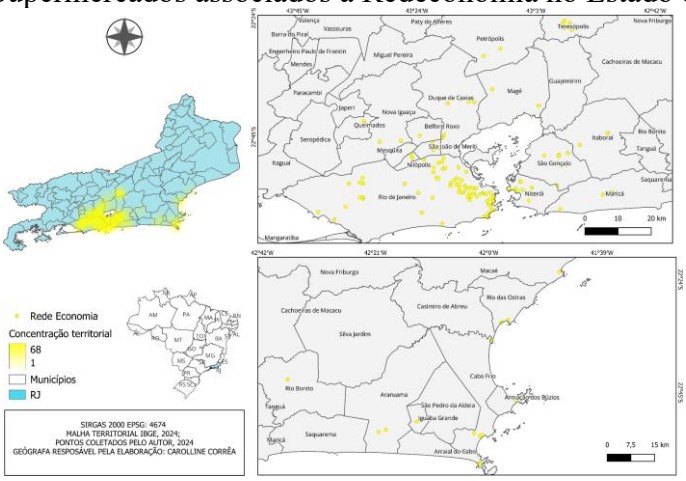
A Redeconomia é uma central de negócios fundada no ERJ no ano de 1998 a partir da união de sete empresas supermercadistas e que, atualmente, conta 37 supermercados. No ano de 2024, a rede contava com mais de 140 lojas de supermercados, dezenove mil funcionários e atuação em mais de quinze municípios do estado.

No caso da Redeconomia, por ter surgido de iniciativa dos pequenos, sua forma de organização e apoio aos associados parece ser diferente, mas também com conflitos quanto à afiliação e concorrência entre os seus membros. Com o incremento dessas duas centrais de negócios, por meio da inserção de novos associados de diferentes lugares, há uma maior espacialização sobre o território e novas lógicas espaciais são adotadas, com a instalação de centros de gestão e de distribuição para atender os associados. Além disso, novas formas de concorrência são adotadas entre os capitais.

Quanto à distribuição espacial dos supermercados associados às centrais, nota-se uma maior atuação dos supermercados da Rede Smart na região Norte e Lagos do Estado do Rio de Janeiro, enquanto os supermercados da Redeconomia atuam, majoritariamente, nas regiões Metropolitana, Sul e Serrana. A figura 1 ilustra os associados da Redeconomia:

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

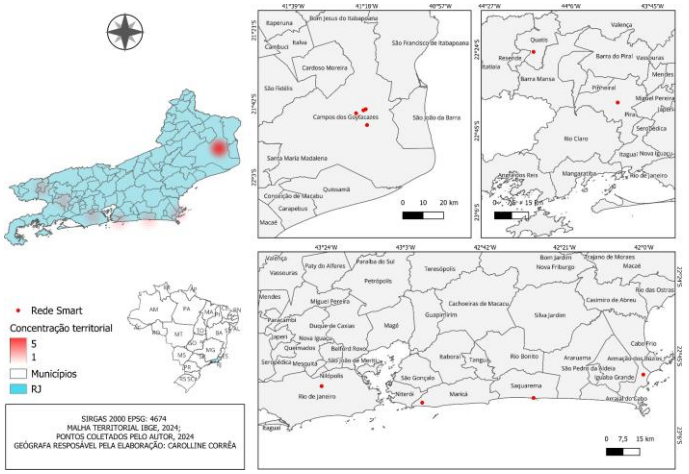
Figura 1 - Supermercados associados à Redeconomia no Estado do Rio de Janeiro



Elaboração: Caroline Bastos.

Supõe-se que a escolha dos associados não ocorre por acaso e que a seleção ocorre com base na localização de cada um deles, pois a atuação de mercado dos associados é em áreas densamente povoadas e com público de baixa renda, o que potencializa tanto a inserção dos supermercados à central para obter preços e condições de barateamento dos produtos, quanto o alto fluxo de pessoas que, ao procurar por melhores preços, acabam por optar por estes supermercados.

Figura 2 - Supermercados associados à Rede Smart no Estado do Rio de Janeiro.



Elaboração: Carolline Bastos.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A figura 2 buscou ilustrar os supermercados associados à Rede Smart no ERJ, central de negócios que tem seus associados atuando sobretudo na região Norte Fluminense, na cidade de Campos dos Goytacazes. Além dela, nota-se, embora com pouca relevância, a presença de associados em outras regiões. Percebe-se uma maior concentração de supermercados associados em Campos dos Goytacazes, fenômeno que pode ser explicado pela incorporação de uma outra central de negócio local que integrava sete supermercados na cidade antes de ser absorvida pela Rede Smart. Além disso, em questões de mercado, Campos dos Goytacazes é a segunda maior cidade do estado fora da região metropolitana, exercendo polarização em vasta área do norte fluminense.

CONCLUSÕES

Buscou-se analisar, neste resumo, o espaço enquanto arena e condição de processos econômicos que atuam para a produção e reprodução do capital. Além disso, analisou-se como as redes cumprem um papel fundamental nesse processo e através dela, buscou-se entender como os fenômenos que ocorrem dentro e fora das empresas ocorrem.

As empresas supermercadistas de pequeno e médio porte são importantes para a rotação econômica e ao avanço das grandes corporações, buscam organizar-se em centrais de negócios, que por sua vez podem ilustrar diferentes formas de relação de poder (horizontal e vertical).

As centrais de negócios aqui analisadas, seguem diferentes padrões espaciais, onde enquanto os supermercados da Rede Smart localizam-se predominantemente na região Norte Fluminense, os supermercados associados à Redeconomia atuam com mais intensidade nas regiões metropolitana, sul e serrana.

REFERÊNCIAS

MARKUSEN, **A. Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator.** In. DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Org.) Economia e território. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 58-75.

SANTOS, M. **O espaço total de nossos dias.** In. Por Uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, 2012, p. 201-219.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

TAYLOR, M. J; THRIFT, N. J. **Industrial linkage and the segmented economy: 2. An empirical reinterpretation. Environment and Planning A,** 1982, volume 14, pages 1615-1632.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG) e à Universidade Federal Fluminense.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DE NOVA FRIBURGO NO INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Marcelo Verly de Lemos[1]
Wania Maria da Silva Pacheco Monnerat[2]

RESUMO
Este trabalho apresenta a consolidação de políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) em Nova Friburgo e sua contribuição para a estruturação de um ecossistema local de inovação. A partir do planejamento colaborativo iniciado em 2019 e da promulgação da Lei Complementar nº 135/2020 — que instituiu o Código Municipal de CT&I, o Sistema Municipal de Inovação e o Fundo Municipal de CT&I — observa-se a transição de iniciativas pontuais para uma governança em rede, com instrumentos legais, institucionais e sociais que sustentam a agenda de inovação no território. O estudo adota análise documental e histórica, com ênfase em marcos legais e, mais recentemente, na metodologia Ecossistema Local de Inovação (ELI), que oferece ferramentas para diagnóstico de maturidade, priorização setorial e desenho de governança. Os resultados evidenciam a institucionalização de legislações e arranjos de cooperação, a mobilização de centenas de atores por meio do InovaFri Valley e a criação de instrumentos de valorização — como o Prêmio Inova Nova Friburgo — alinhados à Agenda 2030. Conclui-se que a experiência friburguense aponta caminhos para uma política municipal de inovação robusta, com capacidade de integração entre academia, governo, empresas e sociedade civil, além de lições úteis para o aperfeiçoamento contínuo da governança e da execução de políticas.
Palavras-chave: inovação; políticas públicas; ecossistema local; governança em rede; Nova Friburgo.

1. ntrodução

Desde sua fundação, Nova Friburgo SE consolidou como um território de forte dinamismo econômico, que atravessou fases marcantes de transformação. Do perfil agrícola inicial à industrialização do século XX — impulsionada por grandes indústrias têxteis e metalúrgicas —, o município construiu uma base produtiva e social que moldou sua identidade.

[1] Presidente do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Nova Friburgo (2021-2025). Cofundador e membro do Conselho de Inteligência de Mercado, Pesquisa e Fomento do InovaFri Valley. Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ. Técnico Universitário II - Instituto Politécnico da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: marceloverly@iprj.uerj.br.
[2] Membro do Conselho de Inteligência de Mercado, Pesquisa e Fomento do InovaFri Valley. Pós-graduada em Gestão Empresarial pela UCAM e MBA em Gerenciamento de Projetos pela FGV. Consultora credenciada no SEBRAE nas áreas de Inovação, Turismo e Planejamento Empresarial. E-mail: waniamonnerat@gmail.com.

evidencia como a capacidade de reinvenção econômica se tornou característica local,

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

criando Com o declínio das “quatro grandes” fábricas, surgiram centenas de pequenos negócios, fortalecidos pela formação técnica promovida pelo SENAI e pela expansão do ensino superior, abrindo espaço para novos arranjos produtivos. Essa trajetória histórica as condições para que a inovação e a tecnologia assumam hoje papel central na diversificação e modernização da economia friburguense. Com isso, a inovação e a tecnologia vêm despontando como eixos estruturante do desenvolvimento municipal em Nova Friburgo. Iniciativas das décadas de 1990 e 2000 — associadas à difusão de TICs, feiras setoriais e expansão do ensino superior — sedimentaram uma cultura pró-tecnologia e inovação, culminando, a partir de 2019, em um processo de planejamento colaborativo com múltiplos atores. Esse percurso recentra a inovação como política pública de caráter transversal, articulando instrumentos legais, instâncias de governança e reconhecimento de boas práticas.

Mais recentemente, o amadurecimento conceitual e metodológico derivado da adoção da metodologia ELI propiciou condições para consolidar diagnóstico, priorização e governança, reduzindo assimetrias de informação e orientando a ação coletiva para resultados e impacto socioeconômico. A seguir, apresenta-se o referencial legal e institucional que suporta essa agenda, a abordagem metodológica empregada e os principais resultados e implicações.

2. Referêncial Legal e Instituicional

A arquitetura institucional de CT&I em Nova Friburgo ganhou densidade com dois pilares: (i) a previsão de mecanismos de promoção de CT&I na Lei Orgânica Municipal (Arts. 419 a 425) e (ii) a Lei Complementar nº 135/2020, que instituiu o Código Municipal de CT&I, a partir do qual foram estruturados o Conselho Municipal do setor e o Prêmio Inova Nova Friburgo, além do Sistema Municipal de Inovação e o Fundo Municipal de CT&I, além de reforçar a governança setorial e a cooperação entre atores. Esses marcos habilitam o município a formular políticas, criar instrumentos e estabelecer uma governança continuada com foco em resultados.

No plano societal, o InovaFri Valley emergiu como espaço de mobilização no WhatsApp com troca permanente de informações, reunindo hoje mais de 700 participantes oriundos de diferentes esferas da hélice quádrupla (academia, poder público, empresas e sociedade civil), e evoluindo para uma associação formal com estatuto próprio, o que amplia legitimidade e operacionalidade da governança.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

3. Material e métodos

A pesquisa é de natureza qualitativa e documental, combinando análise de marcos legais e normativos, notadamente legislações do Município de Nova Friburgo, estudo da metodologia dos Ecossistemas Locais de Inovação (ELI) e exame de registros institucionais e instrumentos de fomento. Em termos metodológicos, o ELI organiza etapas como mapeamento histórico e de recursos, priorização de setores, avaliação de maturidade e desenho de governança. Destacam-se dois princípios centrais: a utilização de evidências para subsidiar políticas públicas e diagnósticos, e a adoção de revisões periódicas que asseguram a atualização contínua do ecossistema e a aprendizagem coletiva.

4. Resultados e discussão

4.1 Trajetória histórico-institucional

Desde os anos 1990, Nova Friburgo desenvolve iniciativas que adensaram a base de inovação: promoção de eventos setoriais de tecnologia, difusão de TICs, estímulo a redes e consolidação de uma base acadêmica em C&T com a presença de instituições de ensino e pesquisa. Esses movimentos nutriram uma comunidade de prática que, na década seguinte, se beneficiou da multiplicação de cursos e serviços tecnológicos, além de iniciativas locais de empreendedorismo e TI. Tal trajetória pavimentou a criação de um ecossistema multifacetado e intersetorial.

4.2 Instrumentos legais e arranjos institucionais

A Lei Complementar 135/2020 consolidou um marco regulatório avançado, instituindo o Código Municipal de CT&I, no qual estão previstas a criação do Sistema Municipal de Inovação e do Fundo Municipal de CT&I — elementos que conectam formulação de políticas, execução e financiamento a uma visão de longo prazo. O Código também previu a criação do Conselho Municipal de CT&I (CMCTINF) como instância deliberativa central, o qual se encontra em funcionamento desde o final de 2021, com dezenas de reuniões ordinárias e participação qualificada da hélice quádrupla, além do desenvolvimento de instrumentos como o Prêmio Inova Nova Friburgo, que se encontra na terceira edição consecutiva.

4.3 Ferramentas da metodologia ELI aplicadas ao contexto municipal

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A incorporação da metodologia ELI potencializou a gestão do ecossistema sob três perspectivas:

1. **Diagnóstico e maturidade** – uso de checklists e evidências documentais para comprovar existência de legislação, órgão público de inovação e plano/política em execução, criando trilhas de melhoria contínua.
2. **Priorização setorial e tecnologia** – cruzamento de indicadores econômicos com análise de oferta acadêmica para identificar setores com maior tração e capacidade científica/tecnológica, orientando políticas e projetos.
3. **Revisão cíclica e governança** – institucionalização de rotinas de revisão do diagnóstico (bienal) e do plano (anual), assegurando atualização frente a mudanças e resultados alcançados.

4.4 Reconhecimento e cultura de inovação

A criação do Prêmio Inova Nova Friburgo em 2023 e sua continuidade com as edições 2024 e 2025 vêm atuando como mecanismo de valorização de atores, disseminação de casos e reforço de cultura de inovação. Trata-se de um instrumento de construção de reputação e aprendizagem coletiva, alinhado à Agenda 2030 e às práticas de ecossistemas que estimulam comportamentos colaborativos e resultados públicos de impacto.

4.5 Desafios pendentes

Apesar dos avanços, persistem desafios de implementação plena do Fundo Municipal de CT&I, com a necessidade de dotá-lo de receitas recorrentes e modelos de operação aderentes a projetos estratégicos; de gestão da informação para consolidar um observatório permanente do ecossistema; e de orquestração intersetorial em agendas transversais (ambientes de inovação, transformação digital de cadeias tradicionais, P&D colaborativo, compras públicas de inovação e educação empreendedora).

5. Contribuições metodológicas ao desenho de políticas públicasA experiência

A experiência friburguense sugere um ciclo lógico para políticas municipais de inovação: (i) mobilização, propósito compartilhado e estruturação de bases legais; (ii) diagnóstico e métricas; (iii) desenho de governança e instrumentos; (iv) carteira de projetos priorizada; (v) monitoramento e revisão. O ELI fornece artefatos e rotinas para cada etapa — p.ex., evidências para maturidade e integração do órgão público, ferramentas para priorização setorial e revisões anuais/bienais — funcionando como modelo replicável e escalável em

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

contextos municipais com recursos limitados.

Além disso, a combinação instrumento legal + governança participativa + mecanismo de reputação (como o prêmio) reforça confiança, reduz custos de coordenação e cria incentivos para que atores de diferentes setores coproduzam soluções públicas e privadas, elevando a maturidade do ecossistema de forma sustentada.

6. Perspectivas e agenda de implementação

Para o próximo ciclo, recomenda-se: (a) operacionalizar o Fundo Municipal de CT&I, com desenho de linhas e governança financeira; (b) implantar observatório/BI para dados abertos de inovação, integrando métricas de maturidade, vocações e projetos; (c) consolidar ambientes de inovação e programas de P&D colaborativo entre ICTs e empresas; (d) fortalecer compras públicas de inovação; (e) ampliar educação empreendedora e alfabetização em dados na educação básica e técnica; e (f) institucionalizar rotina de revisão ELI (plano anual e diagnóstico bienal), preservando o aprendizado contínuo e a legitimidade social da agenda.

7. Conclusões

A trajetória recente de Nova Friburgo demonstra a intenção de transformar inovação em política pública municipal estruturante, ancorada em legislação específica, governança em rede e mobilização social. Em poucos anos, o município sistematizou marcos legais, criou e fortaleceu instâncias deliberativas e valorizou atores por meio de mecanismos de reconhecimento. A adoção do ELI qualificou o diagnóstico, a priorização e a revisão contínua do ecossistema, oferecendo linguagem comum e ferramentas práticas para orientar decisões e pactuar rotas. Como próximos passos, a plena ativação do Fundo Municipal de CT&I, a consolidação de dados e métricas e o aprofundamento de projetos de coprodução entre ICTs, empresas e governo são decisivos para sustentar a curva de maturidade, disseminar boas práticas e ampliar os benefícios socioeconômicos derivados da inovação no território.

REFERÊNCIAS

NOVA FRIBURGO. Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo. Arts. 419 a 425. Nova Friburgo, 2018.

NOVA FRIBURGO. Lei Complementar nº 135, de 18 de dezembro de 2020. Institui o Código

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação. Nova Friburgo, 2020.

CONSELHO MUNICIPAL DE CT&I DE NOVA FRIBURGO. Regulamentos do Prêmio Inova Nova Friburgo (edições 2023–2025). Nova Friburgo, 2023–2025.

SEBRAE; Impact Hub Brasil. ELI – Ecossistema Local de Inovação: Manual de Aplicação 2024. Versão final aberta. Florianópolis: Sebrae, 2024.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A PRODUÇÃO LEITEIRA E A ATUAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2001-2024)

Ruan Carlos Alves Silva[1]
Erika Vanessa Moreira Santos[2]

RESUMO
O cenário produtivo da atividade leiteira no território fluminense enfrenta desafios para compatibilizar a relação entre produção e consumo. A pesquisa ora proposta tem o objetivo de apreender a atuação das cooperativas agropecuárias na produção de leite no ERJ frente aos percalços enfrentados ao longo do século XXI. Por tratar-se de um trabalho em fase de desenvolvimento, vem sendo utilizadas técnicas qualitativas e quantitativas para a sua consecução, com a utilização de levantamento bibliográfico, normativo, dados secundários e produção cartográfica sobre o leite no estado do Rio de Janeiro e a atuação das cooperativas frente ao cenário de instabilidade na produção. Os produtores fluminenses enfrentam altas nos preços dos insumos, baixo capital tecnológico, mão de obra de baixa qualificação, entre outros fatores que afetam diretamente na produção do leite *in natura.* Constatou-se, com bases nos dados sistematizados e analisados, que as cooperativas exercem um papel estratégico no setor leiteiro fluminense, embora as contradições estejam presentes, sobretudo na inserção dos pequenos produtores.
Palavras-chave: leite, política pública; cooperativismo.

ABSTRACT
The productive scenario of dairy activity in Rio de Janeiro faces challenges to reconcile the relationship between production and consumption. The research now proposed aims to apprehend the performance of agricultural cooperatives in milk production in ERJ facing the mishaps faced throughout the 21st century. Because it is a work in development, qualitative and quantitative techniques have been used to achieve the research, with the use of bibliographic survey, normative, secondary data and cartographic production on milk production in the state of Rio de Janeiro and the role of cooperatives in the scenario of instability in production. Fluminense producers face high input prices, low technological capital, low skilled labor, among other factors that directly affect the production of milk in natura. It was found, based on the systematized and analyzed data, that cooperatives play a strategic role in the dairy sector of Rio de Janeiro, although the contradictions are present, especially in the insertion of small producers.
Keyword: milk, public policy; cooperativism.

INTRODUÇÃO

A produção leiteira fluminense é menor que a demanda necessária para suprir o consumo interno. No *ranking* nacional, o estado do Rio de Janeiro (ERJ), no ano de 2024,

[1]Ruan Carlos Alves Silva; Universidade Federal Fluminense; ruanalves@id.uff.br
[2]Erika Vanessa Moreira Santos; Universidade Federal Fluminense; erikamoreira@id.uff.br

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ficou na décima quarta posição, segundo os dados da Pesquisa Trimestral do leite do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a produção total de 478 milhões de litros de leite cru inspecionado. As dificuldades financeiras, tecnológicas e produtivas afetam a quantidade e a qualidade do leite produzido nos 88 municípios fluminenses. Diante deste cenário, o objetivo principal deste trabalho, em fase de desenvolvimento, apreender a atuação das cooperativas agropecuárias na produção de leite no ERJ frente aos percalços enfrentados ao longo do século XXI. O recorte temporal abarca de 2001, com a institucionalização do Programa de Incentivo à Produção Leiteira, até 2024, cujas políticas vigentes estão direcionadas às estratégias fiscais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização da pesquisa articulamos as técnicas quantitativas e qualitativas. O levantamento de materiais bibliográficos sobre cooperativas, políticas públicas e atividade leiteira no Brasil solidifica a base teórica. A sistematização de levantamento normativo realizado junto aos sites institucionais da Secretaria Estadual da Fazenda, Emater-Rio, Secretaria Estadual da Agricultura e Pecuária (decretos, leis, projetos) permite traçar um panorama da atuação do Estado em relação à pecuária leiteira fluminense.

No plano quantitativo, utilizou-se o método estatístico-descritivo e analítico por meio da coleta, sistematização e organização de dados secundários de *sites* institucionais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), além das Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais (LDO/LOA), entre 2001 e 2024, com o fito de caracterizar a produção leiteira e as cooperativas agropecuárias no território fluminense. Todos os dados foram sistematizados e organizados em tabelas e mapas temáticos para subsidiar e contribuir, dentro das limitações, nas análises sobre a atividade leiteira e seus rebatimentos junto aos produtores familiares.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os acontecimentos ocorridos a partir dos anos 1990 repercutiram na atividade leiteira no Brasil, não apenas na produção, mas na comercialização e no consumo de leite e derivados lácteos. Nos anos de 1980, a tabulação do preço do leite era extremamente desigual. O preço

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

pago aos produtores era fixado baseado nos custos de produção, mas o valor não era corrigido considerando a inflação. Essa falta de ajuste fez com que o valor real pago ao produtor diminuísse ao longo do tempo, ocasionando grandes gargalos no setor (Souza, 2014). Somados a estes fatores, na década de 1990, houve abertura da economia e a criação do bloco econômico Mercosul, que devido as facilidades fiscais, acelerou a importação de leite oriundo do Uruguai e da Argentina com preços relativamente menores que os produtos nacionais, impactando negativamente no valor agregado do leite produzido em território nacional e tornando o Brasil cada vez mais dependente de exportações de derivados lácteos (Moraes; Bender Filho, 2017).

Com o fito de aumentar a produção de leite no estado do Rio de Janeiro, em 2001, houve a institucionalização, por meio do Decreto nº 29.042, do Programa de Incentivo do Governo do Estado à Produção de Leite que concedia crédito presumido do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS) ao contribuinte fluminense que adquirisse leite produzido internamente, diretamente do produtor ou por meio de laticínios formalmente estabelecidos no estado, correspondente ao percentual de 12,28% sobre o valor total das compras realizadas a partir de 01 de janeiro de 2002 com prazo final no ano de 2032.

Os dados da pesquisa trimestral do leite (IBGE), sistematizados no período de 2001 a 2023, revelam que a aquisição de leite no ERJ passou por um forte crescimento até 2010, seguido de uma fase de declínio e depois de oscilações com tendência de queda no período mais recente. Entre 2016 e 2021, o número de estabelecimentos que prepara o leite reduziu de 43 para 25, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). No mesmo período, a criação de bovinos para produção de leite registrou uma forte redução, passando de 3.257 para 1.855 estabelecimentos entre 2006 e 2021.

Este cenário instável da atividade leiteira, segundo os relatórios da Emater-Rio (2018, 2022), decorre das dificuldades enfrentadas pelos produtores fluminenses diante da alta no preço dos insumos, baixa tecnificação, êxodo rural e depreciação no valor de sua produção frente a concessão de isenções fiscais que o ERJ oferece às empresas de diferentes estados para suprir sua demanda interna de consumo (Emater-Rio, 2018, p. 5).

Oliveira (2014) destaca que cerca de 40% do leite do ERJ passam pelas cooperativas agropecuárias. Vedana *et.al* (2022) pontuam que as cooperativas agropecuárias pela sua forma de organização coletiva apresentam vantagens no acesso aos equipamentos, canais de

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

comercialização e políticas públicas.

Se, por um lado, a Emater (2018) afirma que a produção leiteira sofre com êxodo rural e baixa tecnificação, por outro lado, o número de cooperados no ramo agropecuário mais que dobrou entre 2019 e 2022. Em 2019, havia 6.023 cooperados do ramo agropecuário saltou para 12.710 em 2022, o número de empregados no setor cooperativista agropecuário aumentou consideravelmente entre 2019 (630 empregados) a 2024 (1.813 empregados). Se tratando das cooperativas leiteiras, o anuário cooperativista fluminense (2021) destacou as cooperativas Macuco e Barra Mansa como as maiores no setor de processamento de leite de alta qualidade tecnológica do ERJ.

Em síntese, o modelo cooperativista apresenta um papel estratégico importante na atividade leiteira fluminense, embora apresente suas contradições internas, sobretudo na inclusão dos pequenos produtores.

CONCLUSÕES

O ERJ possui uma série de problemas socioeconômicos e infraestruturais que impactam na atividade leiteira, todavia, os dados apresentados revelam*, a grosso modo*, a atuação das cooperativas na viabilidade da atividade, não apenas na produção, mas na agroindustrialização e na comercialização. Se, em períodos pretéritos, as cooperativas eram responsáveis apenas para intermediar a captação do leite dos produtores e escoar para as agroindústrias, as estratégias mudaram com o processamento industrial do leite nas cooperativas e as articulações com as instituições públicas e privadas tanto na escala regional quanto na escala dos municípios. O papel do Estado visa regular a relação agroindústria e agricultura com políticas setoriais, fiscais, creditícias e de regulação, as políticas públicas estaduais não são voltadas majoritariamente para a lacuna da produção, mas direcionadas para o processamento industrial de derivados lácteos.

REFERÊNCIAS

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – EMATER-RIO. Bovinocultura 2018 Disponível em< http://www.emater.rj.gov.br/areaTecnica/Bovi2018.pdf> Acesso em 20 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE-. Pesquisa da

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Pecuária Municipal. Vários anos. 2025. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2023

MARTINS, Paulo *et.al.* **O futuro do cooperativismo de leite**. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2004, p.112. Disponível em: http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/594819. Acesso em: 16 de maio de 2024.

MORAES, Bruna Márcia Machado; BENDER FILHO, Reisoli. Mercado Brasileiro de Lácteos: análise do impacto de políticas de estímulo à produção. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 55, n. 04, p. 785-800, out. a dez. 2017.

MOREIRA SANTOS, Erika Vanessa; CHAGAS, Samara Venina Silva de A.; SILVA, Marco Tulio Morais Velasque. O Noroeste Fluminense e a atividade leiteira: desafios para a agricultura familiar. In: SILVA, Marcelo Werner da; RAMOS, Tatiana Tramotani; RIBEIRO, Daniel de Albuquerque (org.). **Pesquisas socioespaciais e ambientais.** São Carlos: Editora Cubo, 2021. p. 146-162. Disponível em: https://doi.editoracubo.com.br/10.4322/978-65-86819-10-6.

OLIVEIRA, Sabrina da Costa de. **O perfil das cooperativas leiteiras fluminenses e a adoção de práticas ambientais conservacionistas**. 2014. 103f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Orgânica). Instituto de Agronomia. Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Anuário do cooperativismo 2024. Disponível em: https://anuario.coop.br/ Acesso em: 17 de jan. de 2024.
SOUZA, Joel. **O complexo agroindustrial de laticínios no Brasil: o caso da Região Sul**. 2014. 289.f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

VEDANA, Roberta *et. al.* O Cooperativismo na dinâmica econômica e social da agropecuária brasileira. In: SANTOS, Gesmar; SILVA, Rodrigo (org.). **Agricultura e Diversidades:** trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022, p. 375-400 *[cap.11]*.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais a CAPES pela bolsa e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (PPG/UFF) pelo apoio e infraestrutura para a consecução da pesquisa.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

DEEP LEARNING APRIMORADO POR COMPUTAÇÃO QUÂNTICA PARA ANÁLISE DE DNA: POTENCIAL PARA A ESTRUTURA PRODUTIVA FLUMINENSE

Fábio Cerqueira[1]; Lucimar Cunha[2]; Juliana Benício[3]; Renato Portugal[4]; Bruno Guingo[5]

Resumo: Este trabalho apresenta uma proposta inovadora de integração entre deep learning (DL) e computação quântica na análise *ab initio* de DNA, com foco em elementos funcionais como *enhancers*, pré-miRNAs e sRNAs bacterianos. Busca-se compreender o impacto dessa convergência tecnológica na estrutura produtiva fluminense, especialmente em setores estratégicos como saúde, biotecnologia e farmacogenômica, em sinergia com redes já ativas no estado, como a Rede NanoSaúde RJ, que articula laboratórios, startups e produtos em estágios avançados. O avanço da computação quântica aplicada à genômica, porém, depende do acesso a hardwares quânticos. Simuladores clássicos de computadores quânticos tornam-se inviáveis em problemas genômicos de larga escala e limitam o desenvolvimento de softwares, a formação de pesquisadores e a consolidação de uma massa crítica capaz de explorar plenamente o potencial dessa tecnologia.
Palavras-chave: Estrutura produtiva; computação quântica; bioinformática; inteligência artificial; Rio de Janeiro.

Abstract: This work presents an innovative proposal for integrating deep learning (DL) and quantum computing in the *ab initio* analysis of DNA, focusing on functional elements such as enhancers, pre-miRNAs, and bacterial sRNAs. The goal is to understand the impact of this technological convergence on the productive structure of Rio de Janeiro, particularly in strategic sectors such as health, biotechnology, and pharmacogenomics, in synergy with active networks in the state, such as Rede NanoSaúde RJ, which already connects laboratories, startups, and advanced-stage products. However, advancing quantum computing applied to genomics depends on access to quantum hardware. Classical simulators of quantum computers become unfeasible for large-scale genomic problems and limit software development, researcher training, and the consolidation of a critical mass capable of fully exploiting the potential of this technology.
Keywords: Productive structure, quantum computing; bioinformatics; artificial intelligence, Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

A economia fluminense enfrenta o desafio de transitar de uma base fortemente dependente do setor extrativista de petróleo e gás para cadeias produtivas mais diversificadas, sustentáveis e intensivas em conhecimento. Nesse cenário, a biotecnologia

[1] Fábio Ribeiro Cerqueira, Universidade Federal Fluminense - UFF, frcerqueira@id.uff.br
[2]Lucimar Souza Cunha, FAETERJ Petrópolis, lcunha@faeterj-petropolis.edu.br
[3]Juliana Câmara Torres Benício, Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ, juliana@ifrj.edu.br
[4] Renato Portugal, Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC, portugal@lncc.br
[5]Bruno Clemente Guingo, FAETERJ Petrópolis, bguingo@faeterj-petropolis.edu.br

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

aplicada à saúde e ao agronegócio representa uma oportunidade singular. Tecnologias de inteligência artificial (IA) e computação quântica oferecem instrumentos disruptivos para acelerar análises genômicas e criar vantagens competitivas em escala global.

A Rede NanoSaúde RJ exemplifica essa articulação entre pesquisa de ponta e aplicação translacional. Composta por 28 laboratórios de instituições como UFRJ, Fiocruz, INCA, UEZO e CBPF, desenvolve nanoprodutos para saúde (regeneração tecidual, terapias, diagnósticos), com mais de 200 artigos publicados, 5 startups e 17 tecnologias em desenvolvimento (TRL 6). Seu modelo — do desenho de materiais aos testes pré-clínicos — evidencia como a inovação científica pode gerar valor econômico e social.

Entretanto, a consolidação da bioinformática quântica aplicada à genômica enfrenta sérios desafios de infraestrutura. Simuladores clássicos de computadores quânticos são limitados, pois a complexidade cresce exponencialmente com o número de qubits, restringindo sua aplicação a protótipos conceituais. Já o acesso a hardwares quânticos reais permanece concentrado em grandes centros internacionais.

Este artigo discute como o desenvolvimento de soluções em deep learning aprimorado por computação quântica pode abrir uma nova frente produtiva no Estado do Rio de Janeiro, em sinergia com a Rede NanoSaúde. O paradigma da genômica computacional híbrida (DL + computação quântica) aponta para algoritmos genômicos avançados, mas exige superar as barreiras de infraestrutura. Tal superação é condição essencial para consolidar a bioinformática quântica aplicada à genômica como linha estratégica de pesquisa, inovação e transformação produtiva no estado.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo adota uma abordagem articulada à Rede NanoSaúde RJ, consolidada no Estado do Rio de Janeiro como rede de inovação em saúde que integra laboratórios, centros de pesquisa, startups e empresas. A metodologia busca potencializar ativos já existentes, conectando-os a tecnologias emergentes de inteligência artificial e computação quântica aplicadas à genômica.

O trabalho organiza-se em três eixos integrados:

(i) Científico-tecnológico: desenvolvimento de pipelines híbridos (clássico–quântico) para análise *ab initio* de DNA, combinando deep learning convolucional com

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

algoritmos quânticos como QSVM, VQAs e QNNs, ampliando a capacidade preditiva e reduzindo falsos positivos em análises moleculares.

(ii) Produtivo: incorporação da bioinformática quântica às linhas já em andamento na Rede, expandindo sua infraestrutura sem criar estruturas isoladas, e fortalecendo áreas como diagnóstico avançado, farmacogenômica e biomateriais.

(iii) Socioeconômico e institucional: avaliação da capacidade da Rede em absorver e transferir resultados ao setor produtivo, incluindo geração de valor, empregos qualificados, atração de investimentos e efeitos de spillover (patentes, startups, integração internacional). Também serão mapeadas convergências entre a infraestrutura atual em nanotecnologia e terapias avançadas e as novas demandas da bioinformática quântica.

As ferramentas metodológicas incluem: (i) revisão de literatura especializada sobre *deep learning* quântico aplicado à genômica; (ii) mapeamento das capacidades da Rede NanoSaúde RJ em termos de infraestrutura, linhas de pesquisa e parcerias; (iii) construção de cenários prospectivos com base em indicadores de inovação e produtividade; e (iv) testes em simuladores e acesso experimental a hardwares quânticos via plataformas em nuvem (como IBM Quantum e Google Quantum AI), avaliando limitações e possibilidades de integração prática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Resultados Esperados: Do ponto de vista científico e tecnológico, espera-se que a incorporação de pipelines híbridos baseados em *deep learning* convolucional e algoritmos quânticos permita elevar significativamente a precisão na identificação de elementos regulatórios genômicos, reduzindo falsos positivos e otimizando o processo de validação experimental. No plano produtivo, a proposta fortalece diretamente a atuação da Rede NanoSaúde RJ, que já reúne 28 laboratórios, startups e tecnologias em estágio avançado de maturação, acelerando a translação de pesquisa em aplicações clínicas e farmacogenômicas. Espera-se também a geração de novas startups e spin-offs de base tecnológica, atração de investimentos externos e o posicionamento do Estado do Rio de Janeiro em cadeias globais de valor em biotecnologia e saúde digital.

Discussão: A incorporação de tecnologias quânticas à bioinformática configura-se como um

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

diferencial estratégico para o Rio de Janeiro. Enquanto setores tradicionais, como o de petróleo e gás, enfrentam incertezas na transição energética, cadeias produtivas ligadas à saúde, biotecnologia e agricultura digital oferecem alto potencial de crescimento sustentável. Nesse sentido, a integração da bioinformática quântica ao portfólio da Rede NanoSaúde RJ não se apresenta como um polo paralelo, mas como linha complementar que potencializa o ecossistema já consolidado. Essa estratégia evita dispersão de esforços, aproveita a infraestrutura existente e garante maior eficiência na transformação de resultados científicos em produtos e serviços de valor agregado. Além disso, reforça a posição do Estado como referência nacional em inovação translacional em saúde, com apoio institucional de agências de fomento como FAPERJ e MCTI. **Limitações:** Apesar do grande potencial, a bioinformática quântica ainda enfrenta sérias limitações de infraestrutura. O acesso a computadores quânticos físicos permanece restrito a poucos centros internacionais (IBM, Google, Rigetti), em geral via nuvem. Pesquisadores brasileiros, incluindo os da Rede NanoSaúde RJ e da Universidade Federal Fluminense, dependem sobretudo de simuladores clássicos de circuitos, úteis em fases iniciais, mas inviáveis em problemas genômicos maiores, já que o custo computacional cresce exponencialmente com o número de qubits. Como observa Preskill (2018) ao tratar da era NISQ, tais simuladores não reproduzem os ganhos esperados em cenários complexos.

Essa limitação não apenas compromete aplicações práticas em bioinformática e outras áreas intensivas em dados, como saúde, biotecnologia e finanças, mas também dificulta o desenvolvimento de softwares quânticos e a formação de especialistas, atrasando a consolidação de uma massa crítica de profissionais. Assim, a computação quântica como infraestrutura estratégica exige investimentos em hardwares de última geração e em parcerias internacionais, condição essencial para viabilizar aplicações práticas e posicionar a bioinformática quântica como uma das frentes mais promissoras do Estado do Rio de Janeiro.

CONCLUSÕES

O desenvolvimento de soluções baseadas em deep learning e computação quântica representa não apenas inovação científica, mas também uma oportunidade de transformação da estrutura produtiva e de reestruturação econômica do Estado do Rio de Janeiro.

A convergência entre nanotecnologia, inteligência artificial e análise genômica

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

quântica amplia o portfólio da Rede NanoSaúde RJ, já consolidada como modelo de articulação entre ciência, inovação e mercado, e fortalece o papel do estado como centro de excelência nacional, com potencial de gerar empregos qualificados, atrair investimentos e diversificar a matriz produtiva.

Persistem, contudo, limitações de infraestrutura: simuladores são insuficientes para análises genômicas complexas e o acesso a hardwares quânticos reais ainda depende de parcerias internacionais. Ampliar investimentos e estratégias colaborativas será essencial para que o Rio de Janeiro não apenas participe, mas lidere esse movimento de inovação em computação e bioinformática quântica.

O resultado esperado é um ecossistema de inovação mais robusto, capaz de projetar o estado no cenário internacional da biotecnologia e da saúde digital, desde que as barreiras de infraestrutura sejam superadas com visão estratégica de longo prazo.

REFERÊNCIAS

ANGERMUELLER, C. et al. Deep learning for computational biology. *Molecular Systems Biology*, v. 12, n. 7, 2016.

CAI, Z. Error mitigation in quantum genome analysis. *Physical Review X*, v. 13, n. 2, p. 021026, 2023.

CEREZO, M. et al. Variational quantum algorithms. *Nature Reviews Physics*, v. 3, n. 9, 2021.

ENDO, S.; CAI, Z.; BENJAMIN, S. C.; YUAN, X. Hybrid quantum-classical algorithms for NISQ-era genomics. *Reviews of Modern Physics*, v. 93, n. 1, p. 015001, 2021.

KLEFTOGIANNIS, D.; KALNIS, P.; BAJIC, V. Progress and challenges in enhancer identification. *Briefings in Bioinformatics*, v. 17, n. 6, 2016.

LECUN, Y.; BENGIO, Y.; HINTON, G. Deep learning. *Nature*, v. 521, 2015.

MARQUES, Y. B. et al. Mirnacle: improving selectivity in pre-miRNA prediction. *BMC Bioinformatics*, v. 17 (Suppl. 18), 2016.

PRESKILL, J. Quantum Computing in the NISQ era and beyond. *Quantum*, v. 2, p. 79, 2018.

SHLYUEVA, D.; STAMPFEL, G.; STARK, A. Transcriptional enhancers. *Nature Reviews Genetics*, v. 15, n. 4, 2014.

Agradecimentos

A Secretaria Municipal de Inovação, Ciência e Tecnologia de Niterói, a UFF, ao LNCC, a Faeterj Petrópolis/FAETEC e ao IFRJ pelo apoio institucional e aos pesquisadores diretamente envolvidos pela contribuição científica ao projeto.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

O RIO NÃO TEM ISSO: POR QUE O RIO NÃO TEM UMA AGRICULTURA IMPORTANTE? AUGE E DECLÍNIO DA LARANJA NO RIO

Pedro Vilela Caminha[**]

Luiz Carlos Delorme Prado[***]

RESUMO: A pesquisa analisa o declínio da agricultura no território do atual estado do Rio de Janeiro ao longo do século XX, utilizando a laranja como caso emblemático desse processo. Enquanto outros estados do Brasil se consolidaram como potências agroindustriais mundiais, a agricultura do Rio, outrora próspera e líder nacional no cultivo de laranja, tornou-se economicamente irrelevante. A metodologia de pesquisa é a análise histórica e quantitativa baseada nos dados primários sobre a agricultura estadual, extraídos de fontes oficiais. A hipótese é que o declínio da agricultura estadual foi resultado da política nacional de "modernização seletiva", que privilegiou outras atividades e regiões. Como consequência, a saída dessa "armadilha econômica" exige a conjugação de políticas de desenvolvimento rural com políticas de redução do diferencial nos custos de produção entre a agricultura e outras atividades no estado do Rio.

PALAVRAS-CHAVE: modernização agrícola; desenvolvimento econômico regional e comparado; agricultura regional e estadual; economia do Rio de Janeiro

ABSTRACT: The research analyzes the decline of agriculture in the territory of the current state of Rio de Janeiro throughout the 20th century, using oranges as an emblematic case study. While other Brazilian states established themselves as global agro-industrial powers, Rio's agriculture, another prosperous state and a national leader in orange cultivation, became economically irrelevant. The research methodology is a historical and quantitative analysis based on primary data on state agriculture, extracted from official sources. The hypothesis is that the decline of state agriculture was a result of the national policy of "selective modernization," which prioritized other activities and regions. Consequently, escaping this "economic trap" requires combining rural development policies with policies that reduce differential in production costs between agriculture and other activies in the state of Rio.

KEY WORDS: agricultural modernization; regional and comparative economic development; regional and state agriculture; Rio de Janeiro's economy.

[*] As hipóteses, opiniões e conclusões dessa pesquisa são de responsabilidade exclusiva do seu autor e não refletem necessariamente a visão da sua instituição.

[**] Analista de Desenvolvimento Agrário/Agronegócios na Diretoria de Assentamentos Rurais e Projetos Executivos do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (DIRASSP/ITERJ) com doutorado no Programa de Pós Graduação em Economia da Indústria e da Tecnologia no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/IE/UFRJ) fazendo estágio de pós-doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED/IE/UFRJ). Correio eletrônico: pedrovcaminha@gmail.com

[***] Professor do IE/UFRJ e do PPED/IE/UFRJ com doutorado em Ph.D pela Queen Mary University of London. Correio eletrônico: lcdprado@gmail.com

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Códigos do tema no *Journal of Economic Literature (JEL)*: N56, 018, R11

INTRODUÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E OBJETIVO DA PESQUISA

A presente pesquisa analisa as causas do declínio da agricultura no território que atualmente compreende o estado do Rio de Janeiro ao longo do século XX, utilizando o cultivo da laranja como caso emblemático desse processo. O Rio, que na primeira metade do século XX era líder nacional na produção de laranja, desde então viu sua agricultura tornar-se economicamente irrelevante, ao mesmo tempo em que outros estados do Brasil – como São Paulo – se consolidaram como potências agroindustriais globais. Dessa maneira, espera-se que a pesquisa sobre o declínio histórico da agricultura no Rio ao longo do século XX possa contribuir para o debate atual sobre sua possível retomada no presente século XXI, através da sugestão de algumas medidas de políticas de desenvolvimento econômico rural e urbano.

1. Material e métodos: abordagem metodológica e fontes dos dados

A metodologia da pesquisa baseia-se na análise histórica e quantitativa dos dados primários coletados pelos *Anuários Estatísticos* e *Censos Agrícolas* do operoso Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim como outras renomadas fontes oficiais. A hipótese da pesquisa é que o declínio da agricultura no estado do Rio foi resultado da política nacional de "modernização seletiva" (Santos, 1989), que privilegiou outras atividades e regiões, criando uma "armadilha econômica" no diferencial dos seus custos de produção no qual a nossa agricultura não consegue escapar sozinha até hoje (Nurkse, 1952; Allen, 2011).

2. Resultados e discussão: o ouro que não virou suco (análise histórica e comparativa do auge e declínio da agricultura no atual estado do Rio)

Durante a primeira metade do século XX, a agricultura no atual estado do Rio de Janeiro era a maior produtora nacional da laranja. Ela era responsável por 36,2% da produção brasileira em 1949, e assim à frente dos demais produtores como Rio Grande do Sul (19,0%) e São Paulo (9,7%). No estado do Rio, a fruta representava 41,6% do Valor Bruto da Produção (VBP) Agrícola Imputado, seguida pela banana (27,9%) e a cana (25,1%). (IBGE, 1950; MF, 1954)

No estado do Rio, o cultivo da laranja era concentrado na sua atual Região

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Metropolitana: 91,2% eram produzidas no então Distrito Federal (47,8%) e na Baixada da Guanabara (45,6%). (IBGE, 1950) Terras como Campo Grande, conhecida como a "Citrolândia", e Nova Iguaçu (a "Cidade Perfume"), eram símbolos – e orgulho até hoje em times de futebol, blocos carnavalescos etc. – dessa Era de Ouro da agricultura no Rio.

Entre 1948 e 1957, a agricultura do Rio experimentou expressivos ganhos de produtividade no cultivo da laranja. Sua produção cresceu 27,5% e a área plantada caiu 19,6%, resultando em um ganho de produtividade de 58,2% (IBGE, 1948-1957). Esse ganho notável pode relacionar-se à fundação da Universidade Rural do Brasil com sua pesquisa e extensão agrícola de excelência entre a Citrolândia e a Cidade Perfume, à racionalização da comercialização da laranja nas *packing houses* (que faziam limpeza, seleção e empacotamento da fruta fresca) e ao replantio dos mais produtivos "pomares de ouro" em municípios como São Gonçalo e Itaboraí, ou mesmo Araruama, na atual Região dos Lagos (IBGE, 1950 e 1960). Todavia, em algum ponto na segunda metade da década de 1950, iniciou-se um processo de divergência estrutural entre a agricultura do Rio e de outras regiões do Brasil. Entre 1956 e 1960, o Plano de Metas do governo JK priorizou a industrialização pesada e o modal rodoviário, negligenciando as ferrovias e portos do Rio que escoavam sua produção de laranja. O impacto foi imediato. Já em 1956-1957, pela primeira vez na história econômica da agricultura brasileira, o porto de Santos superou o do Rio no volume exportado de laranja – marcando o deslocamento do polo citrícola nacional para São Paulo (IBGE, 1934-1957).

Por sua vez, nas décadas de 1960 e 1970, a política de crédito rural subsidiado condicionou seu acesso à garantia de grandes extensões de terra e seu uso na modernização agrícola (Delgado, 1985). Com essa política seletiva, em 1975, 36,6% do crédito rural no Rio destinou-se à Região Norte, cujos lavouras com mais de 100 hectares eram responsáveis por 69,9% da produção canavieira e 59,1% do efetivo bovino estadual. Em contraposição, apenas 13,1% do crédito rural obtido pela agricultura do Rio destinou-se aos polos citricultores nas Regiões Metropolitana e dos Lagos, onde 78,7% da produção era cultivada em menos de 100 hectares – contrapostos à sua participação de apenas 39,9% em São Paulo (IBGE, 1975).

Como resultado, entre 1975 e 1985, menos de 28% dos produtores de laranja no Rio declaravam utilizar alguma tecnologia agrícola (como irrigação, adubos ou defensivos). Em contraste, em São Paulo, a adoção tecnológica nas plantações de laranja foi massiva, crescente e contínua, passando dos já altos 64% para 75% (IBGE, 1975-1985).

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A concentração do crédito rural na lavoura canavieira e na bovinocultura inibiu investimentos em tecnologia no restante da agricultura do Rio e contribuiu ao menos em parte para sua própria estagnação e subsequente declínio. Em conjunto, enquanto a agricultura do Rio tornou-se presa de uma armadilha na comercialização da laranja fresca, assim como do tomate e outras leguminosas *in natura* da Região Serrana, em São Paulo e outras regiões do Brasil houve o desenvolvimento da agroindústria processadora do suco, extrato etc., que impunha a adoção de tecnologias pelo agricultor (Maluf, 1992).

Desse modo, a política de crédito rural foi decisiva para a modernização agrícola em outras regiões do Brasil e, no Rio, na sua concentração na usina canavieira e em rebanhos selecionados. Contudo, não explica a estagnação da sua agricultura nas décadas mais recentes. A esse respeito, sob a ótica dos custos de produção agrícola (Allen, 2011), o atual diferencial salarial urbano-rural no Rio, de 73,8%, encontra-se bastante superior ao patamar internacional de 30,0% encontrado nos seus três estados vizinhos (CAGED, 2025). Semelhante acontece com o valor da terra nua para a agricultura, que no Rio é menos de 30,0% dos estados vizinhos, enquanto sua terra urbana é comparativamente sobrevalorizada (RFB, 2025).

O diferencial nos custos de produção agrícola drena terras, investimentos e mão de obra rural para outras atividades e regiões do Brasil, dificultando a agricultura do Rio de competir com remunerações comparativamente tão elevadas. Como resultado, criou-se na agricultura do Rio um círculo vicioso de baixa produtividade, baixas remunerações e fuga de trabalhadores, recursos e investimentos para outras atividades e regiões agrícolas (Nurkse, 1952).

3. Conclusão: quando a cidade sufoca o campo

Em síntese, portanto, o declínio da agricultura no Rio aqui emblematizado no caso da laranja é sintomático do projeto político de modernização seletiva no Brasil que privilegiou outras atividades econômicas e regiões agrícolas com crédito, infraestrutura e políticas de industrialização ao mesmo tempo em que excluiu o estado do modelo agroindustrial, criando uma armadilha econômica que inviabiliza sua competitividade agrícola e a condena à estagnação tecnológica. A saída dessa armadilha ou mesmo prisão econômica exige políticas de diversificação agrícola e crédito para pequenos e médios agricultores conjugadas com políticas de redução no diferencial dos custos de produção entre a agricultura e outras

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

atividades no estado do Rio (como transporte, habitação etc.).

Referências bibliográficas: base teórica e fontes utilizadas

ALLEN, Robert C. ***Why the industrial revolution was British: commerce, induced invention, and the scientific revolution***. In *Economic history review*, n.° 64, vol. 2, pp. 357-384. Oxford: 2011

CAGED. ***Pesquisa salarial***. Disponível 17/07/2025 em www.salario.com.br

DELGADO, Guilherme. ***Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985***. São Paulo: Ícone, 1985.

IBGE. ***Anuário estatístico do Brasil***. Diversos anos. Disponível em 10/09/2025 em https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720 e https://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. ***Censos Agrícolas***. Diversos anos. Disponível em 09/09/2025 em https://biblioteca.ibge.gov.br

MALUF, Renato Sergio Jamil. ***Um mal necessário? Comercialização agrícola edesenvolvimento capitalista no Brasil***. Rio de Janeiro: IPEA, 1992

MF - Ministério da Fazenda. ***Comércio de cabotagem no Brasil***. Rio de Janeiro: IBGE, 1954.Disponível em 09/09/2025 em http://memoria.org.br/pub/meb000000365/commercabot1950bras/commercabot1950b ras.pdf

NURKSE**,** Ragnar**.** *Some international aspects of the problem of economic development*. In

The American economic review, 42 (2), 571-583. Nashville: AEA, 1952

RFB - Receita Federal do Brasil. ***Planilha de valores de terra nua - VTN 2025***. Brasília: RFB, 2025. Disponível em 02/09/2025 em https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/documentos-tecnicos/vtn/planilha-vtn-2025-para-publicacao-3.pdf/view

SANTOS, Antônio Cândido de Moraes (1989). ***Por uma geografia da agricultura: espaço e modernização seletiva.*** Niterói: EdUFF, 2013.

Agradecimentos

O autor agradece o apoio, estímulo e debates intermináveis com sua esposa, Aline F. de Barros, sem os quais essa pesquisa não seria possível.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

JUVENTUDE FLUMINENSE E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DE 2012 A 2024

Maíra Penna Franca[1]

Resumo

Este artigo analisa a inserção dos jovens no mercado de trabalho do Estado do Rio de Janeiro entre 2012 e 2024, com base em dados da Pnad Contínua/IBGE. Os resultados indicam que, mesmo após a recuperação pós-pandemia, as taxas de desemprego de jovens e adultos permanecem mais elevadas no estado em comparação ao país. Observa-se também maior incidência de desemprego de longo prazo e um crescimento da informalidade entre os jovens, sobretudo no período recente. A informalidade entre os jovens fluminenses cresceu persistentemente, passando de uma média de 26,7% em 2014 para 40,8% em 2024, um aumento de 14,1 pontos percentuais, o que evidencia as dificuldades estruturais de inserção de jovens no mercado de trabalho fluminense.

Palavras-chave: juventude; desemprego; informalidade; Rio de Janeiro

Abstract

This study examines the integration of young people into the labor market in the state of Rio de Janeiro between 2012 and 2024, based on data from the Continuous PNAD/IBGE. The findings indicate that, even following the post-pandemic recovery, unemployment rates among both young people and adults remain higher in the state than the national average. The analysis also reveals a high incidence of long-term unemployment and a persistent increase in youth informality in recent years. In Rio de Janeiro, the youth informality rate rose from 26.7% in 2014 to 40.8% in 2024, an increase of 14.1 percentage points, highlighting the structural challenges faced by this group in accessing formal employment.

Keywords: youth; unemployment; informality; Rio de Janeiro

1. Introdução

O presente artigo faz uma análise da evolução do emprego de jovens no Estado do Rio de Janeiro no período de 2012 a 2024, utilizando dados da Pnad Contínua do IBGE. Os resultados encontrados mostram que desde 2016 a taxa de desemprego no Estado do Rio de Janeiro tem ficado recorrentemente acima da taxa de desemprego brasileira. Na média de 2024 a taxa de desemprego fluminense foi de 9,2%, 2,3 p.p acima da taxa de desemprego brasileira de 6,8%. No mesmo ano, a taxa de desemprego entre os jovens fluminenses (15 a 29 anos) foi de 17,4%, 5,2 p.p acima do desemprego de jovens brasileiros.

Ottoni et. al. (2020) mostram que o mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro,

[1] Professora do mestrado em Economia e Gestão Empresarial da Universidade Cândido Mendes. maira.franca@professor.ucam.edu.br

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

nos últimos anos, padece de sérios problemas, além do desemprego mais alto do que a média nacional, destacam-se o desemprego de longo prazo e a elevada informalidade.

Do total da população desocupada no Estado do Rio, 45% são jovens de 15 a 29 anos. Os jovens são um grupo demográfico que enfrentam maiores barreiras à entrada no mercado de trabalho, principalmente devido à falta de experiência laboral. Corseuil et al (2021) destacam que além do fato da taxa de desemprego dos jovens ser significativamente mais alta que a de adultos, há uma alta concentração de jovens no setor informal ou mesmo no segmento de empresas menos produtivas dentro do setor formal.

Reis (2015) mostra, com dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que a busca por um emprego tem uma duração muito maior entre os jovens sem experiência profissional, que buscam o primeiro emprego. Além disso, há evidências (Cruces, Ham e Violas, 2012) de que uma entrada no mercado de trabalho marcada por empregos precários ou por longos episódios de desemprego compromete a trajetória profissional futura dos jovens. Nesse contexto, o trabalho tem por objetivo analisar a inserção dos jovens fluminenses no mercado de trabalho através de indicadores usuais de mercado de trabalho como as taxas de desemprego e informalidade, e também se propõe a qualificar a ocupação dos jovens. Para tanto serão utilizados os dados da Pnad Contínua do IBGE para o Estado do Rio de Janeiro em comparação com Brasil, no período de 2012 até 2024.

2. Material e Métodos

A fonte de dados é Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O período analisado vai do 1º trimestre de 2012 ao 4º trimestre de 2024. Para simplificar a representação gráfica, os dados foram agregados pela média anual dos quatro trimestres. A Pnad Contínua levanta informações individuais dos moradores dos domicílios amostrados, e possui um bloco de perguntas sobre condições de trabalho para aqueles com mais de 14 anos de idade. Os indicadores de interesse são: taxa de desemprego, desemprego de longo prazo (12 meses ou mais), taxa de informalidade, e posição na ocupação dos jovens trabalhadores.

A mensuração da informalidade no mercado de trabalho é um tema recorrente na literatura, sobretudo em relação ao trabalhador autônomo (trabalhadores por conta própria e

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

pequenos empregadores). O IBGE, seguindo a OIT, classifica como informais os ocupados em empresas sem registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Desde o 4º trimestre de 2015, a Pnad Contínua passou a identificar se empregadores e trabalhadores por conta-própria possuem CNPJ, considerando informais os que não têm registro. Antes disso, essa informação não estava disponível. No entanto, Corseuil, Reis e Brito (2015) demonstram forte correlação entre a ausência de CNPJ e a falta de contribuição previdenciária, o que também caracteriza informalidade. Portanto, para possibilitar a análise de dados anteriores ao 4º trimestre de 2015 o critério para definir a informalidade dos trabalhadores autônomos será o de contribuição na previdência.

Sendo assim, as seguintes categorias são consideradas informais: i) emprego no setor privado sem carteira assinada; i) emprego doméstico sem carteira assinada; ii) trabalhador familiar auxiliar iv) conta-própria que não contribui com a previdência; v) empregador que não contribui com a previdência.

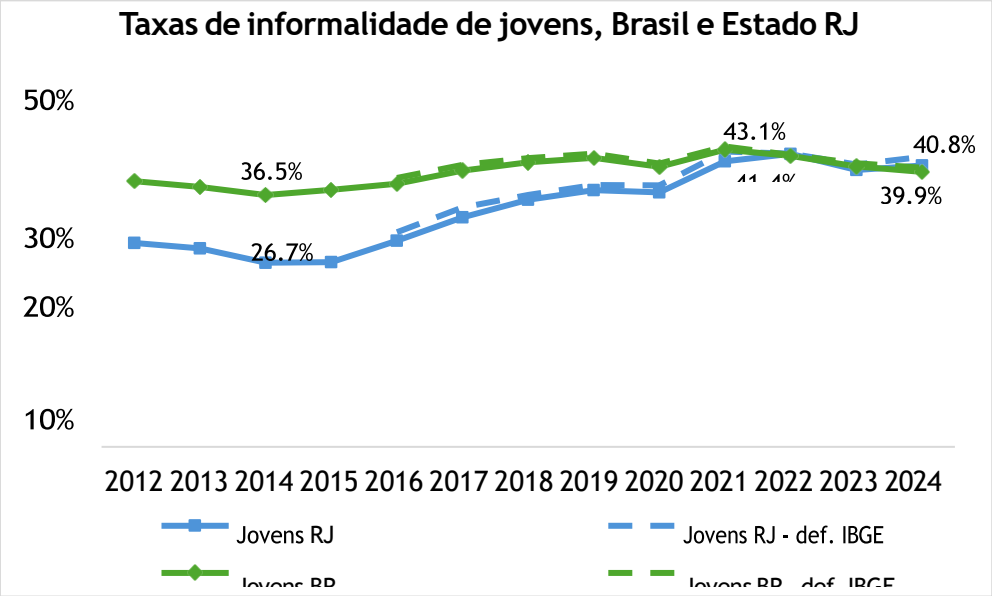
Neste estudo, adota-se a definição de juventude estabelecida pelo Estatuto da Juventude (Lei Federal nº 12.852/2013), segundo a qual são consideradas jovens as pessoas com idades entre 15 e 29 anos.

3. Resultados e Discussão

A taxa de desemprego entre os jovens ficou consistentemente acima da taxa dos adultos, tanto no Brasil quanto no Rio de Janeiro, como mostra o gráfico 1. Enquanto no nível nacional a diferença entre as taxas de jovens e adultos se manteve entre 8 e 12 pontos percentuais (p.p), no Rio de Janeiro essa distância chegou a ser ainda mais expressiva, 18 p.p no auge da pandemia em 2020.

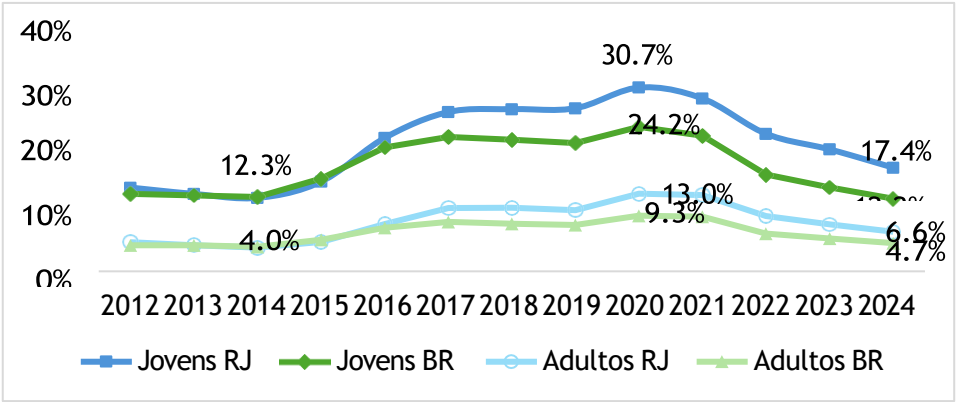
Comparando o Brasil e o Rio de Janeiro, observa-se que desde 2016 a taxa de desemprego dos adultos fluminenses ficou sempre acima da média nacional. No entanto o contraste é muito mais acentuado entre os jovens. A partir de 2016, as taxas de desemprego de jovens no RJ dispararam em relação ao Brasil, chegando a 30,7% em 2020, contra 24,2% no país. Mesmo com a recuperação após a pandemia, os níveis continuam mais elevados no estado. Em 2024, a diferença entre jovens e adultos foi de 7,5 p.p. no Brasil (12,2% contra 4,7%) e de 10,8 p.p. no RJ (17,4% contra 6,6%). Assim, além do hiato geracional, os dados indicam que o Rio de Janeiro apresenta uma penalização adicional para os jovens em relação à média

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.



nacional, sugerindo dificuldades mais intensas de transição para o emprego no estado.

Gráfico 1: Taxa de desemprego de jovens e adultos, Brasil e Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Elaboração própria.

O gráfico 2 reporta as taxas de informalidades de jovens segundo a definição de autônomos contribuintes com a previdência desde 2012, e segundo a definição do IBGE (linha pontilhada) desde 2016.

Gráfico 2:Taxas de informalidade de jovens, Brasil e Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Elaboração própria.

No Brasil, a informalidade entre jovens (15–29 anos) apresentou flutuações ao longo do período. Após uma leve redução entre 2012 e 2014, iniciou-se um aumento gradual,

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

atingindo o pico de 43,1% em 2021, seguido por quedas consecutivas até chegar em 39,9% em 2024. Esse valor é 3,4 p.p acima da mínima histórica de 36,5% em 2014.

No Rio de Janeiro, o quadro é muito mais grave: a informalidade entre os jovens cresceu persistentemente, passando de 26,7% em 2014 para 40,8% em 2024, um aumento de 14,1 p.p, evidenciando dificuldades estruturais de inserção de jovens no mercado de trabalho fluminense. Mesmo com pequenas diferenças nos níveis absolutos entre as definições adotadas ambas captam a mesma tendência temporal: aumento persistente da informalidade entre os jovens do Rio de Janeiro.

4. Considerações Finais

A análise mostrou que os jovens fluminenses enfrentam maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, expressas em taxas mais elevadas de desemprego e informalidade em relação ao restante do país. Como próximos passos, torna-se relevante aprofundar a investigação sobre a posição na ocupação dos jovens informais, acompanhando a evolução do número de empregados sem carteira e de trabalhadores por conta própria não contribuintes na previdência, de modo a qualificar melhor os mecanismos que sustentam a informalidade juvenil no Rio de Janeiro.

5. Referências

Corseuil, C. H.; Reis, M.; Brito, A. (2015). Critérios de classificação para ocupação informal: consequências para a caracterização do setor informal e para a análise de bem-estar no Brasil. Estudos Econômicos, v. 45, n. 1, p. 5-31.
Corseuil, C. H., Franca, M. P., & Poloponsky, K. (2020). A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão. *Novos estudos CEBRAP*, *39*(3), 501- 520.

Cruces, G.; Ham, A.; Viollaz, M. (2012) Scarring Effects of Youth Unemployment and Informality: Evidence from Argentina and Brazil. mimeo.

Ottoni, B.; Duque, D.; Ulyssea, G. (2020). Mercado de Trabalho, In: Mello, E. B.; Vieira, A. G.; Barboza, R. M. (orgs.), Maravilhosa Para Todos – Políticas Públicas para o Rio de Janeiro, p. 151-180.

Reis, M. C. (2015). Uma análise da transição dos jovens para o primeiro emprego no Brasil. Revista Brasileira de Economia, v. 69, n. 1,, pp. 125-43. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/0034-7140.20150006>.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

CARACTERIZAÇÃO DE UM CORREDOR TECNOLÓGICO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E SEUS POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO

Israel Sanches Marcellino[1]
Leonardo J. Melo[2]

Resumo

Este estudo caracteriza o Corredor Tecnológico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), analisando sua infraestrutura de conhecimento e estrutura produtiva para avaliar potenciais de desenvolvimento regional. Identificaram-se 127 instituições científico tecnológicas, concentradas em três eixos principais (Leste, Norte e Oeste). Com mais de 35 mil pesquisadores em áreas estratégicas (STEM, Ciências da Vida e Humanidades) e diversos ambientes de inovação, o Corredor demonstra alta densidade científica, porém com distribuição assimétrica. Conclui-se que a integração entre essas instituições e bases industriais, logísticas e de serviços da RMRJ é viável, mas requer políticas articuladas para superar fragmentações e aproveitar sinergias.

Palavras-Chave: Inovação, Território, Regiões Metropolitanas

Abstract

This study characterizes the Technology Corridor of the Rio de Janeiro Metropolitan Region (RMRJ), analyzing its knowledge infrastructure and productive structure to assess its potential for regional development. A total of 127 scientific and technological institutions were identified, concentrated in three main axes (East, North, and West). With over 35,000 researchers in strategic fields (STEM, Life Sciences, and Humanities) and various innovation environments, the Corridor demonstrates high scientific density, albeit with an asymmetric distribution. It is concluded that integration between these institutions and the RMRJ's industrial, logistical, and service bases is feasible but requires coordinated policies to overcome fragmentation and leverage synergies.

Keywords: Innovation, Territory, Metropolitan Areas

INTRODUÇÃO

O potencial da infraestrutura de ciência e tecnologia (C&T) para o desenvolvimento regional é um consenso nos debates sobre o Sistema de Inovação do Rio de Janeiro. Há mais de uma década (Marcellino et al, 2013), reconhece-se o papel estratégico das instituições científico tecnológicas (ICTs) para impulsionar a inovação na economia fluminense. O desafio

[1] Professor de Economia na UFRRJ, Doutor em Economia pela UFRJ e Coordenador do Grupo de Estudos em Economia e Desenvolvimento da Baixada Fluminense (GEEDB/UFRRJ), sanchesisrael@gmail.com.
[2] Pesquisador do Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ e da PUC-Rio, Doutor em Políticas Públicas pela UFRJ, com pós-doutorados na UTC-Sorbonne e na UFRJ. *Head* do Rio.IA - Hub Carioca de Inovação Deep Tech e Coordenador do Programa PISTA do PNUD/ONU. leojmelo@gmail.com.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

é mobilizar este ativo intangível e inalienável da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) para criar vantagens competitivas que revertam a crise estadual.

Essa premissa foi base de recentes iniciativas de planejamento, como a proposta de um Corredor Tecnológico para a RMRJ no PEDUI[3] (Estado do Rio de Janeiro, 2018). A mesma lógica orientou o PEDES[4] (ibid, 2023), que buscou conciliar uma visão territorializada com a identificação de complexos produtivos estratégicos, posicionando as bases de conhecimento do estado como ponta de lança para ganhos de competitividade.

A literatura especializada em geografia da inovação adverte que a proximidade geográfica, por si só, não garante a apropriação virtuosa do conhecimento por agentes inovadores (Knoben e Oerlemans, 2006). São essenciais outras formas de proximidade – cognitiva, relacional, organizacional e institucional (Balland et al, 2016) –, capazes de fomentar ecótonos de inovação no território (Oliveira, 2014). Relacionando à RMRJ, depreende-se que a existência de um Corredor Tecnológico não assegura desenvolvimento baseado em inovação, e deve-se compreender melhor os potenciais a serem explorados.

Alinhado a essa perspectiva de sistemas de inovação e às experiências recentes de planejamento, este trabalho enfoca o Corredor Tecnológico da RMRJ. Objetiva-se dimensionar essa infraestrutura e avaliar sua aderência à estrutura produtiva metropolitana. Pretende-se revelar, de forma concreta, os potenciais de articulação entre ICTs e as atividades econômicas no sistema de inovação fluminense.

MATERIAL E MÉTODOS

Para mapear a infraestrutura de conhecimento – essência do Corredor Tecnológico –, focou-se nas funções de ensino, pesquisa e extensão das ICTs. Foram utilizados dados secundários sobre ensino e pesquisa, complementados por dados qualitativos sobre extensão voltada a ambientes promotores de inovação.

As fontes de dados utilizadas foram: (i) Censo da Educação Superior (CENSUP/INEP): para matrículas de graduação; (ii) Portal GeoCapes: para matrículas de pós-graduação; (iii) Diretório de Grupos de Pesquisa (CNPq): para atividades de pesquisa; (iv) Base OpenSense

[3] Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro

[4] Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

(ANPROTEC), para identificar incubadoras, parques tecnológicos, centros de P&D, agências de inovação e afins.

A análise sobre estrutura produtiva baseou-se nos resultados do PEDES, que utilizou dados da RAIS/MTE e aplicou o Índice de Relevância Territorial (IRT), combinando quatro critérios para selecionar os complexos produtivos: (i) Peso local no emprego e nas remunerações; (ii) Densidade relativa (Quociente Locacional) acima da média nacional; (iii) Mínimo de 3 estabelecimentos; (iv) Persistência dessas características por dez anos ou mais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento identificou 127 ICTs no Corredor Tecnológico da RMRJ, demonstrando a densidade e diversidade da infraestrutura de conhecimento local. Os dados da tabela abaixo permitem ter uma dimensão mais clara dos achados da pesquisa. O Estado do Rio de Janeiro possui peso nacional significativo, e as ICTs fluminenses têm suas atividades maciçamente concentradas na RMRJ.

Tabela 1. Dados Gerais sobre a Infraestrutura de Conhecimento do Corredor Tecnológico - 2023

Métricas da Infraestrutura de Conhecimento	Recorte Territorial			Participação (%)	
	RMRJ (A)	Rio de Janeiro (B)	Brasil (C)	A / B	A / C
Matrículas de Graduação Presenciais	351.667	444.729	5.063.936	79,1%	6,9%
Matrículas de Graduação Presenciais + EaD	707.124	922.810	9.977.217	76,6%	7,1%
Matrículas de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado)	38.394	40.859	319.973	94,0%	12,0%
Número de Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq	4.020	4.563	42.852	88,1%	9,4%

Fonte: Censo da Educação Superior MEC; Portal GeoCAPES; Censo de Grupos de Pesquisa DGP/CNPq.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Figura 1. Disposição Espacial do Corredor Tecnológico da RMRJ - 2023

Fonte: Elaboração Própria a partir de mapa obtido pela internet.

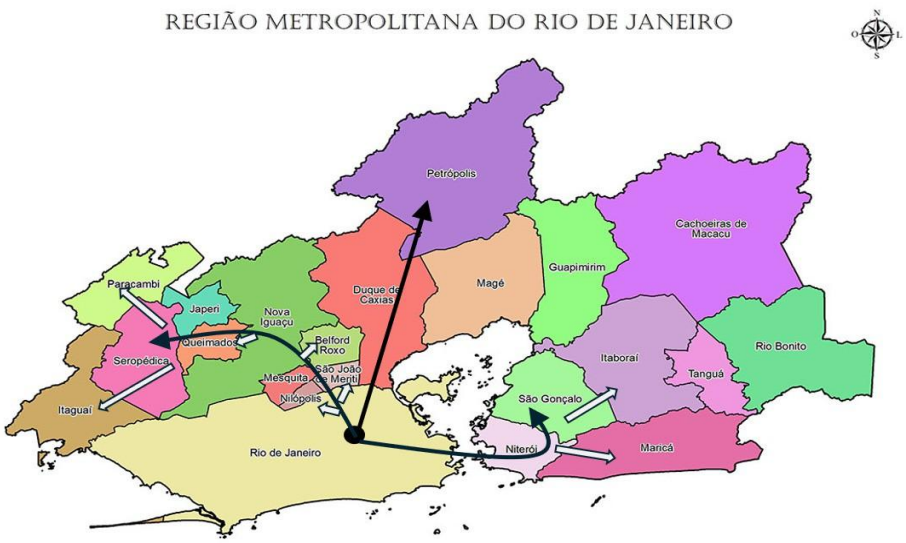
Outro resultado importante se refere à dispersão espacial do Corredor Tecnológico. A partir do núcleo central (Rio de Janeiro), o Corredor organiza-se em três vetores principais, indicados no mapa por setas: Leste (Niterói e São Gonçalo e adjacências); Norte (Duque de Caxias até Petrópolis); Oeste: (Nova Iguaçu, Seropédica e adjacências). A figura 1, acima, mostra esses vetores e suas áreas de influência.

O Corredor Tecnológico da RMRJ demonstra sólida capacidade científica, com mais de 5 mil pesquisadores em STEM (Ciências Naturais, Engenharias e Matemática), 10 mil em Ciências da Vida (Saúde, Biologia, Biotecnologia) e 20 mil em Humanidades, Artes e Sociedade, representando 15%, 30% e mais de 50% do total, respectivamente. Complementando esse ecossistema, foram mapeados 14 NITs, 3 parques tecnológicos, 6 incubadoras, 2 centros de inovação, 7 espaços maker, 7 distritos industriais e 2 programas de aceleração. Esses ambientes potencializam a interação entre ICTs e setor produtivo.

A integração entre ICTs e os SPILs da RMRJ organiza-se em dois eixos territoriais (Oeste e Leste Metropolitano), abrangendo 15 dos 22 municípios. O Corredor atua como espinha dorsal de articulação, conectando polos de conhecimento (Rio, Niterói, Petrópolis, Seropédica) a bases industriais e logísticas (Caxias, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Itaboraí, Maricá), com o objetivo de fomentar fluxos de inovação, investimento e trabalho por meio da complementaridade municipal.

Os SPILs foram analisados individualmente conforme suas potencialidades econômicas, ativos de inovação e alinhamento aos complexos do PEDES, conforme resumido no quadro abaixo.

Tabela 2 – Caracterização dos Sistemas Locais de Produção e Inovação nos



FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
vento financiado
om recursos da FAPUR
do edital PAPIC/UENF
– FRIPERJ.

municípios do Corredor Tecnológico da RMRJ

Município	Potencialidades / SPILs	Ativos de Inovação	Complexo Econômico (PEDES)
Rio de Janeiro	Energia, Petróleo e Gás, Audiovisual, Saúde, Turismo e Telecom	UFRJ, UERJ, UniRio, CEFET-RJ, IFRJ, PUC-Rio, Fiocruz, CENPES, CEPEL, Parque Tecnológico da UFRJ, Incubadora COPPE, Incubadora Gênesis PUC-Rio.	Petróleo e Gás, Economia da Saúde, Economia Criativa e Turismo, Infraestrutura e Logística
Niterói	Saúde, Economia do Mar, Serviços Marítimos, TIC, Cultura e Entretenimento	UFF, IVB, Parque Tecnológico UFF, ICTs ligadas à Marinha	Economia do Mar, Economia Criativa e Turismo, Economia da Saúde
Duque de Caxias	Refino e Petroquímica, Química, Logística e Construção	UFRJ, INMETRO, IVB, UERJ, Unigranrio	Petróleo e Gás, Infraestrutura e Logística
Nova Iguaçu	Saúde, Química, Logística e Indústria Alimentícia	UERJ, UFRRJ, UNIG, CEFET-RJ, CEPEL (Eletrobrás) e IFRJ (Nilópolis)	Economia da Saúde, Economia Verde, Infraestrutura e Logística
São Gonçalo	Indústria Diversificada, Construção, Têxtil	UERJ (Trindade), FAETEC, IFF, UNIVERSO, Arranjos Produtivos Populares	Infraestrutura e Logística, Economia do Mar
Petrópolis	Tecnologia da Informação, Moda, Hotelaria e Agricultura Orgânica/ Agroecologia	Serratec, LNCC, UCP, UFF, FAETERJ, UERJ, EMATER	Economia Criativa e Turismo, Economia Verde
Seropédica	Agroinovação, Mineração, Gestão de Resíduos	UFRRJ, EMBRAPA, Ecoparque Tecnológico da UFRRJ (em planejamento)	Economia Verde, Logística e Infraestrutura
Maricá	Turismo, Pesca, Agroecologia, Tecnologias Sociais	ICTIM, CODEMAR, IFF, EMATER, FIPERJ, Universidades Privadas	Economia do Mar, Economia Criativa e Turismo, Economia Verde
Itaboraí	Complexo de Energias Boaventura (Energia e Petroquímica), Logística	Petrobras (CENPES) e IFF	Petróleo e Gás, Infraestrutura e Logística, Economia Verde, Energia

Fonte: Elaboração própria com base em dados do PEDES 2024–2031, Nota Técnica SUBPLE/SEPLAG-RJ nº 004/2022 e indicadores territoriais (IRT, QL, ICE).

CONCLUSÃO

Em conclusão, os dados permitiram constatar que os municípios do Corredor Tecnológico metropolitano do Rio de Janeiro apresentam perfil complementar e altamente sinérgico. Quando vistos como um conjunto, reúnem praticamente todos os elementos de um sistema regional de inovação robusto: conhecimento de ponta, indústrias diversificadas, infraestrutura logística, capacitações construídas e um mercado denso. Os desafios residem em integrar esses elementos, elevar a complexidade média das atividades econômicas e difundir os ganhos da inovação para além do núcleo central, tornando o desenvolvimento mais coeso e sustentável regionalmente.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

REFERÊNCIAS

BALLAND, P.; BOSCHMA, R.; FRENKEN, K. Proximity and Innovation: From Statics to Dynamics.
Regional Studies, v. 49, n. 6, p. 907-920, 2015.

MARCELLINO, I; AVANCI, V.; BRITTO, J. Sistema Regional de Inovação Fluminense: características, desafios e oportunidades. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 1, v. 1, n. 2,
p. 121-152, 2013.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – PEDUI**. Instituto Rio Metrópole, 2018.
ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro (PEDES) 2024-2031*. Governo do ERJ, 2023.

KNOBEN, Joris; OERLEMANS, Leon A. G. Proximity and Inter-organizational Collaboration: A Literature Review. **International Journal of Management Reviews**, v. 8, n. 2, p. 71-89, 2006.
SCHWARTZ, Gilson. *Ecótonos e espaços criativos.* São Paulo: Iconomia/USP, 2014.

TORRE, André; RALLET, Alain. Proximity and Localization. **Regional Studies**, v. 39, n. 1, p. 47-59, 2005.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

TURISMO RURAL DE BASE LOCAL NO QUADRO DAS MUDANÇAS ESPACIAIS NAS REGIÕES NORTE E NOROESTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Felipe da Silva Machado[1]
Ana Maria de Souza Mello Bicalho[2]

RESUMO
O estudo analisa o turismo rural de base local articulado ao desenvolvimento regional do Norte e do Noroeste do Estado do Rio de Janeiro. Mais evidências são necessárias para compreender como as comunidades locais influenciam na construção de ações relacionadas ao turismo e para revelar, principalmente, aos formuladores de políticas públicas, como as atividades turísticas no espaço rural podem ser estratégicas para o desenvolvimento local. O turismo nos municípios de Cardoso Moreira e Italva exemplifica as características e as especificidades endógenas e indica elementos culturais do universo social local presentes em roteiros turísticos, que proporcionam, aos visitantes, imersão na vida cotidiana rural. Para melhor compreender as ações promovidas pelo movimento de turismo rural endógeno, os pesquisadores realizaram entrevistas com as principais lideranças do movimento e participaram de roteiros turísticos promovidos pelo grupo social investigado.
Palavras-chave: Turismo rural; Turismo endógeno; Desenvolvimento regional; Estado do Rio de Janeiro.

ABSTRACT
The study analyses local rural tourism linked to regional development in the North and Northwest regions of Rio de Janeiro State. More evidence is needed to understand how communities influence the development of tourism initiatives and, most importantly, to reveal to public policymakers how tourism activities in rural areas can be strategic for local development. Tourism in the municipalities of Cardoso Moreira and Italva exemplifies the endogenous characteristics and specificities and highlights cultural elements of the local social universe present in tourist itineraries, which provide visitors with an immersion into daily rural life. To better understand the actions promoted by the endogenous rural tourism movement, the researchers conducted interviews with key leaders of the movement and participated in tourist itineraries promoted by the social group investigated.
Keywords: Rural tourism; Endogenous tourism; Regional development; Rio de Janeiro State.

INTRODUÇÃO

Estudos contemporâneos têm explorado o rural como um espaço de consumo, notadamente por meio do turismo, que cada vez mais se apresenta como uma alternativa de transformar o rural em ganho econômico. A mercantilização do modo de vida rural, da rura-

[1] Felipe da Silva Machado, Docente do Instituto Federal Fluminense Campus Itaperuna, Rio de Janeiro, felipe.machado@iff.edu.br
[2] Ana Maria de Souza Mello Bicalho, Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, anabicalho@igeo.ufrj.br

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

lidade ou da identidade regional para o turismo tem se tornado uma estratégia para a diversificação agrícola. Observa-se a emergência de estudos acerca das atividades turísticas d características rurais, entretanto ainda faltam análises mais específicas para entender as contribuições do turismo rural de caráter endógeno. Mais evidências são necessárias para compreender como as comunidades locais influenciam na construção de ações relacionadas ao turismo rural e para revelar, principalmente, aos formuladores de políticas públicas, como as atividades turísticas no espaço rural podem ser estratégicas para o desenvolvimento local e regional.

As regiões Norte e Noroeste Fluminense, de influência de Campos de Goytacazes, tem sido afetada pela urbanização. A reestruturação espacial está centralizada em Campos de Goytacazes, ligada a processos globais de instalação de um complexo industrial e extrativo da economia do petróleo. O processo urbano-industrial de Campos de Goytacazes e a urbanização no município de Itaperuna têm efeitos em sua área de influência, seja pelo crescimento urbano de municípios vizinhos, seja por novas demandas de abastecimento e serviços do espaço rural. Atores rurais estão se adaptando às mudanças espaciais em curso, se organizando em grupos e adotando atividades mais lucrativas, investindo em novos métodos produtivos e canais curtos de comercialização. Estas são formas de resistir à conversão para uso urbano e que valorizam o rural elaborando estratégias flexíveis em contexto espacial crescente de interface rural-urbana presente em diferentes porções do Estado do Rio de Janeiro (Machado, 2022).

METÓDOS

Na busca pela melhor compreensão do turismo rural de caráter endógeno, o presente artigo analisa a questão considerando o desenvolvimento regional do Norte e do Noroeste do Estado do Rio de Janeiro. A mercantilização do modo de vida rural pelo turismo tornou-se estratégica para diversificação da agricultura, resultando na multifuncionalidade rural. O turismo nos municípios de Cardoso Moreira e Italva exemplifica as características e as especificidades endógenas e indica elementos culturais do universo social local presentes em roteiros turísticos, que proporcionam, aos visitantes, imersão na vida cotidiana rural.

O estudo apresenta a relação de que os serviços de turismo no Norte e no Noroeste do Rio de Janeiro estão se expandindo em resposta à reestruturação regional relacionada à produção de petróleo na Bacia de Campos, às novas infraestruturas construídas e ao aumento da urbanização, fatores que têm potencializado as atividades turísticas, envolvendo famílias que vivem em áreas urbanas. Para melhor compreender as ações promovidas pelo movimento de turismo rural endógeno, os pesquisadores realizaram entrevistas com as principais lideranças

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

do movimento e participaram de roteiros turísticos promovidos pelas associações rurais. Dados empíricos foram coletados durante os roteiros e através de visitas às Secretarias Municipais de Agricultura, de Cultura e Turismo e de Comunicação, que dialogam diretamente com o grupo social organizado para consolidar e reconhecer, local e regionalmente, o programa de turismo rural no Norte e no Noroeste do Estado do Rio de Janeiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O rural como paisagem, natureza e "*playground*" tranquilo continua incorporado nas representações turísticas e de lazer. Os significados da ruralidade podem ser entendidos como construídos e constituídos em termos de turismo. Estudos rurais têm investigado como a ruralidade é transformada por meio de processos de mercantilização e consumo em termos de turismo, mas também das maneiras pelas quais as ideias de ruralidade direcionam algumas trajetórias de desenvolvimento do turismo. O turismo foi teorizado como um poderoso componente da reestruturação do mundo econômico, social e cultural contemporâneo, e a economia, a sociedade e a cultura rural não são exceção (Crouch, 2006).

A dimensão endógena do estudo se refere ao desenvolvimento ao longo de uma trajetória de baixo para cima: quando a busca por recursos e mecanismos de desenvolvimento se concentra no nível territorial local. Em termos de desenvolvimento rural, a abordagem endógena tem duas outras características. Primeiro, a atividade econômica e de desenvolvimento é reorientada para maximizar a retenção de benefícios dentro do território local, valorizando e explorando recursos locais - físicos e humanos. A segunda característica é o desenvolvimento contextualizado ao focar nas necessidades, capacidades e perspectivas das pessoas locais; o modelo de desenvolvimento enfatiza o princípio e o processo de "participação local" na implementação da ação e por meio da adoção de valores culturais, ambientais e "comunitários" dentro de uma intervenção de desenvolvimento (Ray, 2006). As estratégias de desenvolvimento endógeno podem incluir ações para promoção de produtos alimentares regionais de qualidade diferenciada, ecoturismo ou formas de turismo cultural focadas na alimentação, a mercantilização do patrimônio local ou a exploração sustentável de recursos ambientais (Fonte, 2008; Sims, 2010; Woods, 2011).

O turismo rural local tem se desenvolvido como iniciativa dos integrantes da Associação de Turismo Rural de Cardoso Moreira e Municípios Limítrofes (ASTUR), para apoiar e divulgar o potencial turístico da região. A ASTUR, fundada em outubro de 2020, é uma associação civil que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento do turismo rural no Norte e no Noroeste Fluminense. Segundo o seu estatuto, a associação tem os seguintes

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

objetivos: apoiar, valorizar e divulgar os atrativos genuínos do turismo rural na região, pautados na defesa do patrimônio natural, histórico e cultural; construir ações colaborativas e solidárias que mobilizem produtores rurais, artesãos, produtores culturais e comunidade local na proposta de adaptação do espaço rural em um autêntico espaço turístico; solidificar as relações associativas em prol do desenvolvimento turístico regional.

Nota-se que, por meio do turismo rural, a organização social é fortalecida e a reciprocidade é estabelecida entre os associados. O grupo social troca informações, sugestões e se organiza nas decisões da associação, sem interferência externa de agentes de turismo e organizações políticas. Um senso de comunidade tem sido construído, mesmo que os membros da associação e seus estabelecimentos rurais estejam em áreas diferentes dos municípios. A comunidade é construída por meio de trocas e interesses comuns em estimular o espaço rural regional.

Os roteiros organizados pela ASTUR refletem a diversidade do espaço rural, com visitas a diferentes estabelecimentos rurais participantes com usos e práticas agrícolas e não agrícolas variados. A regiões investigadas têm vínculos históricos com a produção agrícola, inclusive com a monocultura canavieira e pecuária, entretanto, o espaço rural regional tem apresentado tendências de diversificação, com estabelecimentos rurais com uso agrícola de diferentes culturas agrícolas para comercialização local e outros estabelecimentos com função não agrícola, que oferecem serviços de características rurais, como alimentação e hospedagem rural. A organização social busca valorizar a tradição e o conhecimento local, introduzindo os visitantes ao modo de vida rural e às práticas cotidianas do campo através de atividades recreativas e locais para apreciação da paisagem rural e natural.

O turismo rural também tem estimulado a produção de produtos locais de qualidade que reforçam as tradições gastronômicas locais. Os roteiros turísticos estimulam tanto as vendas quanto a necessidade de melhorias nas embalagens dos produtos, estratégias de marketing e espaços de recepção aos visitantes no estabelecimento rural. Os produtos locais têm sido comercializados em diferentes propriedades rurais pertencentes ao roteiro de turismo rural, o que indica o incentivo à troca entre os associados e estratégias comuns de marketing e de comercialização de seus produtos. Uma das estratégias de valorização da agricultura familiar que está presente nos objetivos da ASTUR é a venda direta de produtos locais aos turistas, fortalecendo a economia local e promovendo o reconhecimento da qualidade diferenciada dos produtos locais produzidos pelos associados. Dentre outras potencialidades, aponta-se as novas oportunidades profissionais aos membros do grupo e maior abertura e aumento das suas relações externas com conexões com outros setores, o que possibilita mais visibilidade das suas

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ações no quadro do turismo local e regional.

CONCLUSÕES

O estudo ressalta a importância da compreensão do processo de reestruturação rural à luz do conceito de multifuncionalidade, que possibilita o entendimento do espaço relacional, em integração rural-urbana e em transição e adaptação às mudanças espaciais. A interface rural-urbana também tem relação com o surgimento de novas atividades rurais. Entende-se que a proximidade das áreas rurais com os núcleos urbanos permite os atores rurais se beneficiarem com as novas tecnologias e as novas infraestruturas físicas e de serviços na localidade do estabelecimento rural. Através das novas estruturas, o produtor rural tem a oportunidade de ampliar a sua inserção no mercado e dinamizar a rede de relações. O turismo rural é uma estratégia importante para o desenvolvimento rural, pois promove a diversificação da economia em áreas agrícolas, gera renda para as comunidades rurais e valoriza os recursos naturais e culturais locais e regionais. O turismo nos municípios de Cardoso Moreira e Italva exemplifica as características e as especificidades endógenas e indica elementos culturais do universo social local presentes em roteiros turísticos, que proporcionam, aos visitantes, imersão na vida cotidiana rural. Nas regiões Norte e Noroeste Fluminense, o turismo rural está se expandindo em resposta à reestruturação regional. Processos espaciais em curso que podem ser potenciais para o turismo rural de base local.

REFERÊNCIAS

Crouch, D. Tourism, consumption and rurality. In: Cloke, P., Marsden, T., Mooney, P. (Eds.) *Handbook of Rural Studies*. Londres: Sage Publications, p. 355-364, 2006.

Fonte, M. Knowledge, Food and Place. A way of producing, a way of knowing. *Sociologia Ruralis*, 48 (3), 200-222, 2008.

Machado, F. Enhancing conceptual and practical understandings of small-scale farming resilience in the metropolitan countryside of Rio de Janeiro, Brazil. *Hrvatski geografski glasnik* 84 (2), 5-19, 2022.

Ray, C. Neo-endogenous rural development in the EU. In: Cloke, P., Marsden, T., Mooney, P. (Eds.) *Handbook of Rural Studies*. Londres: Sage Publications, p. 278-291, 2006.

Sims, R. Putting place on the menu: The negotiation of locality in UK food tourism, from production to consumption. *Journal of Rural Studies* 26 (2), 105-115, 2010.

Woods, M. *Rural*. Abingdon: Routledge, 2011.

Agradecimentos

O artigo é baseado em projetos de pesquisa apoiados pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os autores também agradecem a Sonia Joia, liderança local do movimento de turismo rural investigado, pela recepção e atenção e a todos os membros da ASTUR que os receberam em seus estabelecimentos rurais.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PARA A REGIÃO FUNCIONAL DE TRÊS RIOS (RJ) A PARTIR DA PEQUENA PRODUÇÃO RURAL

Teófilo de Paula[1]
Paulo José Saraiva[2]
Diógenes Ferreira Filho[3]
Marcos Gabriel Candido[4]
Roberto Salvador Santolin[5]

RESUMO
A microrregião funcional de Três Rios (RJ) apresenta indicadores socioeconômicos inferiores à média estadual, refletindo limitações estruturais e institucionais. O diagnóstico realizado com foco no setor agropecuário evidencia que a pequena produção rural possui potencial para se consolidar como vetor estratégico de desenvolvimento regional, desde que apoiadas por políticas públicas adequadas. Com base nessa constatação, apresenta-se neste trabalho uma política de desenvolvimento para a região, estruturada em três linhas de ação complementares com foco na produção, na formação de mão-de-obra e no arranjo institucional subjacente.
Palavras-chave: região, agricultura, desenvolvimento.

ABSTRACT
The functional microregion of Três Rios (RJ) presents socioeconomic indicators below the state average, reflecting structural and institutional limitations. The diagnosis focused on the agricultural sector, however, shows that small-scale rural production has the potential to consolidate as a strategic driver of regional development, provided they are supported by appropriate public policies. Based on this finding, this paper presents a development policy for the region, structured around three complementary lines of action focusing on production, workforce training, and the underlying institutional framework.
Key words: region, agriculture, development.

RESUMEN
La microrregión funcional de Três Rios (RJ) presenta indicadores socioeconómicos inferiores al promedio estatal, lo que refleja limitaciones estructurales e institucionales. El diagnóstico realizado con enfoque en el sector agropecuario evidencia que la pequeña producción rural posee el potencial de consolidarse como un vector estratégico de desarrollo regional, siempre que estén respaldadas por políticas públicas adecuadas. Con base en esta constatación, se presenta en este trabajo una política de desarrollo para la región, estructurada en tres líneas de acción complementarias con énfasis en la producción, en la formación de mano de obra y en el arreglo institucional subyacente.
Palabras clave: region, agricultura, desarrollo.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consubstancia parte dos resultados obtidos pelo projeto de extensão

[1] Teófilo Henrique Pereira de Paula, prof. do Instituto Três Rios – ITR/UFRRJ, thpaula@ufrrj.br.
[2] Paulo José Saraiva, prof. do Instituto Três Rios – ITR/UFRRJ, pjsaraiva@terra.com.br.
[3] Diógenes Ferreira Filho, prof. do Instituto Três Rios – ITR/UFRRJ, dffilho@gmail.com. 4Marcos Gabriel Candido, bolsista de graduação do Instituto Três Rios – ITR/UFRRJ, marcos.gc192@gmail.com.
5 Roberto Salvador Santolin, prof. do Instituto Três Rios – ITR/UFRRJ, robertosantolin@gmail.com.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

"Diagnóstico do setor agropecuário de Três Rios (RJ) e região" (PROEXT/UFRRJ), desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa Moeda e Desenvolvimento do Instituto Três Rios – ITR/UFRRJ.

A microrregião funcional de Três Rios (RJ), composta pelos municípios de Três Rios, Paraíba do Sul e Comendador Levy Gasparian, apresenta indicadores socioeconômicos abaixo da média estadual, expressando limitações estruturais e institucionais. Apesar desse quadro, a região possui ativos territoriais relevantes, como localização estratégica, além de recursos naturais favoráveis e a presença de instituições de ensino, pesquisa e extensão, como a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e a Emater-Rio. Esses fatores constituem uma base concreta sobre a qual se podem articular políticas públicas consistentes para alavancar o desenvolvimento regional.

Neste sentido, o presente trabalho objetiva apresentar uma proposta de política de desenvolvimento regional centrada em três linhas de ação complementares, que se articulam de forma integrada para formar um ciclo virtuoso de crescimento: i) a implantação de uma Agroindústria de Processamento Mínimo (APM); ii) a oferta de cursos técnicos em agropecuária; e iii) a definição de um arranjo institucional que permita a APM atuar no fornecimento da merenda escolar para os municípios em questão, servindo, ao mesmo tempo, como indústria escola em complemento ao item (ii).

Materiais e Metódos

A metodologia baseou-se em três etapas complementares, a saber: i) Diagnóstico setorial: levantamento de informações secundárias (IBGE, Emater-Rio e PNAE) e observações de campo em propriedades da agricultura familiar; ii) Análise estratégica: elaboração de uma matriz SWOT para sistematizar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças; e iii) Formulação do modelo propositivo: a partir do diagnóstico, foram delineadas três linhas de ação integradas (cursos técnicos, APM e arranjo institucional). O modelo foi esquematizado em fluxograma (Figura 1), enfatizando a interdependência entre capacitação, agroindustrialização e mercado institucional.

Resultados e Discussão

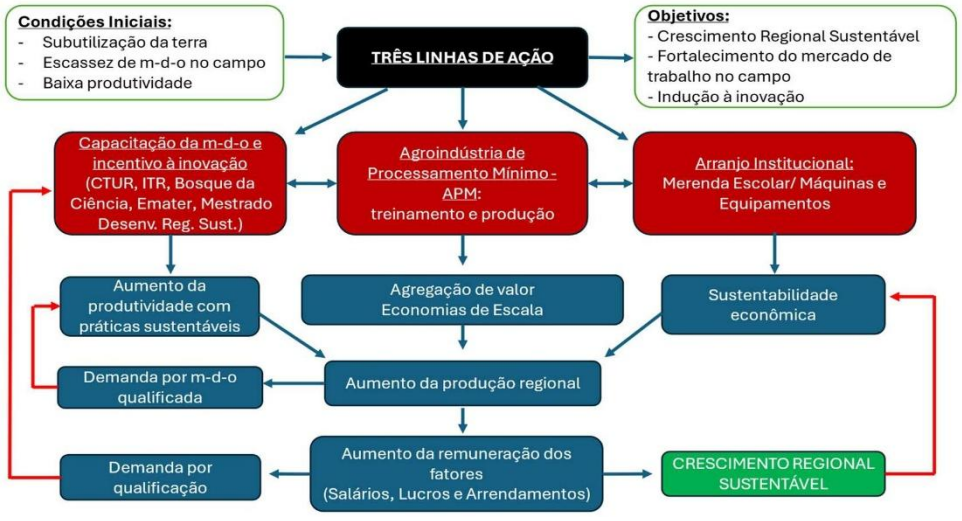
O diagnóstico setorial realizado, com foco na agropecuária, evidencia a predominância da agricultura familiar e da pequena produção rural, responsáveis por mais de 80% dos estabelecimentos, embora ocupem uma fração minoritária da área total. Esse perfil produtivo caracteriza-se por diversidade, com destaque para a pecuária leiteira, a horticultura, a

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

avicultura e práticas de agroindustrialização artesanal. Entretanto, o setor enfrenta desafios expressivos, entre os quais a baixa organização coletiva, a deficiência na assistência técnica, a escassez de mão de obra qualificada e a reduzida agregação de valor aos produtos. A conjugação desses fatores resulta na subutilização do potencial produtivo e na fragilidade da inserção da agricultura local em mercados institucionais e privados.

A análise das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (Matriz SWOT) confirma que a região dispõe de condições favoráveis para que a agricultura familiar se torne um vetor estratégico de desenvolvimento. Entre os pontos fortes estão a diversidade produtiva, a localização geográfica e a presença de instituições de apoio. Entre as fraquezas, destacam-se a carência de organização associativa e a baixa capacidade de agregar valor. As oportunidades incluem a expansão de políticas públicas de compras institucionais (como o PNAE e o PAA) e a crescente demanda por alimentos saudáveis e de origem local. Por outro lado, ameaças como a instabilidade política, as restrições orçamentárias e as mudanças climáticas impõem riscos à sustentabilidade das iniciativas. Tais características, à luz da teoria econômica regional, permitem a estruturação do modelo de desenvolvimento, dado pela Figura 1.

Figura 1: Desenvolvimento regional a partir da pequena produção agrícola



Fonte: Elaboração própria.

Como mostra a Figura 1, o modelo articula três linhas de ação: Formação técnica, Agroindústria de Processamento Mínimo (APM) e Compras institucionais (merenda escolar/prefeituras). Esse fluxo cria um ciclo virtuoso em que a capacitação melhora a produtividade, a APM agrega valor e centraliza a distribuição, e as compras institucionais

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

asseguram mercado estável, retroalimentando o sistema. Segue-se uma descrição pormenorizada das linhas de ação:

i) Implantação de cursos técnicos

Apesar da baixa participação do setor agropecuário na economia de Três Rios, sua relevância no cenário regional é inegável, com um papel estratégico para o desenvolvimento do Centro-Sul Fluminense. A oferta de cursos técnicos nessa área, no entanto, é um desafio. Na microrregião de Três Rios não há qualquer oferta. Municípios como Vassouras e Barra Mansa, por sua vez, oferecem poucas vagas e pouca diversificação de formação, além de estarem distantes da microrregião, o que dificulta o acesso para os interessados.

Nessa perspectiva, a oferta de cursos técnicos como Agronegócio, Agroindústria e Meio Ambiente é vista como uma estratégia essencial para modernizar o setor, aumentar a produtividade e garantir a segurança alimentar da população. Esses cursos podem fortalecer e diversificar a base econômica da região, melhorando sua competitividade e sustentabilidade. Ao se criar essa nova oferta, não apenas as necessidades do mercado local são atendidas, mas também novas oportunidades de emprego, agregação de valor à produção e desenvolvimento são geradas para a população.

IV) Viabilidade econômica da APM

A partir do enquadramento metodológico adotado, a análise da viabilidade econômica da APM foi tratada por cenários de capacidade crescentes e ancorados diretamente na demanda institucional mínima do PNAE. Adotou-se 220 dias letivos/ano, preço médio de R$ 12/kg, custo variável total de R$ 3,30/kg e despesas fixas anuais de R$ 254.760; o investimento inicial (gastos de capital e capital de giro) foi estimado em R$ 656.000. A produção diária foi parametrizada como frações/ múltiplos da demanda-âncora: cenário A (50% do PNAE) = 147,73 kg/dia (32.500 kg/ano); cenário B (100%) = 295,45 kg/dia (65.000 kg/ano); e cenário C (150%) = 443,18 kg/dia (97.500 kg/ano), compatíveis com plantas de processamento mínimo (Gardini *et al*., 2020) e com o papel de atendimento ao mercado institucional da microrregião.

Os resultados operacionais são: no cenário A, receita anual de R$ 390.000, custo variável de R$ 107.250 e lucro operacional de R$ 27.990/ano; no cenário B, receita de R$ 780.000, CV de R$ 214.500 e lucro operacional de R$ 310.740/ano; no cenário C, receita de R$ 1.170.000, CV de R$ 321.750 e lucro operacional de R$ 593.490/ano. Com TMA de 10% a.a. e horizonte de cinco anos, os indicadores sintéticos são: cenário A com VPL = R$ −549.895,88, TIR ≈ −36,25% (não interpretável economicamente) e sem *payback* no período;

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

cenário B com VPL = R$ 521.949,08, TIR ≈ 37,85% e *payback* fracionado ≈ 2,11 anos; cenário C com VPL = R$ 1.593.794,04, TIR ≈ 86,46% e *payback* ≈ 1,11 anos. Esses cálculos consideram volumes constantes e preço estável, conferindo caráter conservador às estimativas.

À luz da demanda-âncora do PNAE (≈ R$ 780.000/ano), o alvo diário que "fecha" a exigência é 295,45 kg/dia a R$ 12/kg em 220 dias (cenário B). Em termos de cobertura, o cenário A atende a aproximadamente 50% do PNAE, o B 100% e o C 150%. Assim, a viabilidade mostra-se robusta do cenário B em diante, com significativo ganho de atratividade ao migrar para o C; pequenos ajustes (contratualização de demanda, otimização logística e manutenção do preço/redução marginal de CV) reforçam ainda mais os resultados. Considerando a capacidade técnica e o arranjo físico existentes, admite-se um teto operacional otimista de ~1.200 kg/dia em um turno, o que oferece margem de segurança para sazonalidades do calendário escolar e abre espaço a canais complementares, em coerência com a estratégia territorial e os parâmetros de produtividade para MP (Gardini et al., 2020).

ii) Arcabouço institucional

Um dos elementos centrais para a consolidação da estratégia de desenvolvimento regional é o fortalecimento do arcabouço institucional, especialmente no que diz respeito à articulação entre as prefeituras locais. De acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no mínimo 30% dos recursos destinados à merenda escolar devem ser aplicados na aquisição de gêneros da agricultura familiar**.** Esse percentual já representa um mercado garantido e de caráter estável, mas que frequentemente é subaproveitado em muitos municípios por dificuldades logísticas, ausência de organização dos produtores ou fragilidades administrativas.

Ao promover uma articulação mais eficiente entre as prefeituras da microrregião, torna-se possível não apenas cumprir integralmente essa exigência legal, mas também ampliar a participação da produção local na alimentação escolar, seja por meio da integração dos cardápios, seja por acordos de cooperação intermunicipal. Essa coordenação institucional permite otimizar a escala de fornecimento, reduzir custos de transação e aumentar a previsibilidade de demanda para os agricultores familiares vinculados à APM, criando condições mais favoráveis para sua consolidação econômica.

Outro ponto essencial é a definição da natureza jurídica da APM de modo a garantir sua compatibilidade com os mecanismos do PNAE. Caso seja organizada sob a forma de cooperativa ou associação de produtores familiares, a agroindústria poderá habilitar-se como fornecedora direta no âmbito do programa, eliminando intermediários e assegurando maior

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

retorno financeiro para os agricultores locais. Dessa forma, o arcabouço institucional não apenas viabiliza o funcionamento da agroindústria em consonância com as políticas nacionais de alimentação e agricultura familiar, mas também potencializa o impacto das compras públicas como motor de desenvolvimento regional.

CONCLUSÃO

A proposta busca não apenas superar os entraves estruturais da microrregião de Três Rios, mas também consolidar um arranjo produtivo local que valorize a agricultura familiar e amplie a inserção regional em cadeias de valor sustentáveis. Ao conjugar produção, formação e institucionalidade, a estratégia aqui delineada demonstra-se viável e alinhada tanto com os referenciais teóricos de desenvolvimento regional quanto com as especificidades empíricas do território estudado.

REFERÊNCIAS

COSTA, M. S.; NIJKAMP, P. Economia regional: uma abordagem integrada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

HADDAD, P. R. Economia regional: teoria e métodos de análise. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1989.

IBGE. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
INCRA. Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR. Brasília: INCRA, 2025.

CAR. Cadastro Ambiental Rural. Ministério do Meio Ambiente, 2025.

KALDOR, N. The case for regional policies. Scottish Journal of Political Economy, v. 17, n. 3, 1970.

MYRDAL, G. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1972.

OLIVEIRA, D. C. et al. (Org.). Arranjos produtivos locais, desenvolvimento e inovação. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

PERROUX, F. Polos de crescimento e desenvolvimento econômico. In: AZZONI, C. R. (Org.). Economia regional e urbana. São Paulo: Hucitec, 1986.

RICHARDSON, H. W. Regional and urban economics. Harmondsworth: Penguin Books, 1975.

PAULA, T. de; SARAIVA, P. J. (Orgs.). Desenvolvimento regional e sustentabilidade: perspectivas para o município de Três Rios (RJ) e região. Juiz de Fora: Garcia, 2023.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

4. CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL, INTEGRAÇÃO REGIONAL E DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS

Faber Paganoto (CPII)
Israel Marcellino (UFRRJ)

A regionalização é um processo fundamental para a análise e o planejamento territorial. No estado do Rio de Janeiro, cuja configuração atual é resultado da fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro em 1975, essa regionalização foi estabelecida em 1987 e se materializa em 8 regiões de governo. No entanto, as 26 emancipações municipais ocorridas desde então impuseram significativas alterações aos limites originais, gerando a necessidade de uma análise aprofundada da atual divisão político-administrativa.

No contexto do desenvolvimento regional, é importante que se leve em conta o desafio da integração das diferentes regiões do estado do Rio de Janeiro. O aprofundamento de fluxos de pessoas, capitais, mercadorias e conhecimentos é um caminho estratégico para se pensar o desenvolvimento. Consolidar, no território fluminense, uma divisão intrarregional do trabalho é um ponto chave para explorar sinergias e superar desafios, estabelecendo círculos virtuosos.

Este eixo temático busca reunir trabalhos que questionem os fundamentos da regionalização vigente e os interesses que ela atende, identificando as incongruências resultantes das transformações territoriais e propondo alterações que visem uma maior eficiência e integração.

Além disso, espera-se que as discussões abordem questões regionais, explorando estratégias que promovam desenvolvimento mútuo, otimizem recursos e oportunidades e favoreçam a integração territorial.

Por fim, considerando que a análise das dinâmicas demográficas contemporâneas é indissociável das transformações territoriais, espera-se reunir estudos sobre como o crescimento populacional e as mudanças na estrutura demográfica e na mobilidade se manifestam nesse contexto.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

PENSANDO O DESENVOLVIMENTO URBANO FLUMINENSE: UMA PERPECTIVA TERRITORIAL COMPARADA ENTRE AS LEIS DE MAIS-VALIAS NO RIO DE JANEIRO E MARICÁ

Edmar Araujo[1] Thatyane Azeredo[2]

RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em tecer uma análise territorial comparada sobre as leis de mais-valias, representadas pela legislação municipal de licenciamento de construções irregulares mediante pagamento por parte do proprietário. Essa legislação impacta diretamente sobre a qualidade socioambiental das cidades, podendo ser integrada às políticas de desenvolvimento urbano. O objeto de pesquisa abrange a análise sobre o processo de regulamentação da legislação de licenciamento construtivo, as chamadas 'leis de mais-valias', à luz dos princípios da política urbana, investigando os casos comparativos dos municípios do Rio de Janeiro e de Maricá.

Palavras-chave: desenvolvimento urbano fluminense; licenciamento de construções irregulares; recuperação de mais-valias.

ABSTRACT

The objective of this work is to conduct a comparative territorial analysis of capital gains laws, represented by municipal legislation on the licensing of irregular constructions through payment by the owner. This legislation has a direct impact on the socio-environmental quality of cities and can be integrated into urban development policies. The object of research covers the analysis of the regulatory process of construction licensing legislation, the so-called 'capital gains laws', considering the principles of urban policy, investigating comparative cases in the municipalities of Rio de Janeiro and Maricá.

Keywords: urban development in Rio de Janeiro; licensing of irregular constructions; land rent caption.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho consiste em tecer uma análise territorial comparativa sobre a legislação municipal de licenciamento de construções irregulares, que impacta diretamente sobre a qualidade socioambiental intraurbana. Na medida em que permitem uma compatibilização entre a norma e a realidade construtiva, pode-se dizer que tais legislações têm potencial para serem integradas às políticas de desenvolvimento urbano fluminense.

O objeto de pesquisa abrange o processo em marcha de regulamentação da legislação de licenciamento construtivo, as chamadas 'leis de mais-valias', à luz dos princípios da política urbana, investigando os casos comparativos dos municípios do Rio de Janeiro e de Maricá, no estado do Rio de janeiro. A pesquisa busca responder à seguinte questão principal: haveria

[1] Edmar Augusto Santos de Araujo Junior, Doutor em Urbanismo (UFRJ / PROURB), Pesquisador Pós- doutorado (UFRJ / IPPUR / LEDUB). E-mail: araujoedmar1@gmail.com

[2] Thatyane Alecrim Azeredo, Mestranda em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ / IPPUR), Assessora Jurídica na Procuradoria Geral do Município de Maricá e Pesquisadora (UFRJ / IPPUR / LEDUB). E-mail: thatyanealecrim@yahoo.com.br

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

fundamentação teórica e jurídica em relacionar a legislação de licenciamento construtivo aos instrumentos urbanísticos de recuperação de mais-valias, como por exemplo a Contribuição de Melhorias?

A perspectiva territorial de análise comparada justifica-se pelo momento oportuno em que os municípios se encontram na regulamentação da legislação de regularização do licenciamento construtivo, comumente chamada de leis de mais-valias. A natureza jurídica desse instrumento urbanístico que legaliza construções irregulares através da cobrança e arrecadação de multas administrativas impede o consenso entre os especialistas sobre o potencial desta lei para recuperar mais-valias fundiárias.

Nesse sentido, é importante mencionar o conceito de mais-valia fundiária, definido como todo acréscimo do preço do solo decorrente de fatores externos ao simples direito de propriedade. Esse aumento pode vir do esforço do próprio proprietário, por meio de benfeitorias, mas também — e principalmente — de ações coletivas, investimentos públicos em infraestrutura, mudanças na legislação urbanística, ou ainda da dinâmica social e econômica da cidade.

Dessa forma, buscamos discutir e apresentar nesta pesquisa os resultados da investigação comparada sobre as transformações das legislações municipais do Rio de Janeiro e de Maricá. A partir do material e métodos empregados, acreditamos que a pesquisa possa servir de modelo para analisar mais peças legislativas para que um panorama ainda mais completo seja traçado dessa lei nos municípios fluminenses.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia estrutura-se primeiramente pela revisão da literatura especializada em instrumentos de captura de mais-valias fundiárias e sobretudo posteriormente pela análise comparativa das legislações municipais. No caso do Rio de Janeiro, o Projeto de Lei Complementar nº 02/2025, foi recentemente aprovado em 15 de maio de 2025 pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, alterando significativamente o Plano Diretor da cidade (Lei Complementar 270 de 16 janeiro de 2024) e outras leis correlatas. Já no caso de Maricá, o Decreto Nº 116 de 3 de novembro de 2014, que regulamenta a lei Complementar Nº 157 de 2007, estabelecendo a regularização das construções irregulares e instituindo a ‘Contribuição de mais-valia’ será revogado.

Com relação ao marco teórico, é importante ressaltar que o processo dinâmico de alteração das normas urbanas, pelo menos a cada dez anos, por Plano Diretor municipal e pelas leis correlatas, produz mais-valias fundiárias geradas pela função regulatória, modificando a

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

regulamentação urbana dos regimes de usos do solo: as conversões declaratórias de rural para urbano, de residencial para comercial (vice-versa) e, principalmente, as mudanças das densidades e parâmetros construtivos, permitindo construir em altura ou restringindo edificações (Jaramillo, 2009).

No esquema proposto por Furtado (2014), a origem das mais valias fundiárias é relacionada aos instrumentos previstos no ordenamento jurídico brasileiro:

I. Esforços acumulados dos proprietários e de toda ação histórica correspondente ao valor total do terreno: IPTU;
II. Ações de outros proprietários privados: Tributos sobre o ganho fundiário;
III. Investimentos públicos diretos: Contribuição de Melhoria;
IV. Alterações das normas urbanísticas: Outorgas onerosas por aproveitamento e usos do solo e Transferências do direito de construir.

Assim, as três principais modalidades de recuperação de mais-valias fundiárias decorrem do aumento do preço da terra devido a uma ação estatal. Nota-se que as leis de mais-valias configurariam uma ação de fiscalização do Estado sobre a apropriação indevida de mais-valias, multando construções em desacordos com as normas, em casos em que são incorporadas áreas indevidas (recuos, afastamentos, lajes etc.).

Todavia, não estão previstas como instrumento da política urbana brasileira, o que acaba gerando confusão em sua regulamentação. O artigo 4º do Estatuto da Cidade prevê as formas de financiamento do desenvolvimento urbano, por meio de um conjunto integrado de instrumentos tributários e não tributários, inclusive os de recuperação de mais-valias fundiárias. As leis de mais-valia são uma contrapartida financeira devida para legalizar edificações realizadas à margem da legislação urbanística vigente. Conforme jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a cobrança possui natureza jurídica de multa administrativa, uma vez que constitui sanção pela inobservância de normas edilícias, cuja regularização é facultada mediante o pagamento do valor estipulado, denominado “mais-valia predial”, estipulado em lei municipal.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da análise comparativa da legislação de licenciamento de construções irregulares revelam que, no caso carioca, o Projeto de Lei Complementar nº 02/2025 denominado ‘Mais-valia e Mais-valerá’, o instrumento urbanístico ficou popularmente conhecido como “lei dos puxadinhos”, sendo aplicado desde 2009, se tornou uma fonte importante de arrecadação. Em 2018, foi implementada a Mais-valerá, permitindo o

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

licenciamento prévio de construções irregulares, tornando a irregularidade uma fonte de arrecadação. Em Maricá, o instrumento denominado Contribuição de mais-valias. No quadro 1 abaixo apresentamos análises comparativas do processo de regulamentação e aplicação da lei pelos municípios selecionados.

Quadro 1 – Legislação de licenciamento e regularização construtiva, Rio de Janeiro e Maricá.

Município	Tipologias	Previsão ou alteração PD	OODC e CM	Natureza jurídica	Motivação	Destino	Benefícios	Fórmula de cálculo
Rio de Janeiro	Não	Altera	OODC	Instrumento urbanístico	Poder público	Tesouro municipal	Parcial	Sim
Maricá	Sim	Previsto	Não	Contribuição	Proprietário	Tesouro municipal	Sim	Não

Fonte: Elaboração própria.

Analisando brevemente o quadro acima, importante mencionar que diferente do Rio de Janeiro, que vem utilizando a lei como instrumento urbanístico de caráter arrecadatório, em Maricá, a chamada "*Contribuição de Mais-Valia*" estaria prevista como um mecanismo compensatório destinado a compatibilizar o interesse público na ordenação do solo urbano com a realidade consolidada das ocupações irregulares.

Em Maricá, as análises da Lei Complementar nº 157 de 19 de março de 2007, do Decreto nº 116 de 03 de novembro de 2014 e da Minuta do novo Decreto, ainda em elaboração, revelaram uma demanda dos munícipes pela regularização construtiva que foi posta pelo novo Plano Diretor, determinando prazo específico para atualização da legislação urbanística. De acordo com o Art. 6º do Decreto 116/2014, as irregularidades passíveis de regularização são classificadas como graves e leves:

> I – São graves as irregularidades que digam respeito a: invasão de faixas de recuo e afastamento; aumento do número de unidades alienáveis; aumento de área de construção; redução do prisma de ventilação; redução de áreas; aumento de gabarito; diminuição de cota; inobservância de padrão de equipamento de tratamento sanitário.
> II – São leves todas as demais irregularidades identificadas. Parágrafo único. Cada irregularidade, individualmente, deverá ser considerada quando da solicitação de regularização, podendo, entretanto, serem requeridas em um mesmo processo.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Vale ressaltar que a redação atual não explicita critérios objetivos de valoração do imóvel, tampouco os parâmetros que determinam a gravidade da irregularidade ou as bases para uma regulamentação mais precisa da metodologia de cálculo. No caso carioca, apesar de ter supostamente beneficiado a preservação do patrimônio cultural edificado e o uso comercial, de serviços e residencial, representando certos avanços em relação à Lei Complementar, muitas críticas têm sido feitas, sobretudo, com relação à baixa participação social, à falta de aderência ao Plano Diretor e o reforço à segregação socioespacial, estimulando irregularidades como forma de arrecadação.

CONCLUSÕES

As leis de mais-valia tendo natureza jurídica de multa administrativa, por configurar penalidade imposta pela edificação irregular, cuja legalização se dá mediante o pagamento de uma quantia estipulada em lei municipal. Trata-se de uma faculdade colocada à disposição do contribuinte, pela Lei Municipal, que possibilita ao proprietário a legalização da edificação, desde que paga a contrapartida, conforme se depreende do art. 2º da Lei Complementar nº 31 de 1997.

A crítica a ser feita é que a cobrança de mais-valias fundiárias deveria ser destinada ao Fundo de Desenvolvimento Urbano, como forma de diminuir a renda diferencial no espaço intraurbano, aproximando o instrumento à teoria da renda do solo urbano e aos instrumentos da política fundiária. A integração das leis de mais-valias com os instrumentos da política fundiária permitiria operacionalizar princípios como a função social da propriedade e a justa distribuição socioespacial dos ônus e bônus do processo de urbanização.

A gestão dos direitos construtivos pode ser considerada como uma das modalidades da política urbana brasileira, compondo um sistema de gerenciamento de ganhos fundiários ainda mais amplo se considerarmos a Outorga Onerosa de Alteração de Uso (OOAU), bem como os instrumentos fiscais: IPTU e Contribuição de Melhorias. independente se são tributárias (IPTU, Contribuição de Melhorias etc.), não-tributárias (OODC, TDC, OUC etc.) ou multas administrativas por desrespeito às normas urbanísticas, que é o caso exatamente das leis de mais-valias.

REFERÊNCIAS

FURTADO, Fernanda. Uma revisão das bases conceituais para um sistema de instrumentos de política fundiária urbana. In: COSTA, M. L.; SILVA, M. L. P. **Produção e Gestão do Espaço – 10 anos de PPGAU/UFF**. Niterói: FAPERJ: Casa 8,

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

pp. 409-426, 2014.

FURTADO, Fernanda; MALERONKA, Camila. A outorga onerosa e a gestão pública dos direitos de construir. In: COSTA, Marco Aurélio. **Desafios do financiamento urbano e da governança interfederativa**. Rio de Janeiro: Ipea, 2023

JARAMILLO, Samuel González. **Hacia una teoría de la renta del suelo urbano**. Universidad de Bogotá, Ediciones Uniandes, 2009.

MARX, Karl. A Renda da Terra. In: O Capital: crítica da economia política. Volume IV a VI. São Paulo: DIFEL, 1987 (1894).

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

CONSÓRCIOS PÚBLICOS INTERMUNICIPAIS COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: ESTUDO DE CASO DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NOROESTE FLUMINENSE – CIDENNF

Juliana Rangel da Silva Primo
Mestranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política (PPGSP)-UENF
jrsprimo@gmail.com

Edson Terra Azevedo Filho
Professor associado ao Programa de Pós Graduação em Sociologia Política - UENF

RESUMO
Os Consórcios Públicos Intermunicipais (CPIs) são instrumentos de gestão colaborativa que visam otimizar recursos e fortalecer a capacidade administrativa dos municípios consorciados. Através da gestão associada de serviços públicos, os CPIs buscam superar desafios financeiros e promover políticas públicas regionais de forma mais eficiente e coordenada. Este estudo analisa a constituição e a trajetória do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Norte e Noroeste Fluminense (CIDENNF), desde sua criação até o presente, avaliando seu impacto na gestão pública dos 21 municípios participantes. A pesquisa investiga como o (CIDENNF) tem influenciado a formulação e execução de políticas públicas e o fortalecimento institucional dos entes consorciados. A metodologia adotada combina abordagens qualitativa e quantitativa, incluindo revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas com gestores e técnicos municipais. O trabalho busca contribuir para a compreensão do papel dos CPIs como mecanismos estratégicos de gestão pública voltados ao desenvolvimento regional e à promoção do bem-estar social.
Palavras-chave: consórcios públicos intermunicipais; gestão pública; políticas públicas; desenvolvimento regional; cooperação federativa.

ABSTRACT
Intermunicipal Public Consortia (CPIs) are collaborative management instruments designed to optimize resources and enhance the administrative capacity of associated municipalities. By promoting the joint management of public services, CPIs aim to address financial challenges and implement regional public policies more efficiently and in a coordinated manner. This study examines the creation and development of the Intermunicipal Public Consortium for Development of the North and Northwest Fluminense Region (CIDENNF), assessing its impact on public administration across the 21 member municipalities. The research explores how CIDENNF has contributed to the formulation and implementation of public policies and the institutional strengthening of local governments. The methodology combines qualitative and quantitative approaches, including a literature review, document analysis, and semi-structured interviews with municipal managers and technical staff. This study seeks to contribute to a better understanding of CPIs as strategic tools in public management, fostering regional development and the promotion of social well-being.
Keywords: intermunicipal public consortia; public management; public policies; regional development; intergovernmental cooperation.

INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 marcou um avanço importante no federalismo brasileiro ao

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

reconhecer os municípios como entes federativos, ao lado da União e dos Estados, fortalecendo sua autonomia e promovendo uma distribuição mais equilibrada de competências e recursos. Para enfrentar as desigualdades regionais e otimizar a gestão pública, surgiram os consórcios públicos intermunicipais, regulamentados pela Lei nº 11.107/2005 e pelo Decreto 6.017/2007, que permitem a cooperação entre municípios para a realização de objetivos comuns.

Segundo Oliveira e Campos (2015), a criação de consórcios intermunicipais permite a otimização dos recursos financeiros, técnicos e humanos disponíveis, aumentando a eficiência na prestação dos serviços públicos. Essa cooperação entre municípios facilita a execução de projetos nas áreas de infraestrutura, saúde, educação e meio ambiente, que muitas vezes seriam inviáveis para um único município devido a limitações orçamentárias ou falta de especialização. A dificuldade enfrentada por municípios de grande, médio e especialmente pequeno porte em implementar seus projetos ou serviços evidencia a necessidade de repensar os desafios territoriais, que frequentemente ultrapassam os limites municipais, tornando essencial a atuação conjunta entre municípios vizinhos.

Apesar da arrecadação recorde em 2022, muitos municípios brasileiros ainda enfrentam dificuldades financeiras, com 42% deles em situação crítica, segundo o índice de Gestão Fiscal da Firjan. Cerca de 35% dos municípios não arrecadam o suficiente para manter suas próprias estruturas administrativas, dependendo do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Essa dependência limita a capacidade de oferecer serviços públicos essenciais. Assim, uma gestão fiscal responsável e a busca por maior autonomia financeira são fundamentais para que os municípios superem esses desafios e melhorem a qualidade dos serviços à população (Goulart,2022).

A pesquisa analisa a criação e o desenvolvimento do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento do Norte e Noroeste Fluminense (CIDENNF), formado por 21 municípios dessas regiões do Rio de Janeiro. O objetivo é avaliar os progressos e desafios enfrentados desde sua instituição, focando na cooperação entre municípios com realidades econômicas e sociais distintas, visando à otimização de recursos, compartilhamento de infraestrutura e melhoria da eficiência dos serviços públicos para promover o desenvolvimento regional.

O Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento do Norte e Noroeste Fluminense (CIDENNF) possui personalidade jurídica de direito público, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 11.107/2005 e pelo Decreto Federal nº 6.017/2007. Idealizado em outubro de 2018 por municípios das regiões norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro, o consórcio atualmente reúne os municípios de Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Italva, Itaocara,

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Itaperuna, Macaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Quissamã, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, São José de Ubá e Varre-Sai. Este consórcio é o foco central da presente pesquisa, que busca compreender seu processo de criação, evolução e os impactos gerados na cooperação entre esses municípios.

Dada a importância estratégica dos consórcios intermunicipais para uma gestão pública mais integrada e eficiente, é fundamental avaliar os resultados concretos dessas parcerias. Nesse sentido, surge o seguinte problema de pesquisa: quais impactos a implementação do (CIDENNF) trouxe para os municípios consorciados e de que forma essas mudanças têm contribuído para o desenvolvimento regional nas regiões Norte e Noroeste Fluminense?

Como hipótese, acredita-se que a implementação do (CIDENNF) tem promovido avanços significativos na cooperação entre os municípios consorciados, resultando em otimização de recursos, melhoria na prestação dos serviços públicos e fortalecimento do desenvolvimento socioeconômico regional nas regiões Norte e Noroeste Fluminense. Contudo, desafios relacionados à diversidade econômica e social entre os municípios ainda limitam a plena eficácia do consórcio.

Como Objetivo Geral, a presente pesquisa será conduzida mediante análise crítica da atuação do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento do Norte e Noroeste Fluminense (CIDENNF) desde a gênese até a contemporaneidade, sob a perspectiva dos municípios consorciados localizados nas regiões Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro. Tal abordagem tem o escopo compreender os processos de cooperação intermunicipal, os avanços alcançados e os desafios enfrentados ao longo do período investigado.

Os objetivos específicos desta pesquisa consistem em analisar o processo de criação do (CIDENNF), identificar seus desafios e benefícios, avaliar seus resultados para o desenvolvimento regional e compreender seus impactos a partir de entrevistas com representantes municipais das regiões Norte e Noroeste do Rio de Janeiro.

MATERIAIS E METÓDOS

Para investigar a atuação do (CIDENNF), métodos quali e quanti podem ser combinados para proporcionar uma análise abrangente. A abordagem qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas com representantes municipais, permite captar as percepções e experiências dos atores envolvidos, enquanto a análise documental e quantitativa dos dados administrativos possibilita a avaliação dos resultados concretos do consórcio tanto os métodos qualitativos quanto os quantitativos podem ser úteis, desde que contribuam para a refutação ou confirmação das teorias em estudo, promovendo o avanço do conhecimento científico

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

(Lakatos; Marconi,2003). Segundo Yin (2015), o estudo de caso múltiplo é uma metodologia eficaz para compreender fenômenos complexos em contextos reais, especialmente em pesquisas sobre governança e cooperação intermunicipal, pois possibilita triangulação de dados e maior profundidade analítica.

RESULTADOS

O (CIDENNF) promove avanços na cooperação entre municípios, otimizando recursos e melhorando serviços públicos nas regiões Norte e Noroeste do Rio de Janeiro. Apesar dos desafios decorrentes das desigualdades locais, o consórcio fortalece a governança regional e contribui para o desenvolvimento socioeconômico integrado, em consonância com os princípios de cooperação e gestão compartilhada defendidos por Pierre (2000).

DISCUSSÕES

O (CIDENNF) configura-se como um instrumento eficaz de governança territorial colaborativa, promovendo integração municipal e desenvolvimento regional. Essa dinâmica ressalta a importância de arranjos institucionais articulados — como consórcios ou clusters — que, segundo Porter (1990, p. 253), são "concentrações geográficas de empresas interconectadas, fornecedores e prestadores de serviços especializados, empresas em setores relacionados e instituições associadas (...) nas quais competem, mas também cooperam". Tais arranjos contribuem para a geração de sinergias e o fortalecimento da coesão regional, conforme destacado por Terra (2021).

CONCLUSÕES

A análise realizada evidencia que o Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento do Norte e Noroeste Fluminense (CIDENNF) constitui-se como um importante instrumento de governança territorial colaborativa, capaz de promover a integração entre os municípios consorciados e impulsionar o desenvolvimento regional. A partir da articulação de recursos, competências e estruturas administrativas, o consórcio tem demonstrado avanços significativos na superação dos desafios enfrentados individualmente pelas cidades, especialmente no contexto das disparidades socioeconômicas que caracterizam a região.

O (CIDENNF) pode ser compreendido como um arranjo institucional que fomenta sinergias e fortalece a coesão regional, similarmente ao funcionamento dos clusters empresariais descritos por Porter (1990). Essa cooperação intermunicipal não

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

apenaspotencializa a eficiência da gestão pública, mas também amplia as possibilidades de desenvolvimento sustentável e inclusivo, reforçando a importância de modelos participativos e articulados na administração pública contemporânea.

Por fim, os resultados obtidos trazem à baila que, apesar dos desafios inerentes à gestão consorciada, o (CIDENNF) representa uma experiência inovadora e promissora para a governança regional, que pode servir de referência para outras regiões que busquem consolidar práticas colaborativas e integradas no âmbito público.

REFRÊNCIAS

GOULART, J. Gestão fiscal responsável e autonomia financeira: desafios dos municípios brasileiros. **Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan)**, 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, C. M.; CAMPOS, F. I. **Consórcio público intermunicipal e desenvolvimento local sustentável.** 2015. Disponível em: http://www.repositorio.aee.edu.br/handle/aee/841. Acesso em: 27 ago. 2025.

PIERRE, J. **Debatendo Governança: Autoridade, Direção e Democracia.** Oxford University Press, 2000.

PORTER, M E. A **Vantagem Competitiva das Nações.** Nova Iorque: The Free Press, 1990.

TERRA, E. T. A. F; ALMEIDA, G. M. M; MOLINA-P. M. A. A inovação tecnológica em clusters: um estudo de caso sobre o setor cerâmico em Campos dos Goytacazes. **V Encontro Mineiro de Engenharia de Produção** (EMEPRO), 2009.

YIN, R. K. **Pesquisa de Estudo de Caso e Aplicações: Design e Métodos.** 6. ed. Sage Publications, 2015.

Agradecimentos

Agradeço à FAPERJ pelo apoio financeiro fundamental para a realização desta pesquisa. Também sou grata ao Programa de Sociologia Política da UENF pelo suporte acadêmico e institucional, que contribuíram significativamente para o desenvolvimento deste trabalho.

DEMOGRAFIA ECONÔMICA FLUMINENSE E O (DES)ENVOLVIMENTO REGIONAL SEM PLANEJAMENTO

Helcio de Medeiros Junior [1]

RESUMO
As informações divulgadas pelo IBGE relativas ao deslocamento populacional por estados mostraram que o Rio de Janeiro apresentou a maior perda de residentes dentre as Unidades da Federação, e as estatísticas do registro civil possibilitaram estimar e descobrir que, excetuando-se a região das Baixadas Litorâneas, todas as demais perderam população. Os ajustes decorrentes dessa mudança impactaram regionalmente a demanda de trabalho, a atratividade ocupacional e a estrutura produtiva, e virão influir nos níveis de desenvolvimento e progresso socioambiental. Num estado sem planejamento governamental, o que se espera é o aumento da desigualdade regional do desenvolvimento.
Palavras-chave: Demografia econômica; Desenvolvimento regional; Planejamento governamental; Desigualdade regional; estado do Rio de Janeiro.

ABSTRACT
Information released by the IBGE regarding population displacement by state showed that Rio de Janeiro experienced the greatest loss of residents among the Federation Units, and civil registry statistics made it possible to estimate and discover that, with the exception of the Baixadas Litorâneas region, all the others lost population. The adjustments resulting from this change impacted regional labor demand, occupational attractiveness, and the productive structure, and will influence levels of development and socio-environmental progress. In a state without government planning, what is expected is an increase in regional inequality in development.
Keywords: Economic demography; Regional development; Government planning; Regional inequality; state of Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

A divulgação das informações do Censo Demográfico 2022 por parte do IBGE relativas à população recenseada e à migração trouxe novidades quanto à distribuição populacional regional em vista das relações sociais de produção estabelecidas e seus rebatimentos no (des)envolvimento (Souza, 2006). A preocupação decorrente dos deslocamentos populacionais desde o Censo Demográfico de 2010 nesta investigação toma como base os efeitos econômicos e sociais da disponibilidade de bens e serviços, com sua adaptação nos territórios expulsores e receptores e a influência que exercem na infraestrutura econômica e social regional (Grupo de Foz, 2021).

Assim, a partir da dinâmica populacional intercensitária observada (crescimento e

[1] Economista aposentado do Instituto Pereira Passos e pesquisador científico do Grupo de estudos da economia regional e urbana (Gerurb/CNPq). E-mail: hmedeirosjunior@gmail.com.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

migração) se procurará avaliar como os sistemas sociais regionais reagiram em termos da demanda de trabalho das empresas e seu efeito na atratividade ocupacional, tendo em vista a condição regional de (des)envolvimento e progresso social.

MATERIAIS E METÓDOS

Os resultados do Censo Demográfico 2022 disponibilizados pelo IBGE relativos à população residente (após a revisão) e à fecundidade e migração, permitiram saber que o estado do Rio de Janeiro (RJ) apresentou a maior perda populacional dentre as Unidades da Federação (UFs) no quesito "data fixa", mas não ofereceram a possibilidade de descobrir qual a origem e destino municipal dos migrantes. Como alternativa, fez-se uso das estatísticas do registro civil (nascimentos e óbitos) para gerar estimativas de saldo migratório (SM_{est}) municipais no período intercensitário (2010-2022) e das taxas de migração líquidas (TML_{est})[2] para cada um dos 92 municípios, agregando-os nas regiões de Governo. Dessa forma foi possível observar quais regiões do RJ expulsaram e atraíram residentes em vista do crescimento populacional e da densidade demográfica existentes.

Os deslocamentos populacionais levam a que os territórios perdedores e atratores líquidos de residentes apresentem alterações na demanda por bens e serviços, que conduzirão a adaptações sistemáticas na demanda de trabalho por parte das empresas para promover o aumento (ou redução) da atividade econômica. Para a avaliação das mudanças na demanda de trabalho formal regional, tomou-se como referência as informações da Rais/MTE para se obter a variação intercensitária dos postos de trabalho, a atratividade ocupacional em 2022 por meio do Coeficiente de atração (CA_i)[3] e a estrutura econômica (produtiva) segundo tipologia proposta por Souza, Alves e Piffer (2014) e Sabóia, et al. (2020), com base em Browning e Singelman (1978) e Elfring (1988). Bem como para caracterizar as condições de

[2] $TML_{est} = {}_P2022$, em que SM_{est} são os saldos migratórios estimados e P_{2022} a população residente em 2022.

[3] $CA_i = (\sum^A ri\ A^i\ i)/(\sum^P ri\ P^i\ i)$ em que A_i é o número de vínculos da Rais/MTE da região i e $\sum^r i\ A_i$ é o total do número de vínculos de todas as regiões (r); P_i é o número de pessoas residentes da região i e $\sum^r i\ P_i$ é o total de pessoas residentes de todas as regiões (r). Segundo Ferreira de Lima (2012), entre 0 e 100 a atratividade da região i é fraca; se entre 100 e 200 é considerada média e se maior do que 200 a atração é forte.

[4] Síntese de três dimensões (educação, saúde e emprego e renda), o IFDM varia de 0 a 1, sendo de 0,0 a 0,4 considerado desenvolvimento crítico; de 0,41 a 0,6, desenvolvimento baixo; de 0,61 a 0,8, desenvolvimento moderado, e de 0,81 a 1,0 de desenvolvimento alto, e o resultado de cada região foi obtido a partir da média dos valores dos municípios que a compõem.

[5] Estruturado a partir de três dimensões (necessidades humanas básicas, fundamentos do bem-estar e oportunidades), o IPS varia de 0 a 100 e classifica o resultado do município como relativamente fraco, relativamente neutro e relativamente forte pela comparação com a situação de outros municípios da mesma faixa

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

desenvolvimento e socioambientais regionais se recorreu, respectivamente, ao IFDM[4] produzido pela Firjan e ao IPS Brasil[5] calculado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A população fluminense cresceu ao ano (a.a.) no período intercensitário a um ritmo próximo ao da estagnação (0,03% a.a.), uma queda sensível em relação a 2010 (1,06% a.a.), e reforçou as expectativas de redução de residentes a partir da década de 2030, bem como a exemplo do critério "data fixa" as estimativas de migração foram negativas (TML_{est} de -4,7%). No entanto, os resultados mais expressivos foram observados em duas regiões (Tabela 1): i) a região das Baixadas Litorâneas (RBL), que apresentou a maior taxa de crescimento (1,80% a.a.) e a única que atraiu residentes (TML_{est} de 13,0%), consolidando sua condição de segunda mais densamente povoada do RJ, e; ii) a região Metropolitana (RMRJ), mais populosa e densamente povoada, que teve redução populacional (-0,15% a.a.) e foi relativamente a maior expulsora de residentes (TML_{est} de -6,7%).

Tabela 1 - População residente, taxa de crescimento geométrica, densidade demográfica, taxa de migração líquida, variação do númro de vínculos ativos, coeficiente de atração do emprego formal, índice Firjan de desenvolvimento municipal e índice de progresso social segundo as Regiões de Governo do estado do Rio de Janeiro - 2022, 2025

Estado e regiões de governo	Populaã o residente (nº)	Taxa de crescimen - to (Δ% ao ano) (1)	Densidade demográfi - ca (hab/km²)	Taxa de migração líquida (%)	Número de vínculos ativos (Δ% ao ano) (1)	Coeficient e de atração do emprego formal	IFD M (2)	IPS Brasi l (3)
Estado do Rio de Janeiro	16 055 174	0.03	367.0	-4.7	0.5	-	0.615	60.24
Regiões de governo								
Metropolitana	12 021 871	-0.15	1 596.4	-6.7	0.2	102	0.553	58.88
Noroeste Fluminense	324 037	0.17	60.3	-1.7	2.3	75	0.606	61.32
Norte Fluminense	920 826	0.67	94.5	-1.2	1.3	145	0.586	58.64
Serrana	522 500	0.21	85.0	-2.3	1.2	89	0.598	61.56
Baixadas Litorâneas	868 285	1.80	238.6	13.0	3.2	76	0.616	59.93
Médio Paraíba	865 130	0.10	139.8	-3.5	1.4	98	0.661	62.98
Centro-Sul Fluminense	278 628	0.19	92.0	-2.6	1.0	90	0.657	61.52
Costa Verde	253 897	0.35	120.6	-4.7	0.9	92	0.640	57.05

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022; Ministério do Trabalho e Emprego, Relação anual de informações sociais; FIRJAN; Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.

(1) Entre 2010 e 2022; (2) Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal; (3) Índice de Progresso Social Brasil 2025.

O elevado crescimento demográfico combinado com a expressiva chegada de residentes

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

apresentado pela RBL motivou o maior aumento da demanda de trabalho formal dentre as regiões (3,2% a.a.), mas a atratividade ocupacional média ainda era a segunda menor em 2022. Apesar de ter crescido mais que todas as regiões desde 2010 (Medeiros Junior, 2025), o fraco coeficiente de atração reflete a desigualdade entre as cidades[6], mas também um desafio para as gestões públicas municipais atender à procura por bens e serviços dos novos residentes tendo em vista as características de cada sistema social. Como resultado, a estrutura produtiva apontou crescimento na RBL da participação do emprego em atividades relativas a serviços pessoais (demanda privada), com destaque para as cidades de Saquarema e Cabo Frio.

Já na RMRJ a adaptação à perda populacional resultou em relativa estabilidade da demanda de trabalho (0,2% a.a.) e à menor atratividade ocupacional em relação a 2010, e a estrutura econômica em 2022 evidenciou que a maior redução na participação ocorreu no setor industrial (-3,5 pontos percentuais, p.p.), com destaque para indústrias dinâmicas (-1,4 p.p.) em Tanguá, Mesquita, Belford Roxo e Nova Iguaçu.

CONCLUSÃO

Apesar do IFDM e do IPS Brasil mostrarem um quadro regional de relativa homogeneidade (baixo/moderado desenvolvimento e moderado progresso socioambiental), as perdas populacionais da maioria das regiões (RMRJ em particular) podem resultar em período de estagnação e queda devido à menor demanda por bens e serviços, enquanto para a RBL poderá trazer benefícios sociais a depender da adaptação promovida pela gestão pública das cidades impactadas pelos novos residentes.

De qualquer forma, se espera o aumento da desigualdade regional em razão dos ritmos regionais diferenciados, e a ausência de planejamento regional com vistas ao desenvolvimento por parte do Executivo estadual não permitirá contrapor tendências negativas e apoiar as características positivas de cada sistema social.

REFERÊNCIAS

BROWNING, H. C.; SINGELMANN, J. The transformation of the U.S. labor force: the interaction of industry and occupation, **Politics and society**, [*s. l.*: *s. n.*], v. 8, n. 3-4, p. 481-509, 1978.

de PIB *per capita*. Nesta investigação, os escores de cada região foram obtidos a partir da média dos escores dos municípios que a compõem, sendo: de 0 a 50,0, fraco; de 50,1 a 80,0, moderado, e de 80,1 a 100, forte.

[6] Tendo-se a RBL como referência, Armação de Búzios, Arraial do Cabo e Rio das Ostras têm maior atratividade.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ELFRING, T. **Service sector employment in advanced economies**: a comparative analysis of its implications for economic growth. [*s. l.*]: Gower Publishing Company Limited, 1988.

FERRERA DE LIMA, J. Indicadores de desigualdades regionais. In: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J. (org.). **Análise regional**: metodologias e indicadores. Curitiba: Camões, 2012. p. 23-32.

GRUPO DE FOZ. **Métodos demográficos**: uma visão desde os países de língua portuguesa. São Paulo: Blucher, 2021.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**: fecundidade e migração: resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102187. Acesso em: 27 jun. 2025.

ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL BRASIL 2025: qualidade de vida nos 5.570 municípios do Brasil. [livro eletrônico]. Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2025. Disponível em: https://ipsbrasil.org.br/pt. Acesso em: 30 maio 2025.

ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM) 2025. Rio de Janeiro: Firjan, 2008-. Disponível em: https://firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/. Acesso em: 08 maio 2025.

MEDEIROS JUNIOR, H. Atratividade regional fluminense e evolução populacional entre 2010 e 2022: considerações preliminares. *In*: AUGUSTO, Diogo Luiz Lima; COSTA, Edwaldo; FREITAS, Patrícia Gonçalves de (org.). **Diálogos interdisciplinares em ciências humanas**: reflexões críticas – Volume 2. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2025. p. 24-33. DOI: 10.47402/ed.ep.c252542564.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO-MTE. **Relação anual de informações sociais-RAIS**. Brasília: MTE, 1985-. Disponível em: https://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/o-pdet/portifolio-de-produtos/bases-de-dados.htm. Acesso em: 12 set. 2024.

SABÓIA, João; KUBRUSLY, Lucia; NEVES, Fernanda Baeta; PEREIRA, João Vitor; HERMIDA, Luiz. Produtividade e mercado de trabalho no setor de Serviços no Brasil: avanços e persistência das desigualdades no período 2004-2015. **Pesquisa e planejamento econômico**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 159-197, dez. 2020.

SOUZA, Carolina Carvalho Garcia de; ALVES, Lucir Reinaldo; PIFFER, Moacir. Reestruturação produtiva das mesorregiões do Brasil entre 1985 e 2010. **Desenvolvimento Regional em Debate**, Canoinhas/Santa Catarina, v. 4, n. 1, p. 110-131, enero-junio 2014.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. **Elementos de demografia econômica**. São Paulo: LCTE Editora, 2006.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES ANTRÓPICAS DA PORÇÃO LESTE DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA ENTRE OS ANOS DE 1991 E 2022

Fernando Domingos Pimentel Gomes[1]
Isabela Habib Canaan da Silva[2]

Resumo
A intensificação das pressões antrópicas sobre os sistemas naturais da Baía de Guanabara, sobretudo em sua porção leste, representa um dos maiores desafios ambientais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Este trabalho busca analisar as transformações ocorridas no uso e cobertura da terra entre os anos de 1991 e 2022, em associação ao crescimento populacional dos centros urbanos da região. Para efetivo processo desses dados, foram utilizados dados do uso e cobertura da terra do projeto MapBiomas e dados demográficos do Censo Demográfico do IBGE, tratados em ambiente de geoprocessamento. Os resultados apontam para uma expansão contínua classe de área urbanizada, em substituição a outros usos mais naturais, acompanhada de aumento populacional expressivo. Tais transformações evidenciam a intensificação das pressões antrópicas sobre as bacias hidrográficas do Litoral de Niterói e Guaxindiba-Alcântara, comprometendo a qualidade ambiental e impondo novos desafios ao planejamento territorial.
Palavras-chave: paisagem; urbanização; uso e cobertura da terra; Baía de Guanabara.

Abstract
The intensification of anthropogenic pressures on the natural systems of Guanabara Bay, especially in its eastern portion, represents one of the greatest environmental challenges for the Rio de Janeiro Metropolitan Region. This study analyzes the transformations in land use and land cover between 1991 and 2022, in association with population growth in the region's urban centers. To effectively process these data, we used land use and land cover data from the MapBiomas project and demographic data from the IBGE Demographic Census, processed in a geoprocessing environment. The results indicate a continuous expansion of urbanized areas, replacing other, more natural uses, accompanied by significant population growth. These transformations highlight the intensification of anthropogenic pressures on the Niterói Coast and Guaxindiba-Alcântara river basins, compromising environmental quality and posing new challenges for territorial planning.
Keywrds: landscape; urbanization; land use and cover; Guanabara Bay.

INTRODUÇÃO

A compreensão das transformações ambientais em regiões metropolitanas exige a leitura integrada das relações entre sociedade e natureza, considerando as múltiplas escalas temporais e espaciais. A porção leste da Baía de Guanabara, representada na figura 1, inserida em um espaço de intensa dinâmica histórica, social e ambiental, sintetiza os efeitos de processos que se arrastam desde o período colonial, marcados pela exploração de recursos naturais, pela industrialização e pela urbanização acelerada (Carmo e Araújo, 2017).

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

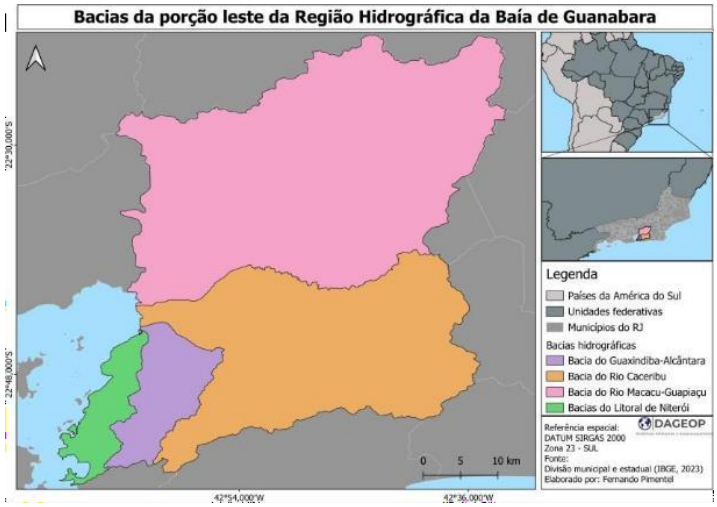


Figura 1. Mapa de localização da porção leste da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara em divisão de bacias hidrográficas.

A paisagem, entendida enquanto totalidade dinâmica, revela essas transformações de forma clara. Bertrand (2004) observa que os elementos físicos, biológicos e antrópicos não se somam de forma estática, mas reagem dialeticamente entre si, tornando a paisagem um conjunto instável e em constante evolução. Essa perspectiva é aprofundada pela Teoria Geral dos Sistemas de Bertalanffy (1968), que fornece bases para compreender as interdependências e retroalimentações entre componentes naturais e sociais. Na mesma linha, Rodriguez, Silva e Cavalcanti (2022) enfatizam a paisagem como formação antroponatural, resultado direto da interação entre sociedade e ambiente. A bacia hidrográfica constitui, nesse contexto, a principal unidade espacial de análise, já que sintetiza fluxos naturais e sociais em seu interior. Para Christofoletti (1999), ao se adotar a visão sistêmica, torna-se possível compreender a bacia como uma totalidade integrada, em que modificações em um componente repercutem em todos os demais. A porção leste da Baía de Guanabara, composta pelas bacias do Guaxindiba-Alcântara, Caceribu, Macacu-Guapiaçu e Litoral de Niterói, é marcada por contrastes: enquanto algumas áreas ainda preservam partes de sua vegetação natural e recursos hídricos, outras sofrempressões intensas da urbanização.

Neste sentido, este trabalho se propõe a analisar, a partir de uma perspectiva espaço-temporal, as transformações no uso e cobertura da terra entre 1991 e 2022, relacionando-as ao crescimento populacional. Ao integrar dados ambientais e demográficos, busca-se evidenciaa intensificação das pressões antrópicas e suas implicações para a organização da paisagem na região.

MATERIAIS E MÉTODOS

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A metodologia está organizada em três etapas, representadas na figura 2 em um fluxograma.

Figura 2. Fluxograma metodológico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos mapas de uso e cobertura da terra, apresentado nas figuras 3 e 4, evidencia transformações significativas entre 1991 e 2022. As bacias do Litoral de Niterói e do Guaxindiba-Alcântara registraram a maior expansão urbana, substituindo áreas antes destinadas a pastagens e mosaicos de agricultura. Essa tendência reforça o caráter metropolitano da ocupação, marcada pela pressão por habitação e pela consolidação de áreas urbanas bastante expressivas. Já as bacias do Caceribu e do Macacu-Guapiaçu preservaram maior proporção de formações florestais, ainda que pressionadas por processos de desmatamentoe ocupação desordenada em suas bordas.

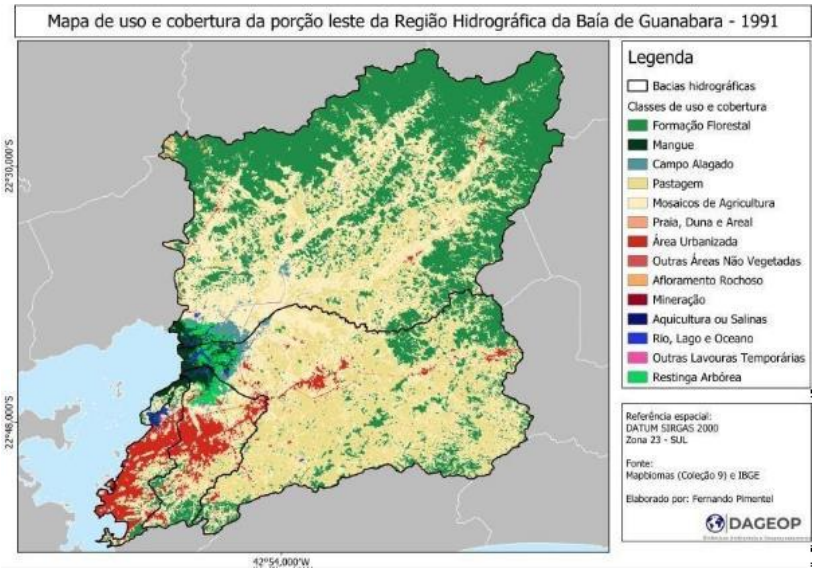


Figura 3. Mapa de uso e cobertura da terra 1991.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

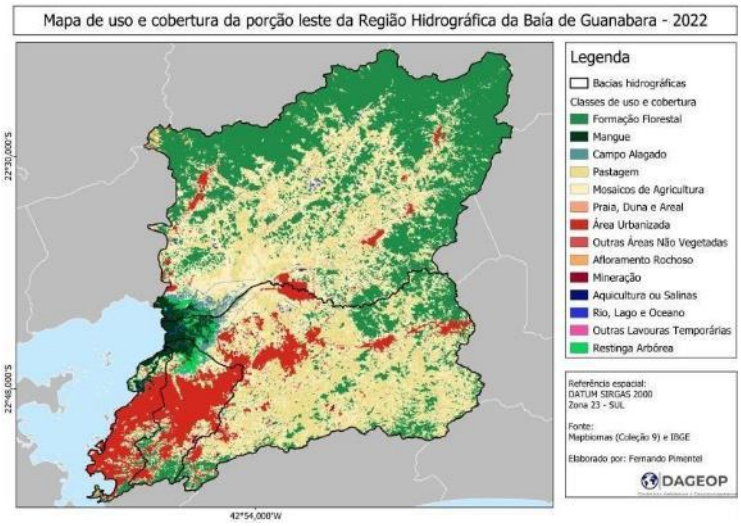


Figura 4. Mapa de uso e cobertura da terra 2022.

No recorte populacional, visto na figura 5, os dados do IBGE mostram que o município de São Gonçalo apresentou crescimento expressivo, consolidando-se como o segundo município mais populoso do estado do Rio de Janeiro em 2022. Já o município de Niterói, embora apresente taxa de crescimento menor, mantém elevada densidade demográfica e também forte pressão sobre a bacia hidrográfica. A correlação entre o aumento populacional e a intensificação da urbanização é evidente, revelando os impactos cumulativos sobre a paisagem.

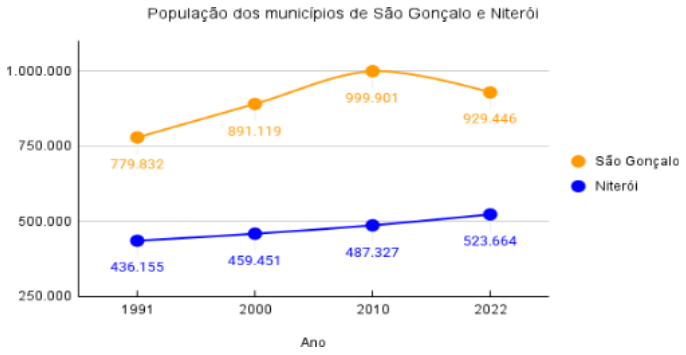


Figura 3. Gráfico populacional de São Gonçalo e Niterói de 2022.

CONCLUSÃO

A análise integrada dos dados do MapBiomas e do IBGE permite compreender como o crescimento populacional, atrelado à expansão urbana, alteraram de forma significativa a paisagem da porção leste da Baía de Guanabara entre 1991 e 2022. As bacias hidrográficas analisadas revelam contrastes: enquanto algumas ainda mantêm áreas de vegetação relativamente preservadas, outras, como as do Litoral de Niterói e Guaxindiba-Alcântara, apresentam elevado grau de transformação.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Essas transformações evidenciam a intensificação das pressões antrópicas, que comprometem ecossistemas frágeis e aumentam a vulnerabilidade socioambiental. De modo amplo, os resultados reforçam a necessidade de estratégias de gestão e planejamento que conciliem a expansão urbana com a conservação ambiental, assegurando maior equilíbrio na organização do território. A continuidade de estudos nessa perspectiva contribuirá para subsidiar estratégias de manejo territorial mais equilibradas e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

BERTALANFFY, L. V., 1901-1972. Teoria Geral dos Sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações / Ludwig Von Bertalanffy; tradução de Francisco M. Guimarães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. Tradução Olga Cruz. Caderno de Ciência da Terra. Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, n. 13, 1972.

CARMO, Valter do, ARAÚJO, Denílson. Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

CHRISTOFOLETTI, A. Modelagem de sistemas ambientais. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 1999. IBGE. Censo Demográfico 1991 e 2022. Rio de Janeiro: IBGE. MAPBIOMAS.

Projeto MapBiomas – Coleção 8.2023. Disponível em: https://mapbiomas.org.
RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V. da; CAVALCANTI, A. de P. B. Geoecologia das paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental. 6 ed. Ebook. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2022. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/66152

ROSS, J. L. S. Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

Agradecimentos

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) pelo apoio institucional e infraestrutura disponibilizados para a realização desta pesquisa, e a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo apoio financeiro à pesquisa.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

CIDADES INTELIGENTES NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA PORTUÁRIA: O CASO DO PORTO DO AÇU

Raquel Chaffin Cezario[1]

RESUMO: A ONU prevê que 68% da população mundial será urbana até 2050. Nesse sentido, pensando em formas de aumentar a justiça social e melhorar a qualidade de vida da população citadina, surgiram as *Cidades Inteligentes*, que utilizam as tecnologias de informação e comunicação para investir em infraestrutura e para promover um crescimento econômico sustentável. O Porto do Açu (RJ), como um Porto Inteligente, surge como exemplo de integração tecnológica/inovadora para criar cidades inteligentes em sua região de influência. Portanto, este trabalho propõe explorar como essas tecnologias podem transformar a Região Norte Fluminense, melhorando a infraestrutura urbana e a qualidade de vida da população, impulsionando a economia de forma sustentável.
PALAVRAS-CHAVE: Cidades Inteligentes; Portos Inteligentes; Tecnologia e Inovação; Porto do Açu; Norte Fluminense.

ABSTRACT: The UN predicts that 68% of the world's population will be urban by 2050. In this sense, thinking about ways to increase social justice and improve the quality of life of urban dwellers, *Smart Cities* have emerged, using information and communication technologies to invest in infrastructure and promote sustainable economic growth. The Porto do Açu (RJ), as a Smart Port, emerges as an example of technological/innovative integration to create smart cities within its area of influence. Therefore, this work proposes to explore how these technologies can transform the Northern Fluminense region, improving urban infrastructure and the population's quality of life, boosting the economy sustainably.
KEYWORDS: Smart Cities; Smart Ports; Technology and Innovation; Porto do Açu; Northern Fluminense.

INTRODUÇÃO

O Relatório Mundial das Cidades (ONU, 2022) estimou que 68% da população global será urbana até o ano de 2050, concluindo, assim, que o futuro da humanidade é indubitavelmente urbano. Faz-se, portanto, necessário uma gestão eficiente e um planejamento sustentável do espaço das cidades.

Santos (2006) descreveu as diferentes faces que o planejamento urbano apresentou no Brasil. Inicialmente, ele foi identificado como um instrumento de política higienista para o controle de doenças infectocontagiosas. Em um segundo momento, ele foi utilizado para difundir o urbanismo tecnocrático-modernista. Com a intensificação do crescimento populacional urbano, os movimentos sociais questionaram a ação do Estado e desse planejamento, exigindo que o poder público garantisse o direito à cidade a todos, incluindo os de baixa renda.

[1] Raquel Chaffin Cezario, Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), E-mail: raquelchaffin@yahoo.com.br

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Contudo, a incapacidade financeira do Estado diante deste desafio o levou a firmar parcerias com o empresariado para a promoção de projetos associados ao planejamento com empreendedorismo urbano, tornando-o competitivo e flexível, sendo orientado pelo e para o mercado. Esse fato levou à existência das "cidades empresas", cuja legislação veio legalizar, autorizar e consolidar o desrespeito à Lei e à prática da "exceção legal", surgindo, assim, a "Cidade da Exceção", que manteve os problemas urbanos. (Vainer, 2011).

Posteriormente, o debate por cidades mais sustentáveis e inovadoras, aliado ao intuito de aumentar a justiça social, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e, especialmente, solucionar as dificuldades urbanas, levou ao surgimento da *Smart City,* ou seja, da Cidade Inteligente. Segundo Caragliu, Del Bo e Nijkamp (2009):

> Uma cidade é inteligente quando os investimentos em capital humano e social, em infraestrutura de comunicação tradicional (de transporte) e moderna (TIC) propiciam crescimento econômico sustentável e uma alta qualidade de vida, com uma gestão sábia dos recursos naturais, através da governança participativa. (p.50).

Esse conceito pode ser apresentado a partir de várias perspectivas e visões. Contudo, o foco principal de uma Cidade Inteligente é o de dinamizar o desenvolvimento socioeconômico local, seguindo uma estratégia que situa a população no processo da ação, tendo como parceiras a tecnologia e a inovação para responder aos desafios existentes, sem renunciar a sustentabilidade.

Um fator que influencia positivamente uma região é a existência de um Porto Inteligente. No Brasil, a Lei dos Portos (Lei 8.630/93) e as reformas realizadas nas décadas de 1990 e 2000, abriram caminho para a modernização do sistema portuário. Nesse contexto, surgiram os Portos Inteligentes no Brasil. Para Godoy e Moura (2023),

> Um Porto Inteligente visa utilizar as inovações tecnológicas para melhorar as atividades e serviços portuários, e geralmente está centrado na integração dessas tecnologias de última geração em todo o funcionamento do porto. (...) São considerados como a nova geração de portos, os quais abrigam uma infraestrutura inteligente, gestão e serviços qualificados e integrados.(p. 6 e 7).

Ao redor de um porto, surgem projetos de infraestrutura e urbanização. Nesse contexto, a implementação de tecnologias para otimizar a mobilidade, a gestão de recursos e o monitoramento de dados é um fator fundamental para transformar a região em um polo de Cidade Inteligente.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

No caso do Porto do Açu, localizado ao Norte do Estado do Rio de Janeiro, sua integração com a região de influência pode ser vista como uma oportunidade para o desenvolvimento de um modelo de Cidades Inteligentes. A sua posição estratégica e a sua infraestrutura moderna, fazem dele um ponto de atratividade para investimentos e desenvolvimento regional. Ele pode ser considerado um Porto Inteligente em várias de suas características, principalmente no que diz respeito ao uso de tecnologias para otimizar operações, reduzir custos, melhorar a sustentabilidade e integrar sistemas logísticos.

Em função da complexidade da gestão e do planejamento urbano gerada pelo aumento populacional das últimas décadas, é fundamental identificar possíveis soluções para as questões citadinas. Com a integração de tecnologias sustentáveis e inteligentes, tanto na infraestrutura quanto na gestão urbana, o Porto do Açu pode contribuir para transformar a Região Norte Fluminense em um polo de inovação, eficiência e qualidade de vida para seus habitantes. No entanto, será necessário um planejamento cuidadoso e a colaboração entre diferentes setores para garantir que os benefícios de uma Cidade Inteligente sejam amplamente distribuídos, respeitando as necessidades ambientais, econômicas e sociais. Portanto, este trabalho se justifica pela importância de utilizar os referenciais das Cidades e Portos Inteligentes para direcionar processos de mudança positivos, que contribuirão na melhoria da vida dos habitantes das áreas urbanas.

Destarte, o problema desta pesquisa parte da seguinte questão: Como a tecnologia e a inovação utilizadas no Porto do Açu podem contribuir para que a Região Norte Fluminense se torne mais inteligente? Nesse sentido, o objetivo geral é identificar as principais contribuições do Porto do Açu para a institucionalização de cidades mais inteligentes em sua região de influência. Pretende-se, portanto, avaliar o nível de desenvolvimento a partir da tecnologia e da inovação advindas com o Porto do Açu.

MATERIAIS E METÓDOS

À operacionalização desta pesquisa, utilizou-se como método de abordagem o método indutivo, que segundo Marconi e Lakatos (2003), consiste em um processo que parte de dados particulares para se inferir uma verdade geral ou universal. Quanto aos métodos de procedimento, realizou-se um estudo de caso, pois nele se investiga um acontecimento que pode ser representativo para outros casos semelhantes. (Ibidem). Nesta pesquisa, o objeto de estudo foi o Porto do Açu, considerando as tecnologias e ações inovadoras que foram utilizadas em infraestrutura urbana. Em relação às técnicas de pesquisa, empreendeu-se uma

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

pesquisa de gabinete, documental e bibliográfica. A partir dos dados coletados, a próxima seção apresenta os resultados alcançados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Porto do Açu está consolidando a sua posição como um Porto Inteligente no interior do Estado do Rio de Janeiro, apresentando-se como um possível aliado no desenvolvimento de Cidades Inteligentes na Região Norte Fluminense. Com relação ao fomento às TIC's, o projeto denominado "Cais Açu Lab" vem realizando ações em inovação e sustentabilidade com o objetivo de posicionar o Porto como uma plataforma inovativa, aumentando a eficiência das operações portuárias, marítimas e industriais. (Porto Do Açu, 2024).

Quanto ao desenvolvimento econômico regional, o Porto do Açu atrai empresas nacionais e internacionais, promovendo industrialização, geração de empregos qualificados e desenvolvimento urbano planejado, que são pilares para Cidades Inteligentes. No que diz respeito à infraestrutura e à conectividade, a instalação das indústrias e demais empreendimentos traz investimentos em infraestrutura de transporte, energia e conectividade digital, que impactam positivamente os municípios do entorno. Além disso, o uso de tecnologias de comunicação, sensores e automação no Porto estabelecem uma base que pode ser compartilhada ou expandida para projetos urbanos, como controle de tráfego e segurança pública, por exemplo.

No aspecto que tange à educação, ao engajamento social e ao desenvolvimento humano, o Porto do Açu investe em parcerias com instituições de ensino (apoiando iniciativas de educação básica), saúde, cultura e cidadania, atuando como um agente integrador do território. Um exemplo é o projeto "Transformando o Presente, Projetando o Futuro" (TPPF), cujo objetivo é melhorar a educação básica e reduzir a evasão escolar em São João da Barra. Ele é patrocinado pela Chevron Brasil — importante parceiro e cliente do Porto do Açu — em cooperação com o Instituto Aliança e a Secretaria Municipal de Educação (Semed) sanjoanense. (Chevron, 2023).

CONCLUSÕES

Em síntese, o Porto do Açu se posiciona como um catalisador para o desenvolvimento regional inteligente, contribuindo para que as cidades ao redor caminhem em direção a um modelo de Cidade Inteligente, com ênfase em tecnologia, inovação, melhoria da qualidade de vida, sustentabilidade e inclusão, contribuindo significativamente para a modernização de municípios como São João da Barra e Campos dos Goytacazes.

Assim, conclui-se que o Porto do Açu não se limita à função de infraestrutura logística, mas desponta como uma plataforma estratégica para a construção de um território mais inovador, sustentável e conectado. Sua experiência oferece subsídios para outras regiões brasileiras que buscam adotar o paradigma das Cidades Inteligentes, consolidando o papel dos portos como agentes de transformação urbana e social. Estudar potencialidades e limites desse cenário é uma tentativa para ajudar a desfazer a indiferença do empreendimento com o seu entono. Evidentemente, a efetivação dessa agenda não é simples e depende não apenas da adoção de TIC's, mas também de políticas públicas integradas, participação ativa dos cidadãos e parcerias entre os setores público, privado e o meio acadêmico.

REFERÊNCIAS

CARAGLIU, A.; DEL BO, C.; & NIJKAMP, P. **Smart cities in Europe**. Journal of urban technology. 2011, 18(2), 65-82.

CHEVRON, Brasil. **Projeto social em educação transforma a vida de jovens de São João da Barra.** Portal de Notícias, 27 de abril de 2023. Disponível em: https ://brazil.chevron.com/news/latest-news/2023/projeto-social-em-educacao- transforma-a-vida-de-jovens-de-sao-joao-da-barra. Acesso em 25 de agosto de 2025.

GODOY, Pamela Biagini Bueno de; MOURA, Delmo Alves de. **Porto Inteligente (Smart Port):** a logística 4.0 sustentável. XXX Simpósio de Engenharia de Produção – "Transformação Digital e Gestão de Operações: Desafios e Tendências". Bauru, SP, Brasil, 07 a 09 de novembro de 2023, p. 1-15.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDADES – ONU. **Relatório Mundial das Cidades**. 2022. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/188520-onu-habitat-popula %C3%A7%C3%A3o-mundial-ser%C3%A1-68-urbana-at%C3%A9-2050. Acesso em 10 de julho de 2025.

PORTO DO AÇU. **Cais Açulab:** coletivo de ações em inovação & sustentabilidade. 2024. Disponível em: https://caisaculab.com.br/. Acesso em 25 de agosto de 2025.

_. **Porto do Açu é o primeiro porto do Brasil a obter certificação internacional EcoPorts**. 2022. Disponível em: https://esg.portodoacu.com.br/pt/porto-do-acu-e-o-primeiro-porto-do-brasil-a-obter- certificacao-internacional-ecoports/.Acesso em 30 maio 2025.

SANTOS, Angela Moulin S. Penalva. **Planejamento Urbano**: para quê e para quem? Revista de Direito da Cidade. Rio de Janeiro, v. 1, n.1, 2006, p. 30-61.

VAINER, Carlos. **Cidade de Exceção**: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional 14. Rio de Janeiro, 2011. Anais eletrônicos. Rio de Janeiro: Enanpur, 2011.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Agradecimentos: Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UENF e ao Professor Doutor Edison Terra, meus mais sinceros agradecimentos nessa nova etapa.

IMPLANTAÇÃO SELETIVA DE CONJUNTOS HABITACIONAIS EM ÁREAS VULNERÁVEIS: QUANDO O DIREITO À MORADIA REFORÇA DESIGUALDADES

Raissa Vigneron de Azeredo[1]
Ronaldo de Moraes Brilhante[2]
Gerônimo Emilio Almeida Leitão [3]

RESUMO

Este trabalho analisa as condições socioeconômicas dos arredores dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida através do Índice Global de Deprivação (IGP), buscando compreender desigualdades socioespaciais na implantação desses empreendimentos. Para tanto, os conjuntos e centroides dos municípios-sede foram geocodificados e, a partir das geocoordenadas, extraiu-se o valor mínimo do IGP em buffers de 1 km² (conjuntos) e no polígono municipal utilizando o programa R. Estimou-se um índice de desigualdade de implantação habitacional, em que valores maiores indicam maior deprivação no entorno dos conjuntos comparada ao município-sede. Em escala nacional e no estado do RJ, os empreendimentos concentram-se em áreas mais deprivadas do que as demais porções dos municípios-sede, revelando um padrão desigual de implantação. A diferença mais acentuada no RJ evidencia seletividade locacional mais intensa. Os achados reforçam a necessidade de integrar políticas habitacionais ao planejamento urbano, alinhando a produção habitacional aos princípios da justiça espacial.

Palavras chave: Desigualdade socioespacial; Segregação territorial; Habitação Social.

ABSTRACT

This work analyzes the socioeconomic conditions of the surroundings of the housing complexes of the *Minha Casa Minha Vida* Program through the Global Deprivation Index (GDI), seeking to understand socio-spatial inequalities in the implementation of these projects. For this purpose, the complexes and centroids of the host municipalities were geocoded and, from the geocoordinates, the minimum GDI value was extracted in 1 km² buffers (complexes) and in the municipal polygon using the R program. A housing implementation inequality index was estimated, in which higher values indicate greater deprivation in the surroundings of the complexes compared to the host municipality. At the national scale and in the state of Rio de Janeiro, the projects are concentrated in more deprived areas than the other portions of the host municipalities, revealing an unequal implementation pattern. The more pronounced difference in Rio de Janeiro highlights a more intense locational selectivity. The findings reinforce the need to integrate housing policies with urban planning, aligning housing production with the principles of spatial justice.

Keywords: Socio-spatial inequality; Territorial segregation; Social housing.

[1] Raissa Vigneron de Azeredo, Universidade Federal Fluminense (UFF), Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP). vigneronraissa@id.uff.br

[2] Ronaldo de Moraes Brilhante, Universidade Federal Fluminense (UFF), Escola de Arquitetura e Urbanismo (EAU). rmbrilhante@id.uff.br

[3] Gerônimo Emilio Almeida Leitão, Universidade Federal Fluminense (UFF), Escola de Arquitetura e Urbanismo (EAU). geronimoleitao@gmail.com

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a questão habitacional tem sido historicamente conduzida sob uma perspectiva economicista, resultando em políticas públicas pouco eficientes para enfrentar a complexidade do direito à moradia. Como observa Maricato (2015), os programas habitacionais tendem a reproduzir uma lógica higienista e excludente, deslocando populações de baixa renda para áreas periféricas e desconectadas da malha urbana consolidada. Esse padrão manifesta-se com clareza no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), principal política habitacional do país nas últimas décadas.

O modelo de produção adotado, baseado na aquisição de terras mais baratas em áreas longínquas e na construção em larga escala, contribuiu para a intensificação da periferização, exigindo investimentos adicionais em infraestrutura e ampliando a vulnerabilidade social (Rolnik et al., 2010). Como destaca Alvarez (2019), o espaço é produzido historicamente pela ação humana. Entretanto, sendo apropriado de forma desigual no modo de produção capitalista, torna as políticas públicas geralmente seletivas.

Portanto, ainda que orientadas pela ampliação do direito à moradia, tais políticas frequentemente reforçam desigualdades ao serem implantadas em territórios já marcados pela desigualdade socioeconômica. Lago (2012) ressalta, por exemplo, que a produção habitacional no Brasil carece de integração ao planejamento urbano, sendo em grande medida subordinada à lógica do mercado fundiário.

Mesmo com avanços no acesso à moradia formal alcançados pelo PMCMV, permanece pouco explorada a análise da relação entre a implantação territorial dos conjuntos e os indicadores de vulnerabilidade socioeconômica dos municípios onde se inserem. Nesse sentido, lacunas de pesquisa residem em compreender de que forma os programas de habitação social, em vez de promoverem a correção das desigualdades, podem acentuar disparidades urbanas quando implantados seletivamente em áreas mais vulneráveis.

Este estudo parte da hipótese de que a produção habitacional vinculada ao PMCMV, ao privilegiar terrenos disponíveis em áreas periféricas e de menor valor fundiário, tende a reforçar dinâmicas de segregação urbana. O objetivo, portanto, é analisar comparativamente a inserção espacial dos conjuntos em relação ao tecido urbano e aos níveis de deprivação socioeconômica, de modo a avaliar em que medida o programa tem sido capaz, ou não, de contribuir para a redução efetiva das desigualdades habitacionais.

MATERIAL E MÉTODOS

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A pesquisa utilizou os dados do Orçamento Geral da União (OGU) referentes aos empreendimentos contratados pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), abrangendo as modalidades Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e Entidades, tanto concluídos quanto em execução.

Para a análise socioespacial, empregou-se o Índice Global de Deprivação Relativa (GGRDI), que mede a deprivação socioeconômica em escala subnacional a partir de áreas geocoordenadas. O GGRDI representa níveis relativos de pobreza e deprivação multidimensional em células de 1 km² em todo o mundo, variando de 0 (menor deprivação) a 100 (maior deprivação). O índice deriva de um modelo geoespacial que integra dados sociodemográficos e de sensoriamento remoto em seis componentes: razão de dependência infantil, taxa de mortalidade infantil, Índice de Desenvolvimento Humano Subnacional, proporção entre áreas construídas e não construídas, intensidade média de luzes noturnas em 2020 e tendência temporal das luzes noturnas entre 2012 e 2020 (CIESIN, 2022).

O procedimento metodológico foi estruturado em quatro etapas: (i) Georreferenciamento dos conjuntos habitacionais e centroides municipais a partir das informações do OGU (CEP, nome dos municípios e unidade federativa), via API de geocodificação, utilizando o pacote "ggmap" do programa R; (ii) Extração dos valores mínimos do GGRDI em buffers de 1 km² no entorno dos conjuntos e no polígono municipal, utilizando os pacotes "terra" e "raster" no programa R; (iii) cálculo do índice de desigualdade de implantação habitacional, definida como:

$$\text{DIH} = \ln\left(\frac{GGRDI_{conjuntos\ habitacionais}}{GGRDI_{polígonos\ municipais}}\right)$$

em que valores maiores de DIH indicam maior deprivação no entorno dos conjuntos em comparação com os valores mínimos do município; (iv) Comparação das médias do DIH entre o estado do RJ e o Brasil, bem como entre as modalidades do PMCMV (FAR e Entidades), por meio de Análise de Variância do tipo III (adequada a dados desbalanceados), utilizando o pacote "car" no programa R.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em geral, o GGRDI foi maior no entorno dos conjuntos habitacionais quando comparado ao valor mínimo dos municípios-sede, resultando em um índice DIH positivo tanto no Brasil quanto no estado do RJ (Figura 1). Esse resultado sugere que os empreendimentos do

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

PMCMV tendem a ser implantados em lugares mais vulneráveis socioeconomicamente, distanciando os moradores dos centros urbanos consolidados e reforçando a seletividade locacional já apontada por estudos anteriores (LAGO, 2012). Isso dificulta o acesso a oportunidades de emprego e a serviços essenciais, como escolas e hospitais, além das dificuldades enfrentadas por problemas estruturais na mobilidade urbana (Maricato, 2013).

O índice DIH no estado do RJ (média= 0.994± 0,525) foi quase o dobro do observado para o Brasil (média= 0.651± 0.521), diferença estatisticamente significativa segundo a ANOVA a um nível de 95% de confiança (F= 6.557, p= 0,010). Esse resultado evidencia que, no estado do RJ, a concentração de conjuntos habitacionais em áreas periféricas e socioeconomicamente fragilizadas é ainda mais acentuada, reforçando o papel da política habitacional como vetor de reprodução das desigualdades territoriais. Parte dessa intensificação pode ser explicada pelo próprio histórico de segregação socioespacial da metrópole Fluminense, marcado, desde o início do século XX, por políticas de remoção e deslocamento de populações de baixa renda para as áreas cada vez mais distantes dos centros urbanos (MARICATO, 2015). De fato, o RJ é um dos estados mais desiguais do Brasil, ocupando o quinto lugar no ranking do índice de Gini (IBGE, 2024), revelando sua estrutura social altamente polarizada.

Paradoxalmente, apesar de possuir o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do país, essa capacidade econômica não se traduz em políticas habitacionais mais eficientes. Ao contrário, como destacam Rolnik (2010) e Maricato (2015), a lógica de implementação do PMCMV parece subordinada às pressões do mercado fundiário, reproduzindo a história segregação socioespacial no estado. Por exemplo, os valores de contratação dos conjuntos habitacionais no estado do RJ (R$ 24.410.501± 31.340.478) supera a média nacional (R$ 5.894.804± 20.745.393). No entanto, esse investimento não refletiu em melhor inserção urbana dos empreendimentos, mas em sua concentração em áreas periféricas, onde, contraditoriamente, a terra é mais barata (MARICATO, 2015). Isso corrobora a crítica feita por Joice Berth (2019), de que a política urbana brasileira, ao não enfrentar a disputa estrutural pelo direito à cidade, mantém o acesso à moradia relegado às áreas de menor valor.

Interessantemente, o índice DIH não diferiu de acordo com a modalidade do PMCMV (FAR e Entidades) (F= 0,081, p= 0,776). Esse achado indica que o padrão de localização dos empreendimentos parece ser estrutural e independente do tipo de financiamento ou da forma de contratação. Ainda que as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) envolvidas no PMCMV-Entidades tenham o intuito de promover moradia cooperativa e autogestora, sua capacidade de influenciar efetivamente a escolha dos terrenos de implantação parece ser limitada. Como

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

observa Lago (2012), ao defender os grupos autogestores, há casos de conjuntos que descaracterizam o objetivo de Entidades, devido à pressão por replicação rápida e ausência de estruturas que garantem o protagonismo dos moradores na decisão do local de implantação. Isso sugere que a luta dos movimentos por moradia para conquistar locais próximos de suas redes comunitárias e de trabalho ainda não se traduziu em efetiva prioridade nas políticas habitacionais. A seleção dos terrenos, portanto, ainda parece estar subordinada às dinâmicas do mercado fundiário e a impeditivos burocráticos, reduzindo a efetividade da autogestão que o programa pressupõe.

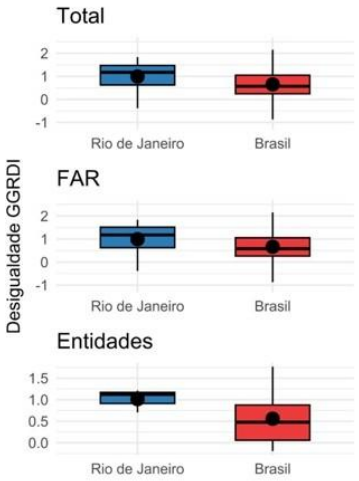


Figura 1. Distribuição da desigualdade do Índice Global de Deprivação (GGRDI) entre conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e seus respectivos municípios. As caixas representam o intervalo interquartil (IQR, 25%–75%) e a linha central indica a mediana. Os "whiskers" correspondem aos valores mínimo e máximo dentro de 1,5 vezes o IQR, e o ponto indica a média. Os boxplots mostram a variação para o estado do Rio de Janeiro (azul) e para o Brasil (vermelho), considerando o total de empreendimentos, apenas os financiados pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e aqueles executados pela modalidade Entidades.

CONCLUSÕES

Os resultados confirmam que os empreendimentos habitacionais do PMCMV, em nível nacional, concentram-se em áreas mais vulneráveis socioeconomicamente que os municípios em que se inserem. Nesse contexto, a política habitacional brasileira permanece pouco articulada ao planejamento urbano e aos interesses de todos os setores da sociedade, sendo excessivamente condicionada à lógica do mercado fundiário. O índice de desigualdade de implantação habitacional mais elevado no estado do RJ evidencia o caráter ainda mais seletivo da implantação, que, ao invés de mitigar desigualdades, pode contribuir para sua reprodução. A ausência de diferenças significativas entre as modalidades indica que o padrão é estrutural e pouco dependente do tipo de financiamento e atuação do terceiro setor. Esses achados reforçam a necessidade de maior integração entre a política habitacional e o planejamento urbano,

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

alinhando a produção de moradias aos princípios da justiça espacial. Tal integração é fundamental para o avanço dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 10 (Redução das Desigualdades) e o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis).

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, I. A necessidade da geografia. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgs.). **A necessidade da geografia: uma leitura crítica.** São Paulo: Contexto, 2013. p. 69-78.

Center for International Earth Science Information Network (CIESIN). (2022). Global Gridded Relative Deprivation Index (GRDI), Version 1 [dataset]. NASA Socioeconomic Data and Applications Center (SEDAC). https://doi.org/10.7927/3xxe-ap97

LAGO, L. O associativismo produtivo na periferia urbana: novos conflitos em pauta. In: Autogestão Habitacional e no Brasil. Rio de Janeiro. Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2012.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, E. et al. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013, p. 19-26.

ROLNIK, R. Direito à Moradia. Desafios do desenvolvimento, v. 1, n. 1, p. 41–41, 2009.

ROLNIK, R. et al. Como produzir moradia bem localizada com os recursos do programa Minha Casa Minha Vida? Implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade. Ministério das Cidades, 2010.

Agradecimentos

Agradecemos, em especial, o Dr. Leonardo Costa pela construção de gráficos, análises espaciais e testes estatísticos.

A DINÂMICA POPULACIONAL RECENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Michael Chetry [1]

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo, a partir dos primeiros resultados do Censo Demográfico 2022 do IBGE, descrever e analisar as dinâmicas demográfica e migratória recentes do estado do Rio de Janeiro. Os resultados apontam para continuidade das tendencias anteriores: estagnação demográfica, aumento das perdas migratórias e tímido movimento desconcentração da população da Região Metropolitana em direção aos litorais sul e norte do Estado. A principal novidade da última década é o aumento do número de municípios que registraram perda de população, o que pode indicar uma possível reorganização espacial do território.

Palavras-chave: demografia, migração, Região de Governo, Rio de Janeiro

ABSTRACT

This study aims, based on the first results of the 2022 Demographic Census, to describe and analyse the recent demographic and migratory dynamics of the state of Rio de Janeiro. The show the continuation of previous trends: demographic stagnation, an increase in migratory losses, and a modest movement of population deconcentration from the Metropolitan Region toward the state's southern and northern coastal areas. The new fact of the last decade is the increase in the number of municipalities experiencing population loss, which may suggest a possible spatial reorganization of the territory.

Keywords: demography, migration, Government Region, Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

O processo de formação do território fluminense é historicamente marcado por um intenso desequilíbrio entre a metrópole do Rio de Janeiro e o interior do Estado. Essa disparidade, que se expressa tanto em termos populacionais quanto econômicos, encontra suas raízes na centralidade econômica e política que exerceu a cidade do Rio de Janeiro no plano nacional e local, e foi se consolidando progressivamente ao longo do tempo. O Rio de Janeiro liderou o desenvolvimento econômico do país até as primeiras décadas do século 20, quando foi ultrapassada por São Paulo. Sediou a capital do país durante quase 200 anos e, de 1834, quando se tornou município neutro, até a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro em 1975, o município do Rio de Janeiro permaneceu separado institucionalmente do resto do Estado. Esses processos se conjugaram para produzir e ampliar esse descompasso entre a cidade - e posteriormente a Região Metropolitana - do Rio de Janeiro e o interior do Estado, resultando na formação de dois espaços distintos e pouco integrados. Nos anos mais recentes, a partir da

[1]Michael Chetry, Universidade Federal Fluminense de Angra dos Reis, michaelchetry@if.uff.br

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

crise econômica e social da década de 1980 que atingiu de forma particularmente acentuada o Rio de Janeiro (Natal, 2011), o Estado vem apresentando um quadro de estagnação econômica e demográfica que se reflete tanto no baixo crescimento populacional (Ribeiro; O'Neill, 2012), quanto em perdas migratórias (Oliveira; Ervatti, 2012). Em paralelo, apesar de continuar fortemente polarizada em torno da Região Metropolitana, é possível identificar um movimento de desconcentração da população a partir dos anos 1990 sustentado pela expansão do setor petrolífero no interior (Simões, A.; Oliveira, 2007; Ribeiro; O'Neill, 2012). Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo atualizar estudos anteriores acerca a dinâmica populacional fluminense recente. Com base os primeiros resultados do Censo Demográfico 2022 do IBGE, busca-se descrever e analisar as dinâmicas demográfica e migratória do Estado desde 2010.

MATERIAIS E METÓDOS

As analises apresentadas neste trabalho se baseiam nos dados do Censo Demográfico 2022 do IBGE sobre a população e as migrações. A dinâmica demográfica foi analisada a partir de indicadores demográficos como a taxa geométrica de crescimento e a distribuição espacial da população, considerando a variável da população residente. A descrição das migrações foi realizada por meio do saldo migratório e dos deslocamentos interestaduais em direção ao Estado. Para isso, utilizamos a informação referente ao lugar de residência dos indivíduos 5 anos antes da aplicação do Censo, conhecida como "migração a data fixa". As analises foram conduzidas na escala do estado do Rio de Janeiro, das Regiões de Governo e dos municípios.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A dinâmica demográfica recente do estado do Rio de Janeiro segue globalmente as tendencias registras nas últimas décadas, que apontam para um quadro de estagnação demográfica. Em 1900, a população do Estado era de 1,75 milhões de habitantes, representando 10,0% da população do país. Nas primeiras décadas do século XX, a população cresce de forma relativamente lenta, a um ritmo abaixo da média nacional: em 1940, o Estado contava 3,6 milhões de habitantes, correspondendo a 8,8% da população brasileira. O aumento da população é particularmente notável a partir da década de 1940 até a década 1970, sendo a um ritmo superior à média nacional: em 1970, a população do Estado atingiu 9,1 milhões de habitantes, representando 9,6% da população do país. Desde então, a dinâmica demográfica do Estado conheceu uma desaceleração significativa. A

partir da década de 1980, o Rio de Janeiro apresenta um crescimento populacional em diminuição e inferior da média nacional e,
consequentemente, uma redução progressiva do seu peso demográfico. Em 2022, o Estado contava um pouco mais de 16.055.174 habitantes, correspondendo à 7,9% da população brasileira, o menor valor desde a realização dos censos demográficos.

Essa estagnação da dinâmica demográfica do estado Rio de Janeiro nas últimas décadas se verifica também em relação as outras unidades da federação. Terceiro estado mais populoso do país atrás São Paulo e Minas Gerais, o Rio de Janeiro registra desde 1991, no contexto de redução do crescimento populacional vivido pelo país, umas das taxas de crescimento mais baixa do Brasil: de 1,30 % por ano na década 1991-2000 passou para 1,06% por ano na década 2000-2010. No período entre 2010 e 2022, o Rio de Janeiro apresentou a segunda menor taxa de crescimento do país com 0,03% por ano, uma taxa que representa um acréscimo de apenas 65 mil habitantes.

Os resultados confirmam a forte concentração da população na Região Metropolitana: em 2022, concentra 73,1% da população estadual, correspondendo a 11.742.990 habitantes. No contexto metropolitano, é importante destacar que o núcleo, isto é o município do Rio de Janeiro, concentra um pouco menos de 40% da população fluminense (6.211.223 habitantes), enquanto a periferia metropolitana acolhe 34,5% da população (5.531.767). Por sua vez, 27,9% da população estadual reside no interior do Estado, principalmente nas Regiões de Governo das Baixadas Litorâneas, Médio Paraíba, Norte Fluminense e Serrana.

Os resultados apontam também para a continuidade do movimento de desconcentração da população para o interior do Estado verificado a partir dos anos 1990 por Ribeiro e O'Neill (2012). Entre 1991 e 2022, a proporção da população fluminense residindo na Região Metropolitana diminuiu significativamente, passando de 77,2% a 73,1%, diminuição que se deve principalmente ao comportamento do núcleo cujo peso decresceu de 42,8% para 38,7% no mesmo período. A periferia metropolitana, por sua vez, registra uma redução mais leve da sua participação, de 35,5% em 2000 a 34,5% em 2022. Em contrapartida, observa-se logicamente o crescimento relativo da população no interior do Estado, embora de forma não homogênea. O aumento da população concentrou-se nas Baixadas Litorâneas, no Norte Fluminense e na Costa Verde, as outras Regiões de Governo permanecendo relativamente estável ou até registrando um leve declino (Centro-Sul Fluminense, Serrana).

Na escala local, os municípios experimentaram trajetórias demográficas bastante

distintas. Em primeiro lugar, a deterioração da dinâmica demográfica do Estado nas últimas décadas se reflete na diminuição do número de municípios que experimentaram um crescimento da população, que caiu de 45 no período 2000-2010 para 13 no período 2010- 2022. Observamos também que os ritmos de crescimento dos municípios vão globalmente diminuindo. Assim, quando 9 munícipios tinham uma taxa de crescimento superior a 3 % a.a. entre 1991 e 2000, são apenas 3 entre 2010 e 2022. A localização do crescimento demográfico evidencia a continuidade do processo de expansão da metrópole segundo os dois eixos identificados por Ribeiro e O'Neill (2012). O primeiro, ao longo do Litoral Norte, corresponde as Baixadas Litorâneas, de Marica até Macaé. O segundo, do lado oposto, ao longo do Litoral Sul, corresponde a Costa Verde, de Mangaratiba até Paraty (com exceção de Angra dos Reis). Tratam-se de regiões tradicionalmente dinâmicas do Estado, cujas economias, impulsionadas pelo setor petrolífero, turístico e pelos recursos dos royalties no caso das Baixadas Litorâneas, e pelas atividades relacionas ao turismo e a segunda residência na Costa Verde, as tornam particularmente atrativas.

Ao contrário, o número de municípios apresentando um declino demográfico aumentou, passando de 7 no período 2000-2010 para 27 no período 2020-2022. Parte desses municípios são tradicionalmente pouco dinâmicos e conhecem um processo de esvaziamento desde décadas como aqueles localizados nas regiões Serrana e Noroeste Fluminense. Mas outros municípios registraram uma perda de população mais recentemente, sugerindo mudanças de trajetórias demográficas. Tratam-se principalmente da capital Rio de Janeiro e de alguns municípios da Região Metropolitana, de municípios do Médio Paraíba e do Centro-Sul Fluminense, e de Angra dos Reis na Costa Verde. A Região Metropolitana já vinda passando desde a década de 1980 por um processo de perdas migratórias em favor do interior do estado (Simões; Oliveira, 2007). Mas até então, essa perda era compensada pela vinda de migrantes de outras unidades da federação, o que não é mais o caso, tendo em conta a deterioração da dinâmica migratória do estado como veremos adiante. Por outro lado, em Angra dos Reis, a reversão do quadro demográfico após décadas de forte crescimento populacional foi ocasionada pela desaceleração da indústria naval, a principal atividade econômica do município, após a operação Lava Jato, a qual se sobrepôs uma crise de segurança pública.

Os dados disponibilizados sobre as migrações ainda são preliminares e informam apenas os movimentos migratórios interestaduais. Todavia, eles vêm confirmar a degradação da dinâmica migratória do estado do Rio de Janeiro em relação as outras unidades da federação. Em 2022, o Estado registrou o maior saldo migratório negativo do

país, com um déficit de 165 mil indivíduos, contra 3 mil em 2010. Os migrantes são originários principalmente dos Estados mais próximos (São Paulo, Minas Gerais) e do Nordeste (Bahia, Ceara, Paraíba). Os principais destinos dos emigrantes correspondem também aos Estados mais próximos (São Paulo, Minas Gerais, Espirito do Santo), seguido pelo Paraná, Santa Catarina, e a Região Nordeste. Essa última migração sinaliza a continuidade dos movimentos de retorno, tendencia já observada há algumas décadas. Agora, a importância crescente dos fluxos em direção Santa Catarina constitui uma certa novidade, testemunhando do dinamismo econômico desse estado nos anos recentes que o tornou um destino privilegiado dos migrantes. Olhando para as Regiões de Governo, podemos observar que a Região Metropolitana é logicamente o principal destino das migrações interestaduais, seguido pelas Baixadas Litorâneas, Médio Paraíba e o Norte Fluminense, que correspondem aos principais núcleos de concentração populacional do Estado.

CONCLUSÃO

As analises apresentadas aqui confirmam as principais tendencias observadas nas últimas décadas e convergem para manutenção do quadro de estagnação demográfico do estado do Rio de Janeiro. Assim, desde 2010, o crescimento da população fluminense é praticamente nulo, correspondendo a segunda menor taxa do país. Paralelamente, houve um aumento do saldo migratório na última década, revelando uma piora das capacidades do estado para atrair e reter a população. Em termos espacial, a forte concentração da população em torno da Região Metropolitana, traço histórico da configuração do espaço fluminense, continua se reduzindo, ainda que de forma tímida. Tal movimento reflete a expansão da metrópole em direção aos litorais sul e norte do Estado. Os dados permitem também de identificar algumas novidades, especialmente o aumento do número de municípios que registraram perda de população, o que pode indicar uma possível reorganização espacial do território. Todavia, ainda é necessário aguardar a publicação dos resultados completos do Censo Demográfico 2022, em particular de sobre migração, para determinar com mais precisão essas tendencias.

REFERÊNCIAS

IBGE. **Censo Demográfico 2022**.

NATAL. Jorge L. A. **O estado do Rio de Janeiro no limiar do século XXI – história, diagnóstico e perspectivas de desenvolvimento**. Relatório de Pesquisa. IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 2001.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

OLIVEIRA, T. R., ERVATTI, L. R. **Mobilidade espacial da população no Rio de Janeiro: dinamismo e estagnação**. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), Águas de Lindóia/SP, 2012.

RIBEIRO, Miguel Angelo; O'NEILL, Maria Monica Vieira Caetano. Contrastes entre a metrópole e o interior fluminense a partir da dinâmica populacional. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 23, p. 262–301, 2012. DOI: 10.12957/geouerj.2012.3710. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/3710. Acesso em: 22 ago. 2025.

SIMÕES, A.; OLIVEIRA, A. T. R. **Migrações, economia e território no Estado do Rio de Janeiro nos anos noventa**. In: V ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES. Campinas, SP. Anais... Campinas: Abep, 2007.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

O PAPEL DO ESTADO, DO MERCADO IMOBILIÁRIO E DA PLATAFORMA AIRBNB NA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO

Camila Azevedo de Andrade[1]

Resumo
O artigo analisa a disputa por funções da área central do Rio de Janeiro. Historicamente, esta área da cidade tinha uma presença expressiva de comércios, serviços e escritórios. A área central teve o processo de esvaziamento evidenciado pela pandemia da COVID-19. Como resposta, o município propôs o programa Reviver Centro, com objetivo de produzir habitação e reocupar a área central, a partir de incentivos fiscais, que foram desvirtuados pelo mercado imobiliário para produzir edifícios voltados ao investimento, expresso nos alúgueis de curta temporada na plataforma Airbnb. Nesse sentido, há um conflito entre o projeto do Estado e a produção neoliberal do espaço. Como metodologia, será feita uma análise documental do programa, da tipologia dos empreendimentos e do discurso de venda, com o objetivo de analisar como a atuação da plataforma Airbnb, no âmbito do programa Reviver Centro, modifica a configuração territorial e demográfica da área central do Rio de Janeiro. Os resultados indicam que a própria tipologia dos empreendimentos são projetadas para a locação de curta temporada, revelando a captura dos incentivos da política pública para suprir os interesses do mercado imobiliário e não do município do Rio de Janeiro e a sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso desses imóveis.
Palavras-chave: Espaço Urbano; Airbnização; Reviver Centro; Política Pública

Abstract
This article analyzes the dispute over the functions of Rio de Janeiro's downtown area. Historically, this area of the city had a significant presence of commerce, services, and offices. The central area experienced a process of emptying, highlighted by the COVID-19 pandemic. In response, the city proposed the Reviver Centro program, aiming to create housing and reoccupy the central area through tax incentives, which were misused by the real estate market to produce buildings geared toward investment, reflected in short-term rentals on the Airbnb platform. In this sense, there is a conflict between the state's project and the neoliberal production of space. The methodology will be a documentary analysis of the program, the typology of the developments, and the sales pitch, with the aim of analyzing how the Airbnb platform's actions, within the Reviver Centro program, modify the territorial and demographic configuration of Rio de Janeiro's downtown area. The results indicate that the typology of the developments themselves are designed for short-term rentals, revealing the capture of public policy incentives to meet the interests of the real estate market and not the municipality of Rio de Janeiro and the overlapping of the exchange value over the use value of these properties.

INTRODUÇÃO

[1] Camila Azevedo de Andrade - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil camilaazeandrade@gmail.com

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Ao longo da história, os centros das cidades se destacam pela presença expressiva de comércios e serviços, para além da presença relevante de infraestrutura, fato que concedeu dinamicidade às relações sociais e econômicas presentes nas cidades. As áreas centrais configuram polos de atração que precisam ser compreendidos a partir da dinâmica dos fluxos que justificam as concentrações Silva (2003).

Na cidade do Rio de Janeiro, a partir da década de 1960, houve um enfoque na instalação de escritórios e de estabelecimentos comerciais, sobretudo a partir dos investimentos do setor imobiliário (MONTEIRO; GARCIA, 2023). Este cenário reflete a importância dada a esta área da cidade para concentrar imóveis administrativos e comerciais, tendo a produção de habitação menor destaque.

Poucas décadas depois, a criação de subcentralidades era uma realidade, com a expansão da cidade em direção às periferias, este fato auxiliou na desconcentração de algumas atividades comerciais e administrativas e exemplifica um impulsionador da perda de centralidade da área central do Rio de Janeiro. Mais recentemente, a pandemia da COVID-19, que iniciou-se no ano de 2020, aprofundou este processo de esvaziamento, em função da implementação relevante do *home office* e da procura de empresas por aluguéis mais baratos, indo em direção a outras partes da cidade.

Nessa perspectiva, o Reviver Centro surge em 2021 como uma resposta a intensificação deste processo. Com intuito de reocupar esta área da cidade com habitação, a partir de incentivos fiscais e alterações na legislação urbanística, esta política pública busca reordenar o espaço urbano, fomentando a moradia permanente e, com isso, uma nova dinâmica demográfica.

Todavia, os incentivos concedidos pelo município, para que o mercado imobiliário construa empreendimentos e refuncionalize imóveis, não garantem que essa produção seja destinada à moradia permanente, como fomenta o programa. Isto porque a venda por corretores e plataformas de vendas está promovendo a oportunidade de investimento na compra de unidades. Esse investimento está associado ao aluguel, no caso deste estudo, o aluguel de curta temporada, por meio da plataforma Airbnb. O Airbnb é uma plataforma que conecta viajantes em busca de acomodação a pessoas interessadas em alugar seu quarto ou imóvel disponível para obter uma renda extra (Airbnb, 2018). Desse modo, ao mudar a lógica de uso dos imóveis, que é a moradia permanente, torna-se um agente que altera o espaço e suas dinâmicas.

Somado a isto, a própria característica dos edifícios, como: o tamanho e os serviços oferecidos, indica que esta produção pode estar sendo destinada para um público não

residente. Nesse sentido, estas produções estão sendo pensadas a partir do seu valor de troca e não do seu valor de uso.

A partir disso, o objetivo do trabalho é analisar como a atuação da plataforma Airbnb, no âmbito do programa Reviver Centro, modifica a configuração territorial e demográfica da área central do Rio de Janeiro. Partindo do princípio que o município, por meio do Reviver Centro, tenta reconfigurar esta área para o uso residencial mais expressivo, observa-se que o mercado imobiliário se utiliza dos incentivos para fomentar outra dinâmica, que impacta também o fluxo de pessoas desta área da cidade.

MATERIAIS E METÓDOS

Com o intuito de alcançar o objetivo deste estudo, será realizada uma análise da documentação vinculada ao Reviver Centro, a fim de compreender a reconfiguração territorial para tornar esta área ocupada por habitação, planejada pelo município do Rio de Janeiro. Será feita também uma análise da tipologia dos empreendimentos implementados pelo programa, com anúncios na plataforma Airbnb, e do discurso das incorporadoras e das plataformas de venda sobre estes mesmos imóveis. O intuito é identificar o público-alvo para o qual foram feitos os empreendimentos, a partir da tipologia e de como estão sendo vendidos, partindo do princípio que eles materializam o objetivo do mercado imobiliário para esta área da cidade.

Além disso, serão examinados os dados dos Relatórios Mensais de Acompanhamento do Reviver Centro, disponibilizados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico, nos quais apresentam a localização e algumas características dos empreendimentos viabilizados pelo programa. Em conjunto, serão tratados os dados censitários, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a população residente da área central, para entender o esvaziamento e discernir onde está a concentração da população e correlacionar com a localização dos empreendimentos e a concentração de anúncios da plataforma. Essa correlação vai permitir identificar padrões espaciais que busquem responder em quais desses casos há a presença de mais moradores permanentes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O programa, ao fomentar a reocupação da área central do Rio de Janeiro, por meio de moradia, expõe uma tentativa de mudança a este espaço que, ainda que com o

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

processo de esvaziamento, é conhecido pelos comércios, serviços e empresas. Desse modo, busca-se então modificar a função desse espaço, para uso residencial, e, por conseguinte, transformar quem é e como se movimenta nesta área da cidade.

A cidade, a partir da lógica neoliberal, se torna um meio de acumulação de capital, tornando-se, portanto, um objeto de negócio. Dessa maneira, projetos como o Reviver Centro, ainda que promovam discursos positivos para o espaço urbano e para a população local, procuram reconstituir este espaço urbano com novas funções, para que ele seja cada vez mais atrativo para o capital.

Nesse sentido, é possível refletir sobre a produção de moradia incentivada pelo município. O mercado imobiliário se beneficia destes incentivos, mas buscando alcançar seus interesses, que é tornar o mais rentável possível estas produções. Isto é nítido na venda das unidades produzidas, na qual a oportunidade de lucro ou investimento é, muita vezes, usada para atrair compradores (Figura 1). Esta ideia de lucrar ou investir em unidades está associada ao aluguel por curta temporada no Airbnb, resultando no processo de "airbnização", isto é, a atuação da plataforma e sua lógica organizam o espaço urbano em que operam.

Figura 1 - Skylux by Tegra

Fonte: **TEGRA INCORPORADORA.** *Skylux by Tegra*. Disponível em: https://www.tegraincorporadora.com.br/rj/rio-de-janeiro/norte/centro/skylux-by-tegra.

Além disso, é necessário abordar sobre a estrutura dos imóveis. Nesse sentido, é nítido que existe uma alta concentração de *studios*[2] e, em alguns dos empreendimentos, existem serviços, como lavanderias, que, em geral, são encontrados em unidades de residentes permanentes. Observa-se também a presença de pequenos mercados, que facilitam a compra rápida de produtos, enquanto os moradores costumam se deslocar para supermercados de maior porte. Estes são indícios de que estes edifícios podem estar sendo produzidos, a fim de serem submetidos como anúncio na plataforma Airbnb.

[2] O *studio* é um tipo de apartamento, que tem como principais características: ter uma metragem menor que a maioria dos apartamentos e ser um espaço, onde os cômodos - sala, quarto e cozinha - são integrados, com ressalva do banheiro.

Sob a perspectiva da nítida valorização do valor de troca em detrimento do valor de uso destas unidades, a proposta de que haja um fluxo de pessoas maior na área de delimitação do

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

programa, que seriam os moradores permanentes idealizados pelo Reviver Centro, não se sustenta. Pois, o fluxo de turistas nos imóveis anunciados no Airbnb, varia de acordo com eventos na cidade, época de férias e etc. Sendo assim, o processo de esvaziamento não será combatido, ainda que exista a fomentação e a produção de empreendimentos, pensados pelo município, para a habitação permanente.

CONCLUSÕES

O trabalho examinou a reconfiguração territorial da área central do Rio de Janeiro, sob interesses de distintos agentes. Na qual o município do Rio fomentou o uso residencial, pensando no fluxo de moradores permanentes nesta área da cidade, a partir de benefícios aproveitados pelo mercado imobiliário para construir e reformar imóveis que são produzidos também para o investimento, esperando-se o fluxo turístico. A partir da maneira que são ofertadas a venda das unidades e na estrutura dos empreendimentos, nota-se que a política pública de fomento à moradia foi apropriada pelo mercado imobiliário e sua lógica de acumulação de capital. Esta apropriação é representada pela atuação da plataforma Airbnb nos edifícios viabilizados pelo Reviver Centro, tendo como resultado uma nova configuração territorial e demográfica, distinta do objetivo do programa.

REFERÊNCIAS

AIRBNB. *Saiba mais sobre o Airbnb*. 8 nov. 2018. Disponível em: https://news.airbnb.com/br/saiba-mais-sobre-o-airbnb/. Acesso em: 21 ago. 2025.

MONTEIRO, J. C. C; GARCIA, M. D. L. D. O programa Reviver Centro: refuncionalização e novas dinâmicas imobiliárias na área central da cidade do Rio de Janeiro. Enanpur, Belém, mai./2023

SILVA, W. R. A formação do centro principal em Londrina e o estudo de centralidade urbana. In: Geografia - Londrina. n. 2, v. 12, p. 21 - 44, jul/dez, 2003.

TEGRA INCORPORADORA**.** Skylux by Tegra. Disponível em: https://www.tegraincorporadora.com.br/rj/rio-de-janeiro/norte/centro/skylux-by-tegra. Acesso em: 28 ago. 2025.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

REQUALIFICAÇÃO URBANA DA REGIÃO CENTRAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: PERSPECTIVA PARA UMA AÇÃO ARTICULADA ENTRE O PODER PÚBLICO, INICIATIVA PRIVADA E A SOCIEDADE

Alvaro Albernaz[1]

RESUMO
O trabalho reflete sobre a requalificação da região central do Rio de Janeiro, principal centralidade da região metropolitana, destacando a importância de induzir crescimento econômico, sustentabilidade urbana e bem-estar social com protagonismo do poder público municipal. A tese utilizou estudo de caso na Área de Planejamento 1, considerando ativos públicos subutilizados ressignificando seus usos para o dinamismo da região, além da escuta de stakeholders. A análise aponta que o conceito de cidade compacta é adequado, pois otimiza infraestrutura já existente, sendo crucial estimular o aumento da densidade habitacional. Para equilíbrio da dinâmica econômica, recomenda-se fortalecer âncoras como inovação e tecnologia, turismo e cultura, educação, saúde e institucionalidade pública. O estudo também ressalta o papel estratégico da adaptação climática, com destaque para o conceito de Cidade Esponja, como caminho para garantir resiliência e sustentabilidade na requalificação urbana.
Palavras chaves: Centralidade; Planejamento Urbano; Requalificação da Centralidade; Ressignificar a Cidade; Imóveis Públicos Subutilizados;

ABSTRACT
This research examines the requalification of Rio de Janeiro's central region, the primary centrality of the metropolitan area, emphasizing the need to foster economic growth, urban sustainability, and social well-being, with the municipal government playing a central role. The study adopts a case study in Planning Area 1, focusing on the re-signification of underutilized public assets to enhance regional dynamism, complemented by stakeholder engagement. Findings indicate that the compact city model is particularly suitable, as it optimizes existing infrastructure, while increasing residential density emerges as a critical path for successful requalification. To achieve balanced economic dynamics, the research highlights the strategic importance of strengthening anchor sectors such as innovation and technology, tourism and culture, education, health, and public institutionality. Moreover, the study underscores climate adaptation as a priority for 21st-century cities, with the Sponge City concept identified as a key strategy to ensure resilience and sustainability in urban transformation.
Keywords: Centrality; Urban Planning; Centrality Requalification; Re-signifying the City; Underutilized Public Assets.

INTRODUÇÃO

A decadência das centralidades urbanas compromete a vitalidade das cidades e exige estratégias de requalificação que priorizem o bem-estar social, articulando o papel do poder público municipal na gestão do solo e do estadual no planejamento regional via PEDUI-RMRJ. Esse desafio, comum a metrópoles globais, é agravado no Brasil pela urbanização desordenada,

[1] Alvaro Germano Albernaz, Doutor (2025) pelo Programa de Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento – PPED do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – aga050@gmail.com .

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

que gerou desigualdade, segregação e falta de infraestrutura. A pandemia de Covid-19 intensificou o esvaziamento das áreas centrais e em função da redução do fluxo de pessoas acelerou a adoção do home office e o comércio eletrônico, evidenciando a necessidade de repensar o uso dos espaços subutilizados nas regiões centrais. Nesse cenário, a requalificação deve ser concebida como projeto de longo prazo, com recursos viabilizados por meio de PPPs e concessões, considerando a participação social e a abordagem multidisciplinar, capaz de integrar o desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental.

MATERIAIS E METÓDOS

O modelo patrimonialista herdado da colonização portuguesa deixou ao Estado brasileiro um vasto estoque de imóveis, muitas vezes sem destinação clara ou eficiente. Segundo o Tribunal de Contas da União em fevereiro de 2024, a União administra cerca de 740 mil imóveis avaliados em R$ 1,35 trilhão, dos quais mais de 3.000 estão vagos, invadidos ou com irregularidades. Esse acervo inclui propriedades residenciais, comerciais, rurais, terrenos e equipamentos públicos, permanece em grande parte desocupado, representando imobilização de recursos e perda de oportunidades para projetos de requalificação urbana. No âmbito regional, o Estado do Rio de Janeiro também enfrenta situação semelhante, com mais de 4.000 imóveis geridos, além de 5.000 com ocupações irregulares, além da grande carteira imobiliária da UERJ, com inúmeros imóveis no Centro da cidade.

O recorte territorial utilizado na tese foi a Área de Planejamento 1, que inclui a Região Portuária e o Centro. A tentativa de requalificação da Zona Portuária ganhou força com os Jogos Olímpicos de 2016, inspirada no modelo de Barcelona. O projeto Porto Maravilha, viabilizado por operação urbana consorciada e o título financeiros CEPAC[2], tinha potencial para atrair investimentos e dinamizar a economia criativa. No entanto, crises políticas e econômicas inviabilizaram os resultados até 2020, deixando a área ainda marcada pela degradação.

A decadência do Rio de Janeiro iniciou-se com a transferência da capital para Brasília em 1960, que retirou órgãos públicos, empregos e investimentos, ao mesmo tempo em que São Paulo se consolidava como polo industrial e financeiro, atraindo cadeias produtivas que poderiam ter fortalecido a economia carioca. Esse processo resultou na perda da centralidade política e econômica, na queda do emprego industrial e na fragilização da cidade. A crise dos anos 1980 agravou o cenário, com aumento da pobreza, favelização, violência e ocupações desordenadas,

[2] Certificado de Potencial Adicional de Construção – CEPAC.

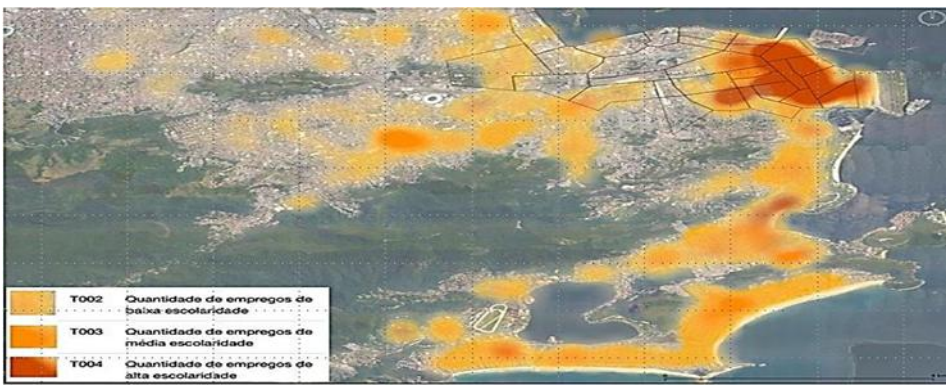
FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

reforçada pelo espraiamento urbano e a degradação do Centro resultando em uma perda de mais de 100 mil habitantes entre 2010 e 2022, sobretudo de maior renda.

Os indicadores econômicos confirmam esse declínio: entre 1970 e 2021, o PIB carioca caiu quase 70% em termos relativos, a maior retração da amostra analisada pelo IERJ3. O esvaziamento do Centro foi intensificado pela crise da Petrobras e pela pandemia de Covid-19, que consolidou o home office e reduziu a demanda por espaços corporativos. Como resultado, comércio e serviços perderam clientela, tornando a região mais deserta e insegura, marcada por esvaziamento econômico, fragilidade social e retração demográfica.

Para reverter esse cenário, a tese propõe um "desenvolvimento induzido", com aproveitamento dos ativos públicos subutilizados como ponto de partida da requalificação urbana. O aumento da densidade habitacional é visto como condição essencial, uma vez que a baixa população residente compromete até a viabilidade do transporte coletivo. O programa Reviver Centro (2021) já sinaliza essa mudança, incentivando moradias, reconversão e diversificação de usos. Além disso, a permanência de empregos qualificados (figura 1) e a forte presença cultural são apontadas como ativos fundamentais para revitalizar o Centro, integrando novas funções que assegurem dinamismo econômico, inclusão social e sustentabilidade cultural (Nadalin, 2022).

Figura 1: Mapa de georreferenciamento de empregos formais por escolaridade da região central da cidade do Rio de Janeiro em 2022



Fonte: IPEA – Artigo Revitalização de Áreas Centrais nas Cidades Brasileiras - Investimentos Privados, 2022.

De acordo com estudo de Osório4 (2021), a participação dos moradores e dos empregos formais, segundo as Áreas de Planejamento (AP) da Cidade do Rio de Janeiro, apontam para a AP 1 (Região Central do Rio) uma relação de 7,6 empregos para cada morador (36,5% emprego x 4,8% moradores), evidenciando a baixa densidade habitacional.

[3]Instituto de Estudos sobre o Rio de Janeiro - IERJ

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A requalificação da região central do Rio de Janeiro deve seguir o conceito de "cidade compacta", integrando usos mistos e estimulando a reconversão de imóveis subutilizados em novos usos, principalmente habitacional, alinhando-se a experiências internacionais. A efetividade do processo exige articulação entre os níveis de governo: o município, responsável pelo planejamento urbano; o Estado, que deve enfrentar desafios de mobilidade e segurança, além de coordenar o PEDUI-RMRJ via Instituto Rio Metrópole; e a União, maior proprietária de ativos na região, atuando com programas como o "Imóvel da Gente"[5] (2024) e financiamentos habitacionais. Paralelamente, setores estratégicos — como inovação, tecnologia, turismo, cultura, saúde e educação — podem atuar como âncoras econômicas, reposicionando o Centro como polo criativo, cultural e econômico.

CONCLUSÕES

A estratégia de requalificação do Centro do Rio de Janeiro está estruturada em quatro vetores, de acordo com Osório e Versiani (2016)[6]: **Habitação**, para atrair novos moradores e reforçar a vitalidade social e econômica; **Inovação e Tecnologia**, inserindo a região como hub global de TICs; **Institucionalidade**, ampliando funções públicas, educacionais e de saúde, com destaque para o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS); e **Cultura, Patrimônio e Turismo**, que busca valorizar o acervo histórico e transformar o território em um verdadeiro "Parque Temático da História do Brasil". Esses vetores são articulados em quatro dimensões setoriais — política, econômica, social e urbana.

Na dimensão política, a prioridade é ocupar imóveis públicos subutilizados com usos mistos. Intensificar a ocupação da região central com órgãos governamentais e universidades, além de fortalecer instrumentos contra a especulação como por exemplo o IPTU Progressivo. Uma governança público-privada pode dar a estabilidade de longo prazo requerida por uma cidade; na econômica, ampliar a densidade habitacional via Reviver Centro II e dinamizar a economia com Arranjos Produtivos Locais nas cadeias produtivas junto a economia da cultura e turismo; na social, promover ocupações mistas e atender a população em situação de rua com hotéis de trânsito; e na urbana, adotar soluções sustentáveis como cidades compactas e esponjas, melhorar a mobilidade e valorizar a centralidade metropolitana, criando bairros mais dinâmicos e acolhedores em quarteirões com ruas acalmadas.

[4] Osório, Mauro, professor titular da UFRJ, palestra realizada junto ao BNDES para a confecção do *Masterplan* Centro do Rio de Janeiro em 8 de fevereiro de 2023, pesquisa realizada pelo IERJ – Instituto Centro do Rio de Janeiro.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

REFERÊNCIAS

NADALIN, VANESSA GAPRIOTTI, **Revitalização de Áreas Centrais nas Cidades Brasileiras - Investimentos Privados**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – 2022.

OSÓRIO, M. "**Análise do percentual de moradores e empregos formais por área de planejamento do município do Rio de Janeiro**", Instituto de Estudos sobre o Rio de Janeiro – Palestra proferida no BNDES em 08.02.23.

OSÓRIO, M.; VERSIANI, M.H. **História de capitalidade do Rio de Janeiro**; Cadernos de Desenvolvimento Fluminense nº 10, 2016 – disponível em: .https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/30683; acesso em 08.08.2022.

IMÓVEL DA GENTE - **Decreto nº 11.929 de 26.02.2024 do MGI/SPU**, institui o Programa de Democratização de Imóveis da União.

Agradecimento

Agradeço ao orientador Marcelo Gerson de Matos que acreditou na relevância do tema e ajudou a construção da reflexão contida na tese defendida junto ao Instituto de Economia da UFRJ aprovada em maio de 2025.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

HABITAÇÃO, RISCO E DESIGUALDADE: A CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL DE MACAÉ-RJ

Ana Clara Aguiar Maciel[1] Robson Santos Dias [2] Hélio Gomes Filho[3]
Augusto Eduardo Miranda Pinto[4]

RESUMO

Este resumo discute sobre as características socioambientais de Macaé (RJ), destacando a relação entre crise habitacional, expansão urbana e riscos ambientais. A pesquisa combinou revisão bibliográfica, análise documental, observações de campo e elaboração de ilustrações temáticas. Os resultados indicam que a cidade possui um déficit habitacional alarmante, precariedade em serviços básicos e ocupações populares em áreas ambientalmente frágeis. A sobreposição de territórios de risco com áreas ocupadas pela população negra e de baixa renda evidencia processos de segregação socioespacial e injustiça ambiental.

ABSTRACT

This abstract discusses the socio-environmental characteristics of Macaé (RJ), highlighting the relationship between the housing crisis, urban expansion, and environmental risks. The research combined literature review, documentary analysis, field observations, and the development of thematic illustrations. The results indicate the city still faces an alarming housing deficit, precarious basic services, and popular settlements in environmentally fragile areas. The overlap of risk-prone territories with zones predominantly inhabited by Black and low-income populations reveals processes of socio-spatial segregation and environmental injustice.

PALAVRAS CHAVES: Macaé-RJ; Habitação; Segregação socioespacial; Injustiça Ambiental;

INTRODUÇÃO

Até a década de 1960, Macaé era uma cidade pacata no norte fluminense, com uma economia voltada para a pesca, a agropecuária e o turismo. No fim da década de 1970, o município observou uma guinada de rumo, quando a Petrobrás anunciou que a cidade se tornaria o centro da operação de extração de petróleo e gás da Bacia de Campos. A partir desse momento, o município passou de uma economia agropecuária a atividades ligadas ao setor do petróleo, a modificação do seu território e aumentando a população de 65.453 mil moradores em 1970 para 246.391 em 2022 (IBGE).

[1] Ana Clara Aguiar Maciel | Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental (PPEA) – Instituto Federal Fluminense | E-mail: anaclaraaguiarmaciel@gmail.com
[2] Robson Santos Dias | Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental (PPEA) – Instituto Federal Fluminense | E-mail: robson.dias@gsuite.iff.edu.br
[3] Hélio Gomes Filho | Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental (PPEA) – Instituto Federal Fluminense | E-mail: heliogomes58@gmail.com
[4] Augusto Eduardo Miranda Pinto | Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental (PPEA) – Instituto Federal Fluminense | E-mail:augustoepinto@gmail.com

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

O crescimento populacional e urbano não foi acompanhado por um planejamento estatal, já que o município, ainda de pequeno, não tinha estrutura para enfrentar as transformações. Evidente que a expansão urbana causou grandes impactos socioambientais que perpassam os corpos hídricos poluídos, cobertura vegetal desmatada até um alto índice de desigualdade social — quando 31,5% da população tem rendimento mensal per capita de até ½ salário mínimo, além de expansão de favelas (IBGE, 2010; Pereira, 2021; Sayd e Brito, 2016; Zampier, 2024).

Somado aos impactos socioambientais, Macaé possui algumas áreas de risco ambiental, isto é, territórios sujeitos à processos naturais ou a ações antrópicas, que ameaçam potencialmente a vida humana, ao patrimônio ou ao ecossistema. Nota-se ainda que majoritariamente as áreas de risco da zona urbana demarcadas pela defesa civil municipal (Macaé, 2025) são em territórios populares, o que pode indicar um processo de injustiça ambiental — onde as populações de menor poder aquisitivo, racializadas e vulnerabilizadas sofrem com a maior carga dos danos ambientais (Acselrad et al, 2009). Este resumo expandido tem como objetivo analisar como a conformação socioespacial de Macaé — dada pela instalação de polos operacionais nos extremos do município —, aliada a ausência de gestão estatal sobre o planejamento urbano, resultaram em uma cidade ambientalmente fragilizada, socialmente segregada e com um possível processo de injustiça ambiental.

MATERIAIS E METÓDOS

A pesquisa bibliográfica sobre a evolução urbana de Macaé e a sua política habitacional, conceitos de área de risco e justiça ambiental, complementada por fontes secundárias e observações de campo, permitindo contextualizar os processos socioespaciais e ambientais da cidade. Também foram elaboradas ilustrações por processamento georreferenciado, para identificar os equipamentos petrolíferos, as áreas populares do município, o perfil racial e a concentração de áreas de risco, possibilitando discutir a interseção entre urbanização, vulnerabilidade ambiental e injustiça socioambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mesmo após os 40 anos da chegada da Petrobrás, a Macaé ainda enfrenta um desafio na efetivação do direito à moradia. Zampier (2018, p. 43) aponta que o processo de aquecimento do mercado imobiliário na cidade, somado à ausência de gerência do poder público sobre o território impactou no valor da terra, dificultando o acesso à moradia da parcela mais empobrecida da população. Atualmente, o município apresenta um déficit habitacional

acumulado de pelo menos 5.294 famílias[5], agravado pelo gargalo histórico na produção de moradias populares, já que desde a década de 1980 somente 5.555 unidades habitacionais de interesse social foram construídas, somado à dificuldade de acesso à água, saneamento básico, e ao transporte público (Macaé, 2011).

Villaça (1986) aponta que a ausência de uma política habitacional se mescla com a degradação ambiental, em vista que em busca de terras, às populações vulneráveis acabam por ocupar as áreas ambientalmente frágeis. Em Macaé, tais espaços são as áreas alagadiças ao redor do Rio Macaé, um vetor de expansão popular; e as áreas de restinga próximas da Lagoa de Jurubatiba. Mas o acirramento da degradação ambiental não foi exclusividade da procura por terras para habitação: a expansão urbana desordenada construiu empreendimentos imobiliários e logísticos, que degradam e intensificaram o uso das áreas de mata atlântica ainda preservadas no município (Esteves, 2011).

Quanto à estrutura urbana, observa-se que a Petrobrás instalou duas unidades operacionais nos pontos extremos do litoral: um parque operacional (Tubos) próximo à Lagoa de Imboassica, e uma Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN Cabiúnas) a norte do município, próximo aos atuais limites do Parna de Jurubatiba. Pereira (2021), afirma que durante o seu processo de urbanização, Macaé optou por segmentar o centro urbano existente e as zonas industriais, seguindo o modelo de industrialização adotado na década de 1980 no Brasil, mas ao longo dos anos os equipamentos foram alcançados pela malha urbana.

A expansão da malha urbana se deu de forma desigual e setorizada, já que é no Setor Sul que se concentram pontos turísticos da cidade, como a Praia de Cavaleiros e a Lagoa de Imboassica, os condomínios de alto padrão, as áreas arborizadas, bares, atrativos culturais, eventos, as principais obras de saneamento básico e a população mais abastada da cidade (Pereira, 2021). Enquanto no setor norte, áreas populares[6] se concentram acima do Rio Macaé e em direção ao Terminal Cabiúna, e observa-se dificuldades em finalizar as obras de infraestrutura do PAC 2, implementar as estações de tratamento de esgoto, controlar as ocupações irregulares, realizar o abastecimento de

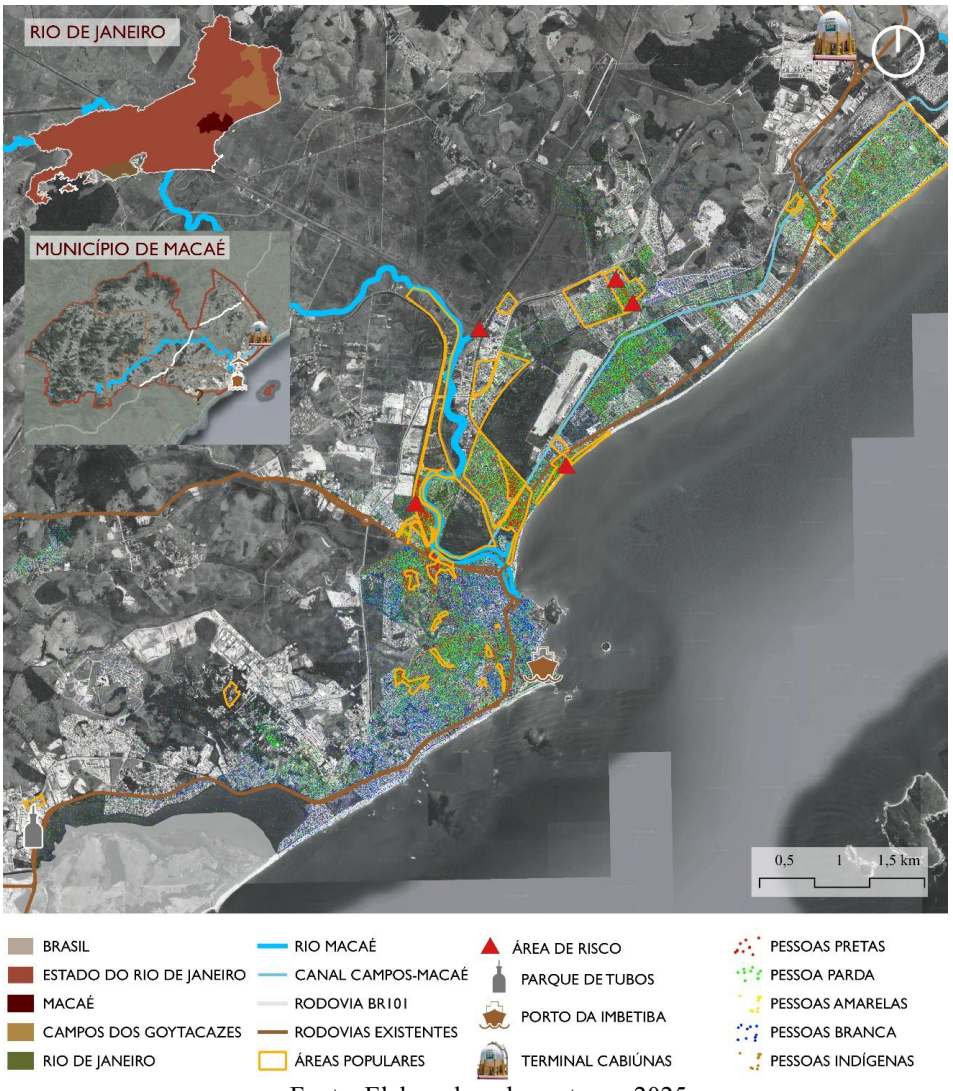
[5] O Diagnóstico do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), realizado em 2011, constatou que o município possuía um déficit habitacional acumulado de 7.502 domicílios, enquanto estimavam uma demanda habitacional de 18.348 unidades para o ano de 2024. De lá até o presente momento, o município construiu somente 2.208 unidades habitacionais através do programa Minha Casa Minha Vida.

[6] Para este trabalho consideramos as áreas populares como a junção das Zonas Especiais de Interesse Social (demarcadas pela Lei de Zoneamento do Município) e as áreas demarcadas como aglomerados subnormais pelo PNAD 2019.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

água e a coleta de esgoto e também as áreas de maior fragilidade ambiental: sujeitas a inundações e a ressacas (Macaé, 2011). Isto é, Macaé apresenta um processo de segregação socioterritorial, como é possível observar na Figura 1.

Figura 1 - Mapa Racial de Pontos x Áreas Populares x Áreas de Risco em Macaé-RJ.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025. es

Além da segregação socioterritorial da cidade, percebe-se também uma segregação racial. São nas zonas populares que se concentra a população negra da cidade, enquanto observa-se a zona Sul majoritariamente ocupada pela população branca (exceto nas áreas demarcadas como ZEIS), conforme está apresentado na figura 1. O mapa também demonstra que todas as poligonais de risco traçadas na zona urbana pelo Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (Macaé, 2025) se concentram nas áreas demarcadas como Zonas de Interesse Social: Águas Maravilhosas, Malvinas (ambas risco de inundação), Ajuda de Baixo (risco inundação e alagamento) e Fronteira (risco de marés de tempestade).

Ora, se o art. 225º da Constituição Federal Brasileira de 1988 garante que todos possuem direito ao meio ambiental ecologicamente equilibrado, porque somente as áreas populares possuem situações de risco ambientais? Neste sentido, Acselrad (et al, 2009, p. 21) nos recorda que o risco ambiental está distribuído de forma desproporcional no espaço, seja por processos de degradação ambiental, processos naturais ou pela falta de ação do poder público. Isto é, a degradação ambiental e o uso do solo parecem ser entendidos pelo poder público de formas diferentes de acordo com os ocupantes das áreas. Ainda parece haver um tratamento diferenciado para a qualidade ambiental desses territórios, evidenciando um processo de injustiça ambiental.

CONCLUSÃO

A urbanização impulsionada pelo petróleo reforçou a segregação socioterritorial de Macaé e consolidou as populações mais vulnerabilizadas em áreas de fragilidade ambiental. Neste contexto, não é possível garantir que o direito ao meio ambiente equilibrado seja usufruído de forma igualitária. Observa-se, assim, que Macaé além de socialmente segregada é também racialmente dividida, e são nesses espaços que se manifestam as injustiças ambientais e a inoperancia do Estado. O caso evidencia a necessidade de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades, à promoção de moradias dignas e ações para conter os riscos ambientais.

REFERÊNCIAS

Acselrad, H., Mello, C.C.A, Bezerra G. das N.; O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009. 160 p. ISBN: 9788576171591

IBGE. Censo Brasileiro de 1970, 2010 e 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 1970, 2012, 2022.

Macaé (Município). Diagnóstico das Necessidades Habitacionais e Estratégias de Ação. Macaé-RJ: Secretaria Adjunta de Habitação, Prefeitura de Macaé, 2011.

Macaé (Município). Plano de Contingência de proteção e defesa civil. Macaé-RJ: Secretaria Adjunta de Defesa Civil, 2025.

Pereira, F. A. De Princesinha Do Atlântico À Capital Nacional Do Petróleo: Leitura Dos Processos Das Transformações Morfológicas Da Cidade De Macaé/Rj. Dissertação (Mestrado Profissional). Campos Dos Goytacazes: Instituto Federal Fluminense, 2021.

Sayd, João Lemos Cordeiro; BRITTO, Ana Lucia. Obras hidráulicas e espaço urbano no estuário do Rio Macaé. InSitu, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 75-96, 2020.

Villaça, F J M. O que todo cidadão precisa saber sobre habitação. São Paulo: Global. . Acesso em: 26 jun. 2024. , 1986.

Zampier, B. N. J. A atividade petrolífera como vetor de transformações econômicas e socioespaciais em Macaé-RJ. Terr@ Plural, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 41–61, 2018.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ATUALIZAÇÃO POPULACIONAL DA REGIÃO DA BACIA DE CAMPOS COM BASE NO CENSO DEMOGRÁFICO 2022

William Souza Passos [1]

RESUMO

Esta comunicação dá sequência a um importante trabalho anterior (Passos, 2023), atualizando a população residente dos 12 municípios da Região da Bacia de Campos e dos 14 municípios da Região da Bacia de Campos Expandida, com base no Censo Demográfico 2022 do IBGE. Mediante a aplicação de uma proposta original de indicador de metropolização, que combina a noção de integração dos Arranjos Populacionais, do estudo "Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil" (IBGE, 2016), com os critérios de centralidade urbana do REGIC 2018 (IBGE, 2020), comprovamos a hipótese da metropolização dos municípios do litoral Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas, em consequência das transformações territoriais da exploração e produção do petróleo e do gás natural da Bacia de Campos, iniciada em 1977. Tais transformações também foram potencializadas pela "explosão" do pagamento de royalties e participações especiais, sob a forma de petrorrendas, sobretudo, aos municípios, a partir de 1999.

Palavras-chave: Região da Bacia de Campos; atualização populacional; população residente; Censo Demográfico 2022; Estado do Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This academic paper follows on from an important previous study (Passos, 2023), updating the resident population of the 12 municipalities in the Campos Basin Region and the 14 municipalities in the Expanded Campos Basin Region, based on the IBGE's 2022 Demographic Census. By applying an original proposal for a metropolization indicator, which combines the notion of integration of Population Arrangements from the study "Population Arrangements and Urban Concentrations in Brazil" (IBGE, 2016) with the urban centrality criteria of REGIC 2018 (IBGE, 2020), we confirmed the hypothesis of the metropolization of the municipalities of the northern coast of Rio de Janeiro and the coastal lowlands as a result of the territorial transformations of oil and natural gas exploration and production in the Campos Basin, which began in 1977. These transformations were also enhanced by the "explosion" in the payment of royalties and special participations, in the form of petrorent, especially to municipalities, starting in 1999.

Keywords: Campos Basin Region; population update; resident population; 2022 Demographic Census; State of Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

A consulta ao estado da arte da literatura acadêmica recorda que Souza e Terra (2017) levantaram a hipótese de um incipiente processo de metropolização integrando o que denominaram como "aglomerados urbanos do Litoral Norte", isto é, as Concentrações Urbanas (CUs) de Cabo Frio/RJ, Campos dos Goytacazes/RJ e Macaé-Rio das Ostras/RJ. Com base nessa hipótese, as autoras sugeriram a possibilidade de

[1]William Souza Passos. Nuperj/UENF. E-mail: geografowilliampassos@gmail.com.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

constituição futura de uma nova região metropolitana integrando as três CUs.

Por sua vez, anteriormente também destacamos que o processo de metropolização em curso, que integra as três CUs e acompanha a produção *offshore* da Bacia de Campos, potencializada pelo petrorrentismo, assume características de região metropolitana de interior (Passos, Souza; Terra, 2018). Contudo, esta região metropolitana assumiria a singularidade do caráter incipiente (sem metrópole), polinucleado (divisão da centralidade entre os municípios que nomeiam as CUs de Macaé-Rio das Ostras/RJ, Campos dos Goytacazes/RJ e Cabo Frio/RJ) e, dado o volume de 13.058 pendulares para trabalho e estudo, em 2010, entre a CU de Macaé-Rio das Ostras/RJ e a CU do Rio de Janeiro/RJ (IBGE, 2016), também hierarquizado em relação à metrópole de influência mais imediata, no caso, a capital fluminense (Rio de Janeiro/RJ).

Ainda no contexto da discussão entre petróleo, royalties e Região da Bacia de Campos, cabe rememorar que em outro trabalho anterior (Passos, 2019) defendemos que as ligações da CU Macaé-Rio das Ostras/RJ com as CUs Campos dos Goytacazes/RJ e Cabo Frio/RJ configuram uma metropolização incipiente, regionalizada e polinucleada, com centralidades regionais distribuindo-se entre a aglomeração conurbada Macaé-Rio das Ostras, que sedia as atividades do complexo de exploração e produção do petróleo e do gás natural (E&P) da Bacia de Campos, e as duas principais concentrações urbanas que limitam-se territorialmente à zona de produção principal da bacia petrolífera, localizada na plataforma continental: Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, e Cabo Frio, nas Baixadas Litorâneas.

As ligações entre os três núcleos regionais, com fortes movimentos pendulares por motivo de trabalho e estudo, somadas à complementação funcional, teriam constituído *um núcleo metropolizado original e fragmentado*, na interpretação do trabalho referenciado, que assumiria a forma de pós-urbanização.

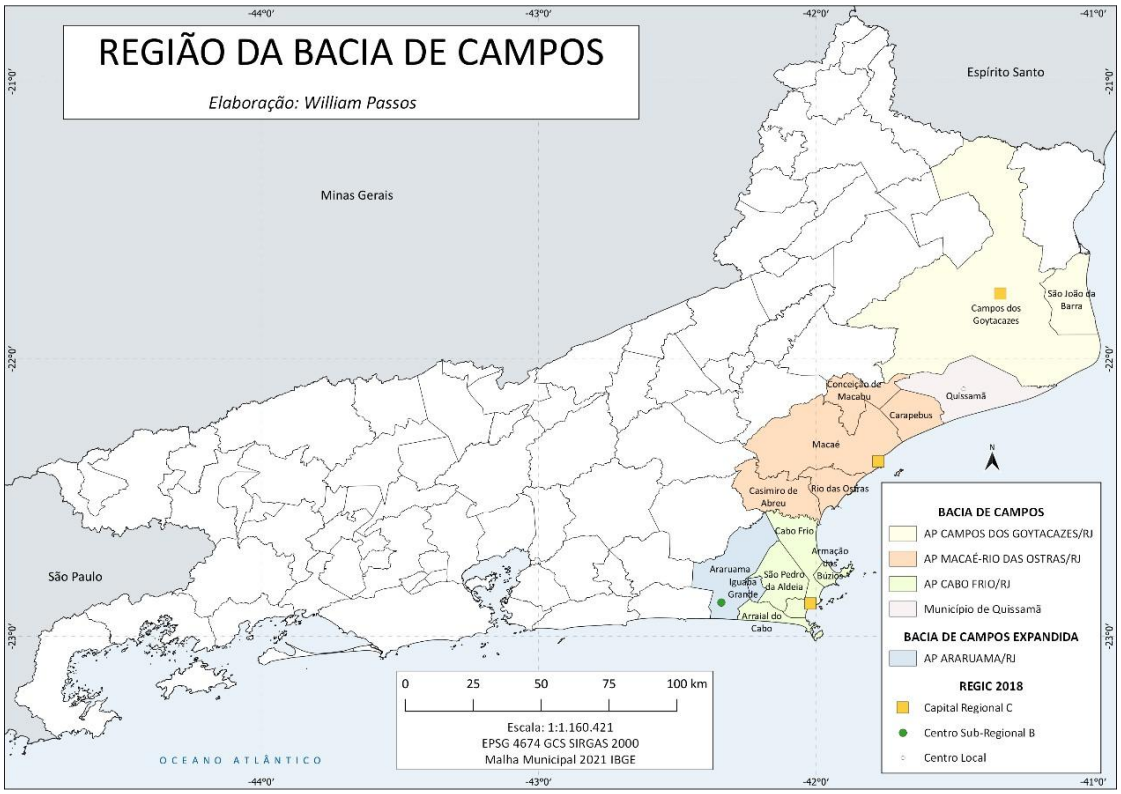
Em todos os casos, os diferentes trabalhos (Souza, Terra, 2017; Passos, Souza; Terra, 2018; Passos, 2019) convergem no sentido de identificar a presença de um processo de metropolização no interior fluminense associado ao conjunto das transformações territoriais, socioeconômicas, urbanas e demográficas provocadas pelas mais de quatro décadas da economia neoextrativista do petróleo e do gás natural, potencializadas pelas mais de duas décadas do petrorrentismo da produção da plataforma continental da Bacia de Campos.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Importante reafirmar que, por *metropolização do interior*, entendemos a metropolização incidente sobre *espaços parametropolitanos*, na medida em que, por definição, consideramos *interior como o oposto de metrópole ou de litoral*. Assim, a *metropolização do interior* está associada ao *espraiamento da metropolização*, que transforma os espaços parametropolitanos em *espaços metropolizados*, ainda que situados fora de uma metrópole.

Com isso, o que cartografamos e denominamos como *Região da Bacia de Campos* parte do agrupamento das CUs como unidade básica, tomando como referência a integração das CUs de Araruama/RJ, Cabo Frio/RJ, Campos dos Goytacazes/RJ e Macaé- Rio das Ostras/RJ, além do município de Quissamã.

Mapa 01 – Região da Bacia de Campos.



Fonte: Elaboração cartográfica do próprio autor (2025). Escala 1:1.160.421.

MATERIAIS E METÓDOS

Para proceder a atualização da população residente dos 12 municípios da Região da Bacia de Campos e dos 14 municípios da Região da Bacia de Campos Expandida, com base no Censo Demográfico 2022 do IBGE, foi utilizado, como fonte de dados, o Banco de Tabelas Estatísticas do Sistema IBGE de Recuperação

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Automática (SIDRA).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 01 – População residente, variação absoluta da população residente e taxa de crescimento geométrico nos municípios da Região da Bacia de Campos.

Município	População 2010	População 2022	Δ população residente	Crescimento geométrico
Campos dos Goytacazes	463.731	483.540	19.474	0,34%
São João da Barra	32.747	36.573	4.161	1,01%
Campos dos Goytacazes/RJ	496.478	520.113	23.635	0,39%
Quissamã	20.242	22.393	2.140	0,84%
Carapebus	13.359	13.847	517	0,32%
Casimiro de Abreu	35.347	46.110	10.763	2,24%
Conceição de Macabu	21.211	21.104	-96	-0,04%
Macaé	206.728	246.391	39.638	1,47%
Rio das Ostras	105.676	156.491	50.811	3,33%
Macaé-Rio das Ostras/RJ	382.321	483.943	101.633	1,98%
Armação dos Búzios	27.560	40.006	12.446	3,15%
Arraial do Cabo	27.715	30.986	3.490	1,00%
Cabo Frio	186.227	222.161	35.897	1,48%
São Pedro da Aldeia	87.875	104.029	16.209	1,42%
Cabo Frio/RJ	329.377	397.182	68.042	1,58%
Região da Bacia de Campos	1.228.418	1.423.631	195.450	1,38%
Araruama	112.008	129.671	17.443	1,21%
Iguaba Grande	22.851	27.920	5.072	1,68%
Araruama/RJ	134.859	157.591	22.515	1,29%
Região da Bacia de Campos Expandida	1.363.277	1.581.222	217.965	1,42%

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 2010 e 2022. Elaboração do próprio autor.

CONCLUSÃO

Como conclusão, cabe destacar que a nomenclatura Concentração Urbana,

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

utilizada como referência nesta comunicação, foi assumida de forma padronizada pelo Censo Demográfico 2022, em substituição a terminologia Arranjo Populacional, introduzida pelo estudo "Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil" (IBGE, 2016). Naquele estudo, eram considerados Arranjos Populacionais todas as Concentrações Urbanas com, pelo menos, 100 mil habitantes.

Dessa forma, conforme representado no Mapa 01, exibido anteriormente, que ainda emprega a nomenclatura Arranjo Populacional, pertencem ao AP ou CU de Campos dos Goytacazes/RJ os municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra. Pertencem ao AP ou CU de Macaé-Rio das Ostras/RJ os municípios de Carapebus, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Macaé e Rio das Ostras. Pertencem ao AP ou CU de Cabo Frio/RJ os municípios de Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, enquanto pertencem ao AP ou CU de Araruama/RJ os municípios de Araruama e Iguaba Grande.

Por sua vez, a inclusão do município de Quissamã se deu em função de sua subordinação à CU de Macaé-Rio das Ostras/RJ e de sua participação na Organização dos Municípios Produtores de Petróleo e Gás Natural e Limítrofes da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos (OMPETRO).

Já a inclusão da CU de Araruama/RJ foi motivada pela formação do Arranjo Populacional Turístico e de Veraneio no Litoral (APTVL) Araruama/RJ – Cabo Frio/RJ, entre os meses de dezembro e março do ano seguinte. Nesse caso, a justificativa é a expansão territorial da metropolização do interior fluminense. Tal expansão, no nosso entender, permite a identificação da *Região da Bacia de Campos Expandida*.

REFERÊNCIAS

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/home/cnt/brasil. Acesso em: 09 mar. 2025.

PASSOS, W. S. **Bacia de Campos: uma região em metropolização no interior fluminense**. 2023. 129 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

PASSOS, W. S. Metropolização de interior e minerodependência do mercado de trabalho: uma comparação exploratória entre o Vale do Aço e a Bacia de Campos. **Boletim Petróleo, Royalties e Região**, Campos dos Goytacazes/RJ, ano 16, n. 62, p. 23-31, 2019.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

PASSOS, W. S.; SOUZA, J.; TERRA, D. C. T. A caracterização do processo de metropolização dos municípios petrolíferos da Bacia de Campos a partir dos dados dos censos demográficos 2000 e 2010. *In:* CONGRESSO OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES 20 ANOS, 2018, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles INCT, 2018.

SOUZA, J.; TERRA, D. C. T. Rio de Janeiro: rumo a uma nova região metropolitana? **Cadernos Metrópole**, v. 19, n. 40, p. 817-840, 2017.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

O CIRCUITO DOS EVENTOS EVANGÉLICOS E A ECONOMIA URBANA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

Gabriel Freire[1]
Silvana Silva[2]

RESUMO
Esta pesquisa analisa a ocupação dos espaços públicos pelas igrejas evangélicas em Campos dos Goytacazes (RJ), considerando-as como possíveis novos agentes modeladores do espaço urbano (Corrêa, 1989). O estudo parte da hipótese de que o crescimento do número de fiéis, aliado ao ativismo político e às práticas espaciais, tem ampliado o poder dessas instituições sobre a cidade. A metodologia combinou levantamento bibliográfico, dados do IBGE, entrevistas com agentes implicados e observações de campo em cultos e eventos. Entre os resultados, destacam-se a realização de grandes eventos, como a Marcha para Jesus e o Festival Adora Campos, que mobilizam tanto o circuito superior da economia urbana (empresas, bancos, construtoras) quanto o circuito inferior (ambulantes e pequenos comerciantes), nos termos de Milton Santos (1979). Conclui-se que as igrejas evangélicas transcendem os templos, redefinindo territorialidades e moldando dinâmicas econômicas locais, configurando-se novos agentes modeladores do espaço urbano.
Palavras-chave: Expansão evangélica; espaço urbano; agentes modeladores; economia urbana; Campos dos Goytacazes.

RESUMEN
Esta investigación analiza la ocupación de los espacios públicos por parte de las iglesias evangélicas en Campos dos Goytacazes (RJ), considerándolas como posibles nuevos agentes modeladores del espacio urbano (Corrêa, 1989). El estudio parte de la hipótesis de que el crecimiento del número de fieles, junto con el activismo político y las prácticas espaciales, ha ampliado el poder de estas instituciones sobre la ciudad. La metodología combinó revisión bibliográfica, datos del IBGE, entrevistas con actores implicados y observaciones de campo en cultos y eventos. Entre los resultados, destacan la realización de grandes eventos, como la Marcha para Jesús y el Festival Adora Campos, que movilizan tanto el circuito superior de la economía urbana (empresas, bancos, constructoras) como el circuito inferior (ambulantes y pequeños comerciantes), según Milton Santos (1979). Se concluye que las iglesias evangélicas trascienden los templos, redefiniendo territorialidades y configurándose como nuevos agentes modeladores del espacio urbano.
Palabras-clave: expansión evangélica; espacio urbano; agentes modeladores; economía urbana; Campos dos Goytacazes

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil tem tido um crescimento expressivo de evangélicos, fenômeno que ultrapassa a esfera religiosa e impacta dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e

[1] Gabriel Rosaes Freire, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (PPG-UFF), gabrielrosaes@id.uff.br.
[2] Silvana Cristina da Silva, orientadora, professora associada do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, polo Campos dos Goytacazes, silvanasilva@id.uff.br.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Estatística (IBGE), os evangélicos vêm crescendo significativamente em cada censo: em 2000, os evangélicos representavam cerca de 26 milhões de pessoas, equivalendo a 15,4% da população nacional. Em 2010, esse número saltou para 42 milhões (22%) e, em 2022, alcançou aproximadamente 47 milhões de fiéis, correspondendo a 26,8% da população, e consolidando-se como uma das principais forças de transformação do território contemporânea.

Assim, tal crescimento repercute na economia urbana e na organização territorial, sobretudo na pela ocupação de espaços públicos, por apropriações simbólicas de espaços públicos, como praças, parques ou prédios públicos administrativos, e pela consolidação de um circuito de eventos voltados para o público evangélico.

Em Campos dos Goytacazes, recorte territorial e analítico da pesquisa, cidade da região Norte Fluminense com mais de 480 habitantes (IBGE, 2022), esse processo tem se manifestado com intensidade, revelando práticas espaciais que reposicionam as igrejas como um novo agente modelador do espaço urbano (Corrêa, 1989). Neste caso, a hipótese defendida é de que as igrejas evangélicas, ao lado de outros agentes, como proprietários fundiários, promotores imobiliários e Estado, começam a se consolidar como atores centrais da produção e na transformação das cidades brasileiras. Apoiada também na teoria de Milton Santos (1997, 2008, 2023), sobre os sistemas de objetos e ações, e sobre os circuitos da economia urbana, esta pesquisa busca compreender a relação entre o movimento evangélico e a economia urbana, a partir do circuito de eventos evangélicos no município de Campos dos Goytacazes.

MATERIAL E METÓDO

A pesquisa apoia-se em uma abordagem qualitativa, combinando levantamento bibliográfico e documental com pesquisa de campo com a produção de dados primários. Foram analisadas legislações municipais, relatórios de órgãos públicos, registros de eventos religiosos e notícias da imprensa local. Além disso, foram realizadas observações de campo durante cultos e eventos, entrevistas com agentes religiosos e atores públicos envolvidos, bem como registros fotográficos dos espaços ocupados pelas igrejas.

Conceitualmente, adotou-se a definição de espaço urbano como um produto social, resultado das ações de diferentes agentes ao longo do tempo, que organizam usos da terra em áreas justapostas e articuladas (Corrêa, 1989). Assim, essa concepção permite compreender a cidade como fragmentada e articulada, refletindo as contradições do modo de produção capitalista.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Essa dinâmica metodológica permitiu identificar como os eventos religiosos, especialmente a Marcha para Jesus e o Festival Adora Campos, mobilizam recursos, transformam espaços públicos e geram dinâmicas econômicas que conectam tanto o circuito superior, a partir das grandes empresas, bancos, construtoras e afins, quanto o circuito inferior, como ambulantes, barraqueiros e pequenos comerciantes, da economia urbana, a partir da análise proposta por Milton Santos (2023 [1979]).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados indicam que a expansão evangélica em Campos dos Goytacazes é marcada por uma forte presencia espacial e econômica. Em 2019, eram cerca de 344 locais de cultos evangélicos na cidade, superando significativamente os católicos (Silva, 2019). Essa distribuição revela a materialização de uma nova paisagem religiosa, que se conecta tanto à psicosfera quanto à tecnosfera, descritas por Santos (1997).

As igrejas evangélicas, por meio da Associação Evangélica de Campos[3] (AEC), têm estreitado relações com o poder público, obtendo concessões de espaços e apoio institucional para realização de eventos (Freire; Silva, 2025). A transformação do Parque Aberto Sampaio em Praça da Bíblia exemplifica a apropriação de equipamentos urbanos e a ressignificação de áreas centrais. Esse processo gerou conflitos com setores culturais, mas também consolidou a presença evangélica no espaço público, ampliando sua legitimidade territorial.

Posto isso, o circuito dos eventos é central nessa dinâmica. A Marcha para Jesus, realizada desde 2006 no município, já reúne entre 40 e 50 mil pessoas por edição, mobilizando caravanas de cidades vizinhas e recursos privados de empresas locais e nacionais, como a construtora MRV, a cooperativa Sicoob e a universidade Estácio. Embora seja organizada pela AEC, a Marcha para Jesus integra o calendário oficial de eventos no município, contando com apoio logístico e institucional da prefeitura (Freire; Silva, 2025).

Ademais, há também o Festival Adora Campos, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura desde 2023, consolidando-se como evento público voltado para o público evangélico. Com cachês que, juntos, ultrapassam meio milhão de reais em suas cinco primeiras edições, descrito no Quadro 01, o festival atraiu grandes nomes da música gospel nacional e movimentou diferentes setores da economia local, ao mesmo tempo em que abriu espaço para ministérios, pastores e artistas regionais do ramo evangélico (Freire; Silva, 2025).

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Quadro 01– Atrações e cachês pagos por edição do Adora Campos

Convidado	Data	Local	Valor
1º Sarah Beatriz	6 de janeiro de 2023	Praia do Farol, Campos	R$ 50.000
2º Gabriela Rocha	25 de março de 2023	Praça São Salvador	R$ 120.000
3º Maria Marçal	30 de setembro de 2023	Praça São Salvador	R$ 120.000
4º Preto no Branco	29 de junho de 2024	Praça São Salvador	R$ 120.000
5º Fernandinho	09 de novembro de 2024	Praça São Salvador	R$ 150.000
Total	**-**	**-**	**R$ 560.000**

Fonte: Diário Oficial de Campos. Elaborado por Gabriel Rosaes, 2024.

Em ambos os casos, observa-se a atuação simultânea dos dois circuitos da economia urbana, proposto por Santos (2023 [1979]). O circuito superior aparece nos patrocínios de empresas, no pagamento de cachês e na logística profissionalizada, enquanto o circuito inferior manifesta-se nos vendedores ambulantes, barraqueiros e comerciantes informais que aproveitam a concentração de público para gerar renda, ainda que sob repressão frequente da fiscalização municipal.

Esses elementos reforçam a hipótese de que as igrejas evangélicas vêm adquirindo características de novos agentes modeladores do espaço urbano, articulando-se ao Estado e aos grupos sociais excluídos, e disputando territórios materiais e simbólicos da cidade.

CONSIDERAÇÕES

A pesquisa buscou compreender o fenômeno da expansão evangélica e suas formas de apropriação do espaço urbano em Campos dos Goytacazes. Identificou-se a formação de um circuito de eventos culturais evangélicos em equipamentos públicos, financiados por empresas privadas e pelo poder público, além da atuação da Associação Evangélica de Campos (AEC), que articula igrejas locais e mantém proximidade com a Prefeitura e a Câmara Municipal.

As análises mostraram que as igrejas ultrapassam os limites dos templos, ocupando praças, parques e prédios públicos com cultos e celebrações. Essa dinâmica evidencia o fortalecimento de práticas que movimentam tanto o circuito superior da economia urbana —

[3] Associação que reúne igrejas de diferentes denominações. Atua desde 1989 como instituição religiosa, além de realização de ações sociais e educacionais no município.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

empresas, bancos, construtoras — quanto o circuito inferior — comerciantes informais e ambulantes. Assim, o movimento evangélico reforça sua posição como possível novo agente modelador do espaço urbano (Corrêa, 1989).

Constatou-se ainda que a prática evangélica gera um amplo circuito econômico, que vai além dos eventos e templos, incluindo instituições de ensino, editoras, emissoras de rádio e televisão. A presença das igrejas evangélicas em ações sociais e em articulações com o poder público e agentes privados amplia sua influência e molda as dinâmicas urbanas locais.

Por fim, ressalta-se a necessidade de novos estudos sobre o tema, considerando que a atuação das igrejas no espaço urbano não é estática. Ao contrário, expande-se para diferentes arenas e camadas sociais, envolvendo tanto megaeventos em áreas centrais quanto estratégias territoriais em periferias e novas inserções em eventos seculares. Trata-se, portanto, de um movimento em constante transformação, que exige atenção da Geografia Urbana, Política e da própria Geografia da Religião.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2002[1ª ed. 1989].

FREIRE, G. R; SILVA, S. C. O circuito dos eventos evangélicos e a economia urbana em Campos dos Goytacazes - RJ. **Simpósio Nacional de Geografia Urbana: uma agenda de democratização da cidade (SIMPURB)**, Niterói: PósGeo, 2024, v.18, p. 1-19.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico científico informacional. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4a edição. Edusp: São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2023 [1a ed. 1979].

SILVA, S. C. Espaço urbano, neoliberalismo e igrejas evangélicas: um debate necessário. **Boletim Campineiro de Geografia**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 369–388, 2024.

Agradecimentos

Agradeço à FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) pela concessão da bolsa de Iniciação Científica (2023-2024), sendo de suma importância para o bom desenvolvimento da pesquisa. Juntamente, agradeço ao Grupo de Pesquisa Território e Cidades, coordenado pela Profa. Dra. Silvana Silva, pelas contribuições e compartilhamentos de resultados.

VERTICALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO. ESTUDO DOS BAIRROS PARQUE AVENIDA PELINCA E PARQUE TAMANDARÉ EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Pablo Rangel Domingos1

RESUMO

Este estudo analisa a produção do espaço urbano materializado na forma de edifícios verticalizados nos bairros Parque Avenida Pelinca e Parque Tamandaré, em Campos dos Goytacazes-RJ, destacando a atuação de agentes privados, suas estratégias e lógicas de apropriação do espaço. A pesquisa utilizou uma metodologia qualitativa, combinando revisão bibliográfica, análise de dados e levantamento de campo, no sentido de compreender as estratégias adotadas, características dos imóveis e os diferentes perfis de verticalização entre 2010 a 2020. Os resultados indicam uma concentração de edifícios residenciais de padrão médio e alto, a predominância de construtoras locais e a identificação de três perfis distintos de imóveis, evidenciando processos de segmentação socioespacial e mercantilização do solo urbano. Observou-se ainda que a verticalização se concentra em áreas estratégicas, reforçando desigualdades socioespaciais e a lógica capitalista da produção do espaço. Por fim, ressalta-se a necessidade de políticas públicas que promovam maior inclusão social e equilíbrio no desenvolvimento urbano.

ABSTRACT

This study analyzes the production of urban space materialized in the form of verticalized buildings in the neighborhoods of Parque Avenida Pelinca and Parque Tamandaré, in Campos dos Goytacazes, highlighting the role of private agents, their strategies, and their logics of space appropriation. The research employed a mixed approach, combining bibliographic review, data analysis, and fieldwork, with the aim of understanding the strategies adopted, the characteristics of the properties, and the different verticalization profiles between 2010 and 2020. The results indicate a concentration of medium- and high-standard residential buildings, a predominance of local construction companies, and the identification of three distinct property profiles, evidencing processes of socio-spatial segmentation and the commodification of urban land. It was also observed that verticalization is concentrated in strategic areas, reinforcing socio-spatial inequalities and the capitalist logic of urban production. Finally, the study highlights the need for public policies that promote greater social inclusion and balance in urban development.

INTRODUÇÃO

Entre as planícies da região norte fluminense no Estado do Rio de Janeiro, situa-se Campos dos Goytacazes, cidade que vem sendo redesenhada pela ascensão de edifícios altos, especialmente em sua área central, onde o concreto se ergue em direção ao céu e a fisionomia da cidade adquire novos contornos. Tais transformações urbanas se intensificaram na última década, muito por conta de certas dinâmicas econômicas, sobretudo a ascensão dos royalties do petróleo oriundos da Bacia de Campos, que impulsionaram a valorização de áreas estratégicas,

1 Pablo Rangel Domingos, Universidade Federal Fluminense, pablorangel@id.uff.br

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

fomentando a verticalização e a reconfiguração do espaço urbano.

Os bairros Pq. Avenida Pelinca e Parque Tamandaré, pela proximidade de comércios, restaurantes e instituições de ensino, apresentam não apenas uma localização privilegiada, mas também a acessibilidade (Vilaça, 1978), o que tem resultado em crescente valorização imobiliária e forte atuação dos agentes modeladores do espaço urbano. Esse contexto define ambos como o recorte espacial do presente estudo.

A verticalização é o "processo de produção, reprodução e apropriação do espaço urbano por meio da construção de edifícios com quatro ou mais pavimentos" (Fresca e Oliveira, 2017). Esse fenômeno reúne e articula distintos interesses (imobiliário, financeiro, fundiário) que se integram em torno da valorização do solo urbano e da mercantilização do espaço. Uma de suas características centrais é a seletividade espacial, na medida em que a verticalização não se distribui de forma homogênea na cidade, mas se concentra em áreas dotadas de maior infraestrutura e potencial de valorização.

É importante ressaltar que a produção desse espaço é fruto direto da intencionalidade de determinados atores sociais. Entre esses agentes encontramos os donos de terra, agentes imobiliários, construtoras/incorporadoras e outros. Corrêa (1999, p. 43) afirma que são "agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade". Para além da intencionalidade, as contradições revelam a prevalência das necessidades de cada agente em detrimento dos outros, gerando o conflito.

É indissociável a idéia que essa produção não tenha finalidade capitalista, o espaço não é um mero palco neutro das ações humanas, mas um produto social resultante das relações entre capital, poder e práticas cotidianas (Lefebvre, 2006). A urbanização, nesse sentido, expressa as contradições do capitalismo, no qual o espaço é convertido em mercadoria e em ativo estratégico. Trata-se de um planejamento voltado aos interesses do capital, funcionando como meio de absorver o excedente e gerar lucro, (Harvey 2014).

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar a atuação dos agentes (construtoras e incorporadoras) na produção do espaço urbano nos bairros Parque Avenida Pelinca e Parque Tamandaré em Campos dos Goytacazes através da construção de edifícios verticalizados, identificando suas estratégias, lógicas as características dos imóveis construídos entre 2010 – 2020.

MATERIAL E MÉTODOS

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A pesquisa parte de uma metodologia qualitativa, que visa construir um dispositivo metodológico que permita compreender, de forma articulada, os mecanismos de produção do espaço urbano, verticalização e seus impactos em Campos dos Goytacazes.

Os procedimentos metodológicos adotados incluem: revisão bibliográfica focada em temas centrais da pesquisa; Levantamento de dados secundários de fontes como IBGE (Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, Cadastro Geral de Empresas - CEMPRE) e a Secretaria de Obras de Campos dos Goytacazes (habite-se); Pesquisa de campo nos bairros selecionados.

A interpretação baseou-se na sistematização de todos esses dados (primários e secundários) à luz da bibliografia levantada visando compreender os agentes de destaque, suas estratégias, características do processo de verticalização, a diferenciação dos imóveis e a atuação do Estado. Por fim, os dados levantados foram elaborados e interpretados para traçar as práticas de produção do espaço pelos agentes e analisar os perfis dos imóveis e as lógicas de comercialização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise, realizada a partir dos documentos de Habite-se, dos anos de 2010 até 2020 revelou a atuação de 35 construtoras, responsáveis por 53 edifícios e 4.285 unidades vendidas.

A sistematização foi baseada nos parâmetros apresentados no Habite-se: I) quantidade de pavimentos, que ficou sistematizada como: Baixa verticalização com 4 a 9 pavimentos, Média com 10 a 14 pavimentos e Alta para edifícios acima de 16 pavimentos. II) Tipologia do Imóvel: finalidade para a qual foi construído, variando entre imóveis residenciais, imóveis comerciais e imóveis mistos (apresentam unidades sortidas dos dois tipos anteriores). III) Densidade do imóvel: refere-se à quantidade de unidades por andar, refletindo a densidade de pessoas que podem viver em cada pavimento e varia entre alta densidade com 5 ou mais unidades por andar, média densidade com 4 ou 3 unidades por andar e baixa densidade com 2 ou 1 unidade por andar. IV) Metragem quadrada: tamanho de cada unidade variando para imóveis entre 40 m² a 99 m², 100 m² a 149 m² e acima de 150 m².

Os dados mostram que 58,5% dos edifícios possuem mais de 16 pavimentos, indicando tendência de maximização do solo urbano. Quanto à tipologia, 77,4% são residenciais, 13,2% comerciais e 9,4% mistos, confirmando a predominância de investimentos habitacionais voltados às elites locais. A densidade de apartamentos por andar apresentou equilíbrio: 26,4% baixa, 37,7% média e 35,8% alta, revelando diversidade na produção. Já em relação à metragem, observa-se heterogeneidade: 45,3% variam entre 40 e 99 m², outros 45,3% entre 100

e 159 m² e 9,4% acima de 150 m², reforçando tanto a oferta para diferentes segmentos quanto a presença de unidades de luxo.

A sistematização desses dados permitiu identificar três perfis de imóveis: o Perfil A - Reduto da Exclusividade, caracterizado pela alta exclusividade, baixa densidade e metragens amplas, voltado à elite; o Perfil B - Residencial Intermediário e do conforto, com densidade média e tipologia predominantemente residencial, direcionado a famílias de classe média alta; e o Perfil C - Multifuncional e diversificada, conta com maior densidade, com imóveis compactos, comerciais e mistos, orientados ao aproveitamento intensivo do solo e a públicos diversificados. Esses padrões revelam a seletividade espacial da verticalização e sua articulação com a lógica de valorização e mercantilização do espaço urbano.

A análise dos dados evidencia que a verticalização nos bairros Parque Avenida Pelinca e Parque Tamandaré não ocorre de forma homogênea, mas é concentrada e seletiva, refletindo tanto a centralidade urbana quanto a lógica de valorização imobiliária. A localização estratégica desses bairros, aliada à acessibilidade e à infraestrutura existente, reforça seu papel como pólo de concentração de atividades econômicas e sociais.

CONCLUSÕES

A verticalização concentrada em áreas centrais e estratégicas demonstra uma lógica seletiva, na qual a localização, a acessibilidade e a infraestrutura contribuem para a valorização imobiliária. Os dados levantados (incluindo altura, tipologia, densidade e metragem dos imóveis) permitiram identificar três perfis distintos, revelando a segmentação do mercado e a diversidade de estratégias adotadas pelas construtoras e incorporadoras, em consonância com o objetivo geral do estudo de compreender a atuação desses agentes na produção do espaço urbano vertical.

A análise evidencia a centralidade dos agentes privados, especialmente construtoras e incorporadoras locais, na transformação do espaço urbano. A atuação desses atores, combinada à localização estratégica e aos interesses econômicos, revela que a verticalização é resultado de decisões planejadas, que privilegiam áreas com maior potencial de valorização. Essa concentração de empreendimentos reflete a lógica capitalista na produção do espaço e contribui para a desigualdade socioespacial observada nos bairros estudados.

Ao mesmo tempo, os dados mostram que a verticalização atende predominantemente às camadas médias e altas da população, com tipologias e metragens voltadas a públicos específicos. Esse padrão evidencia a mercantilização do solo urbano e a exclusão de parcelas menos favorecidas. O estudo, portanto, cumpre seus objetivos ao identificar os agentes,

caracterizar perfis de imóveis e analisar estratégias de ocupação, reforçando a urgência de políticas públicas voltadas a um desenvolvimento urbano mais inclusivo e equilibrado.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1999.

FRESCA, T. M.; OLIVEIRA, E. L. de. Sessenta anos de verticalização em Londrina/PR. *Revista da ANPEGE*, v. 11, n. 16, p. 85–121, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.5418/RA2015.1116.0005. Acesso em: 02 set. 2025.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 294 p.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 1. versão. São Paulo: Loyola, 2006. (Original publicado como *La production de l'espace*. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

VILLAÇA, Flávio. *A localização como mercadoria*. São Paulo: FAUUSP, 1978.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DESIGUALDADES TERRITORIAIS: O CASO DE JAPERI, QUEIMADOS, TANGUÁ E NATIVIDADE

Henry Ferraz[1]
Felipe Borba[2]
Vinicius Pinheiro Israel[3]
Roberta Rodrigues Marques da Silva[4]
Hugo Correa[5]

Resumo: O trabalho analisa o déficit habitacional e as entregas do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) em quatro municípios do Estado do Rio de Janeiro: Japeri, Queimados, Tanguá e Natividade. A escolha desses casos se justifica pelo projeto Dados Qualitativos, financiado por emenda parlamentar, que busca integrar expertise acadêmica na avaliação da situação habitacional e na formulação de planos municipais de habitação, considerando também as desigualdades demográficas e territoriais. Foram utilizados dados da Fundação João Pinheiro (FJP), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua/IBGE), do Ministério das Cidades e das bases abertas da Caixa Econômica Federal (OGU e FGTS), comparando o déficit de 2010 com as entregas até 2025. Os resultados revelam disparidades: Queimados recebeu mais de quatro mil unidades, praticamente cobrindo seu déficit estimado, enquanto Natividade foi contemplada com apenas 17 unidades. O estudo articula dados quantitativos e a experiência do Dados Qualitativos, ressaltando contradições entre formulação nacional e execução local da política.
Palavras-chave: Déficit Habitacional; Minha Casa Minha Vida; Municípios; Política Habitacional; Planejamento Urbano.

Abstract: This paper analyzes the housing deficit and the delivery of the Minha Casa Minha Vida (MCMV) program in four municipalities of the State of Rio de Janeiro: Japeri, Queimados, Tanguá, and Natividade. The selection of these cases is justified by the Dados Qualitativos project, funded by a parliamentary amendment, which seeks to integrate academic expertise into the assessment of housing conditions and the formulation of municipal housing plans, while also considering demographic and territorial inequalities. Data from the João Pinheiro Foundation (FJP), the National Household Sample Survey (PNAD Contínua/IBGE), the Ministry of Cities, and open databases from Caixa Econômica Federal (OGU and FGTS) were used to compare the 2010 housing deficit with program deliveries up to 2025. The results reveal disparities: Queimados received more than four thousand units, practically covering its estimated deficit, while Natividade was allocated only17 units. The study articulates quantitative data and the Dados Qualitativos experience, highlighting contradictions between national policy design and local implementation.
Keywords: Housing Deficit; Minha Casa Minha Vida; Municipalities; Housing Policy; Urban Planning.

[1]Henry Vieira Ferraz da Cunha, mestrando em Ciência Política pelo PPGCP-UNIRIO, henryferraz@edu.unirio.br
[2]Felipe de Moraes Borba, doutor em Ciência Política pela UERJ, docente da UNIRIO, coordenador acadêmico do Projeto Dados Qualitativos, felipe.borba@unirio.br.
[3]Vinicius Pinheiro Israel, doutor em Sociologia pela UERJ e em Estatística pela UFRJ, docente da UNIRIO, vinicius.israel@uniriotec.br.
[4]Roberta Rodrigues Marques da Silva, doutora em Ciência Política pela UERJ, docente da UNIRIO, roberta.marques@unirio.br.
[5]Hugo Arnaud Corrêa, discente de graduação em Ciência Política pela UNIRIO, hcagoncalves@gmail.com.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

INTRODUÇÃO

O direito à moradia é garantido pela Constituição Federal de 1988, mas persiste no Brasil um quadro de desigualdade urbana, evidenciado pelo déficit habitacional que atinge milhões de famílias. A literatura mostra que a política habitacional brasileira se desenvolveu historicamente de forma fragmentada e excludente (BONDUKI, 1998; ROLNIK, 2009). Para Maricato (2011), o impasse da política urbana deriva da urbanização acelerada sem planejamento estrutural, e Arretche (2012) reforça que a coordenação federativa limitada amplia desigualdades territoriais na execução de programas nacionais. Neste contexto, o Minha Casa Minha Vida, relançado em 2023, se consolidou como principal programa habitacional do país, mas com impactos diferenciados nos territórios.

A Fundação João Pinheiro (FJP) é a instituição responsável pela estimativa oficial do déficit habitacional, utilizando metodologia consolidada que considera quatro componentes: domicílios precários, coabitação, ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo em domicílios alugados. Segundo a FJP, em 2010, os municípios de Japeri, Queimados, Tanguá e Natividade apresentavam, respectivamente, 3.996, 4.801, 1.227 e 708 domicílios em déficit habitacional (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013). Já em 2022, o estado do Rio de Janeiro registrava 544.275 domicílios em déficit habitacional, dos quais

110.293 em habitação precária, 114.197 em coabitação e 319.785 com ônus excessivo de aluguel (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2022). Esses números mostram que a carência habitacional é estrutural e se reproduz ao longo das décadas, com forte impacto sobre municípios periféricos.

A seleção de Japeri, Queimados, Tanguá e Natividade não se baseia em semelhanças, mas nas desigualdades que os caracterizam. Japeri e Queimados pertencem à Baixada Fluminense, com populações acima de 90 mil habitantes, enquanto Tanguá e Natividade são municípios de pequeno porte, com menos de 35 mil habitantes, localizados no interior do estado. Essa disparidade permite observar como o déficit habitacional se manifesta de forma distinta em termos absolutos e relativos.

MATERIAL E MÉTODOS

Foram utilizados dados secundários da Fundação João Pinheiro (déficit habitacional, 2010; atualização estadual, 2022), da PNAD Contínua/IBGE (população, domicílios e condições habitacionais, 2022), das bases abertas da Caixa Econômica Federal (OGU e FGTS, 2025) e do Ministério das Cidades, referentes às obras em andamento, como o Residencial Dona Ivone em Queimados.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

O levantamento foi complementado com documentos institucionais da Prefeitura de Queimados, o que permitiu detalhar empreendimentos que, embora constem nos sistemas federais, apresentam denominações distintas em âmbito local.

A metodologia adotada consistiu em cruzar o déficit habitacional absoluto com o número de unidades entregues do MCMV, analisando também a cobertura em termos relativos ao tamanho da população e percentual do déficit atendido. Paralelamente, foram utilizados indicadores da PNAD Contínua para contextualizar a precariedade habitacional no estado e em municípios comparáveis.

O trabalho integra ainda o eixo tecnológico do projeto de extensão "Dados Qualitativos", que busca articular técnicas de sistematização e análise de dados oficiais com abordagens qualitativas de acompanhamento de políticas públicas. Essa integração fortalece o caráter metodológico da pesquisa, permitindo observar tanto os números consolidados de produção habitacional quanto os contextos sociais e territoriais em que os empreendimentos se inserem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados mostram que, em 2010, o déficit habitacional era de 3.996 domicílios em Japeri, 4.801 em Queimados, 1.227 em Tanguá e 708 em Natividade (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013). Até 2025, as entregas do MCMV variaram de forma desigual: Japeri recebeu 1.236 unidades (30,9% do déficit), Tanguá recebeu 464 (37,8%), Natividade apenas 17 (2,4%), enquanto Queimados se destacou com 4.172 unidades entregues (86,9% do déficit) (CAIXA/OGU, 2025; PREFEITURA DE QUEIMADOS, 2017).

Tabela 1 – Déficit habitacional municipal (FJP 2010) e entregas do MCMV (2009–2025)

Município	Déficit habitacional (2010, FJP)	Unidades MCMV entregues até 2025	% do déficit atendido	População 2022 (IBGE)	Unidades / 1.000 hab.
Japeri	3.996	1.236	30,9%	96.289	12,84

Queimados	4.801	4.172	86,9%	140.523	29,69
Tanguá	1.227	464	37,8%	31.086	14,93
Natividade	708	17	2,4%	15.074	1,13

Fontes: FJP (2010); Ministério das Cidades; IBGE (2022).

Em Japeri, os empreendimentos dos conjuntos Parque dos Eucaliptos I, II e III, além do Residencial Terra Brasil, responderam pelas entregas. Em Tanguá, destacou-se o Residencial Vila das Hortênsias (464 unidades). Já Natividade foi contemplada apenas pelo PNHR, com 17 unidades.

Queimados, por sua vez, é um caso de forte concentração de investimentos: recebeu o Parque Valdariosa (1.500 unidades, somando A, B e C), os residenciais Roberto Costa, Sebastião Torres, Laurindo Moreira, José Metódio e José Martins (1.500 unidades no total), além de Paulo Duque (220), Ulysses Guimarães (406), Eldorado III (246) e Marcelino (300) (CAIXA/OGU, 2025; PREFEITURA DE QUEIMADOS, 2017). A previsão de entrega do Residencial Dona Ivone (1.200 unidades), em andamento, pode inclusive fazer com que o município ultrapasse o déficit estimado em 2010 (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2023).

Outro aspecto relevante é o papel das gestões municipais de Queimados, especialmente no período de 2009 a 2016, que conseguiram articular projetos, firmar convênios e captar investimentos junto ao governo federal e à Caixa Econômica Federal. Esse protagonismo administrativo contribuiu para que Queimados se tornasse um dos municípios com maior número de entregas do MCMV na Baixada Fluminense, contrastando fortemente com as dificuldades de municípios menores como Tanguá e Natividade, que só passaram a ser contemplados de forma mais efetiva após 2024, quando o programa abriu linha específica para cidades com menos de 50 mil habitantes (BRASIL, 2024).

CONCLUSÃO

A análise revela que a política habitacional, embora centralizada nacionalmente, tem efeitos territoriais profundamente desiguais. Queimados destaca-se como caso de forte cobertura do MCMV, enquanto Natividade permanece com déficit praticamente inalterado. A comparação reforça a importância de analisar tanto dados absolutos quanto relativos à população, além de observar como o desenho federativo e a priorização de áreas metropolitanas moldam o acesso a programas habitacionais.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Apesar dos avanços recentes na política pública de habitação, o desafio do déficit habitacional continua presente, evidenciando que o número de famílias sem acesso adequado à moradia ainda é expressivo. Soma-se a isso a necessidade de levantamentos mais atualizados e regulares sobre o déficit, uma vez que a defasagem estatística limita a precisão do diagnóstico e torna a discussão ainda mais complexa e desafiadora. O diálogo entre bases quantitativas e a experiência do projeto "Dados Qualitativos" mostra a relevância de integrar métodos e escalas para compreender essas contradições e propor alternativas de enfrentamento.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. *Democracia, federalismo e centralização no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BRASIL. Caixa Econômica Federal. *Base de Dados Abertos do OGU – Empreendimentos Habitacionais do MCMV*. Março 2025.

BRASIL. Caixa Econômica Federal. *Base de Dados Abertos FGTS Sintético – Programas Habitacionais*. Maio 2025.

BRASIL. Fundação João Pinheiro. *Déficit habitacional no Brasil 2010*. Belo Horizonte: FJP, 2013.

BRASIL. Fundação João Pinheiro. *Carências Habitacionais Quantitativas no Brasil – 2022*. Belo Horizonte: FJP, 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PNAD Contínua – Indicadores de habitação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

BRASIL. Ministério das Cidades. *Obras do Programa Minha Casa Minha Vida – Relatórios de Execução*. Brasília: Governo Federal, 2023.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. *Minha Casa Minha Vida tem primeira seleção para municípios com até 50 mil habitantes*. Brasília: Governo Federal, 2024.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.
PREFEITURA DE QUEIMADOS. *Mais 546 casas populares entregues em Queimados*. Queimados Blogspot Oficial, 2017.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 2009.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

5. SEGURANÇA PÚBLICA

Daniel Hirata (UFF)
David Maciel de Mello Neto (UENF)
João Trajano de Lima Sento-Sé (UERJ)

O Estado do Rio de Janeiro possui graves e urgentes problemas associados ao campo da segurança pública. A malha urbana é pontuada pelas divisões, tensões e conflitos associados à lógica do controle territorial armado de facções do tráfico de drogas e milícias, além da influência do jogo do bicho. As formas de enfrentamento dessa particularidade fluminense baseiam-se em operações policiais, que já se mostraram historicamente tão ineficazes quanto letais, sobretudo para a população pobre, negra e moradora de favelas e periferias. Neste contexto em que as iniciativas estatais nesta área aprofundam os problemas, a segurança pública infelizmente se torna um tema transversal e com consequências econômicas, sociais, políticas e institucionais para a região. A sessão temática acolherá e discutirá trabalhos que procurem estabelecer diagnósticos e propostas na área, sempre que possível contemplando as dinâmicas das diferentes regiões do estado.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

TOMADA DE TERRITÓRIO E EXPANSÃO DO CONTROLE TERRITORIAL DOS GRUPOS ARMADOS EM CORDOVIL

Lilian Santos Pinto[1]

Este trabalho investiga a dinâmica de ocupação e controle territorial exercida por grupos armados no bairro de Cordovil, subúrbio do Rio de Janeiro. A pesquisa analisa os processos de expansão do Terceiro Comando Puro (TCP), do Comando Vermelho (CV) e da Milícia. O foco recai sobre a disputa pelo domínio da área do "asfalto" de Cordovil e as franjas de transição entre "pista" e "morro". Observa-se, especialmente após a pandemia de COVID-19, um fenômeno de demarcação territorial inédito, refletindo transformações nas estratégias de controle. A pesquisa dialoga com autores que discutem segurança pública, violência e gestão urbana, buscando contribuir para o debate sobre políticas públicas e os impactos sociais da territorialização armada.

Palavras-chave: controle territorial; grupos armados; Cordovil; segurança pública; demarcação.

This study investigates the dynamics of territorial occupation and control exerted by armed groups in the neighborhood of Cordovil, in suburban Rio de Janeiro. The research analyzes the expansion processes of the Terceiro Comando Puro (TCP) and Comando Vermelho (CV), focusing on TCP's actions in the Complexo de Israel and CV's presence in Quitungo, led by Doca. The study emphasizes the recent territorial dispute over Cordovil's "asfalto" (paved) area and the transition zones between "pista" (street) and "morro" (hill). Particularly after the COVID-19 pandemic, a new phenomenon of territorial demarcation has emerged, indicating changes in strategies of control. The research draws on authors who examine public security, violence, and urban management, aiming to contribute to the debate on public policies and the social impacts of armed territorialization.

Keywords: territorial control; armed groups; Cordovil; public security; demarcation.

INTRODUÇÃO

Este projeto "Tomada de Território e Expansão do Controle Territorial dos Grupos Armados em Cordovil" busca investigar a dinâmica de ocupação e controle territorial exercida por diferentes grupos armados na região de Cordovil, um bairro do subúrbio do Rio de Janeiro. Especificamente, serão analisados os processos de tomada de território pelo Terceiro Comando Puro (TCP) do Peixão, que tem controlado a região do Complexo de Israel, o Comando Vermelho (CV), do Quitungo, encabeçado pelo Doca e o grupo Miliciano atuante no bairro em meados de 2017, bem como a expansão dessas influências para áreas anteriormente jamais controladas por grupos armados.

Nos últimos anos, Cordovil tem sido palco de intensas disputas territoriais. Entre 2017 e 2019, a milícia expandiu seu domínio na região, enquanto entre 2023 e 2024, observou-se

[1]Lilian Santos Pinto - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Lilianpinto.uerj@gmail.com

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

um crescimento significativo da disputa pelo controle da região, que é estratégica para o acesso a diferentes comunidades. A pesquisa focará em como esses grupos operam para conquistar e manter o controle territorial, utilizando como estudo de caso a expansão para a área do 'asfalto' de Cordovil.

Outro aspecto importante deste estudo é a análise das franjas de transição, entre a 'pista' e o 'morro', investigando até onde se estende o controle/domínio desses grupos armados. Em particular, será abordado o recente fenômeno de demarcação territorial pelo TCP do Peixão, especialmente no contexto da pós-pandemia de COVID-19.

Figura 1 – Mapa dos grupos armados na região de Cordovil, extraído do "Mapa Histórico dos Grupos Armados no Rio de Janeiro" (Instituto Fogo Cruzado & GENI/UFF, 2024)[1].

Procedimentos metodológicos

A pesquisa será realizada em quatro etapas principais: 1- Revisão Bibliográfica: Estudos acadêmicos sobre controle territorial e dinâmicas urbanas no Rio de Janeiro. Albernaz (2018), Leite (2012), Muniz & Cecchetto (2021) Relatórios como o da Fundação Heinrich Böll (2021); 2- Análise Documental: Consulta a fontes como noticiários televisivos, jornais, relatórios de segurança pública e dados oficiais; 3- Entrevistas com moradores locais e especialistas em segurança pública; 4- Observação Participante: Identificação de "marcas" de controle territorial, como a pintura de postes no Complexo de Israel pelo TCP

Resultados e Discussão

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Os dados preliminares da pesquisa revelam que Cordovil tem passado por uma reconfiguração territorial marcada pela disputa entre facções rivais e o recuo de forças milicianas que atuavam na região entre 2017 e 2019. A atuação do Terceiro Comando Puro (TCP), especialmente liderado pelo grupo conhecido como "Peixão", apresenta um padrão de ocupação territorial que avança para áreas do "asfalto", tradicionalmente menos associadas ao controle armado direto. Por sua vez, o Comando Vermelho (CV), sob a liderança local do "Doca", disputa o domínio da área do Quitungo, evidenciando um movimento tático de expansão. As demarcações territoriais recentes, como pichações, bandeiras e outras formas simbólicas de controle do espaço, intensificaram-se no período pós-pandemia, demonstrando estratégias sofisticadas de ocupação e gestão do território. As franjas entre "pista" e "morro" se tornaram zonas de transição disputadas, onde os limites do poder armado são mais fluidos e dinâmicos. A presença do Estado é frágil, limitada a ações pontuais e repressivas, o que contribui para a consolidação desses mercados armados da exclusão.

Conclusões

A pesquisa evidencia que o controle territorial exercido por grupos armados em Cordovil é dinâmico, estratégico e profundamente influenciado por fatores sociais, espaciais e políticos. A disputa entre TCP e CV extrapola as fronteiras tradicionais das favelas, alcançando áreas do asfalto, e revela transformações nas práticas de dominação urbana. A pandemia de COVID-19 intensificou os processos de demarcação e consolidou novos arranjos de poder. A compreensão das franjas de transição, onde o domínio armado se mistura ao cotidiano urbano, é essencial para pensar políticas públicas efetivas de segurança e gestão urbana. Mais do que uma disputa bélica, trata-se de um processo complexo de territorialização que exige análise crítica e contextualizada. A continuidade deste estudo contribuirá para aprofundar o entendimento das formas como o crime se territorializa e como o Estado se ausenta ou atua seletivamente nesses espaços.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, E. R. Palácios sem reis, democracias sem cidadãos: política, cotidiano e a formação de mercados da exclusão em dois contextos do "sul-global". 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL; GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMOS (GENI/UFF); OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (IPPUR/UFRJ). A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados. Relatório Final. Niterói: GENI/UFF, 2021.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

LEITE, Márcia Pereira. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 6, n. 2, 2012.

LEOPOLDO, Luis P. Pesquisa qualitativa on-line utilizando a etnografia virtual. Revista Teias, v. 13, n. 30, p. 169-183, set./dez. 2012.

MENDONÇA, Tássia. Batan: Tráfico, Milícia e “Pacificação” na Zona Oeste do Rio de Janeiro. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; CECCHETTO, Fátima Regina. Insegurança pública, exceção como rotina, excepcionalidade como o normal no Rio de Janeiro, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, n. 10, p. 4635-4644, 2021.

RANGEL, Ana. Tráfico, milícias, operações policiais e o “pulo do cria”: disputas em torno do território da tomada de território.

MAIA, João. V de justiça: análise do programa Brasil Urgente na chacina do Jacarezinho.

INSTITUTO FOGO CRUZADO; GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMOS (GENI/UFF). Mapa Histórico dos Grupos Armados no Rio de Janeiro. Atualização abril de 2024. Disponível em: https://fogocruzado.org.br/mapadosgruposarmados. Acesso em: 22 jul. 2025.

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu pai, que sempre acreditou na minha capacidade intelectual e me incentivou a seguir em frente, mesmo nos momentos mais difíceis. À minha mãe, que não mediu esforços para garantir minha formação, investindo nos meus estudos com todo amor e dedicação. À Yasmin e ao Xavier, pelo apoio moral constante, pelas palavras de encorajamento e pela presença nos dias em que mais precisei. Cada um de vocês foi fundamental para que eu chegasse até aqui. Muito obrigada

URBANISMO SOCIAL NO TERRITÓRIO DO RIO DE JANEIRO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A INTEGRAÇÃO URBANA DE ÁREAS VULNERÁVEIS

Nathalia Cordeiro[1]
Lucianna Costa[2]

Resumo

Este estudo busca examinar o urbanismo social enquanto estratégia de reordenamento físico, social e econômico em territórios vulnerabilizados do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa, de caráter descritivo e propósito exploratório, baseia-se em revisão bibliográfica e documental, incluindo estudos acadêmicos e relatórios institucionais. Será realizado, ainda, mapeamento de políticas públicas de segurança implementadas no estado do Rio de Janeiro voltadas ao território. A partir desta investigação, pretende-se identificar experiências bem sucedidas e práticas passíveis de replicação no contexto fluminense, sob a ótica da segurança pública, além de mapear barreiras institucionais, políticas e sociais que dificultam a adoção de estratégias de urbanismo social. A partir desse diagnóstico, objetiva-se identificar estratégias voltadas à integração urbana de áreas precarizadas, com vistas a orientar políticas públicas intersetoriais.

Abstract

This study seeks to examine social urbanism as a strategy for the physical, social, and economic reordering of vulnerable territories in the State of Rio de Janeiro. The research, descriptive in nature and exploratory in purpose, is based on a bibliographic and documentary review, including academic studies and institutional reports. In addition, a mapping of public security policies implemented in the state of Rio de Janeiro that are directed toward these territories will be carried out. From this investigation, the aim is to identify successful experiences and practices that can be replicated in the local context, from the perspective of public security, as well as to map institutional, political, and social barriers that hinder the adoption of social urbanism strategies. Based on this diagnosis, the objective is to identify approaches aimed at the urban integration of precarious areas, with a view to guiding intersectoral public policies.

Palavras-chave: Urbanismo Social; Políticas Públicas; Segurança Cidadã.

INTRODUÇÃO

No imaginário social sobre o Estado do Rio de Janeiro, convivem dois cenários contrastantes: de um lado, a imagem da sua capital como a “cidade maravilhosa”, de outro, a realidade das favelas, com precariedade de serviços públicos, insegurança e controle territorial por grupos armados. Diante dessas desigualdades, o presente artigo tem como objetivo analisar o conceito de urbanismo social e sua aplicabilidade ao contexto das áreas vulneráveis do território fluminense.

O urbanismo social propõe, em linhas gerais, uma perspectiva que incorpora as políticas

[1]Nathalia Rodrigues Cordeiro. Secretaria de Estado de Segurança Pública - RJ. nathalia.cordeiro@gmail.com
[2] Lucianna Souza Costa. Secretaria de Estado de Segurança Pública - RJ. lucianna.costa@gmail.com

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

sociais às intervenções urbanísticas. A ideia é de que transformar territórios exige mais do que obras de infraestrutura, demandando, também, coordenação intersetorial, presença estatal efetiva e participação social ativa. Embora o urbanismo social ofereça potencial para transformar esses espaços, promovendo integração física, social e econômica, no contexto estadual, a sua aplicação enfrenta um conjunto de desafios estruturais.

Nesse sentido, o trabalho pretende, de forma específica: (i) examinar políticas e programas do governo do estado, sob a ótica da segurança pública; (ii) identificar barreiras institucionais, políticas e sociais para a implementação do urbanismo social; bem como (iii) sugerir estratégias para políticas públicas integradas, entendendo o urbanismo social como uma abordagem multidimensional de intervenção.

MATERIAL E MÉTODOS

A literatura (Leite, 2023; Kalili et al., 2021) destaca que o urbanismo social se sustenta em três pilares: (i) infraestrutura urbana qualificada e conectada, (ii) políticas públicas estruturantes e contínuas e (iii) participação cidadã. Adicionalmente, se relaciona com o conceito de "direito à cidade" (Lefebvre, 1968), que reivindica a primazia do uso coletivo e social do espaço urbano.

No campo de estudos sobre segurança pública, tal concepção apresenta pontos de intersecção com modelos de prevenção situacional (Clarke, 1997) e comunitária (Bayley; Skolnick, 2001), que reforçam a influência do ambiente urbano nos padrões criminais e percepções de segurança. Partindo do pressuposto que a política de segurança é voltada ao cidadão (Sento-Sé, 2006), a metodologia de Convivência e Segurança Cidadã (PNUD, 2013) corrobora essa perspectiva, ao integrar dimensões territoriais, sociais e econômicas à proteção da vida, como forma de prevenção da violência e promoção do desenvolvimento humano.

Com base nesse arcabouço teórico, a pesquisa terá caráter descritivo e propósito exploratório, por meio do levantamento de programas e projetos voltados ao território e instituídos no âmbito da segurança pública fluminense entre 1990 a 2025, como forma de avaliar o grau de maturidade do estado e seu alinhamento aos princípios do urbanismo social. A partir dessa análise, serão apresentados limites e oportunidades do urbanismo social enquanto estratégia de reordenamento em territórios vulnerabilizados.

O trabalho se apoiará em revisão bibliográfica e análise documental, englobando tanto estudos acadêmicos quanto relatórios institucionais. Como exemplos de dados

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

secundários serão consultadas fontes oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP-RJ), a Prefeitura e o Governo do Estado. Entre as normativas, cabe menção especial ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social (PEDES), instrumento de planejamento da Constituição do Estado, que define diretivas e objetivos específicos para o território, por meio da Missão 9 "Segurança Pública territorial".

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme estimativas do Mapa dos Grupos Armados,[3] atualizadas em 2023, nos últimos 16 anos, os territórios sob domínio de grupos armados aumentaram de 9% para 18% da área urbana habitada da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O mesmo estudo aponta que a milícia integra o grupo que mais cresceu ao longo desse período. Tradicionalmente, as milícias exercem controle territorial impondo cobranças ilegais por serviços essenciais clandestinos (Cano e Duarte, 2012).

Recentemente, entretanto, observou-se que outras facções também passaram a se utilizar desses métodos. Além disso, ambos os grupos dominam a vida política, por meio de condutas clientelistas (Lessing, 2008; Soares, 2000). Essa dinâmica, além de naturalizar práticas ilegais, cria um ambiente propício à manutenção de relações marcadas pela violência e pelo medo, comprometendo a efetividade das políticas públicas.

Como uma primeira tentativa de atuação qualificada em territórios vulneráveis, abandonando o foco na remoção de favelas, a prefeitura do Rio de Janeiro implantou o Programa Favela-Bairro (1993-2008). A experiência serviu reconhecidamente de inspiração para Medellín, cujo programa de urbanismo social se tornaria referência internacional e popularizaria o conceito no início dos anos 2000 (Alvim et al., 2024).

Vale ressaltar que o Favela-Bairro foi um programa de urbanização de favelas, partindo das intervenções físicas (infraestrutura urbana/moradia) para catalisar a transformação social do território (Cardoso, 2007). O urbanismo social, por outro lado, é uma estratégia de planejamento e intervenção que combina projetos de infraestrutura física com políticas sociais, culturais e econômicas, visando promover inclusão, reduzir desigualdades e fortalecer vínculos

[3] O ISP-RJ não divulga dados sobre territórios dominados por grupos armados, porém, estudos e reportagens têm preenchido essa lacuna. Um exemplo é o Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro (2017-2023), que reúne dados de tiroteios e operações de diversas fontes. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/mapa-historico-dos-grupos-armados-rio-de-janeiro-2023.> Acesso em 16 ago. 2025.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

comunitários.

Para Leite (2023), algo que diferencia os programas de urbanização social da urbanização de favelas é a atuação em territórios de maior violência, com ações para sua redução. No Rio de Janeiro[4], a criação da primeira Unidade de Polícia Pacificadora, em 2009, apoiou-se no modelo colombiano, mas sem fornecer serviços públicos essenciais, tampouco evoluiu para um policiamento comunitário e horizontal. A tentativa de suprir essa lacuna ocorreu com a breve experiência da UPP Social Carioca (2010). A crise fiscal de 2016, no entanto, levou ao esvaziamento dessas políticas, com redução expressiva do número de Unidades, estruturas precárias e perda da legitimidade junto às comunidades (MPRJ, 2019).

Em 2022, nessa linha, o governo lançou o projeto-piloto do Programa Cidade Integrada em duas comunidades. Limitado à realocação de recursos já existentes, não avançou para as demais áreas planejadas. Na mesma época, o tema da reocupação territorial ressurgia no debate público com o julgamento da ADPF 635 pelo STF. Ao impor diretrizes ao poder público, com a citação expressa do Urbanismo Social, a decisão do Supremo apresenta-se como uma oportunidade para fomentar novas formas de atuação estatal, ensejando a construção de políticas mais integradas e orientadas pela proteção de direitos fundamentais.

CONCLUSÕES

A abordagem do Urbanismo Social marcou uma ruptura com os modelos tradicionais de intervenção urbana, diferenciando-se daqueles por priorizar o engajamento das comunidades e a valorização da experiência local como eixos centrais do planejamento e da execução de projetos urbanos, bem como por integrar setores como habitação, mobilidade, segurança, educação e cultura em ações coordenadas (Alvim et. al, 2024).

Nesse marco analítico, a relevância do artigo reside em mapear iniciativas realizadas notadamente no âmbito da Segurança Pública e explorar possíveis formas de superar o controle territorial exercido por grupos armados no Rio de Janeiro. Não obstante, o maior desafio para os governos consiste em desenvolver políticas integradas, reconhecendo a segurança como direito humano em detrimento de enfoques meramente repressivos (Alvim et. al, 2024).

Portanto, ao analisar o potencial do urbanismo social como estratégia integrada de requalificação física, social e econômica desses territórios, e seus possíveis impactos positivos na sociedade, a pesquisa pretende refletir sobre os desafios que dificultam a

[4] No Brasil, diversas iniciativas materializam princípios do urbanismo social, mesmo sem utilizar a nomenclatura, por exemplo: Territórios pela Paz (TerPaz) e Usinas da Paz (UsiPaz) em Belém; Areninhas em Fortaleza e Compaz em Recife, este último premiado pelo Programa Cidades Sustentáveis e Oxfam.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

implementação de políticas públicas em territórios vulneráveis. Espera-se, por fim, que o estudo permita a identificação de métodos capazes de viabilizar a aplicação concreta dos princípios do Urbanismo Social no estado do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

Alvim, T.; Salles, M. M.; Balestreri, R.; Silva, E. S. *Guia prático de urbanismo social*. São Paulo: Bei, 2024.

Bayley, D. H.; Skolnick, J. H. *Nova polícia: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da USP, 2001.

Cano, I.; Duarte, T. *No sapatinho: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008–2011)*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll; LAV-UERJ, 2012.

Cardoso, A. L. Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 239-260, 2007.

Clarke, R. V. (ed.). *Situational crime prevention: successful case studies*. 2. ed. Albany: Harrow and Heston, 1997.

Fogo Cruzado. *Mapa histórico dos grupos armados do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://fogocruzado.org.br/mapa-historico-dos-grupos-armados-rio-de-janeiro-2023. Acesso em: 16 ago. 2025.

Kalili, R. et al. *Urbanismo social no Brasil: experiências e desafios*. Brasília: Ipea, 2021.

Leite, C. (org.). *Guia de urbanismo social*. 1. ed. São Paulo: Núcleo de Urbanismo Social do Laboratório Arq. Futuro de Cidades do Insper; Diagonal, 2023.

Lessing, B. As facções cariocas em perspectiva comparativa. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 80, p. 43–62, mar. 2008.

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. *Termo de Ajustamento de Conduta n.º 01/2019 – UPPs*. Rio de Janeiro: MPRJ, 2019.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Segurança cidadã com rosto humano: diagnóstico e propostas para a América Latina*. Nova York: PNUD, 2013. Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/latinamerica/Resumen-ID H-portugues_completo_.pdf. Acesso em: 16 ago. 2025.

Sento-Sé, J. T. (org.). *Prevenção da violência: o papel das cidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (Coleção Segurança e Cidadania, 3).

Soares, L. E. *Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

CAÇADORES DE GANSO – COMO O *FACEBOOK* ESTIMULOU A ATUAÇÃO DE UM GRUPO DE EXTERMÍNIO

Guilherme Theme Pavão[1]
Laissa Rodrigues Bezerra[2]

Resumo
Este artigo tem como proposta a análise, a partir das denúncias oferecidas pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, da atuação do grupo de extermínio/milícia armada que atuou no município de Queimados fazendo o controle territorial armado de três condomínios do projeto Minha Casa, Minha Vida. Embora as atividades criminais do grupo fossem as habituais de uma milícia, *Os caçadores de Ganso*, empregaram técnicas inovadoras em sua atuação. Através da criação de um grupo de *Facebook*, moradores efetuavam denúncias com nomes de possíveis criminosos solicitando a ação do grupo de extermínio da milícia e, deste modo, se tornando mandantes de assassinatos. O estudo busca analisar como a falha da segurança pública do estado permitiu a prática da punição demandada pela população de Queimados, a qual era acatada pela milícia que operava na região naquele período.
Palavras-chave: Milícia; Queimados; Condomínio; Facebook.

Abstract
This article proposes an analysis, based on the charges filed by the Public Prosecutor's Office of the State of Rio de Janeiro and data from the Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, of the activities of the death squad/armed militia that operated in the municipality of Queimados, carrying out armed territorial control over three housing complexes of the *Minha Casa, Minha Vida* program. Although the group's criminal practices were the usual ones of a militia, *The Goose Hunters* employed innovative techniques in their operations. Through the creation of a Facebook group, residents submitted reports with the names of possible criminals, requesting the intervention of the militia's death squad and thus becoming instigators of murders. The study seeks to analyze how the failure of the state's public security system allowed for the practice of punishment demanded by the population of Queimados, which was carried out by the militia operating in the region at that time.
Keywords: Militia; Queimados; Housing Complex; Facebook.

Introdução

Para entendermos a dinâmica criminal sob o território analisado vale destacar que, ao longo das primeiras décadas do século XXI, a expansão do domínio miliciano no estado do Rio de Janeiro não ocorreu majoritariamente sobre áreas controladas por facções do tráfico[3]. Em vez disso, se deu, em sua maior parte, pela incorporação de territórios até então não ocupados por nenhum grupo armado, como por exemplo, os condomínios do Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Essa dinâmica de ocupação está diretamente vinculada à lógica de expansão urbana e imobiliária do Rio de Janeiro. Ela não se limita à simples invasão de zonas periféricas, mas se articula como uma rede de novos ilegalismos (HIRATA et al., 2024), que se configura como uma zona de confluência entre o crime e o

[1] Guilherme Theme Pavão, Fundação Oswaldo Cruz – PPGSP, guilhermedolenko@gmail.com.
[2] Laissa Rodrigues Bezerra, Universidade Federal Fluminense – PPGS, laissarodrigues@id.uff.br.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Estado, onde práticas ilegais tornam-se centrais para a gestão urbana e a produção de ordem em territórios populares. Nesse modelo, as milícias não atuam mais como forças paralelas ou em oposição ao Estado, mas como parceiras clandestinas das estruturas estatais (Ibidem, 2024).

Material e Metódos

Os dados da investigação que compuseram as três denúncias do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) aqui analisadas desencadeou a Operação Hunter que prendeu Davi Brasil e outros integrantes dos Caçadores de Ganso, a milícia que controlou os condomínios do Minha Casa, Minha Vida entre os anos de 2016 e 2019. Ainda segundo a denúncia do MPRJ, Davi Brasil era tido como o "dono dos condomínios", sinalizando a figura de Davi Brasil como a liderança máxima do grupo armado4.

Abaixo da liderança geral de Davi Brasil estavam os chefes nomeados para cada condomínio, responsáveis por gerir todas as atividades vinculadas ao mercado miliciano no território sob controle (HIRATA & LYRA, 2021). O mercado da organização criminosa Caçadores de Ganso abrangia as atividades típicas de uma milícia como a venda de gás e o controle do transporte alternativo, contudo, aqui trataremos da função primária das milícias: o extermínio (OLIVEIRA, 2025, P. 127).

MétodosPara a realização deste artigo, delimitamos o recorte geográfico da pesquisa nos restringindo a área de atuação da milícia intitulada Caçadores de Ganso. O grupo armado em questão controlava condomínios do programa federal de habitação, o MCMV entre os anos de 2016 e 2019. Sob a liderança de Davi Brasil Caetano, ex-vereador e secretário de Defesa Civil do município de Queimados, a milícia exercia seu poder em três condomínios, a saber: Valdoriosa, Ulysses Guimarães e Parque Eldorado.

Para corroborar o impacto da atuação do grupo de extermínio na segurança pública do município, realizamos uma análise comparativa abrangendo o período de dominação territorial dos Caçadores de Ganso com os dados do Atlas da Violência de 2018 produzido pelo

[3] 2 Segundo levantamento do GENI e do Fogo Cruzado (2021), nos últimos três triênios — período de maior crescimento das milícias — o TCP ampliou seu território em 18,45 km², enquanto o CV e os Amigos dos Amigos (ADA) perderam, juntos, 13,36 km² (sendo 0,43 km² do CV e 12,93 km² da ADA). Mesmo que toda essa perda territorial tivesse sido absorvida pelas milícias — e os dados indicam que a expansão do TCP se deu, sobretudo, sobre áreas anteriormente dominadas pela ADA —, essas áreas representariam apenas 9,7% do crescimento observado das milícias. Isso significa que, no mínimo, 90,3% dessa expansão teria ocorrido em territórios antes não controlados por nenhum grupo armado.

[4] DENÚNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 0012388 93.2018.8.19.0067.

Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) que mostram Queimados como o município mais violento do Brasil com 134,5 mortes por 100 mil habitantes. Para efeito de comparação a taxa nacional de homicídios nesse mesmo ano foi de 30,3 por 100 mil habitantes.

A violência associada ao controle territorial armado em Queimados também se evidencia nos dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) na série histórica que compreende os anos entre 2016 e 2020. Neles, Queimados liderou as taxas de homicídio no Estado no Rio com o patamar de "300 e 354,4 homicídios dolosos por 100 mil habitantes" (ALVES at al, 2023, p.90). Também para efeito de comparação, Japeri, o segundo município com maior taxa de homicídios da Baixada teve entre 250 e 300 homicídios por 100 mil habitantes (Ibidem, 2023).

Resultados

Dentre as práticas violentas empreendidas pela milícia, destaca-se a adoção de dispositivos que promoveram uma celeridade no processo condenatório imposto por eles e, de certo modo, promoveram também a participação da população civil nesses processos, como a criação do grupo de aplicativo *WhatsApp* denominado "Juntos Somos Mais Fortes" e a página de *Facebook* "Caçadores de Ganso". De acordo com relatório contido nas denúncias, os membros da milícia utilizavam o aplicativo de conversas para trocar informações sobre os próximos alvos a serem executados pela malta[5]. Segundo o delegado da Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense, Luiz Otávio Franco, o grupo *Caçadores de Ganso,* alocado no *Facebook*, operava como uma lista aberta onde os moradores realizavam denúncias com nomes, fotos, horários e locais de supostos criminosos para que esses fossem executados pelos milicianos (G1, 2017).

Também foram identificados colaboradores civis que, embora não integrassem formalmente o grupo armado, participavam ativamente de sua engrenagem operacional. Essa rede de informantes era composta, entre outros, por olheiros que denunciavam moradores ou supostos traficantes por meio de grupos de *WhatsApp* utilizados pela organização; O colaboracionismo civil, nesse contexto, não apenas alimentava a lógica do controle armado, como também fomentava a prática de crimes como extorsão, homicídio e tortura, ao facilitar a localização de alvos e acelerar a resposta punitiva do grupo. Além disso, o grupo no *Facebook* operava como um repositório de denúncias feitas por moradores contra seus desafetos ou indivíduos

[5] DENÚNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 0001985-31.2019.8.19.0067.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

considerados “indesejáveis”. Assim, plataformas digitais tornavam-se instrumentos de vigilância horizontal e de justiça sumária, articulando o espaço cibernético ao controle territorial armado.

Discussão

Em seu texto *Post-Scriptum sobre as Sociedades do Controle*, Gilles Deleuze propõe que a contemporaneidade estaria saindo de uma sociedade marcada pela disciplina representada por instituições fechadas ou instituições totais, como bem demonstrou Michel Foucault em seus estudos sobre prisões, escolas, fábricas, exércitos, hospitais e manicômios para uma sociedade do controle, onde o poder passa a ser exercido por meio de fluxos contínuos, moduláveis e digitais e não mais baseada na tecnologia do panóptico, o modelo cuja forma de organização do poder é baseada na visibilidade assimétrica e no controle disciplinar constante. Ideia formulada por Jeremy Bentham no final do século XVIII como um projeto de prisão foi recuperada por Michel Foucault, em *Vigiar e Punir* (1987), como metáfora das sociedades disciplinares modernas, nas quais o poder não precisa mais se manifestar com violência ou presença contínua: ele opera pela **i**nteriorização da vigilância. No panóptico, um observador central pode ver todos os indivíduos sem ser visto, o que leva cada sujeito a se comportar como se estivesse sempre sendo observado. Assim, o poder torna-se eficaz ao ser automatizado agindo à distância e produzindo sujeitos que se autocontrolam, seja por iniciativa própria ou por meio de denúncias em redes sociais.

Conclusões

Enquanto milícia armada, os Caçadores de Ganso ampliaram os horizontes das atividades concebidas como habituais de uma milícia, como pudemos observar no texto acima. Contudo, o grupo se destacou através da população que jazia cética em relação a efetividade da política de segurança pública e aprovou o método de dinamização da punição empregado pelo grupo que a milícia. Embora a participação da população civil no processo condenatório que resulta em punição, seja pelos próprios civis[6], seja praticado por grupos armados não seja atípico, o formato digital proposto pelos Caçadores de Ganso é, de certo modo, autêntico.

Referências

Cidade mais violenta do pais queimados não tem hospital e emprego. Agência Brasil, Queimados, RJ. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-

[6] Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2025/03/01/linchamento-no-rsquando- a-justica-com-as-proprias-maos-se-torna-crime.htm. Acesso em: 20/06/2025.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

07/cidade-mais-violenta-dopais- queimados-nao-tem-hospital-e-emprego. Acesso em: 20/06/2025.

DELEUZE, Gille. **Post-Scriptum sobre a sociedade do controle.** São Paulo: Editora 34, 2008.

DENÚNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 0012388-93.2018.8.19.0067.

DENÚNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 0001985-31.2019.8.19.0067.

DENÚNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 0006277-93.2018.8.19.0067.

FOUCAULT, Michel**. Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GENI – Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos/UFF; Instituto Fogo Cruzado. **Mapa histórico dos grupos armados do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2022.

HIRATA, Daniel Veloso; CARDOSO, Adauto; GRILLO, Carolina Christoph; SANTOS Jr., Orlando; LYRA Diogo; DIRK Renato; RIBEIRO, Rodrigo; PETTI Daniela; SAMPAIO Júlia**. *A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados***. Relatório do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI/UFF) e Observatório das Metrópoles (IPPUR/UFRJ). Publicado pela Fundação Heinrich Böll, Rio de Janeiro, em 20 de abril de 2021. 38 páginas.

HIRATA, Daniel V.; LYRA, Diogo A. **Ecko morreu: regulação do urbanismo miliciano e controle das forças policiais.** *Fonte Segura*, n. 94, 2021.

OLIVEIRA, Cecília. **Como Nasce Um Miliciano: a rede criminosa que cresceu dentro do estado e domina o Brasil**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2025.

ADPF 635: DO INCONSTITUCIONAL AO CONSTITUCIONAL?

Gabriel Cordeiro[1]

RESUMO
A ADPF nº 635, conhecida como *ADPF das Favelas*, foi protocolada em 2019 pelo PSB com o objetivo de enfrentar a letalidade policial e a violação de direitos fundamentais nas comunidades do Rio de Janeiro. Durante cinco anos, promoveu medidas inéditas, como a restrição de operações policiais, uso de câmeras e plano de redução da letalidade policial, garantindo avanços na proteção à vida. Contudo, o julgamento final, em abril de 2025, surpreendeu ao declarar encerrado o estado de coisas inconstitucional (ECI), apesar da resistência do governo estadual e de falhas graves na implementação das medidas. Essa decisão gerou críticas de movimentos sociais, que apontam risco de retrocesso e de esvaziamento das conquistas obtidas. Assim, a ADPF 635 permanece como marco histórico na luta por uma segurança pública mais democrática, mas seu futuro depende da efetivação concreta de seus princípios.
Palavras-chave: ADPF 635; letalidade policial; direitos humanos; Rio de Janeiro; segurança pública.

ABSTRACT
The ADPF No. 635, known as *ADPF das Favelas*, was filed in 2019 by the Brazilian Socialist Party (PSB) to address police lethality and the violation of fundamental rights in Rio de Janeiro's communities. Over five years, it led to unprecedented measures, such as restricting police operations, implementing body cameras, and creating a plan to reduce policial violence, achieving significant progress in protecting lives. However, the final ruling in April 2025 unexpectedly declared the end of the unconstitutional state, despite the state government's resistance and serious flaws in implementing these measures. This decision sparked criticism from social movements and experts, who warn of the risk of setbacks and the weakening of previously gained achievements. Thus, ADPF 635 remains a historic milestone in the struggle for democratic public security, though its future depends on the concrete enforcement of its principles.
Keywords: ADPF 635; police lethality; human rights; Rio de Janeiro; public security.

INTRODUÇÃO

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635, conhecida como ADPF das Favelas, tornou-se um marco na mobilização popular e no debate jurídico sobre as graves violações aos direitos fundamentais decorrentes da política de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. Protocolada em novembro de 2019 pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), a ação ganhou destaque político e social ao questionar a letalidade policial e a violação do direito à vida, desafiando a efetividade do Estado Democrático de Direito e os princípios consagrados na Constituição Federal de 1988.

[1] Gabriel da Silva Cordeiro, graduando em ciências sociais – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.gabcordeiro067@gmail.com

A ADPF desempenhou papel fundamental ao trazer para o debate público medidas antes restritas ao campo teórico ou apenas na letra da lei. Em cinco anos de trâmite, contribuiu, nesse sentido, para a diminuição, ainda que insuficiente, dos índices de letalidade policial, revertendo a tendência de alta dos seis anos anteriores. Diante de seus impactos e do recente julgamento final, em abril desse ano, faz-se necessário analisar os avanços e retrocessos dessa arguição para o aprimoramento das forças de segurança e a proteção dos direitos fundamentais.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa e consulta documental sobre a ADPF 635, isto é, suas peças, acórdãos, decisões monocráticas, despachos, transcrições de audiências, votos foi realizada no próprio site do supremo tribunal federal (STF). Também foram consultados os vídeos das audiências públicas, sessões de julgamento e sessões de plenária. Estão disponíveis no canal do youtube do próprio STF. Disponível no endereço eletrônico < https://www.youtube.com/@STF_oficial/videos>

RESULTADOS E DISCUSSÃO

> "[...]nada justifica que uma criança de 14 anos de idade seja alvejada mais de 70 vezes. O fato é indicativo, por si só, que [...] nada será feito para diminuir a letalidade policial, um estado de coisas que em nada respeita a Constituição".
>
> [2]

A morte de João Pedro Mattos Pinho, em maio de 2020, mobilizou a opinião pública e foi um dos fatores que trouxeram maior legitimidade e notoriedade política e midiática para a arguição. Contribuindo, igualmente, para o embasamento da decisão monocrática proferida pelo ministro relator Edson Fachin. Ordenando que operações policiais só devessem ser realizadas sob pretextos absolutamente excepcionais e justificadas ao ministério público. Da mesma maneira, pela primeira vez na história da sexta república brasileira, o STF reconheceu a flagrante inconstitucionalidade das políticas de segurança públicas do Estado do Rio de Janeiro.

A partir deste momento, muitos outros avanços foram feitos dentro do trâmite da arguição. Assim, foi deferido, ainda em agosto de 2020, o pedido para o que o Estado do Rio de Janeiro elaborasse um plano de redução da letalidade policial. Outras medidas deferidas, e muito celebradas pelos movimentos sociais, foram a restrição do uso de helicópteros como plataformas

[2] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635/RJ. Decisão monocrática. Relator: Ministro Edson Fachin. Brasília, DF, 5 jun. 2020a. Disponível em:< https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15343352680&ext=.pdf>.Acesso em: 12 set. de 2025. P. 6)

de tiros e a restrição de operações policiais próximas a unidades escolares e de saúde. De mesma maneira, o Estado fluminense foi instado a instalar equipamentos de GPS e de gravação audiovisual em todo grupamento da polícia militar e civil. Outrossim, pode-se ainda citar a necessidade de comunicação sobre operação policial às unidades escolares, a presença obrigatória de ambulância nas operações e a vedação de cumprimento de mandados noturnamente.

Outro fator digno de nota, é o caráter extremamente dialógico que a arguição tomou. Isto, pois ele admitiu como *amicu curiae* diversas entidades da sociedade civil. Incluindo, nessa toada, não apenas organizações especializadas, mas, tambem, movimentos sociais compostos basicamente por vítimas e moradores. Permitindo, nesse sentido, "apresentar diferentes pontos de vista, interesses, aspectos e elementos nem sempre alcançados, vistos ou ouvidos pelo Tribunal"[3]. Possibilitando, então, conforme o pensamento de Jacques Derrida, a desconstrução do direito rumo à efetiva justiça. Visto que balizada não apenas na razão e métodos universais, mas em outras interpretações, experiências, vivências, atitudes e saberes que não foram consideradas até então.

Percebe-se, então, que a ADPF das favelas vinha, nesses cinco anos de debates, audiências, plenários e sustentações orais, pavimentando um "giro normativo" nas políticas de segurança publicas fluminenses. Levando a crer, por conseguinte, que o julgamento final, acontecido em 03 de abril de 2025, expandiria ainda mais os horizontes de uma política de segurança calcada no respeito à constituição, à democracia e, principalmente, aos moradores e moradoras das comunidades do estado. Visto que, em 05 de fevereiro de 2025, apenas dois meses antes do julgamento final, o excelentíssimo ministro relator Edson Fachin declarou que "eventual declaração de simples cessação do estado de coisas inconstitucional seria prematuro e incongruente". [4]

Porém, em uma guinada quase que completamente inesperada, a sentença final retroagiu em muitos sentidos. Indo de encontro ao que foi pronunciado em apenas 60 dias anteriores à

[3] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635/RJ. Decisão monocrática. Relator: Ministro Edson Fachin. Brasília, DF, 05 de mar. de 2020b. Disponível em: < https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=752165605&prcID=5816502#>. Acesso em: 12 de set. de 2025. P. 1.

[4] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635/RJ. Inteiro teor do acórdão. Relator: Ministro Edson Fachin. Brasília, DF, 21 de mai. De 2025. Disponível em:<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=787232267&prcID=5816502#>. Acesso em: 12 de set. de 2025. P. 121.

sentença final, a sentença, tomada de forma consensual por todos os ministros, isto é, *per curiam,* declarou que "não é prematura a declaração de cessação de um estado de coisas inconstitucional na política de segurança pública"[5]. Reconhecendo, nessa toada, o "compromisso significativo da Administração do Estado do Rio de Janeiro". [6]Ora, como é possivel que, em somente 60 dias, o estado de coisas inconstitucional no Rio de Janeiro tenha cessado? Tal declaração, ao expressar boa-fé no governo do Estado fluminense, ignora que o mesmo, durante quase todo o devir da ADPF 635, atuou ativamente e passivamente contra as medidas impostas pela arguição. Seja desrespeitando as medidas cautelares, como a propagação da operação *exceptis*, em 2021, no jacarezinho. Ou proferindo discursos completamente antagônicos à arguição. Como o enunciado por ocasião da determinação da instalação das câmeras, dizendo que "Nós, do governo do estado, somos radicalmente contra. Vamos recorrer até o fim [...] para que essas câmeras não sejam colocadas" [7]. Desconsiderando, desse modo, o fato de que a redução de 1.814 pessoas mortas em decorrência de intervenção policial para, em 2019, para 871, em 2023[8], deu-se apesar da atuação do Estado do Rio de Janeiro em sentido contrário. [9]

No tocante ao plano de redução da letalidade policial, medida já imposta ao Estado na sentença da CIDH em 2017, determinou-se apenas a inclusão de novos indicadores a respeito da letalidade policial, assim como um maior detalhamento na publicização dos dados. Segundo relatório do fórum brasileiro de segurança pública (FBSP), o plano apresenta mais do mesmo. Reforçando táticas e medidas belicosas que já demonstraram não ter sucesso na garantia dos direitos fundamentais e, ainda por cima, não detalhando protocolos claros de acompanhamento e controle das ações policiais. E, da mesma forma, não estabelecendo metas claras de redução da letalidade policial. Ignorando, igualmente, a participação da sociedade civil em sua elaboração. Diz o FBSP: "Em vez de priorizar ações preventivas que visem reduzir a vulnerabilidade social, o plano insiste em estratégias repressivas que falham em atacar a raiz do problema da violência

[5] Idem, P. 320
[6] Idem, P.320
[7] MIRANDA, Eduardo. Cláudio Castro diz que vai "até o fim" contra lei para câmeras em uniformes de policiais. Brasil de Fato, 2023. Disponível em:<https://www.brasildefato.com.br/2023/01/02/claudio-castro-diz-que-vai-ate-o-fim-contra- lei-para-cameras-em-uniformes-de-policiais>. Acesso em: 12 de set. de 2025.
[8] BUENO, Samira; LIMA, Renato; et al. As opções político-institucionais que reforçam a continuidade do estado de coisas inconstitucional na segurança pública do Rio de Janeiro [livro eletrônico] : diagnóstico da segurança pública fluminense pós ADPF 635. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024, p. 13.
[9] ISER. Nota sobre o julgamento da ADPF 635: segue a luta pelo cumprimento da Sentença do Caso Favela Nova Brasília, 2025. Disponível em: <https://iser.org.br/noticia/nota-sobre-o-julgamento-da-adpf-635-segue-a-luta-pelo-cumprimento- da-sentenca-do-caso-favela-nova-brasilia >. Acesso em: 12 de set. de 2025.

policial". [10] Poderia, ainda, discutir sobre diversos outros imbróglios presentes na sentença final. Mas, para não estender demasiadamente o escrito, fiquemos nas mais relevantes.

O STF já tinha restringido o uso de helicópteros nas operações. Contudo, na sentença final, acabou por indeferir o pedido do requerente, expandindo, assim, os limites da utilização de tal equipamento. Desconsiderando, por conseguinte, que um helicóptero é um equipamento voltado à guerra e, não à prevenção da vida. Quanto à última, o entendimento é o mesmo. O acórdão proferido não foi capaz, segundo defensoria pública do estado (DPRJ), de estabelecer, de forma clara, concisa e direta, "diretrizes normativas vinculantes para operações policiais realizadas em perímetros onde se localizam escolas, creches, hospitais e postos de saúde"[11]. Declarando, somente, que tais operações, nas proximidades desses equipamentos, deveriam respeitar os princípios da legalidade e proporcionalidade. Termos vagos e sem algum detalhamento.

No entanto, destaco que o voto *per curiam*, por um plano de reocupação territorial de áreas sob domínio de organizações criminosas reinscreve o problema fundamental do abandono estatal combinado à militarização dos territórios segregados. O plano é uma completa inversão de sentido em sua lógica. O que se foi pautado, durante os cinco anos de muita escuta e diálogo, foi a tentativa de se reduzir a flagrante letalidade policial e os crimes de lesa humanidade e ausência de cidadania e proteção social no Estado do Rio de Janeiro. E não o combate aos grupos ilegais. Ao trazer tal tema somente no final da arguição, está-se indo de encontro à trajetória histórica da ADPF de dialeticidade com amplos setores da sociedade civil e acadêmica. Apostando-se, desse jeito, "em fórmulas emboloradas de enfrentamento da violência através da ocupação militarizada de territórios de favela"[12]. Que já se revelaram, inclusive, ineficazes.

[10] BUENO; LIMA, op. cit., p. 49.

[11] RIO DE JANEIRO (Estado). Defensoria Pública. Petição de Oposição de Embargos de Declaração (71254/2025) na ADPF 635/RJ. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2025. Disponivel em:< https://l1nq.com/uBejm>. Acesso em: 12 de set. de 2025. P. 20.

[12] CONECTAS DIREITOS HUMANOS, et al. Memorial apresentado à arguiçao de descumprimento de preceito fundamental n° 635/RJ. Brasília, DF, 17 de jun. De 2025. Disponivel em: < https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=788144175&prcID=5816502#>. Acesso em : 12 de set de 2025. P. 3.

CONCLUSÕES

À guisa de conclusão, infere-se, portanto, que a ADPF 635, teve importante papel na discussão de novas diretrizes no tocante à política pública de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Contudo, em razão de sua última sentença, proferida em abril deste ano, todo o lindo histórico construído ao longo destes últimos cinco anos corre o risco de se transformar em apenas mais um comando simbólico. Incapaz de, conforme DPRJ, "induzir mudanças concretas na cultura institucional da segurança pública e assegurar a tutela jurisdicional dos direitos violados."[13]

[13] RIO DE JANEIRO (Estado). Defensoria Pública. Petição de Oposição de Embargos de Declaração (71254/2025) na ADPF 635/RJ. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2025. Disponivel em:< https://l1nq.com/uBejm>. Acesso em: 12 de set. de 2025. P.2.

6. AMBIENTE, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Robson Santos Dias (IFF)
Romeu e Silva Neto (IFF)

Os países em desenvolvimento precisam reduzir suas emissões e prevenir perdas e danos sociais e econômicos provenientes da crise climática, visando objetivos de mitigação e adaptação. O estado do Rio de Janeiro é o maior produtor de petróleo e gás do país, onde estão concentradas as atividades de Exploração e Produção e parte do Refino. Em face dos riscos relacionados à segurança energética e dos desafios impostos pelas mudanças climáticas, a busca de novas alternativas energéticas e a promoção de uma transição energética, é uma necessidade primordial. Nessa sessão temática busca-se promover debates sobre as necessidades, urgentes, de busca de soluções, para o esgotamento das reservas físicas dos combustíveis fósseis e a necessidade de fontes mais limpas de energia e a redução das emissões de carbono (CO2), resultantes da queima de combustíveis fósseis que são responsáveis pelo aquecimento global e consequentemente as alterações climáticas. Discutir-se as políticas e ações para transição energética; modelagem de cenários; regulamentações do setor energético no Brasil; biomassa e o seu papel na transição energética; políticas de descarbonização; hidrogênio verde; sistemas de governança para promoção da sustentabilidade ambiental; produção agroecológica; gestão das águas; gestão dos resíduos sólidos; gestão das cidades; qualidade de vida e bem-estar e redução da pobreza e geração de emprego e renda, para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do estado do Rio de Janeiro, entre outros temas correlatos.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS URBANOS: REMOÇÕES E RESISTÊNCIAS NO ATERRO DA LAGOA DO VIGÁRIO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)

Filliph Machado Santos da Silva[1]
Wania Amélia Belchior Mesquita[2]
Érica da Silva Tavares[3]

Resumo
Os conflitos socioambientais no espaço urbano geralmente estão relacionados a diferentes perspectivas dos sujeitos sobre a ocupação e apropriação do espaço. Em alguns casos, tais conflitos emergem em lugares aos quais se atribui à existência de riscos. Portanto, este estudo objetiva-se analisar o conflito socioambiental no processo de remoção dos moradores de uma área conhecida como "Aterro" às margens da Lagoa do Vigário, no subdistrito de Guarus, em Campos dos Goytacazes/RJ, para um conjunto habitacional. A presente pesquisa é qualitativa e possui como técnica principal o uso de entrevistas semiestruturadas com os moradores envolvidos na problemática do estudo. Como resultados, nota-se que o conflito foi marcado por uma pressão do poder público para a aceitação da remoção por parte da população, que manifestou resistência, apesar do medo e da insegurança. Entre os motivos para ficar, destacam-se a proximidade com a rede de infraestrutura e os vínculos com o lugar.
Palavras-chave: Conflitos socioambientais; Cidade, Remoções, Resistência, Lugar.

Abstract
The socio-environmental conflicts in urban spaces are generally related to different perspectives of individuals regarding the occupation and appropriation of space. In some cases, such conflicts arise in places where risks are attributed. Therefore, this study aims to analyze the socio-environmental conflict in the process of removing residents from an area known as "Aterro" on the banks of Lagoa do Vigário, in the subdistrict of Guarus, in Campos dos Goytacazes/RJ, to a housing development. The current research is qualitative and primarily uses semi-structured interviews with the residents involved in the study's issues. As results, it is noted that the conflict was marked by pressure from the public power for the population's acceptance of the removal, which showed resistance despite fear and insecurity. Among the reasons to stay, the proximity to the infrastructure network and the ties to the place stand out.
Keywords: Socio-environmental conflicts, City, Removals, Resistance, Place.

INTRODUÇÃO

[1] Filliph Machado Santos da Silva, doutorando em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, e-mail: filliphmachado2017@gmail.com
[2] Wania Amélia Belchior Mesquita, docente da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, e-mail: mesquita@uenf.br
[3] Érica Tavares da Silva Rocha, docente da Universidade Federal Fluminense, e-mail: ericatavr@gmail.com

Os conflitos de natureza ambiental ou socioambiental geralmente surgem a partir de tensões entre diferentes perspectivas dos sujeitos sobre a ocupação e apropriação do ambiente, sendo também influenciados pelas desigualdades socioambientais (Acselrad, 2012). Nas cidades, esses conflitos estão relacionados tanto a aspectos físicos quanto sociais, contribuindo para a reconfiguração do espaço urbano. O objetivo desta pesquisa é analisar o conflito socioambiental no processo de remoção dos moradores de uma área conhecida como "Aterro" às margens da Lagoa do Vigário em Campos dos Goytacazes/RJ, para um conjunto habitacional.

O conflito em questão pode ser denominado "socioambiental", pois envolve a ocupação e apropriação da área de uma lagoa localizada no subdistrito de Guarus, município de Campos dos Goytacazes, estado do Rio de Janeiro. Campos dos Goytacazes é caracterizada como uma cidade de porte médio, possuindo 483.540 mil habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

O local conhecido como Aterro da Lagoa do Vigário está situado em um subdistrito urbano de Campos, denominado Guarus (Souza, 2009). A Lagoa do Vigário teve seu processo de ocupação a partir do avanço da urbanização da cidade, logo após o fechamento do meio do corpo hídrico. Logo após o aterro, centenas de famílias ocuparam a área, no final da década de 1970. Em 2011, a prefeitura do município intimou os moradores a se retirarem, alegando que a área representava risco ambiental, propondo sua remoção. Daí emergem os conflitos que serão discutidos nesta pesquisa. Vale ressaltar que a presente pesquisa faz parte do desdobramento da minha pesquisa de dissertação.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida em uma abordagem qualitativa por meio de entrevistas semiestruturadas a partir dos próprios moradores envolvidos no fenômeno. A pesquisa qualitativa é uma investigação no local em que o fenômeno estudado ocorre e se faz necessário interagir com o fenômeno (Bauer; Gaskell, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os conflitos urbanos desencadeiam uma série de mecanismos que impactam fortemente os grupos sociais mais empobrecidos. Nesse contexto, sabe-se que aproximadamente 112 famílias foram removidas do aterro para o Conjunto

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Habitacional do Parque Santa Clara. No entanto, cerca de 15 famílias resistiram à pressão da prefeitura municipal de Campos e não aceitaram a remoção para o conjunto habitacional, permanecendo no aterro da Lagoa do Vigário até os dias atuais. Nesse sentido, as dimensões do conflito se intensificaram, gerando problemas para essas famílias que perduram até os dias atuais, perpetuando o conflito.

Uma das perguntas feitas aos moradores do aterro focalizou a percepção deles sobre as condições ambientais do lugar, devido à proximidade com a Lagoa do Vigário. Isso porque todo o discurso da prefeitura para justificar a remoção se baseou nos riscos ambientais aos quais essa população estaria exposta. Perguntamos, então, o que achavam da proximidade de suas residências com a Lagoa do Vigário. Mariana, 51 anos, moradora do aterro, respondeu: "Maior desafio é as chuvas, pois da água aqui no quintal, alaga a dos vizinhos e meus parentes, e às vezes ocorre de aparecer uns bichos, já vi cobra, caramujo e camaleão".

Percebemos que as inundações e os animais presentes no ecossistema local são os maiores desafios enfrentados pelos moradores do aterro, conforme relatado pela maioria dos entrevistados. Uma das estratégias adotadas pelos moradores do aterro para contornar os períodos de enchente foi construir suas casas acima do nível da rua e da própria lagoa. Essa prática também foi evidenciada por outros entrevistados do grupo da resistência, além de ser identificada nas falas de moradores que foram removidos para o conjunto habitacional.

Para uma melhor compreensão das características do conflito que envolveu os moradores do Aterro da Lagoa do Vigário, construímos um quadro que abrange a temporalidade do conflito socioambiental da Lagoa do Vigário. Siqueira et al. (2018) indicam uma matriz para análise dos conflitos socioambientais:

> Essa matriz os classifica em: 1) conflitos existentes em momentos pretéritos à ocorrência de fenômenos físicos que potencializam os desastres, marcados pelas relações sociais historicamente consolidadas e, 2) conflitos que são inerentes ao período de crise que se instala a partir da ocorrência do fenômeno físico que potencializa o desastre, e 3) conflitos que ocorrem a partir das respostas ofertadaspelos entes públicos ou privados que não correspondem aos anseios dos sujeitos atingidos pelos desastres.

Essa proposta de abordagem foi adaptada para o caso relativo à remoção de moradores da área da Lagoa do Vigário expresso no quadro 2, elencamos as dimensões do conflito gerado (durante), mas também observamos aspectos que antecedem ao

período da remoção (antes), assim como o contexto posterior (depois).

Quadro 1 – Mapeamento do conflito socioambiental

<table>
<tr><td>ANTES</td><td colspan="2">Os conflitos pré-existentes aos fenômenos ambientais em diferentes contextos: ocupação popular da área após o aterro de parte da Lagoa do Vigário.</td></tr>
<tr><td rowspan="9">DURANTE</td><td colspan="2">Os conflitos constitutivos ao período específico que ocorre o problema: inundações; remoções; resistências</td></tr>
<tr><td>Ano</td><td>2012</td></tr>
<tr><td>Descrição do contexto ambiental</td><td>Moradias impróprias nas margens da lagoa; poluição da lagoa; inundações.</td></tr>
<tr><td>População atingida</td><td>Moradores do Aterro da Lagoa do Vigário</td></tr>
<tr><td>Objetos do conflito</td><td>Remoção dos moradores do aterro e proposta de construção do Parque da Lagoa do Vigário</td></tr>
<tr><td>Formas de manifestação do conflito</td><td>Resistência de parte dos moradores</td></tr>
<tr><td>Sujeitos do conflito</td><td>Agentes da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes; moradores do Aterro</td></tr>
<tr><td>Propostas dos sujeitos</td><td>Permanência no local</td></tr>
<tr><td>Desdobramentos</td><td>Remoção de parte dos moradores, o que desencadeou uma série de conflitos no conjunto habitacional como segregação; permanência de uma pequena parte dos moradores que também permanece em situação de conflito</td></tr>
<tr><td>DEPOIS</td><td colspan="2">Os conflitos que ocorrem após o período do problema: reassentamento; quebra de vínculos e socialização, medo, insegurança, dificuldade de acesso a bens e serviços urbanos etc.</td></tr>
</table>

Fonte: Elaboração própria com base em Siqueira et al. (2018).

Neste processo de conflito e seus impactos, é importante destacar a percepção dos moradores sobre a vivência no conjunto habitacional e no aterro. Com relação aos moradores do conjunto habitacional, entre os impactos observados, podemos destacar a quebra dos vínculos com a vizinhança anterior e os problemas de sociabilidade nopós-ocupação. Através das entrevistas, identificamos que a política de remoção deixou marcas profundas, não apenas pela distribuição aleatória dos moradores dentro do conjunto habitacional, mas também pela ausência de assistência pós-remoção. Esse cenário levou algumas pessoas a venderem seus imóveis no

conjunto habitacional e a se mudarem para outras localidades da cidade.

CONCLUSÕES

Como discutido ao longo do artigo, é possível identificar diversos fatores que amplificam as dimensões do conflito socioambiental urbano ocorrido na área do Aterro da Lagoa do Vigário. A prefeitura justifica as remoções com base no discurso do risco ambiental, desconsiderando o vínculo afetivo e social da população com o local e suas facilidades em termos de infraestrutura disponível. É importante destacar que a proximidade do aterro com a lagoa torna a área suscetível a inundações e outros riscos ambientais, o que se configura como o principal fator gerador do conflito. Nesse contexto, a prefeitura impõe a remoção como um mecanismo de segurança para os moradores, um ponto de vista em desacordo com a posição dos residentes que resistiram à mudança. Para esses moradores, existe um forte senso de pertencimento ao Aterro, tornando a remoção ainda mais dolorosa, pois desconsidera as relações sociais estabelecidas ao longo dos anos.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri et al. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: O que está em jogo na questão ambiental?. Coletivo Brasileiro de Pesquisadores da Desigualdade Ambiental. **e-cadernos CES**, n. 17, 2012, p. 164-183.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Gareschi, P. A. (trad.), 7a edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SIQUEIRA, A.M.M.; AZEREDO, L. F. S.; NASCIMENTO, C. C.; ALEXANDRE, P. S. S.. Tragédias anunciadas: conflitos sociais em contexto de desastre ambiental em Campos dos Goytacazes/RJ. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social**, 2018, Vitória/ES. Brasília: ABEPSS, 2018. v. XVI.

SOUZA, Frank Pavan de. **Estudo de Ocupação Espontânea na Lagoa do Vigário, no Município de Campos dos Goytacazes-RJ, propostas mitigadoras e amparo legal.** Dissertação de Mestrado em Engenharia Ambiental. Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, 2009.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DOS ALAGAMENTOS E ENCHENTES EM REALENGO (RJ): UMA ANÁLISE CRÍTICA COM O USO DE FERRAMENTAS DIGITAIS

Cheyenne Almeida de Sá[1]

RESUMO
Este trabalho apresenta uma análise socioambiental sobre os alagamentos recorrentes no bairro de Realengo (RJ), utilizando ferramentas digitais acessíveis como Google Earth e Street View. A pesquisa baseia-se em reportagens, dados oficiais, fotos e imagens georreferenciadas, buscando compreender os principais fatores que contribuem para esses eventos. Destacam-se a carência de infraestrutura urbana, a vulnerabilidade socioambiental e a ineficácia do Estado no cumprimento das leis. A metodologia articula elementos da ecologia política e da análise sócio-espacial, compreendendo o território e a paisagem como expressões de relações de poder. Os resultados apontam que, embora fatores naturais — como a localização entre dois maciços e a presença da Bacia do Piraquara — dificultem o escoamento hídrico, os desastres resultam sobretudo da negligência estatal, da escassez de mobiliários urbanos e da distribuição desigual de intervenções. Conclui-se que soluções pontuais são insuficientes, defendendo-se Soluções Baseadas na Natureza (SbNs), alinhadas à justiça ambiental e ao planejamento urbano equitativo.
Palavras-chave: Alagamentos; Realengo; Injustiça Ambiental; Google Earth; Soluções Baseadas na Natureza.

ABSTRACT
This paper presents a socio-environmental analysis of recurrent flooding in the neighborhood of Realengo (Rio de Janeiro), using accessible digital tools such as Google Earth and Street View. The research is based on news reports, official data, photographs, and georeferenced images, seeking to understand the main factors contributing to these events. Key aspects include the lack of urban infrastructure, socio-environmental vulnerability, and the State's failure to enforce legislation. The methodology combines elements of political ecology and socio-spatial analysis, viewing territory and landscape as expressions of power relations. Results show that although natural factors—such as Realengo's location between two massifs and the presence of the Piraquara River Basin— hinder water drainage, disasters are primarily linked to State negligence, the scarcity of urban infrastructure, and the unequal distribution of interventions compared to central neighborhoods. The study concludes that isolated measures are insufficient, advocating for Nature-Based Solutions (NbS), combined with environmental justice and equitable urban planning.
Keywords: Flooding; Realengo; Environmental Injustice; Google Earth; Nature-Based Solutions.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado da primeira etapa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), no qual os bolsistas devem realizar um diagnóstico

[1]Cheyenne Almeida de Sá, discente do curso de Licenciatura em Geografia do Colégio Pedro II. E-mail: cheyenne.sa.1@cp2.edu.br

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

socioambiental da escola-campo e propor soluções. Neste contexto, fiquei responsável por investigar os alagamentos[2] decorrentes das enchentes[3] em Realengo, Zona Oeste do Rio de Janeiro.

O projeto parte da análise de reportagens4 que relacionam as inundações à má gestão de resíduos sólidos pelos moradores. Contudo, a observação da região por ferramentas como Google Street View (G.S.V.) evidenciam a ausência de mobiliários urbanos, como lixeiras, o que indica deficiência de infraestrutura que potencializa os alagamentos. Além disso, as intervenções para escoamento hídrico são pontuais e restritas.

Diante disso, este trabalho busca investigar como os alagamentos se manifestam no território ao longo do tempo, utilizando imagens, registros históricos e dados socioespaciais para compreender sua persistência e correlação com a precariedade5 urbana.

A análise preliminar indica que os alagamentos em Realengo decorrem da falta de infraestrutura e da distribuição desigual das intervenções públicas, sobretudo em relação a bairros centrais. A presença da Bacia Hidrográfica do Piraquara intensifica a sobrecarga no escoamento superficial. Conclui-se que medidas pontuais são insuficientes, sendo necessário repensar o planejamento urbano com base em Soluções Baseadas na Natureza, que envolvem o manejo sustentável das águas urbanas a partir da recuperação de processos naturais, promovendo benefícios sociais, ambientais e de qualidade de vida, além de reduzir a pobreza (FERREIRA et al., 2023).

METODOLOGIA

O presente diagnóstico propõe uma pesquisa socioespacial que "engloba os esforços de investigação [...] em que as relações sociais e o espaço são, ambos, devidamente valorizados e articulados entre si" (SOUZA, 2024, p. 12), no bairro de Realengo. A abordagem metodológica organiza-se em três etapas:

[2] água acumulada no leito das ruas e no perímetro urbano por fortes precipitações pluviométricas. (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2006)

[3] elevação do nível de água de um rio acima de sua vazão normal, ainda que sem transbordamento. Também conhecido como inundação. (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2006)

[4] Parte do material já acumulado pela da minha experiência como bolsista no projeto Observatório Colaborativo em Geografia da Educação e Ambiental, vinculado ao curso de licenciatura em Geografia do Colégio Pedro II – Campus Realengo II.

[5]A "precariedade" designa a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte. Como mencionei antes, a precariedade é, portanto, a distribuição diferencial da condição precária. Populações diferencialmente expostas sofrem um risco mais alto de doenças, pobreza, fome, remoção e vulnerabilidade à violência sem proteção ou reparações adequadas. A precariedade também caracteriza a condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizadas de populações expostas à violência arbitrária do Estado, à

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

- Levantamento Bibliográfico

Foram analisados sites de notícias e bases acadêmicas sobre os alagamentos no bairro, o que permitiu delimitar as áreas de maior ocorrência.

- Mapeamento Digital

Utilizou-se o Google Street View (G.S.V.) como ferramenta principal para o registro georreferenciado de pontos suscetíveis a alagamentos, permitindo a criação de materiais sobre fatores que intensificam ou reduzem os efeitos das chuvas.

- Análise espacial

A análise permitiu diagnosticar mudanças socioambientais e incluir uma perspectiva temporal, já que o G.S.V. disponibiliza imagens a partir de 2013.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico é fundamentado na ecologia política6 somado a pesquisa sobre injustiça ambiental7. Também, destaca-se os conceitos de território e paisagem propostos por Marcelo Lopes de Souza sendo compreendido o primeiro como "o espaço qualificado através do prisma das relações de poder" (SOUZA, 2019, p. 35) e o segundo é descrito como "uma forma, uma aparência, significa que é saudável "desconfiar" da paisagem" (SOUZA, 2024, p.48). A pesquisa também dialoga com autores que discutem os impactos da urbanização desigual e a exclusão sócio-espacial, como Louzada et al. (2004), além de notícias do site oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro e movimentos sociais como Agenda Realengo 30.

RESULTADOS, DISCUSSÃO E SOLUÇÕES

A análise revelou que os principais pontos de alagamento são áreas com ausência de infraestrutura urbana. Observou-se falta de lixeiras e calçadas em nível desadequado, o que compromete a drenagem. Embora obras relacionadas ao escoamento, feito pela prefeitura, tenham iniciado em 2022 (O GLOBO, 2022), elas se concentraram apenas no Parque Realengo e na Fundação Habitacional do Exército (FHE), evidenciando tratamento desigual. Enquanto a Praça da Bandeira recebeu em 2013 um reservatório com capacidade para 18 milhões de litros (RIO PREFEITURA, 2013), em Realengo medidas semelhantes só foram anunciadas mais de

violência urbana ou doméstica, ou a outras formas de violência não representadas pelo Estado, mas contra as quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes. (BUTLER, 2018, p. 42)

6 "A Ecologia Política, atrevo-me a sugerir, lida potencialmente com *todos os processos de transformação material da natureza e produção de discursos sobre ela e seus usos, procurando alcançar as relações de poder subjacentes a esses processos (agentes, interesses, classes e grupos sociais, conflitos etc.), em marcos histórico-geográfico-culturais concretos e específicos*". (SOUZA, 2019, p.98)

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

[7] "[...] diz respeito *a qualquer processo em que os eventuais malefícios decorrentes da exploração e do uso de recursos e da geração de resíduos indesejáveis sejam sócio-espacialmente distribuídos de forma assimétrica, em função das clivagens de classe e outras hierarquias sociais*" (SOUZA, 2019, p.130)

uma década depois (RIO PREFEITURA, 2025). Os dados do Índice de Progresso Social (2022) confirmam essa disparidade entre os bairros, mostrando que a renda influencia diretamente o acesso à infraestrutura urbana. Medidas imediatas, como a melhor distribuição de mobiliários urbanos, já poderiam amenizar impactos. Entretanto, Ferreira et al. (2023) defendem soluções mais estruturais: a transferência de moradores das margens do Rio Piraquara para o Residencial Realengo Verde (FHE) e a adoção de Soluções Baseadas na Natureza (SbNs), como parques fluviais, bacias de detenção multifuncionais, jardins de chuva e pavimentação permeável.

Tais medidas, implementadas em larga escala, podem ampliar a capacidade hidráulica e reduzir falhas da drenagem existente (FERREIRA et al., 2023, p. 3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bairro de Realengo apresenta fatores naturais que contribuem para a sobrecarga no escoamento, mas a urbanização precária e a negligência estatal agravam o problema, restando aos moradores apenas mudanças superficiais. Isso confirma que "a paisagem é reveladora, muito embora revele 'ao encobrir' [...]" (SOUZA, 2024, p. 51).

Segundo a Lei Federal nº 9.433/1997, a bacia hidrográfica é a unidade territorial para planejamento da gestão hídrica. Assim, a Bacia do Piraquara deveria orientar ações estruturais em Realengo.

Existem respostas como as Soluções Baseadas na Natureza, mas em uma sociedade hierárquica os fatores socioeconômicos ainda definem a intensidade, qualidade e quantidade dos projetos socioambientais destinados a cada território.

REFERÊNCIAS

CASA FLUMINENSE**. Agenda Realengo 2030: Propostas para uma política territorial integrada**. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Agenda- Realengo-2030.pdf. Acesso em: 05 de jul. 2025.

DEISTER, Jaqueline. No RJ, alagamentos voltam a causar mortes; prefeito Crivella culpa a população. **Brasil de Fato,** Rio de Janeiro, 03 de mar. 2020. Geral. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/03/03/no-rj-alagamentos-voltam-a-causar-mortes-prefeito-crivella- culpa-a-populacao/ Acesso em: 05 de jul. 2025.

ESSE RIO É MEU**. Rio Piraquara.** Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://riodejaneiro.esserioemeu.org/wp-content/uploads/2023/08/Rio-Piraquara.docx.pdf. Acesso em: 5 de jul. 2025.

FERREIRA, Giulia Figueiredo; VERÓL, Aline Pires; MATTOS, Rodrigo Rinaldi de. Soluções baseadas na natureza para requalificação urbana e ambiental das margens do Rio Piraquara, Realengo (RJ). In**: Encontro**

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

latino americano e europeu sobre edificações e comunidades sustentáveis, V. **[...].** *[S. l.]*, 2023. Disponível em: https://eventos.antac.org.br/index.php/euroelecs/article/view/3550. Acesso em: 6 jul. 2025

LOUZADA, Aline Furtado et al. Análise da distribuição das lixeiras de Porto Alegre/ RS. **III Simpósio Brasileiro de Engenharia Ambiental, Brasília, 2004,** [s.l.], p. 1- 6, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233381866_Analise_da_Distribuicao_das_Lixeiras_de_Porto_ Alegre-RS Acesso em: 05 de jul. 2025.

PENHA, Jonas Marques da; MELO, Josandra Araújo Barreto de. GEOGRAFIA, NOVAS TECNOLOGIAS E ENSINO: (RE) CONHECENDO O "LUGAR" DE VIVÊNCIA POR MEIO DO USO DO GOOGLE EARTH E GOOGLE MAPS. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 116–151, 2016. DOI:

10.12957/geouerj.2016.13119. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/13119. Acesso em: 6 jul. 2025.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Principais termos utilizados pela Defesa Civil e o CGE. **Prefeitura De São Paulo**, São Paulo, 31 de out. 2006. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/comunicacao/w/noticias/136548#:~:text=O%20telefone%20%C3%A9%20199%20e,Civil%2C%20por%20meio%20do%20199. Acesso em: 6 jul. 2025.

PREFEITURA RIO. Realengo terá reservatório para evitar enchentes semelhante ao da Praça da Bandeira. **Prefeitura Rio,** Rio de Janeiro, 27 de dez. 2024. Disponível em: https://prefeitura.rio/rioaguas/realengo- tera-reservatorio-para-evitar-enchentes-semelhante-ao-da-praca-da-bandeira/ Acesso em: 05 de jul. 2025. PREFEITURA RIO. **Reservatório da Praça da Bandeira completa dez anos de operação. Prefeitura Rio,** Rio de Janeiro, 29 de dez. 2023. Disponível em: https://prefeitura.rio/fundacao-rio-aguas/reservatorio- da-praca-da-bandeira-completa-dez-anos-de-operacao/ Acesso em: 05 de jul. 2025.

PREFEITURA RIO**. IPS Rio - Índice de Progresso Social do Município do Rio de Janeiro**. [S. l.], 2022. Disponível em: https://ips-rio-pcrj.hub.arcgis.com/. Acesso em: 7 jul. 2025.

SANTOS, Gabriel dos. RJ: Prefeito culpa povo por alagamentos na periferia e é atingido por lama em protesto. **A Nova Democracia.** [s.l.]**,** 03 de mar. 2020. Geral. Disponível em: https://anovademocracia.com.br/rj-prefeito-culpa-povo-por-alagamentos-na-periferia-e-e-atingido-por- lama-em-protesto/ Acesso em: 05 de jul. 2025.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e Territórios: uma introdução à ecologia política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SOUZA, Marcelo L. de.. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Difel, 2024.

Agradecimentos

Agradeço ao Programa PIBID, ao Colégio Pedro II e aos professores Rafael Chaves e Bruno Quintanilha pelo acompanhamento e apoio na realização deste projeto.
Te amo, pai!

ANÁLISE DE CENÁRIO DE FRAGILIDADE AMBIENTAL NA MICROBACIA DO RIO MATO GROSSO, SAQUAREMA (RJ)

Vitor Ottoni Pastore[1]
Vivian Castilho da Costa[2]

RESUMO

Este trabalho analisa a evolução da fragilidade ambiental e a predição de cenário futuro para a Microbacia Hidrográfica do Rio Mato Grosso, localizada em Saquarema (RJ). Utilizando dados abertos e geotecnologias, a fragilidade potencial foi estimada a partir de variáveis naturais (geologia, solos, declividade e intensidade pluviométrica), enquanto a fragilidade emergente considerou as mudanças de uso e cobertura da terra entre 2010 e 2020, conforme a tese de Pastore (2023). As variáveis foram ponderadas pelo Processo Analítico Hierárquico (AHP) e integradas em ambiente SIG com lógica fuzzy. A projeção para 2030, realizada com Cadeias de Markov, revelou que 18,7% da área da microbacia apresenta sobreposição crítica entre fragilidade elevada, suscetibilidade a desastres e vulnerabilidade social. Os resultados evidenciam a necessidade de políticas públicas orientadas à prevenção de desastres naturais e à adoção de Soluções baseadas na Natureza, destacando áreas prioritárias para mitigação da fragilidade ambiental.

Palavras-chave: sistema de informação geográfica; risco ambiental; cenário preditivo; redução de riscos de desastres; bacia hidrográfica.

ABSTRACT

This study analyzes the evolution of environmental fragility and the prediction of future scenario for the Mato Grosso River Microbasin, located in Saquarema (Rio de Janeiro, Brazil). Using open data and geotechnologies, potential fragility was estimated from natural variables (geology, soils, slope, and pluviometric intensity), while emerging fragility considered land use and cover changes between 2010 and 2020, based on Pastore's (2023) thesis. Variables were weighted by the Analytic Hierarchy Process (AHP) and integrated into a GIS environment with fuzzy logic. The 2030 projection, developed through Markov Chains, revealed that 18.7% of the basin presents a critical overlap between high fragility, disaster susceptibility, and social vulnerability. Results highlight the urgent need for natural disasters preventive policies and the adoption of Nature-based Solutions, emphasizing priority areas for mitigating environmental fragility.

Keywords: geographic information system; environmental risk; predictive scenario; disaster risk reduction; river basin.

INTRODUÇÃO

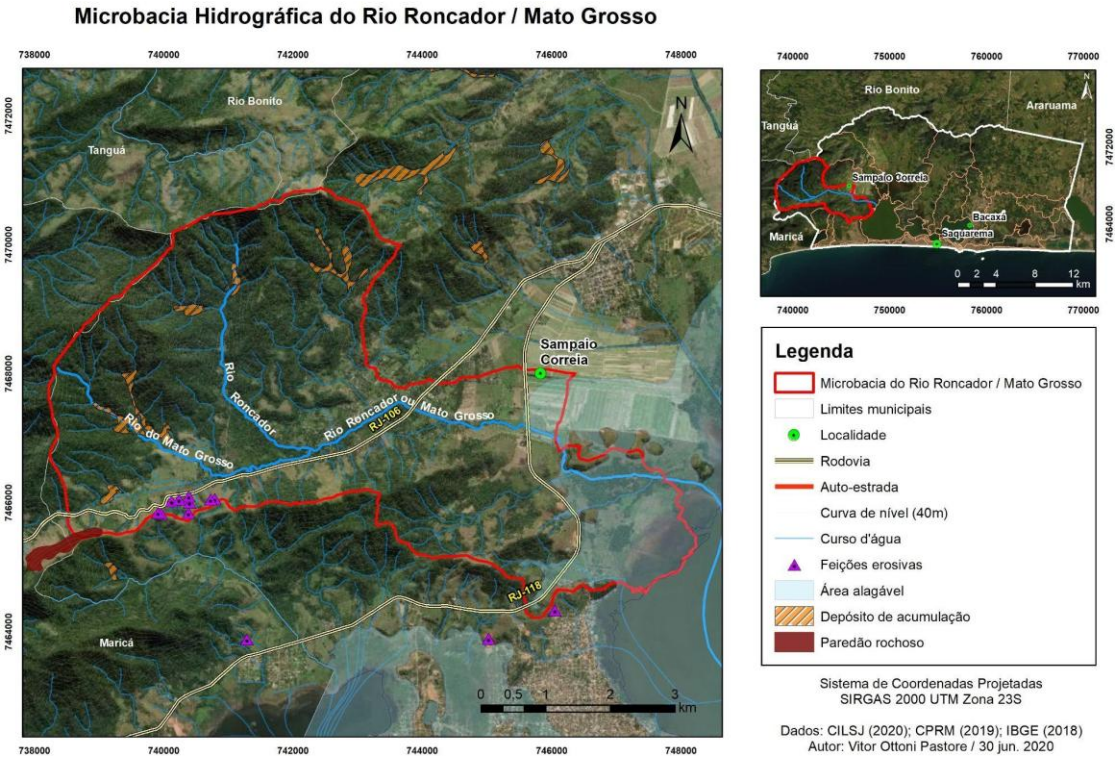
Nas últimas décadas, o estado do Rio de Janeiro tem enfrentado recorrentes desastres ambientais associados a deslizamentos de encosta e inundações, intensificados pela ocupação desordenada de áreas frágeis e pelos efeitos das mudanças climáticas. A Microbacia do Rio Mato Grosso, em Saquarema (Figura 1), constitui um recorte estratégico para a análise desses

[1] Vitor Ottoni Pastore, Professor DOC I FAETEC Meio Ambiente, pastorevo@gmail.com.
[2] Vivian Castilho da Costa, Professora Associada IGEOG e PPGEO/UERJ, vivianuerj@gmail.com.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

processos, por reunir elevada suscetibilidade natural, pressão antrópica crescente e histórico de vulnerabilidade social.

Figura 1 - Localização da Microbacia do Rio Mato Grosso, em Saquarema.



Fonte: Pastore (2023), p. 87.

A análise da fragilidade ambiental nessa escala possibilita compreender dinâmicas territoriais e antecipar áreas críticas de risco, oferecendo subsídios técnicos para gestores públicos. Além disso, permite indicar oportunidades de mitigação, especialmente quando articulada a políticas de planejamento territorial e a práticas de restauração ecológica.

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo analisar o cenário da fragilidade ambiental na Microbacia do Rio Mato Grosso.

Material e Métodos

A estimativa da fragilidade ambiental foi desenvolvida em ambiente de Sistema de Informação Geográfica, integrando variáveis do meio físico e antrópicas por Pastore (2023), com base em estudos como Ross (1994) e Crepani et al. (2001). A fragilidade potencial considerou geologia, tipos de solo, declividade e intensidade pluviométrica, enquanto a fragilidade emergente foi estimada a partir da classificação do uso e cobertura da terra (UCT)

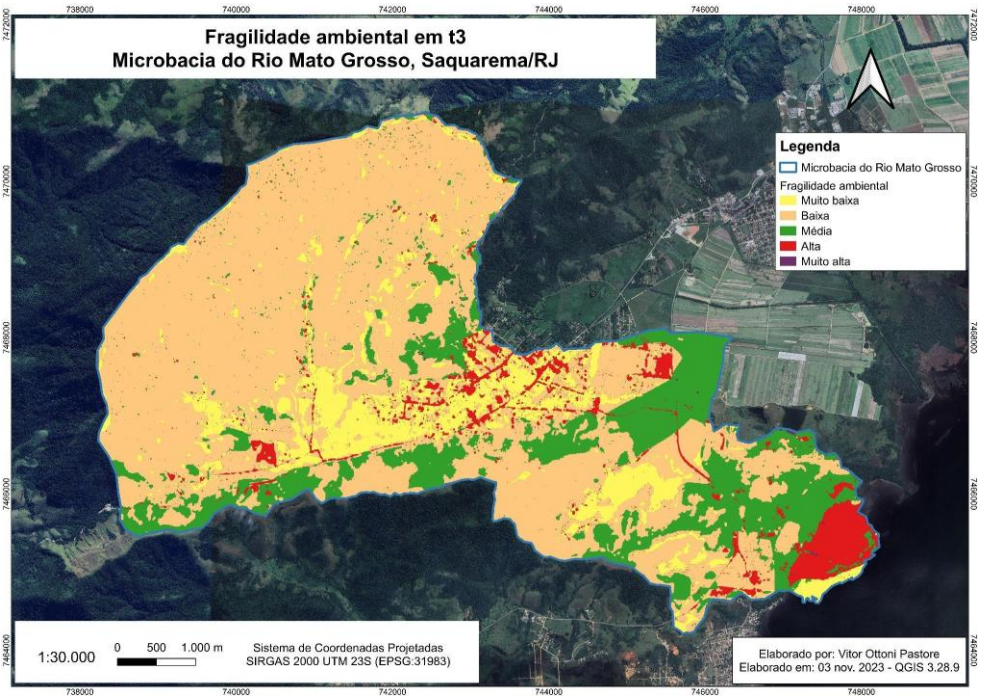
em 2010 e 2020, com imagens dos satélites SPOT-5 e CBERS-4A. As variáveis foram ponderadas pelo Processo Analítico Hierárquico (AHP), reclassificadas em níveis de fragilidade e convertidas para lógica *fuzzy* para posterior integração e predição do cenário de fragilidade ambiental para 2030 por meio de Cadeias de Markov.

O cenário futuro foi confrontado com as cartas de suscetibilidade a deslizamentos de encosta e inundações do Serviço Geológico do Brasil e com indicador de vulnerabilidade social estimado com dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por fim, as análises da fragilidade ambiental projetada para 2030 e da sobreposição de áreas frágeis, suscetíveis e vulneráveis na Microbacia do Rio Mato Grosso foram realizadas em relação aos setores censitários e às macrozonas do Plano Diretor de Saquarema localizados na microbacia.

Resultados e Discussão

A transição de classes de UCT demonstrou que a expansão urbana, as pastagens e os mosaicos agrícolas avançaram sobre formações florestais, elevando os níveis de fragilidade ambiental entre 2010 e 2020. Áreas de média ou alta fragilidade foram as que mais migraram para a classe de muito alta fragilidade, agravando a fragilidade em zonas já pressionadas. O cenário preditivo (Figura 2) apontou a consolidação das áreas de alta e muito alta fragilidade.

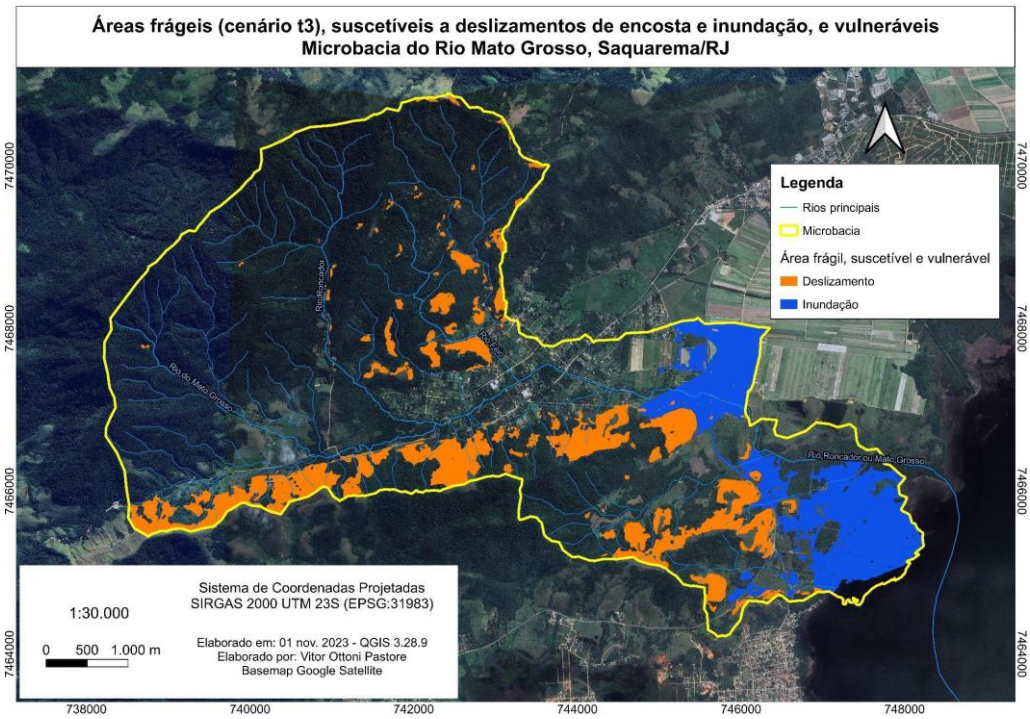
Figura 2 – Cenário preditivo de fragilidade ambiental para 2030.



Fonte: Pastore (2023), p. 226.

Destacam-se 6,1 km² (18,7% da microbacia) com sobreposição entre fragilidade ambiental elevada, suscetibilidade a desastres e vulnerabilidade social, configurando hotspots de risco socioambiental que demandam intervenção prioritária (Figura 3).

Figura 3 – Áreas de sobreposição entre fragilidade, suscetibilidade e vulnerabilidade social.



Fonte: Pastore (2023), p. 238.

Todas as macrozonas apresentaram a classe de baixa fragilidade ambiental como a mais representativa. No entanto, a Macrozona Urbana de Jaconé teve maiores valores médios de fragilidade ambiental em 2010, 2020 e projetada para 2030, que pode ser agravada pela expansão de loteamentos e outras ocupações em áreas não planejadas.

Para os setores censitários, o mais próximo da lagoa exibiu os maiores valores médio, máximo e majoritário de fragilidade ambiental em todos os períodos. Destaca-se que 11 dos 15 setores censitários na microbacia apresentaram áreas com muito alta fragilidade ambiental.

As áreas mais vulneráveis em termos socioeconômicos foram identificadas principalmente nos setores censitários a Sul e Sudeste da Rodovia RJ-106, e no setor mais ao Norte da microbacia, que abrange as nascentes dos principais cursos d'água da microbacia, possui maior cobertura vegetal, e apresentou alta vulnerabilidade social. Em 6,1 km² (18,7% da microbacia) foi identificada uma sobreposição de áreas frágeis, suscetíveis e vulneráveis, sendo 3,1 km² suscetíveis a deslizamentos de encosta e 3,0 km² a inundações.

Conclusões

A modelagem espacial de cenários de fragilidade ambiental mostrou-se eficaz, de baixo custo e replicável, configurando-se como um instrumento estratégico para a gestão de riscos no estado do Rio de Janeiro. A integração com suscetibilidades a deslizamentos de encosta e inundação, assim como com a vulnerabilidade socioeconômica, possibilitou identificar zonas de risco socioambiental, que podem indicar locais prioritários para a mitigação da fragilidade ambiental integrada à governança ambiental.

Os resultados indicam a Microbacia do Rio Mato Grosso para a adoção de políticas preventivas, integrando planejamento territorial, Soluções baseadas na Natureza e gestão do risco. Assim, essa análise contribui para a transição de uma abordagem reativa de resposta a desastres para uma cultura de prevenção e adaptação climática.

Referências

CREPANI, E. et al. **Sensoriamento remoto e geoprocessamento aplicados ao zoneamento ecológico-econômico e ao ordenamento territorial**. São José dos Campos: INPE, 2001. Disponível em: http://www.dsr.inpe.br/laf/sap/artigos/CrepaneEtAl.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022.

PASTORE, V. O. **Análise de cenário de fragilidade ambiental e indicação de áreas mitigadoras na Microbacia Hidrográfica do Rio Mato Grosso, município de Saquarema, RJ**. 2023. 333 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

ROSS, J. L. S. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 8, p. 63-74, 1994. https://doi.org/10.7154/RDG.1994.0008.0006.

SANTOS, J. O. Relações entre fragilidade ambiental e vulnerabilidade social na susceptibilidade aos riscos. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 75-90, 2015. https://doi.org/10.4215/RM2015.1402.0005.

SGB – Serviço Geológico do Brasil. **Carta de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundação**: município de Saquarema, RJ. 2019. Disponível em: https://rigeo.sgb.gov.br/jspui/handle/doc/21438. Acesso em: 19 jun. 2021.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A DINÂMICA ENTRE AGENTES E ATORES E OS PROJETOS DE ENERGIA PARA A REGIÃO NORTE FLUMINENSE, RJ.

Carolinne Barcellos de Carvalho Azevedo[1]
Leandro Bruno Santos[2]

RESUMO

Na atualidade, o Norte Fluminense possui destaque no cenário nacional por conta do Porto do Açu e da exploração de petróleo na Bacia de Campos. Entendendo a região como conformadora e conformada por processos, questiona-se as dinâmicas que a conformam na atualidade. O presente artigo tem como objetivo verificar como os discursos relacionados ao setor energético do Norte Fluminense foram utilizados para introduzir os projetos de transição energética como uma nova fase pós-petróleo. Pretende-se utilizar como metodologia a análise de conteúdo dos projetos de governo das prefeituras de São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Quissamã e Macaé durante o período de 2012 a 2024 para identificar se a transição energética e a descarbonização eram metas dos governos e como os novos projetos energéticos são atrelados a estes agentes por meio dos atores com o propósito de performar ações e construir novos mercados.

PALAVRAS-CHAVE: Norte Fluminense; setor energético; transição energética.

RESUMEN

Actualmente, la región del Norte Fluminense destaca a nivel nacional gracias al Puerto de Açu y a la exploración petrolera en la Cuenca de Campos. Al comprender la región como generadora de procesos y condicionada por ellos, se cuestionan las dinámicas que la configuran hoy. Este artículo busca examinar cómo los discursos relacionados con el sector energético en la región del Norte Fluminense se utilizaron para introducir proyectos de transición energética como una nueva fase pospetrolera. La metodología empleada consiste en un análisis de contenido de proyectos gubernamentales de los municipios de São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Quissamã y Macaé, de 2012 a 2024, para identificar si la transición energética y la descarbonización eran objetivos gubernamentales y cómo los nuevos proyectos energéticos se vinculan con estos agentes a través de las partes interesadas, con el objetivo de implementar acciones y construir nuevos mercados.

PALABRAS CLAVE: Región del Norte Fluminense; sector energético; transición energética.

INTRODUÇÃO

Atualmente, o Norte Fluminense se destaca no cenário nacional por abrigar infraestruturas do setor energético e do ramo logístico global. No município de Macaé se encontram os objetos fixos relacionados a produção de petróleo e gás natural (P&G) e em São João da Barra estão presentes as instalações portuárias do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açu (CLIPA). Por possuir uma grande relevância e alta capacidade de mobilização de capital, pode-se afirmar que os processos ligados a estes

[1]Carolinne Barcellos de Carvalho Azevedo, Universidade Federal Fluminense, carolinnebarcellosa@gmail.com.
[2] Leandro Bruno Santos, Universidade Federal Fluminense, leandrobruno@id.uff.br.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Fluminense.

Tendo em vista estes debates, inicia-se um questionamento acerca dos processos anteriores que estiveram nas bases da conformação do Norte Fluminense. Este estudo, atualmente em fase de desenvolvimento, tem como objetivo verificar como os discursos relacionados ao setor energético do Norte Fluminense foram utilizados para introduzir os projetos de transição energética como uma nova fase pós-petróleo.

Para uma compreensão mais aprofundada destas dinâmicas, será realizado levantamento bibliográfico e a análise de conteúdo dos projetos de governo dos municípios de São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Quissamã e Macaé durante o período de 2012 a 2024, que compreende alguns dos eventos de maior intensidade relacionados à região e produção energética.

MATERIAL E MÉTODO

A pesquisa contará com revisão bibliográfica, através de livros e artigos científicos, que buscará aprofundar os conhecimentos e discussões sobre a geohistória do Norte Fluminense (com ênfase no setor energético e na simbiose/coexistência entre álcool e petróleo e, posteriormente, entre o petróleo e as fontes energéticas sustentáveis).

Como forma de melhor entendimento das discussões, pretende-se utilizar a análise de conteúdo como base, que é um procedimento utilizado para descrever e interpretar conteúdo de qualquer material de comunicação, seja ele verbal ou não verbal. (Moraes, 1999).

Pretende-se realizar a análise de conteúdo dos projetos de governo dos municípios de São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Quissamã e Macaé durante o período de 2012 a 2024, que compreende alguns dos eventos de maior intensidade relacionados à região e produção energética, como o início das operações no Porto do Açu em 2014, a crise do petróleo em 2015, o desmantelamento da Petrobrás pelo governo do Michel Temer (MDB, 2016-2019) e pelo governo Bolsonaro (PSL, 2019-2022). Justifica-se o uso dos projetos de governo, com destaque para os projetos de desenvolvimento econômico, pela capacidade que possuem de explicitar as principais metas dos prefeitos eleitos dos municípios supramencionados. Para acessar tais documentos, será necessária a solicitação junto ao TRE-RJ (Tribunal Regional Eleitoral - Rio de Janeiro).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A mesorregião Norte Fluminense possui suas bases de conformação diretamente ligadas ao cultivo da cana de açúcar, que é considerado como uma das atividades econômicas mais antigas desenvolvidas no território brasileiro. O declínio produtivo iniciou-se na década de 1970, simultaneamente à estruturação da exploração petrolífera no Norte Fluminense (Mesquita, 2021).

Graças à materialização dessas infraestruturas, o município de Macaé ganhou intenso destaque, tornando-se um importante polo de crescimento econômico e populacional do Norte Fluminense com a instalação da Petrobras e exploração da Bacia de Campos (Silva Neto; Dias, 2021). Ainda nesse sentido, o município de São João da Barra tem se destacado e se tornou o segundo maior polo atrativo de empresas multinacionais do Norte Fluminense devido às relações com os circuitos de exploração *offshore* no setor de Petróleo e Gás (P&G) e por abrigar o Complexo Logístico Industrial Portuário do Açu (CLIPA), se estabelecendo como um importante nó logístico de exportação de petróleo e minérios (Santos, 2024).

Recentemente, diversas mudanças impactam significativamente o setor energético e os investimentos realizados pelo Estado do Rio de Janeiro (ERJ), reiterando a trajetória da região como *locus* de produção energética por conta da implantação de usinas termelétricas a gás e anúncio da instalação de parques eólicos *offshore*.

A adesão do Brasil ao Acordo de Paris, que é um tratado que possui uma agenda de enfrentamento às mudanças climáticas, com ênfase para a transição energética e a descarbonização das economias, tem propiciado diversas estratégias nacionais e subnacionais para a promoção de energias renováveis, como a solar, eólica e o hidrogênio de baixo carbono, como o hidrogênio verde (Werner, 2025).

Além desses eventos, o discurso da segurança surge como justificativa para a Lei n°14.120/2021, que alterou a Lei n°10.848/2004 e incluiu a possibilidade dos Leilões de Reserva de Capacidade. Em seguida, o Decreto n°10.707/2021 regulamentou a contratação de reserva de capacidade em forma de potência (Brasil, 2021). A partir destas regulamentações, o Governo Federal passa a contratar a energia de termelétricas e hidrelétricas por meio de um discurso que leva à crença de que outras fontes energéticas, como a solar e a eólica, não conseguem suprir as necessidades energéticas do Brasil devido aos problemas de distribuição e intermitência (Del-Puppo; Rego e Parente, 2025).

Com a implementação da nova agenda ligada às alterações climáticas, o governo do ERJ aderiu à agenda de transição energética, estabelecendo medidas em consonância com as iniciativas nacionais e internacionais ao criar estratégias específicas para inserir a produção energética nas novas dinâmicas externas com a finalidade de tornar o estado um destino de

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

grandes investimentos e diversificação de capitais seguindo a lógica da descarbonização e da transição energética (Werner, 2025).

Os municípios que compõem o Norte Fluminense se tornaram foco de instalação de uma série de projetos ligados a energias, como a eólica, solar, termelétricas e hidrogênio verde. Tomando como fonte a base de dados do IBAMA, uma série de projetos energéticos para o Norte Fluminense estão em fase de licenciamento ambiental. Neste seguimento, os maiores destaques são as usinas termelétricas e as usinas eólicas *offshore*.

Tendo essas perspectivas em vista, iniciou-se uma série de questionamentos acerca dos processos que envolvem a criação de vendedores, compradores, normas e valores. Segundo Fligstein e Dauter (2012), os mercados são como arenas sociais em que firmas, fornecedores, clientes, trabalhadores e o governo interagem e têm a capacidade de afetar o seu comportamento, evidenciando que são socialmente construídos e envolvem a ação de agentes e atores.

Os atores podem ser considerados como "instituições que funcionam como agentes decisórios, empreendedores que decidem estabelecer ou criar firmas em determinados locais" (Markusen, 2005, p. 58), entendidos como fonte de um processo, com capacidades, intenções, autonomia e manipulação (Ferreira, 2014).

Junto da ação dos atores, destaca-se a atuação dos agentes. Estes podem ser caracterizados como indivíduos ligados à prática, possuindo pouca ou nenhuma reflexão crítica. Para Ferreira (2014, p. 10) "o agente acaba sendo uma espécie de produto do sistema, participando sob a forma de dispositivos para a ação".

CONCLUSÕES

O presente resumo buscou elaborar considerações acerca do setor energético do Norte Fluminense e suas transformações mais recentes, centrando-se nos novos projetos de energia sustentável que estão em fase de licenciamento e devem ser instalados nos próximos anos.

Após a análise de discurso, será necessário identificar os agentes e atores que estão envolvidos nesses processos e seus objetivos, que podem envolver investimentos e alterações nas legislações visando materializar projetos propalados como "transição energética" no Norte Fluminense. A pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento e, após análises, os resultados encontrados serão sistematizados e desenvolvidos para a construção de artigos e dissertação.

REFERÊNCIAS

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

BATHELT, H.; GLUCKLER, J. Toward a relational economic geography. **Journal of Economic Geography**, n. 3, p. 117-144, 2003.
BRASIL. **Decreto nº 10.707, de 28 de maio de 2021**. Dispõe sobre a estrutura do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico –CMSE. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004**. Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica. Brasília, DF: Casa Civil, 2004.

BRASIL. **Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021**. Altera dispositivos das Leis nº 9.427/1996 e nº 10.848/2004. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1° março 2021.

DEL-PUPPO, O.; REGO, E. E.; PARENTE, V. Introdução ao mecanismo de adequabilidade de leilão de capacidade: uma proposta de melhoria para o Brasil.

Revista Caderno Pedagógico, Curitiba, v. 22, ed. 9, p. 01-23, 27 jun. 2025.

FERREIRA , A. Metropolização do espaço, tensões e resistências: entre espaços de controle e controle do espaço. **Scripta Nova** ,v. 18, 1 nov. 2014. Disponível em: https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/15044. Acesso em: 12 jun. 2025.

MARKUSEN, A. **Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator**. In: DINIZ, C. C. LEMOS, B. M. Economia e território. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

MESQUITA, Z. G. **Entre a "di-visão", o "arte-fato" e os "meios":** a "invenção" da região Norte Fluminense. 2021. TESE (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2021.

MORAES, R. Análise de Conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, nº .37, p. 7-32, 1999.

SANTOS , L. B. Redes de relações de poder, interações espaciais e (des)conexões dos atores com a estrutura produtiva: as empresas de P&G no Porto do Açu. **VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos**, 2024. Disponível em: https://www.cbg2024.agb.org.br/resources/anais/9/cbg2024/1727663387_ARQUIVO_885a724959ba6b691b38c426653cc5dd.pdf. Acesso em: 5 jun. 2025.

SILVA NETO, R.; DIAS, R. S. O arranjo produtivo local de petróleo e gás em Macaé: origem, evolução, impactos da crise do contrachoque de 2014 e perspectivas pós-crise. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 13–51, 2021

WERNER, D. Mercadejação e neoextrativismo na geração de eólicas offshore no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista de Geografía Norte Grande**, n. 92, p. 1-24, 2025.

Agradecimentos

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pela concessão de bolsa que permite o desenvolvimento desta pesquisa.

O POTENCIAL DA PROTEÇÃO DOS ECOSSISTEMAS COMO UM DOS VETORES DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Páulea Zaquini[1]
Jorge Britto[2]

Resumo: Fundamentado em pesquisas que indicam a degradação do sistema terrestre, o estudo disserta sobre a possibilidade de serem consolidados, no estado do Rio de Janeiro, processos produtivos que possibilitem, ao mesmo tempo, a preservação dos ecossistemas e o desenvolvimento social do estado pautado em condições de bem viver mais universais. Nesse contexto, o estudo apresenta dados e análises socioeconômicas e ambientais relacionadas ao território fluminense, e ao fim traz proposições que buscam tanto minimizar o impacto da existência da população fluminense sobre os ecossistemas, quanto possibilitar a melhoria das condições de vida da referida população. Considerando a transversalidade da pesquisa, foram extraídos e analisados dados de diferentes fontes entre elas o IBGE, o ICMBio e o ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática. Entre as considerações finais indica-se que a preservação dos ecossistemas para além de necessária, é um vetor importante de desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro.
Palavras-chave: preservação dos ecossistemas; estado do Rio de Janeiro; desenvolvimento social.

Abstract: Based on research indicating the degradation of the Earth's ecosystem, this study discusses the possibility of consolidating productive processes in the state of Rio de Janeiro that simultaneously enable ecosystem preservation and the state's social development, based on more universal conditions for well-being. In this context, the study presents socioeconomic and environmental data and analyses related to the state of Rio de Janeiro. Finally, it presents proposals that seek to minimize the impact of the population's existence on ecosystems and to improve their living conditions. Considering the cross-cutting nature of the research, data were extracted and analyzed from various sources, including the IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics), ICMBio (Brazilian Institute of Biodiversity and Biodiversity), and the Ministry of the Environment and Climate Change. The final considerations indicate that ecosystem preservation is not only necessary but also an important driver of development for the state of Rio de Janeiro.
Keywords: ecosystem preservation; state of Rio de Janeiro; social development.

INTRODUÇÃO

Proteger as benesses disponibilizadas pelo sistema terrestre à humanidade é condição *sine qua nom* para a continuidade da vida humana no planeta em condições ambientais consideradas adequadas até então. Nesse contexto dependemos não só da existência dos ecossistemas planetários individualmente, mas, sobretudo, das interações existentes entre eles dado que a desestabilização de um ecossistema pode levar à desestabilização de outros sistemas

[1] Páulea Zaquini Monteiro Lima. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz. paulea.zaquini@fiocruz.br.
[2] Jorge Nogueira de Paiva Britto. Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense. britto.jorge@gmail.com.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

naturais. Produzindo, assim, efeitos em cascata nem sempre quantificados ou mesmo esperados (Bamji; Murty; Sudhir, 2021; Donahue, 2016; Dong et al., 2018; Richardson et al., 2023; Rockström et al., 2009).

No entanto, o que temos feito para preservar os ecossistemas do planeta? O que temos feito com vistas a minimizar o impacto de nossa existência sobre o sistema terrestre[3]? Como conciliar melhorias universais das condições de vida com a preservação dos ecossistemas? Como as políticas públicas territorializadas podem contribuir para a preservação dos ecossistemas? Essas não são questões novas, e possibilidades de respostas vem sendo discutidas em diferentes espaços, tanto acadêmicos como políticos (Ahmed, 2024; CLD, 2022; Cullen; Allwood; Borgstein, 2011; Haberl et al., 2011). Mas, numa sociedade onde cerca de um terço de sua população ainda vive em condições de pobreza, e onde o consumo de menos de 10% da população total foi até aqui o principal e mais volumoso combustível da produção global (Rammelt et al., 2022; Tian et al., 2024; Wiedmann et al., 2020), sendo essa produção a grande causadora da desestabilização do sistema terrestre no Holoceno, como conciliar a preservação dos ecossistemas e a universalização de condições de bem-estar da humanidade?

Esses são alguns dos questionamentos que serviram de justificativa para o desenvolvimento deste trabalho e que também subsidiaram, considerando as limitações dos estudos realizados, a sistematização de proposições que têm como objetivo minimizar o impacto das pegadas da população fluminense sobre os ecossistemas e melhorar as condições de vida da referida população.

MATERIAL E MÉTODOS

As análises, as sistematizações e as considerações apresentadas neste artigo são frutos de um estudo transdisciplinar que envolve, sobretudo, duas áreas do conhecimento: a das ciências ambientais e a das ciências econômicas. Assim foram utilizadas como fontes do referido estudo pesquisas realizados por pesquisadoras e pesquisadores das duas áreas do conhecimento destacadas, além de dados e informações publicizadas por diferentes instituições. Entre elas o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (Inea), o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA), o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Com a intenção da realização de análises em perspectiva comparada, muitas vezes os registros

[3] Para Rockström *et al.* (2024), o sistema terrestre é um sistema complexo e autorregulável caracterizado por múltiplas interações e feedbacks entre grandes sistemas biofísicos que interagem com a vida na Terra e determinam a resiliência de todo o sistema (Rockström et al., 2024).

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

socioeconômicos e ambientais do estado do Rio de Janeiro foram observados em conjunto como os registros de outros estados do país, ou mesmo com os registros que representavam a média ou o cômputo total do país para a variável que estava sendo analisada.

DISCUSSÃO

As análises realizadas ao longo da pesquisa apontaram que a ampliação de um conjunto de atividades já em curso no estado poderia contribuir fortemente para o desenvolvimento mais inclusivo e sustentado do território fluminense. Essas atividades estariam vinculadas aos cinco eixos que são relacionados a seguir. Algumas das atividades poderiam estar presentes em mais de um eixo.

O primeiro eixo contemplaria o fortalecimento dos processos de formação humana com o objetivo de reduzir a pegada da população fluminense sobre o sistema terrestre. Seriam realizadas atividades relacionadas tanto à formação geral quanto aquelas direcionados à formação mais específica para o desenvolvimento de atividades laborais.

O segundo eixo contemplaria a instituição ou ampliação, no território fluminense, de processos que contribuam para a descarbonização do referido território. Estando entre essas atividades a interrupção de qualquer processo de desflorestamento em curso no estado; a preservação e a ampliação da presença dos sumidouros naturais de carbono; a redução da utilização de combustíveis fósseis na frota de veículos do estado com ampliação da utilização de combustíveis advindos de recursos renováveis; a ampliação da instalação de sistemas fotovoltaicos por meio de unidades de micro e minigeração de energia, a ampliação do uso de transportes coletivos dentro dos municípios e entre os municípios[4]; e o fomento à pesquisa científica com vistas ao desenvolvimento de tecnologias que contribuam para o processo de descarbonização do estado.

Um terceiro eixo contemplaria a descentralização territorial com consolidação das atividades produtivas. Entre as atividades estariam a ampliação da presença de sistemas agroflorestais no estado; a proteção e a ampliação das Unidades de Conservação no território fluminense; a instituição, nos 92 municípios do estado, dos mais diversos processos vinculados à economia circular, estando entre esses processos tanto os relacionados às atividades de recuperação e reutilização dos produtos, quanto os relacionados à reciclagem dos resíduos; a ampliação da oferta de formação técnica diversa nas diferentes regiões do território fluminense

[4] Para que ocorra a ampliação do uso do transporte coletivo dentro dos municípios e entre os municípios faz-se necessário, para além da ampliação da frota, a garantia de melhores condições de segurança quando da utilização desses veículos, regularidade na oferta, eficiência nos deslocamentos e preço justo.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

com vistas à ampliação da formação de trabalhadores comprometidos com a preservação dos ecossistemas; e a ampliação de ações que protejam as bacias hidrográficas de processos de degradação, sejam eles quantitativos ou qualitativos.

O quarto eixo contemplaria a reorganização do espaço urbano através das seguintes atividades: ampliação em quantidade e qualidade os serviços de transporte público coletivo; ampliação das áreas verdes dentro dos municípios; adequação da infraestrutura viária e do código de obras dos municípios com vistas à instituição de processos que permitam a maior percolação das águas de chuva nos territórios ou que minimizem o escoamento rápido e de maior volume durante ou imediatamente após a precipitação; e o fomento à construção de edifícios tecnicamente amigáveis com a questão ambiental.

O quinto eixo contemplaria esforços na direção do controle da poluição. Nesse eixo seriam desenvolvidas atividades relacionadas à elaboração de políticas públicas que assegurassem o controle da poluição na fonte; a intensificação de processos de vistoria por parte dos órgãos reguladores; a promoção de atividades de P&D que tenham como objetivo o controle da poluição; e a promoção de campanhas que tratem do uso responsável dos produtos, incluindo a água e a energia, evitando assim o consumo desnecessário, o mal uso e o descarte precoce e inadequado.

CONCLUSÕES

O estudo, que partiu da necessidade premente de preservação dos ecossistemas do planeta, buscou correlacionar a construção geográfica e social do território fluminense com atividades que pudessem fomentar a preservação dos ecossistemas presentes no estado como um importante vetor de desenvolvimento do referido território.

Sendo assim foram elencadas muitas atividades que poderiam, ao mesmo tempo, preservar os ecossistemas presentes no território fluminense e contribuir para: a geração e a desconcentração territorial das oportunidades de trabalho; a segurança hídrica; a segurança energética; a segurança alimentar e nutricional; a erradicação da extrema pobreza; a descarbonização do estado; a redução do impacto dos resíduos sólidos sobre o território fluminense; a instituição de processos que elevassem a vantagem competitiva associada à economia do conhecimento; e para a instituição de economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas. Metas essas relacionadas no art. 9º do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro para o período 2024-2031, o Pedes RJ 2024-2031.

Concluindo espera-se que as análises realizadas no estudo possam contribuir para o

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

desenvolvimento de ações que busquem, ao mesmo tempo, preservar os ecossistemas do estado e garantir condições de vida mais dignas para toda a população fluminense.

REFERÊNCIAS

AHMED, Nafeez. “Planetary phase shift” as a new systems framework to navigate the evolutionary transformation of human civilization. **foresight**, 6 Nov. 2024.

BAMJI, Mahtab S.; MURTY, P. V. V. S.; SUDHIR, Parimala Diana. Nutritionally sensitive agriculture—an approach to reducing hidden hunger. **European Journal of Clinical Nutrition**, v. 75, n. 7, p. 1001–1009, jul. 2021.

CLD, Convención de las Naciones Unidas de Lucha contra la Desertificación. **Resumen para los responsables de la adopción de decisiones. Perspectiva global de la tierra**. segunda edición ed. Bonn: Convención de las Naciones Unidas de Lucha contra la Desertificación, 2022.

CULLEN, Jonathan M.; ALLWOOD, Julian M.; BORGSTEIN, Edward H. Reducing Energy Demand: What Are the Practical Limits? **Environmental Science & Technology**, v. 45, n. 4, p. 1711–1718, 15 Fev. 2011.

DONAHUE, Michelle Z. **Discovery: Rising CO2 depletes pollen’s nutritional potency, bees suffer**. Disponível em: <https://insider.si.edu/2016/06/pollen/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

DONG, Jinlong *et al.* Effects of Elevated CO2 on Nutritional Quality of Vegetables: A Review. **Frontiers in Plant Science**, v. 9, p. 924, 15 ago. 2018.

HABERL, Helmut *et al.* A socio-metabolic transition towards sustainability? Challenges for another Great Transformation. **Sustainable Development**, v. 19, n. 1, p. 1–14, Jan. 2011.

RAMMELT, Crelis F. *et al.* Impacts of meeting minimum access on critical earth systems amidst the Great Inequality. **Nature Sustainability**, v. 6, n. 2, p. 212–221, 10 Nov. 2022.

RICHARDSON, Katherine *et al.* Earth beyond six of nine planetary boundaries. **Science Advances**, v. 9, n. 37, p. eadh2458, 15 Set. 2023.

ROCKSTRÖM, Johan *et al.* Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity. **Ecology and Society**, art32. v. 14, n. 2, Dez. 2009.

ROCKSTRÖM, Johan *et al.* The planetary commons: A new paradigm for safeguarding Earth-regulating systems in the Anthropocene. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 121, n. 5, p. e2301531121, 30 Jan. 2024.

TIAN, Peipei *et al.* Keeping the global consumption within the planetary boundaries. **Nature**, v. 635, n. 8039, p. 625–630, 21 Nov. 2024.

WIEDMANN, Thomas *et al.* Scientists’ warning on affluence. **Nature Communications**, v. 11, n. 1, p. 3107, 19 jun. 2020.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

DO PETRÓLEO AO HIDROGÊNIO DE BAIXO CARBONO: A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E O PORTO DO AÇÚ

Lucas Reis Santos[1]

RESUMO

O artigo analisa os efeitos socioeconômicos e territoriais da transição energética no Porto do Açu, em São João da Barra (RJ), partindo do pressuposto de que o processo de descarbonização, impulsionado por compromissos internacionais como o Acordo de Paris e os ODS, não é neutro no Sul Global, reproduzindo padrões de dependência tecnológica, dominação territorial e expulsão de comunidades. Organiza-se em três eixos: (i) a transição como fenômeno sociotécnico atravessado por disputas de território, tecnologia e poder; (ii) o regime regulatório brasileiro, com ênfase na política nacional de hidrogênio de baixo carbono; e (iii) a materialidade da transição, observada nos empreendimentos de energia eólica offshore e hidrogênio verde no Porto. Metodologicamente, articula literatura crítica, análise documental e estudo de caso com base em dados secundários. Argumenta-se que a transição brasileira configura um extrativismo renovado, reforçando inserção subordinada, centralização de valor e ausência de justiça territorial.

Palavras-chave: Transição energética. Hidrogênio verde. Porto do Açu. Justiça territorial. Energia eólica offshore.

ABSTRACT

This article examines the socioeconomic and territorial effects of the ongoing energy transition at the Port of Açu, in São João da Barra, Rio de Janeiro. It assumes that decarbonization, driven by international commitments such as the Paris Agreement and the Sustainable Development Goals, is not neutral in the Global South but rather reproduces patterns of technological dependency, territorial domination, and community displacement. The analysis is structured around three axes: (i) the transition as a sociotechnical phenomenon entangled with struggles over territory, technology, and power; (ii) the Brazilian regulatory regime, with emphasis on the national policy for low-carbon hydrogen; and (iii) the material dimensions of the transition, as seen in offshore wind energy projects and green hydrogen initiatives at the Port. Methodologically, it combines critical literature, documentary analysis, and case study supported by secondary data. The argument suggests that Brazil's transition embodies a renewed extractivism, marked by subordinated insertion, economic centralization, and lack of territorial justice.

Keywords: Energy transition. Green hydrogen. Port of Açu. Territorial justice. Offshore wind energy.

1. INTRODUÇÃO

Motivada pela crise climática e pelos compromissos globais de descarbonização, a transição energética tornou-se um imperativo do século XXI. Enquanto as agendas internacionais se concentram em inovações tecnológicas e marcos regulatórios, pouco é discutido sobre como essa transformação afeta os territórios periféricos do Sul Global. Levando em consideração o cenário brasileiro, cuja matriz elétrica é majoritariamente renovável, a

[1]Lucas Reis Santos é economista pela Universidade Federal Fluminense e mestrando em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ; lucasreis@ufrj.br.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ UERJ Universidade Federal Fluminense CEFET/RJ UNIRIO INSTITUTO FEDERAL INSTITUTO FEDERAL UENF
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

expansão de parques eólicos, usinas solares e projetos de hidrogênio de baixo carbono está alimentando conflitos socioterritoriais. É preciso urgentemente questionar quem se beneficia e quem é excluído desse processo. No estado do Rio de Janeiro, o Porto do Açu ecoa essas contradições, de outro modo, o porto pretende-se converter de um polo fóssil a um hub de energias renováveis e seu caso destaca o legado.

O Brasil possui uma matriz elétrica historicamente centrada em fontes renováveis, sobretudo a hidrelétrica, apresentando participação significativa dessas fontes em comparação ao cenário mundial (IRENA, 2023; IEA, 2023). A diversificação da matriz ocorreu em resposta à crise do petróleo dos anos 1970 e às limitações do balanço de pagamentos, levando à adoção de políticas voltadas à construção de hidrelétricas, usinas nucleares, biocombustíveis e refinarias (BENITES-LAZARO; MELLO-THERY; LAHSEN, 2017; MERCEDES; RICO; POZZO, 2015; WERNER; BRANDÃO, 2019). Entretanto, como demonstram Mercedes et al. (2015), essa matriz predominantemente renovável convive com crises recorrentes de abastecimento, solucionadas pelo acionamento de termelétricas fósseis, revelando falhas estruturais no planejamento, especialmente após as reformas neoliberais dos anos 1990 que priorizaram a lógica mercantil em detrimento da segurança energética. Assim, a transição energética brasileira não é simples nem homogênea, mas marcada por heranças históricas e desigualdades geopolíticas; como apontam Werner e Benites-Lazaro (2023), a substituição parcial de hidrelétricas por outras renováveis não elimina as lógicas extrativistas, mas as reconfigura sob o prisma do chamado capitalismo verde.

Como aponta a Federação de Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan, 2024), o estado do Rio de Janeiro pretende se colocar como protagonista nacional da transição energética, agregando a integração entre fontes fósseis e renováveis, além de se colocar como polo estratégico para a produção de hidrogênio, eólica offshore e novas tecnologias limpas. Contudo, essa estratégia ainda está em fase de elaboração, fundamentada em projetos iniciais e nas expectativas de investimentos e regulamentações que virão.

O Porto do Açu, localizado em São João da Barra (RJ), emerge como infraestrutura estratégica para a transição energética, apontado pela FIRJAN (2024) como potencial maior hub de integração do país, articulando gás natural, hidrogênio de baixo carbono e renováveis. Idealizado pela LLX Logística, do grupo EBX de Eike Batista, com apoio do governo estadual, o complexo de 130 km² foi viabilizado por incentivos fiscais (Lei 4.533/2005) e desapropriações polêmicas que deslocaram comunidades tradicionais sem compensações adequadas (RANGEL, 2020; MATTA; RANGEL, 2017). Concebido inicialmente como polo logístico do pré-sal e exportador de minério de ferro, consolidou-se como infraestrutura voltada

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ao setor fóssil, atraindo empresas como BP e Chevron (GOMES FILHO; PESSANHA, 2012), e hoje busca requalificar-se como polo de energias renováveis.

A adaptação da estrutura do Porto do Açu, antes voltada ao petróleo, para tecnologias de baixa emissão reflete um movimento de requalificação funcional dos territórios fósseis, ainda em fase de formulação, mas já mobilizado como narrativa de transição energética para legitimar investimentos e atrair novos atores. Contudo, a mera diversificação da matriz, com incorporação de eólica, solar e hidrogênio verde e redução relativa dos fósseis, não garante uma transição justa ou sustentável (ZANOTELLI, 2024 apud FRESSOZ, 2024). Como argumenta Fressoz, antigas e novas formas de energia coexistem em simbiose devido à inércia dos processos energéticos: o crescimento da demanda de uma fonte tende a estimular o uso de outras, intensificando pressões materiais e ambientais. Assim, a diversificação por si só não pode ser confundida com uma verdadeira transição.

A transição energética deve ser entendida como uma transformação sociotécnica, que ultrapassa a adoção de novas tecnologias e envolve também mudanças sociais, políticas e econômicas. Segundo Sovacool et al. (2020), essas transformações abrangem dimensões interdependentes — infraestruturas, regulação, organização social e significados culturais —, revelando que disputas de poder e de território são centrais na configuração dos sistemas energéticos. No Brasil, esse processo é marcado pela busca de descarbonização e redução da dependência fóssil, mas, como argumentam Werner e Benites-Lazaro (2023 apud DASZKIEWICZ, 2020), tende a reproduzir lógicas extrativistas sob o discurso do capitalismo verde. Assim, compreender o caso do Porto do Açu como estudo empírico permite analisar criticamente como essas promessas de transição se materializam nos territórios, destacando seus efeitos socioeconômicos e disputas de desenvolvimento regional.

2. MATERIAL E MÉTODO

A investigação adota uma abordagem crítica e multiescalar, combinando métodos qualitativos e quantitativos de forma complementar. Parte-se do pressuposto de que compreender a transição energética exige articular dimensões globais, nacionais, regionais e locais, bem como considerar os múltiplos atores e interesses envolvidos.

A análise organiza-se em três níveis interdependentes: (i) global, examinando compromissos como o Acordo de Paris e os ODS; (ii) nacional, observando o marco regulatório e as Leis nº 14.948/2024 e nº 14.990/2024; e (iii) regional/local, com foco no Porto do Açu, buscando revelar assimetrias distributivas e contradições socioambientais.

A hipótese central é que a transição brasileira assume a forma de "extrativismo renovado", caracterizada pela captura corporativa de bens comuns e manutenção de padrões de

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

dependência tecnológica e desigualdade territorial.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise confirma que a transição energética em curso no Brasil reforça padrões de dependência e desigualdade. No plano global e nacional, compromissos internacionais foram apropriados pelo marco regulatório brasileiro, orientado à atração de capitais externos. Isso reforça a lógica de exportação de energia e importação de tecnologia.

No plano regional, o estado do Rio de Janeiro exibe contradições: continua altamente dependente do petróleo e dos royalties, ao mesmo tempo em que projeta o Porto do Açu como hub renovável. Os dados revelam desequilíbrios entre fósseis e renováveis e forte vulnerabilidade tecnológica.

No plano local, o estudo do EIA/RIMA do Hub de Hidrogênio (AMBIPAR) mostra que os novos empreendimentos tendem a reproduzir conflitos já existentes, como a expulsão de comunidades pesqueiras e a baixa geração de empregos qualificados. A governança corporativa centralizada reforça a lógica de enclave, próxima ao conceito de *green extractivism*.

Assim, observa-se que a transição no Porto do Açu não rompe com os padrões históricos, mas os atualiza sob o discurso da sustentabilidade, fragilizando a justiça territorial e a soberania energética.

Conclui-se que o caso do Porto do Açu evidencia os limites de uma transição energética orientada por capitais transnacionais e políticas centralizadas. A contribuição do estudo é demonstrar que, sem mecanismos redistributivos e de governança democrática, a transição tende a reproduzir desigualdades, em vez de superá-las.

REFERÊNCIAS

BENITES-LAZARO, L. L.; MELLO-THERY, N. A.; LAHSEN, M. Business storytelling about energy and climate change: the case of Brazil. *Energy Research & Social Science*, v. 31, p. 77–90, 2017.

BURKE, M. Energy sovereignty: critical perspectives and emerging debates. *Energy Research & Social Science*, v. 74, p. 101–140, 2021.

DASZKIEWICZ, W. Energy transition in the context of sustainable development. *Sustainability*, v. 12, n. 3, p. 1–18, 2020.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. *Rio de Janeiro no caminho da transição energética*. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2024.

GOMES FILHO, J. B.; PESSANHA, R. M. Porto do Açu: desenvolvimento regional e conflitos territoriais. *Revista de Desenvolvimento Regional*, v. 9, n. 2, p. 45–63, 2012.

IEA – International Energy Agency. *World Energy Outlook 2023*. Paris: IEA, 2023.

IRENA – International Renewable Energy Agency. *World Energy Transitions Outlook 2023*. Abu Dhabi: IRENA, 2023.

MATTA, G.; RANGEL, I. Território, desapropriações e justiça espacial: notas sobre o Porto do Açu. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 10, n. 2, p. 134–156, 2017.

MERCEDES, L. G.; RICO, A. C.; POZZO, R. Energy matrix in Brazil: historical evolution and perspectives. *Energy Policy*, v. 85, p. 1–12, 2015.

RANGEL, I. *Porto do Açu: desapropriações e injustiça territorial*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2020.

SOVACOOL, B. K. et al. Sociotechnical transitions, energy systems, and climate change. *Science*, v. 367, n. 6485, p. 813–822, 2020.

WERNER, D.; BENITES-LAZARO, L. L. Transição energética e capitalismo verde no Brasil: entre a descarbonização e a dependência. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 25, n. 1, p. 1–20, 2023.

WERNER, D.; BRANDÃO, R. Crise hídrica e o setor elétrico brasileiro: entre a hidrelétrica e as termelétricas fósseis. *Revista de Políticas Públicas*, v. 23, n. 2, p. 211–232, 2019.

ZANOTELLI, C. Justiça energética e transição justa: reflexões críticas. In: FRESSOZ, J. (org.). *Histórias e contradições da transição energética*. São Paulo: Elefante, 2024.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ANÁLISE HIDROLÓGICA DAS SECAS NO MUNICÍPIO PARAÍBA DO SUL, RIO DE JANEIRO

Douglas da Silva Ferreira[1]

Eliane Barbosa Santos[2]

RESUMO

A análise das secas em diferentes escalas espaciais é essencial para orientar ações de mitigação frente à escassez hídrica. Diante disso, o objetivo deste trabalho foi analisar a intensidade e duração de secas no município de Paraíba do Sul - RJ, por meio do Índice de Seca de Vazão (*Streamflow Drought Index* - SDI), considerando escalas temporais de 3, 6 e 12 meses. Foram utilizados dados diários de vazão da estação fluviométrica localizada no município de Paraíba do Sul – RJ (Código 58380001), com série histórica de 49 anos (1973–2021), obtidos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Após o cálculo do SDI, aplicou-se o teste de Mann-Kendall para identificar tendências temporais. Os resultados indicaram um aumento dos eventos extremos e severos nos últimos anos, além de tendência negativa em todas as escalas temporais analisadas, sugerindo maior ocorrência de secas no futuro.

Palavras-chaves: Eventos extremos; Vazão; Recursos hídricos.

ABSTRACT

The analysis of droughts at different spatial scales is essential to guide mitigation actions in the face of water scarcity. Therefore, the objective of this study was to analyze the intensity and duration of droughts in the municipality of Paraíba do Sul – RJ, through the Streamflow Drought Index (SDI), considering time scales of 3, 6, and 12 months. Daily streamflow data from the gauging station located in the municipality of Paraíba do Sul – RJ (Code 58380001) were used, covering a historical series of 49 years (1973–2021), obtained from the National Water and Sanitation Agency (ANA). After calculating the SDI, the Mann-Kendall test was applied to identify temporal trends. The results indicated an increase in the frequency of extreme and severe events in recent years, as well as a negative trend at all analyzed time scales, suggesting a higher occurrence of droughts in the future.

Keywords: Extreme events; Streamflow; Water resources.

INTRODUÇÃO

As secas são caracterizadas como fenômenos naturais, que dependendo da intensidade e frequência podem causar sérios problemas econômicos, afetando principalmente as comunidades com maior vulnerabilidade econômica (Rajsekhar; Singh; Mishra, 2015).

[1] Douglas da Silva Ferreira, Doutorando do Programa de Pós-graduação em Ciências Naturais (PPGCN), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). E-mail: silva.douglas37@gmail.com

[2] Eliane Barbosa Santos, Professora Associada do Laboratório de Meteorologia (LAMET), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). E-mail: elianebs@uenf.br

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Além dos impactos diretos na produção agrícola e no abastecimento hídrico, esses eventos podem comprometer a segurança alimentar, aumentar os custos com energia e agravar desigualdades sociais, especialmente em regiões com baixa capacidade de adaptação e infraestrutura limitada (Jean *et al.*, 2024).

As mudanças climáticas têm intensificado a ocorrência de eventos extremos, incluindo secas mais prolongadas e severas, o que torna essencial o monitoramento contínuo dos recursos hídricos e a avaliação de seus impactos em escala local. Nesse contexto, os índices de seca são essenciais para identificar períodos críticos e apoiar estratégias de gestão hídrica, permitindo antecipar riscos e orientar políticas voltadas à segurança hídrica. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho foi analisar a intensidade e duração de secas no município de Paraíba do Sul - RJ, por meio do Índice de Seca de Vazão (*Streamflow Drought Index* - SDI), considerando escalas temporais de 3, 6 e 12 meses.

MATERIAL E MÉTODOS

Para este estudo foram utilizados dados diários de vazão da estação fluviométrica localizada no município de Paraíba do Sul – RJ (Código 58380001), com série histórica compreendida entre os anos de 1973 a 2021. Os dados foram obtidos junto a rede hidrometeorológica gerenciada pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

Após o processamento e organização dos dados por meio da linguagem de programação R (R CORE TEAM, 2025), foi calculado o Índice de Seca de Vazão (SDI) nas escalas temporais de 3, 6 e 12 meses, correspondentes às análises de secas meteorológicas, agrícolas e hidrológicas, respectivamente. O SDI foi calculado com base no acumulado das vazões ao longo do período definido, sendo posteriormente padronizado em relação à média e ao desvio padrão da série histórica. Esse procedimento permite caracterizar eventos de seca com base em sua intensidade e duração (Tareke; Awoke, 2022). A implementação foi realizada por meio do pacote "*drought*" disponível na linguagem de programação R (Hao *et al.*, 2017).

Por fim, foi aplicado o teste de Mann-Kendall (Mann, 1945; Kendall, 1975) para avaliar tendências nas séries temporais do SDI em cada uma das escalas analisadas. Este teste estatístico, não paramétrico, é amplamente adotado em estudos hidrológicos e climáticos por sua capacidade de detectar tendências monotônicas sem exigir pressupostos sobre a distribuição dos dados.

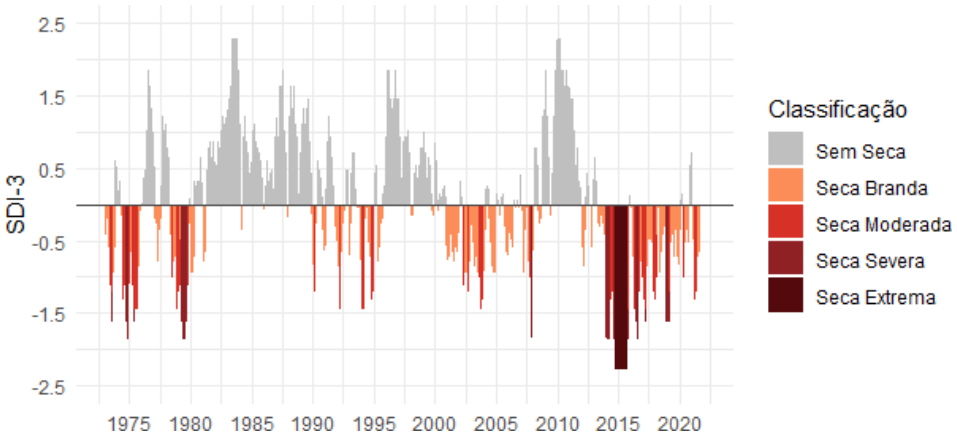
RESULTADOS E DISCUSSÃO

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A Figura 1 apresenta a série temporal do SDI, calculado na escala de 3 meses. No início da série histórica, observa-se a predominância de eventos classificados como secas moderadas e severas, especialmente nos períodos de julho de 1974 a outubro de 1975 e de julho de 1978 a novembro de 1979. Eventos de maior magnitude só voltam a aparecer no ano de 1994, caracterizados por secas moderadas.

Entre os anos de 2001 e 2008, destaca-se a ocorrência frequente de secas brandas. Já a partir de novembro de 2014, foi registrado pela primeira vez eventos de secas extremas, os quais se estendem até outubro de 2015. O menor valor do SDI observado nesse período foi de - 2,27, indicando uma condição de seca extrema.

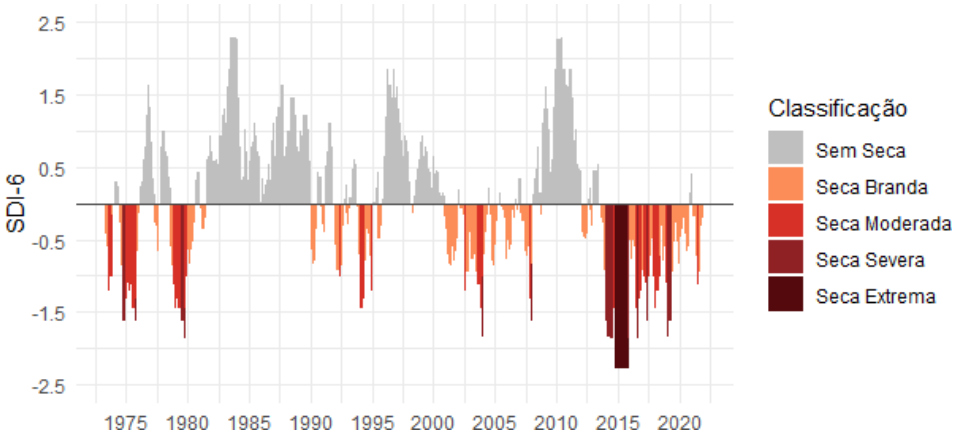
Figura 1 - Série temporal do Índice de Seca de Vazão (SDI) na escala de 3 meses.



A Figura 2 apresenta a série temporal do índice na escala temporal de 6 meses. Como é possível observar, entre os anos de 1975 e 1980, há maior ocorrência de secas moderadas e severas, intercaladas por episódios de secas brandas e períodos sem seca. Porém, o principal destaque na Figura 3 são os eventos de secas extremas iniciados em dezembro de 2014 e prolongados até novembro de 2015, totalizando 11 meses seguidos do evento hidrológico extremo. Segundo Cavalcanti e Marques (2016), esse cenário expôs conflitos pelo uso da água e fragilidades na gestão compartilhada da bacia do rio Paraíba do Sul.

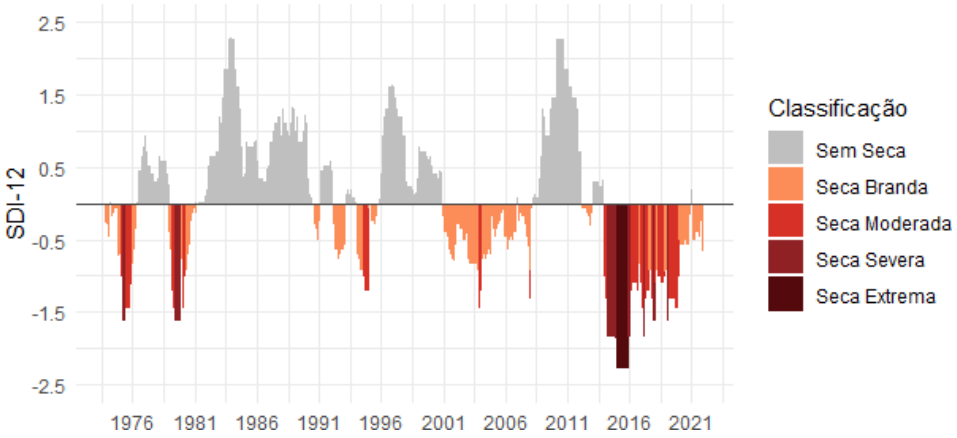
Figura 2 - Série temporal do Índice de Seca de Vazão (SDI) na escala de 6 meses.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.



A Figura 3 apresenta série temporal do SDI na escala temporal de 12 meses. Os resultados evidenciam a crise hídrica que afetou a região Sudeste do Brasil entre 2014 e 2016. Na série temporal analisada, períodos de secas extremas foram registrados durante os 12 meses do ano de 2015, sendo o ano Dezembro de 2015 o mais crítico, com SDI de -2,27, caracterizando uma condição extrema.

Figura 3 - Série temporal do Índice de Seca de Vazão (SDI) na escala de 12 meses.



Complementarmente, foi aplicado o teste de Mann-Kendall para detecção de tendências nas três escalas temporais consideradas neste estudo (3, 6 e 12 meses). Os resultados indicam uma tendência negativa do SDI, ao nível de significância de 5%, em todas as escalas, sugerindo um agravamento das condições de seca ao longo da série histórica.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

CONCLUSÕES

Os resultados obtidos evidenciam um aumento dos eventos de seca severa e extrema nos últimos anos no município de Paraíba do Sul – RJ. A análise estatística por meio do teste de Mann-Kendall reforça essa tendência, indicando uma possível intensificação desses fenômenos nos próximos períodos. Esse cenário representa um alerta importante, exigindo planejamento estratégico, políticas eficazes e ações urgentes de mitigação.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Bianor; MARQUES, Guilherme. Recursos hídricos e gestão de conflitos. A bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul a partir da crise hídrica de 2014-2015. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, Lisboa, v. 15, n. 1, p. 4-16, mar. 2016.

HAO, Zengchao; HAO, Fanghua; SINGH, Vijay; OUYANG, Wei; CHENG, Hongguang.. An integrated package for drought monitoring, prediction and analysis to aid drought modeling and assessment. *Environmental Modelling & Software*, v. 91, p. 199-209, maio 2017.

JEAN, Wesly; SÁTIRO, Guadalupe; RODRIGUES, Paula; CASTANHO, Alves; OLIVEIRA, Elton; LOPES, Julia; ROCHA, Juliana; DÁVALOS, Nelson . Estudo sobre pobreza energética e segurança energética no seminário brasileiro: vulnerabilidade e resiliência socioambiental. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, Brasília, n. 32, p. 35-44, jun./dez. 2024.

KENDALL, Maurice George. *Rank Correlation Methods*. 4. ed. London: Charles Griffin, 1975.

MANN, Henry Berthold. Non-parametric tests against trend. *Econometrica*, v. 13, n. 3, p. 245-259, 1945.

RAJSEKHAR, Deepthi; SINGH, Vijay; MISHRA, Ashok. Multivariate drought index: an information theory based approach for integrated drought assessment. *Journal of Hydrology*, v. 526, p. 164-182, 2015.

R CORE TEAM. R: *A language and environment for statistical computing*. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2025. Acesso:

https://www.R-project.org/.

TAREKE, Kassa; AWOKE, Admasu. Hydrological drought analysis using Streamflow Drought Index (SDI) in Ethiopia. *Advances in Meteorology*, p. 1-19, Art. ID 7067951, 2022.

Agradecimentos

À CAPES, à FAPERJ e à UENF

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA URBANIZAÇÃO NO BAIRRO PILAR, DUQUE DE CAXIAS/RJ.

Sabrina Faria da Silva[1]; Julianne Alvim Milward-de-Azevedo[2]

Resumo

Este estudo analisa os impactos socioambientais da urbanização no bairro Pilar, em Duque de Caxias, ao longo dos séculos XX e XXI. A pesquisa quanto aos fins foi exploratória e descritiva. E, quanto aos meios foi bibliográfica, documental e um estudo de caso. Foi investigado os efeitos do crescimento urbano desordenado e da ausência de políticas públicas eficazes. Historicamente estratégico no transporte de ouro no período do Brasil colonial, o bairro sofreu intensa degradação ambiental. O Rio Pilar, antes navegável, tornou-se um valão devido a ocupações irregulares e despejo de efluentes. As enchentes são recorrentes, afetando infraestrutura, saúde e mobilidade. Outro problema grave é a contaminação da área conhecida como Cidade dos Meninos pelo pesticida HCH, altamente tóxico e cancerígeno. Diante desse cenário, torna-se urgente a adoção de ações integradas que promovam sustentabilidade, inclusão social e melhoria da qualidade de vida dos moradores.

Palavras-chave: Expansão Urbana, Degradação Ambiental, Vulnerabilidade Social, Duque de Caxias, Rio Pilar.

Abstract

This study analyzes the socio-environmental impacts of urbanization in the Pilar neighborhood, Duque de Caxias, across the 20th and 21st centuries. It adopts an exploratory and descriptive approach, based on bibliographic, documentary, and case study methods. The research highlights the effects of unregulated urban growth and the lack of effective public policies. Historically significant during Brazil's colonial period for gold transport, Pilar has suffered severe environmental degradation. The Pilar River, once navigable, has become an open drainage channel due to irregular settlements and effluent discharge. Frequent flooding compromises infrastructure, public health, and mobility. A major concern is the contamination of Cidade dos Meninos by HCH, a highly toxic and carcinogenic pesticide. These issues underscore the urgent need for integrated strategies that promote sustainability, social inclusion, and improved living conditions for residents.

Keywords: Urban Expansion, Environmental Degradation, Social Vulnerability, Duque de Caxias, Pilar River.

Introdução

O espaço urbano é resultado de transformações naturais e, sobretudo, antrópicas, intensificadas com a industrialização a partir do século XIX, que alteraram profundamente a configuração territorial das cidades, promovendo ocupação desordenada, impermeabilização do solo e canalização de rios, com aumento da vulnerabilidade socioambiental (Santos, 2014).

[1] Sabrina Faria da Silva, Discente do Curso de Graduação Bacharelado em Gestão Ambiental/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Políticas e Desenvolvimento (NETPD/UFRRJ), fariasabs.sf@gmail.com.

[2] Julianne Alvim Milward de Azevedo, Docente do Departamento de Ciências do Meio Ambiente/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Políticas e Desenvolvimento (NETPD/UFRRJ), profa.juliannemilward.ufrrj@gmail.com.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A ausência de planejamento em áreas frágeis intensifica problemas como inundações, transbordamentos e movimentos de massa, associados ao desmatamento, construções em zonas de risco e descarte irregular de resíduos, comprometendo a saúde pública e os recursos hídricos (Guerra; Cunha, 2013).

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a expansão urbana acelerada resultou em uma estrutura desigual entre centros consolidados e periferias com infraestrutura precária (Abreu, 1987). Nesse cenário, bairros como Pilar, em Duque de Caxias, destacam-se como territórios vulneráveis, marcados por negligência institucional e especulação imobiliária (Petrakis, 2009). Este estudo propõe analisar os impactos socioambientais da urbanização não planejada no bairro Pilar, evidenciando os desafios enfrentados pela população local.

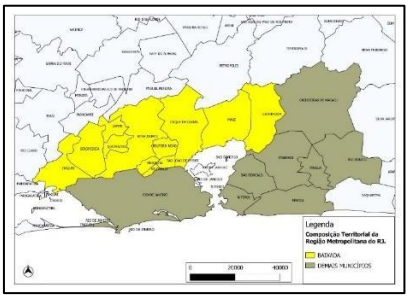
Material e Método

Segundo a tipologia de Vergara (2000), esta pesquisa foi descritiva, ao mapear os impactos socioambientais da urbanização no bairro Pilar, e explicativa, ao identificar suas causas e implicações. Quanto aos meios, adotou-se abordagem bibliográfica, documental, pesquisa de campo e estudo de caso, considerando o recorte geográfico específico.

A coleta e análise dos dados envolveram fontes bibliográficas, registros oficiais, imagens e observações in loco, permitindo uma leitura articulada dos aspectos sociais, econômicos, espaciais e ambientais. A pesquisa de campo, realizada em maio de 2024 e abril de 2025, contou com contribuições informais de moradores, que relataram percepções sobre os impactos da urbanização e práticas que influenciam o território.

Resultado e Discussão

Duque de Caxias configura-se como um dos principais núcleos regionais da Baixada Fluminense, concentrando significativa parcela da força de trabalho oriunda dos 13 municípios que compõem essa sub-região metropolitana do Rio de Janeiro: Belford Roxo, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica (Figura 1).



FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Figura 1: Baixada Fluminense dentro da Região Metropolitana. Fonte: Rocha, 2023.

O bairro Pilar, um dos mais antigos de Duque de Caxias, teve destaque econômico no Brasil Colônia, quando era conhecido como Freguesia Pilar do Iguassu e figurava entre as mais prósperas do Recôncavo da Guanabara. Segundo a historiadora Elaine Gusmão, sua ocupação ocorreu gradualmente, impulsionada pela migração de agricultores nordestinos em busca de melhores condições de vida por meio da atividade agrícola.

O Rio Pilar, estrategicamente localizado na bacia do Rio Iguaçu, favorecia o transporte de riquezas das Minas Gerais ao porto do Rio de Janeiro, integrando a dinâmica econômica da região. Além da função logística, o rio abrigava a Guarda do Pilar, responsável pela fiscalização da passagem de ouro e diamantes (Pereira, 2006).

A relação entre os rios e a urbanização em Duque de Caxias é essencial para compreender sua configuração atual. Antes utilizados para navegação, agricultura e abastecimento, esses cursos d'água passaram a sofrer impactos diretos da urbanização acelerada e sem planejamento desde o início do século XX. Intervenções como ferrovias e estradas, muitas vezes mal planejadas, causaram represamento e formação de áreas alagadiças, agravando a insalubridade regional (Fadel, 2009).

O bairro Pilar exemplifica os efeitos da urbanização periférica brasileira, marcada pela ausência de planejamento e pela atuação limitada do poder público. Os impactos incluem enchentes recorrentes (Figura 2), deslizamentos, poluição hídrica, contaminação por substâncias tóxicas e depósitos irregulares de lixo. As enchentes, mais que eventos climáticos extremos, refletem falhas históricas na gestão urbana, agravadas pela falta de saneamento e obstrução de canais (Marques; Torres, 2018).

Embora menos frequentes, os deslizamentos de terra também ocorrem, especialmente em encostas ocupadas irregularmente. Em 2010, um episódio significativo causou danos estruturais e a realocação de famílias (Figura 3; BRASIL, 2010).

O bairro Pilar foi palco de um dos mais graves casos de contaminação ambiental do Brasil. Em 1949, o Instituto de Malariologia foi instalado na Cidade dos Meninos, onde se iniciou a produção de inseticidas organoclorados, como o hexaclorociclohexano (HCH) - popularmente conhecido como "pó de broca" -, altamente tóxico e cancerígeno. Após o encerramento das atividades em 1962, cerca de 300 toneladas de HCH foram abandonadas, provocando sérios impactos ambientais e riscos à saúde pública (FIOCRUZ, 2023; ESTADÃO, 2022). Apesar da sinalização no local, a proposta de isolamento da área e remoção dos moradores enfrenta resistência, e os riscos continuam presentes na rotina da comunidade.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A contaminação dos corpos hídricos na Baixada Fluminense, especialmente no entorno do rio Pilar, em Duque de Caxias, representa uma crescente preocupação socioambiental. Antigamente navegável e economicamente relevante durante o ciclo do ouro, o rio encontra-se hoje em estado crítico de degradação, funcionando como uma vala a céu aberto - evidência clara de abandono e negligência. A população local reconhece essa realidade, vivenciando diariamente os efeitos da poluição hídrica e os riscos associados à deterioração ambiental (Figura 4).

O descarte irregular de lixo e entulho no bairro Pilar (Figura 5), especialmente nas proximidades da Cidade dos Meninos, representa um problema recorrente com sérias implicações ambientais. Segundo Souza e Silva (2019), o acúmulo de resíduos sólidos em áreas urbanas contamina o solo, a água e o ar, afetando a fauna, a flora e favorecendo a proliferação de vetores como o *Aedes aegypti*.

Figura 2: Ruas do Pilar alagadas após fortes chuvas de 2024. Fonte: Folha de São Paulo, 2024. **Figura 3:** Deslizamento de terra no Pilar decorrente da chuva de 2010. Fonte: Blog Evandro Brasil, 2010. **Figura 4:** Moradora de Duque de Caxias mostra a contaminação do Rio Pilar. Fonte: O Globo, 2023. **Figura 5:** Descarte de resíduo próximo ao Rio Iguassu. Fonte: Acervo das autoras, 2025.

O chorume gerado pela decomposição de materiais orgânicos pode infiltrar-se no solo, atingir o lençol freático ou escoar para os rios durante as chuvas, comprometendo o equilíbrio dos ecossistemas aquáticos (CETESB, 2020). Essa contaminação afeta não apenas a biodiversidade, mas também o abastecimento humano e o uso recreativo dos corpos hídricos urbanos (MMA, 2019).

Conclusão

Compreender as dinâmicas territoriais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro é essencial para subsidiar políticas públicas voltadas à justiça ambiental e à melhoria da qualidade de vida. O bairro Pilar, em Duque de Caxias, ilustra esse contraste: de relevância econômica no Brasil Colônia à atual condição de vulnerabilidade urbana. Antigo elo da Estrada Real, por meio do porto fluvial do rio Pilar, tornou-se uma periferia marcada pela ausência de políticas eficazes, crescimento desordenado e exclusão social. Superar esses desafios exige mais que soluções técnicas pontuais. É necessário promover

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

políticas urbanas integradas, com participação popular, recuperação ambiental e valorização da memória histórica. Reconhecer o território como espaço legítimo de cidadania é fundamental para projetar um futuro mais justo, resiliente e sustentável, não apenas para os moradores do Pilar, mas para toda a Baixada Fluminense.

Referências

ABREU, M.A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

BRASIL, E. **Pilar em apuros**. Blog Evandro Brasil, 29 abr. 2010. Disponível em: https://evandrobrasil.blogspot.com/2010/04/pilar-em-apuros.html. Acesso em: 17 de mar. 2024

CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório de resíduos sólidos urbanos 2020**. São Paulo: CETESB, 2020. Disponível em: https://cetesb.sp.gov.br. Acesso em: 14 jun. 2025.

ESTADÃO. **União terá de indenizar moradores contaminados em Duque de Caxias**. O Estado de S. Paulo, 06 abr. 2022. Disponível em: https://www.estadao.com.br/brasil/uniao-tera-de-indenizar-moradores-contaminados- em-duque-de-caxias/. Acesso em: 16 jun. 2025.

FADEL, S. **Meio ambiente, saneamento e engenharia no período do Império a Primeira República:** Fábio Hostílio de Moraes Rego e a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Acesso em: 29 ago. 2025.

FIOCRUZ. **Cidade dos Meninos: décadas de contaminação e doença versus o desejo da moradia**. Mapa de Conflitos Ensp/Fiocruz, 2023. Disponível em: https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rj-cidade-dos-meninos-decadas-de-contaminacao-e-doenca-versus-o-desejo-da-moradia/. Acesso em: 7 mai. 2025

FOLHA DE S.PAULO. Duque de Caxias (RJ) debaixo d'água 29 horas após temporal. *Fotografia*, 15 jan. 2024. Disponível em: https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1788185847826690-duque-de-caxias-rj- debaixo-dagua-29-horas-apos-temporal. Acesso em: 13 jun. 2025.

GUERRA, A.J.T.; CUNHA, S.B. (Org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 10°edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MARÇAL, N. **Da contaminação por pó de broca à luta ambiental: a história de um ambientalista da Baixada Fluminense**. *((o))eco*, 7 maio 2024. Disponível em: https://oeco.org.br/reportagens/da-contaminacao-por-po-de-broca-a-luta-ambiental-a- historia-de-um-ambientalista-da-baixada-fluminense/. Acesso em: 13 jun. 2025.

MARQUES, E.; TORRES, H. **Desigualdade urbana e vulnerabilidade ambiental: enchentes e riscos nas metrópoles brasileiras**. *Revista de Administração Pública*, v. 52, n. 4, p. 645-667, 2018.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano Nacional de Recursos Hídricos - Diagnóstico 2019**. Brasília: MMA, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mma. Acesso em: 14 jun. 2025.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

PEREIRA, G. **Pedaços da História de Duque de Caxias: Caminho do Pilar**. Disponível em: https://pedacosdanossahistoria.blogspot.com/2006/06/caminho-do- pilar.html. Acesso em: 20 mai. 2025
PETRAKIS, G.H.M. **O processo de verticalização e a especulação imobiliária no bairro 25 de Agosto, Duque de Caxias-RJ**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Instituto de Geografia, UERJ, 2009.
SANTOS, D.P. **Meio Ambiente: Perspectivas e Desafios no Município de Franca (SP)**. VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientais. ISBN: 978- 85-7506-232-6. São Paulo, 2014.
SOUZA, J.P.; SILVA, M.C. **Impactos ambientais do descarte irregular de lixo nas grandes cidades. Jornal de Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 22, n. 4, p. 456-467, 2019.
VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

Agradecimentos

Ao suporte do Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Políticas e Desenvolvimento (NETPD/UFRRJ).

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

TENDÊNCIAS TEMPORAIS DE ÍNDICES DE ESTADO TRÓFICO EM LAGOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO AMBIENTAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Lucas M. Guimarães[1]
Marina P. Vasquez[2]
Claudio C. Marinho[3]
Reinaldo L. Bozelli[4]
Vinicius F. Farjalla[5]

Impactos antrópicos elevam nutrientes em lagos e causam eutrofização, comprometendo serviços ecossistêmicos. O Índice de Estado Trófico (TSI, *Trophic State Index,* em inglês) é uma ferramenta útil para avaliar essa condição. Monitoramos 20 lagos do Rio de Janeiro entre 2021 e 2024 para identificar tendências em ambientes dentro e fora de Unidades de Conservação (UCs). Houve aumento de TSI em 80% dos lagos, até mesmo nos inseridos em UCs. Ainda assim, esses apresentaram maior estabilidade, evidenciando a importância do planejamento e da gestão ambiental na conservação da qualidade dos ecossistemas aquáticos e na mitigação de impactos.

Palavras-chave: ecologia; limnologia; eutrofização; estado trófico

Anthropic impacts increase nutrient levels in lakes and cause eutrophication, compromising ecosystem services. The Trophic State Index (TSI) is a useful tool to assess this condition. We monitored 20 lakes in Rio de Janeiro between 2021 and 2024 to identify trends in environments inside and outside Conservation Units (CUs). An increase in TSI was observed in 80% of the lakes, even in those within CUs. Nevertheless, these showed greater stability, highlighting the importance of environmental planning and management in conserving the quality of aquatic ecosystems and mitigating impacts.

Keywords: ecology; limnology; eutrophication; trophic state

INTRODUÇÃO

Lagos desempenham importante papel ecológico e prestam diversos serviços ecossistêmicos para a população. Porém, esses ambientes aquáticos estão entre os mais ameaçados por ações antrópicas, principalmente quanto mais próximo aos centros urbanos. O despejo de esgoto não tratado proporciona um aumento do influxo de nutrientes na água, o que contribui para a eutrofização destes ambientes, para a redução de seus níveis de oxigênio dissolvido e para mortandade da fauna aquática (Moraes, 2009; Viana et al. 2009).

O Índice de Estado Trófico (TSI, *Trophic State Index,* em inglês) proposto por Carlson, 1977, é uma ferramenta que caracteriza ambientes aquáticos de acordo com sua produtividade;

[1]Lucas Meira Guimarães, Laboratório de Limnologia – UFRJ, lucas.mg2712@gmail.com
[2]Marina Pimpão Vasquez, Laboratório de Limnologia – UFRJ, marinapimpaovasquez@gmail.com
[3]Claudio Cardoso Marinho, Laboratório de Limnologia – UFRJ, claudiocardosomarinho@gmail.com
[4]Reinaldo Luiz Bozelli, Laboratório de Limnologia – UFRJ, rbozelli@gmail.com
[5]Vinicius Fortes Farjalla, Laboratório de Limnologia – UFRJ, vinicius.farjalla@gmail.com

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

sendo amplamente utilizado para monitoramento, planejamento, gestão e implementação de ações de conservação de corpos e recursos hídricos (como por exemplo, pela criação de Unidades de Conservação). Ele é calculado através de parâmetros de clorofila, fósforo total e profundidade de disco de Secchi. Este índice surgiu em um contexto de avalição de lagos temperados, sendo posteriormente adaptado para a aplicação em ambientes tropicais (Toledo, 1990). O TSI proposto por Toledo apresenta 5 categorias. Em ordem crescente de presença de nutrientes, temos: ultraoligotrófico, oligotrófico, mesotrófico, eutrófico e hipereutrófico.

O Projeto Áreas Úmidas (PROAU), financiado pela FAPERJ, é uma iniciativa de monitoramento de corpos hídricos do estado do Rio de Janeiro que busca averiguar a qualidade desses ambientes e sua relação com o uso da terra em seu entorno. Esta pesquisa foi realizada dentro do contexto do PROAU, utilizando uma série de dados anuais do projeto para calcular o TSI de uma ampla gama de lagos fluminenses, com o objetivo de identificar o comportamento do índice em ambientes inseridos ou não em Unidades de Conservação (UCs).

MATERIAL E MÉTODOS

Campanhas de coleta foram realizadas nos anos 2021, 2022 e em 2024, em um total de 20 lagos localizados em bacias hidrográficas do estado do Rio de Janeiro com diferentes características de uso e cobertura da terra. Ao todo, quatro categorias de lagos foram contempladas: urbana (n = 6), costeira (n = 4), de altitude (n = 5) e de interior (n = 5). Dentre os 20 lagos, 9 estão localizados em UCs (7 em Parques Nacionais, 1 em uma Reserva Ecológica e 1 em uma Área de Proteção Ambiental).

Amostras de água foram coletadas para quantificação de conteúdo de clorofila (µg/L) e fósforo total (g/L). A profundidade de disco de Secchi, em metros, foi medida nas lagoas próximo ao ponto central destas. A concentração de clorofila a foi determinada por espectrofluorimetria após filtração de alíquotas em filtros GF/F e extração alcoólica. Para determinação de fósforo foi utilizado o método baseado na formação do complexo azul de fosfomolídico, após oxidação por $K_2S_2O_8$ em autoclave (Golterman et al. 1978). O cálculo de TSI foi realizado para os 20 ambientes para os anos de 2021, 2022 e 2024. Os dados foram organizados e plotados, em ambiente R, em séries temporais para visualização de tendências de acréscimo ou redução.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

RESULTADOS

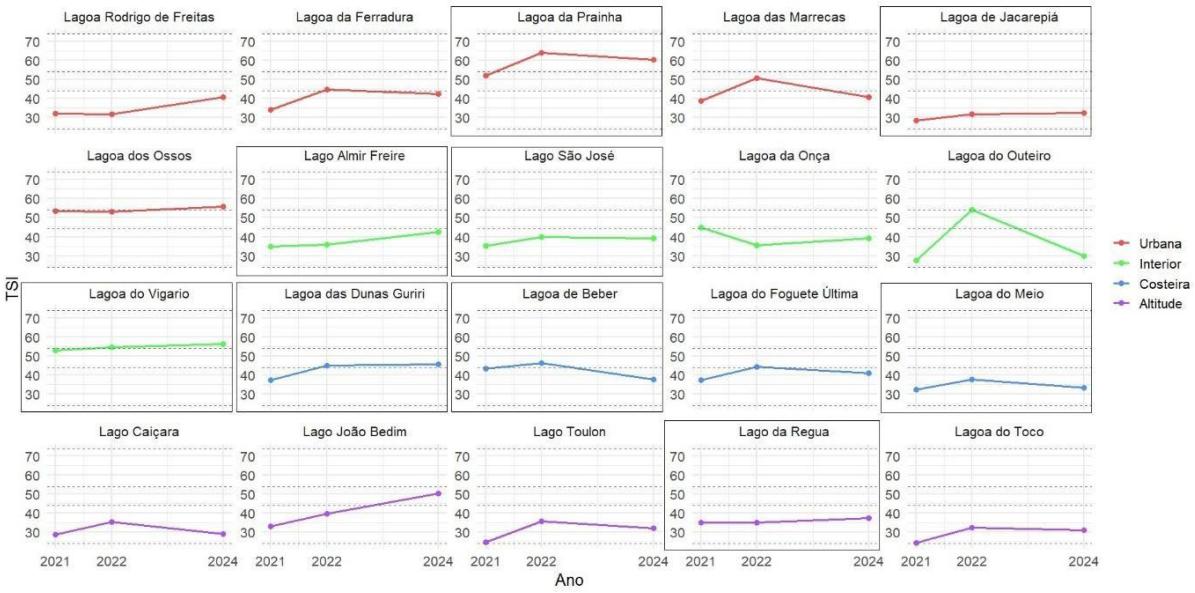


Figura 1: Comportamento do Índice de Estado Trófico de 20 lagos do Rio de Janeiro. Diferentes cores representam diferentes categorias de ambientes, e linhas horizontais tracejadas em gráficos individuais representam os limiares para cada um dos 5 estados tróficos. Ambientes cujos gráficos estão dentro de retângulos estão localizados em UCs.

Dos 20 lagos, 16 apresentaram aumento no valor de TSI em 2024 em relação a 2021, e dentre aqueles inseridos em UCs (n = 9), apenas 1 apresentou redução de TSI. Para cada uma das categorias de ambiente, ao menos 1 lago ultrapassou um limiar de mudança de estado trófico, de oligotrófico (24 < TSI < 44) para mesotrófico (44 < TSI < 54) ou de mesotrófico para eutrófico (54 < TSI < 74). Reduções de limiares foram observadas ao longo da série temporal, mas não em relação às medições iniciais de 2021. Quanto à estabilidade de estado trófico, a categoria de lagos de altitude foi a mais estável do conjunto, possuindo apenas uma ocorrência de transição, do oligotrófico para o mesotrófico. A categoria costeira foi a mais instável, com a maior ocorrência de transição de estado trófico (n = 3). Lagos urbanos e de interior exibiram o mesmo número de transições, seja para ambientes localizados (n = 1) ou não (n = 3) em UCs. Lagos dentro de UCs exibiram maior estabilidade quando comparados com aqueles que não estão (5 transições ocorridas vs. 9 transições; seja de aumento ou redução). Isso ocorreu para todas as categorias com exceção de ambientes costeiros, para o qual foram documentadas 3 transições de estado trófico para lagos em UCs e apenas 2 para os que não estão, ao longo da série temporal. Todos esses ambientes costeiros estão dentro de uma mesma UC descontínua que abrange diferentes núcleos: o Parque Estadual Costa do Sol.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

DISCUSSÃO

Ambientes aquáticos continentais estão dentre os mais ameaçados por impactos antrópicos, sendo lagos urbanos e lagoas costeiras os mais suscetíveis a essas pressões (Esteves et al. 2008). Nesse contexto, o TSI é tido como uma potente ferramenta de gestão para subsidiar tomadas de decisão a respeito da conservação desses ambientes. Observamos uma maior ocorrência de modificação de estado trófico em ambientes urbanos e costeiros, mas também de interior. O comportamento desta última categoria pode ser explicado pela intensificação do uso do solo para pastagens e agricultura, dado que a maioria dos ambientes contemplados por esta categoria está inserida em propriedades rurais que contribuem com o aporte de nitrogênio através do escoamento superficial de resíduos agrícolas e fertilizantes (Downing et al. 1999). Por outro lado, lagos de altitude foram os ambientes mais estáveis quanto ao seu estado trófico. Sua localização muitas vezes de difícil acesso, o menor grau de ocupação urbana do entorno desses lagos e a menor realização de atividades agropecuárias nessas regiões fazem com que estes ambientes sejam menos sujeitos a distúrbios em seus parâmetros. Já a maior instabilidade de lagoas costeiras é intimamente relacionada com a histórica ocupação litorânea dessa região. Ambientes aquáticos costeiros, além de lidarem com intensa urbanização do entorno, também são receptores de impactos cumulativos que ocorrem em áreas mais elevadas da bacia de drenagem (Johnston, 1994; Ruiz-Luna e Berlanga-Robles, 2003). A vulnerabilidade de ambientes costeiros deve ser levada em consideração também quando falamos sobre a criação de UCs. Dentre todas as categorias de ambientes, esta foi a única que exibiu maior instabilidade de estado trófico para lagoas contidas em UCs. Entretanto, isso deve ser entendido como um indicativo da alta susceptibilidade desses ambientes a impactos de ordem antrópica, e não como evidência da falta de eficácia das UCs enquanto instrumento de proteção.

CONCLUSÕES

É esperado que a implementação de UCs fomente a conservação da ecologia de ecossistemas aquáticos bem como a manutenção sustentável das atividades nas quais estão envolvidos (Torres et al. 2012). Nosso estudo aponta para uma maior estabilidade do TSI em lagos dentro de UCs, o que destaca o importante papel dessas áreas na proteção dos ambientes aquáticos continentais do estado do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

CARLSON, R. E. **A trophic state index for lakes**. *Limnology and Oceanography*, v.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

22, n. 2, p. 361-369, 1977.

DOWNING, J. A.; MCCLAIN, M.; TWILLEY, R.; MELACK, J. M.; ELSER, J.; RABALAIS, N. N.; HOWARTH, R. W. **The impact of accelerating land-use change on the N-cycle of tropical aquatic ecosystems: current conditions and projected changes.** *Biogeochemistry*, v. 46, n. 1, p. 109-148, 1999.

ESTEVES, F. D. A.; CALIMAN, A.; SANTANGELO, J. M.; GUARIENTO, R. D.; FARJALLA, V. F.; BOZELLI, R. L. **Neotropical coastal lagoons: an appraisal of their biodiversity, functioning, threats and conservation management.** *Brazilian Journal of Biology*, v. 68, p. 967-981, 2008.

GOLTERMAN, H. L.; CLYMO, R. S.; OHSNTAD, M. A. M. **Methods for physical and chemical analysis of freshwaters**. IBP Handbook, n. 8. Oxford: Blackwell Scientific Publications, 1978.

JOHNSTON, C. A. **Cumulative impacts to wetlands**. *Wetlands*, v. 14, n. 1, p. 49-55, 1994.

MORAES, L. A. F. **A visão integrada da ecohidrologia para o manejo sustentável dos ecossistemas aquáticos.** *Oecologia Brasiliensis*, v. 13, n. 4, p. 676-687, 2009.

RUIZ-LUNA, A.; BERLANGA-ROBLES, C. A. **Land use, land cover changes and coastal lagoon surface reduction associated with urban growth in northwest Mexico.** *Landscape Ecology*, v. 18, n. 2, p. 159-171, 2003.

TOLEDO, A. P. **Informe preliminar sobre os estudos para a obtenção de um índice para a avaliação do estado trófico de regiões quentes tropicais**. São Paulo: Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, 1990. 32 p.

TORRES, J. N. C.; COIMBRA, R. D. S. C.; MELO, D. S.; FERREIRA, M. I. P. **A Lagoa Imboacica: proposta de criação de uma unidade de conservação como estratégia de proteção adicional do ecossistema.** *Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego*, v. 6, n. 1, p. 29-42, 2012.

VIANA, R. B.; CAVALCANTE, R. M.; BRAGA, F. M.; VIANA, A. B.; DE ARAUJO, J. C.; NASCIMENTO, R. F.; PIMENTEL, A. S. **Risk assessment of trihalomethanes from tap water in Fortaleza, Brazil.** *Environmental Monitoring and Assessment*, v. 151, n. 1, p. 317-325, 2009.

Agradecimentos

Agradecemos ao Laboratório de Limnologia – UFRJ pela idealização do Projeto Áreas Úmidas e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ pelo financiamento que possibilitou a plena execução do projeto e formação dos pesquisadores ao longo dos anos.

OS ATORES E A TRANSIÇÃO À "ECONOMIA DA ENERGIA": A REITERAÇÃO DA TRAJETÓRIA EXTRATIVISTA DO NORTE FLUMINENSE

Leandro Bruno Santos[1]
Claudio Luiz Zanotelli[2]

RESUMO
No Norte Fluminense (NF), após o cenário nada alvissareiro de desmonte e redirecionamento dos investimentos da Petrobras, que impactou o mercado de trabalho e as receitas municipais, ecoa de diferentes atores o discurso de crescimento baseado na transição da economia do petróleo para a "economia da energia". A ideia é que o avanço das economias regionais fluminenses poder-se-ia basear na implementação de projetos energéticos a base do gás e de energia eólica. Este trabalho tem como objetivo identificar os diferentes projetos de energia, seus atores e sua topologia espacial no NF. O trabalho tem como base uma pesquisa exploratória e descritiva, valendo-se de levantamento bibliográfico e de compilação de dados em sites institucionais públicos e privados.
Palavras-chave: Energia, atores, Economia regional, Norte Fluminense.

Abstract
In the Northern Fluminense region, following the rather unfavorable scenario of the dismantling and redirection of Petrobras' investments, which impacted the labor market and municipal revenues, a new discourse of growth has emerged, based on the transition from a petroleum-based economy to an "energy economy." The idea is that the advancement of the regional economies in Fluminense could be based on the implementation of energy projects centered on natural gas, wind, and solar power. This study aims to identify the different energy projects, their key actors, and their spatial topology. The research is grounded in exploratory and descriptive methodologies, employing bibliographic surveys and data compilation from public and private institutional websites.
Keywords: Energy, actors, regional economy, Fluminense North.

Introdução

A Bacia de Campos, situada entre o Sul do Espírito Santo e o Norte do Estado do Rio de Janeiro, teve papel fundamental na segurança energética nacional a partir dos anos 1970. A instalação da unidade de gerenciamento e operação das atividades da Petrobras em Macaé contribuiu para a consolidação de um aglomerado produtivo de apoio *offshore*, e a exploração da bacia irrigou com *royalties* e participações especiais os orçamentos dos municípios confrontantes aos campos de exploração. Outro dispositivo espacial que alterou a economia regional é o Porto do Açu, que se tornou um nó importante de bens e de serviços para exploração de P&G *offshore*, importação e exportação de minérios etc. (Santos, 2024).

Nos últimos anos, a diminuição das perfurações de poços, a política de

[1] Leandro Bruno Santos, Universidade Federal Fluminense, leandrobruno@id.uff.br.
[2] Claudio Luiz Zanotelli, Universidade Federal do Espírito Santo, claudio.zanotelli@ufes.br.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

desinvestimentos da Petrobras e priorização da Bacia de Santos, os efeitos da Operação Lava Jato impactaram diretamente a economia do Norte Fluminense. É nesse contexto e aproveitando-se do cenário de descarbonização e segurança energética que se observa a recalibração dos discursos dos atores de uma pretensa transição do petróleo para a "economia da energia", baseada na exploração do gás e na geração de energia eólica. Este texto explora os diferentes projetos dessa "economia da energia", as geometrias de poder entre os atores e a sua topologia espacial no Estado do Rio de Janeiro (ERJ).

Material e método

Para a realização deste trabalho, utilizou-se o método de interpretação as contribuições da geografia econômica relacional, uma corrente com forte influência dos institucionalistas, evolucionistas e também expoentes da economia política. O ponto central dessa abordagem é que os fatores causais de mudanças regionais são criados, transformados e incorporados nas relações e interdependências entre pessoas, lugares, instituições e empresas, numa teia aninhada de escalas (Chu; Hassink; Yilmaz, 2024).

O método de pesquisa compreende um conjunto de técnicas, que incluem levantamento de dados secundários e compilação documental. Utiliza-se de base de dados de licenciamento do IBAMA e também de *dashboard* elaborados pela FIRJAN e pela Windpower. Com relação aos documentos, recorre-se à compilação e sistematização de leis e decretos estadual e municipal.

Resultados e discussão

As economias regionais têm apresentado mudanças aceleradas que refletem tanto as alterações estruturais do funcionamento do modo capitalista de produção quanto as sucessivas alterações nas regras que governam a vida social. Essas mudanças se dão "no contexto de culturas, instituições e crises cíclicas historicamente desenvolvidas" (Markusen, 2005, p. 59). Atualmente, diante da mudança climática e os seus óbices à reprodução desenfreada do capital, os discursos e ações empresariais sinalizam para uma suposta "transição energética" (Zanotelli, 2024). A resposta aos problemas estruturais é acompanhada pela construção social de novos mercados, num entrelaçamento relacional e assimétrico entre firmas, trabalhadores, fornecedores, clientes e governos.

No lugar de uma "transição", porém, o que se observa é hibridismo das fontes de energia (Zanotelli, 2024). No ERJ, esse paradoxo não é diferente, porque os discursos e as

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ações dos diversos atores remetem, de um lado, à condição finita do petróleo e à maturação da bacia de campos e, de outro lado, se voltam à construção de ordem regulatória e territorial (infraestruturas) que viabilize as fontes energéticas mais limpas e a descarbonização baseadas na exploração do gás natural. É o caso, por exemplo, das leis n. 9716/2022 (fertilizantes) e n. 3766/2024 (termelétricas), aprovadas com o fito de aproveitar a elevada reinjeção de gás nos campos de exploração *offshore* do ERJ e as políticas federais de fertilizantes e leilões de reserva de capacidade de energia.

Aproveitando-se do marco nacional do gás (nº 14.134/2021), que enfraqueceu o papel monopólico da Petrobras, e atuando diretamente na elaboração e aprovação desses regramentos no ERJ, diversos atores divulgam dezenas de projetos (Tabela 1) e constroem o discurso da transição para uma "economia da energia".

Tabela 1 – Projetos de termelétricas em operação ou em fase de estudo

Projeto	Empresa responsável	City	Condição
GNA I	Gás Natural Açu	São João da Barra	Em operação
GNA II	Gás Natural Açu	São João da Barra	Em operação
Marlim Azul	Pátria, Shell, Mitsubishi	Macaé	Em operação
Norte Fluminense	EDF	Macaé	Em operação
Termomacaé	Petrobras	Macaé	Em operação
Litos 1 and 2	Litos	Macaé	Em estudo
GasLub	Petrobras	Itaboraí	Em estudo
GNA III & IV	Gás Natural Açu	São João da Barra	Em estudo
Jaci	GPE	Macaé	Em estudo
Litos 3 and 4	Litos	Macaé	Em estudo
NF II	EDF	Campos	Em estudo
NS Fátima 1, 2 and 3	Eneva	Macaé	Em estudo
Tupã	GPE	Macaé	Em estudo
Vale Azul II	Pátria, Shell, Mitsubishi	Macaé	Em estudo

Fonte: FIRJAN (2025) e IBAMA (2025).

Esses grandes projetos geram uma elevada migração durante as obras e, ao final, por serem automatizados, são operados por poucos empregados. Além dos problemas sociais e ambientais fartamente discutidos (Vainer, 1990), trata-se de projetos *turnkeys* que dependem de maquinários e de gás natural liquefeito importados (Santos, 2024). Andrade (1987) já alertava para os polos de crescimento com aumento do produto global e da renda sem, contudo, desencadear mudanças sociais e mentais duráveis. Os maiores beneficiários são os atores de ramos como bens de capital (Siemens, GE, Mitsubishi etc.), operadores portuários (Açu), petroleiras, fundos financeiros (Patria, EIG etc.).

Essa articulação de distintos atores também se dá nos projetos de energia *offshore*

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

anunciados para o ERJ, com assinaturas de memorandos, acordos de cooperação e criação de órgãos públicos específicos, amalgamando produtoras de bens de capital (Vestas, Siemens, GE), portos (Porto do Açu), petroleiras (Petrobras, Equinor, Total Energies) etc. A capacidade instalada desses projetos é quase 4 vezes à capacidade existente no estado, sendo que a maior parte se concentra no Norte Fluminense (Werner, 2025).

Tabela 2 - Projetos eólicos *offshore* anunciados para o ERJ

Empreendimento	Empresa	Potência (GW)
Maravilha	Neoenergia renováveis SA	3
Aracatu	Equinor Brasil energia	3.8
Ventos do Atlântico	Ventos do atlântico	5
Ventos Fluminenses	Bosford participações	2.8
Ventos do Açu	Prumo logística SA	2.1
Quaresmeira	Bluefloat energy do Brasil LTDA	2.9
Bromélia	Bluefloat energy do Brasil LTDA	1.7
Sopros do Rio de Janeiro	Total energies petróleo & Gas Brasil LTDA	3
Projeto Açu	Shell brasil petroleo LTDA	3
Redentor dos Mares	Acciona energia Brasil LTDA	1.5
Caruara I	Eolica offshore Caruara SA	2.3
Caruara II	Eolica offshore Caruara SA	1.1
Cabo Frio	Petrobras	3.2
Sopros do Rio de Janeiro 2	Total energies petróleo & Gas Brasil ltda	3
Site de Teste Porto do Açu	Secretaria de Energia e Economia do Mar	0.01
Planta Piloto Petrobras	Petrobras	0.01

Fonte: IBAMA, 2025.

Com a aprovação da lei n. 15.097/2025, se estabeleceu o marco regulatório de exploração de energias renováveis em águas sob jurisdição nacional, em especial a energia eólica *offshore* (marinha), colocando a União como responsável pela outorga. Não obstante, muitos dos projetos anunciados para o Norte Fluminense se encontram em fase de projeto, aprovados ou em análise no IBAMA, com sua efetiva implementação pendente de outras rodadas regulatórias na esfera estadual, à espera de renúncias fiscais para a produção e a circulação (importação de bens de capital).

Esses projetos eólicos têm relação direta com a descarbonização das empresas e também com a própria transição das petroleiras de operadoras de petróleo para empresas de energia, que se voltam à produção de hidrogênio de baixo carbono, especialmente o "hidrogênio verde" (H2V). A eletrólise do hidrogênio (H2) e do oxigênio (O) pressupõe o uso de "energia limpa" solar ou eólica. Não por acaso, diversos memorandos têm sido assinados por operadores portuários, petroleiras e geradoras de energia (tabela 3).

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Tabela 3 – Memorandos assinados de projetos de hidrogênio verde no ERJ

Projetos	Empresa responsável	Cidade
Açu H2 Projects	Porto do Açu	São João da Barra
Green H2 Pilot Plant	CDRJ, Eletrobras	Itaguaí
Green H2 R,D&I	Shell	São João da Barra
Green Hydrogen	Fortescue, Porto do Açu	São João da Barra
Green Hydrogen	White Martins, Porto do Açu	São João da Barra
Green Industry based on Hydrogen	Açu Port, Casa dos Ventos, Comerc	São João da Barra

Fonte: FIRJAN, 2025.

A centralidade portuária (Açu) se justifica pela conexão com a rede de energia existente, disponibilidade de área para os projetos e facilidades de deslocamentos de peças e componentes. Os projetos de energia eólica têm efeitos ambientais e forte dependência da importação de bens de capital. Talvez o hidrogênio verde seja o retrato cabal dessa subordinação e distribuição desigual dos efeitos ambientais e sociais, pois subjuga os territórios ao controle distante, à incorporação de tecnologia alheia e à oferta de H2V.

Conclusões

O discurso propalado de "economia da energia" reitera a "dependência de trajetória" do Norte Fluminense ancorada no extrativismo, porque reforça a aposta em atividades dependentes de recursos naturais. As construções societárias dos projetos, os planos estaduais e os benefícios fiscais revelam os agenciamentos resultantes de uma geometria assimétrica de poder, que articula fundos financeiros, firmas e Estado. Observa-se a construção de uma "configuração escalar" cujo planejamento e controle são alheios aos lugares e cujas zonas de sacrifício são distribuídas desigualmente pelo território. É preciso, pois, uma política de escala mobilizadora que, baseando-se em estratégias escalares e construção de alianças, altere a geometria de poder e reoriente as ações visando uma justiça ambiental e ecologia política que não ancore na continuidade do crescimento da produção e consumo de energia e na energia fóssil.

Referências

ANDRADE, M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. Uma introdução à economia regional. São Paulo: Atlas, 1987.

CHU, H.; HASSINK, R.; YILMAZ, S. Fragmented or engaged pluralism in economic geography? **Progress in Human Geography**, v. 48, n. 3, p. 247–274, 2024.

MARKUSEN, A. Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator. In: DINIZ, C. C. LEMOS, B. M. (Org.). **Economia e território**. Belo Horizonte: Editora

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

UFMG, 2005.

SANTOS, L. B. Redes de relações de poder, interações espaciais e (des)conexões dos atores com a estrutura produtiva: as empresas de P&G no Porto do Açu. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFOS E GEOGRAFAS, 8., 2024, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: AGB, 2024.

VAINER, C. B. Grandes Projetos e Organização Territorial: os avatares do planejamento regional. In: MARGULIS, S. (Org.). **Meio Ambiente**: aspectos técnicos e econômicos. Brasília: IPEA, 1990.

WERNER, D. Mercadejação e neoextrativismo na geração de eólicas offshore no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista de Geografía Norte Grande**, n. 92, p. 1-24, 2025.

ZANOTELLI, C. L. Sem transição: genealogia da invenção da "transição energética", uma leitura do historiador Jean-Baptiste Fressoz. **Ateliê Geográfico**, v. 18, n. 2, p. 82 – 132, Ago. 2024.

ZANOTELLI, C. L.; SILVA, A. P. F. C. A falácia da transição energética. o caso do Brasil e da Petrobras. **Geouerj**, v. 46, 2024.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

TRIBUTAÇÃO E A ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESCARBONIZAÇÃO: O CASO DO BIOMETANO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Yan Ulrich[1]

Resumo
A trajetória do biometano no Rio de Janeiro combina pioneirismo e travas. A virada veio em 2025 com o Decreto 49.715 que substituiu o preço-teto por Solicitações Públicas de Propostas (SPP). Propõe-se territorializar as SPP por microrregiões, combinando injeção em rede e pipeline virtual (VP) e com gatilhos para expansão dos ramais de distribuição de gás. Em paralelo, recomenda-se ICMS seletivo ao biometano e explora-se o melhor aproveitamento do potencial teórico de biometano fluminense em cenários, mesmo que parciais, mas que gerariam saltos na arrecadação do Estado e aumentariam os repasses do ICMS Verde para municípios devido à sua melhora na gestão e qualidade ambiental. O presente trabalho buscar apresentar o biometano como um indutor de investimentos que transforma passivos ambientais em ativos energéticos e ambientais além de induz a interiorização da indústria.
Palavras-Chave: Biometano; Descarbonização; Solicitação Pública de Propostas (SPP); ICMS seletivo; Pipeline virtual (VP).

Abstract
The biomethane trajectory in Rio de Janeiro combines pioneering and obstacles. The turning point came in 2025 with Decree 49,715, which replaced the price cap with Public Requests for Proposals (SPP). The proposal is to territorialize the SPPs by microregions, combining network injection and virtual pipeline (VP), and with triggers for the expansion of gas distribution lines. In parallel, a selective ICMS tax on biomethane is recommended, and the best use of the theoretical potential of Rio de Janeiro's biomethane is explored in scenarios, even if partial, that would generate jumps in state revenue and increase ICMS Verde transfers to municipalities due to their improved management and environmental quality. This work seeks to present biomethane as an investment driver that transforms environmental liabilities into energy and environmental assets, in addition to inducing the internalization of the industry.
Keywords: Biomethane; Decarbonization; Public Request for Proposals (SPP); Selective ICMS; Virtual Pipeline (VP).

Introdução

Toda política pública nasce de um diagnóstico e de uma aposta. No Rio de Janeiro, a Lei nº 6.361/2012 apostou que biometano poderia converter passivos ambientais em ativo energético, reduzindo emissões, valorizando resíduos e espalhando investimento para além da capital. Foi pioneira, mas o pioneirismo sem as engrenagens costuma emperrar. O mandato regulatório estadual fluminense que obrigou as distribuidoras de gás natural a comprarem até 10% do seu volume em biometano, porém não disse como comprar, quando comprar, nem com que regraria as condições de oferta. Em 2014, o Decreto nº 44.855 tentou dar ordem à casa com padronização técnica e um preço-teto por decreto. A intenção era proteger o consumidor, mas o

[1]Yan Pedro Ulrich Mendes Ferreira, UFRJ: yanpedroulrich@yahoo.com.br

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

efeito prático foi descasar o preço regulado do custo real de produção e da logística do biometano. O que era para atrair projetos acabou espantando os investidores que viam riscos desalinhados e pouca transparência na formação de preço. Paralelamente, em 2024 o Decreto nº 48.972, incluiu o biogás e o biometano sujeitos a cobrança do ICMS, porém dando-lhe o mesmo tratamento tributário do gás natural fóssil com a alíquota efetiva de 12%, o que honra a essencialidade dos combustíveis, mas aplana o diferencial competitivo que os biocombustíveis devem ter frente aos combustíveis fósseis. O resultado desse desenho é de uma cadeia travada, cuja virada só chega em 2025 com o Decreto nº 49.715 que revogou o preço máximo regulado e introduz um mecanismo de mercado: a Solicitação Pública de Propostas (SPP) para aquisição de biometano, com submissão prévia do edital à AGENERSA. Esse mecanismo cria um calendário de demanda, reduz as incertezas e, sobretudo, finda o tabelamento de preços induzindo a competição entre proponentes do mercado.

Este trabalho reconstitui a trajetória normativa fluminense e demonstra, de forma aplicada, como as SPP combinadas com a redução da carga tributária do biometano formam um tripé indutor de projetos para a produção biometano no Estado do Rio de Janeiro através da demanda garantida, regionalização da produção e do preço competitivo na ponta.

Materiais e Métodos

Primeiro, procedeu-se as normativas estaduais: Lei nº 6.361/2012 (conceitos, princípios, mandato de compra e arranjos de transparência e fiscalização), Decreto nº 44.855/2014 (definições técnicas, condições de qualidade e o preço-teto indexado), Decreto nº 46.476/2018 (recalibração do teto com novo indexador), e Decreto nº 49.715/2025 (revogação do arranjo de teto e criação do rito de Solicitação Pública de Propostas). A análise foi complementada com o Decreto nº 48.972/2024, que fixa a carga efetiva de 12% nas saídas internas de gás natural, biogás e biometano, consolidando a diretriz de essencialidade para os gases e aprofundada através da Lei Complementar nº 194/2022 (essencialidade de combustíveis) e a Emenda Constitucional nº 123/2022 (diferencial de competitividade para os biocombustíveis).

Segundo, construiu-se para cada microrregião o mapa com o potencial teórico do biometano no Estado do Rio de Janeiro a partir do aproveitamento apenas dos resíduos sólidos urbanos (RSU) e do esgoto sanitário (ETE) devido as suas características de coleta e destinação concentrada, com perfis de: micro (2–10 mil m³/dia), médio (10–20 mil m³/dia), grande (20–70 mil m³/dia) e âncora (acima de 70 mil m³/dia). Complementado pela análise dos cenários

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

fiscais para o varejo estadual: status quo (12%) e seletivo (6%) com a menor alíquota de ICMS do Estado do Rio de Janeiro.

Terceiro, estruturação de um modelo de chamada pública buscando-se a regionalização tendo como ponto de partir a malha de distribuição do gás natural sob concessão estadual. O estado foi fatiado em microrregiões de suprimento com dois modos de acesso: REDE com a injeção direta no duto e o pipeline virtual (VP) quando o biometano precisa ser comprimido e transportado por carretas até pontos receptores padrão (*city-gate*). Assim esbouçou-se modelos de expansão proporcionais por disponibilidade, fonte de injeção e demanda garantida.

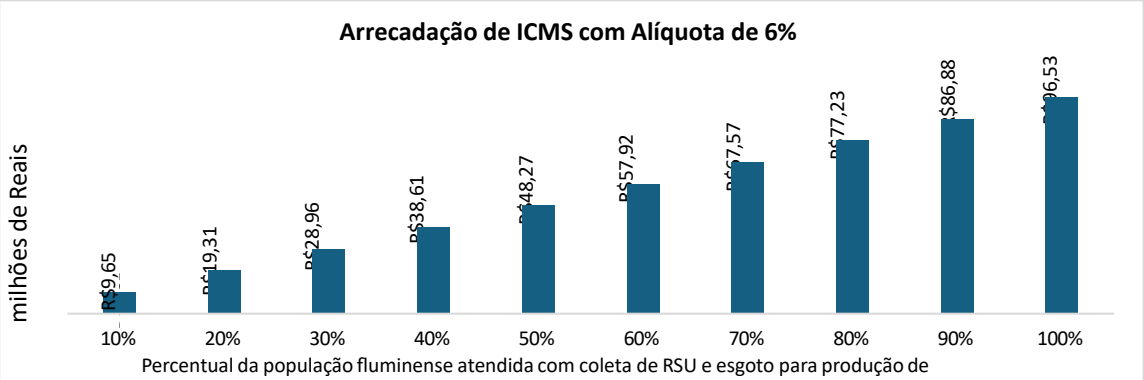
Resultados e Discussão

A linha do tempo explica o resultado: a boa ideia de 2012 foi enfraquecida por um mecanismo ruim. O teto de preços decretado em 2014, ainda que tecnicamente bem-intencionado, descolou o preço máximo de venda do biometano do seu custo real de produção. A exigência de publicação integral de contratos, o direito de recusa por qualidade e a ausência de rito para dar vazão ao mandato de até 10% deixaram o pipeline de projetos estreito e caro de financiar. Os investidores leram essas assimetrias, os seus riscos e pisaram no freio. O Decreto nº 49.715/2025 corrige a raiz do problema ao substituir o preço teto pela competição através das Solicitação Pública de Propostas com aprovação prévia da AGENERSA e que imputa regras claras, cronograma público e controle social. Os municípios fora da sombra das redes de distribuição entram no mapa de potenciais fornecedores quando há pipeline virtual com pontos receptores bem distribuídos e a rede sob concessão, vista como infraestrutura passiva, vira o ponto de partida de uma política pública de descarbonização descentralizada.

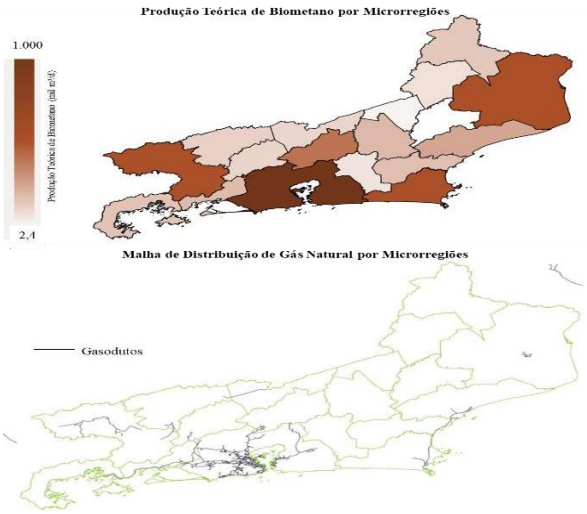
A base de cálculo do ICMS, no início de setembro de 2025, era de 4,400 R$/m³ com uma alíquota de 12%, gerando um tributo de 0,5280 R$/m³ de biometano comercializado no Estado. Aplicando essa premissa a todo o volume de biometano produzido em 2024, que foi de 44,964 m³, temos um recolhimento de ICMS estimado em 23,741 mil Reais (0,02 milhões de Reais). Partindo do potencial teórico para produção de biometano em todas as microrregiões do Estado do Rio de Janeiro percebe-se que a arrecadação poderia ser extremamente potencializada mesmo que a alíquota do ICMS sobre a venda fosse a mínima praticada no Estado (6%). Nesse cenário teríamos uma produção teórica de 1,4 milhões de m³ de biometano por dia e arrecadação de 135 milhões de Reais anuais com o ICMS.

Dado que as condições técnicas para essa implantação são as mais diversas possíveis, optou-se por seguir uma simulação onde explora-se a menor alíquota de ICMS (6%) com diferentes graus de atendimento da coleta de RSU e esgotos a população fluminense conforme o quadro abaixo:

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.



Assim, se apenas 10% da população fluminense fosse atendida com um sistema de coleta de RSU e esgotos haveria um aumento de 406 vezes na arrecadação de ICMS em relação ao que foi arrecadado em 2024 com o biometano. Outro ponto importante a ser destacado é que a população já paga pelos serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos e esgotamento sanitário seja na forma de tarifas cobradas pelas concessionárias de água e esgoto conforme a Lei nº 11.445/2007 (marco do saneamento), seja por taxas municipais que, em muitos casos, vêm no próprio carnê do IPTU. Disponibilizar esses serviços e que o material recolhido tenha uma destinação ambientalmente correta não seria uma despesa a mais do poder público, mas é o seu dever legal e através de mecanismos contratuais pode transformar um passivo (lixo e esgoto) em ativos (biometano e créditos de carbono). Implementar projetos que melhoram limpeza urbana, manejo de resíduos e o saneamento tendem a elevar a nota do município no índice de sustentabilidade (ICMS Verde) o que irá aumentar a fatia do ICMS repassada aos municípios pelo Estado. Do lado do Estado (e indiretamente dos municípios), toda venda de biometano paga ICMS que irá compor a sua arrecadação cujo resultando prático é o serviço adequado ao cidadão, a eficiência ambiental que irá render mais ICMS Verde ao município e o biometano vendido ao mercado gera ICMS para o Estado em um círculo virtuoso de melhor serviço, maiores receitas locais e menos emissões.



Analisando o potencial teórico de produção de biometano a partir da coleta de RSU e de esgoto não há surpresa que as microrregiões mais promissoras são aquelas com maior densidade populacional. Olhando para malha de distribuição de gás natural percebe-se que essa está concentrada e ramificada na Cidade do Rio de Janeiro

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

com pequenos ramos nas Cidades vizinhas a
capital. Assim temos Microrregião que são promissoras para produção de biometano, mas que estão isoladas como é a Norte Fluminense e outras que são deficitárias em estrutura de distribuição, apesar de possuírem gasodutos, como é o caso do Vale do Paraíba Fluminense, Serrana, Lagos, Bacia de São João e isolados. As demais Microrregiões têm um potencial teórico menor e estão isoladas do sistema de gasodutos de distribuição com destaque para Cantagalo-Cordeiro e Santa Maria Madalena. possuem um potencial teórico menor. Assim, a regionalização das SSP dividida em microrregiões, declarando os pontos de injeção em rede e os receptores de pipeline virtual (VP), onde o edital apresenta os gatilhos para expansão da rede de distribuição com a rede principal remunerada pela tarifa e o produtor de biometano arcaria apenas com ramal curto e instalações dedicadas.

Para as microrregiões com baixo potencial teórico de biometano e sem rede de gasodutos de distribuição pode-se focar em portfólios micro (3–8 mil m³/d) via VP e logística curta. A figura dos consórcios municipais (aterro + ETE) com agregador logístico (compressão/transporte) e contratos de disponibilidade curtos (5–7 anos) cujo objetivo é operar e ganhar histórico. Como garantia de demanda firme tem-se a frota pública migrando para o uso do biometano ou GNV, assim o município pontua no ICMS
Verde e operador cria lastro. Para as microrregiões com médio potencial é interessante que se mantenha as entregas pelo VP, porém o gatilho de construção do ramal pode ser menor (3–5 anos) no caso de uma produção 20 mil m³/d. Assim como os contratos devem ser conversíveis (VP→REDE) e com a operação do ramal há uma substituição do frete pela tarifa, o produtor ganha margem e o preço ao consumidor cai. Para as microrregiões com médio potencial e com um tronco único de gasodutos, sem ramificação, pode-se aplicar um bônus de proximidade a rede de distribuição combinado a um cronograma de expansão do ramal e, havendo atraso, ativa-se VP temporariamente com preço contingente. O impacto típico esperado é a pronta construção de ramais mais curtos para indústria local, abastecendo a demanda municipal até a conexão firma ao *city-gate*.

Conclusões

A trajetória do biometano no Rio de Janeiro ensina que uma boa lei sem um bom regulamento é como uma usina sem gás: a chama não acende. A guinada de 2025 com as Chamadas Públicas trouxe previsibilidade contratual. A territorialização das chamadas por microrregiões, combinando injeção em rede e pipeline virtual com gatilhos objetivos de expansão transforma compras em sinal de investimento e aproxima a rede de onde o gás nasce.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Em paralelo, a seletividade do ICMS, via crédito presumido com condicionantes de qualidade e rastreabilidade, dá ao biometano o centímetro que faltava para vencer o fóssil na ponta, sem romper a essencialidade.

O resultado esperado é concreto: mais projetos bancáveis, interiorização do investimento, redução de emissões e tarifa estável. Os municípios ganham ICMS Verde ao organizar resíduos e esgoto, e o Estado amplia arrecadação com vendas de biometano. Como a população já paga pelos serviços, assegurar coleta, tratamento e destinação com valorização energética deixa de ser promessa e vira dever cumprido, a política pública que respeita a tradição regulatória, mas acelera a transição energética com pragmatismo e métricas.

Referências

Estado do Rio de Janeiro. Lei nº 6.361, de 18 de dezembro de 2012. Institui a Política Estadual de Gás Natural Renovável (GNR). D.O.E de 19/12/2012.

Estado do Rio de Janeiro. Decreto nº 44.855, de 26 de junho de 2014. Regulamenta a Lei nº 6.361/2012. D.O.E de 26/06/2014.

Estado do Rio de Janeiro. Decreto nº 49.715, de 26 de junho de 2025. Regulamenta a Lei nº 6.361/2012 e institui a Solicitação Pública de Propostas para biometano. D.O.E de 26/06/2025.

Estado do Rio de Janeiro. Decreto nº 48.972, de 22 de fevereiro de 2024. Regulamento do ICMS (RICMS-RJ), art. 47 (redução de base para que a carga efetiva resulte em 12% nas saídas internas de GLP/GLGN, gás natural, biogás e biometano). D.O.E de 22/02/2024.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

DETERMINANTES DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES FLUMINENSES: UMA ANÁLISE MULTIVARIADA A PARTIR DE INDICADORES MUNICIPAIS

Leandro Scala da Rocha[1]
Geísa Pereira Marcilio Nogueira[2]
Lia Hasenclever[3]

RESUMO

O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC) mede o progresso municipal rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Este estudo analisou o IDSC dos municípios do Rio de Janeiro para identificar os indicadores determinantes e as políticas públicas prioritárias. Utilizando um *pipeline* incluindo *Variance Inflation Factor* (VIF) e comparação entre os modelos Lasso, Ridge, OLS e *Random Forest*, o Ridge apresentou o melhor desempenho. Os resultados destacaram saneamento, segurança, infraestrutura e saúde como principais determinantes do IDSC. O estudo contribui para políticas públicas baseadas em evidências.
Palavras-chave: Desenvolvimento regional; Indicadores socioeconômicos; *Machine learning*; Ciência de dados; SHAP.

ABSTRACT

The Sustainable Development Index for Cities (IDSC) measures municipal progress toward the Sustainable Development Goals (SDGs) of the 2030 Agenda. This study analyzed the IDSC of municipalities in Rio de Janeiro to identify determinant indicators and priority public policies. Using a pipeline that included the Variance Inflation Factor (VIF) and a comparison of Lasso, Ridge, OLS, and Random Forest models, Ridge showed the best performance. The results highlighted sanitation, security, infrastructure, and health as the main determinants of the IDSC. The study contributes to evidence-based public policies.

Keywords: Regional development; Socioeconomic indicators; Machine learning; Data science; SHAP.

INTRODUÇÃO

O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC), criado pelo Instituto Cidades Sustentáveis, mede o progresso municipal rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (ICS, 2025; ONU, 2015). Ao traduzir metas globais em indicadores locais, o IDSC permite monitorar avanços e desafios da sustentabilidade urbana. Identificar seus determinantes é essencial para orientar políticas públicas eficazes e baseadas em evidências (Pinheiro, 2022), especialmente em contextos de desigualdade socioeconômica, como o Estado do Rio de Janeiro (Guimarães Neto, 1997). Embora estudos anteriores tenham explorado o IDSC em análises descritivas, como Wissmann e Backes

[1] Leandro Scala da Rocha, Universidade Candido Mendes, scala.leandro@gmail.com.
[2] Geísa Pereira Marcilio Nogueira, Universidade Candido Mendes, geisa.marcilio@ucam-campos.br.
[3] Lia Hasenclever, Universidade Candido Mendes, lia.hasenclever@ucam-campos.br.

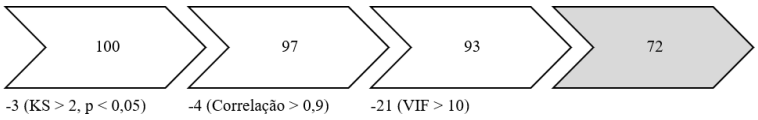
FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

(2022) e Costa e Fernández (2024), faltam abordagens que utilizem modelagem estatística ou explicabilidade para identificar fatores determinantes. Este estudo busca preencher essa lacuna ao investigar os determinantes do IDSC nos municípios fluminenses.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo considerou os 100 indicadores que compõem o IDSC para os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro (ICS, 2025). Valores ausentes foram tratados pelo método *Multivariate Imputation by Chained Equations* (MICE) (Scikit-Learn Developers, 2025; Van Buuren, 2018; Van Buuren; Groothuis-Oudshoorn, 2011). As imputações foram avaliadas com o teste de Kolmogorov–Smirnov (KS); indicadores com distância KS > 0,2 e $p < 0,05$ foram removidos (Kolmogorov, 1933; Massey, 1951; Smirnov, 1948). Para reduzir multicolinearidade, aplicou-se poda de pares altamente correlacionados ($|r| > 0,9$), preservando o mais correlacionado com o IDSC, seguida da análise do *Variance Inflation Factor* (VIF), removendo iterativamente variáveis até VIF
< 10 (Marquardt, 1970). A Figura 1 mostra o processo de redução de indicadores até 72.

Figura 1 - Processo de redução de indicadores.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quatro modelos foram estimados: Ridge (Hoerl; Kennard, 1970), Lasso (Tibshirani, 1996), OLS-HC3 (Long; Ervin, 2000; White, 1980) e *Random Forest* (Breiman, 2001). O melhor modelo foi escolhido pelo maior R^2 médio em validação cruzada *k-fold* ($k = 5$), repetida em 20 simulações. A estabilidade dos coeficientes foi avaliada pela variabilidade entre *folds* (Hastie; Tibshirani; Friedman, 2009; James et al., 2013; Kuhn; Johnson, 2013). Os 10 indicadores mais relevantes foram identificados pelos coeficientes do melhor modelo, complementados pela análise de explicabilidade via SHAP (*SHapley Additive exPlanations*), que fornece direção e magnitude da contribuição de cada variável (Lundberg; Lee, 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 mostra o desempenho dos modelos testados, evidenciando que a regressão Ridge apresentou o melhor resultado (R^2 médio = 0,6069; DP = 0,1372).

Tabela 1 - Desempenho dos modelos.

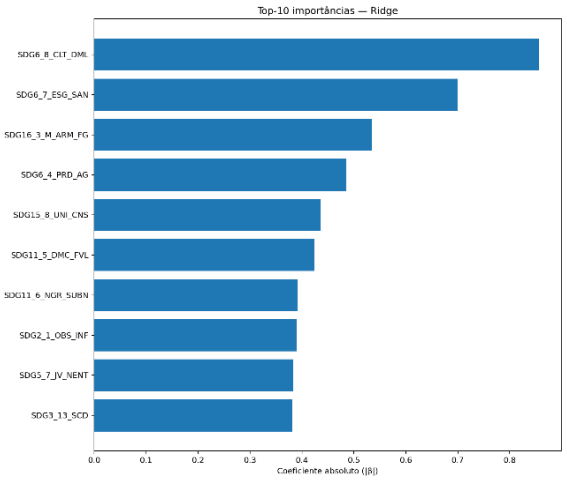
FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Modelo	R^2 (média)	R^2 (desvio-padrão)
Ridge	0,6069	0,1372
Lasso	0,5020	0,2215
Random Forest	0,3274	0,1205
OLS(HC3)	-713,7620	3813,8050

Fonte: Elaborado pelo autor.

As importâncias (Figura 2) destacaram tratamento de esgoto (SDG6_8_CLT_DML), esgotamento sanitário (SDG6_7_ESG_SAN), e mortalidade por armas de fogo (SDG16_3_M_ARM_FG), como relevantes para o IDSC.

Figura 2 – *Top*-10 importâncias dos indicadores.



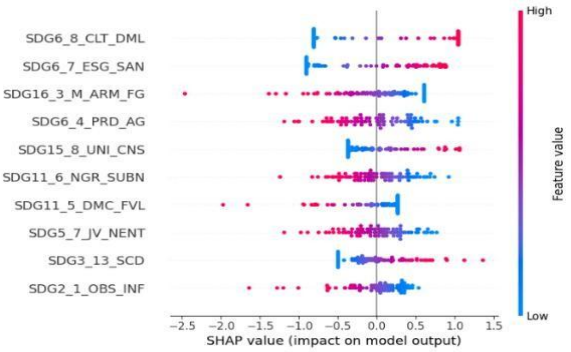
Legenda: SDG6_8_CLT_DML: Índice de tratamento de esgoto (%); SDG6_7_ESG_SAN: População atendida com esgotamento sanitário (%); SDG16_3_M_ARM_FG: Mortes por armas de fogo (100 mil habitantes); SDG6_4_PRD_AG: Perda de água tratada na distribuição (IN049-SNIS); SDG15_8_UNI_CNS: Unidades de conservação de proteção integral e uso; SDG11_5_DMC_FVL: Domicílios em favelas (%); SDG11_6_NGR_SUBN: Percentual da população negra em assentamentos subnormais (%); SDG2_1_OBS_INF: Obesidade infantil (%); SDG5_7_JV_NENT: Diferença percentual entre jovens mulheres e homens que não estudam e nem trabalham (p.p.); SDG3_13_SCD: Mortalidade por suicídio (100 mil habitantes).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os valores SHAP (Figura 3) indicaram a direção e magnitude dos efeitos: saneamento e conservação ambiental contribuíram positivamente, enquanto violência armada e perdas de água tiveram efeito negativo para o IDSC.

Figura 3 – *Top*-10 valores SHAP (impacto do indicador no IDSC).

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.



Legenda: SDG6_8_CLT_DML: Índice de tratamento de esgoto (%); SDG6_7_ESG_SAN: População atendida com esgotamento sanitário (%); SDG16_3_M_ARM_FG: Mortes por armas de fogo (100 mil habitantes); SDG6_4_PRD_AG: Perda de água tratada na distribuição (IN049-SNIS); SDG15_8_UNI_CNS: Unidades de conservação de proteção integral e uso; SDG11_6_NGR_SUBN: Percentual da população negra em assentamentos subnormais (%); SDG11_5_DMC_FVL: Domicílios em favelas (%); SDG5_7_JV_NENT: Diferença percentual entre jovens mulheres e homens que não estudam e nem trabalham (p.p.); SDG3_13_SCD: Mortalidade por suicídio (100 mil habitantes); SDG2_1_OBS_INF: Obesidade infantil (%).

Fonte: Elaborado pelo autor.

A associação positiva entre mortalidade por suicídio (SDG3_13_SCD) e o IDSC deve ser interpretada com cautela: valores SHAP refletem correlações condicionais, não causalidade, podendo estar associados a outros fatores a serem investigados. As diferenças entre importâncias e SHAP decorrem de abordagens distintas: coeficientes médios captam relevância global e estabilidade, enquanto SHAP reflete o impacto marginal em cada município. De forma complementar, os resultados reforçam a relevância de políticas integradas de saneamento, segurança e inclusão social para a sustentabilidade fluminense.

CONCLUSÕES

Este estudo investigou os determinantes do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC) nos municípios fluminenses, utilizando um *pipeline* robusto. O modelo Ridge obteve o melhor desempenho e estabilidade frente à multicolinearidade dos indicadores. Os resultados destacaram indicadores de saneamento, segurança, infraestrutura e saúde como principais determinantes da sustentabilidade. A análise via SHAP revelou a direção e intensidade dos efeitos, evidenciando impactos positivos do saneamento e conservação ambiental e negativos da violência e desigualdades sociais. O estudo demonstra a viabilidade de ciência de dados para auxiliar gestores públicos na identificação de prioridades e na formulação de estratégias alinhadas à Agenda 2030. Sugere-se incluir séries temporais e causalidade em estudos futuros.

REFERÊNCIAS

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

BREIMAN, L. Random forests. **Machine Learning**, v. 45, n. 1, p. 5-32, 2001.

COSTA, A. P.; FERNÁNDEZ, V. L. Sustainability and development in the municipalities of the State of Paraná: Mapping and analysis using the sustainable city development index of Brazil (IDSC-BR), **CEPAL Review**, v. 2024, n. 143, p. 85-107, 2024.

GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades e Políticas Regionais no Brasil: Caminhos e Descaminhos. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, n. 15, jun. 1997.

HASTIE, T.; TIBSHIRANI, R.; FRIEDMAN, J. **The elements of statistical learning: data mining, inference, and prediction**. 2. ed. New York: Springer, 2009.

HOERL, A. E.; KENNARD, R. W. Ridge regression: biased estimation for nonorthogonal problems. **Technometrics**, v. 12, n. 1, p. 55-67, 1970.

ICS. **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: https://idsc.cidadessustentaveis.org.br. Acesso em: 08 ago. 2025.

JAMES, G.; WITTEN, D.; HASTIE, T.; TIBSHIRANI, R. **An Introduction to Statistical Learning: with applications in R**. New York: Springer, 2013.

KOLMOGOROV, A. N. Sulla determinazione empirica di una legge di distribuzione. **Giornale dell'Istituto Italiano degli Attuari**, v. 4, p. 83-91, 1933.

KUHN, M.; JOHNSON, K. **Applied Predictive Modeling**. New York: Springer, 2013.
LONG, J. S.; ERVIN, L. H. Using heteroscedasticity consistent standard errors in the linear regression model. **The American Statistician**, v. 54, n. 3, p. 217-224, 2000.
LUNDBERG, S. M.; LEE, S.-I. A unified approach to interpreting model predictions. In: **Proceedings of the 31st International Conference on Neural Information Processing Systems (NIPS 2017)**. Long Beach, CA: Curran Associates, p. 4765-4774, 2017.

MARQUARDT, D. W. Generalized Inverses, Ridge Regression, Biased Linear Estimation, and Nonlinear Estimation. **Technometrics**, v. 12, n. 3, p. 591-612, 1970.
MASSEY, F. J. The Kolmogorov-Smirnov Test for Goodness of Fit. **Journal of the American Statistical Association**, v. 46, n. 253, p. 68-78, 1951.

ONU. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel. Acesso em: 08 set. 2025.

PINHEIRO, M. M. S. Políticas públicas baseadas em evidências: um modelo moderado de análise conceitual e avaliação crítica. *In*: KOGA, N. M.; PALOTTI, P. L. D. M.; MELLO, J.; PINHEIRO, M. M. S. (Org.). **Políticas públicas e usos de evidências no Brasil:** conceitos, métodos, contextos e práticas. Brasília: Ipea, 2022. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/220412_lv_o_que_informa_miolo_cap01.pdf. Acesso em: 5 set. 2025.

SCIKIT-LEARN DEVELOPERS. IterativeImputer. In: **Scikit-learn: Machine Learning in**

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Python. Disponível em: https://scikit-learn.org/stable/modules/generated/sklearn.impute.IterativeImputer.html. Acesso em: 08 set. 2025.

SMIRNOV, N. Table for estimating the goodness of fit of empirical distributions. **Annals of Mathematical Statistics**, v. 19, n. 2, p. 279-281, 1948.

TIBSHIRANI, R. Regression shrinkage and selection via the lasso. **Journal of the Royal Statistical Society: Series B**, v. 58, n. 1, p. 267-288, 1996.

VAN BUUREN, S. **Flexible imputation of missing data**. 2. ed. Boca Raton: Chapman and Hall/CRC, 2018.

VAN BUUREN, S.; GROOTHUIS-OUDSHOORN, K. MICE: Multivariate Imputation by Chained Equations in R. **Journal of Statistical Software**, v. 45, n. 3, p. 1-67, 2011.

WHITE, H. A heteroskedasticity-consistent covariance matrix estimator and a direct test for heteroskedasticity. **Econometrica**, v. 48, n. 4, p. 817-838, 1980.

WISSMANN, M. A.; BACKES, G. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES: UM ESTUDO COM BASE NA REALIDADE BRASILEIRA. **Revista Científica Acertte**, v. 2, n. 9, p. e2991, 2022.

Agradecimentos

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade da Universidade Candido Mendes pelo apoio acadêmico para a realização deste trabalho.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

AGRICULTURA URBANA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: OS OBJETIVOS DA LEI Nº 14.935/2024 E A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.

Leonardo de Freitas Gonçalves[1]

Resumo
O estudo analisa a agricultura urbana no Rio de Janeiro como instrumento de efetivação da função social da propriedade, à luz da Lei nº 14.935/2024, que instituiu a Política Nacional de Agricultura Urbana. A pesquisa investigou dez experiências agrícolas, avaliando critérios como participação comunitária, sustentabilidade, geração de renda e benefícios coletivos. Os resultados demonstraram que todas as iniciativas atendiam a pelo menos um objetivo da lei, contribuindo para revitalizar espaços degradados, promover segurança alimentar, educação ambiental, engajamento social e fortalecimento da agroecologia. A análise teórica sobre a função social da propriedade revelou tensões entre o direito individual e os interesses coletivos, reforçando a relevância da agricultura urbana como prática transformadora. Conclui-se que a agricultura urbana deve ser incorporada ao planejamento urbano e fortalecida por políticas públicas, consolidando-se como caminho sustentável para cidades mais inclusivas e resilientes.
Palavras-chave: agricultura urbana; função social da propriedade; política pública; planejamento urbano.

Abstract
The study analyzes urban agriculture in Rio de Janeiro as a tool for fulfilling the social function of property, based on Law No. 14,935/2024, which established the National Urban Agriculture Policy. The research investigated ten agricultural initiatives, assessing criteria such as community participation, sustainability, income generation, and collective benefits. Results showed that all initiatives met at least one objective of the law, contributing to the revitalization of degraded spaces, food security, environmental education, social engagement, and the strengthening of agroecology. The theoretical analysis of the social function of property highlighted tensions between individual rights and collective interests, reinforcing the relevance of urban agriculture as a transformative practice. The study concludes that urban agriculture should be integrated into urban planning and supported by public policies, consolidating itself as a sustainable path toward more inclusive and resilient cities.
Keywords: urban agriculture; social function of property; public policy; urban planning.

Introdução

Os vazios urbanos representam áreas desocupadas ou subutilizadas dentro do contexto urbano, caracterizadas pela falta de atividade econômica, social ou cultural. Tais espaços, muitas vezes abandonados ou negligenciados, constituem um desafio para a efetivação da função social da propriedade, que visa garantir que a propriedade urbana atenda aos interesses coletivos e contribua para o desenvolvimento sustentável das cidades.

A Lei nº 14.935/2024 instituiu a Política Nacional de Agricultura Urbana no Brasil e os incisos do art. 2º listam seus objetivos gerais. No art. 2º, inciso II, refere-se à ocupação de espaços urbanos e periurbanos livres, ociosos e subutilizados como um dos seus objetivos.

[1] Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Fluminense (NEGEF). leodefreitas81@gmail.com

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Tendo por base o referido dispositivo legal, o presente artigo visa investigar a eficácia da agricultura urbana enquanto instrumento de cumprimento da função social da propriedade na cidade do Rio de Janeiro, a segunda maior aglomeração urbana do Brasil, a partir de dez experiências agrícolas selecionadas na capital fluminense, avaliando de que forma atendem aos objetivos propostos no artigo 2º da Lei nº 14.935/2024.

Material e métodos

A partir da análise dos objetivos da Lei nº 14.935/2024, que instituiu a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil, com destaque para o art. 2º, inciso II, relacionamos uma revisão bibliográfica com autores que abordam a temática jurídica da função social da propriedade e analisamos dez experiências agrícolas na cidade do Rio de Janeiro, a fim de enriquecermos a discussão sobre a eficácia da agricultura urbana como instrumento capaz de conferir função social a espaços urbanos vacantes. Foram elencadas três localidades na zona oeste, uma na área central e seis na zona norte da capital.

Para tal, estabelecemos critérios para avaliar as experiências selecionadas, como envolvimento da comunidade, sustentabilidade, geração de renda e benefícios à coletividade, a partir dos objetivos propostos nos incisos do artigo 2º do dispositivo legal, quais sejam: I - ampliar a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas vulneráveis; II - propiciar a ocupação de espaços urbanos e periurbanos livres, ociosos e subutilizados; III - gerar alternativa de renda e de atividade ocupacional à população urbana e periurbana; IV - articular a produção de alimentos nas cidades com os programas de abastecimento e compras públicas para alimentação em escolas, creches, hospitais, asilos, equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, estabelecimentos penais e outros; V - estimular o trabalho familiar, de cooperativas, de associações e de organizações da economia popular e solidária voltado para a agricultura urbana e periurbana; VI - promover a educação ambiental e a produção agroecológica e orgânica de alimentos nas cidades; e VII - difundir a reciclagem e o uso de resíduos orgânicos, de águas residuais e de águas pluviais na agricultura urbana e periurbana.

As experiências agrícolas foram visitadas entre os anos de 2022 e 2024. Considerou-se cumpridora da função social da propriedade a experiência que atendia ao menos um objetivo da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.

Resultados e discussão

A Lei nº 14.935/2024, em seu artigo 1º, define a agricultura urbana como a atividade agrícola e pecuária desenvolvida nas áreas urbanas e integrada ao sistema ecológico e

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

econômico urbano, destinada à produção e à extração de alimentos e de outros bens para o consumo próprio ou para a comercialização.

Para Mougeot (2000), a agricultura urbana é aquela praticada dentro ou na periferia dos centros urbanos, onde cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re)utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área urbana, e, por seu turno, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana.

De maneira mais simplória, para Ademe (2017, p. 4), "a agricultura urbana pode ser definida como qualquer ato de controle do ciclo vegetal ou animal para fins de produção de alimentos que ocorre em áreas urbanas". Nakamura & Ranieri (2021, p.54) acrescentam que a agricultura urbana pode extrapolar o simples entendimento da prática agrícola e da produção de alimentos, "sendo condicionada por diversas variáveis, como a propriedade e uso da terra, os agentes envolvidos e os objetivos da prática agrícola".

Sobre a função social da propriedade, nos valemos da Constituição Federal de 1988, onde a função social aparece no capítulo de direitos e garantias fundamentais (art. 5º, XXIII), relacionada de forma direta ao direito de propriedade. No que tange a função social da propriedade no meio urbano, o parágrafo 2º do art. 182 da Constituição Federal esclarece que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

Segundo Tartuce (2013, p. 859), a função social pode se confundir com o próprio conceito de propriedade devido a um "caráter inafastável de acompanhamento". Para Carvalho Filho (2011, p. 716), "a função social pretende erradicar algumas deformidades existentes na sociedade, nas quais o interesse egoístico do indivíduo põe em risco os interesses coletivos". Já Cardoso (2001, p.82) afirma que "a função social representa um ponto irradiador de energia para a vida social, dentro do direito de propriedade".

Para Alfonsin (2022, p.174), o direito de propriedade é tratado como um instrumento atroz de manejo do espaço urbano brasileiro. Para Carlos (2017, p. 51), "a ausência do pensamento crítico acaba por fazer o elogio à propriedade, estreitando o horizonte da mudança social". Sob a luz da contribuição de Simioni (2006), o Direito não resolve diretamente a desigualdade na posse da terra, mas cria normas sobre como ela deveria ser usada. Assim, infere que a função social da propriedade possui efeito simbólico, não material.

As referidas obras contribuem para as reflexões jurídicas e sociais a respeito da definição e da eficácia do cumprimento da almejada função social que estabelece limites ao direito de propriedade. Desse modo, intentamos compreender se, de fato, a prática da

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

agricultura é capaz de prestar atendimento da dita função social da propriedade urbana na capital fluminense.

O estudo, realizado entre os anos de 2022 e 2024, revelou iniciativas de agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro com motivações diversas. As dez experiências, em diferentes bairros, constituíam hortas comunitárias e sistemas agroflorestais, ocupavam praças públicas e lotes abandonados, eram ativistas e/ou comerciais, sendo que algumas recebiam incentivo financeiro de política pública municipal.

Foi apurado que todas as experiências agrícolas contribuíam efetivamente para o cumprimento da função social da propriedade, demonstrando capacidade de revitalizar áreas degradadas e dar nova roupagem paisagística e funcional a espaços subutilizados, reforçando o sentimento de pertencimento social.

Os benefícios observados são diversos, como a socialização, o contato com a natureza, a contribuição para a segurança alimentar, a alimentação saudável, a prática de uma atividade ao ar livre, o cuidado com o espaço público, a educação ambiental e a geração de renda proveniente da agricultura no território urbano.

Considerações finais

A agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro demonstra grande potencial para o cumprimento da função social da propriedade em espaços públicos subutilizados e lotes vacantes, os chamados “terrenos baldios”, evitando o depósito de lixo e entulho e promovendo o engajamento social e a prática agrícola sustentável através da agroecologia. A agricultura urbana mostra que precisa estar inserida no planejamento das cidades e a regulamentação e o fomento à agricultura urbana são necessárias para a consolidação nas cidades brasileiras, que em muito poderão se beneficiar.

A Lei nº 14.935/2024 apresenta-se como uma importante iniciativa de incentivo à prática da agricultura urbana, conforme imperativo do art. 3º do dispositivo legal, mas somente a proliferação de experiências agrícolas urbanas poderá apontar a necessidade de adequações e/ou avanços legislativos.

Os estudos sobre a agricultura urbana estão em fase de cultivo, constituindo um terreno fértil e multidisciplinar, campo propício à semeadura por mais pesquisas acadêmicas e favorável à adubação e irrigação pelos órgãos de fomento.

Referências

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ADEME, V.M. L'agriculture urbaine, quels enjeux de durabilité? 2017. 24 p. Disponível em: http://www.ademe.fr/mediatheque. Acesso em 02/09/2022.

ALFONSIN, B. A questão fundiária mais atual que nunca: o fortalecimento do Direito de Propriedade na Lei da REURB e os caminhos para a retomada da redemocratização do acesso à terra no país. In: RIBEIRO, L.C. de Q. Questões, desafios e caminhos [recurso eletrônico]. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

BRASIL. Lei 14.935/2024. Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. 2024.

CARDOSO, S.L. de M. A função social da propriedade urbana. In: Revista Cesumar, vol. 4, nº 1. Maringá, 2001, pp. 63-84.

CARLOS, A.F.A. A privação do urbano e o "direito à cidade" em Henri Lefebvre. In: CARLOS, A.F.A.; ALVES, G.; PADUA, R.F. (orgs.). Justiça espacial e o direito à cidade. São Paulo: Contexto, 2017.

CARMONA, P.A.C. Direito Urbanístico. São Paulo: Saraiva, 2010.
CARVALHO FILHO, J. dos S. Manual de Direito Administrativo. 24ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2011.

MOUGEOT, L. J. A agricultura urbana - conceito e definição. Revista de Agricultura Urbana. In: BAKER, N. et al (ed.). Growing Cities, Growing Food; urban agriculture on the policy agenda. Feldafing: Deutsche Sitffung für Internationale Entwicklung, 2000, p. 1-42. Disponível em: http://agriculturaurbana.org.br/RAU/AU01conceito.html. Acesso em 12/05/2020.

NAKAMURA, A.C.; RANIERI, G. R. Agricultura urbana: agroecologia, alimentação, saúde e bem-estar. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

SIMIONI, R.L. A sublimação jurídica da função social da propriedade. In: Lua Nova, nº 66. São Paulo, 2006. p. 109-137. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/L5LHhtXmkcD67RBYvRNNnwH/?lang=pt. Acesso em 17/06/2025.

TARTUCE, F. Manual de Direito Civil. Vol. Único. 3ª ed. São Paulo: Método, 2013.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ÁGUA VIRTUAL E COMÉRCIO INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE DA INSUMO-PRODUTO PARA O RIO DE JANEIRO

Frederico José Athayde Guimarães [I]
Janaina da Silva Braga Studenski[II]
Joilson Assis Cabral[III]
Bruno Silva de Moraes Gomes[IV]

Resumo

Este artigo analisa o papel do Rio de Janeiro no comércio internacional de água virtual, identificando se o Estado atua como exportador ou importador desse recurso. A pesquisa utiliza uma adaptação da matriz insumo-produto, incorporando conceitos de pegada hídrica e eficiência de uso da água. Os resultados indicam déficits em diversos setores, apontando pressões sobre os recursos e desafios para uma gestão hídrica sustentável.
Palavras-chave: Água virtual; insumo-produto; Rio de Janeiro.

Abstract

This article examines the role of Rio de Janeiro in the international trade of virtual water, identifying whether the state is an exporter or importer. Using an adapted input–output matrix and the concept of water footprint, the study finds deficits across several sectors, highlighting pressures on water resources and challenges for sustainable management.
Keywords: Virtual water; input-output; Rio de Janeiro.

1. Introdução

O conceito de água virtual tem se consolidado como indicador relevante no debate sobre a gestão sustentável dos recursos hídricos, sobretudo diante do aumento da demanda global por água, estimada em 1% ao ano (UNESCO, 2018). A análise dos fluxos de água virtual no comércio internacional revela desequilíbrios entre disponibilidade e consumo (BAE; DALL'ERBA, 2018), evidenciando o volume de água incorporado em bens transacionados e sua eficiência hídrica (Hoekstra e Hung, 2002).

Este estudo busca identificar o papel do Estado do Rio de Janeiro no comércio internacional da água virtual, considerando sua relevância econômica e padrão produtivo distinto do restante do país. A metodologia baseia-se na abordagem de insumo-produto (Liu et al., 2023), utilizando coeficientes técnicos da Agência Nacional de Águas (ANA) e assumindo estrutura técnica semelhante a internacional, de modo a avaliar se a economia fluminense se configura como exportadora ou importadora de água virtual.

[I] Frederico José Athayde Guimarães; (PPGER/UFRRJ); fred@cognitiva-ti.com.br.
[II] Janaina da Silva Braga Studenski; (PPGER/UFRRJ); janainastudenski@gmail.com.
[III] Joilson Assis Cabral; Professor Doutor do PPGER/UFRRJ; cabraljoilson@gmail.com.
[IV] Bruno Silva de Moraes Gomes; Professor Doutor do PPGER/UFRRJ; bruno.gomes@ifrj.edu.br.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

2. Material e Métodos

2.1. Dados

Para estimar os resultados apresentados neste artigo, foram utilizados os indicadores de eficiência do consumo de água por atividade econômica da região Sudeste (IBGE, 2023), além da Matriz Insumo-Produto do Rio de Janeiro (2019), construída em cooperação entre ALERJ, UFRJ e UFRRJ. A pauta de exportações e importações fluminenses foi obtida por meio de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2019).

2.2 Metodologia

A análise baseia-se no modelo insumo-produto proposto por Leontief (1936), amplamente aplicado a estudos ambientais (Miller; Blair, 2009), e adaptado do trabalho de Liu et al. (2023) sobre fluxos de água virtual. Adota-se a hipótese de homogeneidade na estrutura produtiva, incorporando os impactos das importações no consumo intermediário.

2.2.1 Consumo de Água

O vetor de consumo de água foi calculado como: $c = [c_{r,1} \cdots c_{r,i} \cdots c_{r,n}]$,

$$c_r = t_r * z_r \quad (1)$$

Onde t_r^I é o coeficiente técnico de eficiência industrial do uso de água (R$/hm$^{3)}$ no setor, setor *i.*

O consumo total de água diretamente utilizado na produção industrial do ERJ é obtido pela multiplicação dos coeficientes setoriais pela matriz inversa da demanda total:

$$f = c * [x]^{-1} \quad (2)$$

O volume de água exportado é estimado a partir do vetor de transações de exportação:

$$w_e = f * B * e \quad (3)$$

Para avaliar o uso da água em insumos importados, foi redefinido o vetor z' (total do consumo intermediário) somente para os insumos importados f' repetindo o processo para obter w_m e o consumo líquido de água virtual no vetor de exportações

$$w = w_e - w_m \quad (7)$$

2.2.2 Pegada Hídrica

[I] Nota: O coeficiente de eficiência do uso de água industrial é o mesmo para as exportações e importações, implicando que estamos supondo que a estrutura industrial do resto do mundo quanto ao uso de água é a mesma do ERJ. Isso posto, dado controvérsias que possam suscitar, permite comparar o valor da substituição do eventual fluxo hídrico local poupado na cadeia produtiva do rio de janeiro pelas transações de importação.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

O fluxo hídrico pode ser desagregado segundo as categorias da Pegada Hídrica (PH), azul, verde e cinza, possibilitando a simulação qualitativa ao longo das cadeias produtivas:

$ca_r = ta_r * z_r$ – Uso de água azul

$cv_r = tv_r * z_r$ – Uso de água verde (9)

$cc_r = tc_r * z_r$ – Uso de água cinza (10)

(8)

Essa classificação distingue os impactos ambientais associados ao consumo efetivo (água azul), ao uso total (água verde) e ao descarte de efluentes (água cinza) nos processos produtivos.

3. Resultados e Discussão

Os resultados, apresentados na Tabela 1, mostram que o ERJ é um importador líquido de água virtual, com um déficit de -115,34 hm³ no consumo e -107,54 hm³ no uso total de água. As atividades pecuária e indústria de transformação são as principais responsáveis pelo déficit, com saldos de -87,41 hm³ e -24,03 hm³ (consumo), respectivamente.

Tabela 1 - Uso e Consumo de Água Virtual no Comércio Internacional do ERJ (2019) - hm³

Atividade Industrial / Origem do Insumo	Consumo - hm3			Uso - hm3		
	Total	Importado	Líquido	Total	Importado	Líquido
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita	-11,0500	11,0516	0,002	-368,33	368,39	0,05
Pecuária, inclusive apoio à Pecuária	-87,83	0,42	-87,41	-131,74	0,62	-131,11
Produção florestal, pesca e aquicultura	-1,80	5,02	3,22	-60,09	167,29	107,20
Indústrias extrativas	-9,98	5,08	-4,91	-36,20	18,40	-17,79
Indústrias de transformação	-33,56	9,53	-24,03	-62,62	17,78	-44,84
Eletricidade e gás, Água, esgoto e gestão de resíduos	-1,08	0,00	-1,08	-13,47	0,03	-13,44
Construção	-0,54	0,01	-0,53	-1,01	0,02	-0,99
Demais Atividades	-0,71	0,10	-0,61	-7,74	1,11	-6,63
Total	**-146,55**	**31,21**	**-115,34**	**-681,20**	**573,66**	**-107,54**

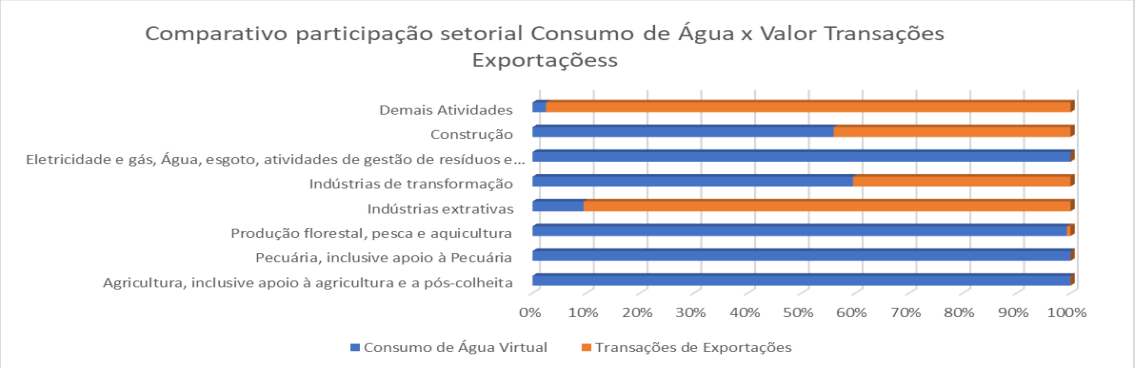
Fonte: elaboração própria.

A análise setorial (Figura 1) revela uma forte disparidade: a pecuária responde por 59,9% do consumo total de água virtual exportada, mas representa apenas 0,03% do valor monetário das exportações. Isso evidencia sua baixíssima eficiência hídrica. Em contrapartida, a indústria extrativa, que responde por 65% do valor exportado, contribui com apenas 6,8% do

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

consumo de água virtual, mostrando maior eficiência.

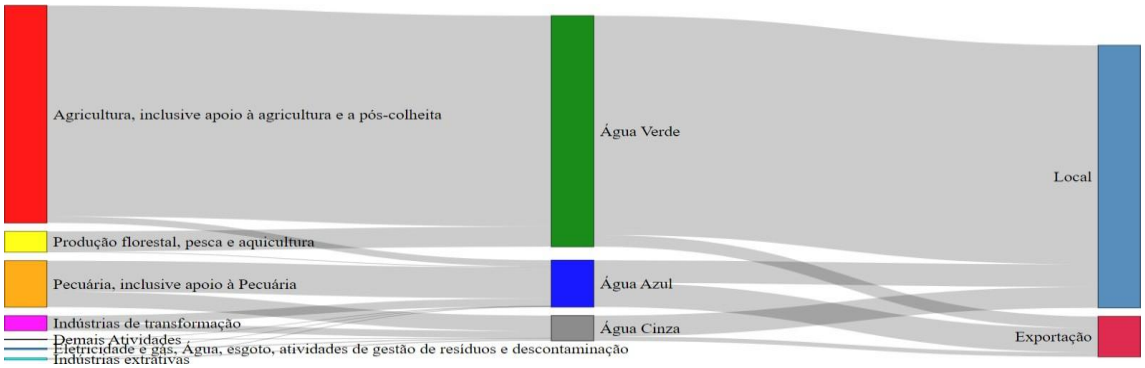
Figura 1 – Participação no Comércio Internacional: Valor Exportado vs. Consumo de Água Virtual por Setor



Fonte: Elaboração própria.

A análise dos fluxos hídricos foi aprofundada mediante a qualificação por tipo de pegada hídrica. Como ilustrado na Figura 2, que detalha a origem e o destino da água virtual na cadeia de insumos da indústria de transformação, verifica-se que 76% da água virtual utilizada é proveniente do setor agropecuário e de atividades florestais. Esta parcela, classificada como Água Verde (oriunda de precipitação), retorna para a mesma bacia hídrica de origem, apresentando um impacto ambiental distinto.

Figura 2 – Fluxo de Água, segundo Pegada Hídrica, dos Insumos na Indústria de Transformação ERJ por Atividade e Destino Final



Fonte: Elaboração Própria.

Em contrapartida, os outros 24% correspondem à água efetivamente consumida (azul) ou poluída (cinza) nos processos industriais. Esta fração, concentrada predominantemente na Região Metropolitana, utiliza o mesmo tipo de água tratada destinada aos consumidores finais, gerando dessa forma uma concorrência direta por um recurso já escasso. A Figura 2 permite visualizar como estes fluxos de água azul e cinza, uma vez utilizados, têm seu retorno

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

direcionado para bacias hídricas distintas da sua origem, frequentemente para o sistema de esgoto e mar.

Crucialmente, a análise mostra que 51% da água azul consumida por esse setor, equivalente a 8% do total de água utilizada, é exportada e não retorna à sua bacia de origem. Este cenário evidencia que o ERJ está exportando um recurso limitado, a água tratada, em troca de água verde incorporada em insumos importados, um intercâmbio ambientalmente desvantajoso que intensifica a pressão sobre os mananciais metropolitanos.

Conclusões

Este estudo demonstra que o Estado do Rio de Janeiro, embora importador líquido de água virtual, opera em um intercâmbio hídrico desfavorável: exporta água tratada (recurso escasso na região metropolitana) e importa água verde. A pecuária destaca-se pela baixíssima eficiência hídrica, consumindo volumes desproporcionais em relação ao valor gerado. A indústria de transformação compete diretamente com o abastecimento humano por água tratada, intensificando a pressão sobre os mananciais.

Os resultados destacam a necessidade de políticas públicas integradas que considerem a pegada hídrica qualificada (azul, verde, cinza) no planejamento do comércio exterior e na gestão dos recursos hídricos. Incentivos à eficiência hídrica nos setores críticos e a internalização dos custos ambientais associados à exportação de água tratada são medidas urgentes para garantir a segurança hídrica metropolitana e a sustentabilidade do desenvolvimento econômico fluminense.

Referências

ALLAN, J. A. Overall perspectives on countries and regions. In: ROGERS, P.; LAMMERS, J. (org.). *Water in the Arab World: Perspectives and Prognoses*. Cambridge: Harvard University Press, 1994. p. 65-100.

BAE, J.; DALL'ERBA, S. Crop production, export of virtual water and water-saving strategies in Arizona. *Ecological Economics*, v. 146, p. 148-156, 2018.

HOEKSTRA, A. Y.; HUNG, P. Q. Virtual water trade: a quantification of virtual water flows between nations in relation to international crop trade. Netherlands: UNESCO-IHE, set. 2002. (Value of Water Research Report Series, n. 11).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contas econômicas ambientais da água: Brasil. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/20207-contas-economicas-ambientais-da-agua-brasil.html. Acesso em: dez. 2024.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

LEONTIEF, W. Quantitative input and output relations in the economic systems of the United States. *The Review of Economic Statistics*, v. 18, n. 3, p. 105-205, 1936.

LIU, H. et al. Trade heterogeneity and virtual water exports of China. *Economic Systems Research*, v. 35, n. 3, p. 397–416, 2022. DOI: https://doi.org/10.1080/09535314.2022.2035689.

MILLER, R. E.; BLAIR, P. D. *Input-output analysis: foundations and extensions*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. 750 p.

ONU – Organização das Nações Unidas. Relatório mundial das Nações Unidas sobre o desenvolvimento dos recursos hídricos 2018: não deixar ninguém para trás. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000367276_. Acesso em: nov. 2024.

Uso da água no setor industrial brasileiro: matriz de coeficientes técnicos. Disponível em: https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2023/5/uso-da-agua-no-setor- industrial-brasileiro/. Acesso em: nov. 2024.

Exportações do estado do Rio de Janeiro. *ComexStat – Portal da Indústria*. Disponível em: https://www.fazcomex.com.br/comexstat/rj/exportacao-rio-de-janeiro. Acesso em: nov. 2024.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

GEOGRAFIA AMBIENTAL E ECOLOGIA POLÍTICA NA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO: CONFLITOS, LACUNAS E OPORTUNIDADES DE PESQUISA

Diogo Majerowicz Maneschy[1]
Fernanda Soares de Oliveira[2]
Wellington Castro dos Santos[3]
Amanda Cavaliere Lima Araujo[4]

RESUMO
Este trabalho diagnostica a produção científica sobre Geografia Ambiental na Zona Oeste do Rio de Janeiro para identificar lacunas e oportunidades de pesquisa. A análise de 22 artigos, encontrados em três bases de dados, revela uma concentração de estudos em áreas impactadas por grandes empreendimentos, como siderurgia e megaeventos, e em questões de planejamento urbano e expansão imobiliária. Embora temas como recursos hídricos, agroecologia e ativismo também apareçam, eles são menos explorados. Os resultados indicam um predomínio de pesquisas baseadas em documentos oficiais, com poucas investigações de campo. A pesquisa conclui que há uma necessidade urgente de ampliar estudos qualitativos e quantitativos que aprofundem o conhecimento sobre os problemas socioambientais da região, visando a subsidiar políticas públicas de justiça socioambiental.
Palavras-chave: Geografia ambiental; Conflito socioambiental; Zona Oeste do Rio de Janeiro; Planejamento urbano; Justiça ambiental.

ABSTRACT
This study diagnoses the scientific production on Environmental Geography in the West Zone of Rio de Janeiro to identify research gaps and opportunities. The analysis of 22 articles, found in three databases, reveals a concentration of studies in areas impacted by large-scale enterprises, such as steel industry and mega-events, and on issues of urban planning and real estate expansion. Although topics like water resources, agroecology, and activism also appear, they are less explored. The results indicate a predominance of research based on official documents, with few field investigations. The study concludes there is an urgent need to expand qualitative and quantitative studies that deepen the understanding of the region's socio-environmental problems, aiming to support public policies for socio-environmental justice.
Keywords: Environmental geography; Socio-environmental conflict; West Zone of Rio de Janeiro; Urban planning; Environmental justice.

[1] Graduando em Licenciatura em Geografia (Pedro II), atualmente é bolsista do Programa de apoio a projetos de pesquisa na educação superior no projeto 'Problemas e vulnerabilidades (socio)ambientais nos bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro: uma análise à luz da Geografia Ambiental e da Ecologia Política'. E-mail: diogommaneschy@gmail.com.
[2] Graduanda em Licenciatura em Geografia (Pedro II), atualmente é voluntária do Programa de apoio a projetos de pesquisa na educação superior no projeto 'Problemas e vulnerabilidades (socio)ambientais nos bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro: uma análise à luz da Geografia Ambiental e da Ecologia Política'. E-mail: fernanda.oliveira.7@cp2.edu.br
[3] Graduando em Licenciatura em Geografia (Pedro II), atualmente é voluntário do Programa de apoio a projetos de pesquisa na educação superior no projeto 'Problemas e vulnerabilidades (socio)ambientais nos bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro: uma análise à luz da Geografia Ambiental e da Ecologia Política'. E-mail: willy.castro83@gmail.com
[4] Doutora em Geografia (UFRJ), é professora do Departamento de Geografia – Campus Realengo II do Colégio Pedro II e coordena o projeto de iniciação científica Problemas e vulnerabilidades (socio)ambientais nos bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro: uma análise à luz da Geografia Ambiental e da Ecologia Política'. E-mail: amanda.araujo.1@cp2.edu.br

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de um diagnóstico das produções científicas relacionadas à Geografia Ambiental nos diferentes bairros da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de investigar lacunas e possibilidades de pesquisa e de intervenção. A área ocupa mais de 70% do território municipal e abriga 47,4% da população, sendo dividida por um conjunto de quarenta e três (43) bairros, classificados em oito (8) Regiões Administrativas (RAs), separadas em duas (2) Áreas de Planejamento (a saber, a AP4 e a AP5). Marcada pela maior densificação de área construída (SMU/CGPU/GIU) e de crescimento populacional (segundo dados censitários do IBGE) da cidade nas últimas duas décadas, tal área tem sido o alvo para onde se direciona a expansão urbana e é caracterizada por profundas desigualdades sócio-espaciais internas, além de problemas e conflitos ambientais.

Partindo de tal quadro, aproximamo-nos dos temas da Geografia Ambiental, que pode ser apreendida, de acordo com Marcelo Lopes de Souza (2019), como um *enfoque* da Geografia que busca entender de forma ampla as interações entre sociedade e natureza, na tentativa de superar visões restritas das mesmas e de proporcionar encontros de olhares que auxiliem na compreensão da realidade enquanto uma totalidade indissociável. Para tanto, reconhecendo o ambiente como um produto histórico e cultural, adotamos uma perspectiva crítica e interdisciplinar, que estimula o diálogo de saberes, valorizando o saber científico (como aquele das produções analisadas neste trabalho), os conhecimentos técnicos (como os produzidos pelos órgãos de planejamento e gestão territorial e ambiental) e o saber popular (de onde emergem as vivências nos lugares do cotidiano, a partir de quem sente, sofre e age).

Nesse sentido, adotamos a perspectiva de ambiente proposta por Souza (2019), que o concebe, assim como Carlos Walter Porto-Gonçalves preconizava, como um "ambiente inteiro", e não um "meio ambiente" parcial e que se detém apenas nos aspectos físicos, associados estritamente a uma natureza primeira, não humanizada. Entendendo, portanto, que as nossas ações estão cada vez mais implicadas no ambiente em que vivemos (Porto-Gonçalves, 2015) e que o integramos enquanto parte inerente, também nos aproximamos do campo da Ecologia Política para as análises, à medida que as relações de poder que regem a nossa sociedade precisam ser levadas em conta para uma compreensão das raízes dos problemas ecológicos que afetam nosso recorte espacial.

Dessa forma, analisar as questões sociais e ambientais à luz da Ecologia Política (Alier, 2007) nos permite ampliar as possibilidades de estudo dos processos geográficos a partir da interdisciplinaridade do campo de estudos que propõe olhar para as questões ambientais de

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

forma conjunta com as relações de poder, como fatores políticos, econômicos e sociais, evidenciando que processos de produção de riqueza com base na exploração de recursos naturais sob a égide do capital estão diretamente relacionados à produção de desigualdades, à vulnerabilização de comunidades e à distribuição desigual de problemas socioambientais. Ou seja, a Geografia Ambiental e a Ecologia Política debruçam-se sobre processos de produção de conflitos socioambientais, justiça e injustiça ambiental.

MATERIAIS E MÉTODOS

O diagnóstico de produções científicas a respeito de questões ambientais sobre a Zona Oeste carioca utilizou três bases de dados (Google Scholar, SciELO e Periódico Capes), tendo como referência o uso das seguintes palavras-chave relacionadas à Geografia Ambiental: conflito socioambiental, justiça ambiental, ecologia política, injustiça ambiental, problema ambiental, Rio de Janeiro e Zona Oeste. Foram identificadas 22 produções científicas, posteriormente classificadas a partir de três marcadores: abordagens utilizadas, temas predominantes e distribuição espacial. Além disso, foram realizados levantamentos que auxiliassem na caracterização da área de estudo foram realizados em bases de dados da Prefeitura do Rio de Janeiro, do IBGE, do IPEA e de fontes jornalísticas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados demonstram que as abordagens utilizadas podem ser resumidas a três categorias: a análise documental[5], o trabalho de campo[6] e os relatos de experiência[7][8]. Os temas das produções sobre a Zona Oeste carioca envolveram grandes empreendimentos (siderurgia e megaeventos), planejamento urbano e expansão imobiliária, resistências populares (mulheres, agroecologia, coletivos, ativismo), recursos hídricos, áreas protegidas e vulnerabilidades ambientais. A distribuição espacial das pesquisas concentrou-se, sobretudo, em Santa Cruz e Baía de Sepetiba, Barra da Tijuca e Vargens, Guaratiba e entorno do Piraquê-Cabuçu e Pedra Branca, além de outros bairros da AP-5.

[5] Foram considerados trabalhos com base em análise documental os que se debruçaram sobre documentos oficiais, relatórios de pesquisa e legislações.
[6] Os trabalhos de campo envolveram diversas metodologias como observação *in loco e* entrevistas semiestruturadas.
[7] Os relatos de experiência foram realizados a partir de etnografias e relatos autobiográficos
[8] É relevante mencionar que alguns dos trabalhos analisados lançaram mão de mais uma abordagem.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A análise dos dados (tabela 1) evidencia que a maior parte da produção acadêmica se baseia em documentos oficiais, relatórios, artigos de imprensa e estudos secundários. O tema dos grandes empreendimentos em Santa Cruz e na Baía de Sepetiba domina o conjunto, e há forte concentração espacial nas áreas impactadas pela indústria siderúrgica e no entorno da Baía de Sepetiba.

Embora a Zona Oeste seja uma das regiões mais impactadas por conflitos socioambientais do município, como no caso da siderurgia em Santa Cruz, da poluição da Baía de Sepetiba e da expansão imobiliária sobre áreas de preservação, os estudos ainda se concentram em poucos recortes espaciais e temas específicos. O levantamento permite, portanto, evidenciar ausências e silenciamentos na produção acadêmica, apontando caminhos para futuras investigações que promovam maior visibilidade às múltiplas realidades socioambientais da área, que é considerada periférica na cidade.

Número total de produções científicas: 22	**Abordagens utilizadas**	**Temas predominantes**	**Distribuição espacial**
	Análise documental: 15 textos	**Grandes empreendimentos industriais (Siderurgia, megaeventos):** 11 textos	**Santa Cruz / Baía de Sepetiba:** 12 textos
	Trabalho de campo (combinado a outras técnicas): 5 textos	**Planejamento urbano e expansão imobiliária:** 5 textos	**Barra da Tijuca / Vargens:** 4 textos
	Relato de experiência /	**Resistências populares (mulheres,**	**Guaratiba / Piraquê-Cabuçu /**

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

	etnografia: 2 textos	**agroecologia, coletivos, ativismo):** 3 textos	**Pedra Branca:** 4 textos
		Recursos hídricos, áreas protegidas e vulnerabilidades ambientais: 3 textos	**Outros (AP-5 em geral, Vila Autódromo):** 2 textos

Tabela 1: Análise dos dados obtidos a partir de levantamento bibliográfico Elaboração própria

CONCLUSÃO

Em síntese, as pesquisas analisadas estão fortemente associadas aos conflitos ambientais ligados a grandes empreendimentos, especialmente a siderurgia em Santa Cruz. Outras agendas, como recursos hídricos, agroecologia, ativismo feminista e planejamento urbano, por exemplo, também aparecem, mas ainda em menor escala. O predomínio da análise documental indica que há espaço para mais pesquisas de campo, qualitativas e quantitativas, dando voz às comunidades locais. Isso pode ampliar a compreensão sobre os processos relacionados às temáticas que envolvem a Geografia Ambiental em curso na Zona Oeste do Rio de Janeiro, além de subsidiar políticas públicas e fortalecer estratégias de redução das injustiças socioambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARTINEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O que é a Geografia Ambiental? **Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 1, n. 1, p. 14-14, 2019.

Agradecimentos

Agradecemos à Coordenadoria de Pesquisa do Colégio Pedro II (CPII) e à Coordenação do curso de Geografia das Licenciaturas Integradas em Ciências Humanas da mesma instituição pela aprovação e pelo apoio ao projeto de iniciação científica intitulado “Problemas e vulnerabilidades (socio)ambientais nos bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro: uma análise à luz da Geografia Ambiental e da Ecologia Política”.

A ESTRATÉGIA DE RESILIÊNCIA URBANA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: PERSPECTIVAS PARA O ENFRENTAMENTO DOS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Yuri Lopes
Silva[1] Janaína
Machado Simões[2]

Resumo: A dimensão e a intensidade dos eventos proveniente das mudanças climáticas tornam- se desafios complexos para a gestão no âmbito municipal. A cidade como lócus de desenvolvimento humano e tecnológico, é onde as pessoas vivem e sentem os efeitos do aquecimento global. Logo, a resiliência urbana desponta como um conceito imprescindível para que diversas cidades possam resistir, existir e se (re)construir frente aos eventos extremos resultantes das mudanças climáticas. Diante disso, este estudo teve como objetivo descrever o arcabouço institucional da estratégia de resiliência urbana voltado para o enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas no município do RJ. A partir de uma abordagem qualitativa, com pesquisa documental, descreveu-se o arcabouço institucional de resiliência urbana, formado pelas políticas, normas, instituições e procedimentos. Concluiu-se que, no contexto estudado, a resiliência urbana passa a ser considerada como uma lógica transversal na construção de políticas públicas municipais de enfrentamento às mudanças climáticas.

Palavras-chave: resiliência urbana, arcabouço institucional, mudanças climáticas, gestão pública, políticas públicas

Abstract: The scale and intensity of climate change-related events pose complex challenges for municipal management. As a locus of human and technological development, the city is where people live and feel the effects of global warming. Therefore, urban resilience emerges as an essential concept for many cities to resist, exist, and (re)build themselves in the face of extreme events resulting from climate change. Therefore, this study aimed to describe the institutional framework of the urban resilience strategy aimed at addressing the effects of climate change in the municipality of Rio de Janeiro. Using a qualitative approach and documentary research, the institutional framework of urban resilience, comprised of policies, standards, institutions, and procedures, was described. The conclusion is that, in the context studied, urban resilience is now considered a cross-cutting logic in the development of municipal public policies to address climate change.

Key-words: urban resilience, institutional framework, climate change, public management, public policies

Introdução

Os estudos reunidos no Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2021) apontam para mudanças ambientais significativas e com alterações no ecossistema

[1] Yuri Lopes. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: ylopesscd@gmail.com
[2] Janaína Machado Simões. Professora Associada do Departamento de Administração e Turismo do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Docente do PPGPDS/UFRRJ e do PPGAd/UFF. E- mail: janainamsimoes@gmail.com

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

global de impacto local, sendo considerado o principal fator potencializador dos desastres da contemporaneidade. Dados do relatório IPCC constatam que o aquecimento global nas últimas décadas é o maior e sem precedentes já registrado, considerando a possibilidade da ação humana como principal causa desse aumento (Brasil, 2021). A cidade como lócus de desenvolvimento humano e tecnológico, é onde as pessoas vivem e sentem os efeitos do aquecimento global. Os dados mais recentes sobre urbanização global indicam um crescimento contínuo da expansão urbana, representando não somente um desafio de planejamento urbano, porém um compromisso dos governantes em promover um ambiente mais inclusivo e representativo (ONU-Habitat, 2022b). Nesse sentido, as cidades são incluídas no enfrentamento aos efeitos das mudanças climáticas indiscutivelmente, por serem, ao mesmo tempo, os maiores emissores de gases do efeito estufa (GEE) e, também, a maior vítima dos poluentes (Pinha, 2023).

Diante deste cenário, a resiliência urbana desponta como um conceito imprescindível para que diversas cidades possam resistir, existir e se (re)construir frente aos eventos extremos resultantes das mudanças climáticas. Embora seja amplamente entendida como a capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade absorver um impacto, resistindo-o, adaptando-se e se recuperando de maneira mais eficaz e celeremente, permitindo a recuperação das suas estruturas e funções básicas (ONU-Habitat, 2022a; Battermarco, Rezende e Miguez, R, 2025).

Para tanto, os relatórios da Organização Nações Unidas sobre Cidades e Ação Climática possui quatro parâmetros de avaliação da resiliência para compreensão de como se dá o enfrentamento dos efeitos climáticos, são ele: - Abordagens que enfatizam a resistência e absorção de choques através de robustez e redundância, especialmente em sistemas de infraestrutura; Abordagens que enfatizam a prevenção de choques através de estratégias de preparação; Abordagens que enfatizam a antecipação de choques através de práticas de resiliência incorporadas na vida quotidiana; Abordagens que enfatizam transformações mediadas para um ambiente mais resiliente.- (ONU-Habitat, 2022a).

A partir dessa problemática, o presente estudo tem como objetivo descrever o arcabouço institucional da estratégia de resiliência urbana voltado para o enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas no município do RJ.

Material e Métodos

O presente estudo adotou uma abordagem qualitativa, com pesquisa documental (Gil, 2017). A coleta de dados foi realizada no período de janeiro a julho de 2025, nos documentos oficiais disponibilizados no site da prefeitura do município do Rio de Janeiro-RJ. Os dados

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

coletados foram categorizados, descrevendo-se o arcabouço institucional de resiliência urbana, formado pelas políticas, normas, instituições e procedimentos. Posteriormente, ocorreu a análise desses dados a partir de análise de conteúdo (Gil, 2017).

Resultados e Discussão

O estado do Rio de Janeiro pode ser considerado um caso emblemático na discussão sobre vulnerabilidade global. Sendo o maior produtor de petróleo e gás do país, é consequentemente o maior contribuinte para o aumento das emissões de GEE, como também é particularmente suscetível aos eventos extremos climáticos. A cidade do Rio de Janeiro com seu histórico de enfrentamento crônico de chuvas intensas e ondas de calor, possui um planejamento estratégico para preparação e mitigação dos efeitos destes desastres.

Quanto às políticas públicas, o município do Rio é pioneiro na instituição formal de uma política municipal sobre mudanças climáticas, possui a Lei nº 5.248, de 27 de janeiro de 2011, que reforça o seu compromisso com as demandas da contemporaneidade (Rio de Janeiro, 2011). O plano estratégico "Rio Resiliente. Diagnóstico e áreas de foco" apresenta diversos ferramentais e instalações que a cidade possui(rá) para o enfrentamento climático, capaz de garantir que as comunidades, as instituições, empresas, sistemas e seus indivíduos se adaptem e cresçam para sobreviver aos "choques agudos" (eventos súbitos como inundações, surto de doenças e furacões) e "estresses crônicos" (tendência de longo prazo, falta de moradia acessível, desemprego, pobreza e poluição). (Rio de Janeiro, 2015). No Rio Resiliente a adaptação é entendida de forma ampliada, visando, não somente, a garantia de acesso aos serviços básicos e a recuperação mais rápida possível de crises, porém incluindo os desafios sociais, econômicos e financeiros. Ela avalia o progresso e auxilia na preparação da cidade para o futuro. Sendo capaz de mover a cidade da resiliência para um status de sustentável, adaptando-se às transformações, com a meta de desenvolver um plano de adaptação às mudanças climáticas e o plano "Rio Resiliente".

No que tange às normas e legislação, cabe destacar o ponto central da estratégia de resiliência da cidade é o decreto Rio nº53.525, de 15 de novembro de 2023, que estabelece os cinco estágios operacionais sob os quais são acionados diferentes protocolos e níveis de mobilização. Sendo que, a partir do estágio quarto é facultativo a formação do Gabinete de Avaliação Situacional presidido pelo prefeito, e no quinto estágio mandatório a formação do Gabinete de Crise (Rio de Janeiro, 2023a; Rio de Janeiro, 2024).

Sobre os procedimentos adotados na operacionalização da estratégia de resiliência urbana, cabe destacar que, de maneira coletiva, foi identificada a realização de um diagnóstico

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

amplo de avaliação de riscos, aplicando uma metodologia internacional proposta pelo projeto 100 Cidades Resilientes da Fundação Rockefeller, utilizando a ferramenta "Tool A" que analisa a cidade a cerca de doze indicadores de resiliência. Como resultado da análise, a visão adotada tem como base as mudanças climáticas e três áreas de foco - gestão resiliente; resiliência socioeconômica; e comportamento resiliente - (Rio de Janeiro, 2015). A gestão resiliente, com a centralização da governança e a tomada de decisões em cenários de crise, é feita a partir do COR, utilizando-se da expertise do corpo técnico e da infraestrutura do órgão. Há ainda ações pela resiliência socioeconômica, que abriga a conexão entre mudanças climáticas e o desenvolvimento da cidade. Complementarmente, o comportamento resiliente, compreendido como a capacidade da resiliência se conectar com a população, também é buscado.

Já quanto às instituições responsáveis pela estratégia de resiliência urbana, há um comitê gestor composto pelo prefeito da cidade e representantes do Gabinete do Prefeito, Defesa Civil, Instituto Pereira Passos, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Coordenadoria de Relações Internacionais e COPPE-UFRJ, conduzem as estratégias de resiliência. Contudo, outros órgãos ligadas a operacionalização da estratégia são: - LAB.Rio, Pensa Sala de Ideias, Central 1746, Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), tal como parceiros internacionais Fundação Rockefeller, C40 Cities Climate Leadership Group, Al Gore (Climate Reality Project), ONU-Habitat, INPE, IPCC, ICLEI, CGLU, Metrópolis, CB27, SDSN, UNISDR, UCCI, Mercociudades, AL-LAs, e parceria com Colônia (Alemanha). (Pinha, 2023; Rio de Janeiro, 2015)

Por fim, mesmo diante de um arcabouço institucional bem estruturado para a operacionalização da estratégia de resiliência urbana no município do Rio, foi criado, em 2021 o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática (PDS), trazendo a resiliência como elemento transversal da política, a partir de cinco temas: - cooperação e paz; igualdade e equidade; longevidade e bem-estar; mudanças climáticas e resiliência; e, governança. – O PDS surge da construção gradual de diferentes ações da cidade, dentre elas o Plano visão 500, Rio Resiliente, Visão 2050 e os seminários que se seguiram. Apresentando um ideal de cidade com baixa emissão de carbono, engajada e voltada para o uso da inovação tecnológica (Rio de Janeiro, 2021).

Conclusões

Conclui-se que, mesmo diante de um arcabouço instituição bem estruturado para a operacionalização da estratégia de resiliência urbana no município do Rio, a resiliência urbana passa a ser além de uma estratégia estruturada para uma qualidade transversal da política

pública voltada para o desenvolvimento sustentável. O Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática (PDS), atualiza a política pública transversalizando a resiliência em cinco temas. Transformando, de fato, a resiliência como um qualificador da cidade no caminho para o alcance da sustentabilidade.

A resiliência urbana, além de ser utilizada como estratégia de (re)ação aos desafios climáticos, pode ser também compreendida pela gestão pública municipal como uma importante ferramenta de governança. A transversalidade do tema torna ainda mais urgente a promoção de uma governança participativa nas cidades, para que Estado e sociedade possam construir caminhos compartilhados e coletivos para o enfrentamento das crises climáticas.

Referências

BATTEMARCO, B. P.; REZENDE, O. M. MIGUEZ, M. G.. Avaliação quantitativa do impacto das inundações no funcionamento da infraestrutura crítica de transporte. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 25, e138911, jan.–dez. 2025. Acesso em: 22/08/2025

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima**. (IPCC). Brasília, 2021.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

JACOBS , J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RIO DE JANEIRO. **Lei** nº 5.248, de 27 de janeiro de 2011. Institui a Política Municipal sobre Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 28 jan. 2011.

_____. **Rio Resiliente**. Diagnóstico e áreas de foco. Rio de Janeiro, 2015.

_____. **Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2021.

_____. **Portaria** N nº 01/2024, de 26 de fevereiro de 2024. Regulamenta os estágios operacionais para situações de urgência e emergência no âmbito municipal. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU-HABITAT). **World Cities Report 2022**: Envisaging the Future of Cities. 2022a.

_____. **World Cities Report 2022**: Envisaging the Future of Cities. Nairobi, Kenya: UN- Habitat, 2022b.

PINHA, R. L. . Paradiplomacia ambiental: o papel das cidades na governança global do clima em 30 anos de rio-92. **Dissertação** (Mestrado em História, Política Bens Culturais) - Escola de Ciência Sociais, FGV. Rio de Janeiro, 2023. ROTGER, D. V.; GIUSSO, C;

VALLEJO, N. C. climática, arte e paisaje: caso: cuenca del arroyo El Pescado, Argentina. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 27, n. 63, e6360247, maio–ago. 2025.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

GEOPARQUE MONTANHAS: INTEGRANDO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO DO PATRIMÔNIO GEOLÓGICO

Maria Carolina Villaça Gomes[1]
Fernando Amaro Pessoa[2]
Miguel Tupinambá[3]

RESUMO
Este trabalho tem por objetivo apresentar o projeto Geoparque Montanhas a partir de uma proposta na interface entre geoconservação, montanhismo e redução de riscos e desastres, que integre unidades de conservação e municípios na gestão do patrimônio geológico na Região Serrana do Rio de Janeiro. Aqui, são apresentados aspectos relativos ao seu território, características gerais do projeto, a relevância do mosaico de áreas protegidas que conforma grande parte do território, elementos da geodiversidade com valor patrimonial de reconhecimento nacional e internacional e a originalidade do projeto.
Palavras-chave: Geoturismo; Áreas Protegidas; Geopatrimônio; Riscos e Desastres; Montanhismo.

ABSTRACT
This paper presents the Montanhas Geopark project, a proposal that integrates conservation units and municipalities in the management of geological heritage in the mountainous region of Rio de Janeiro. It presents aspects related to the territory, general characteristics of the project, the relevance of the mosaic of protected areas that make up much of the territory, geodiversity elements with nationally and internationally recognized heritage value, and the project's originality.

Keywords: Geotourism; Protected Areas; Geoheritage; Risks and disasters; Mountaineering.

INTRODUÇÃO

Os geoparques são territórios que, a partir de um geopatrimônio de relevância internacional, se apresentam como um projeto de desenvolvimento territorial baseado em atividades turísticas e educativas, fomentando o empoderamento das comunidades locais (UNESCO, 2025). Assim, entende-se que funcionam sob os preceitos da Agenda 2030 global, ao contemplar, de forma ampla, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Com base em quatro pilares - patrimônio geológico de valor internacional, visibilidade, gestão e trabalho em rede, o programa Geoparques da UNESCO possui o mesmo status que o de Patrimônio da Humanidade e o de Reserva da Biosfera. Desta forma, o conjunto destas designações abarca o patrimônio cultural, biótico e geológico internacionalmente reconhecidos.

[1] Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro; mcarolvg@gmail.com.
[2] Cefet/RJ Petrópolis; Programa de Pós-Graduação em Geociências da UERJ; fernando.pessoa@cefet-rj.br.
[3] Faculdade de Geologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro; tupinambamiguel@gmail.com.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

O Rio de Janeiro é um estado brasileiro pioneiro na candidatura a essas designações. Se entre as mais antigas figuram, por exemplo, o município de Paraty como Patrimônio da Humanidade (Natural e Cultural) e a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) abrangendo extensas áreas do estado, a mais nova entre elas, os Geoparques, possui apenas o Aspirante Costões e Lagunas do RJ em busca de sua chancela. No entanto, feições notáveis das paisagens fluminenses suscitam a proposição de outros geoparques, representando, assim, novos caminhos para a articulação de diferentes entes da gestão territorial para a conservação de seu patrimônio geológico.

Este trabalho tem por objetivo apresentar o projeto Geoparque Montanhas a partir de uma proposta na interface entre geoconservação, montanhismo e redução de riscos e desastres, que integre unidades de conservação e municípios na gestão do patrimônio geológico na Região Serrana do Rio de Janeiro.

MATERIAL E MÉTODOS

Aqui, serão apresentados aspectos relativos ao território proposto para o Geoparque Montanhas, características gerais do projeto, o mosaico de áreas protegidas que conforma grande parte do território e elementos da geodiversidade com valor patrimonial de reconhecimento nacional e internacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O território proposto para o Geoparque Montanhas contempla seis municípios na região serrana fluminense: Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Magé, Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis, abrangendo uma área de 4.184 Km² e população de aproximadamente 1 milhão de habitantes (Figura 01).

Considerado o estado mais montanhoso do país, com aproximadamente um terço do território constituído destas geoformas, aqui a Serra do Mar exibe feições que se destacam na paisagem, seja por sua singularidade, beleza cênica, mas também por estarem associadas aos últimos eventos tectônicos que afetaram a borda leste do continente sulamericano. Essa diversidade das formas de relevo condiciona especificidades ambientais e socioeconômicas evidentes no território a partir dos seus ecossistemas e formas de ocupação urbana, por exemplo.

Além disso, destaca-se o Mosaico de Áreas Protegidas da Mata Atlântica Central Fluminense (Soares et al., 2024), que integra a proposta e justifica os contínuos remanescentes de vegetação primária de diferentes ecossistemas da Mata Atlântica, com importância destacada para suas unidades de conservação, diretamente ligada à

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

geodiversidade (Figura 02). A exemplo disso, há desde o condicionamento climático associados às vertentes continental e oceânica ou mesmo a variabilidade pedoclimática que possui o gradiente altitudinal como indicador.

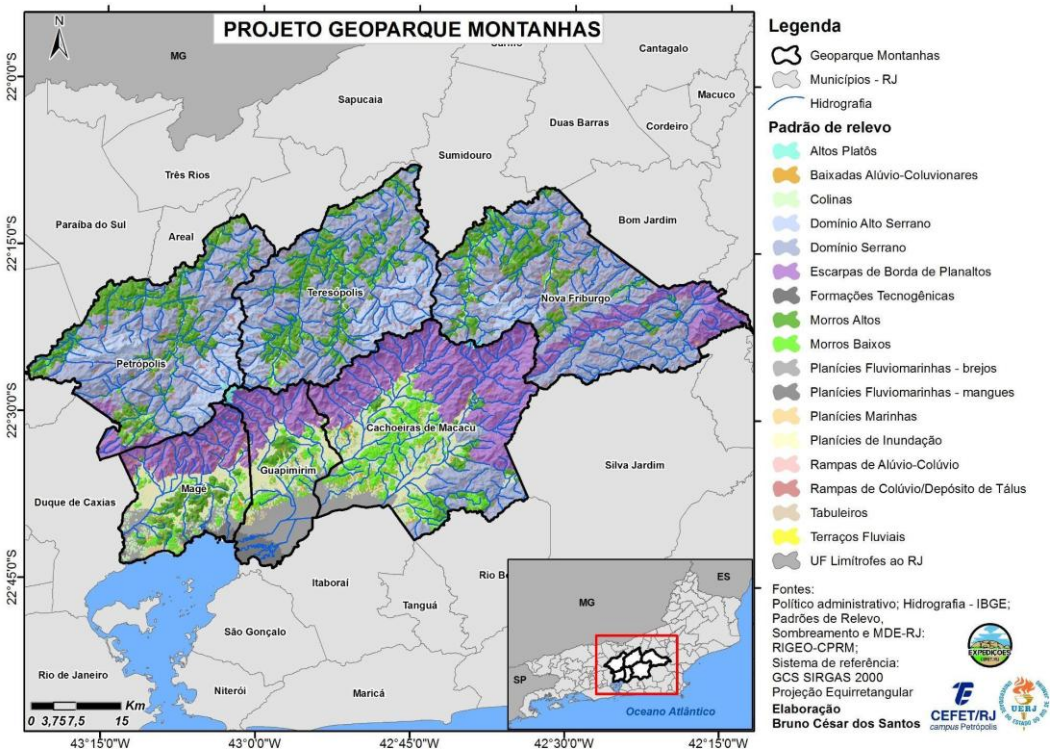
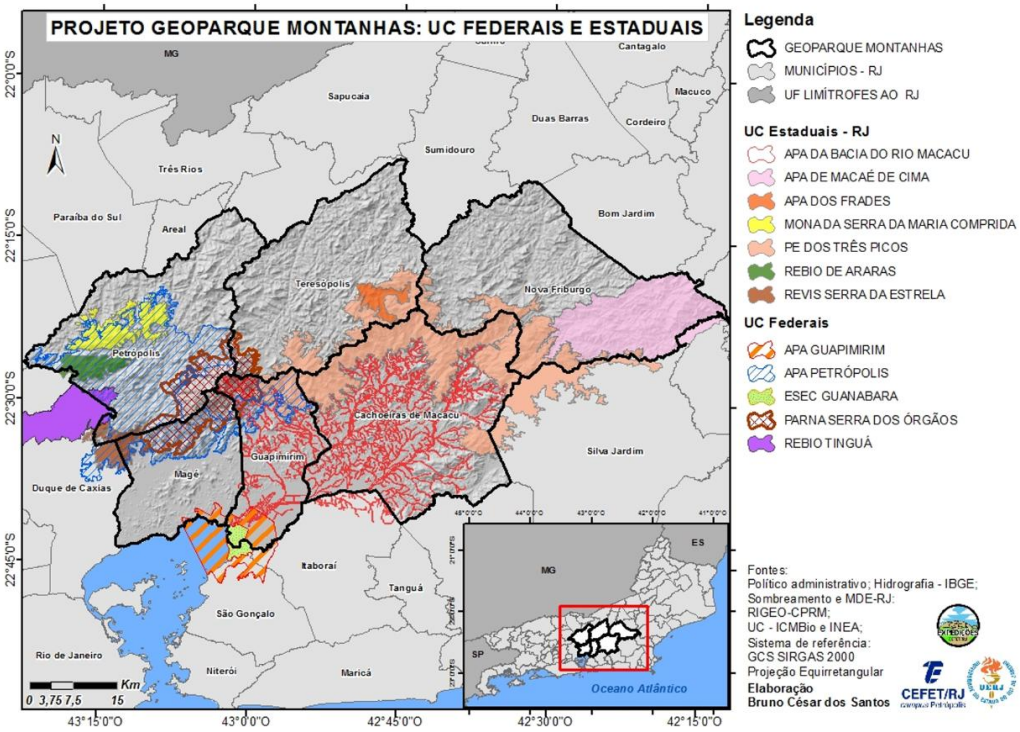


Figura 01. Localização do território proposto para o Geoparque Montanhas.

Em relação aos elementos de interesse patrimonial, podem ser citadas feições geomorfológicas, como o Dedo de Deus, Três Picos e Castelos do Açu; e comunidades tradicionais, como os territórios dos Quilombos da Tapera, Maria Conga, do Feital e de Mongaba, integradas a diferentes aspectos históricos e ecológicos. Além disso, destaca-se a presença de um enorme contingente populacional que ocupa áreas consideradas muito suscetíveis a deslizamentos e inundações bruscas, cotidianamente convivendo com os desastres.

A originalidade do projeto envolve três temáticas principais: (1) sobre o geopatrimônio, os processos geomorfológicos reconhecidos sob a forma de geossítios, os desastres como patrimônio sensível do território e a valorização do geopatrimônio pertencente a Unidades de Conservação; (2) no âmbito da geoeducação, a educação para redução de riscos e desastres; e (3) o geoturismo associado à interpretação ambiental da geodiversidade.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.



Município	Unidade de Conservação Proteção Integral / Uso Sustentável	Município	Unidade de Conservação Proteção Integral / Uso Sustentável
Petrópolis	1.MONA Pedra do Elefante 2.PNM Padre Quinha 3.FLOMU do Quarteirão Italiano 4.REVIS da Serra da Estrela 5.REBIO de Araras 6.APA da Região Serrana de Petrópolis 7.PARNA da Serra dos Órgãos 8.REBIO do Tinguá	Guapimirim	1.PNM Nascente do Jaibi 2.PNM das Águas de Guapimirim 3.REVIS Sucavão 4.MONA Municipal da Concórdia 5.APA Municipal de Guapi-Guapiaçu 6.ARIE de Citrolândia 7.APA da Bacia do Rio Macacu 8.PE dos Três Picos 9.APA da Região Serrana de Petrópolis 10.EE da Guanabara 11.PARNA da Serra dos Órgãos 12.APA de Guapi-Mirim
Teresópolis	1.PNM Montanhas de Teresópolis 2.ARIE da Pedra da Tartaruga 3.APA da Bacia dos Frades 4.PE dos Três Picos 5.APA da Região Serrana de Petrópolis 6.PARNA da Serra dos Órgãos	Cachoeiras de Macacu	1.MONA Municipal da Pedra do Colégio 2.MONA Municipal da Serra de Soarinho 3.REVIS de Macacu 4.REVIS de Santa Fé 5.APA da Bacia do Rio Macacu 6.PE dos Três Picos 7.APA da Região Serrana de Petrópolis 8.APA da Bacia do Rio São João / Mico Leão Dourado
Nova Friburgo	1.MONA Pedra do Cão Sentado 2.APA de Três Picos 3.APA do Rio Bonito 4.APA do Pico da Caledônia 5.APA de Macaé de Cima 6. PE dos Três Picos		
Magé	1.PNM Barão de Mauá 2.RDS Véu das Noivas 3.APA Municipal Suruí 4.APA da Estrela 5.APA da Bacia do Rio Macacu 6.REVIS da Serra da Estrela 7.APA da Região Serrana de Petrópolis 8.PARNA da Serra dos Órgãos 9.APA de Guapi-Mirim		

Figura 02. Acima, distribuição espacial das unidades de conservação federais e estaduais inseridas total ou parcialmente nos municípios do Projeto Geoparque
Montanhas; e abaixo, o quadro reúne as unidades de conservação federais, estaduais e municipais no território, conforme o Atlas das Unidades de Conservação Municipais do Estado do Rio de Janeiro (2024).

CONCLUSÕES

Pretende-se, com esta proposta, valorizar as montanhas brasileiras e o montanhismo, historicamente praticado no território, bem como evidenciar seus percursos enquanto espaços privilegiados para a promoção de uma educação para redução de riscos e desastres, associada a atividades de geoturismo e geoconservação.

Para isso, uma gestão integrada efetiva entre unidades de conservação e municípios é de suma importância, aspecto que pode ser potencializado a partir do Geoparque Montanhas, com base em proposições de políticas públicas que tenham como base um desenvolvimento territorial sustentável adequado ao complexo ambiente montanhoso que influencia as diferentes formas de uso e ocupação existentes. Desta forma, a proposi

Os diálogos e parcerias potenciais e em andamento incluem sociedade civil organizada, universidades, escolas, unidades de conservação, comunidades tradicionais e prefeituras.

REFERÊNCIAS

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. **Atlas das unidades de conservação municipais do estado do Rio de Janeiro**. Organização: Renata de Souza Lopes, Marcio Lima Ranauro, Juliana Vasconcellos Baptista. Rio de Janeiro: INEA, 2024.

SOARES, T. M. et al. Um novo capítulo para o Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense: criação, desmonte e retomada da sua missão. **((o))eco - Jornalismo Ambiental**, Rio de Janeiro, 29 jul. 2024. Disponível em: https://www.oeco.org.br/analise/um-novo-capitulo-para-o-mosaico-da-mata-atlantica-ce ntral-fluminense-criacao-desmonte-e-retomada-da-sua-missao/. Acesso em: 14 set. 2025.

UNESCO. Programa Internacional de Geociências e Geoparques. **Geoparques Mundiais da UNESCO.** [Paris]: UNESCO, 23 jul. 2025. Disponível em: https://www.unesco.org/en/iggp/geoparks/about. Acesso em: 14 set. 2025.

AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A REGIÃO DA BAIA DA ILHA GRANDE – RJ: CONFLITOS E POTENCIALIDADES

Marcos Leu[1]
Lucas Celestrini[2]
Thainá Moreira[3]
Cláudia Ramos[4]
Monika Richter[5]

Resumo:
As unidades de conservação (UCs) compreendem um dos mais bem sucedidos e utilizados instrumentos para a proteção da biodiversidade e patrimônio natural, como apontam Drummond, Franco e Oliveira (2010). No Brasil as UCs recebem corpo principalmente a partir da lei n° 9.985, de 18 de julho, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, trazendo definição legal. Todavia, embora apresentem um passo importante rumo a novas perspectivas na relação homem x natureza, as UCs também são fortemente associadas a situações de conflitos como aponta Vivacqua (2005), devido as diferentes concepções do que seria a proteção dos recursos naturais, questões relacionadas aos interesses de diferentes atores sociais e políticos e etc. em suma, as UCs são grandes vetores de conflitos de natureza territorial e socioambiental. Este estudo busca analisar o papel das UCs nesses conflitos e seus potenciais na região escolhida.
Palavras-Chave: Unidades de Conservação; Conflitos; Baía da Ilha Grande.

Abstract:
Conservation units (CUs) are one of the most successful and widely used instruments for protecting biodiversity and natural heritage, as pointed out by Drummond, Franco, and Oliveira (2010). In Brazil, CUs were established primarily by Law No. 9,985 of July 18, which established the National System of Nature Conservation Units (SNUC), providing legal definition. However, although they represent an important step toward new perspectives on the human-nature relationship, CUs are also strongly associated with conflict situations, as pointed out by Vivacqua (2005). This is due to different conceptions of what constitutes natural resource protection and issues related to the interests of different social and political actors. In short, CUs are major vectors of territorial and socio-environmental conflicts. This study seeks to analyze the role of CUs in these conflicts and their potential in the chosen region.
Keywords: Conservation Units; Conflicts; Ilha Grande Bay.

Introdução:

A região da Baía da Ilha Grande (BIG), localizada no sul do estado do Rio de Janeiro, é historicamente marcada pela presença de conflitos relacionados a terra, como aponta o

[1] Marcos Vinicius de Souza Leu, IEAR/UFF, marcos_leu@id.uff.br
[2] Lucas Celestrini Merovil da Silva, IEAR/UFF, lucascelestrini@id.uff.br
[3] Thainá Moreira de Souza, IEAR/UFF, thaina_moreira@id.uff.br

[4] Cláudia Ramos da Silva Ferreira, IEAR/UFF, claudiaramos@id.uff.br
[5] Monika Richter, DGP/IEAR/UFF, mrichter@id.uff.br

relatório "Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988), elaborado por Medeiros em 2015. A região é marcada por uma dinâmica territorial complexa, com um intenso fluxo de pessoas devido aos empreendimentos que ocorrem ali, como as Usinas Nucleares e o Terminal da Petrobrás, juntamente com uma forte presença do turismo, principalmente aquele de segunda residência, devido a suas belas paisagens e relativa distância dos grandes centros urbanos. Em paralelo a isso a região também é conhecida pela presença de número considerável de Comunidades Tradicionais (64 de acordo com os levantamentos realizados pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina – OTSS) que vão desde grupos Quilombolas, Indígenas e Caiçaras.

Nesse contexto, as UCs estão fortemente presentes na região, com um total de 12 UCs distribuídas em diferentes níveis de gestão e categoria de uso, com a maioria dos mesmos tendo sua origem muito antes da criação do SNUC, como pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 1: Unidades de Conservação em Angra dos Reis e Paraty – RJ.

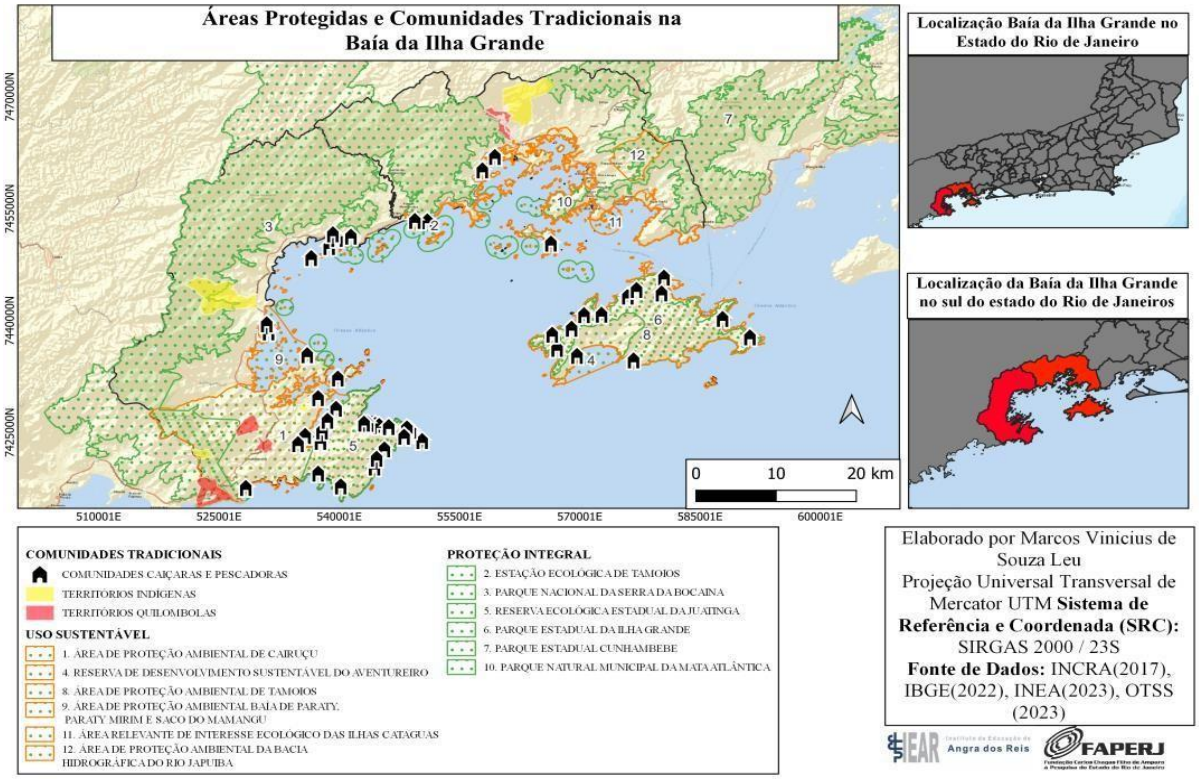
Nome da Unidade de Conservação	Gestão	Tipo de Uso	Criação	Área Total (ha)
Parque Nacional da Serra da Bocaina	Federal	Proteção Integral	1971	104.000
Área de Proteção Ambiental de Cairuçu	Federal	Uso Sustentável	1983	33.800
Estação Ecológica de Tamoios	Federal	Proteção Integral	1990	8.450
Reserva Ecológica da Juatinga	Estadual	Proteção Integral	1992	8.000
Parque Estadual da Ilha Grande	Estadual	Proteção Integral	1971	12.052
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro	Estadual	Uso Sustentável	1990	1.312
Parque Estadual do Cunhambebe	Estadual	Proteção Integral	2008	38.053
Área de Proteção Ambiental de Tamoios	Estadual	Uso Sustentável	1986	21.400
Área de Proteção Ambiental da Japuíba	Municipal (Angra dos Reis)	Uso Sustentável	2007	2.320,47
Parque Natural Municipal da Mata Atlântica	Municipal (Angra dos Reis)	Proteção Integral	2017	1.110
Área de Relevante Interesse Ecológico das Ilhas Cataguás	Municipal (Angra dos Reis)	Uso Sustentável	2007	914
APA da Baía de Parati Mirim e Saco do Mamanguá	Municipal (Paraty)	Uso Sustentável	1983	5.642

Fonte: LEU e Richter (2024)

Essas UCs, foram em grande parte elaboradas em processos de cima para baixo, sem a consulta das comunidades que viviam na região muito antes de suas elaborações, o que fica

evidente ao se analisar o considerável número de sobreposições presentes na região e de conflitos entre comunidades tradicionais e UCs, o mapa a seguir deixa evidente a espacialização das UCs na região, com ênfase nos munícipios de Angra dos Reis e Paraty, tendo em vista a titulação do municipio de Paraty e da Ilha Grande, em Angra dos Reis, de Patrimônio Mundial, como sítio misto, reconhecido pelos seus valores culturais e naturais excepcionais, com Santos e Raimundo (2024), apontando como a inclusão dos povos tradicionais da região que possibilitou a concessão de tal título.

Figura 1: Mapa com as Unidades de Conservação e comunidades tradicionais na região da Baía da Ilha Grande.



Fonte: Leu e Richter (2024)

Estas sobreposições estão relacionadas a uma série de conflitos na região, que foram documentados e referenciados em trabalhos e pesquisas ao longo dos anos, de natureza socioambiental e territorial, no que tange as comunidades tradicionais, esses conflitos socioambientais têm origem nas disputas entre diferentes grupos sociais e suas formas de se relacionar com a natureza (Little, 2001), tendo em vista a perspectiva preservacionista de muitos gestores de UCs, pautada em um ideal de natureza intocada, como apontado por Diegues (2000) que enxerga impossibilidade na coexistência entre so seres humanos e a natureza.

Material e Métodos:

Essa pesquisa se deu inicialmente me caráter exploratório, partindo por uma etapa de pesquisa bibliográfica, focada nos temas de conflitos socioambientais e territoriais, buscando trazer seus conceitos; no ambito das UCs buscando trazer ao mesmo tempo base documental do histórico das mesmas como política e na região da BIG, mas também no contexto da criação de um SIG, em conjunto com levantamentos de dados cartográficos a respeito das Comunidades Tradicionais na região. Além disso, se deu uma pesquisa para trazer os conflitos no contexto da região da BIG, buscando entender como as UCs se integram nesses conflitos, ao mesmo tempo se buscou trazer os aspectos positivos das UCs para a região e para as comunidades tradicionais presentes no território.

Logo a pesquisa se deu a partir de levantamento bibliográfico, conceitual e teórico, levantamento cartográfico, processamento de dados e criação de um banco de dados tabelares e SIG.

Resultados e Discussão:

Fica evidente o papel fundamental que as UCs possuem na região da BIG na manutenção dos recursos naturais e na proteção da região, até certo nível, da especulação imobiliária e de empreendimentos do gênero, contribuindo inclusive para a manutenção dos territórios das comunidades tradicionais na região, todavia, como apontam Leu e Richter (2023), existe grande material a respeito de conflitos envolvendo UCs e Comunidades Tradicionais na região, em grande parte originados nas restrições e impedimentos de determinadas práticas, mas também se dando muito devido a truculência das abordagens, pois muitas dessas comunidades enxergam o papel das UCs na preservação da natureza da região.

Dessa forma, a região viu alguns conflitos emblemáticos encontrarem resoluções seja por meio dos Termos de Compromisso, como apontam os autores Dias e Seixas (2019), no caso da ESEC Tamoios com os pescadores da comunidade de Tarituba, mas também na recategorização de uma UC de proteção integral, para uso sustentável na Ilha Grande, que possibilitou que a comunidade caiçara do Aventureiro pudesse continuar a manter suas práticas até certo nível.

Nesse aspecto vemos uma postura contraditória nas UCs que se sobrepõem a territórios de comunidades tradicionais, onde se por um lado o SNUC trata da expulsão da presença humana em

UCs de proteção integral, ele ao mesmo tempo permite a presença de comunidades tradicionais, estabelecendo-se normas e ações que busquem compatibilizar a presença dessas populações com os objetivos da UC.

Conclusão:

A região da BIG é marcada por diferentes interesses e conflitos, sendo uma região muito visada por empreendimentos de alto padrão e ao mesmo tempo região lar de grande número de comunidades tradicionais, nesse contexto as UCS se mostram como elementos no centro desses conflitos, ao mesmo tempo que protegem a região da especulação de empreendimentos mais agressivos, contribuindo para a manutenção das comunidades tradicionais na região, elas também muitas vezes se chocam com as comunidades tradicionais restringindo e limitando seus costumes e vivência, ao se basearem em um ideal de conservação da natureza que como aponta Diegues (2000) é marcado pela exclusão do ser humano da natureza.

Nesse contexto, com o recebimento do título de Patrimônio Mundial pela UNESCO, como sítio misto, valorizando não apenas os elementos naturais, mas os culturais, dos povostradicionais na região, fica evidente a necessidade da valorização das comunidades tradicionais na região, já se têm atualmente maiores níveis de participação dessas comunidades na elaboração dos planos de manejo, todavia, deve-se ir além, valorizando a presença dessas comunidades dentro das UCs, e reconhecendo que as mesmas fogem do padrão hegemônico de exploração da natureza, reconhecendo que "As sociedades produzem a sua existência tendo por base tanto as relações sociais que lhes são específicas como os modos de apropriação do mundo material que lhes correspondem." (ACSELRAD, p. 16, 2004), reconhecendo a necessidade de atualizar o conceito de proteção dos recursos naturais, entendendo e valorizando as comunidades tradicionais, que muitas vezes habitam na região muito antes da elaboração das UCs e foram capazes de manter seus territórios ricos em biodiversidade e natureza.

REFERÊNCIAS

DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB/USP, 2000.

DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade; OLIVEIRA, Daniela de. **Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil**. In: GANEM, Roseli Senna (Org.) Conservação da Biodiversidade: legislação e políticas públicas. Brasília: Edições Câmara, 2010. (Série memória e análise de leis, n. 2). p. 341-386.

LEU, Marcos Vinicius de Souza; RICHTER, Monika. **CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E TERRITORIAIS NA BAIA DA ILHA GRANDE/RJ: UMA ANÁLISE RELACIONADA AS UNIDADES DE CONSERVAÇÂO**. Disponível em: https//www.even3.com.br/anais/xi-sapis-vi-elapis/675330-CONFLITOS.

LITTLE, P. E. **Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política**. In: M. Bursztyn (org.) A Difícil Sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MEDEIROS, L. S**. Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)**. Relatório Final, CPDA, UFRRJ. 2015.

SANTOS, Renato Oliveira; RAIMUNDO, Sidnei. "NÃO EXISTE PATRIMÔNIO SEM NÓS": CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O PRIMEIRO SÍTIO MISTO MUNDIAL DO BRASIL.. In: . Disponível em: https//www.even3.com.br/anais/xi-sapis-vi-elapis/689327-NAO-EXISTE-PATRIMONIO-SEM-NOS--CONSIDERACOES-PRELIMINARES-SOBRE-O-PRIMEIRO-SITIO-MISTO-MUNDIAL-DO-BRASIL. Acesso em: 09/08/2025.

VIVACQUA, Melissa; VIEIRA, P. F**. Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação**. In: Politica & Sociedade. Florianópolis: 2005.

A PERCEPÇÃO DE UNIVERSITÁRIOS EM RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ONU: UMA PESQUISA DE CAMPO

Leonardo Moreira Ferreira [1]

João Vitor dos Prazeres Lima [2]

André Ferreira[3]

Resumo

Este estudo analisa a percepção e o nível de conhecimento de estudantes de Administração da Universidade Federal Fluminense (campus Volta Redonda) em relação à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A pesquisa utilizou questionário estruturado, com 69 respostas válidas, aplicando técnicas de análise quantitativa adaptadas. Para facilitar a interpretação, as escalas Likert foram agrupadas em três categorias (negativa, intermediária e positiva). Os resultados indicam baixo conhecimento prévio dos respondentes sobre a Agenda 2030, embora haja alinhamento com valores como bem-estar coletivo, preservação ambiental e ambientes de trabalho justos. Temas como erradicação da pobreza e acesso à educação de qualidade apresentaram menor sensibilidade, apontando lacunas na formação cidadã. O estudo reforça a necessidade de maior inserção dos ODS no ensino superior.

Palavras-chave: Sustentabilidade; ODS; Agenda 2030; Ensino Superior; Estudantes universitários.

Abstract

This study analyzes the perception and level of knowledge of undergraduate Business Administration students at the Federal Fluminense University (Volta Redonda campus) regarding the 2030 Agenda and the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs). A structured questionnaire was applied, with 69 valid responses, using quantitative analysis. To facilitate interpretation, Likert scales were clustered into three categories (negative, intermediate, positive). Results indicate that most respondents show little prior knowledge of

[1] Leonardo Moreira Ferreira. Universidade do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro/RJ. E-mail: leonardo.ferreira@graduacao.ie.ufrj.br. [2] João Vitor dos Prazeres Lima. Universidade Federal Fluminense – UFF, Volta Redonda/RJ. E-mail: joaovitorlima@id.uff.br. [3] André Ferreira. Universidade Federal Fluminense – UFF, Volta Redonda/RJ. E-mail: andref@id.uff.br.

the 2030 Agenda, although they express alignment with values such as collective well-being, environmental preservation, and fair working conditions. On the other hand, themes such as poverty eradication and access to quality education received less attention, highlighting important gaps in civic education. The study reinforces the need for greater integration of SDGs into higher education.
Keywords: Sustainability; SDGs; 2030 Agenda; Higher Education; University Students.

Introdução

A Agenda 2030, lançada pela ONU em 2015, consolidou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, abordando desde a erradicação da pobreza até a preservação ambiental e a promoção de sociedades inclusivas. O desafio colocado pela Agenda é de caráter global, mas sua concretização depende de ações locais, inclusive no âmbito educacional. Nesse cenário, as universidades assumem papel estratégico na formação de cidadãos e lideranças capazes de enfrentar os desafios socioambientais contemporâneos (Leal Filho, 2021). Pesquisas recentes mostram, contudo, que o conhecimento dos estudantes sobre os ODS ainda é limitado, mesmo em cursos que preparam futuros gestores (Gonçalves-Dias; Herrera; Cruz, 2013). Este artigo investiga como estudantes de Administração da UFF-Volta Redonda percebem e se relacionam com os ODS.

Materiais e Métodos

A pesquisa é aplicada, de caráter descritivo e abordagem quantitativa (Gil, 1991; Malhotra, 2001). O universo abrangeu 688 discentes e egressos de Administração da UFF-Volta Redonda, dos quais 69 responderam ao questionário estruturado, aplicado via Google Forms. O instrumento contemplou três blocos: (i) identificação sociodemográfica e conhecimento prévio sobre os ODS; (ii) práticas sustentáveis cotidianas e consciência ambiental; e (iii) percepção sobre cada um dos 17 ODS, com uso de escalas Likert. Para a análise das respostas, utilizou-se a métrica Net Promoter Score (NPS), aqui adaptada ao contexto dos ODS. O NPS é calculado pela diferença entre a proporção de promotores (respostas positivas) e detratores (respostas negativas), resultando em um índice entre –100 e +100. Na presente pesquisa, consideraram-se como detratores as respostas 1–6 (em escalas de 1–10) e 1–2 (em escalas de 1–5); como neutros, 7–8 (em escalas de 1–10) e 3 (em escalas de 1–5); e como promotores, 9–10 (em escalas de 1–10) e 4–5 (em escalas de 1–5). Esse procedimento permitiu classificar os ODS segundo o nível de adesão estudantil, distinguindo zonas críticas (–100 a 0),

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

aceitáveis (1 a 49), excelentes (50 a 74) e de referência (75 a 100).

Resultados e Discussão

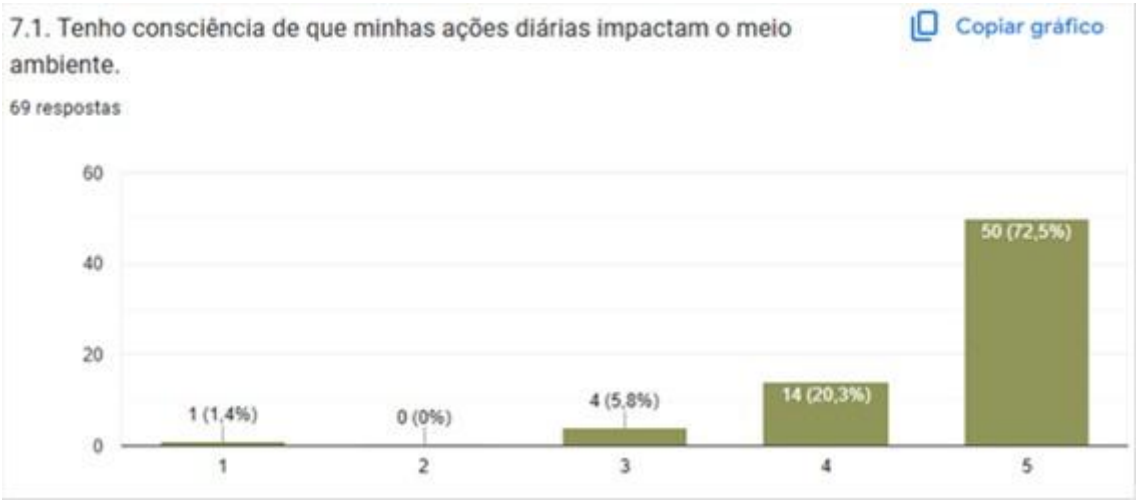
O perfil da amostra revelou predominância feminina (59,4%), com maioria entre 18 e 30 anos. Quanto ao conhecimento sobre a Agenda 2030, 74% declararam pouco ou nenhum conhecimento, apenas 5,8% relataram conhecimento pleno, e 20,3% situaram-se em grau intermediário. Esse dado sugere um déficit formativo relevante.

Na dimensão ambiental, os resultados, já reclassificados pelos clusters, indicam quase unanimidade: 95,5% reconheceram que suas ações impactam o meio ambiente; 97,1% consideraram o aquecimento global um problema urgente; e 94,2% defenderam equilíbrio entre crescimento econômico e preservação ambiental. Entretanto, apenas 34,8% afirmaram adotar práticas sustentáveis cotidianas, ao passo que 47,8% se situaram no nível intermediário. Esse contraste evidencia um 'gap atitude–comportamento', isto é, a distância entre consciência ambiental e práticas efetivas.

Gráfico 1 – Conhecimento sobre o tema

Fonte: Pesquisa de campo

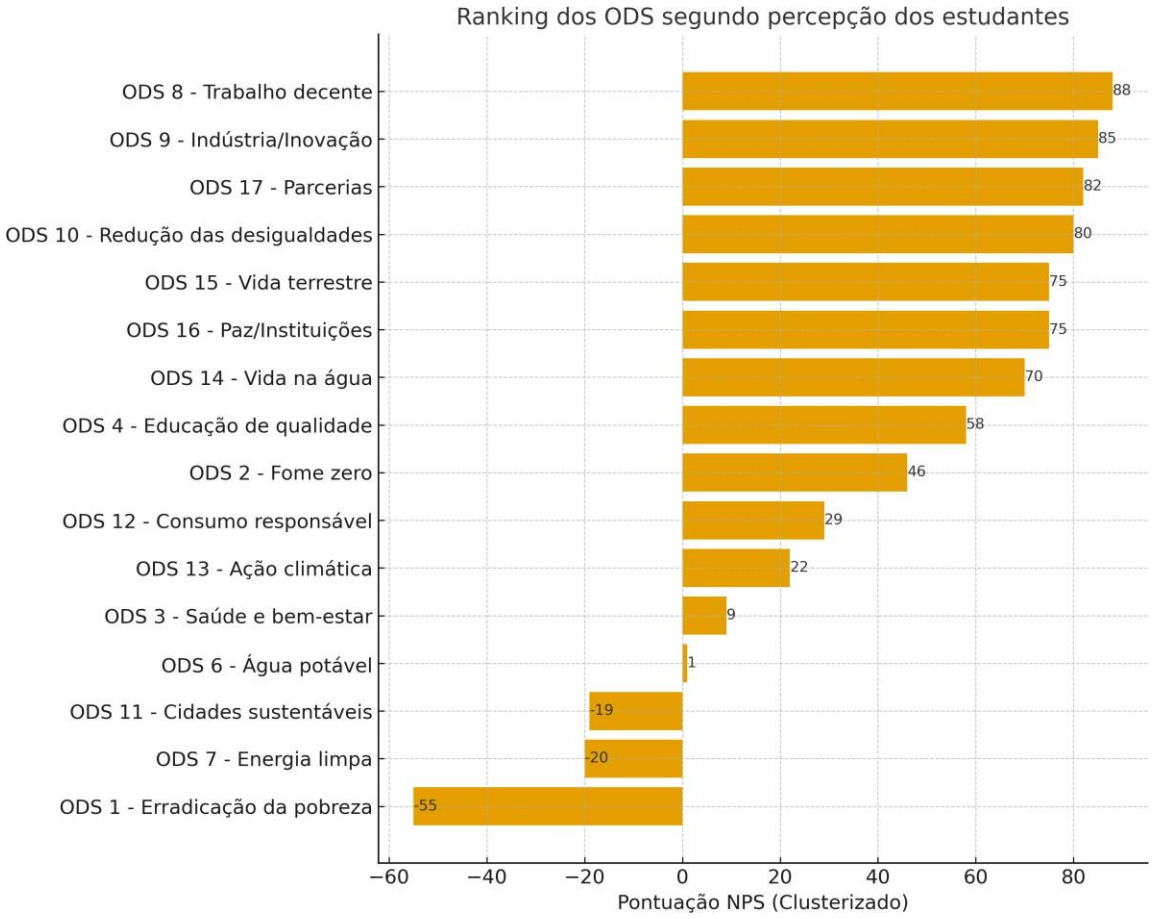
Gráfico 2 – Consciência Ambiental



Fonte: Pesquisa de campo

A análise por ODS revelou maior adesão ao ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico), destacando a valorização de ambientes de trabalho justos. Esse resultado corrobora a literatura que aponta a geração jovem como mais exigente em relação a condições de trabalho (Leal Filho, 2021). Outros objetivos bem avaliados foram ODS 10 (redução das desigualdades) e ODS 17 (parcerias), sinalizando preocupação com justiça social e cooperação. Por outro lado, ODS 1 (erradicação da pobreza) e ODS 4 (educação de qualidade) obtiveram baixa adesão, sugerindo uma desconexão entre problemas estruturais do país e a percepção estudantil.

Gráfico 3 – Ranking dos ODS mais valorizados pelos estudantes



Fonte: Pesquisa de campo

Esses resultados dialogam com pesquisas anteriores que apontam para uma crescente valorização de pautas relacionadas à equidade e bem-estar coletivo entre os jovens, mas também para a dificuldade de engajamento em questões estruturais mais amplas (Fukuda-Parr, 2016). A partir dessa perspectiva, observa-se que a universidade precisa ampliar sua abordagem sobre os ODS, promovendo experiências práticas que superem a distância entre

valores e ações concretas.

Conclusões

A pesquisa evidencia que, embora a maioria dos estudantes possua conhecimento limitado sobre a Agenda 2030, há forte adesão a valores alinhados aos ODS, especialmente no que diz respeito ao trabalho decente, à redução das desigualdades e à cooperação internacional. Em contrapartida, temas como erradicação da pobreza e educação de qualidade tiveram baixa priorização. Essa assimetria revela a necessidade de ampliar a inserção dos ODS nos currículos universitários, com estratégias pedagógicas que conectem teoria e prática. O estudo reforça que a integração da sustentabilidade ao ensino superior é essencial para formar lideranças mais conscientes e engajadas socialmente.

Referências

ARAÚJO, A. O.; OLIVEIRA, M. C. Tipos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1997.

BRUNSTEIN, J.; GODOY, A. S.; SILVA, H. C. Educação para sustentabilidade nas escolas de administração. São Carlos: RiMa, 2014.

FUKUDA-PARR, S. From the Millennium Development Goals to the Sustainable Development Goals. Gender & Development, v. 24, n. 1, p. 43–52, 2016.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.

GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; HERRERA, C. B.; CRUZ, M. T. S. Desafios para inserir 'Sustentabilidade' nos currículos de Administração. RAM, v. 14, n. 1, 2013.

LEAL FILHO, W. Universities, sustainability and society: A SDGs perspective. Cham: Springer, 2021.

MALHOTRA, N. K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ONU. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: ONU Brasil, 2015.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

7. POLÍTICAS CULTURAIS

André Gardel (UNIRIO)
Lia Calabre (Casa de Rui Barbosa)
Maria Helena Versiani (Museu da República/UFRRJ)

As manifestações culturais do Rio de Janeiro estão nos modos de viver, na arte, nos museus, arquivos, bibliotecas, saberes em movimento vivo pelas ruas, comunidades, terreiros, rincões diversos. Como sujeitos que fazem a história e a reescrevem a cada dia. Cultura como cultivo da terra, das almas, dos corpos, do imaginário. Natureza-cultura que preserva e revitaliza a fauna e a flora, que interliga entidades, encantados, ervas, ritmos, melodias. Culturas populares, de massa, cultas, étnicas. Comunidades indígenas e quilombolas, folguedos, academias, galeras. Samba de caboclo, Folia de Reis, Jongo da Serrinha, Escolas de samba, baile funk, baile charme do viaduto, batalhas dos *slams*, shows na praia, esquinas, salas de teatro, cinema, tendas, barracões. Um Rio *artivista* que pulsa e se revigora, poroso às ancestralidades, à vida presente, construindo solidariedades resistentes, enfrentando os círculos viciosos dos poderes e corrupções, que não abrem mão do dirigismo cultural e científico. O repertório fluminense está na pluralidade das expressões culturais e das formas de produção de conhecimento. Dignificar as suas vivências libertadoras requer, não só respeitá-las, mas garantir condições concretas de sua fruição e sustentabilidade. O direito à cultura está previsto na Constituição Federal e a garantia deste direito, no estado do Rio de Janeiro, exige a implementação de políticas públicas democráticas, comprometidas com o reconhecimento, a valorização e a difusão da diversidade cultural fluminense.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

THIS IS: PARQUE DE MADUREIRA MESTRE MONARCO

Lethícia Gerhard Santos Sena Pimenta[1]

Resumo
O Parque Madureira Mestre Monarco, inaugurado em 2012, é um dos principais espaços públicos de lazer da zona norte do Rio de Janeiro. Com infraestrutura esportiva, áreas verdes, equipamentos culturais e atividades comunitárias, tornou-se referência na democratização do acesso à cultura e ao lazer. Contudo, ao longo dos anos, enfrentou problemas de gestão e manutenção, refletindo a instabilidade das políticas públicas. Este trabalho analisa o Parque como patrimônio cultural vivo, destacando sua relevância para o turismo comunitário. As manifestações culturais presentes no espaço, como rodas de samba, batalhas de slam, capoeira e danças urbanas fortalecem a identidade local. Sua sustentabilidade depende de políticas culturais contínuas, planejamento participativo e integração comunitária, garantindo seu papel como espaço de encontro, memória e diversidade.
Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Madureira; Parque Madureira; Lazer; Turismo Cultural.

Abstract
Parque Madureira Mestre Monarco, inaugurated in 2012, is one of the main public leisure spaces in the northern zone of Rio de Janeiro. Featuring sports facilities, green areas, cultural equipment, and community activities, it has become a reference in democratizing access to culture and leisure. Over the years, however, it has faced management and maintenance challenges, reflecting the instability of public policies. This study analyzes the Park as a living cultural heritage and highlights its relevance to community tourism. Cultural manifestations present in the space, such as samba circles, slam battles, capoeira, and urban dances strengthen local identity. It concludes that its sustainability depends on continuous cultural policies, participatory planning, and community integration, ensuring its role as a space for gathering, memory, and diversity.
Keywords: Cultural Heritage; Madureira; Madureira Park; Leisure; Cultural Tourism.

Introdução

O Rio de Janeiro possui um amplo repertório de expressões culturais que se manifestam nas ruas, praças e espaços públicos, refletindo uma identidade marcada pela diversidade e pela criatividade popular. O Parque Madureira Mestre Monarco, inaugurado em 2012, representa uma intervenção urbana estratégica, oferecendo lazer gratuito, espaços esportivos, atividades culturais e de convivência. Este trabalho busca compreender o papel do Parque como patrimônio cultural vivo e sua vocação para o turismo cultural, discutindo como as políticas públicas influenciam sua manutenção e potencial de valorização.

As manifestações culturais do Rio de Janeiro se expressam de forma pulsante nos modos de viver, nos saberes em movimento vivo pelas ruas e nas comunidades. Neste contexto, a criação de espaços públicos democráticos e de qualidade emerge como uma política cultural

[1]Lethícia Gerhard Santos Sena Pimenta, CEFET RJ, lethicia.pimenta@aluno.cefet-rj.br

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

fundamental para dignificar essas vivências e garantir o direito à cultura.

Materiais e Metódos

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa. A metodologia empregada neste estudo incluiu a observação direta do atrativo turístico Parque Madureira Mestre Monarco, visitas técnicas ao local para análise, revisão bibliográfica sobre parques urbanos, lazer, turismo e a região da Grande Madureira. A pesquisa bibliográfica abrangeu obras sobre a teoria do ciclo de vida de destinos turísticos de Butler (1980) e reflexões sobre a importância da manutenção do espaço público, como a "Teoria das Janelas Quebradas", autores que abordam a relação entre lazer, cultura e sociedade (Valle; Misaka; Freitas, 2018) e (Fernandes; Pacheco, 2020).

Resultados e Discussão

A análise dos usos e costumes do Parque Madureira Mestre Monarco, aliada à investigação de seu ciclo de vida, revela um panorama complexo e multifacetado. Inicialmente concebido como um espaço democrático de lazer e convívio para a população suburbana, o Parque experimentou um período de auge (2012-2015), caracterizado pela apropriação do espaço pela comunidade, conforme idealizado pelo arquiteto Ruy Rezende. Este auge foi impulsionado pela infraestrutura diversificada e bem conservada, que oferecia desde áreas esportivas e de lazer infantil até pistas de caminhada e espaços para eventos culturais, suprindo uma carência histórica de equipamentos de lazer na região da Grande Madureira. A localização estratégica e o fácil acesso também contribuíram para consolidar o Parque como um ponto de referência, atraindo moradores e visitantes em busca de lazer de qualidade próximo às suas residências, em consonância com o conceito de direito à cidade (Lefebvre, 2008).

Durante essa fase, o Parque Madureira não apenas cumpriu seu papel social de promover lazer e bem-estar, mas também se destacou como um símbolo de inclusão e revitalização urbana, democratizando o acesso a um ambiente seguro e qualificado para atividades diversas. Eventos de grande porte, como o show da cantora Anitta, campeonato de BMX, apresentações da Velha Guarda da Portela entre várias atividades que ocorrem na Praça do Samba que evidenciaram a capacidade do Parque de atrair públicos grandes e de se inserir no circuito cultural da cidade, gerando visibilidade e reforçando seu potencial como um atrativo turístico para além da comunidade local.

Entretanto, a pesquisa aponta para um processo de esgotamento do Parque Madureira, perceptível após o período de auge. Este esgotamento manifesta-se na deterioração da infraestrutura, na falta de manutenção, na insegurança crescente, na diminuição da diversidade de atividades, a falta do uso e divulgação correta da Arena Carioca Fernando Torres. Este

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

cenário corrobora a Teoria do Ciclo de Vida de Destinos Turísticos de Butler (1980), que incluindo equipamentos urbanos de lazer como parques, passam por fases de exploração, desenvolvimento, consolidação, estagnação e potencial declínio ou revitalização. O Parque Madureira, neste momento, parece se encontrar na fase de estagnação, onde o uso excessivo, a falta de cuidado e a ausência de investimentos em manutenção e renovação comprometem a qualidade da experiência e a satisfação dos usuários.

A Teoria das Janelas Quebradas (Valle; Misaka; Freitas, 2018) também se mostra pertinente para analisar a estagnação do Parque. A falta de manutenção e a presença de pequenos sinais de deterioração (as "janelas quebradas") podem gerar um ciclo de descuido e depredação, afastando os frequentadores e comprometendo a segurança e a ordem no espaço público. A pesquisa destaca a importância da manutenção contínua e da segurança reforçada como medidas essenciais para reverter este ciclo e preservar a qualidade do Parque Madureira como um espaço de lazer e potencial atrativo turístico.

Conforme apontado na pesquisa, a revitalização do Parque Madureira é possível através de um planejamento estratégico, investimentos em infraestrutura e manutenção, diversificação das atividades e uma gestão eficiente e participativa. Neste contexto, a pandemia de COVID-19 mudou a importância do lazer. O Parque Madureira, em sua localização estratégica no subúrbio, ganhou novo significado como refúgio e espaço de convívio ao ar livre em meio à cidade, ressaltando a importância do lazer como direito social fundamental, conforme assegurado pela Constituição Federal Brasileira.

A criação do Memorial Mestre Monarco e do Bosque da Memória em homenagem às vítimas da COVID-19, em um espaço próximo à concha Acústica, representa um movimento de ressignificação do espaço e de valorização da memória e da cultura. A escolha do Baobá, árvore com forte simbolismo na cultura africana e na história da Portela, reforça a identidade cultural do bairro e pode se configurar como um novo atrativo dentro do Parque, conectando lazer, memória e cultura (Fernandes; Pacheco, 2020).

Os resultados da pesquisa demonstram que o Parque Madureira Mestre Monarco possui um potencial turístico, inerente à sua infraestrutura, localização, relevância social e cultural. Entretanto, para que este potencial seja plenamente realizado e sustentável, é fundamental superar o atual estado de esgotamento, implementando estratégias de revitalização que priorizem a manutenção, segurança, diversificação de atividades, valorização da identidade local e uma gestão participativa, envolvendo a comunidade e explorando as novas oportunidades e ressignificações. A gestão do Parque Madureira, portanto, deve equilibrar a vocação para o lazer cotidiano da população local com a necessidade de se consolidar como

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

um atrativo turístico, maximizando seus benefícios para o desenvolvimento social e econômico da região.

Conclusões

O Parque Madureira Mestre Monarco, apesar de seu impacto positivo inicial e potencial turístico inegável, enfrenta desafios relacionados à sustentabilidade de sua gestão e conservação. A recuperação e valorização do parque como ativo turístico demandam um esforço conjunto do poder público, da comunidade local e de iniciativas privadas. Ao implementar um plano de revitalização focado na melhoria da infraestrutura, segurança, manutenção e promoção de atividades que valorizem a cultura local e o turismo, o Parque Madureira poderá retomar seu papel como um importante equipamento de lazer e atração turística, contribuindo para o desenvolvimento social, cultural e econômico da região da Grande Madureira e do Rio de Janeiro. A pesquisa ressalta a importância da gestão contínua e da atenção às dinâmicas do ciclo de vida de atrativos turísticos urbanos para garantir sua longevidade e benefícios para a comunidade.

REFERÊNCIAS

BUTLER, R. W. O conceito de ciclo de vida da área turística: implicações para o gerenciamento de recursos. Tradução de Luís Carlos Prestes Filho. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 1-12, 2003. Disponível em: http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/cvturismo/article/view/18. Acesso em: 16 maio 2025.

DOS SANTOS, R. F.; PACHECO, R. *Lazeres: para fazer melhor é preciso compreender*. [S.l.]: Editora Senac São Paulo, 2018.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

VALLE, N. do; MISAKA, M. Y.; FREITAS, R. A. da S. Uma reflexão crítica aos movimentos de lei e ordem – teoria das janelas quebradas. *Revista Juris UniToledo*, v. 3, n. 4, 18 out. 2018. Disponível em: http://ojs.toledo.br/index.php/direito/article/view/3055. Acesso em: 28 set. 2023.

Agradecimento

Agradeço primeiramente, a Deus, que me sustentou durante toda a pesquisa. As instituições, públicas, gratuitas e de qualidade que tive o prazer de poder estudar. A minha família, os que me apoiaram e sonharam comigo. Aos queridos amigos que me fizeram rir quando mais queria chorar nessa trajetória acadêmica.

FESTIVAIS GASTRONÔMICOS REGIONAIS: PERCEPÇÕES SOBRE A FESTA DO AIPIM E DA BANANA NA BAIXADA FLUMINENSE

Luana de Oliveira Santos[1] Marta Lucia Azevedo Ferreira[2]

RESUMO: Este artigo é o resultado de uma pesquisa empírica, qualitativa e exploratória que tem como objetivo analisar as percepções das pessoas que participaram direta ou indiretamente da Festa do Aipim e da Banana realizadas anualmente na Baixada Fluminense, mais especificamente na região rural norte da cidade de Nova Iguaçu. Segundo os entrevistados, as festas auxiliam o fortalecimento da agricultura familiar e dos saberes tradicionais, a aproximação entre produtores, moradores e visitantes, além de estimularem o desenvolvimento de novas práticas gastronômicas. Os hábitos rurais e a extensa área verde se combinam para oferecer aos turistas vivências associadas a tranquilidade, simplicidade, bem-estar e paisagem natural, atmosfera com potencial de geração de melhores condições de vida para produtores, consumidores, moradores e visitantes no horizonte do desenvolvimento territorial sustentável.
PALAVRAS-CHAVE: Cultura Popular. Expressões Culturais. Festivais Gastronômicos Regionais. Baixada Fluminense. Nova Iguaçu.

ABSTRACT: This paper is the result of empirical, qualitative, and exploratory research that aims to analyze the perceptions of participants who took part directly or indirectly in the Cassava and Banana Festival held annually in Baixada Fluminense, more specifically in the city of Nova Iguaçu. According to the interviewees, the festivals help to strengthen family farming and traditional knowledge, bring producers, residents, and visitors closer together, and stimulate the development of new gastronomic practices. Rural habits and the extensive green area combine to offer tourists experiences associated with tranquility, simplicity, well-being, and natural landscapes, an atmosphere with the potential to generate better living conditions for producers, consumers, residents, and visitors on the horizon of sustainable territorial development.
KEYWORDS: Popular Culture. Cultural Expressions. Regional Food Festivals. Baixada Fluminense. Nova Iguaçu.

1. INTRODUÇÃO

A cultura compõe um dos núcleos da indústria criativa que tem na gastronomia um de seus destaques, sobretudo a partir de 2023 com o pleno funcionamento de eventos, feiras e festivais (Firjan, 2025). Os festivais gastronômicos regionais são cada vez mais frequentes, especialmente aqueles que ocorrem junto a áreas verdes, pois além de atraírem turistas, promovem a inclusão social e o desenvolvimento econômico local. Eles vêm se consolidando como importantes expressões culturais em diversas regiões do Brasil, sendo a valorização da produção agrícola, do território e da identidade local aspectos marcantes.

[1] Luana de Oliveira Santos, CEFET/RJ, luana.santos.2@aluno.cefet-rj.
[2] Marta Lucia Azevedo Ferreira, CEFET/RJ, marta.ferreira@cefet-rj.br.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Exemplos interessantes e pouco conhecidos são a Festa do Aipim criada em 2004 e a Festa da Banana que surgiu em 2007 e ocorrem anualmente na Baixada Fluminense. Pertencente à região metropolitana do Rio de Janeiro conhecida como "periferia", Rocha (2020), Braga et al. (2022) e Marcellino e Rodrigues (2025) mostram a estrutura produtiva rarefeita, a força da economia informal, as desigualdades socioeconômicas e a ineficácia de políticas públicas na região, embora com melhorias a partir de 2000, sendo a cidade de Nova Iguaçu uma das mais importantes.

Segundo os autores, a economia da cidade é relativamente diversificada, tendo a região norte características periurbanas ou rurais, com áreas destinadas à agricultura familiar e à preservação ambiental. Como cerca de 65% do território de Nova Iguaçu é formado por áreas verdes, este é um fator de atração turística, destacando-se neste caso a Reserva Biológica de Tinguá (Rebio), zona de proteção ambiental e área potencial para projetos estratégicos, ambientais e turísticos ligados à preservação do patrimônio natural e cultural da cidade.

Tinguá fica a 25 km do centro de Nova Iguaçu e sedia a Festa do Aipim, enquanto Jaceruba, distante 35 km do centro da cidade, sedia a Festa da Banana, ambas na região norte da cidade. Elas atraem a atenção dos visitantes na ocasião das festas revelando os valores históricos, as potencialidades locais, além de dinamizarem a economia local. Como lembra Angelo (2015), as festas surgiram por iniciativa dos produtores rurais e moradores locais, dada a ausência do poder público, daí a busca pela valorização do território e pelo fortalecimento da economia local.

Além de formas de resistência cultural, as festas contribuem para dinamizar a gastronomia local como núcleo da economia criativa. O presente resumo visa contribuir para a compreensão da dinâmica cultural da Baixada Fluminense e de Nova Iguaçu por meio desses dois festivais gastronômicos na perspectiva daqueles que deles participaram recentemente. Depois dessa breve introdução, a metodologia e os resultados são descritos, bem como as considerações finais, referências e agradecimentos.

4. METODOLOGIA

A pesquisa realizada é empírica e qualitativa com finalidade exploratória, baseando-se nas percepções daqueles que participaram direta e indiretamente da Festa do Aipim em Tinguá e da Festa da Banana em Jaceruba. Segundo Minayo (2017) e Valle e Ferreira (2025), a pesquisa tem caráter prático e não requer análises quantitativas, privilegiando sentidos subjetivos e permitindo amostras reduzidas, tendo sido realizadas 16 entrevistas. A pesquisa tem também caráter preliminar, de modo a subsidiar pesquisas futuras e mais aprofundadas

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

sobre o tema.

A coleta de dados foi feita a partir de um roteiro contendo perguntas abertas aplicado durante as edições de 2024 e 2025 dos festivais a agricultores, moradores locais e representantes da Prefeitura de Nova Iguaçu e da academia fluminense, sendo neste caso docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) que integram o Observatório de Turismo e Lazer da Baixada Verde. O tratamento dos dados foi baseado na técnica da análise de conteúdo proposta por Bardin (2015) e a síntese dos resultados é descrita a seguir.

5. AS FESTAS DO AIPIM E DA BANANA: RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Festa do Aipim é uma das mais conhecidas e tradicionais da Baixada Fluminense desde que foi introduzida no calendário cultural do estado do Rio de Janeiro pela Lei Nº 6.305/2012. Contudo, ela ocorre desde 2004 em julho, coincidindo com o início da safra de aipim e atraindo um grande número de visitantes em busca de experiencias gastronômicas e paisagens naturais. Celebrado em Tinguá, o cultivo do aipim chama a atenção dos frequentadores da Festa do Aipim para a culinária e as memórias do local, além da beleza da zona de proteção ambiental de Tinguá.

A Festa da Banana, por sua vez, foi organizada pela associação de produtores rurais e moradores locais em 2007 para atrair a atenção dos governantes para a necessidade de melhorias e aproveitando a experiência bem sucedida da Festa do Aipim. Segundo Angelo (2015), as reivindicações redundaram em avanços em infraestrutura, iluminação pública, em serviços de telefonia e de saúde, além de vários casos de regularização fundiária na região. O Quadro a seguir sintetiza os principais benefícios econômicos, culturais, sociais e turísticos apontados pelos entrevistados associados às duas festas analisadas.

Quadro: Principais Percepções dos Entrevistados sobre as Festas do Aipim e da Banana

Eixo Analítico	Benefícios Identificados	percepções	Entrevistado
Econômico	Geração de renda com vendas de comida, artesanato e produtos locais	"É a única época do ano em que todo mundo vende alguma coisa. Até quem não costuma vender nada faz um dinheirinho com bolo de banana ou aipim frito."	Entrevistado 9 – Jaceruba
	Estímulo à produção agrícola e familiar	"A gente planta com mais vontade sabendo que vai ter festa. O aipim que colho para vender na festa já sai todo encomendado."	Entrevistado 4 – Tinguá
	Valorização dos derivados da banana	"Aprendi a fazer geleia de banana e hoje vendo no evento e depois pelo WhatsApp. A festa abriu um novo caminho pra mim."	Entrevistada 2 – Jaceruba
Cultural	Preservação da cultura alimentar e das tradições	"Antes o aipim era só pra fazer o almoço de casa, agora a gente ensina receita de bolo, biscoito, tudo na oficina da festa."	Entrevistada 7 – Tinguá
	Valorização da identidade local e do território	"A festa mostra que a gente tem cultura, que Jaceruba não é só mato. Aqui tem história."	Entrevistado 3 – Jaceruba
Social	Integração da comunidade, organização coletiva	"Todo mundo se junta pra arrumar as barracas, organizar a quadrilha, é um momento que une a gente."	Entrevistado 6 – Tinguá
	Troca intergeracional de saberes	"Minha avó me ensinou a fazer doce de banana. Agora é minha vez de ensinar na oficina."	Entrevistada 5 – Jaceruba
Turístico	Aumento do fluxo de visitantes e visibilidade externa	"Tem gente que nunca ouviu falar de Tinguá e vem pra festa. Isso ajuda o turismo e divulga o lugar."	Entrevistado 8 – Tinguá
	Reconhecimento da comunidade por pessoas de fora	"Já vi gente de fora perguntando como chegar em Jaceruba por causa da Festa da Banana. É um orgulho pra gente."	Entrevistado 1 – Jaceruba

Fonte: Elaboração das Autoras

O aipim e a banana são símbolos econômicos e culturais de Tinguá e Jaceruba, atraindo visitantes que buscam paisagem bucólica e relações de proximidade e reciprocidade típicas de pequenos povoados, ou seja, contato com a natureza e experiências ligadas a um modo de vida mais simples e autêntico. Como destacam Braga et al. (2022) e Santos et al. (2025), ambas as festas reúnem a culinária típica, as músicas, as tradições locais e os símbolos ligados ao cotidiano rural, reforçando-se mutuamente.

Elas contribuem para a valorização de produtos e serviços com identidade local, elemento importante de uma estratégia de desenvolvimento local voltada para o aumento dos níveis de produção, emprego e renda. Existe uma relação entre hospitalidade, alimentação e patrimônio nos festivais regionais. Segundo Neves (2017) e Montandon (2024), o prazer ultrapassa a dimensão do paladar envolvendo um ritual de partilha e respeito mútuo, além da movimentação econômica, cultural, social e turística na região onde ocorrem os festivais gastronômicos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Festas do Aipim e da Banana realizadas anualmente na Baixada Fluminense na cidade de Nova Iguaçu atraem visitantes que podem retornar em edições futuras graças às boas experiências de hospitalidade vivenciadas junto às comunidades rurais locais, divulgando as vantagens percebidas e contribuindo para a atração de novos visitantes. As festividades realizadas na zona de proteção ambiental de Tinguá constituem atrativo à parte,

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

conectando gastronomia e turismo sustentável, além de estimular a inclusão social e o desenvolvimento local.

Os festivais gastronômicos regionais vão muito além da simples comercialização de produtos típicos, proporcionando a troca de informações, conhecimentos e experiências, o desenvolvimento de relações de reciprocidade e solidariedade entre a comunidade e os visitantes, fortalecendo seu elo com a natureza e as expressões culturais locais. A gastronomia é um elemento importante do turismo ao unir experiências sensoriais e culturais por meio de práticas, rituais e representações sociais de valor histórico e popular que ao mesmo tempo dinamizam a economia local, trazendo benefícios de curto prazo para produtores e moradores, mas também de médio e longo prazo se acompanhados de visão estratégica e políticas públicas.

Segundo os entrevistados, as festas auxiliam o fortalecimento da agricultura familiar e dos saberes tradicionais, a aproximação entre produtores, moradores e visitantes, além de estimularem o desenvolvimento de novas práticas gastronômicas. A literatura aponta a proximidade entre o turismo cultural e o turismo sustentável, associação capaz de fortalecer a hospitalidade na região norte de Nova Iguaçu onde os hábitos rurais e a extensa área verde se combinam para oferecer aos turistas vivências associadas a tranquilidade, simplicidade, bem-estar e paisagem natural. Esta atmosfera campestre tem potencial de geração de melhores condições de vida para produtores, consumidores, moradores e visitantes no horizonte do desenvolvimento territorial sustentável.

As festas são espaços de hospitalidade, convívio e sociabilidade, ou seja, permitem intercâmbios e relações capazes de promover solidariedade e bem-estar entre os participantes por intermédio do contato com a vida simples característica do meio rural e do contato com a natureza. Do ponto de vista de pesquisas futuras, a sugestão é ampliar o número de entrevistas nas próximas edições das Festas do Aipim e da Banana mantendo a abordagem qualitativa ou realizar pesquisas quantitativas de ampla cobertura com distintos atores.

REFERÊNCIAS

ÂNGELO, E. R. B. Patrimônio cultural no século XXI: pessoas, lugares, histórias, memórias e identidades em Nova Iguaçu, RJ. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVIII, 2015, Florianóplois, Santa Catarina. **Anais...** Florianópolis : UFSC, 2015, p. 1-18.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo : Edições 70, 2015.

BRAGA, A. S.; MELLO, J. A. V. B.; SILVA, P. T. & MELLO, A. J. R. Estudo

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

netnográfico a partir dos comentários emitidos no Facebook sobre patrimônio e o turismo em Tinguá-RJ-Brasil.

Journal of Tourism & Development, v. 39, p. 405-423, 2022.
FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN).

Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil. Rio de Janeiro : Firjan, 2025.

MARCELLINO I. S. & RODRIGUES, A. O. Análise sobre a estrutura produtiva da Baixada Fluminense e reflexões sobre o desenvolvimento regional. In: VI Seminário de Estudos Conntemporâneos sobre a Baixada Fluminense e I Encontro Nacional de Divulgação Científica nas Periferias. Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. **Anais...** Nova Iguaçu : UFRRJ, 2024, p. 1-16.

MINAYO, M. C. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa,** v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.

MONTANDON, A. Hospitalidade e gastronomia. **Revista Hospitalidade**, v. 21, p. 406-416, 2024.

NEVES, A. Uma reflexão sobre a importância de um festival gastronômico como recurso turístico: um estudo do Festival da Lula em Arraial do Cabo (RJ). **Cadernos de Gestão e Empreendedorismo,** v. 4, n. 3, p. 58-70, 2017.

ROCHA, A. S. Baixada Fluminense: representações entre o desenvolvimento, a violência e o descaso. In: ROCHA, A. S. (Org.). **Baixada Fluminense: estudos contemporâneos e (re)descobertas históricogeográficas.** Duque de Caxias : ASAMIH, 2020. 315p.; p. 13-27.

SANTOS, L. O.; SILVA, M. E. F. & MELLO, J. A. V. B. Sustentabilidade em festivais regionais: uma análise da festa do aipim no Rio de Janeiro. **Chakiñan: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades,** 2025 (no prelo).

VALLE, P. R. D. & FERREIRA, J. D. L. Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. **Educação em Revista,** v. 41, e49377, 2025.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por meio do Código de Financiamento 001.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ENTRE ONDAS, MEMÓRIAS E OSSADAS: O CASO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO CEMITÉRIO DE MANGUINHOS/RJ

Paula Souza[1]
Luisa Rocha[2]
Júlia Riscado[3]
Simonne Teixeira[4]

Resumo: Entre ossadas reveladas pelas marés e memórias que insistem em permanecer, o cemitério de Manguinhos/RJ testemunha a violência do passado e a luta pela dignidade no presente. Nesta breve inquietação, procuramos expor a relação tecida entre o Quilombo de Barrinha/RJ - a partir de uma conversa com a Líder Comunitária - com o sítio arqueológico histórico, revelando ser um local de memórias difíceis, marcado pela violência do tráfico transatlântico e interprovincial de africanos escravizados, mas que também aponta para novos horizontes carregados de transformações sociais e políticas.
Palavras-chave: Patrimônio difícil, Memória quilombola, Justiça social.

Abstract: Amidst bones uncovered by the tides and memories that insist on lingering, the Manguinhos cemetery in Rio de Janeiro bears witness to the violence of the past and the struggle for dignity in the present. In this brief exploration, we seek to expose the intertwined connection between the Quilombo de Barrinha in Rio de Janeiro—based on a conversation with the Community Leader—and the historic archaeological site. It reveals it to be a place of difficult memories, marked by the violence of the transatlantic and interprovincial slave trade, but also points to new horizons charged with social and political transformation.
Keywords: Difficult heritage, Quilombola memory, Social justice.

Introdução

O sítio arqueológico histórico Praia de Manguinhos[5] (RJ00526/INEPAC 213.05.04) localizado, no município de São Francisco de Itabapoana, no interior do estado do Rio de Janeiro estaria associado a um cemitério de escravizados localizado na antiga Fazenda Salinas, na qual pertencia ao traficante André Gonçalves da Graça, cujo o destino dos cativos que ali desembarcavam seriam o de alimentar as fazendas em São João da Barra/RJ[6] (Oscar, 1985).

[1] Paula Oliveira de Souza, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), E-mail: paulasouzahist@gmail.com
[2] Luisa Silva Rocha, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), E-mail: luisasilvarocha12@gmail.com
[3] Júlia Ermínia Riscado, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), E-mail: julia_riscado@yahoo.com.br
[4] Simonne Teixeira, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), E-mail: simonne@uenf.br
[5] Registrado pelo Iphan e pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro (INEPAC) tendo como coordenadas UTM: 10m – 24K – 0288592 – 7625221.
[6] Neste período São Francisco de Itabapoana pertencia ao município de São João da Barra/RJ, tendo somente em 1995 a sua emancipação.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Desse modo, o sítio corresponderia aos períodos dos séculos XVIII e XIX, mais precisamente do ápice da importação de escravizados para a localidade, o que alimentaria a expansão econômica Fluminense, remetendo-se assim, ao período do ciclo canavieiro no litoral do Norte Fluminense (Mendonça de Souza *et al*, 1994). Em 1991, houve uma escavação extensiva do cemitério de Manguinhos[7] que almejava o mapeamento, prospecção e pesquisa dos sítios arqueológicos históricos dos municípios localizados a margem esquerda da faixa litorânea, entre os rios Itabapoana e o Rio Paraíba do Sul, ao Norte do Estado do Rio de Janeiro (Mendonça de Souza *et al*, 1994). Uma característica que chamou a atenção dos pesquisadores naquela época é que nenhum enterramento mostrava algum acompanhamento funerário, vestimentas ou objetos pessoais. Com isso, através de exames da posição corporal e seu arranjo paralelos à linha da praia, os pesquisadores sugeriram que este local fosse designado a sujeitos de "um segmento social pouco privilegiado, possivelmente escravos" (Mendonça *et al*, 1994, p. 52).

Assim como, a partir de pesquisas realizadas com os antigos moradores da localidade (Mendonça de Souza *et al*, 1994) foi possível observar que nenhum dos residentes lembravam dos enterramentos neste cemitério - isso atrelado à maneira como a ossada foi encontrada - demonstrando que a ocupação era bem antiga, contribuindo dessa forma, para a confirmação de ser um local de desembarque de africanos. Como já descrito, a área do cemitério estaria localizada em um local que pertencia a traficantes de escravizados e conferiria após a Lei Eusébio de Queiróz (1850) como um porto ilegal, alimentando o chamado tráfico interprovincial[8]. Após a Lei de 1850 que proibia o tráfico de escravizados para o Brasil, traficantes e negreiros do Rio de Janeiro iniciaram uma tentativa de burlar esta normativa através das entradas pelo mar fluminense até a Província do Espírito Santo, aproveitando-se do vazio demográfico do "poroso litoral" (Pereira, 2011, p. 1).

Os estudos realizados por Pereira (2011; 2019; 2024), há a comprovação de que na Praia de Manguinhos se encontram sepultados africanos que acabaram não resistindo à travessia do Atlântico para a América ou os que vieram a perecer dias após os realizados desembarques. Com o processo de erosão da costa litorânea ocasionada pelo fenômeno da catástrofe climática essas ossadas vêm sendo "reveladas" aos visitantes e moradores da região, o que ocasiona desta forma um impasse na preservação desta área. Foi desta maneira,

[7] Através de um detalhamento do Programa Arqueológico Norte Fluminense (PANF).
[8] O tráfico interprovincial se inicia após a primeira lei anti tráfico - a Lei Feijó de 1831, ou comumente conhecida como "para inglês ver", porque, mesmo sendo promulgada em solo brasileiro por pressão dos ingleses, ela não foi de fato praticada, sendo usada para burlar as pressões impostas pela Inglaterra, mantendo o comércio ilegal de escravizados.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

que parte das ossadas, atualmente sob a guarda da Reserva Técnica Visitável Gabinete de Arqueologia (GabArqueo) chegaram até a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

Material e Métodos

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, combinando levantamento bibliográfico com aproximação inicial à comunidade quilombola de Barrinha/RJ, localizada a 2 km do cemitério da Praia de Manguinhos. Nesse processo, realizou-se um encontro com a liderança local e uma entrevista aberta, priorizando a valorização das narrativas comunitárias como forma de reconhecer o protagonismo das comunidades tradicionais na produção de conhecimento (Bringmann, 2012).

Antes da visita ao Quilombo foram realizadas leituras de livros, artigos acadêmicos e documentos institucionais, este último desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Officina de Estudos do Patrimônio Cultural (GP Officina)[9] e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS). Ao longo dos anos de 2022 a 2024 foi desenvolvido um plano curatorial[10] para o desenvolvimento de um espaço que pudesse abrigar, conservar, expor e extrover estes objetos arqueológicos. Com isso, o GabArqueo abrigado na Uenf foi concebido com o objetivo de ser um espaço que desenvolve pesquisas, mas que preserva, capacita e informa sobre o patrimônio arqueológico Norte/Noroeste Fluminense.

Neste acervo, há exatamente 117 fragmentos de ossadas humanas provenientes da Praia de Manguinhos, trazidos por populares para a Universidade, no entendimento de que este era o espaço propício para a salvaguarda e pesquisa deste material. A partir desse conjunto, surgiram inquietações que motivaram investigações mais aprofundadas sobre as ossadas, até que nos deparamos com a presença da comunidade Quilombola de Barrinha/RJ, que está à apenas 2 km do cemitério. A partir desse momento, foi iniciada uma reflexão sobre as possibilidades de se analisar não somente o artefato isolado, mas compreender como os moradores do Quilombo se relacionam com o sítio arqueológico histórico de Manguinhos.

Resultados e discussão

[9] O GP Officina tem atuado ao longo de mais de 20 anos em pesquisas voltadas à políticas culturais e de preservação, fomentando a identificação, o estudo e a produção científica sobre o patrimônio cultural regional. Além disso, o GP vem pesquisando sobre os sítios arqueológicos da região Norte/Noroeste Fluminense, o que culminou numa formação de um acervo diversificado advindo de prospecções arqueológicas e recebimento de material por parte da comunidade.

[10] Este trabalho foi fruto de uma dissertação de Mestrado desenvolvida por uma das pesquisadoras deste artigo.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Descrever e dialogar sobre a relação do Quilombo com o sítio arqueológico de Manguinhos, expressa a complexidade das chamadas memórias difíceis descritas por Pollak (1989). Em uma conversa de mais de duas horas, a Líder acabou compartilhando relatos que sintetizam a experiência histórica do sofrimento e da resistência associadas àquele território ao cemitério de Manguinhos, e de certa forma, como isto acabou por impactar sua memória individual e coletiva. A líder vive uma "pós-memória" (Menezes, 2018), ou seja, uma memória de segunda mão, não vivenciada, mas incorporada como particular no seu contexto familiar. Aprofundando mais a conversa, a líder acabou expressando uma insatisfação com a maneira de que são tidas as escavações arqueológicas no cemitério de Manguinhos, frisando que essas ações são realizadas sem uma consulta à comunidade Quilombola.

> A gente sabia que catam esses ossos, não sabemos para onde levam - tem um pessoal que pegava, sabemos por notícia. E nesses ossos pode até ter os ossos dos meus antepassados. E nós que somos quilombolas, que têm nossos antepassados lá, que tem uma história lá, não somos notificados. Para onde foi a ossada? (Líder Quilombola, 2025).

Esse questionamento explicita uma reivindicação de reconhecimento político e de participação ativa das comunidades tradicionais na gestão patrimonial. Pereira (2015) salienta sobre isto, em relação às mudanças necessárias frente às políticas direcionadas aos acervos arqueológicos, sobretudo, no acesso das comunidades frente aos territórios que as representam e que as pertencem. Como resultado, a pergunta proferida pela Líder Quilombola, "Para onde foi a ossada? representa uma indagação frente a uma gestão pública ineficaz que acaba por não realizar o gerenciamento desses locais. Mesmo que o cemitério de escravizados em Manguinhos demonstra ser um local que carrega uma violência colonial e uma memória traumática (Assman, 2013), na contemporaneidade ele pode ser utilizado como uma exibição do passado-presente-futuro para a comunidade Quilombola, reconduzindo-o para um local de emancipação identitária e apropriação comunitária.

Conclusões

Nesta breve inquietação, procuramos expor a relação tecida entre o Quilombo de Barrinha com o sítio arqueológico histórico Praia de Manguinhos. Com suas ossadas expostas aos visitantes e moradores que revelam um passado marcado por violências coloniais, mas também aponta para novos horizontes carregados de transformações sociais e políticas. E, por mais que a conversa tida com a Líder Comunitária não represente a totalidade do Quilombo, na posição de líder pode expressar de maneira individual e coletiva, os anseios e vivências

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

que possuem frente ao cemitério de escravizados. Certamente o cemitério da Praia de Manguinhos carrega marcas profundas e hediondas, mas que na atualidade têm "achado" caminhos para se constituir em um local de resistências, reconhecimentos e lutas. O Quilombo de Barrinha luta contra os apagamentos e silenciamentos produzidos pela instituição colonial, constituído assim, por pessoas que desejam construir suas próprias narrativas e memórias, distanciando-se da contação de uma história única. Portanto, a pergunta formulada pela líder comunitária - Para onde foi a ossada? condensa não apenas o sofrimento que carregam dos processos históricos da escravidão, como também, de uma indignação que reconheça a participação da comunidade no gerenciamento do sítio. Os anseios do Quilombo - pelo reconhecimento jurídico do cemitério e pela participação nas decisões sobre a gestão do sítio revelam uma luta contra-hegemônica, que defronta os apagamentos do colonialismo.

As ondas nos revelam aquilo que não podemos esquecer…

Referências

ASSMANN, Aleida. Entrevista "Lembrar para não repetir". Jornal da Unicamp, Campinas, ano 2013, p. 6-7, 10 jun. 2013. Disponível em: https://unicamp.br/unicamp/sites/default/files/jornal/paginas/ju_564_pagina_06e07web.pdf Acesso em: 22 jan. 2025.

BRINGMANN, Sandor Fernando. História Oral e História Indígena: Relevância social e problemática das pesquisas nas Terras Indígenas brasileiras. **Revista Latino-Americana de História**, v. 1, n. 4, p. 7-23, 2012.

LIMA, Tania Andrade. "Arqueologia como ação sociopolítica: o Cais do Valongo, Rio de Janeiro, séc. XIX". **Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**. Vol.7, n.1, Jan-Jun., 2013, pp. 177-207. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/11855/8592. Acesso em: 4 de novembro de 2023.

MACDONALD, Sharon. **Difficult Heritage.** Negotiating the Nazi Past in Nuremberg and Beyond. Routledge, 2009.

MENDONÇA, Sheila de Souza; et. al. **O Cemitério da Praia de Manguinhos: notícias sobre um sítio histórico de Guaxindiba,** RJ. Historical Archaeological in Latin America, The University of South Carolina. Columbia: The Colege of Humanities and Social Sciences, 1994.

OSCAR, João. Escravidão & engenhos: Campos, São João da Barra, Macaé, São Fidélis. Achiamé, 1985. PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. Comendadores no tráfico ilegal de africanos no Rio de Janeiro (1850-1852). **CLIO: Revista Pesquisa Histórica**, v. 42, p. 1-27, 2024.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. Tráfico ilegal de africanos e conexões interprovinciais. **I Jornada Fluminense de História**, 2011.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos; PESSOA, Thiago Campos. Silêncios Atlânticos: sujeitos e lugares praieiros no tráfico ilegal de africanos para o sudeste brasileiro (c. 1830-c. 1860). **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 32, n. 66, p. 79-100, 2019.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992. POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1989.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ANÁLISE DA MULTIESCALARIDADE NO PLANO NACIONAL DE CULTURA: LIMITES, POSSIBILIDADES E A URGÊNCIA DE UMA ABORDAGEM INTEGRADA

Letícia de Souza Blanco[1]
Claudio Santiago Vega de Moura[2]

Resumo:
Este estudo analisa o Plano Nacional de Cultura (PNC), buscando compreender se suas diretrizes abarcam a escala regional e promovem a articulação entre as diferentes instâncias federativas. O recorte empírico é a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, espaço de relevância cultural e complexidade territorial. A pesquisa, de caráter exploratório, baseou-se em revisão bibliográfica, bem como em análise documental da legislação cultural e dos dados de adesão dos municípios ao Sistema Nacional de Cultura. Os resultados evidenciam que, embora a Lei nº 12.343/2010, que instituiu o PNC, mencione a dimensão regional, sua implementação prática se restringe à atuação isolada de Estados e Municípios, sem mecanismos efetivos de integração metropolitana. Essa lacuna reforça desigualdades culturais e institucionais intrarregionais. Conclui-se que o fortalecimento da adesão plena ao SNC e a criação de instrumentos de cooperação intermunicipal são fundamentais para consolidar uma rede nacional de cultura mais integrada e inclusiva.
Palavras-chave: Plano Nacional de Cultural; políticas culturais; escala regional; Região Metropolitana.

Abstract:
This study analyzes the National Culture Plan (PNC), seeking to understand whether its guidelines encompass the regional scale and promote coordination between the different federative levels. The empirical focus is the Metropolitan Region of Rio de Janeiro (RMRJ), a space of cultural relevance and territorial complexity. The exploratory research was based on a bibliographic review in databases such as Scielo and Capes, as well as a documentary analysis of cultural legislation and data on municipal membership in the National Culture System. The results show that, although Law No. 12,343/2010 mentions the regional dimension, its practical implementation is limited to the isolated action of states and municipalities, lacking effective mechanisms for metropolitan integration. This gap reinforces intraregional cultural and institutional inequalities. We conclude that strengthening full membership in the SNC and creating instruments for intermunicipal cooperation are essential to consolidating a more integrated and inclusive national cultural network
Keywords: National Cultural Plan; cultural policies; regional scale; Metropolitan Region.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, voltamos nossa atenção ao Plano Nacional de Cultura (PNC), buscando compreender se seu repertório abrange os múltiplos territórios e as diversas instâncias de

[1]Letícia de Souza Blanco. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. E-mail: leticia.blanco802@gmail.com

[2] Claudio Santiago Vega de Moura. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. E-mail: claudiovega@live.com

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

governo, refletindo se há nesta política a ideia de uma solidariedade de fato territorial que considere a escala regional. Para isso, elencamos como recorte de análise o estado do Rio de Janeiro, especialmente a região metropolitana, a fim de compreendermos como o PNC a considera (ou não). Conforme vemos na Constituição Federal de 1988, nos artigos 23, 24, 215, 216 e 216-A, bem como no Sistema Nacional de Cultura, cada ente federado tem autonomia para produzir seu próprio plano de cultura, conselhos, fundos e sistema de financiamento. Nesse sentido, são esses entes federativos os responsáveis por proporcionar um diagnóstico da cultura e traçar objetivos, estratégias, metas e ações que direcionam as políticas culturais de acordo com as especificidades presentes.

Sendo assim, a fim de que os objetivos e metas, traçados pelo PNC, sejam alcançados, é essencial manter um alinhamento entre o plano nacional e os planos locais (municipais ou estaduais), sendo crucial a adesão dos entes ao Sistema Nacional de Cultura (SNC). A partir dele, constrói-se um processo de gestão e promoção das políticas públicas de cultura democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade, em que cada qual cumpre um papel relevante para o alcance de resultados.

O PNC, em vigência de 2010 a 2024, foi elaborado para todo o território nacional, tendo como objetivo orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil, orientando o poder público na formulação de políticas culturais. Todavia, como as demais políticas nacionais, ela busca abranger territórios histórica e culturalmente diversos, fazendo-nos refletir sobre as seguintes questões-problemas: o PNC, enquanto política nacional, consegue abranger a escala regional? Há um diálogo entre os diferentes entes federativos na implementação do PNC?

MATERIAL E MÉTODOS

Em termos metodológicos, foi realizada uma pesquisa exploratória baseada em revisão de literatura mediante levantamento bibliográfico em bases de pesquisa Scielo e Capes. Com esse levantamento, buscou-se identificar por meio de termos-chave como: território, planejamento, escala, cultura, artigos de periódicos, livros e outros documentos que fundamentassem a discussão teórica deste estudo, como atesta Gil (2002) sobre a elaboração da pesquisa bibliográfica, que deve ser desenvolvida com base no material já elaborado sobre o assunto.

Além disso, para verificarmos se a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) tem sido contemplada e considerada pelo PNC, consultou-se o Sistema Nacional de Cultura a

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

fim de saber quais municípios da RMRJ aderiram e em qual fase se encontram (adesão, institucionalização ou implementação). Como mencionamos anteriormente, a adesão dos municípios ao SNC é crucial para a efetivação das metas e estratégias traçadas pelo PNC a níveis regional e municipal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Lei 12.343/2010, que institui o PNC, encontram-se diretrizes, estratégias e metas que mencionam a escala regional, entre elas estão as relacionadas à promoção do equilíbrio regional, à territorialização e à regionalização das políticas culturais.

Verifica-se que as estratégias e as ações delineadas no PNC mencionam o aspecto regional, considerando-o em seu repertório, alguns exemplos são: 1) promover o investimento para a pesquisa de inovação e a **produção cultural independente e regional**, 2) ampliar e regulamentar as contrapartidas socioculturais, de **desconcentração regional**, 3) ampliar os programas voltados à realização de seminários, à publicação de livros, revistas, jornais e outros impressos culturais [...] privilegiando as iniciativas que **contribuam para a regionalização**, 4) estimular o equilíbrio entre a produção artística e as expressões culturais locais em eventos e equipamentos públicos, valorizando as manifestações e a **economia da cultura regional**, 5) estimular o equilíbrio entre a produção artística e as expressões culturais locais em eventos e equipamentos públicos, **valorizando as manifestações e a economia da cultura regional,** 6) Incentivar modelos de desenvolvimento sustentável que reduzam **a desigualdade regional** e 7) Aperfeiçoar [...] a construção **regionalizada das políticas públicas**, integrando todo o território nacional com o objetivo de reforçar seu alcance e eficácia (Brasil, 2010, grifo nosso).

Assim, nota-se que as categorias “região” e “regional” são acionadas de forma considerável na formulação do PNC, evidenciando-se uma preocupação com a necessidade de sanar o desequilíbrio regional e a urgência de se pensar em políticas culturais que favoreçam a integração regional e o intercâmbio inter-regional.

No SNC, no qual os entes federados se inscrevem, verifica-se que os municípios e estados podem se cadastrar, comprometendo-se de forma isolada a implementar seus planos municipais e estaduais de cultura alinhados ao PNC. Nota-se assim que o acordo de cooperação federativa não alcança a escala intermediária que abrange as regiões. Nesse sentido, apesar de mencionar a escala regional em sua formulação, especialmente nas diretrizes e metas, não vemos no PNC uma preocupação prática com a integração regional que pense em

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

políticas públicas de cultura destinadas às regiões, articulando os municípios de forma integrada. O que temos é a inscrição dos municípios que estão presentes na RMRJ no SNC, de forma isolada, conforme tabela 1.

Tabela 1: Municípios da RMRJ e o PNC

Município	**Data da adesão**	**Fase de integração**
Rio de Janeiro	16/06/2017	Adesão concluída
Magé	31/08/2015	Institucionalização concluída
Guapimirim	03/05/2013	Adesão concluída
Niterói	12/08/2014	Adesão concluída
São Gonçalo	03/06/2013	Adesão concluída
Cachoeiras de Macacu	-	-
Duque de Caxias	12/09/2016	Adesão concluída
Itaguaí	12/12/2014	Institucionalização concluída
Japeri	12/04/2013	Institucionalização concluída
Maricá	21/03/2013	Adesão concluída
Mesquita	06/09/2013	Adesão concluída
Nilópolis	06/09/2013	Adesão concluída
Nova Iguaçu	22/01/2013	Institucionalização concluída
Paracambi	23/06/2017	Adesão concluída
Queimados	-	-
Rio Bonito	16/04/2014	Institucionalização concluída
São João de Meriti	19/10/2015	Adesão concluída
Tanguá	31/05/2016	Institucionalização concluída
Seropédica	27/09/2023	Adesão concluída

Fonte: Brasil (2025)

Conforme vemos na tabela 1, a maioria dos municípios da RMRJ ainda se encontra na primeira fase do Pacto de Cooperação Federativa (adesão), e há outros, como Cachoeiras de Macacu e Queimados, que ainda não aderiram ao SNC. O estado do Rio de Janeiro encontra-se na segunda fase (institucionalização concluída).

Como pudemos notar, o PNC, apesar de mencionar o aspecto regional, na prática, como vemos no SNC, este plano não considera as escalas intermediárias, como as regiões, deixando

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

uma lacuna na integração de políticas culturais. Nesse sentido, migra-se da escala nacional para as escalas estadual e municipal. Nesse contexto, a gestão municipal, embora autônoma, enfrenta limitações financeiras e depende de verbas federais, enquanto os estados falham em articular ações conjuntas entre municípios metropolitanos devido a divergências políticas e econômicas, perpetuando desigualdades intrarregionais. Essa fragmentação prejudica o desenvolvimento cultural e territorial de forma integrada.

CONCLUSÕES

Conclui-se que, embora o PNC represente um avanço significativo nas políticas públicas voltadas à cultura no Brasil, sua abordagem ainda apresenta lacunas importantes, especialmente no que diz respeito às escalas intermediárias da rede urbana.

Para que consigamos estabelecer um plano de cultura destinado à RMRJ, é imprescindível que todos os municípios desta região adiram ao SNC até a última fase (implementação), consolidando uma integração. Ademais, é essencial haver maior intercâmbio e troca cultural entre os municípios, superando as divergências políticas e econômicas existentes. Para isso, é essencial o esforço não só dos governos locais, como também do governo federal que deve ter esse papel de estimular a integração regional.

Diante disso, torna-se urgente repensar e elaborar mecanismos que promovam maior transversalidade e horizontalidade nas políticas culturais em âmbito nacional. É fundamental que a totalidade da rede urbana brasileira — incluindo suas escalas locais, intermediárias e metropolitanas — seja contemplada de forma integrada. Somente assim será possível viabilizar a consolidação do objetivo central do PNC: a formação de uma verdadeira rede nacional de cultura, capaz de promover inclusão, desenvolvimento e diversidade cultural em todo o território nacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010.** Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso em: 4 de jun. de 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p.

BRASIL. **Portaria MTUR nº 46, de 28 de setembro de 2022.** Dispõe sobre a integração dos entes federados ao Sistema Nacional de Cultura – SNC,2022. Disponível em:

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos- normativos-2/2022/portaria-mtur-no-46-de-28-de-setembro-de-2022. Acesso em: 29 de jul de 2025.

BRASIL. **Sistema Nacional de Cultura**, 2025. Disponível em: http://ver.snc.cultura.gov.br/tabela-uf-municipio. Acesso em 29 de jul. de 2025.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Planos dos entes federados, 2025**. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/plano-nacional-de-cultura/texto/planos-dos-entes-federados-1. Acesso em 17 de maio de 2025.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ARQUIVOS PARA GESTÃO DE DOCUMENTOS, TRANSPARÊNCIA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ana Célia Rodrigues[1]
Amanda Barbosa Vilela [2]

Resumo
Discute a contribuição dos arquivos para a gestão de documentos, a transparência e a preservação do patrimônio documental arquivístico nos municípios do Estado do Rio de Janeiro e para a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Trata-se de um estudo bibliográfico e documental sobre os municípios do Estado do Rio de Janeiro com mais de 100 mil habitantes. Os resultados parciais indicaram que os arquivos não são protagonistas sociais e não possuem força política, pois não foram identificados em todos os municípios estudados. Nos programas de governo, poucos tratam dos temas desta pesquisa, o que demostra que os arquivos não são uma preocupação dos candidatos às prefeituras. Espera-se que o debate sobre a importância dos arquivos, da gestão de documentos, da transparência e da preservação deste patrimônio para o desenvolvimento sustentável, seja ampliado, em especial no Estado do Rio de Janeiro.
Palavras-chave: arquivos municipais; gestão de documentos; transparência; patrimônio documental arquivístico; desenvolvimento sustentável.

Abstract
This study discusses the contribution of archives to records management, transparency, and the preservation of archival heritage in municipalities in the state of Rio de Janeiro, as well as to the implementation of the United Nations' 2030 Agenda for Sustainable Development. This is a bibliographic and documentary study of municipalities with over 100.000 inhabitants in the state of Rio de Janeiro. Partial results indicate that archives are not social protagonists and lack political clout, as they were not identified in all municipalities studied. Few government programs address the topics covered in this study, demonstrating that archives are not a concern for mayoral candidates. It is hoped that the debate on the importance of archives, records management, transparency, and the preservation of this heritage for sustainable development will be expanded, especially in the state of Rio de Janeiro.
Keywords: municipal archives; records management; transparency; archival documentary heritage; sustainable development.

[1] Ana Célia Rodrigues, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense - PPGCI/UFF, anaceliarodrigues@id.uff.br.
[2] Amanda Barbosa Vilela, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense - PPGCI/UFF, amandavilela@id.uff.br.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

O tema desta pesquisa aborda o arquivo e sua relação com o acesso à informação, a transparência pública e a preservação do patrimônio documental arquivístico nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, como contribuição para os debates sobre a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 e 16 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Trata-se de pesquisa de doutorado em andamento do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF), que integra a produção do Grupo de Pesquisa Gênese Documental Arquivística, UFF/CNPq.

Em pesquisas anteriores, estudou-se o papel do arquivo, da gestão de documentos e da transparência nos poderes legislativo e executivo no município de Niterói. (Vilela, 2019a; Vilela, 2019b). Os resultados indicaram: a falta da gestão de documentos, a inadequação dos locais de guarda para conservar e preservar os documentos e a falta de procedimentos transparentes de acesso à informação. Estes resultados, somados às pesquisas publicadas pelo Grupo de Pesquisa Gênese Documental Arquivística, justificaram a aprovação do Projeto de Pesquisa Aplicada PDPA 4408[3], que teve como objetivo principal, contribuir para a implantação de uma política de gestão de documentos e de arquivos para o município de Niterói, com foco em soluções relacionadas à gestão, preservação e acesso aos documentos e informações e como referência para a integração do Leste Fluminense.

Diante do cenário apresentado, percebe-se a necessidade de apresentar e analisar as políticas de acesso à informação e de transparência dos municípios do Estado do Rio de Janeiro e verificar se os arquivos municipais são colaboradores destas políticas, pois são eles que preservam os documentos e as informações, que provam as rotinas da administração pública. Esta pesquisa propõe-se a investigar nos municípios brasileiros acima de 100 mil habitantes do Estado do Rio de Janeiro: a política de acesso à informação, a política de gestão de documentos, a política de transparência, a Agenda 2030 da ONU.

O objetivo geral desta pesquisa é discutir contribuição dos arquivos para a gestão de documentos, a transparência pública e a preservação do patrimônio documental arquivístico nos municípios do Rio de Janeiro, para implementação dos ODS 11 e 16 da Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável.

[3] Projeto de Pesquisa PDPA 4408, "Um arquivo público municipal para Niterói: gestão de documentos, acesso à informação e transparência na administração pública no horizonte da história e da cooperação regional do Leste Fluminense". Coordenação: Ana Célia Rodrigues (Departamento de Ciência da Informação). Vice coordenação: Paulo Knauss (Departamento de História). Financiamento: Programa de Desenvolvimento de Projetos Aplicados (PDPA), parceria Prefeitura Municipal de Niterói/Universidade Federal Fluminense/Fundação Euclides da Cunha (PMN/UFF/FEC). Disponível em: https://pdpa.niteroi.rj.gov.br/eficiente-e-comprometida/um-arquivo-publico-municipal-para-niteroi-gestao-de-documentos-acesso-a-informacao-e-transparencia-na-administracao-publica-no-horizonte-da-historia-e-da-cooperacao-regional-do-leste-fluminense/. Acesso em: 26 ago. 2025.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória, de abordagem quantitativa e qualitativa, que se desenvolve como um estudo bibliográfico e documental sobre os municípios do Estado do Rio de Janeiro com mais de 100 mil habitantes. Segundo dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, são eles: Itaperuna, São Pedro da Aldeia, Itaguaí, Resende, Araruama, Queimados, Nilópolis, Rio das Ostras, Teresópolis, Mesquita, Angra dos Reis, Barra Mansa, Nova Friburgo, Maricá, Cabo Frio Itaboraí, Magé, Macaé, Volta Redonda, Petrópolis, São João de Meriti, Niterói, Belford Roxo, Campos dos Goytacazes, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São Gonçalo, Rio de Janeiro (IBGE, 2023).

Foi elaborado o Formulário de Levantamento de Dados dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, que teve como objetivo identificar os municípios, coletar e atualizar informações a respeito do acesso à informação, da gestão de documentos, dos arquivos, da transparência e da Agenda 2030 da ONU. Este formulário teve como base os trabalhos do Grupo de Pesquisa Gênese Documental Arquivística, UFF/CNPq. Visando complementar a coleta de dados, foram analisados todos os planos de governo dos candidatos eleitos para os anos 2025-2028, dos 28 municípios do Estado do Rio de Janeiro que são o campo empírico desta pesquisa, especialmente em relação aos temas: arquivos, gestão de documentos, transparência, acesso à informação, patrimônio, memória e desenvolvimento sustentável.

Os resultados parciais desta pesquisa indicam o Rio de Janeiro como o município mais antigo, com 269 anos e Mesquita como o mais jovem, com apenas 25 anos. Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), o município de Mesquita tem o menor índice, de 14.796,57 e Maricá o maior, de 511.810,82. Sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o menor é o município de Queimados, com índice de 0,680 e o maior é Niterói, com 0,837. Sobre Política de acesso e aplicação da LAI, todos os municípios possuem portal da transparência, SIC e e-SIC, mas 04 ainda não regulamentaram a LAI até o ano de 2024: Itaguaí, Rio das Ostras, Araruama e Magé. Sobre a Política de Gestão de documentos e Arquivos, somente 10 municípios possuem ato normativo e instrumentos de gestão de documentos e arquivos: Itaboraí, Macaé, Maricá, Mesquita, Nova Friburgo, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Teresópolis e Volta Redonda. Em 06 municípios não foram identificados arquivos gerais, centrais, intermediários ou outras instituições arquivísticas: Itaperuna, Maricá, Mesquita, Petrópolis, Queimados e São João de Meriti. Foram localizados 13 arquivos municipais: Barra Mansa, Campos dos Goytacazes, Itaboraí, Itaguaí, Macaé, Maricá, Mesquita, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Resende, Rio de Janeiro e Teresópolis. Sobre a Política de Transparência, foi identificada a regulamentação da Política Municipal de Transparência em apenas dois municípios: Niterói e Resende, as quais não fazem referência ao Arquivo

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Municipal. Sobre as ações relacionadas à Agenda 2030 da ONU, sobre o ODS 11, apenas no município de São João de Meriti não foi localizada nenhuma ação. Em relação a meta 11.4, apenas nos sítios eletrônicos dos municípios de Belford Roxo, Itaperuna e São João de Meriti não foi localizada nenhuma ação. Em relação ao ODS 16 e meta 16.6, todos os municípios apresentaram ações. Sobre o Programa Cidades Sustentáveis, somente os municípios de Niterói e Rio de Janeiro são cidades signatárias.

Na análise dos 28 programas de governos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, somente 05 municípios não mencionaram o acesso à informação em seus programas: Itaboraí, Petrópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro. Sobre os arquivos, 05 municípios trataram do tema: Angra dos Reis, Nova Friburgo, Magé, Macaé e Campos dos Goytacazes. Para a Gestão de documentos, 05 municípios mencionaram em seus programas: Barra Mansa, Nova Friburgo, Cabo Frio, Magé e Macaé. A transparência foi mencionada por 14 municípios: Itaperuna, Itaguaí, Queimados, Nilópolis, Rio das Ostras, Teresópolis, Mesquita, Barra Mansa, Friburgo, Maricá, Cabo Frio, Magé, Macaé e Rio de Janeiro. O desenvolvimento sustentável apareceu nos 06 programas de governo dos seguintes municípios: Itaperuna, Itaguaí, Angra dos Reis, Barra Mansa, Magé e Macaé. Temas relacionados à memória do município, foi tratado por 11 municípios: Itaguaí, Resende, Araruama, Teresópolis, Angra dos Reis, Barra Mansa, Friburgo, Maricá, Magé, Macaé e Volta Redonda. A importância do patrimônio documental foi mencionada por 06: Teresópolis, Angra dos Reis, Barra Mansa, Nova Friburgo, Magé e Macaé.

De acordo com Rodrigues (2002, p. 26), “os arquivos e os documentos são espaço e símbolo da preservação de direitos”, sendo assim é preciso repensar qual o papel dos arquivos municipais para a sociedade contemporânea, da mesma forma que é preciso “pensar a memória em relação a crítica do presente, ao exercício pleno dos direitos de cidadania, muito mais urgente se faz pensá-la em função de um projeto de futuro”.

Os resultados parciais desta pesquisa puderam atingir um dos objetivos específicos propostos, que foi identificar nos municípios, com mais de 100 mil habitantes do Estado do Rio de Janeiro, as ações de gestão de documentos e arquivos para o acesso à informação, a transparência pública e a preservação do patrimônio documental arquivístico nos arquivos municipais, contribuindo para ampliar as discussões neste Estado, incluindo as eleições municipais de 2024. Também foi possível observar, que os arquivos ainda não são protagonistas sociais e não possuem força política, pois não foram identificados em todos os municípios que são amostra desta pesquisa. Outros dados que confirmam esta situação, são os dados que tratam do acesso à informação e da aplicação da LAI nos municípios. Passados 14

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

anos, ainda existem municípios que não a regulamentaram. Outros dados interessantes são os que dizem respeito aos programas de governo. Poucos tratam dos arquivos, do patrimônio documental e da memória e dos demais temas estudados nesta pesquisa. Infelizmente, estes resultados parciais demostram que os arquivos ainda não são uma preocupação para a maioria dos candidatos às prefeituras. Espera-se que este estudo traga novas informações sobre os municípios analisados e amplie o debate sobre a importância dos arquivos e da gestão de documentos para a transparência pública, para a preservação do patrimônio documental e para o desenvolvimento sustentável nos arquivos municipais, em especial do Estado do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: população e domicílios, primeiros resultados. IBGE: Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102011.pdf. Acesso em: 27 jul. 2023.

RODRIGUES, Ana Célia. História e cidadania: o papel dos arquivos municipais. **Boletim do Arquivo**. São Paulo, v.4, n.1, p. 22-27, 2002.

VILELA, Amanda Barbosa. **Os arquivos no contexto das ações de transparência do Poder Executivo do município de Niterói**, **RJ**. 2019. 231 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019a. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/14740. Acesso em: 04 jul. 2023.

VILELA, Amanda Barbosa. **Identificação dos procedimentos de gestão de documentos e arquivos na Câmara Municipal de Niterói**. 2019. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, 2019b. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/23027. Acesso em: 07 jul. 2023.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

O APAGAMENTO CARTOGRÁFICO E CULTURA INVISÍVEL: VISUALIZAÇÃO DE DADOS COMO PRÁTICA CRÍTICA NA CULTURA DO TERRITÓRIO FLUMINENSE

Igor Santos Affonso[1]

Julie de Araújo Pires[2]

RESUMO

O artigo propõe o conceito de apagamento cartográfico para compreender o ocultamento da deficiência visual nas políticas culturais do RJ, gerando uma cultura invisível. O objetivo é analisar a acessibilidade em museus fluminenses e discutir como a visualização crítica de dados pode atuar como prática cultural e política. A metodologia consistiu na análise da pesquisa de Affonso, Kosminsky e Pires (2025), que mapeou recursos de acessibilidade comunicacional em museus do Estado. Os resultados mostram que apenas 11,67% dos museus oferecem tal tipo de acessibilidade. Conclui-se que a visualização de dados é uma ferramenta contra-hegemônica que expõe desigualdades, denuncia ausências e propõe cartografias mais inclusivas.

Palavras-chave: Acessibilidade cultural; Cultura invisível; Museus fluminenses; Necropolítica cultural; Visualização crítica de dados.

ABSTRACT

The article proposes the concept of cartographic erasure to understand the concealment of visual impairment within cultural policies in Rio de Janeiro, which generates an invisible culture. The aim is to analyze accessibility in museums of the state of Rio de Janeiro and to discuss how critical data visualization can function as a cultural and political practice. The methodology consisted of analyzing the research by Affonso, Kosminsky, and Pires (2025), which mapped communicational accessibility resources in the state's museums. The results show that only 11.67% of museums provide such accessibility. It is concluded that data visualization is a counter-hegemonic tool that exposes inequalities, denounces absences, and proposes more inclusive cartographies.

Keywords: *Critical data visualization; Cultural accessibility; Cultural necropolitics; Invisible culture; Museums of Rio de Janeiro.*

INTRODUÇÃO

Pensar o território fluminense implica enfrentar desigualdades históricas de ordem cultural e social. O Estado do RJ, marcado por centralizações e periferizações, concentra na capital a maior parte dos recursos culturais e dos investimentos em acessibilidade. Esse cenário aprofunda vazios culturais em regiões afastadas da metrópole, onde museus são raros e, quando existentes, não contemplam efetivamente pessoas com deficiência visual.

Para compreender essa invisibilização, este texto propõe o conceito de apagamento

[1] Mestrando PPGD/EBA/UFRJ, iaffonso.dsgn@gmail.com.
[2] Doutora PPGD/EBA/UFRJ, julie.pires@eba.ufrj.br.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

cartográfico[3], para descrever a ausência sistemática dos dados sobre a deficiência visual nas políticas culturais de acessibilidade no Estado do Rio de Janeiro. Tal apagamento compõe uma cultura invisível, em que corpos e experiências divergentes não são reconhecidos, valorizados ou registrados pelas instituições.

Como resposta, defende-se a visualização crítica de dados como prática cultural e política capaz de denunciar desigualdades e propor alternativas que revertam ausências e narrativas. A análise parte de pesquisa anterior (Affonso; Kosminsky; Pires, 2025)[4], que mapeou a acessibilidade comunicacional em museus fluminenses, desdobrando-se no infográfico *"Pessoas com deficiência visual e a acessibilidade comunicacional nos museus RJ"*. Tal abordagem busca demonstrar como dados podem ser convertidos em narrativas visuais que ampliem sua compreensão, apoiando-se em referenciais da geografia crítica, teoria social e cultural, além do design, da arte e da visualização de dados.

TRATAMENTO DOS DADOS: NÚMEROS E NARRATIVAS TERRITORIAIS

A análise da acessibilidade cultural no território fluminense parte de uma pesquisa de caráter descritivo-analítico, com abordagem mista, qualitativa e quantitativa, fundamentada na análise da investigação anterior de Affonso, Kosminsky e Pires (2025), que mapeou a acessibilidade comunicacional em museus do Estado e serviu de base para a elaboração de um infográfico crítico. Os dados foram obtidos do Censo Demográfico do IBGE (2010) — que identificou a população cega e com baixa visão —, do levantamento de museus em funcionamento no Estado do RJ (Museusbr, 2024) e da divisão territorial do IBGE (1990), complementada por georreferenciamento no My Maps (Google Maps, 2024).

A amostra incluiu 300 museus em atividade, dos quais apenas 35 possuem recursos de acessibilidade. Os dados foram sistematizados em planilhas, categorizando as instituições pelos tipos de recursos que oferecem: audioguias ou audiodescrição, textos em braille ou ampliados, obras ou reproduções táteis e mapas ou maquetes táteis. A população foi classificada em pessoas com baixa visão (aqueles com alguma ou grande dificuldade em enxergar) e pessoas cegas (aqueles que não enxergam de modo algum).

O procedimento analítico envolveu mineração, limpeza e reorganização dos dados em três eixos: população, tipos de acessibilidade e distribuição territorial dos museus.

[3] Conceito aplicado fora do contexto de deficiências ou limitações cognitivas para o entendimento de mapas e espaços, mas sim, inserido na condição social de invisibilidade de um grupo.

[4] Artigo aceito no 12º Congresso Internacional de Design da Informação (CIDI 2025) "Design da informação para a inclusão: visualizando a acessibilidade comunicacional em museus do Estado do Rio de Janeiro".

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

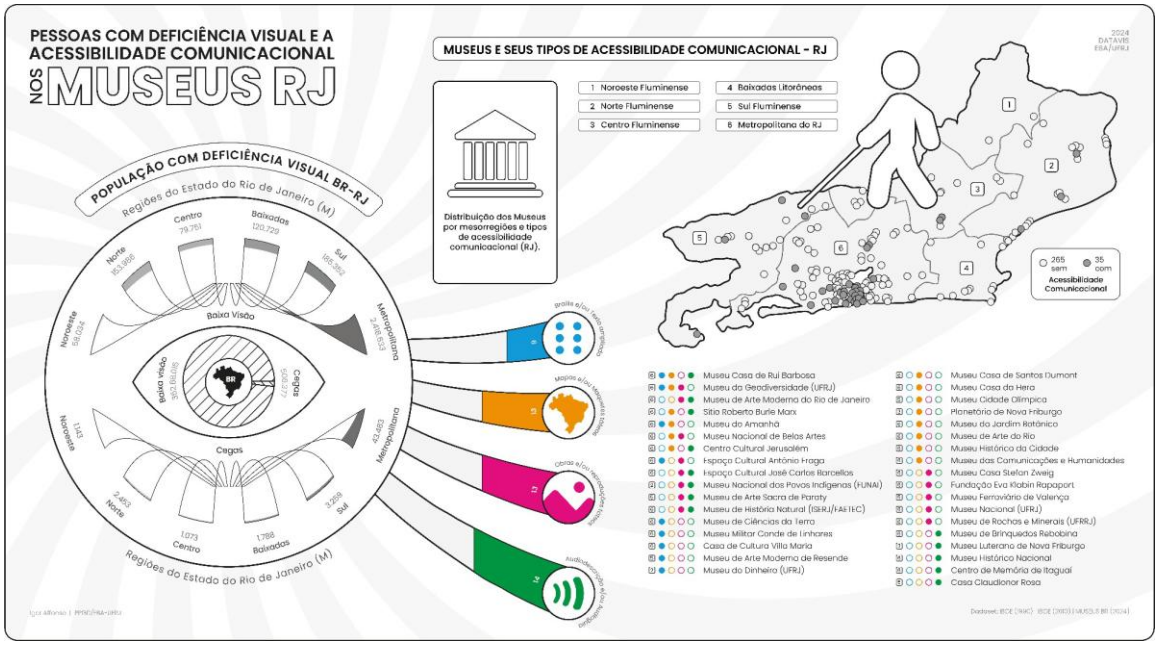


Figura 01: Infográfico: Pessoas com deficiência visual e a acessibilidade comunicacional nos museus RJ.

Fonte: (Affonso, 2025)

Inspirada em Zeviani (2019), a etapa final consistiu na criação de um infográfico estático que, com cores, tipografia e hierarquia visual, converteu estatísticas em uma narrativa crítica visual (McCandless, 2016; Holmes, 2022).

CULTURA, TERRITÓRIO E EXCLUSÃO: CARTOGRAFIA DA INVISIBILIDADE

Dos 300 museus em funcionamento no Estado do Rio de Janeiro, apenas 35 oferecem algum recurso de acessibilidade comunicacional para pessoas cegas ou com baixa visão (Museusbr, 2024). Esse número representa apenas 11,67% das instituições, diante de uma população de cerca de 3 milhões de fluminenses com deficiência visual (IBGE, 2010). Destes, 14 contam com audioguias ou audiodescrição, 13 com obras ou reproduções táteis, 13 com mapas ou maquetes táteis e 9 com textos ampliados ou em braille.

Os dados revelam desigualdades territoriais gritantes: a maioria dos museus acessíveis está concentrada na Região Metropolitana, sobretudo no eixo Centro-Zona Sul da capital. Em contrapartida, mesorregiões como o Noroeste Fluminense e as Baixadas Litorâneas não possuem sequer um museu acessível, mantendo milhões de pessoas em territórios culturalmente desertos, sem possibilidade de fruição autônoma em exposições de arte.

Essa exclusão não é fruto do acaso, mas expressão do uso desigual do território (Santos, 2004), no qual a infraestrutura cultural é distribuída de modo a atender interesses políticos e econômicos específicos. A ausência de acessibilidade em regiões periféricas reforça a

centralidade histórica da capital, marginalizando as demais áreas. Tal processo pode ser entendido como necropolítica cultural (Mbembe, 2018), em que o poder de decidir quais vidas podem usufruir da cultura determina formas de exclusão simbólica. A invisibilidade da deficiência nos dados institucionais aprofunda essa necropolítica, intensificando a condição de "não existência" de milhões de pessoas cegas e de baixa visão no território fluminense.

CARTOGRAFIAS DE AUSÊNCIAS: VISUALIZAÇÃO DE DADOS COMO LINGUAGEM CONTRA-HEGEMÔNICA

No campo cultural, a deficiência visual muitas vezes se apresenta apenas como dado genérico nos censos, mas não se desdobra em políticas efetivas, é como se esses sujeitos não fizessem parte da "população culturalmente relevante". Essa invisibilidade caracteriza o conceito de "cartografias abissais" (Santos, 2007), pois mapas e relatórios institucionais que, ao não evidenciarem, reforçam a inexistência simbólica da deficiência. Trata-se de uma operação de apagamento, já que o que não se mede não existe na lógica da gestão pública.

Além disso, essa ausência é reforçada pela hegemonia da universalidade visual, em que a cultura é pensada quase exclusivamente pelo viés da visão. Obras, exposições e museus são planejados para um espectador que enxerga plenamente. É nesse ponto que a visualização crítica de dados se torna uma ferramenta contra-hegemônica. Ao reorganizar informações e traduzi-las em narrativas visuais, essa prática explicita ausências, denuncia desigualdades e evidencia a concentração histórica de recursos culturais (McCandless, 2016; Holmes, 2022). Mais que uma área de design, trata-se de uma prática cultural e política capaz de converter estatísticas em dispositivos de reflexão coletiva, logo, quando transformados em narrativas gráficas acessíveis, os dados mobilizam públicos mais amplos, sensibilizando tanto gestores na esfera política quanto a sociedade civil (Giannella e Medeiros, 2015).

Assim, a visualização crítica pode assumir caráter ativista e atuar como instrumento de *advocacy*, contribuindo para a formulação de políticas mais inclusivas. Ao traduzir números complexos em histórias compreensíveis, abre espaço para disputas simbólicas e políticas sobre o modo como a cultura é produzida e distribuída no território. Nesse sentido, a acessibilidade cultural não se limita a prover recursos técnicos, mas transforma espaços e práticas em lugares de experimentação e vivência coletiva. Negar essa dimensão é negar a participação de corpos diversos na produção simbólica do território cultural.

A proposta, portanto, vai além da mera distribuição de recursos: trata-se de transformá-los em narrativas sensíveis, que dialoguem com experiências plurais e produzam novos imaginários equitativos. Tornar dados mais "sensíveis" significa disputar os sentidos da cultura

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

no território, ampliando as possibilidades de reconhecimento, participação e fruição para sujeitos historicamente invisibilizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia como a deficiência visual permanece sistematicamente invisibilizada no território cultural fluminense, em um processo que reforça desigualdades históricas e concentra a maioria dos recursos na capital. Apenas 35 museus oferecem algum recurso acessível para mais de 3 milhões de pessoas cegas ou com baixa visão, confirmando a lógica de uso desigual do território e de necropolítica cultural. A visualização crítica de dados demonstrou potencial para converter estatísticas em narrativas sensíveis e lógicas, revelando ausências e mobilizando debates sobre justiça cultural.

As implicações apontam para a necessidade de políticas públicas que territorializem o fomento cultural e incorporem a acessibilidade como princípio estruturante. Pesquisas futuras podem aprofundar o papel do design e da visualização de dados como práticas de *advocacy*, ampliando ferramentas para inclusão e transformação dos territórios culturais.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, Igor; KOSMINSKY, Doris; PIRES, Julie de Araujo. *Design da informação para a inclusão:* visualizando a acessibilidade comunicacional em museus do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2025.

Giannella, Júlia Rabetti; Medeiros, Rodrigo Pessoa; *Visualização de dados*: avanços por pesquisadores brasileiros, p. 593-602. Anais do 7º Congresso Internacional de Design da Informação | CIDI 2015. São Paulo: Blucher, 2015.

Holmes, N. *Joyful Infographics:* A Friendly, Human Approach to Data. London: Taylor & Francis. 2022.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

Mccandless, D. (2016). *Knowledge is Beautiful*. London: HarperCollins.

Santos, B. de S.. (2007). *Para além do pensamento abissal*: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos Estudos CEBRAP, (79), 71–94.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

APAGAMENTO CARTOGRÁFICO E CULTURA INVISÍVEL: REFLEXÕES SOBRE AS NARRATIVAS AUDIOVISUAIS DE JOVENS PERIFÉRICOS NUM COLETIVO ARTÍSTICO DA BAIXADA FLUMINENSE

Priscila Pinheiro [1]
Wania Gonzalez [2]

RESUMO
Este resumo aborda as atividades desenvolvidas pelo *Coletivo Plá*, composto por jovens e destinado a produção de memória audiovisual sobre percursos, vivenciados em ruas, vias urbanas. À luz de autores da Sociologia Clássica e Contemporânea busca-se refletir sobre as narrativas de jovens periféricos acerca das suas questões cotidianas, dificuldades enfrentadas na mobilidade urbana nas periferias da cidade do Rio de Janeiro. Conclui-se que a discriminação das classes populares periféricas retratada nos vídeos, produzidos pelo referido Coletivo Artístico e de fácil aceso no *Youtube*, possui um nexo com o que Rogério Haesbaert, chama de transterritorialidade fechada, a relação com a territorialidade do outro é marcada pela negação, pela imposição de limites e pela tentativa de preservar a própria territorialidade de forma exclusiva, onde tange a segregação das classes.
Palavras-chave: Coletivos Artísticos: Periferias; Juventudes.

ABSTRACT
This abstract presents the activities developed by *Coletivo Plá*, a group of young people dedicated to producing audiovisual memory of trajectories and experiences lived in streets and urban spaces. Drawing on Classical and Contemporary Sociology, the aim is to reflect on the narratives of peripheral youth concerning their everyday issues and the challenges they face regarding urban mobility in the outskirts of Rio de Janeiro. The study concludes that the discrimination suffered by marginalized social classes, as portrayed in the videos produced by this Artistic Collective—easily accessible on YouTube—reveals a connection with what Rogério Haesbaert refers to as "closed transterritoriality." In this framework, the relationship with the territoriality of the other is characterized by denial, the imposition of boundaries, and the attempt to preserve one's own territoriality exclusively, ultimately reinforcing social segregation.
Keywords: Artistic Collectives; Peripheries; Youth.

INTRODUÇÃO

Este resumo aborda as atividades desenvolvidas pelo Coletivo Plá composto por jovens e destinado a produção de memória audiovisual sobre percursos, vivenciados em ruas, vias urbanas. Os participantes do Coletivo produziram "Trajetos", em formato websérie, com seis episódios, destacando os caminhos e as vivências nas periferias cariocas. A direção de

[1] Priscila Pinheiro de Lima da Silva -Mestranda da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ / FEBF e-mail: priscilapinheirolimas@gmail.com
[2] Wania Gonzalez-Professora Associada da UERJ e professora do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura em Periferias Urbanas da UERJ/ FEBF E- Mail: waniagonzalez@gmail.com

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

José Alsanne busca relatos de como seis personagens, em duas linhas municipais e duas intermunicipais de ônibus, uma linha de trem, uma de barca e um percurso de bicicleta atravessam cinco cidades da metrópole fluminense.

Os cotidianos destes jovens são armazenados e publicizados no You Tube e no facebook, no canal Plá, pelo qual interagem com o público. Esse espaço midiático é o terreno jovem, um veículo dinâmico de interação social e disseminação de suas produções. Essas produções criam e dão visibilidade as suas identidades culturais e territoriais. Através da escola de suas próprias vidas, apropriaram-se da educação popular e transformaram em imagens os fatos que interagem com suas realidades. Ideias imbricadas ao que Bauman (2005) e Hall (2006) classificam como identidade.

Assim, o presente texto aborda a produção de narrativas visuais por jovens periféricos, num coletivo artístico da Baixada Fluminense, utilizando o audiovisual como instrumento de produção do conhecimento em um espaço não formal de educação, relato do cotidiano enquanto retrato identitário, se configurando num espaço formativo.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa de natureza qualitativa busca elucidar o objetivo explicitado à luz da análise de vídeos, produzidos pelo referido Coletivo Artístico e de fácil acesso no *Youtube*. O referencial teórico adotado pauta-se na teoria crítica.

Ultrapassando as barreiras do domínio hegemônico, os jovens, participantes do Coletivo pesquisado, buscam romper as estruturas rígidas e sociais, eles sobrepõem práticas coercitivas impostas por marcadores sociais. De forma flexível e fluída, as relações sociais abrem novos horizontes para práticas de inclusão, considerando a multiplicidade, a diversidade cultural. Desconstruindo ideias, é possível reconhecer as diferenças e respeitá-las. (Hall, 2006).

Em contrapartida o sistema econômico, social e educacional é gerido pelo poder hegemônico e o que ocorre em sociedade, não é a ruptura dessas estruturas de domínio e sim, o sujeito dominado. Correlacionando com Bauman (2005), na busca por uma identidade, o sujeito e principalmente o jovem encontra pouca segurança emocional, tendo em vista vários fatores que prejudicam a reflexão crítica social, conduzindo-o à ações instintivas. Um desses fatores é a globalização e seus efeitos, em que se caracteriza na sociedade contemporânea pela fluidez, incerteza e falta de referências solidas.

O panorama histórico social, ao longo de décadas foi moldado para que o controle garanta o poder. Todo sistema econômico, social e educacional girando em torno das classes

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

hegemônicas, assim essas classes cumprem seu propósito em torno do capital. Diante dessa definição de Marx e Engels (2007), o materialismo histórico evidencia uma dialética enraizada em sociedade, tornando os sistemas públicos precários, utilizados pelas classes populares. Como os transportes públicos, sistema único de saúde (SUS) e educação pública, entre outros. De forma intencional e forjada, alguns modelos de estratégia de reprodução do sistema capitalista forjam consensos em torno de seu propósito. São formas de condicionar a população, agrupando indivíduos para que continuem dentro do círculo capital. Usando o exemplo da cadeia alimentar animal, seria uma "cadeia alimentar humana" ou nicho de mercado, respeitando a pirâmide hegemônica, algo que fugindo do controle capital desorganiza todo o sistema hegemônico.

Nessa perspectiva a democratização do acesso à educação fica restrita à educação básica dificultando os cidadãos das periferias a alcançarem os patamares elevados. Pois, esses lugares são ocupados pela hegemonia e seus herdeiros ainda que a entrada das classes populares no ensino superior tenha aumentado nas últimas décadas. Diante do exposto, identificamos que as narrativas juvenis rompem obstáculos segregacionistas, pois se utilizam de educação não formal, fora do sistema educacional forjado pelo Estado, para fazerem as suas críticas à desigualdade social. Produzem conhecimento fora do controle hegemônico, através das culturas das classes populares em movimentos sociais, estabelecendo novas conexões identitárias. (Gohn, 2010: Hall, 2006)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na webserie trajetos os jovens ressaltam sobre as dificuldades enfrentadas na mobilidade urbana nas periferias da cidade do Rio de Janeiro. As dificuldades de acesso ao centro da cidade, para quem mora na periferia. Encontramos nesse cenário as imagens dos vídeos, o trabalhador (proletariado), o estudante, enfim o sujeito pertencente as periferias do RJ, que circula nos coletivos apertados, no trem, o qual é retratado no vídeo trajetos 6 por Adriele Vieira e Trajetos 4 por Lidi de Oliveira. Lidi, relata que" o ônibus ao mesmo tempo que faz a ponte de acesso aos lugares, também faz a separação dos territórios".

Cotejando com as ideias de Rogério Haesbarert (2014), onde o estado estimula e restringe a mobilidade urbana, ao qual transmite uma ideia falsa de liberdade, pois o estado delimita o território. Estabelecendo leis e regulamentos, através de controle de fronteiras e medidas que limitam a circulação de pessoas e bens. Da mesma forma promove a mobilidade através de investimentos em infraestrutura de transporte, acordos comerciais e políticas de livre circulação, com objetivos em torno do capital.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Assim como a globalização, é um processo irreversível que ao mesmo tempo que conecta, também divide, criando novas formas de desigualdade e exclusão. Haesbaert (2014), contrapõe a ideia de liberdade com a mobilidade e cita Paul Virilio, pois como supracitado acerca das estratégias de controles, são forjadas para que o poder continue dominando. Portanto, essa falsa liberdade é forjada para que se tenha aceleração, "quando você vai depressa demais, você é inteiramente despojado de si mesmo, torna-se totalmente alienado. É possível portanto uma ditadura do movimento" (1984:65).

Quando Marx (2007) se refere a inconsciência retrata a ideia de que os indivíduos, no processo de trabalho dentro do sistema capitalista, produzem a sociedade e suas estruturas, mas sem consciência disso. Agem dentro de um sistema que molda suas ações, crenças e desejos, mas não compreendem plenamente o seu papel nisso. Essa falta de consciência leva à alienação. Percebe-se ao produzir a realidade inconscientemente, o trabalhador se aliena, do produto do seu trabalho, criando algo que está fora da sua realidade, além de ser controlado por outrem. Se distanciando da sua própria essência, algo que poderia ser livre e criativo, se torna uma imposição rígida e opressora.

Haesbaert (2014) acrescenta que até mesmo a mobilidade interna da força de trabalho é controlada pelo estado. O trabalhador não tem controle sobre como o trabalho é feito, sobre as condições em que trabalha, e sobre as decisões que afetam sua atividade. Isso pode levar a uma sensação de impotência e falta de autonomia, dificultando a construção de uma identidade ligada ao trabalho. (Bauman, 2005)

A perda de controle sobre o trabalho e as relações sociais pode levar a um sentimento de estranhamento em relação à própria identidade, como se o indivíduo se tornasse um objeto a serviço de forças externas. (Bauman, 2005).

CONCLUSÕES

Sobre a desigualdade social, principalmente da discriminação das classes populares periféricas retratada nos vídeos, correlaciono ao que Haesbaert (2014), chama de transterritorialidade fechada, a relação com a territorialidade do outro é marcada pela negação, pela imposição de limites e pela tentativa de preservar a própria territorialidade de forma exclusiva, onde tange a segregação das classes. Essa realidade, está muito pungente. Em Trajetos 6, Adriele Vieira, conta que "percebe o racismo no olhar de algumas pessoas". É notório que essa segregação está em sociedade, os grupos sociais tendem sempre a classificar pessoas, por vestimentas, por territorialidade, por cor, gênero e etnia. (Bauman, 2005).

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. Entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. 110 p.

BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. Tradução Magali de Castro. In Nogueira, M. A.; Catani, A. M. (orgs.). Escritos de Educação. Petrópolis:
Vozes, 2001. p.71-79.

GOHN, M. da G. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010. (Questões de nossa época, v. 1).

HAESBAERT, Rogério. Viver no limite: da transterritorialidade ao contornamento. In:

HAESBAERT, Rogério. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Manisfesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2007

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

CIDADANIA CULTURAL E DESIGUALDADES DAS POLÍTICAS PATRIMONIAIS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Gabriel da Silva Vidal Cid[1]
Leopoldo Guilherme Pio[2]

Resumo:
A pesquisa soma avanços teóricos de pesquisa do tema das políticas culturais, em especial no campo da memória coletiva, aos estudos urbanos. A comunicação tem como proposta apresentar um mapeamento da situação atual das políticas de memória na cidade do Rio de Janeiro, considerando desigualdades de investimentos nas políticas de memória no território. A proposta foca no conjunto de marcos de memória na cidade do Rio de Janeiro, analisando bens patrimonializados, monumentos e a imaginária, bustos e estátuas, considerando sua distribuição nos bairros e áreas de planejamento da cidade, considerando espaços esvaziados de políticas e estigmatizados.
Palavras-chave: Memória Coletiva; Memória Cultural; Rio de Janeiro; Políticas de memória.

Resumen:
Esta investigación combina los avances teóricos en la investigación sobre políticas culturales, en particular en el campo de la memoria colectiva, con los estudios urbanos. El artículo busca presentar un mapa del estado actual de las políticas de memoria en la ciudad de Río de Janeiro, considerando las desigualdades en la inversión en políticas de memoria en la región. La propuesta se centra en el conjunto de hitos de memoria de la ciudad de Río de Janeiro, analizando bienes patrimoniales, monumentos e imágenes, bustos y estatuas, considerando su distribución en los barrios y áreas de planificación de la ciudad, y considerando espacios desprovistos de políticas y estigmatizados.
Palabras clave: Memoria colectiva; Memoria cultural; Rio de Janeiro; Políticas de memoria.

Resumo expandido:

A comunicação se propõe a apresentar resultados iniciais da pesquisa em andamento que busca discutir a efetivação do direito à cultura na cidade do Rio de Janeiro, a partir do mapeamento de bens patrimonializados e monumentos na cidade do Rio de Janeiro. Em especial, destacam-se as desigualdades das políticas quando se considera as diferentes regiões e subúrbios da cidade, estes frequentemente invisibilizados nos processos de valorização patrimonial e nas narrativas oficiais. A partir do levantamento dos dados disponibilizados pela administração municipal a respeito da distribuição espacial dos bens patrimonializados, bustos, estátuas e monumentos, a pesquisa buscou compreender as políticas de memória seguindo a lógica de divisão dos bairros, as áreas de planejamento (APs) e regiões administrativas (RAs). Pretende-se discutir concentrações, vazios e desigualdades destas políticas, na cidade do Rio

[1] Gabriel da Silva Vidal Cid. Universidade do Estado do Rio de Janeiro/FAPERJ. gabrielsvcid@gmail.com

[2] Leopoldo Guilherme Pio. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. leopoldo.pio@unirio.br

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

de Janeiro, e demonstrar que as diferenças de acesso às políticas culturais se refletem no espaço, na configuração do que estamos compreendendo como iniquidade patrimonial.

Esta iniquidade decorre do desigual investimento em equipamentos e suportes de memória, gerando ausências e invisibilidades no território da cidade. A pesquisa, em andamento, busca somar avanços do tema da memória coletiva no pensar a constituição de territórios e desigualdades sociais, considerando a noção de "memória cultural", de Aleida Assman (2011), entendendo-a como chave analítica para problematizar as desigualdades na distribuição de investimentos no território, bem como para refletir sobre o direito à cultura e a construção de pertencimentos e identidades no espaço urbano carioca.

Nossa metodologia considera as políticas organizadas em torno dos instrumentos administrativos concernentes ao poder executivo de nomear e definir o patrimônio cultural como de interesse público e, assim, tendo o dever de executar políticas de acautelamento[3]. A discussão se insere na organização de uma agenda de pesquisa que busca, em primeiro lugar, mapear desigualdades de acesso às ações governamentais no âmbito da cultura, em especial nas políticas de memória. Partimos da interpretação e classificação de dois conjuntos de informações sobre o território da cidade: 1. bustos, estátuas e monumentos da cidade do Rio de Janeiro; 2. bens patrimonializados por processos de tombamento ou registro. Este mapeamento passa pela interpretação de diferentes categorias de classificação utilizadas para valorizar, invisibilizar ou estigmatizar determinados territórios ou culturas urbanas.

Trabalhamos com informações disponibilizadas pela prefeitura do Rio de Janeiro, no portal *Data.Rio*[4] e informações contidas em *Os monumentos do Rio de Janeiro: Inventário*, de 2015, produzida pela arquiteta Vera Dias. Após levantamento de informações e tabulação de dados, foi possível mapear inicialmente as disparidades entre de ações de construção de monumentos, bustos e estátuas, além da preservação e patrimonialização conforme os bairros da cidade. Quando agrupamos os dados nas áreas de planejamento 1 e 2 (área central e Zona. Sul) em comparação com as demais, especialmente a AP3, correspondente à zona norte da cidade, temos uma ideia da disparidade de desigualdade, conforme a tabela a seguir

[3] Ver, a esse respeito, Rabello (2009)

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Área de Planejamento	Monumentos, bustos e estátuas	Bens tombados e registrados
AP1	373	711
AP2	465	1409
AP3	102	118
AP4	39	60
AP5	95	72
Total	1074	2370

Tabela 1, quantitativos de monumentos, bustos e estátuas e bens tombados e registrados na cidade do Rio de Janeiro, agrupados segundo as Áreas de Planejamento.
Fonte: Cid e Pio (2025).

A Tabela 1 foi elaborada no sentido de comparar as políticas de memória, considerando as áreas de planejamento, conforme a lógica administrativa municipal. É visível a desigualdade de investimento. As AP1 (Centro) e AP2 (Zona Sul) possuem mais do que três vezes a quantidade de bens do que as restantes. Mesmo considerando o somatório dos bens acautelados nas AP3 (Zona Norte), AP4 (Barra da Tijuca e Jacarepaguá) e AP5 (Zona Oeste), não se alcança os da quantidade de investimentos neste quesito na AP2 (Zona Sul), que chega a 59% do total. Tal discrepância revela a ausência de iniciativas de preservação nas regiões Norte e Oeste. Buscamos avançar na pesquisa no sentido de desvendar articulações entre desigualdades socioeconômicas e políticas de memória existentes, no sentido de relacionar a cultura (ou a memória) aos índices como de bem-estar urbano, mobilidade, condições habitacionais ou serviços.

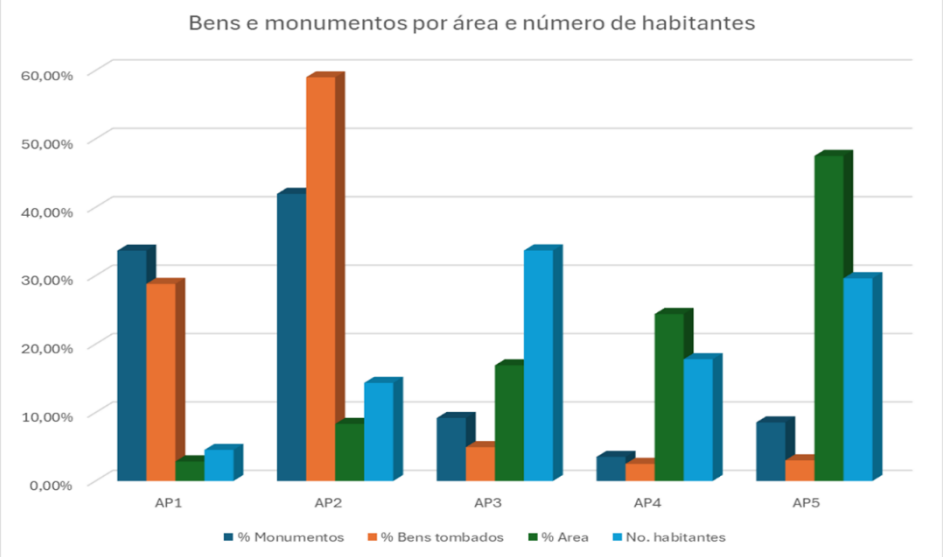


Gráfico 1. Percentuais de monumentos e bens tombados na cidade do Rio de Janeiro, seguindo as Áreas de Planejamento, área e número de habitantes.
Fonte: Cid e Pio (2025).

[4] Disponível em: https://www.data.rio/. Acesso em 31 de agosto de 2025

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

O Gráfico 1 nos permite pensar na densidade demográfica[5] como uma categoria explicativa para a diferenciação da ação do Estado no trato da memória, nas diferentes áreas de planejamento. Vemos que a Zona Norte (AP3) possui bairros tão ou mais adensados que a Zona Sul (AP2) e ainda assim possui uma quantidade de investimento público de memória cerca de três vezes menor. Como exemplo, no bairro de Copacabana, na Zona Sul (AP2), encontramos 47 bens tombados, com mais de 200 habitantes por hectare, enquanto na Zona Norte (AP3), o bairro do Méier, com densidade semelhante, possui 12 bens tombados.

Esta realidade descrita pode servir de base para uma série de reflexões que vem sendo realizadas. Consideramos que a noção de cidadania cultural, ao tratar do direito ao acesso, à representação, à expressão e ao reconhecimento, permite problematizar as desigualdades de visibilidade e de investimento público que tornam algumas memórias centrais e outras periféricas. No âmbito desta pesquisa, essa perspectiva possibilita evidenciar como a ausência de políticas voltadas ao subúrbio do Rio de Janeiro configura uma violação ou acesso diferenciado a esse direito fundamental. Além disso, abre-se o horizonte interpretativo para ampliar as discussões acerca do direito à cultura em suas articulações com os processos de patrimonialização, permitindo refletir sobre como determinados grupos e territórios são incluídos ou excluídos da narrativa oficial da cidade. Tal perspectiva problematiza a desigualdade na distribuição de investimentos e no reconhecimento de determinados lugares de memória, permitindo evidenciar como determinadas regiões e narrativas, como as da Zona Norte e dos subúrbios cariocas, são frequentemente invisibilizadas.

A pesquisa vem permitindo demonstrar com maior segurança que o patrimônio cultural não é distribuído de forma equitativa no espaço urbano, reproduzindo hierarquias sociais e a necessidade de se problematizar a relações entre cidadania, memória e justiça. Ao evidenciar as lacunas na preservação e valorização de determinados territórios e memórias, busca-se contribuir para o debate sobre o direito à cultura, ressaltando a necessidade de políticas públicas mais justas e integradoras.

Referências Bibliográficas:

ASSMANN, A.. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

[5] Informações disponíveis em: https://www.data.rio/documents/f0f77534830541e192912d66951ce0a7/about. Acesso em 23 de junho de 2025.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

CID. G. S. V.; PIO, L. G.. Políticas de memória e desigualdades de representação no território da cidade do Rio de Janeiro. **22º Congresso Brasileiro de Sociologia**. Sociedade Brasileira de Sociologia. USP, São Paulo, 2025.

DIAS, V.. **Os Monumentos do Rio de Janeiro**. Inventário 2015. Rio de Janeiro: Nau das Letras Editora, 2015.

RABELLO, S.. **O Estado na preservação dos bens culturais** : o tombamento, Rio de Janeiro, IPHAN, 2009.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ENTRE AS FORMAÇÕES ARTÍSTICAS OS CURSOS DE PEDAGOGIA E AS ARTES DA BAIXADA FLUMINENSE

Massuel dos Reis Bernardi[1]

RESUMO
Este trabalho apresenta reflexões e relações entre as produções artísticas da Baixada Fluminense e as formações em arte dos pedagogos em formação. Busca-se apresentar como elementos culturais da região adentram o ensino de arte nos cursos de Pedagogia. Nesse sentido, discorre-se sobre questões específicas da Baixada como periferia, incluindo autores e artistas que criticam estigmas relacionados às disparidades geográficas, sociais e educacionais. Por finn, conclui-se que as artes produzidas na Baixada Fluminense pouco chegam ou dialogam com as formações em Pedagogia da região. Apesar de haver muitos artistas e coletivos artísticos, não há diálogo ou iniciativa entre eles, suas produções e as formações artísticas nos cursos de Pedagogia da região.
Palavras-chave: Ensino de Arte; Baixada Fluminense; Arte na Pedagogia.

Abstract
This paper presents reflections and relationships between the artistic productions of Baixada Fluminense and the art training of pedagogues in training. It seeks to show how cultural elements of the region enter the teaching of art in Pedagogy courses. In this sense, it discusses specific issues of Baixada as a periphery, including authors and artists who criticize stigmas related to geographic, social and educational disparities. Finally, it concludes that the arts produced in Baixada Fluminense barely reach or dialogue with the Pedagogy training courses of the region. Despite there being many artists and artistic collectives, there is no dialogue or initiative between them, their productions and the artistic training in Pedagogy courses in the region.
Keywords: Art Education; Baixada Fluminense; Art in Pedagogy.

O presente trabalho contempla parte da pesquisa de doutorado do autor. Busca- se apresentar relações de como ações culturais locais da Baixada Fluminense (BF) interferem no ensino de Arte dentro das formações em Pedagogia da região. O problema de pesquisa partiu das seguintes indagações: como e por quem as artes são produzidas na Baixada Fluminense? São consumidas? De que forma? Há incentivos públicos e privados de fomento à Cultura[2] e subsistência de produções artísticas locais? Professores e estudantes de Pedagogia têm consciência da importância dessa articulação entre esse local e as artes? Ao tratar da produção artística na Baixada Fluminense como uma região periférica, Medeiros (2017) nos ajuda

[1] Autor: Massuel dos Reis Bernardi - IFF - massuel@gmail.com
[2] O termo cultura e seus derivados usados nesta tese correspondem às práticas da área da Cultura, a qual, no Brasil, é responsável pelas letras, artes, folclore e outras formas de expressão da cultura nacional e pelo patrimônio histórico, arqueológico, artístico e cultural brasileiro. Os "Programas de Fomento à Cultura e

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

a considerar a periferia, "descrita como o próprio futuro". O autor continua enfatizando que, "em índices de pobreza, é apontada como futuro por ser vista como potência, como repertório criativo atravessado por vivências múltiplas que extrapolam muitas vezes limites territoriais" (Medeiros, 2017, p. 93). Nesse sentido, é possível identificar que muito do que é produzido artisticamente na BF não se encerra no campo artístico. As relações estabelecidas pelas artes produzidas na região se circunscrevem em vários contextos, inclusive os educacionais. Em se tratando dos cursos de Pedagogia investigados na região, como espaços educacionais e espaços periféricos, pressupõe uma demarcação de potência artística e educacional que chegue aos estudantes.

Nesse sentido, é preciso que haja

> [...] aceitação natural da diferença, para articular suas experiências culturais e, principalmente, socioeconômicas, denunciando, problematizando e indignando- se com as desigualdades que constituem nossa cotidianidade. Esses estudantes, que vivem na Baixada Fluminense, região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, convivem com estas desigualdades, tanto quanto os moradores de comunidades ou favelas que cercam a capital fluminense nos bairros da zona sul, tais como Copacabana, Ipanema e Leblon. Muitos moradores da Baixada trabalham na capital, tendo que enfrentar transporte público lotado para chegar ao local de trabalho, muitas vezes, atuando em serviços mais simples, como empregados domésticos, faxineiros, porteiros, etc. A cidade natal funciona como cidade-dormitório[33] [2]. Muitos estudantes de escolas públicas, como os da pesquisa, vivenciam essa realidade com seus pais e parentes e consigo próprios. Muitos moradores da Baixada Fluminense ou de bairros mais afastados do eixo zona Sul-zona Oeste, sofrem muito esse tipo de preconceito (Medeiros, 2017, p. 126-127).

O que o autor nos ajuda a pensar é que há um modo de existir e se relacionar com as artes na BF. Ela contrasta com regiões abastadas da capital. Nesse sentido, é importante que se aborde o quanto os professores de Arte dos cursos de Pedagogia presenciais vêm fazendo em nome da superação ou minimização da problemática das artes na região. Segundo Melo (2021), um marco nesse processo aparece no início dos anos 2000, quando surgem diversos grupos vinculados a atividades artísticas na região. A autora usa o "Mapeamento dos Grupos Criativos da Baixada Fluminense" feito em 2015, no qual se identificou 21 coletivos de cinema distribuídos pelos 13 municípios. Não só relacionado ao cinema, mas a outras linguagens artísticas. Além disso, Melo (2021) acrescenta que a ampliação do acesso ao ensino superior por parte dessa mesma população periférica "foram processos que colabora-

Economia Criativa" majoritariamente possuem o objetivo de apoiar a realização de projetos culturais, por meio da concessão de incentivos financeiros para artistas, grupos, instituições e coletivos artísticos.

[3] O termo cidade-dormitório — também mencionada por Melo (2021), Hofhnan (2021), Galindo e Souza (2021) — designa cidades em que as pessoas residem, mas só vão para dormir. Isso porque trabalham, estudam e exercem a maior parte de seu tempo fora delas.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ram para a construção de outras relações com o futuro por parte de grupos historicamente estigmatizados" (Melo, 2021, p. 88). Afinal, mais pessoas vindas de camadas sociais mais baixas passaram a conquistar planos "antes mais raros, como a entrada na universidade, a atuação em projetos artísticos, maior circulação por diversos espaços, a aquisição de determinados bens" (Melo, 2021, p. 88). A ótica do quanto o setor cultural necessita de incentivos e vem se articulando para tal também nos ajuda a refletir que "os trabalhadores, fazedores, operários da cultura", a partir do mapeamento de 2015, reivindicaram por "ações imediatas de enfrentamento e prevenção de um colapso no setor cultural [...] que agravam a situação no contexto da Baixada Fluminense" (Melo, 2021, p. 95).

Percebemos, portanto, que o processo de estigmatização da BF como periferia e as pessoas que ali residem e estudam surge da submissão da área artística e cultural. Seja pela maneira a que são associadas, seja pelos incentivos e apoios governamentais (in)existentes na região. Como se viver de Arte na Baixada Fluminense — e mesmo no Brasil — estivesse associado a uma banalização do trabalho e de seus profissionais. Isso se comprova pelo menosprezo historicamente atribuído e construído.

> O uso enfático de categorias que demarcam o fazer artístico parece estar diretamente relacionado à percepção de que a arte é geralmente mais associada a um tipo de *hobbie,* passatempo ou mera diversão e não como uma forma de sustento, um trabalho, de fato. Trata-se de algo significativo na mudança que assistimos nas últimas décadas no Brasil sobre quem pode ou não fazer e viver de arte. Se antes predominava o *"playboy",* hoje têm lugar os filhos dos pedreiros, operários, entre outras profissões pouco valorizadas e remuneradas no Brasil (Melo, 2021, p. 95).

Esse pensamento emerge no aspecto nacional, mas se acentua em determinadas regiões. Principalmente se essas regiões historicamente apresentarem marcos tardios ou de pensamentos que se originam e ganham força nas capitais e epicentros de regiões metropolitanas. É o caso da Baixada Fluminense.

De acordo com os autores (Hoffman, 2021; Melo, 2021; Medeiros, 2017; Siqueira, 2021) é possível identificar alguns poucos espaços de formação artística na região. O que, consequentemente, gera menos artistas e profissionais da área cultural. Alguns dados mencionados pelos autores acima evidenciam a luta em favor do reconhecimento das artes que, muitas vezes, estão associados aos processos formativos nas universidades. O que se identifica é que os próprios projetos de extensão e egressos possuem uma preocupação para que os espaços culturais e educacionais da BF e passem a tomar um lugar de protagonismo. Deixar de ser um reflexo do que é produzido ou alavancado pela capital como centro; atribuído como o mais legítimo, valorizado, importante. Sintetizado por Siqueira, "A

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Baixada Fluminense é pouco conhecida do carioca. Na verdade, ela é 'bem conhecida', mas através de um olhar míope que não enxerga o que se encontra para além de sua proximidade amistosa" (2021, p. 5).

Dentre os autores moradores e atuantes na Baixada Fluminense, isso aparece fortemente em suas produções acadêmicas, assim como na luta por visibilidade artística nos municípios. O que identificamos, paradoxalmente, é a falta de divulgação e reconhecimento por parte das culturas hegemônicas, no sentido de caracterizá-las como Arte. Acessíveis, protagonistas, de qualidade e, sobretudo, produzidas por artistas locais. Ao circular pela Baixada Fluminense, é possível perceber que as produções artísticas acontecem, mas não há incentivos governamentais para que se sustentem e possam perdurar. Assim como a divulgação, no sentido de estimular que as populações locais se habituem a consumir, fruir e valorizar o que é produzido.

Quando comparamos à capital fluminense, há uma disparidade enorme de cursos universitários e produções artísticas produzidas nas cidades consideradas centro. Enquanto, em seu entorno, a periferia, torna-se refém (Medeiros, 2017). O quantitativo de espaços que oferecem formações artísticas (de nível médio e superior) nesses contextos, embora importantes, ainda se apresente como um fator tímido. Com poucos espaços formativos, o que se percebe são iniciativas de artistas irem em busca de formação na capital ou em outras cidades. Quando isso acontece, quase nunca é uma abordagem dos conteúdos voltados para as produções e artistas da Baixada Fluminense, como menciona Medeiros (2017).

> Não me lembro de nenhuma aula na qual assisti algum produto audiovisual que, assim como eu, fosse belforroxense [natural de Belford Roxo] ou, pelo menos, baixadense. Poucas foram as vezes em que me senti representado nas telas em sala de aula. [...] vasculho uma série de sites e é assim que sou apresentado a um gigantesco universo de produções audiovisuais realizadas tão próximas da minha casa e sobre as quais eu ainda não tinha ouvido falar. (p. 10)

O pouco contato com as artes nas formações leva-nos a refletir: como queremos que as formações em Pedagogia carreguem características artísticas da Baixada Fluminense, se nem entre os artistas isso vem acontecendo?

Na pesquisa de doutorado do autor, surpreendentemente, 5 de 9 professores de Arte dos cursos de Pedagogia investigados, mencionam a temática em relação a uma preocupação de valorização artística local. Porém, o motivo desse fator não aparecer nos dados dos estudantes, atribui-se a questões voltadas ao currículo, pois, há apenas uma disciplina artística com cada um desses professores no decorrer de todo o processo formativo dos pedagogos.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Portanto, a escassez de espaços formativos na Baixada Fluminense providos de conteúdos, práticas e atravessamentos atentos às produções artísticas locais precisam ganhar atenção para que esse quadro possa ser alterado. Dessa forma, em alguma medida e, assim como Hoffman (2021) temos a esperança de que possa chegar às crianças nas escolas através dos pedagogos formados por cursos com essas abordagens.

Referências

HOFFMAN, Matheus da Silva. **Ausências e comichões: o** cinema periférico de bordas enquanto proposta de educação descolonizadora. Trabalho de Conclusão de Curso. Niterói: UFF, 2021. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/hand1e/1/22193/Matheus%20Hoffman%20%282020.2%29. pdf?sequence=1&isA11owed=y Acesso em: 10 maio 2024.

MEDEIROS, Cristiano Sant'Anna. **#DIFERENÇA:** pensando com imagens compartilhadas dentrofora da escola. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação, 2017. Disponível em: http://www.proped.pro.br/teses/teses df/2007 1-266-DO.pdf Acesso em: 10 maio 2024.

MELO, Renata da Silva. A periferia como futuro: O cinema em tempos de pandemia visto a partir da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. In: **CROLAR** - Latin American Futures. Berlin - Alemanha: v. 9, n 1, pp. 86-97, 2021 Disponível em: https://www.cro1ar.org/index.php/cro1ar/article/view/370 Acesso em: 10 maio 2024.

SIQUEIRA, Euler David de. Para além da Cidade Maravilhosa: Nova Iguaçu e o patrimônio cultural nos postais da Baixada. In: ANGELO, Elis (org). Textos completos do III **Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural.** Porto — Portugal: 2021. Disponível em: https://www.ciipc2020. .anpuh.org/resources/anais/13/ciipc2020/1623676413_ARQUIVO_b ade73b46ea795090ee3526be58f79f4.pdf Acesso em: 10 maio 2024.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

CULINÁRIA TRADICIONAL E POPULAR: OS DESAFIOS DA APLICAÇÃO DO MARCO REFERENCIAL DA GASTRONOMIA COMO CULTURA NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE.

Luana Alves de Araújo Barbosa[1]
Alexandre Fernandes Corrêa[2]
Laís Buriti de Barros[3]

RESUMO

Este trabalho, realizado no âmbito do projeto "Culinária Macaense: receitas, serviços gastronômicos e identidade regional" (PIBIC/UFRJ), vinculado ao Grupo de Pesquisa NÊSPERA, analisa a efetividade da Lei Estadual nº 7.180/2015, que reconhece a gastronomia como cultura, com foco no Norte Fluminense. A pesquisa parte da culinária tradicional como expressão identitária e busca contribuir para sua valorização e preservação nas políticas públicas. Por meio de análise bibliográfica, documental e entrevistas com profissionais, pesquisadores e representantes de saberes tradicionais, identificaram-se obstáculos à aplicação da lei, como sua baixa visibilidade, a limitada articulação intersetorial e a ausência de estratégias de implementação. Apesar disso, a lei apresenta potencial para fortalecer a segurança alimentar, a economia criativa e a valorização dos saberes locais, sobretudo em festivais gastronômicos e práticas de povos tradicionais. Os resultados destacam a diversidade alimentar regional e defendem o fortalecimento da divulgação e operacionalização da lei como estratégia cultural e socioeconômica.

RESUMEN

Este trabajo, realizado en el marco del proyecto "Culinaria Macaense: recetas, servicios gastronómicos e identidad regional" (PIBIC/UFRJ), vinculado al Grupo de Investigación NÊSPERA, analiza la efectividad de la Ley Estatal nº 7.180/2015, que reconoce la gastronomía como cultura, con énfasis en el Norte Fluminense. La investigación parte de la culinaria tradicional como expresión identitaria y busca contribuir a su valorización y preservación en las políticas públicas. A través de análisis bibliográfico, documental y entrevistas con profesionales, investigadores y representantes de saberes tradicionales, se identificaron obstáculos para la aplicación de la ley, como su baja visibilidad, la limitada articulación intersectorial y la ausencia de estrategias de implementación. Sin embargo, la ley presenta potencial para fortalecer la seguridad alimentaria, la economía creativa y la valorización de los saberes locales, especialmente en festivales gastronómicos y prácticas de pueblos tradicionales. Los resultados destacan la diversidad alimentaria regional y defienden la necesidad de fortalecer la divulgación y aplicación de la ley como estrategia cultural y socioeconómica.

Palavras-chave: gastronomia; cultura local; culinária tradicional; Lei nº 7.180/2015; cultura alimentar.

INTRODUÇÃO

[1] Luana Alves de Araújo Barbosa, Universidade Federal do Rio de Janeiro, luanabarbosa.ufrj@gmail.com.
[2]Alexandre Fernandes Corrêa, Universidade Federal do Rio de Janeiro, alexfcorrea@macae.ufrj.br.
[3]Laís Buriti de Barros, Universidade Federal do Rio de Janeiro, laisburiti@macae.ufrj.br.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

O presente estudo faz parte do projeto de pesquisa "Culinária Macaense: receitas, serviços gastronômicos e identidade regional" que analisa a implementação da Lei Estadual nº 7.180/2015, com foco na valorização da culinária tradicional e popular na região Norte Fluminense do Rio de Janeiro.

A Lei nº 7.180/2015, que define o Marco Referencial da Gastronomia como Cultura, visa valorizar a gastronomia como cultura, reconhecendo-a como patrimônio material e imaterial de comunidades tradicionais, além de estabelecer ações para promover a Educação Alimentar e Nutricional, como a "Semana da Gastronomia", buscando fortalecer a identidade cultural e a inclusão social (2015, ALERJ) .

A culinária da Região Norte Fluminense caracteriza-se por uma rica mistura de influências étnicas. Quando se trata da culinária típica regional, destaca-se sua capacidade de materializar identidades culturais e expressar a adesão a uma determinada tradição. A comida típica transcende sua função alimentar ao simbolizar experiências vivenciadas, evocando memórias do passado e estabelecendo conexões significativas com o presente (Morais, 2011).

Nesse cenário, torna-se essencial reiterar a importância da valorização da diversidade biológica e cultural, com ênfase na culinária regional. Influenciada por grupos étnicos que resistem à homogeneização, a culinária permanece como elemento central da identidade local, manifestada no uso de ingredientes e técnicas tradicionais transmitidos entre gerações (Arêas; Almeida, 2010). Preservar esse patrimônio imaterial, que inclui tanto os saberes culinários quanto às técnicas de preparo, é crucial para salvaguardar a cultura local e resistir à padronização global (Correa; Barros, 2022).

A Lei nº 7.180/2015 alinha-se aos princípios orientadores da Política Nacional de Alimentação e Nutrição que visa promover a segurança alimentar e nutricional e garantir o direito à alimentação adequada bem como a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ambas buscam, assim como o Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014), consolidar práticas alimentares que respeitem a diversidade cultural e local, incentivando escolhas alimentares saudáveis e variadas que não prejudiquem os saberes tradicionais e culturais da alimentação no Brasil (Casemiro, 2019).

Com a intensa diversidade migratória que caracteriza o Brasil, as práticas alimentares locais têm sofrido impactos significativos. No entanto, a aprovação do Marco da Gastronomia como Cultura trouxe novas oportunidades para a valorização e o desenvolvimento dessas práticas, especialmente por meio de políticas públicas no Rio de Janeiro (Casemiro, 2019). A Lei nº 7.180/2015 busca fortalecer as tradições alimentares e culturais, destacando saberes enraizados e a inter-relação entre comida, sociedade e território.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Somando às propostas apontadas acima, o estudo visa também identificar os principais desafios e consequências do desconhecimento e da falta de aplicação efetiva desse instrumento. Ao destacar a prática da comensalidade e a preservação dos hábitos alimentares tradicionais, torna-se relevante refletir sobre a contribuição do debate social, cultural e acadêmico das políticas públicas na promoção da saúde e na valorização da cultura alimentar, sobretudo na área da Nutrição.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa utilizou métodos qualitativos e quantitativos para analisar a implementação da lei. A coleta de dados abrangeu todos os municípios da Região Norte Fluminense, com a realização de entrevistas e análise de documentos e publicações de veículos institucionais, acadêmicos, midiáticos e documentos oficiais realizadas para mapear a aplicação da legislação, no período de vigência da lei desde 2015 até 2025.

A seleção dos participantes para as entrevistas foi feita por amostragem intencional, priorizando a atuação nos municípios da região de estudo com reconhecida diversidade cultural. As entrevistas foram gravadas com uso de aparelho celular e notebook pessoal via plataforma *Google Meet*, com devida autorização dos participantes (CAAE Nº39431620.1.0000.5699), e posteriormente transcritas via plataforma *Google Docs* para análise. Nesta etapa analítica visou não apenas mapear o grau de visibilidade da legislação no período de 2015 a 2025, mas também compreender o modo como ela tem sido discursivamente incorporada ou negligenciada nos canais formais de comunicação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise revelou uma baixa incidência de citações à lei em documentos oficiais, com apenas cinco menções associadas à Região Norte Fluminense. Apesar da importância cultural atribuída, os relatórios do Ministério da Economia e do Planeamento evidenciaram que os programas plurianuais deram pouca atenção direta à cultura alimentar. No nível estadual, os investimentos se concentraram na capital, relegando o interior a um papel secundário. Alguns municípios, como São João da Barra, promoveram iniciativas locais, mas de forma isolada e limitada.

As entrevistas com profissionais da área da alimentação revelaram desafios na difusão e aplicação da lei, pois muitos desconheciam a sua existência ou as suas diretrizes, o que reflete a falta de formação e de eventos voltados ao tema. Especialistas, também entrevistados,

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

apontaram a necessidade de integrar a lei a outras políticas públicas, bem como de fortalecer o diálogo com secretarias municipais e lideranças locais. A ausência de mobilização política e administrativa tem sido um dos maiores entraves à efetividade da legislação.

Apesar dos obstáculos, os resultados indicaram caminhos para ampliar a visibilidade da gastronomia fluminense, como a promoção de festivais, concursos e feiras gastronômicas que incentivem a troca de saberes e fortaleçam as redes de produção local. A participação da sociedade civil é vista como essencial para garantir a legitimidade das ações, bem como a valorização dos saberes tradicionais e a educação alimentar nas escolas.

Na prática, já se observam iniciativas que reforçam a gastronomia como vetor de desenvolvimento cultural e turístico. A Secretaria de Cultura do Estado criou uma Comissão de Gastronomia e promove eventos que celebram a culinária regional. Na Região Norte Fluminense, festivais como o de Frutos do Mar e o do Caranguejo tornaram-se atrativos turísticos e econômicos importantes, com participação ativa da comunidade.

CONCLUSÕES

O estudo destacou a importância da gastronomia enquanto patrimônio cultural imaterial, enfatizando que sua valorização depende de políticas públicas eficazes. A análise da Lei nº 7.180/2015 revelou que, apesar de estar em vigor há quase dez anos, sua aplicação enfrenta desafios devido à falta de visibilidade, divulgação e apoio político, sobretudo em regiões do interior. Utilizando a metáfora da "refração política" de Santos (2012), observa-se como a legislação, ao passar do plano normativo para a prática, perde força e abrangência, resultando em baixa efetividade. Entre os fatores que explicam essa fragilidade estão a ausência de orçamentos específicos, de mecanismos de monitoramento e de instâncias participativas que articulem gastronomia, identidade cultural, turismo e educação patrimonial.

Para superar tais obstáculos, o estudo sugere a criação de estratégias que democratizem e territorializem as políticas culturais, incluindo engajamento social, apoio a pequenos produtores e cozinheiros tradicionais, capacitação de gestores, produção de materiais informativos e monitoramento contínuo. Ressalta-se ainda o papel da sociedade civil e de profissionais da área em conselhos e audiências para garantir legitimidade e transparência. O trabalho também anuncia o início do projeto de extensão "A Gastronomia como Cultura", que busca aproximar universidade e comunidade de Macaé, promovendo ações educativas e culturais que fortaleçam a gastronomia enquanto expressão identitária e direito cultural.

REFERÊNCIAS

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (ALERJ). Lei reconhece gastronomia fluminense como cultura do Estado do Rio. Quero Discutir o Meu Estado, 2016. Disponível em: https://www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br/noticias/4482-lei-reconhece-gastronomia-fluminense-como-cultura-do-estado-do-rio. Acesso em: 7 mar. 2025.
ARÊAS, A. B. M.; ALMEIDA, R. P. de. Formação cultural do Norte do Rio de Janeiro: influência indígena e portuguesa. 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277060115_Formacao_cultural_do_Norte_do_Rio_de_Janeiro_influencia_indigena_e_portuguesa. Acesso em: 12 out. 2024.
BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024.
CORREA, A. F.; BARROS, L. B. de. A culinária macaense sob risco: transformações na cozinha regional no contexto do marco referencial da gastronomia como cultura. Projeto Macaé 2030. Observatório da Cidade. [Prelo]. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, 2022.
MORAIS, L. P. de. Comida, identidade e patrimônio: articulações possíveis. História: Questões & Debates, Curitiba, v. 54, p. 227-254, jan./jun. 2011. Curitiba: Editora UFPR; Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/25749/17200. Acesso em: 14 out. 2024.
OLIVEIRA, F. L. de; CUNHA, L. G. A legitimidade das leis e das instituições de justiça na visão dos brasileiros. Contemporânea: Revista de Educação e Cultura, São Carlos, v. 7, n. 2, p. 275-296, jul./dez. 2017. ISSN 2316-1329. DOI: http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.037. Disponível em: https://contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/591/241. Acesso em: 30 out. 2024.
SANTOS, P. S. M. B. dos. Sobre o conceito de refração política: mais uma chave dos segredos das Ciências Humanas. Revista Espaço Acadêmico, v. 12, n. 137, p. 65-73, 2012. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/16877. Acesso em: 12 set. 2025.

Agradecimentos

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Edital nº 490/2024 – Período de vigência: 2024/2027.

APLICAÇÃO DA LEI PAULO GUSTAVO NO SETOR AUDIOVISUAL DA BAIXADA FLUMINENSE

Bruno Lima[1]

Resumo: Este estudo investiga a aplicação dos recursos da Lei Paulo Gustavo no setor audiovisual da Baixada Fluminense, considerando os editais publicados entre 2023 e 2024 pelos 13 municípios da região. A análise se concentra nos editais voltados ao audiovisual, classificando as oportunidades ofertadas segundo diferentes tipos de investimento direto. A partir dessa sistematização, busca-se compreender como o estímulo emergencial proporcionado pela Lei Paulo Gustavo se articulou com demandas históricas do território, oferecendo subsídios para reflexões sobre o papel de políticas culturais na ampliação do acesso, na diversificação de formatos e no fortalecimento das condições de produção no audiovisual da Baixada Fluminense. Os resultados indicam que, embora haja elevado aproveitamento em categorias voltadas à execução direta e à remuneração de profissionais, persistem lacunas estruturais em áreas como formação, preservação e circulação de obras, confirmando a necessidade de investimentos contínuos para fortalecer o setor no território.
Palavras-chave: Baixada Fluminense; Lei Paulo Gustavo; Setor Audiovisual.

Resumen: Este estudio investiga la aplicación de los recursos de la Ley Paulo Gustavo en el sector audiovisual de la Baixada Fluminense, considerando las convocatorias publicadas entre 2023 y 2024 por los 13 municipios de la región. El análisis se centra en las convocatorias dirigidas exclusivamente al audiovisual, clasificando las oportunidades ofrecidas según diferentes tipos de inversión directa. A partir de esta sistematización, se busca comprender cómo el estímulo emergencial proporcionado por la Ley Paulo Gustavo se articuló con demandas históricas del territorio, ofreciendo insumos para reflexionar sobre el papel de las políticas culturales en la ampliación del acceso, la diversificación de formatos y el fortalecimiento de las condiciones de producción en el audiovisual de la Baixada Fluminense. Los resultados indican que, aunque existe un alto aprovechamiento en categorías orientadas a la ejecución directa y a la remuneración de profesionales, persisten brechas estructurales en áreas como formación, preservación y circulación de obras, lo que confirma la necesidad de inversiones continuas para fortalecer el sector en el territorio.
Palabras clave: Baixada Fluminense; Ley Paulo Gustavo; Sector Audiovisual.

Introdução

Em 2018, cineastas e produtores do setor audiovisual da Baixada Fluminense lançaram o "Manifesto A Baixada Filma", reivindicando o reconhecimento formal da região como polo de produção audiovisual independente no cenário nacional. O documento destacava a intensa atividade cultural local, evidenciada por cineclubes, festivais, oficinas e obras em múltiplos formatos. Além disso, denunciava o baixo volume

[1] Pesquisador do Observatório Baixada Cultural (OBaC). Pesquisador bolsista da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB-PIPC). Doutorando em Economia (PPGE/UFF). E-mail: lima.bsd@gmail.com.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

de investimentos públicos destinados ao setor. Apesar da clareza dessa demanda, políticas efetivas de fomento só começaram a ganhar corpo ao longo da pandemia de Covid-19, quando os impactos econômicos e sociais sobre a cultura se tornaram ainda mais evidentes.

Nesse contexto, a aprovação da Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar n° 195/2022) representou um importante estímulo ao setor audiovisual, ao direcionar R$ 3,862 bilhões para Estados, Distrito Federal e municípios. Regulamentada em maio de 2023 pelo Presidente Lula, a verba disponibilizada representou o maior investimento na história do setor cultural no país até o anúncio dos recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). A soma do valor recebido pelos treze municípios[2] da Baixada Fluminense superaram os repasses da Lei Aldir Blanc[3], criando uma oportunidade singular de dinamizar a produção, circulação e qualificação no audiovisual local. Assim, este trabalho analisa como esses recursos foram aplicados nos municípios da região e quais os resultados da ocupação das vagas oferecidas.

Metodologia

Os recursos da Lei Paulo Gustavo tiveram como origem os superávits do Fundo Nacional de Cultura (FNC) e, majoritariamente, do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). Do total de R$ 3,862 bilhões destinados ao setor cultural, R$ 2,797 bilhões foram direcionados ao audiovisual, contemplando ações como apoio a produções, funcionamento de salas de cinema, capacitação e qualificação profissional, apoio a cineclubes e realização de festivais e mostras. O montante restante, R$ 1,065 bilhão, foi aplicado nas demais áreas culturais (Brasil, 2022). A distribuição dos recursos entre Estados, Distrito Federal e municípios considerou a população e os coeficientes de rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (MinC, 2023).

No recorte da Baixada Fluminense, foram examinados 31 editais voltados especificamente ao setor audiovisual, selecionados de um total de 56 publicados entre 2023 e 2024 pelos 13 municípios da região[4]. Os demais, por tratarem de atividades culturais de forma geral e não apresentarem recorte exclusivo para o audiovisual, não

[2] São eles: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.
[3] Foram repassados no total R$ 24.221.136,00 da LAB, enquanto na LPG foram repassados R$ 29.659.871,73 no total para os municípios baixadenses (Borja; Lima; Eller, 2024).
[4] Para uma análise quantitativa sobre a execução dos editais, tanto para o audiovisual quanto para as demais atividades, ver "Retomada, reconstrução e resistência: a Lei Paulo Gustavo na Baixada Fluminense" (Guerreiro; Leite; Lima, 2024).

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

foram incluídos nesta análise. Para a análise tipológica, as vagas, tanto para projetos quanto para trabalhadores/as, foram classificadas em seis tipos de investimento direto: (1) incentivo direto aos trabalhadores/as; (2) produção de obras; (3) cinema itinerante; (4) formação/capacitação; (5) mostras/festivais; e (6) reformas/preservação. Além disso, analisaram-se os resultados dos editais examinados para verificar o percentual de vagas preenchidas em cada categoria, permitindo elaborar considerações sobre o alcance e a efetividade das ações implementadas.

Resultados e Discussão

A Tabela 1 apresenta a distribuição das vagas geradas pelos editais da Lei Paulo Gustavo no audiovisual da Baixada Fluminense, conforme o tipo de investimento. A categoria "Incentivo direto aos trabalhadores/as", que reúne premiações e bolsas para profissionais da área, foi adotada em cinco dos treze municípios, totalizando 139 oportunidades. A "Produção de obras" foi a principal linha de fomento, com 612 vagas para projetos em formatos diversos, evidenciando a prioridade dada à concretização de produtos audiovisuais. Já "Cinema itinerante" e "Mostras e festivais", com 28 vagas cada, buscaram ampliar o acesso e a circulação, mas receberam menos recursos. A categoria "Formação/Capacitação" contou com 113 vagas, concentradas em Duque de Caxias, enquanto "Reforma/Preservação" somou 61 oportunidades voltadas a salas, cineclubes e acervos.

TABELA 1: DISTRIBUIÇÃO DE OPORTUNIDADES GERADAS PELOS EDITAIS DA LPG PARA O AUDIOVISUAL NA BAIXADA FLUMINENSE POR CATEGORIA

Municípios	N° Editais	Incentivo direto aos trabalhadores/as	Produção de obras	Cinema Itinerante	Formação/ Capacitação	Mostras e festivais	Reforma/ Preservação
Belford Roxo	2	-	45	2	16	-	-
Duque de Caxias	3	15	155	-	70	6	14
Guapimirim	2	-	18	-	1	-	2
Itaguaí	2	-	50	7	3	6	-
Japeri	3	19	45	1	5	1	11
Magé	3	-	83	2	8	1	15
Mesquita	1	-	32	2	1	-	2
Nilópolis	1	-	27	1	1	1	3
Nova Iguaçu	6	80	57	10	4	3	10
Paracambi	2	TD*	TD	-	-	TD	TD
Queimados	3	-	33	-	2	-	1
São João de Meriti	2	25	50	2	2	10	3
Seropédica	1	-	17	1	-	-	-
TOTAL	**31**	**139**	**612**	**28**	**113**	**28**	**61**

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Fonte: Elaboração própria com base nos editais dos municípios da Baixada Fluminense. *Em Paracambi, como não houve especificação de um número fixo de vagas, adotamos 'TD' (Total Deferido) para representar o total de inscrições deferidas.

Do total de recursos transferidos aos municípios, pouco mais de 21 milhões de reais foram executados, restando cerca de 500 mil. A Tabela 2 mostra que "Incentivo direto aos trabalhadores/as", "Produção de obras" e "Cinema itinerante" tiveram altos índices de ocupação, enquanto "Formação/Capacitação, "Mostras e Festivais" e "Reforma/Preservação" registraram menor adesão. O incentivo direto apresentou o melhor desempenho, com 94,96% das vagas preenchidas, evidenciando forte demanda reprimida. A produção de obras manteve alto aproveitamento, confirmando a existência de oferta reprimida de bens audiovisuais. O cinema itinerante reforçou sua relevância na democratização do acesso, enquanto o percentual de formação/capacitação, mostras e festivais; reformas/preservação podem ter barreiras como custos, exigências técnicas e falta de infraestrutura.

TABELA 2: NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS E PREENCHIDAS POR CATEGORIA NOS EDITAIS DA LPG NA BXD

Categorias	Vagas Ofertadas	Vagas Preenchidas	%
Incentivo direto aos trabalhadores/as	139	132	94,96%
Produção de obras	612	517	84,48%
Cinema Itinerante	28	26	92,86%
Formação/Capacitação	113	39	34,51%
Mostras e festivais	28	16	57,14%
Reforma/preservação	61	35	57,38%

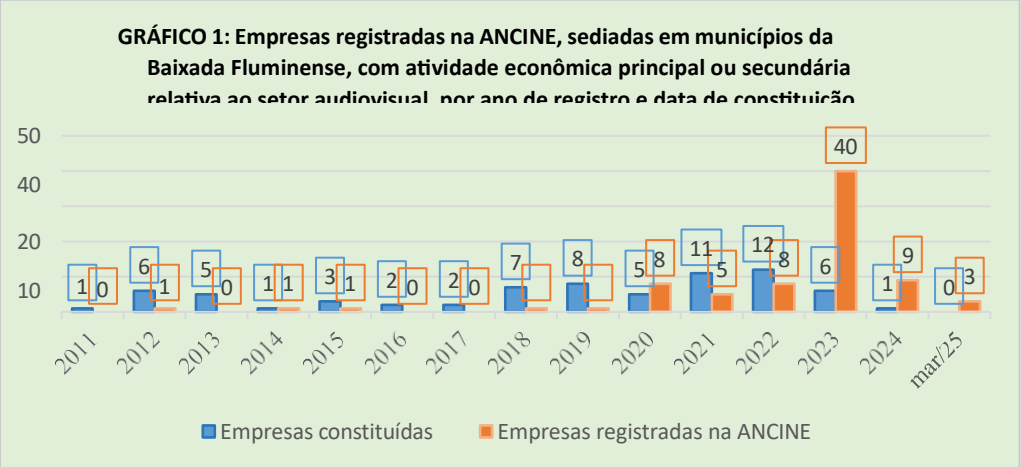
Fonte: Elaboração própria com base nos editais e seus resultados publicados pelos municípios da Baixada Fluminense.

Esse panorama de ocupação das vagas, com desempenhos elevados em algumas modalidades e limitações em outras, ajuda a compreender não apenas o uso dos recursos, mas também características estruturais do audiovisual na Baixada Fluminense. As dificuldades em formação, preservação e circulação indicam lacunas que demandam planejamento e investimentos contínuos, enquanto o bom desempenho em fomento direto e produção aponta para um setor criativo ativo, mas ainda dependente de novos aportes para se expandir.

Por sua vez, dados da Agência Nacional do Cinema (ANCINE) até abril de 2025 indicam a existência de 82 empresas sediadas na região com atividade econômica principal ou secundária ligada ao audiovisual. Como mostra o Gráfico 1, a maior parte dessas empresas (73 registros) foi criada entre 2020 e março de 2025, com pico em 2023, quando surgiram 40

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

novas, coincidindo com a publicação dos primeiros editais da Lei Paulo Gustavo. Esse movimento sugere que o aumento dos investimentos públicos no segmento contribuiu para impulsionar a profissionalização do audiovisual local.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados abertos da ANCINE.

Conclusões preliminares

Os resultados obtidos confirmam, em grande medida, o diagnóstico feito pelos produtores e realizadores da Baixada Fluminense em 2018, quando, por meio do "Manifesto A Baixada Filma", alertaram para a necessidade urgente de políticas públicas e investimentos consistentes no setor audiovisual local. A elevada ocupação das vagas em diversas modalidades demonstra que a demanda e a capacidade de produção já existiam, mas permaneciam represadas pela falta de recursos. Ao mesmo tempo, as dificuldades observadas em áreas como formação, mostras e preservação revelam que ainda há lacunas estruturais a serem enfrentadas para garantir um desenvolvimento equilibrado do setor. Assim, a experiência recente com a Lei Paulo Gustavo não apenas atendeu parte dessa demanda histórica, como também evidenciou que, sem continuidade e planejamento, o potencial criativo e produtivo da região corre o risco de voltar a ser subaproveitado.

Referências

BAIXADA FILMA. *Manifesto A Baixada Filma*. 2018.

BRASIL. *Lei Complementar n. 195*, de 8 de julho de 2022.

BORJA; B.; LIMA, B.; ELLER, C. *Política municipal de cultura na Baixada Fluminense*. Indicadores culturais para acompanhamento e análise da LAB, LPG e PNAB. In: ROCHA, A; OLIVEIRA; L. D.; AMARO, T.; DIAS, A. (Orgs.). *Periferia-Mundo: interpretações desde a Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2024.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

GUERREIRO, J.; LEITE; S.; LIMA, B. Retomada, reconstrução e resistência: a Lei Paulo Gustavo na Baixada Fluminense. *Anais do XVI Seminário Internacional de Políticas Culturais [no prelo].* Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2025.

MINC – Ministério da Cultura. *Cartilha Lei Paulo Gustavo - Audiovisual*. 2023.

MINC – Ministério da Cultura. *Painel de dados – Lei Paulo Gustavo*. 2024.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

LUZES DE ÁFRICA SOB A SOMBRA DO BARÃO: CASO-REFERÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS COLETIVOS NEGROS NA SALA NO MUSEU DE NOVA FRIBURGO

Vívian Alves de Assis[1]
Rosângela Lunardelli Cavallazzi[2]
Maiara Felício da Silva[3]

RESUMO
O presente estudo visa refletir sobre os desafios e possibilidades de crítica e desapego de ilusões progressistas e passadistas do "*mito da Suíça Brasileira"* em Nova Friburgo a partir de manifestações pedagógico-culturais e saberes em movimento de coletivos negros da cidade. Apresenta uma proposição metodológica crítico-decolonial, com abordagem interdisciplinar, que inclui a *escrevivência* de uma das autoras, a análise de fontes documentais, a adoção do método de caso-referência, além da revisão bibliográfica da história local, legislação e de informações da mídia. Apropria-se da simbologia da concepção africana da história da *Sankofa* na análise do caso-referência da contribuição dos coletivos negros *Ysun-Okê*, Lélia Gonzalez e Império das Negras na construção da Sala *Luzes de África* no Museu de Nova Friburgo, na residência urbana de Antônio Clemente Pinto, o Barão de Nova Friburgo. O estudo busca também decolonizar a memória dos vencidos da história que permita a abertura de um campo de possibilidades para a produção instituinte negra na cidade.
Palavras-chave: Coletivos Negros; Nova Friburgo; Luzes de África; Decolonialidade; Museu.

ABSTRACT
This study aims to reflect on the challenges and possibilities of criticism and detachment from progressive and outdated illusions of the myth of Brazilian Switzerland in Nova Friburgo, based on pedagogical-cultural manifestations and knowledge in motion from black collectives in the city. It presents a critical-decolonial methodological proposition, with an interdisciplinary approach, which includes the writing of one of the authors, the analysis of documentary sources, the adoption of the case-reference method, as well as a bibliographic review of local history, legislation and media information. It appropriates the symbolism of the African conception of the history of Sankofa in the case study analysis of the contribution of the black collectives Ysun-Okê, Lélia Gonzalez, and Império das Negras in the construction of the Sala Luzes de África (Africa Lights Room) at the Nova Friburgo Museum, in the urban residence of Antônio Clemente Pinto, the Baron of Nova Friburgo. The study also seeks to decolonise the memory of history's defeated, opening up a field of possibilities for black institutional production in the city. **Keywords:** Black Collectives; Nova Friburgo; Lights of Africa; Decoloniality; Museum.

[1] Vívian Alves de Assis, Doutora em Direito pelo PPGD da UFRJ. Pesquisadora de Pós-doutorado no PROURB/UFRJ. Este estudo, Edital nº 11/2023 – Pós-Doutorado nota 10 / 2023, foi financiado pela FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo SEI 260003/000155/2024. E-mail: viviandeassis@yahoo.com.br

[2] Rosângela Lunardelli Cavallazzi, Professora do Programa de Pós-graduação em Direito da PUC-Rio e em Urbanismo da UFRJ. Doutora em Direito (UFRJ e UFSC). Bolsista Produtividade CNPq. Cientista do Estado FAPERJ. Vice-Presidente Sudeste CONPEDI.E-mail: rosangela.cavallazzi@gmail.com

[3] Maiara Felício da Silva, fotógrafa e artesã, cofundadora do Império das Negras, Vereadora da Câmara Municipal de Nova Friburgo, estudante de graduação em Direito da Universidade Estácio de Sá. E-mail: maiarafelicio1994@gmail.com

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

INTRODUÇÃO

A cidade de Nova Friburgo, a *Suíça brasileira*[4], *tradição inventada* (Hobsbawn; Ranger, 1984) europeia, oculta a história e a presença negra na cidade, principalmente na sua fundação no período colonial, em que a cidade contava com cerca de 40% de negros (Marretto, 2018).

Segundo o Censo de 2022, 33,48% da população se autodeclara preta e parda na cidade (IBGE, 2022), o que representa um acréscimo de quase 6% em relação ao Censo de 2010 (IBGE, 2010). Esse acréscimo pode ser entendido como um reflexo da atuação de novos coletivos negros nos anos 2010, Lélia Gonzalez e Império da Negras, que se somaram ao pioneirismo do *Ysun-Okê*, coletivo que há 38 anos promove atividades contra o racismo e a história local.

O Lélia Gonzalez, fundado em 2016, liderado por um colegiado, é um coletivo forjado na luta anticapitalista e antirracista, que tem relevância na militância política nas ruas e em atividades em escolas da rede pública e universidades.

O Império da Negras foi fundado em 2015 por cinco amigas adolescentes que utilizavam a *hashtag* #ImpérioDasNegras nas redes sociais trançando cabelos, afetividade e autoestima. É uma coletiva que deseja construir a militância preta, com o propósito de fortalecer a identidade negra, promover a educação antirracista e a organização comunitária.

A construção crítico-teórica sobre o *mito da "Suíça brasileira"* de Araújo (1992, 2018) e, principalmente, a atuação prática dos coletivos negros friburguenses são o ponto de partida para o desapego dessa tradição inventada a partir de um olhar decolonial (Assis; Cavallazzi, 2025).

O estudo compreende o referido mito como legitimador da *colonialidade do poder* na cidade (Quijano, 1992, 2005) que obstaculiza avanços de *práticas sociais instituintes* (Cavallazzi, 1993), especialmente as manifestações políticas, pedagógicas e culturais e os saberes em movimento dos coletivos negros da cidade.

No que concerne à metodologia, a pesquisa interdisciplinar, estabelece um diálogo entre os campos da História, Sociologia e Direito. Se apoia em fontes documentais, em revisão bibliográfica e legislativa, além de informações da mídia, principalmente a local.

[4] O *mito da "Suíça brasileira"* é uma ideologia baseada na teoria do progresso e reflexo de uma dimensão mítica da história da cidade construída em uma articulação entre empresários alemães e uma elite política modernizadora (Araújo, 1992, 2018). Essa ilusão passadista é costurada politicamente ainda em textos normativos atuais. Às vésperas do bicentenário foi editada a Lei Estadual nº 7.683 (RIO DE JANEIRO, 2017), que dá esse título à cidade. Recentemente, foi sancionada a Lei Federal nº 14.910/2024 (BRASIL, 2024), que concede ao Município de Nova Friburgo o título de "Suíça Brasileira" (Assis, Cavallazzi, 2025).

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A participação dos coletivos negros na construção, divulgação e inauguração da Sala *Luzes de África* no Museu de Nova Friburgo, em agosto desse ano, é adotada como *caso-referência* (Cavallazzi, 1993), suporte fático que cristaliza a investigação.

A *escrevivência* (Evaristo, 2020) da coautora Maiara Felício carrega a vivência da coletividade do Império das Negras e de sua atuação política como contranarrativa à ideologia da *Suíça brasileira*, que reivindica o direito à memória e à cultura negra na cidade, art. 215 e 216 da Constituição Federal (1988).

O referencial teórico crítico decolonial, a partir de Quijano (1992, 2005) e de historiadores locais, serve como base na pesquisa para analisar uma cidade em que a história dos vencidos foi ocultada, com base no discurso da "Suíça brasileira", que é reinventado até os dias atuais (Assis, 2022).

Adota-se a ideia de *Sankofa* (Sanko = voltar; fa = buscar, trazer), que parte da concepção africana de história e dialoga com a visão benjaminiana (1987) sobre tempo e história. A *Sankofa* friburguense vem sendo tecida por pesquisadores que tratam da presença e cultura negra na construção da cidade (Louzada, 1991; Pedro, 1999; Lisboa e Mayer, 2008; Marretto, 2018, 2019).

O presente trabalho visa revelar a ancestralidade e vivência dos coletivos negros nessa costura decolonial, com enfoque na análise do caso-referência.

O prédio que hoje sedia a Fundação Dom João VI[5] e o seu Museu abrigou uma série de órgãos administrativos no século XX. A fundação tornou-se o órgão municipal responsável pela preservação da memória histórica da cidade.

A trajetória de criação do Museu de Nova Friburgo demonstra a visão histórica baseada na *colonialidade do poder* (Quijano, 1992, 2005). A primeira sala do Museu, apresentava a cópia do retrato do Barão de Nova Friburgo como destaque[6].

Em 2024, a segunda sala inaugurada foi da exposição "A Pequena Alemanha - 200 Anos da Imigração Alemã", um tributo à herança cultural e histórica trazida pelos colonos alemães.

[5] O Solar do Barão de Nova Friburgo, é um prédio histórico tombado, situado na Praça Getúlio Vargas, construído em 1843 para ser residência urbana de Antônio Clemente Pinto. A referida fundação foi criada em 2009, em substituição ao antigo Pró-Memória, pela Lei Municipal nº 3.836/2009 (NOVA FRIBURGO, 2009). A escolha do nome do órgão de memória da cidade, Fundação Dom João VI insiste no protagonismo de Dom João VI na fundação da cidade. Atribui a ele sua "criação genial e visionária" (Araújo, 2003, p. 21) de uma colônia de trabalhadores brancos, europeus e livres.

[6] No site da Fundação Dom João VI antigo proprietário da casa é exaltado: "rara imagem de São Clemente, padroeiro da família do Barão de Nova Friburgo e do Decreto de criação de Nova Friburgo (...) Antônio Clemente Pinto confiou sua esperança nesse chão, venceu os morros escarpados com a modernidade dos trilhos de trem e testemunhou o triunfo da prosperidade da região" (Folly, 2025).

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A Sala *Luzes de África* é a mais nova sala do Museu. A Fundação convidou os coletivos com o objetivo de que as pessoas pretas pudessem ter voz nesse espaço.

Na primeira reunião a fundação expos a sua concepção para a sala. Os coletivos se reuniram e passaram a participar ativamente. Todo acervo do museu passou pelo olhar dos coletivos que falaram de suas vivências e ofereceram o seu aval estético e acadêmico.

Na inauguração o Coral de vozes negras *Ouro Negro* do Império das Negras, sob a regência do maestro Ágni Silva de Souza, se apresentou. Destacam-se a fala da Mãe de Santo Bruna Borges, da Ilma Santos do *Ysun-Okê* e da Maiara Felício.

O vídeo de divulgação (@laborativedance; @fundaçãodjoaovi, 2025), que foi inserido em um totem da exposição, teve participação de vários membros dos coletivos que roteirizaram, confeccionaram e atuaram no material audiovisual produzido pela fundação.

A ideia central do vídeo era ligar pessoas negras aos pontos turísticos da cidade para que o termo afro friburguense ganhasse vida. Cada grupo representando uma estética que retrata a cultura negra friburguense. A cena etérea de uma matriarca posicionada em seu trono com sua filha ao colo e figuras femininas ao redor simbolizam o lugar majestoso de quem já contribuiu muito e agora merece a sombra fresca do reconhecimento.

No vídeo observa-se o intelectual ancestral vivo, as mulheres em marcha no bambuzal que dá acesso à casa de veraneio do Barão, a capoeira, o carnaval das escolas de samba, as mulheres e as tranças revelam a estética negra, o *hip hop* no sinal de trânsito e as crianças que simbolizam o amanhã.

O caso-referência analisado se configura como espaço-tempo em que o presente se articula historicamente ao passado de forma em que a empatia pela narrativa dos vencidos é reverberada. Conforme ensinamento de Versiani (2018): “Feliz o museu de História que tiver na diversidade uma força, para não cair no tédio da História única, da falsa homogeneidade que serve menos pra entender a História e mais pra reforçar privilégios”.

A sabedoria, ancestralidade, cultura e memória negra friburguense retorna como protagonista resistindo e ocupando o Solar do “fazendeiro-capitalista” (Marreto, 2019, p. 459) que veio para a região de Cantagalo e Nova Friburgo em 1829, mas que, provavelmente, já atuava na Corte como traficante de escravos (*Idem*, p. 294 e 295).

As *Luzes de África* agora iluminam o passado obscuro do Barão para ressignificar o presente e construir um futuro. O vídeo sobre a negritude friburguense é um registro direcionado para que as interpretações sejam repletas de possibilidades. Tudo realizado pela comunidade negra friburguense que se reinventa e traz excelência para as propostas dos coletivos envolvidos. Nas palavras e *escrevivência* da coautora Maiara Felício: “Entregamos

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

nosso coração para que nenhuma criança se sinta excluída das representações de quem construiu Nova Friburgo. Nossa história somos nós quem vamos contar".

REFERÊNCIAS

ASSIS, Vívian Alves de; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. Tecendo memórias decoloniais sobre Nova Friburgo: disputa histórica à luz do direito à cidade. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense,** Rio de Janeiro, n. 28 especial, 2025. DOI: 10.12957/cdf.2025.89489. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/article/view/89489 . Acesso em: 12 set. 2025.

ARAÚJO, João Raimundo de. **Processo de urbanização da "Suíça brasileira" - 1890-1930.** Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

ARAÚJO, João Raimundo de. **Nova Friburgo:** a construção do mito da Suíça brasileira (1910-1960). Coleção Nova Friburgo: 200 anos de luta e resistência, vol. 2. Rio de Janeiro: Revan, 2018.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 16 de julho de 1934. Disponível em: Constituição34 (planalto.gov.br). Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 14.910, de 01 de julho de 2024**. Disponível em: Lei nº 14.910 de 01/07/2024 Acesso em: 12 ago. 2025.

CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. **A plasticidade na teoria contratual.** Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas) – Departamento de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Malê, 2020. FOLLY, Luiz Fernando. **Museu.** In: Fundação Dom João VI. Disponível em: Museu Acesso em: 12 ago. 2025.

FUNDAÇÃO DOM JOÃO VI. **Sede.** Disponível em: Sede Acesso em: 12 ago. 2025.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico de 2010.

Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: Censo 2010 | IBGE Acesso em: 24 ago. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico de 2022.

Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: Censo 2022 | IBGE Acesso em: 25 ago. 2025. @laborativedance; @fundaçãodjoaovi, 20 jul. 2025. **Instagram.** Disponível em: (9) Instagram Acesso em: 14 ago. 2025.

LISBOA, Edson de Castro; MAYER, Jorge Miguel. **Os crimes da fazenda Ponte de Tábuas:** um estudo sobre a escravidão no século XIX. Nova Friburgo: Alberian, 2008.

LOUZADA, Gioconda. **Presença negra:** uma nova abordagem da história de Nova Friburgo. Niterói: EDUFF, 1991.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

NOVA FRIBURGO. **Lei Municipal nº 3.836/2009.** Autoriza o Poder Executivo a instituir a fundação D. João VI de Nova Friburgo, e dá outras providências. Nova Friburgo, 2009. Disponível em: https://cespro.com.br/visualizarDiploma.phpcdMunicipio=6811&cdDiploma=6493&NroLei=3.836&Word=&Word2=. Acesso em: 10 set. 2025.

MARRETTO, Rodrigo M. **Escravidão velada:** a formação de Nova Friburgo na metade do século XIX. Coleção Nova Friburgo: 200 anos de luta e resistência, vol. 1. Rio de Janeiro: Revan, 2018.

MARRETTO, Rodrigo M. **O opulento capitalista:** café e escravidão na formação do patrimônio familiar do barão de Nova Friburgo (c 1829 – c 1873). Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

MAYER, Jorge Miguel. **Raízes e crise do mundo caipira:** o caso de Nova Friburgo. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

PEDRO, José Carlos. **A colônia do "Morro Queimado":** suíços e luso-brasileiros na freguesia de São João Batista de Nova Friburgo, 1820-1831. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena,** v. 13, Nº 29, Lima: Instituto Indigenista, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In:* LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 107-30.

RIO DE JANEIRO. **Lei Estadual nº 7683/2017**. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), 2017. Disponível em: Lei Ordinária (alerj.rj.gov.br) Acesso em: 11 jan. 2025.

VERSIANI, Maria Helena. **Criar, ver e pensar:** um acervo para a República. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2018.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

LUZES DE ÁFRICA SOB A SOMBRA DO BARÃO: CASO- REFERÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS COLETIVOS NEGROS NA SALA NO MUSEU DE NOVA FRIBURGO

Vívian Alves de Assis[1]
Rosângela Lunardelli Cavallazzi[2]
Maiara Felício da Silva[3]

RESUMO

O presente estudo visa refletir sobre os desafios e possibilidades de crítica e desapego de ilusões progressistas e passadistas do "*mito da Suíça Brasileira"* em Nova Friburgo a partir de manifestações pedagógico-culturais e saberes em movimento de coletivos negros da cidade. Apresenta uma proposição metodológica crítico-decolonial, com abordagem interdisciplinar, que inclui a *escrevivência* de uma das autoras, a análise de fontes documentais, a adoção do método de caso-referência, além da revisão bibliográfica da história local, legislação e de informações da mídia. Apropria-se da simbologia da concepção africana da história da *Sankofa* na análise do caso-referência da contribuição dos coletivos negros *Ysun-Okê*, Lélia Gonzalez e Império das Negras na construção da Sala *Luzes de África* no Museu de Nova Friburgo, na residência urbana de Antônio Clemente Pinto, o Barão de Nova Friburgo. O estudo busca também decolonizar a memória dos vencidos da história que permita a abertura de um campo de possibilidades para a produção instituinte negra na cidade.
Palavras-chave: Coletivos Negros; Nova Friburgo; Luzes de África; Decolonialidade; Museu.

ABSTRACT

This study aims to reflect on the challenges and possibilities of criticism and detachment from progressive and outdated illusions of the myth of Brazilian Switzerland in Nova Friburgo, based on pedagogical-cultural manifestations and knowledge in motion from black collectives in the city. It presents a critical-decolonial methodological proposition, with an interdisciplinary approach, which includes the writing of one of the authors, the analysis of documentary sources, the adoption of the case-reference method, as well as a bibliographic review of local history, legislation and media information. It appropriates the symbolism of the African conception of the history of Sankofa in the case study analysis of the contribution of the black collectives Ysun-Okê, Lélia Gonzalez, and Império das Negras in the construction of the Sala Luzes de África (Africa Lights Room) at the Nova Friburgo Museum, in the urban residence of Antônio Clemente Pinto, the Baron of Nova Friburgo. The study also seeks to decolonise the memory of history's defeated, opening up a field of possibilities for black institutional production in the city. **Keywords:** Black Collectives; Nova Friburgo; Lights of Africa; Decoloniality; Museum.

[1] Vívian Alves de Assis, Doutora em Direito pelo PPGD da UFRJ. Pesquisadora de Pós-doutorado no PROURB/UFRJ. Este estudo, Edital nº 11/2023 – Pós-Doutorado nota 10 / 2023, foi financiado pela FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo SEI 260003/000155/2024. E-mail: viviandeassis@yahoo.com.br

[2] Rosângela Lunardelli Cavallazzi, Professora do Programa de Pós-graduação em Direito da PUC-Rio e em Urbanismo da UFRJ. Doutora em Direito (UFRJ e UFSC). Bolsista Produtividade CNPq. Cientista do Estado FAPERJ. Vice-Presidente Sudeste CONPEDI.E-mail: rosangela.cavallazzi@gmail.com

[3] Maiara Felício da Silva, fotógrafa e artesã, cofundadora do Império das Negras, Vereadora da Câmara Municipal de Nova Friburgo, estudante de graduação em Direito da Universidade Estácio de Sá. E-mail: maiarafelicio1994@gmail.com

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

INTRODUÇÃO

A cidade de Nova Friburgo, a *Suíça brasileira*[4], *tradição inventada* (Hobsbawn; Ranger, 1984) europeia, oculta a história e a presença negra na cidade, principalmente na sua fundação no período colonial, em que a cidade contava com cerca de 40% de negros (Marretto, 2018).

Segundo o Censo de 2022, 33,48% da população se autodeclara preta e parda na cidade (IBGE, 2022), o que representa um acréscimo de quase 6% em relação ao Censo de 2010 (IBGE, 2010). Esse acréscimo pode ser entendido como um reflexo da atuação de novos coletivos negros nos anos 2010, Lélia Gonzalez e Império da Negras, que se somaram ao pioneirismo do *Ysun-Okê*, coletivo que há 38 anos promove atividades contra o racismo e a história local.

O Lélia Gonzalez, fundado em 2016, liderado por um colegiado, é um coletivo forjado na luta anticapitalista e antirracista, que tem relevância na militância política nas ruas e em atividades em escolas da rede pública e universidades.

O Império da Negras foi fundado em 2015 por cinco amigas adolescentes que utilizavam a *hashtag* #ImpérioDasNegras nas redes sociais trançando cabelos, afetividade e autoestima. É uma coletiva que deseja construir a militância preta, com o propósito de fortalecer a identidade negra, promover a educação antirracista e a organização comunitária.

A construção crítico-teórica sobre o *mito da "Suíça brasileira"* de Araújo (1992, 2018) e, principalmente, a atuação prática dos coletivos negros friburguenses são o ponto de partida para o desapego dessa tradição inventada a partir de um olhar decolonial (Assis; Cavallazzi, 2025).

O estudo compreende o referido mito como legitimador da *colonialidade do poder* na cidade (Quijano, 1992, 2005) que obstaculiza avanços de *práticas sociais instituintes* (Cavallazzi, 1993), especialmente as manifestações políticas, pedagógicas e culturais e os saberes em movimento dos coletivos negros da cidade.

No que concerne à metodologia, a pesquisa interdisciplinar, estabelece um diálogo entre os campos da História, Sociologia e Direito. Se apoia em fontes documentais, em revisão bibliográfica e legislativa, além de informações da mídia, principalmente a local.

[4] O *mito da "Suíça brasileira"* é uma ideologia baseada na teoria do progresso e reflexo de uma dimensão mítica da história da cidade construída em uma articulação entre empresários alemães e uma elite política modernizadora (Araújo, 1992, 2018). Essa ilusão passadista é costurada politicamente ainda em textos normativos atuais. Às vésperas do bicentenário foi editada a Lei Estadual nº 7.683 (RIO DE JANEIRO, 2017), que dá esse título à cidade. Recentemente, foi sancionada a Lei Federal nº 14.910/2024 (BRASIL, 2024), que concede ao Município de Nova Friburgo o título de "Suíça Brasileira" (Assis, Cavallazzi, 2025).

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A participação dos coletivos negros na construção, divulgação e inauguração da Sala *Luzes de África* no Museu de Nova Friburgo, em agosto desse ano, é adotada como *caso-referência* (Cavallazzi, 1993), suporte fático que cristaliza a investigação.

A *escrevivência* (Evaristo, 2020) da coautora Maiara Felício carrega a vivência da coletividade do Império das Negras e de sua atuação política como contranarrativa à ideologia da *Suíça brasileira*, que reivindica o direito à memória e à cultura negra na cidade, art. 215 e 216 da Constituição Federal (1988).

O referencial teórico crítico decolonial, a partir de Quijano (1992, 2005) e de historiadores locais, serve como base na pesquisa para analisar uma cidade em que a história dos vencidos foi ocultada, com base no discurso da "Suíça brasileira", que é reinventado até os dias atuais (Assis, 2022).

Adota-se a ideia de *Sankofa* (Sanko = voltar; fa = buscar, trazer), que parte da concepção africana de história e dialoga com a visão benjaminiana (1987) sobre tempo e história. A *Sankofa* friburguense vem sendo tecida por pesquisadores que tratam da presença e cultura negra na construção da cidade (Louzada, 1991; Pedro, 1999; Lisboa e Mayer, 2008; Marretto, 2018, 2019).

O presente trabalho visa revelar a ancestralidade e vivência dos coletivos negros nessa costura decolonial, com enfoque na análise do caso-referência.

O prédio que hoje sedia a Fundação Dom João VI[5] e o seu Museu abrigou uma série de órgãos administrativos no século XX. A fundação tornou-se o órgão municipal responsável pela preservação da memória histórica da cidade.

A trajetória de criação do Museu de Nova Friburgo demonstra a visão histórica baseada na *colonialidade do poder* (Quijano, 1992, 2005). A primeira sala do Museu, apresentava a cópia do retrato do Barão de Nova Friburgo como destaque[6].

Em 2024, a segunda sala inaugurada foi da exposição "A Pequena Alemanha - 200 Anos da Imigração Alemã", um tributo à herança cultural e histórica trazida pelos colonos alemães.

A Sala *Luzes de África* é a mais nova sala do Museu. A Fundação convidou os coletivos com o objetivo de que as pessoas pretas pudessem ter voz nesse espaço. Na

[5] O Solar do Barão de Nova Friburgo, é um prédio histórico tombado, situado na Praça Getúlio Vargas, construído em 1843 para ser residência urbana de Antônio Clemente Pinto. A referida fundação foi criada em 2009, em substituição ao antigo Pró-Memória, pela Lei Municipal nº 3.836/2009 (NOVA FRIBURGO, 2009). A escolha do nome do órgão de memória da cidade, Fundação Dom João VI insiste no protagonismo de Dom João VI na fundação da cidade. Atribui a ele sua "criação genial e visionária" (Araújo, 2003, p. 21) de uma colônia de trabalhadores brancos, europeus e livres.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

[6] No site da Fundação Dom João VI antigo proprietário da casa é exaltado: "rara imagem de São Clemente, padroeiro da família do Barão de Nova Friburgo e do Decreto de criação de Nova Friburgo (...) Antônio Clemente Pinto confiou sua esperança nesse chão, venceu os morros escarpados com a modernidade dos trilhos de trem e testemunhou o triunfo da prosperidade da região" (Folly, 2025).

primeira reunião a fundação expos a sua concepção para a sala. Os coletivos se reuniram e passaram a participar ativamente. Todo acervo do museu passou pelo olhar dos coletivos que falaram de suas vivências e ofereceram o seu aval estético e acadêmico.

Na inauguração o Coral de vozes negras *Ouro Negro* do Império das Negras, sob a regência do maestro Ágni Silva de Souza, se apresentou. Destacam-se a fala da Mãe de Santo Bruna Borges, da Ilma Santos do *Ysun-Okê* e da Maiara Felício.

O vídeo de divulgação (@laborativedance; @fundaçãodjoaovi, 2025), que foi inserido em um totem da exposição, teve participação de vários membros dos coletivos que roteirizaram, confeccionaram e atuaram no material audiovisual produzido pela fundação.

A ideia central do vídeo era ligar pessoas negras aos pontos turísticos da cidade para que o termo afro friburguense ganhasse vida. Cada grupo representando uma estética que retrata a cultura negra friburguense. A cena etérea de uma matriarca posicionada em seu trono com sua filha ao colo e figuras femininas ao redor simbolizam o lugar majestoso de quem já contribuiu muito e agora merece a sombra fresca do reconhecimento.

No vídeo observa-se o intelectual ancestral vivo, as mulheres em marcha no bambuzal que dá acesso à casa de veraneio do Barão, a capoeira, o carnaval das escolas de samba, as mulheres e as tranças revelam a estética negra, o *hip hop* no sinal de trânsito e as crianças que simbolizam o amanhã.

O caso-referência analisado se configura como espaço-tempo em que o presente se articula historicamente ao passado de forma em que a empatia pela narrativa dos vencidos é reverberada. Conforme ensinamento de Versiani (2018): "Feliz o museu de História que tiver na diversidade uma força, para não cair no tédio da História única, da falsa homogeneidade que serve menos pra entender a História e mais pra reforçar privilégios".

A sabedoria, ancestralidade, cultura e memória negra friburguense retorna como protagonista resistindo e ocupando o Solar do "fazendeiro-capitalista" (Marreto, 2019, p. 459) que veio para a região de Cantagalo e Nova Friburgo em 1829, mas que, provavelmente, já atuava na Corte como traficante de escravos (*Idem*, p. 294 e 295).

As *Luzes de África* agora iluminam o passado obscuro do Barão para ressignificar o presente e construir um futuro. O vídeo sobre a negritude friburguense é um registro direcionado para que as interpretações sejam repletas de possibilidades. Tudo realizado pela comunidade negra friburguense que se reinventa e traz excelência para as propostas dos

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

coletivos envolvidos. Nas palavras e *escrevivência* da coautora Maiara Felício: “Entregamos nosso coração para que nenhuma criança se sinta excluída das representações de quem construiu Nova Friburgo. Nossa história somos nós quem vamos contar”.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Vívian Alves de; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. Tecendo memórias decoloniais sobre Nova Friburgo: disputa histórica à luz do direito à cidade. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense,** Rio de Janeiro, n. 28 especial, 2025. DOI: 10.12957/cdf.2025.89489. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/article/view/89489 . Acesso em: 12 set. 2025.

ARAÚJO, João Raimundo de. **Processo de urbanização da “Suíça brasileira” - 1890-1930.** Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

ARAÚJO, João Raimundo de. **Nova Friburgo:** a construção do mito da Suíça brasileira (1910-1960). Coleção Nova Friburgo: 200 anos de luta e resistência, vol. 2. Rio de Janeiro: Revan, 2018.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 16 de julho de 1934. Disponível em: Constituição34 (planalto.gov.br). Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 14.910, de 01 de julho de 2024**. Disponível em: Lei nº 14.910 de 01/07/2024 Acesso em: 12 ago. 2025.

CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. **A plasticidade na teoria contratual.** Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas) – Departamento de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Malê, 2020. FOLLY, Luiz Fernando. **Museu.** In: Fundação Dom João VI. Disponível em: Museu Acesso em: 12 ago. 2025.

FUNDAÇÃO DOM JOÃO VI. **Sede.** Disponível em: Sede Acesso em: 12 ago. 2025.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico de 2010.
Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: Censo 2010 | IBGE Acesso em: 24 ago. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico de 2022.
Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: Censo 2022 | IBGE Acesso em: 25 ago. 2025.

@laborativedance; @fundaçãodjoaovi, 20 jul. 2025. **Instagram.** Disponível em: (9) Instagram Acesso em: 14 ago. 2025.

LISBOA, Edson de Castro; MAYER, Jorge Miguel. **Os crimes da fazenda Ponte de Tábuas:** um estudo sobre a escravidão no século XIX. Nova Friburgo: Alberian, 2008.

LOUZADA, Gioconda. **Presença negra:** uma nova abordagem da história de Nova Friburgo. Niterói: EDUFF, 1991.

NOVA FRIBURGO. **Lei Municipal nº 3.836/2009.** Autoriza o Poder Executivo a instituir a fundação D. João VI de Nova Friburgo, e dá outras providências. Nova Friburgo, 2009. Disponível em: https://cespro.com.br/visualizarDiploma.phpcdMunicipio=6811&cdDiploma=6493&NroLei=3.836&Word=&Word2=. Acesso em: 10 set. 2025.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

MARRETTO, Rodrigo M. **Escravidão velada:** a formação de Nova Friburgo na metade do século XIX. Coleção Nova Friburgo: 200 anos de luta e resistência, vol. 1. Rio de Janeiro: Revan, 2018.
MARRETTO, Rodrigo M. **O opulento capitalista:** café e escravidão na formação do patrimônio familiar do barão de Nova Friburgo (c 1829 – c 1873). Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
MAYER, Jorge Miguel. **Raízes e crise do mundo caipira:** o caso de Nova Friburgo. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.
PEDRO, José Carlos. **A colônia do "Morro Queimado":** suíços e luso-brasileiros na freguesia de São João Batista de Nova Friburgo, 1820-1831. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.
QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena,** v. 13, Nº 29, Lima: Instituto Indigenista, 1992.
QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In:* LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 107-30.
RIO DE JANEIRO. **Lei Estadual nº 7683/2017**. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), 2017. Disponível em: Lei Ordinária (alerj.rj.gov.br) Acesso em: 11 jan. 2025.
VERSIANI, Maria Helena. **Criar, ver e pensar:** um acervo para a República. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2018.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

REPENSANDO O TERRITÓRIO FLUMINENSE: CONTRIBUIÇÕES DA IV SEMANA DECOLONIAL DO PATRIMÔNIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA

Carolina Fernandes[1]
Amábela Cordeiro[2]
Vanessa Dias[3]
Mayara Árvore[4]

Resumo: Este artigo analisa o impacto da IV Semana Decolonial do Patrimônio de São Pedro da Aldeia, evento que abordou a "Arte e culinária tradicional de mulheres aldeenses" em 2025. A metodologia empregada incluiu o mapeamento de mulheres por meio da técnica bola de neve e a realização de entrevistas para registrar seus saberes. A partir desse material, foi organizada uma exposição de arte e culinária e realizadas quatro oficinas (três presenciais e uma virtual). Os resultados demonstram o sucesso do projeto na mobilização comunitária, com alta participação e aumento significativo de visitantes no Museu do Sal. Os registros documentais serão disponibilizados online. A pesquisa conclui que o projeto validou a demanda do público por abordagens decoloniais na análise do patrimônio, destacando a importância de iniciativas que valorizam identidades locais.

Palavras-chave: Educação patrimonial; Decolonialidade; Patrimônio cultural; Gênero; São Pedro da Aldeia.

Resumen: Este artículo analiza el impacto de la IV Semana Decolonial del Patrimonio de São Pedro da Aldeia, un evento de 2025 centrado en el "Arte y culinaria tradicional de mujeres aldeenses". La metodología incluyó el mapeo de mujeres mediante la técnica de bola de nieve y la realización de entrevistas para registrar sus saberes. A partir de este material, se organizó una exposición de arte y culinaria y se llevaron a cabo cuatro talleres (tres presenciales y uno virtual). Los resultados demuestran el éxito del proyecto en la movilización comunitaria, con alta participación y un aumento significativo de visitantes al Museo del Sal. Los registros documentales se pondrán a disposición en línea. La investigación concluye que el proyecto validó la demanda del público por enfoques decoloniales en el análisis del patrimonio, reforzando la importancia de iniciativas que valoran las identidades locales.

Palabras-clave: Educación patrimonial; Decolonialidad; Patrimonio cultural; Género; São Pedro da Aldeia.

Introdução

A coletiva Gecay é um movimento social formado por mulheres, fundado em 2022, que se dedica ao estudo, à preservação e à nutrição das memórias, patrimônios e culturas do território de São Pedro da Aldeia. O próprio nome "Gecay" é um tempero que também denominava o território atés da chegada dos colonizadores. Bispo (2022, p.13), autor

[1] Carolina Rosf Peroni Fernandes. (PPGGEO/UFRRJ) e Coletiva Gecay. carolinarosf@gmail.com.
[2] Amábela de Avelar Cordeiro. UFRJ e Coletiva Gecay. amabelaavelar@gmail.com.
[3] Vanessa Dias de Assis Caldeira Gonçalves. IFRJ e Coletiva Gecay. vanessadias95@gmail.com.
[4] Mayara de Oliveira Silva. Coletiva Gecay. mayara.oliveira12@hotmail.com.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

quilombola contracolonialista, afirma que o colonizador, para dominar e desterritorializar, muda a identidade de um povo, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome. Assim, parte do processo de denominação é apagamento de uma memória, para que outra possa ser composta.

Entre as atividades realizadas pela Gecay está a "Semana Decolonial do Patrimônio de São Pedro da Aldeia", um projeto de educação patrimonial que busca ampliar o acesso aos conhecimentos sobre os patrimônios do território, abordando-os sob as perspectivas decolonial e contracolonial. Essas abordagens visam não apenas subverter os paradigmas coloniais, destacando a relevância histórica e cultural das práticas tradicionais locais que por muito tempo foram invisibilizadas, mas também para apresentá-los como soluções para o território construídas por outras cosmovisões que passaram por ele, nomeadamente os indígenas e os negros.

O evento ocorre anualmente desde 2022 em comemoração ao Dia Nacional do Patrimônio Cultural, e inclui rodas de trocas de saberes, oficinas, palestras, passeios e apresentações culturais. Em 2025, a IV Semana Decolonial do Patrimônio de São Pedro da Aldeia teve como tema "Artes e culinárias tradicionais de mulheres aldeenses". Pela primeira vez, um evento da Gecay foi produzida a partir de recursos recebidos por edital, no caso, "Territórios em Foco[5]" da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - RJ.

Material e Métodos

A *IV Semana Decolonial de São Pedro da Aldeia* se fundamenta na Lei Ordinária nº 7252/2016, que institui o Marco da Gastronomia como Cultura, e na PL 557/2020, que torna obrigatória a inclusão de abordagens femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio, além de criar a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História. Essas legislações evidenciam a importância de reconhecer e valorizar as contribuições das mulheres nas diversas esferas da cultura e da educação. Ao adotar uma abordagem decolonial ao patrimônio cultural, o evento busca superar a marginalização histórica de práticas locais, colocando as mulheres como protagonistas da prevervação de saberes constituídos em outras cosmologias. Esses saberes são fundamentais não apenas para preservar o passado, mas para dar ferramentas para pensar em um outro futuro possível, para superar os problemas

[5] O edital "Territórios em Foco", parte da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, tem como objetivo fortalecer as ações culturais em comunidades e territórios, como assentamentos, comunidades quilombolas, indígenas e rurais. Este edital visa promover a cultura local e fortalecer os vínculos comunitários.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

criados pela ação humana, como a mercantilização da natureza, sobretudo em tempos de mudanças climáticas. (FERNANDES, 2025, p.163).

O principal foco do evento é a valorização das atividades de mulheres artistas e cozinheiras de comunidades tradicionais. Realizada entre os dias 16 e 23 de agosto de 2025, a *V Semana* foi organizada em torno de exposição e oficinas, de forma a valorizar as vozes e saberes frequentemente silenciados. A "*Exposição Mulheres Aldeenses*" reuniu trabalhos de diferentes tipologias artísticas e foi exposta no Museu do Sal Manoel Maria Mattos, entre os dias 16 de agosto e 6 de setembro.

A identificação de artistas mulheres em São Pedro da Aldeia baseou-se em trabalhos de Elizabeth Franco (*"Conhecendo São Pedro da Aldeia e seu entorno"* e "*O Resgate da Memória Rural"*), que se aproximou das comunidades locais. Duas pesquisadoras, com experiência em biologia e cultura alimentar, conduziram o mapeamento usando a técnica da bola de neve até a saturação das informações.

As mulheres identificadas foram contatadas inicialmente para apresentação da proposta da exposição e, também, foram convidadas a integrarem um Inventário Virtual, que será disponibilizado no site da Coletiva Gecay. Após aceitarem participar e assinarem o termo de uso de imagem, foram agendados encontros para a realização das entrevistas e captação de imagens, em local, data e horário que fossem convenientes para as participantes e para a equipe de pesquisa. As entrevistas foram guiadas por um roteiro de perguntas abertas previamente elaborado, e buscaram coletar informações sobre a história de vida e sua relação com o território e com a arte das mulheres. O roteiro foi inspirado nos materiais para elaboração de Inventários Participativos do IPHAN. (IPHAN, 2016) As entrevistas foram gravadas e transcritas. As informações foram utilizadas na produção de textos para a *Exposição Mulheres Aldeenses* e para a organização de fichas, que compõem o Inventário Virtual.

Durante a *IV Semana Decolonial de São Pedro da Aldeia* foram realizadas três oficinas, que tiveram divulgação na rede social da Coletiva Gecay e em grupos de aplicativos de mensagens. As inscrições gratuitas foram feitas por meio de um formulário eletrônico. Mulheres, referências em suas artes, conduziram as oficinas: *Oficina de Biojoias* - teve o objetivo de apresentar e resgatar técnicas artesanais sustentáveis; *Oficina de Culinária* teve o objetivo de celebrar a herança culinária local e preservar receitas tradicionais; e *Oficina Artes com Fibras de Bananeira* - teve o objetivo de transformar recursos locais em arte e peças funcionais.

Todo o conteúdo produzido em vídeo é acessível por meio do uso de legendas. Os posts em redes sociais e o Inventário Virtual apresentam texto alternativo, com linguagem simples;

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

garantindo que as informações possam ser acessadas por um público diversificado, inclusive pessoas com deficiência.

Resultados e Discussão

A inclusão de perspectivas feministas e decoloniais é crucial para legitimar as contribuições femininas na arte. A *IV Semana Decolonial de São Pedro da Aldeia* buscou trazer essa perspectiva para o município, ampliando o reconhecimento de artistas e cozinheiras locais e valorizando saberes tradicionais.

Essa iniciativa contribui para identificar e reconhecer as criadoras locais, ampliando a visibilidade de suas práticas e saberes, ajudando no processo de preservação e oferecendo perspectivas alternativas à visão colonialista de dominação do território e de povos e seus saberes. O registro de suas trajetórias, técnicas e contribuições não só documenta a riqueza cultural da região, mas também valoriza essas mulheres, que frequentemente são marginalizadas nas narrativas artísticas e culinárias. O mapeamento das artistas aldeenses é fundamental para fomentar o diálogo entre tradições locais e novas gerações, servindo como base para futuras ações que reforcem a identidade cultural e a memória coletiva da comunidade. As mulheres expositoras também demonstraram gratidão e um sentimento de felicidade por ter seu saber valorizado, o que fez com que elas se sintam também valorizadas. A partir do resultado deste mapeamento e da criação do inventário virtual amplia-se o reconhecimento de suas trajetórias e fortalecendo a identidade local e disponibilizando acesso permanente a qualquer pessoa com acesso aos meios digitais. Da mesma forma, a Exposição Mulheres Aldeenses, ofereceu a oportunidade do acesso presencial às imagens das suas obras, destacando o trabalho dessas artistas e cozinheiras. Tais iniciativas possuem grande potencial para a construção de material pedagógico e histórico-cultural, servindo como recurso educativo para futuras gerações. Essa experiência coletiva e conexão com a comunidade garantem o acesso sensível e autêntico, promovendo uma abordagem inclusiva e decolonial dos saberes e artes aldeenses.

Segundo a diretoria do Museu do Sal, a exposição recebeu visitas de um público que procurou o museu para poder visitá-la e atraiu muitas pessoas em sua atividade de abertura, enchendo o salão do museu com diferentes públicos, como professores e estudantes, familiares das expositoras e da produção, membros da administração pública e moradores da cidade, além de pesquisadores e moradores de cidades vizinhas. Segundo as informações do livro de visitas, passaram mais de 500 pessoas pelo museu durante o período de exposição.

As oficinas ofereceram oportunidade para resgatar técnicas artesanais sustentáveis,

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

promover a culinária local e preservar receitas tradicionais. Ademais, cada oficina ocorreu em um bairro diferente das comunidades tradicionais pesqueira e rural e do mais populoso bairro da cidade. Elas contaram, ao todo, com cerca de 80 participantes, o que demonstrou que existe demanda e pessoas interessadas na preservação dos saberes locais. Juntas, essas atividades de formação fortalecem laços comunitários e de reconhecimento do patrimônio cultural.

Conclusões

O projeto contribuiu para colocar em debate a perspectiva decolonial da história do município, além valorizar os saberes das mulheres nascidas no território. A exposição foi muito elogiada pelo público e por outros profissionais, assim como contribuiu positivamente para a visitação no museu. As mulheres expositores sentiram valorizadas ao terem seu saber valorizado. O projeto está sendo reconhecido na cidade e há incentivo do público para que continue sendo produzido todos os anos.

Referências

BISPO, Antônio. **A terra dá, a terra quer.** Rio de Janeiro: Editora Ubu, 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 557, de 2020.** Institui a realização, em caráter anual, da "Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História" no âmbito das escolas de educação básica do País. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2238527. Acesso em: 14 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 7.252, de 20 de outubro de 2016. Dispõe sobre o uso de carros de som. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 out. 2016. Seção 1, p. 2.

FERNANDES, C. R. P. Financeirização do meio ambiente, conservação neoliberal e Amazônia: notas ao debate. **Revista Serviço Social Em Perspectiva**, v. 9, n. 1, p. 155–175, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.46551/rssp202507. Acesso em: 14 set. 2025.

IPHAN. Educação Patrimonial: Inventários Participativos: Manual de Aplicação. Brasília, DF, 2016.

Agradecimento

Agradecimento à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do estado do Rio de Janeiro, cujo edital de fomento financiou a execução da IV Semanal Decolonial do Patrimônio de São Pedro da Aldeia.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

MONUMENTOS NA METRÓPOLE: ESCALAS E SIMBOLISMOS DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL NO RIO DE JANEIRO

Kamilli Moreira[1]
Rodrigo Lobato[2]

RESUMO
Este projeto propõe analisar quantitativamente a ocorrência de monumentos por Região e Município Metropolitano, e qualitativamente a simbologia, inquirindo se são ou não figuras hegemônicas ou que perpetuam/reforçam a história do vencedor (Benjamin, 2012). Fomos motivadas pela necessidade de compreender as dinâmicas espaciais em relação às localidades de monumentos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, bem como as representações desses monumentos como elementos de desigualdade social a partir de uma leitura do espaço. Notamos que os monumentos estão concentrados em áreas centrais nas cidades, sendo escassos ou inexistentes nas periferias. Em escala metropolitana os números são gritantes quando comparamos a Capital e a Baixada Fluminense. Deste modo os monumentos de interesse deste estudo são: estátuas, bustos, chafarizes, marcos, fontes e placas/totens. Situados em áreas públicas e de livre circulação, para que a inacessibilidade remota dos dados comprometesse a pesquisa.
Palavras-chave: Monumentos; Formas Simbólicas Espaciais (FSE); Desigualdade Socioespacial; Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

ABSTRACT
This project proposes a quantitative analysis of the occurrence of monuments by Region and Metropolitan Municipality, and a qualitative analysis of their symbolism, investigating whether they are hegemonic figures or whether they perpetuate/reinforce the history of the victor (Benjamin, 2012). We were motivated by the need to understand the spatial dynamics of monument locations in the Rio de Janeiro Metropolitan Region, as well as the representations of these monuments as elements of social inequality based on a spatial interpretation. We noted that monuments are concentrated in central areas of cities, with scarce or nonexistent locations in the outskirts. On a metropolitan scale, the numbers are striking when comparing the Capital and the Baixada Fluminense region. Thus, the monuments of interest in this study are: statues, busts, fountains, markers, springs, and plaques/totems. They are located in public areas with free circulation, so that remote inaccessibility of the data would compromise the research.
Keywords: Monuments; Spatial Symbolic Forms (SSF); Sociospatial Inequality; Metropolitan Region of Rio de Janeiro.

Introdução

O presente estudo objetiva analisar a desigualdade socioespacial e simbólica com uso de monumentos como indicadores. Para tal, catalogamos em planilhas monumentos situados em vias públicas, praças, parques e quaisquer espaços públicos e de livre circulação. Imersos nos dilemas, atravessamentos, complexidades e subjetividades de ser e estar na Baixada

[1] Kamilli Euzebio Moreira, graduanda pela UERJ e Kamillimoreirafebf@gmail.com
[2] Rodrigo Batista Lobato, professor adjunto da UERJ e lobato.uerj@gmail.com

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Fluminense, mas deslocar-se às áreas centrais do Rio de Janeiro para trabalho, lazer e demais. Passamos a inquirir a presença e a ausência de Figuras Simbólicas Espaciais (FSE) na paisagem urbana, aqui contempladas como monumentos. Refletindo acerca das figuras representadas e sobre a concentração perceptivelmente superior na Cidade do Rio de Janeiro.

Materiais e métodos

Construímos mapas, gráficos e tabelas para nos auxiliar a realizar o comparativo das áreas de interesse, contendo as seguintes subdivisões: Leste Metropolitano, Baixada Fluminense, Capital Metropolitana e Petrópolis. A tabela também está dividida pelos campos: monumento (nome), Coordenadas, Bairros, Municípios, Descrição e Link (de onde a informação foi retirada). Os dados foram compilados a partir de pesquisas em sites da internet, como: monumentos.rio.br, inepac.gov.br, o uso do Google Earth para explorar alguns municípios em busca dos monumentos. Entrando em contato com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), prefeituras e Institutos Históricos de alguns municípios presentes na RMRJ, via e-mail ou trabalho de campo. De forma que exploramos monumentos de várias esferas, federal, estadual, municipal e também a privada.

Fizemos um recorte na área de monumentos, considerando sua abrangência, e privilegiando o sentido da escolha da localização destes objetos. Pois diferentes de ruínas e edifícios de valor histórico e/ou cultural, os bustos, estátuas, chafarizes, marcos e placas, possuem uma intencionalidade distinta no que tange a sua localização e figura homenageada.

Resultados e discussões

Esta pesquisa já catalogou 381 Formas Simbólicas Espaciais, dentro da RMRJ, até o momento, sendo resultados parciais. Percebemos que além de uma concentração perceptivelmente maior de monumentos na Capital Metropolitana do Rio de Janeiro, a disposição de informações acerca dos monumentos por via de pesquisas online e a solicitude de dados a prefeituras e secretarias de cultura também é significativamente superior. A imagem abaixo retrata um mapa dos monumentos elencados pelo site Monumentos Rio, é evidente a concentração superior no Centro e na Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Figura 1: Mapa dos monumentos na cidade do Rio de Janeiro. Fonte: Monumentos Rio, 2025.

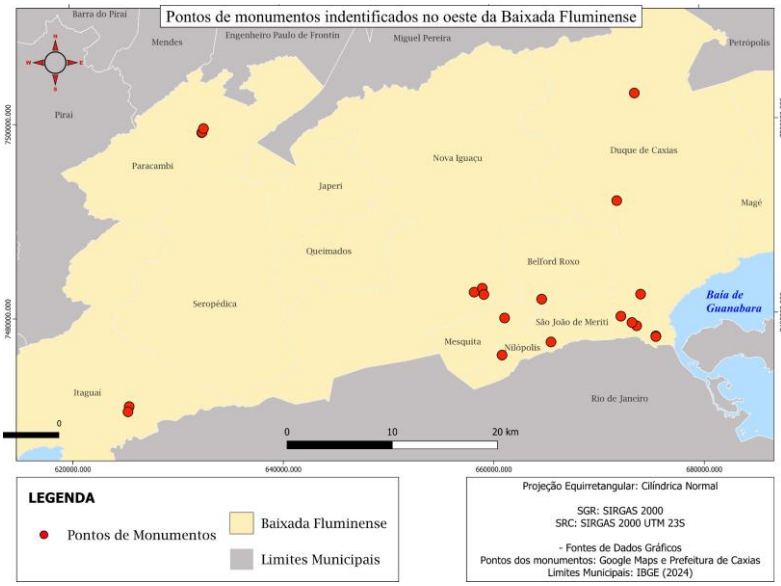


Figura 2: Mapa dos monumentos da Baixada Fluminense. Fonte: Elaboração própria, 2025.

Os dados obtidos revelam mais de 300 monumentos na Capital, tal número pode alcançar mil monumentos, segundo estimativas do site Monumentos Rio, enquanto a Baixada Fluminense possui aproximadamente 27. Sabe-se que a cidade do Rio de Janeiro foi a capital do país, sua relevância histórica está manifesta também através dos monumentos. No entanto, essa perspectiva não dá conta da disparidade encontrada, observa-se a negativa da materialização da cultura e história popular das periferias. Bem como a exaltação simbólica dos membros da elite econômica, política e militar exemplificados abaixo.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Figura 3: Busto do Marechal Joaquim Ignácio, militar influente e avó do ex-presidente FHC. Fonte: Google Maps, 2025.

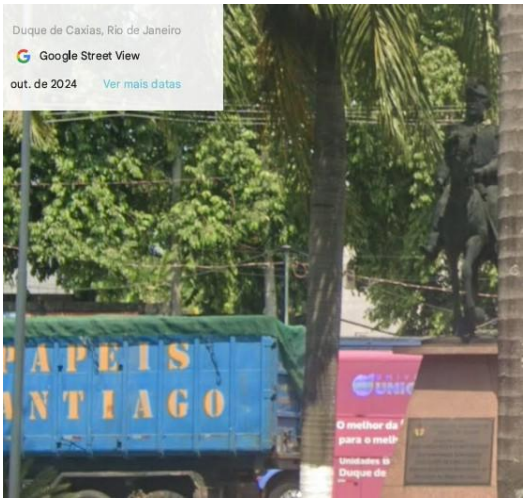


Figura 4: Estátua de Duque de Caxias, na Entrada da Washington Luís, em de Duque de Caxias. Fonte: Google Maps, 2025.

A obra de Cunha e Roxo (2022) nos ajudou a pensar o papel político dos monumentos e sua relação com a memória social, além de reforçar uma opressão simbólica sobre as classes trabalhadoras, vindas da presença desses monumentos nas zonas de prestígio social. Bourdieu (1989), descreve o poder simbólico como um construtor da realidade. Diante dessa perspectiva, a compreensão de Lefebvre (2006), do espaço para além das relações de produção, mas também de poder, controle e dominação. Concomitantemente refletindo sobre o Direito à Cidade, nessa relação tão desigual e dissonante para os moradores da metrópole fluminense, especialmente nas periferias. E, por fim, nos debruçamos no trabalho de Tomaz (2010) que dialoga acerca da invenção e reconstrução do passado urbano, de forma que as cidades tendem a eleger heróis fundadores, criados a partir de mitos e do que o autor chama de “história oficial”.

Conclusão

Logo, os autores outrora citados e os dados obtidos nos oferecem um panorama para refletir sobre a materialização da opressão simbólica e das desigualdades espaciais, visto a restrição do acesso de corpos racializados e vulneráveis socialmente, devido aos espaços de

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

concentração espacial de monumentos estarem ligados a bairro de alta renda per capita. Além da perpetuação de narrativas colonialistas, sexistas e racistas das figuras representadas.

Referências

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CUNHA, Maria Clara do Carmo; ROXO, Gusthavo Gonçalves. O Papel Político de Bustos e Estátuas no Contexto Carioca: Uma Descentralização (regional) do Pensar Museológico. Revista Avesso: Pensamento, Memória e Sociedade, v. 3, n. 2, p. 1-18, 2022.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Paris: Anthropos, 1974.

TOMAZ, Paulo Cesar. A Preservação do Patrimônio Cultural e Sua Trajetória no Brasil. Fênix – **Revista de História e Estudos Culturais**, v. 7, n. 2, p. 1-12, 2010.

Agradecimentos

Agradecemos, ao nosso orientador, Prof. Dr. Rodrigo Lobato, pela sabedoria compartilhada e pela paciência durante todo este processo. Um agradecimento especial aos nossos familiares e amigos, pelo apoio incondicional, pela compreensão nos momentos de dedicação e por serem nosso porto seguro sempre. Seu incentivo foi o alicerce que nos permitiu chegar até aqui. Por fim, aos nossos companheiros do LaCartHE, pelo ânimo, pelas palavras de conforto e por todos os momentos de descontração que foram essenciais para manter o equilíbrio e a perseverança,

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

8. INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA E MOBILIDADE URBANA

Diego Carvalho (CEFET)
Eduardo Duprat (SEPLAG)
Floriano Oliveira (UERJ)

A sessão “Infraestrutura, logística e mobilidade urbana” abordará a crítica situação das redes técnicas de circulação viária, de comunicação e serviços industriais e urbanos para o desenvolvimento socioeconômico fluminense, que atualmente enfrentam graves deficiências estruturais. A expansão desordenada das áreas urbanas, a falta de integração territorial eficiente, aliada às fragilidades de Governança e dificuldades para implementação de planos estratégicos como o PELC RJ 2045, comprometeu a integração eficiente dos diversos modos de transporte no estado do Rio de Janeiro. Esta realidade resulta em congestionamentos crônicos, redução da produtividade econômica e profundas desigualdades no acesso à mobilidade, especialmente para populações de menor poder aquisitivo. A sessão propõe reflexões sobre soluções inovadoras para potencializar as infraestruturas já existentes, a integração entre diferentes modos de transporte coletivo e individual, o uso de tecnologias como inteligência artificial e análise de dados na gestão dos fluxos urbanos, além do desenvolvimento de políticas públicas que priorizem transportes coletivos e não motorizados. Estes temas convergem para a busca de um desenvolvimento territorial mais equilibrado, sustentável e socialmente justo para o estado do Rio de Janeiro, com especial atenção às necessidades de circulação de pessoas, insumos e mercadorias que impulsionam a economia fluminense.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ENTRAÇÃO DE MERCADO E DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE PELOS ÍNDICES HERFINDAHL-HIRSCHMAN E GINI

[1] Rafael Cocchiarelli. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro – SEPLAG/RJ. Mestrando em Controladoria e Gestão Pública pela UERJ.
cocchiarelli@bol.com.br

Resumo

Este trabalho analisa a concentração de mercado e a desigualdade na distribuição de recursos nas contratações públicas do Estado do Rio de Janeiro, utilizando como métricas principais o Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH) e o Coeficiente de Gini. A pesquisa evidencia que determinados setores apresentam elevado grau de concentração e forte desigualdade na alocação de recursos, caracterizando riscos de oligopolização e redução da competitividade. Ao aplicar instrumentos quantitativos consagrados em economia no campo da gestão pública, este estudo contribui para o fortalecimento da governança e para a formulação de políticas de desconcentração de mercado e transparência.

Palavras-chave: Governança pública; Contratações públicas; IHH; Gini; Políticas públicas.

Abstract

This study analyzes market concentration and inequality in the distribution of resources in public procurement of the State of Rio de Janeiro, using the Herfindahl-Hirschman Index (HHI) and the Gini Coefficient as key metrics. The research shows that certain sectors present high levels of concentration and strong inequality in resource allocation, which may lead to risks of oligopolization and reduced competitiveness. By applying quantitative instruments from economics to public management, this study contributes to strengthening governance and to formulating policies for market deconcentration and transparency.

Keywords: Public governance; Public procurement; HHI; Gini; Public policies.

Introdução

As contratações públicas representam parcela significativa do orçamento estatal e constituem um instrumento central para a execução de políticas públicas. No entanto, a concentração de fornecedores em determinados mercados e a desigualdade na distribuição de

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

recursos comprometem a eficiência, a competitividade e a justiça social. Diante desse cenário, torna-se essencial aplicar metodologias quantitativas que permitam mensurar esses fenômenos.

Este trabalho busca compreender a dinâmica das contratações públicas no Estado do Rio de Janeiro, utilizando o Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH) e o Coeficiente de Gini. Ambos os indicadores fornecem bases empíricas para avaliação da governança, apontando potenciais riscos de oligopolização e concentração excessiva de recursos.

Material e Métodos

A pesquisa baseou-se em dados oficiais de contratações públicas do Estado do Rio de Janeiro no período de 2020 a 2024.

O Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH) foi calculado por meio da soma dos quadrados das participações relativas dos fornecedores sobre o total contratado em cada ano. Valores próximos de 1.000 indicam baixa concentração, enquanto valores acima de 2.500 refletem forte concentração de mercado.

O Coeficiente de Gini foi aplicado sobre a distribuição dos valores de contratos firmados em 2024, avaliando a desigualdade na alocação de recursos. O índice varia de 0 (igualdade perfeita) a 1 (máxima desigualdade).

Ambas as métricas foram tratadas estatisticamente e comparadas entre itens adquiridos pelo governo por meio de contratações públicas.

Resultados e Discussão

Os resultados indicam a presença de setores altamente concentrados, como o serviço de fornecimento de refeições e o serviço de apoio hospitalar, nos quais poucos fornecedores dominam o mercado, revelando um IHH elevado e risco de práticas oligopolistas. Além disso, o cálculo do Coeficiente de Gini para 2024 revelou uma desigualdade significativa na distribuição dos contratos, indicando que a maior parte dos recursos públicos está concentrada em um número reduzido de fornecedores.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

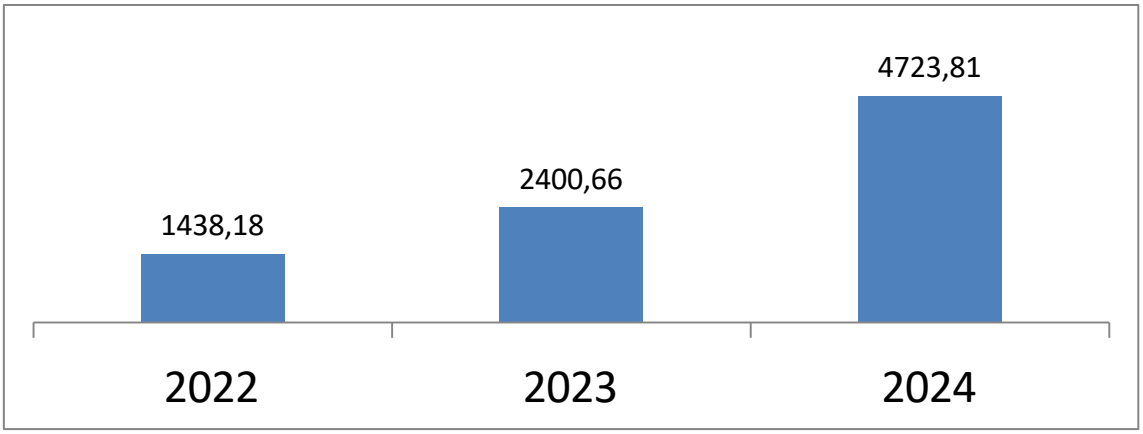


Figura 1- IHH serviço de fornecimento de refeições

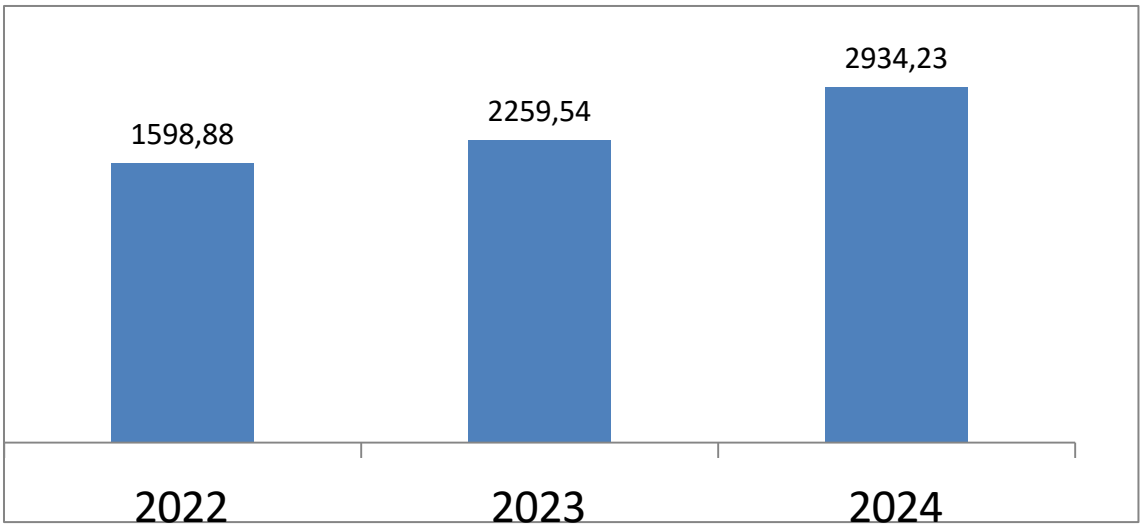


Figura 2- IHH serviço de apoio hospitalar

Essa realidade traz implicações diretas para a governança pública. Por um lado, a concentração pode gerar dependência de determinados fornecedores e reduzir o poder de negociação do Estado. Por outro, a desigualdade na distribuição dos recursos compromete a competitividade e limita o acesso de novos agentes econômicos ao mercado público.

Ao utilizar métricas quantitativas consagradas, o estudo reforça a importância de políticas de desconcentração, como a divisão de lotes licitatórios, a regionalização das contratações e o estímulo à participação de micro e pequenas empresas.

Conclusões

A análise demonstra que os índices IHH e Gini constituem ferramentas relevantes para avaliação da eficiência e da equidade nas contratações públicas. No caso do Rio de Janeiro,

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

os indicadores apontam concentração elevada em setores estratégicos, com por exemplo o índice Gini do serviço de fornecimento de refeições e apoio hopitalar denotou um valor extremamente alto no ano de 2024 (0.92 e 0.88 respectivamente) o que exige ações de política pública voltadas à desconcentração e ao fortalecimento da competitividade.

O uso de métricas como essas amplia a capacidade de controle, de transparência e de accountability na gestão pública, além de oferecer subsídios técnicos para órgãos de fiscalização e tomada de decisão.

Referências

BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

CUNHA, H. S.; FERREIRA, C. V.; MURARI, T. B. Governança nas contratações públicas: referencial teórico. Revista de Gestão e Secretariado, v. 15, n. 7, p. e4029, 2024.

CAVALCANTE, A. F. A eficiência na governança pública e a percepção de valor pelos cidadãos. Revista Políticas Públicas & Cidades, v. 13, n. 2, p. e868, 2024.

OLIVEIRA, F. M. et al. Participação do cidadão na nova governança pública: uma revisão sistemática da literatura. Revista Foco, v. 17, n. 1, p. e4300, 2024.

Agradecimentos

O autor agradece à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), especificamente ao Prof. Dr. José Francisco Pessanha pelo apoio à pesquisa.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

SISTEMA DE RECONHECIMENTO INTELIGENTE DE INFORMAÇÕES VEICULARES* DE BAIXO CUSTO: UMA SOLUÇÃO TECNOLÓGICA PARA DEMOCRATIZAÇÃO DO MONITORAMENTO DE MOBILIDADE URBANA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*** INFORMAÇÕES VEICULARES: INCLUINDO HORÁRIO DE DETECÇÃO, PLACA, COORDENADAS GEOGRÁFICAS E CLASSIFICAÇÃO DIMENSIONAL**

Marcos Alberto Pereira Motta [1] , Milton Simas Gonçalves Torres [2]

Resumo

O presente trabalho propõe o desenvolvimento e implementação de um sistema de reconhecimento automático de informações veiculares de baixo custo, baseado em tecnologias abertas e acessíveis, como plataforma para democratização do acesso a ferramentas de monitoramento de mobilidade urbana no Estado do Rio de Janeiro. A proposta integra hardware de baixo custo (Raspberry Pi, câmeras e sensores GPS), técnicas de processamento de imagens e inteligência artificial embarcada para criar uma solução replicável e economicamente viável para municípios de pequeno e médio porte. O sistema visa gerar bases de dados georreferenciadas para cálculo de grandezas de tráfego, medição de tempos de viagem e construção de matrizes origem-destino, contribuindo para o planejamento territorial inteligente e sustentável no contexto fluminense.

Abstract

This paper proposes the development and implementation of a **low-cost automatic vehicle information recognition system**, based on open and accessible technologies, as a platform for democratizing access to urban mobility monitoring tools in the State of Rio de Janeiro. The proposal integrates low-cost hardware (Raspberry Pi, cameras, and GPS sensors), image processing techniques, and embedded artificial intelligence to create a replicable and economically viable solution for small and medium-sized municipalities. The system aims to generate georeferenced databases for calculating traffic metrics, measuring travel times, and constructing origin-destination matrices, contributing to smart and sustainable territorial planning in the context of Rio de Janeiro."

Palavras-chave: Mobilidade urbana, Reconhecimento de placas, Baixo custo, Raspberry Pi, Planejamento territorial, Rio de Janeiro.

1. Introdução e Justificativa

O Estado do Rio de Janeiro enfrenta desafios significativos em sua infraestrutura de mobilidade urbana, caracterizados por congestionamentos crônicos, redução da produtividade econômica e profundas desigualdades no acesso à mobilidade. Segundo dados da Confederação Nacional do Transporte (CNT), o Brasil possui mais de 119 milhões de veículos registrados.

No contexto fluminense, essa realidade se manifesta não apenas na Região com 86% concentrados em áreas urbanas, gerando custos anuais superiores a R$ 260 bilhões em perdas

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

[1]Marcos Alberto Pereira Motta, MIT Portugal/Ulisboa, marcosmotta@edu.ulisboa.pt.
[2]Milton Simas Gonçalves Torres, CEFET "CSF"-RJ, milton.torres@cefet-rj.br.

econômicas diretas relacionadas aos congestionamentos.Metropolitana, mas também em cidades médias como Campos dos Goytacazes, Volta Redonda e Petrópolis, onde o crescimento da frota veicular supera a expansão da malha viária. A literatura internacional demonstra que os custos dos congestionamentos urbanos variam entre US$ 60 a 100 bilhões anuais apenas nos Estados Unidos, evidenciando a magnitude global deste problema.

Para enfrentar esses desafios, gestores municipais necessitam de informações precisas sobre tempos de viagem, fluxos de veículos e matrizes de origem-destino. Contudo, sistemas comerciais de reconhecimento automático informações veiculares apresentam custos proibitivos, frequentemente superiores a R$ 100 mil por ponto monitorado, inviabilizando sua adoção em municípios com orçamentos restritos.

A democratização do acesso a tecnologias de monitoramento de tráfego emerge, portanto, como uma necessidade estratégica para o desenvolvimento territorial equilibrado do Estado do Rio de Janeiro, permitindo que cidades de menor porte implementem políticas de mobilidade baseadas em dados reais e não apenas em estimativas

2. Objetivos

1.1 Objetivo Geral

Desenvolver e implementar um sistema de reconhecimento inteligente de informações veiculares de baixo custo, utilizando tecnologias abertas e acessíveis, para democratizar o acesso a ferramentas de monitoramento de mobilidade urbana em municípios do Estado do Rio de Janeiro.

2.2 Objetivos Específicos

• Projetar e construir protótipos de sensores de reconhecimento de placas baseados em Raspberry Pi, com custo unitário inferior a R$ 2.000,00 (dois mil reais);

• Desenvolver software embarcado para captura, processamento e identificação automática de características veiculares, incluindo horário de detecção, placa, coordenadas geográficas e classificação dimensional;

• Implementar sistema de coleta e armazenamento de dados georreferenciados para análise de padrões de mobilidade urbana;

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

• Estruturar metodologia para geração de matrizes origem-destino e medição de tempos de viagem entre pontos estratégicos da malha urbana;

• Avaliar a acurácia e robustez do sistema através de testes comparativos em ambiente controlado e urbano;

• Demonstrar a viabilidade técnica e econômica da solução para aplicação em cidades pequenas e médias do Estado do Rio de Janeiro;

• Contribuir para a formulação de políticas públicas de mobilidade urbana baseadas em evidências empíricas

3. Fundamentação Teórica

3.1 Deseconomias Urbanas e Congestionamentos

As redes urbanas de tráfego possuem capacidade limitada, e quando a demanda de deslocamentos se aproxima dessa capacidade, pequenas variações na oferta ou demanda resultam em aumentos desproporcionais nos tempos de viagem, caracterizando as deseconomias de escala do transporte urbano. Estudos baseados em dados de telefonia móvel em cinco cidades globais (Rio de Janeiro, São Francisco, Boston, Lisboa e Porto) demonstram que o grau de congestionamento está fortemente relacionado ao *ratio* entre oferta deinfraestrutura viária e demanda de viagens. Pesquisas internacionais estimam que 15-30% do tempo total perdido em congestionamentos deve-se à escolha individual de rotas subótimas. No Rio de Janeiro, cada deslocamento perde em média 2,6 minutos devido a essas escolhas, evidenciando a necessidade de sistemas inteligentes de monitoramento e orientação de tráfego.

3.2 Sistemas de Reconhecimento Automático de Informações Veiculares

Os sistemas de reconhecimento de informações veiculares registram a passagem de cada veículo e permitem reidentificar o mesmo automóvel em diferentes pontos da rede viária. Esta capacidade possibilita a medição precisa de tempos de viagem entre pontos de detecção, identificação de rotas preferenciais e geração de matrizes origem-destino com alta resolução temporal e espacial. Diferentemente de sensores passivos tradicionais (laços indutivos, mangueiras pneumáticas), que fornecem apenas contagens de veículos, os sistemas de reconhecimento de informações veiculares oferecem observabilidade completa dos fluxos, permitindo reconstruir percursos individuais e calibrar modelos de tráfego com maior precisão.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

3.3 Limitações dos Sistemas Comerciais

Sistemas de reconhecimento de informações veiculares comerciais tradicionais apresentam custos elevados, tipicamente US$ 20 mil por câmera, além de aproximadamente US$ 4 mil para instalação e manutenção. Esses custos, somados à necessidade de infraestrutura fixa e operação especializada, limitam sua utilização em larga escala, especialmente em municípios com orçamentos restritos. 3.4 Soluções de Baixo Custo Baseadas em Hardware Aberto A literatura científica recente demonstra a viabilidade de sensores de reconhecimento de placas baseados em plataformas de hardware abertas, como Raspberry Pi.

4. Resultados Esperados e Aplicações

4.1 Produtos Tecnológicos

4.1.1 Sistema de sensoriamento distribuído: Rede de sensores de baixo custo para monitoramento contínuo de tráfego urbano;

4.1.2 Software embarcado: Aplicação otimizada para reconhecimento de placas em tempo real com baixo consumo energético;

4.1.3 Plataforma de análise de dados: Sistema para processamento de grandes volumes de
dados de mobilidade e geração de indicadores;

4.1.4 Metodologia de implementação: Protocolo padronizado para instalação e operação em
diferentes contextos urbanos.

4.2 Aplicações para Gestão Urbana Planejamento de Mobilidade:

4.1.5 Medição precisa de tempos de viagem entre diferentes segmentos da rede viária;

4.1.6 Identificação de gargalos e pontos críticos de congestionamento;

4.1.7 Geração de matrizes origem-destino em tempo quase real;

4.1.8 Avaliação quantitativa do impacto de intervenções viárias

4.3 Políticas Públicas Baseadas em Evidências:

4.1.9 Justificativa técnica para investimentos em infraestrutura

4.1.10 Avaliação de eficácia de medidas como mudanças de sentido,

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

implantação de
rotatórias e faixas exclusivas

4.1.11 Monitoramento de indicadores de sustentabilidade e qualidade ambiental

4.1.12 Subsídio para revisão de planos diretores e de mobilidade urbana

4.4 Democratização Tecnológica:

4.1.13 Acesso de municípios pequenos e médios a tecnologias avançadas de monitoramento

4.1.14 Redução de custos operacionais em comparação com sistemas comerciais

4.1.15 Capacitação técnica local para operação e manutenção

4.1.16 Replicabilidade em diferentes contextos urbanos do Estado do Rio de Janeiro

4.3 Contribuições para o Desenvolvimento Territorial Fluminense

O sistema proposto contribui diretamente para os objetivos de integração territorial e desenvolvimento regional do Estado do Rio de Janeiro, oferecendo ferramentas para:

4.3.1 Redução de desigualdades regionais: Democratização do acesso a tecnologias de
gestão urbana avançadas

4.3.2 Otimização de recursos públicos: Direcionamento eficiente de investimentos em
infraestrutura baseado em dados empíricos;

4.3.3 Sustentabilidade ambiental: Redução de emissões através da otimização de fluxos de
tráfego;

4.3.4 Competitividade econômica: Melhoria da produtividade através da redução de tempos
de deslocamento;

4.3.5 Inovação tecnológica: Desenvolvimento de capacidades locais em tecnologias
emergentes

5. Considerações Finais

A proposta de desenvolvimento de um sistema de reconhecimento inteligente de placas

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

veiculares de baixo custo representa uma oportunidade estratégica para o Estado do Rio de Janeiro avançar na democratização de tecnologias de gestão urbana. Ao combinar inovação tecnológica, viabilidade econômica e aplicabilidade prática, o projeto contribui para a construção de cidades mais inteligentes, sustentáveis e equitativas.

A solução proposta alinha-se perfeitamente com os desafios contemporâneos de mobilidade urbana no contexto fluminense, oferecendo ferramentas concretas para que municípios de diferentes portes possam implementar políticas públicas baseadas em evidências empíricas. A replicabilidade e escalabilidade do sistema garantem seu potencial de impacto regional, contribuindo para a integração territorial e o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Mais do que uma solução tecnológica, este projeto representa um instrumento de democratização do conhecimento e das capacidades de gestão urbana, elementos fundamentais para a construção de um território fluminense mais integrado, próspero e resiliente.

Referências

ÁLVAREZ-BAZO, F. et al. Low-cost traffic monitoring sensors for smart cities. Sensors, v. 20, n. 14, p. 3870, 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE. Anuário CNT do Transporte 2024. Brasília: CNT, 2024.

LEVY, J. I. et al. Evaluation of the public health impacts of traffic congestion: a health risk assessment. Environmental Health, v. 9, n. 1, p. 65, 2010.

COLAK, S. et al. Understanding congested travel in urban areas. Nature Communications, v. 7, n. 1, p. 10793, 2016.

INSTITUTO DE ENERGIA E MEIO AMBIENTE. Qualidade do ar e saúde pública em São Paulo. São Paulo: IEMA, 2023

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ENTRE A MODICIDADE TARIFÁRIA E O EQUILÍBRIO ECONÔMICO: O CASO DAS CONCESSÕES DE SANEAMENTO NO RIO DE JANEIRO

Felipe Ponciano da Cruz[1] David Cytrynbaum[2]

Resumo

Este artigo analisa os efeitos da concessão dos serviços de saneamento básico à iniciativa privada no Estado do Rio de Janeiro, com foco na evolução das tarifas antes e depois dos leilões. A pesquisa compara os reajustes aplicados pela antiga operadora estatal, CEDAE, entre 2015 e 2022, com os aumentos promovidos pelas novas concessionárias privadas entre 2022 e 2024. A metodologia combina análise de séries históricas com exame documental dos contratos de concessão. Os resultados mostram que, após a concessão, as tarifas cresceram em ritmo superior ao observado anteriormente, superando a inflação. Além disso, os contratos estabelecem fórmulas paramétricas de reajuste e não preveem mecanismos obrigatórios de repasse de ganhos de eficiência aos consumidores. Conclui-se que o modelo adotado prioriza o equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias em detrimento da modicidade tarifária, o que pode gerar pressões futuras por reequilíbrios e comprometer a acessibilidade dos serviços.

PALAVRAS-CHAVE: Saneamento básico, Modicidade tarifária, Equilíbrio econômico-financeiro, Concessões públicas, Rio de Janeiro.

Abstract

This article analyzes the effects of granting basic sanitation services to the private sector in the State of Rio de Janeiro, focusing on the evolution of tariffs before and after the auctions. The study compares the adjustments applied by the former state-owned operator, CEDAE, between 2015 and 2022, with the increases implemented by the new private concessionaires between 2022 and 2024. The methodology combines historical time-series analysis with a documentary examination of the concession contracts. The results show that, after privatization, tariffs grew at a faster pace than previously observed, surpassing inflation. Furthermore, the contracts establish parametric adjustment formulas and do not provide mandatory mechanisms for passing efficiency gains on to consumers. It is concluded that the adopted model prioritizes the economic-financial balance of the concessionaires over tariff affordability, which may generate future pressures for contractual rebalancing and compromise service accessibility.

KEYWORDS: Basic sanitation, Tariff affordability, Economic-financial balance, Public concessions, Rio de Janeiro.

[1] Felipe Ponciano da Cruz, CEDAE e f1ponciano@gmail.com.
[2]David Cytrynbaum, CEDAE e david@cedae.com.br.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

INTRODUÇÃO

Um dos marcos mais relevantes e recentes no setor de saneamento básico no Brasil foi a concessão dos serviços no Estado do Rio de Janeiro à iniciativa privada. O principal desafio desse projeto é alcançar a universalização dos serviços até 2033. Entretanto, o sucesso da iniciativa esbarra em um histórico de atraso estrutural, agravado pela demora na implantação da regulação (SANTOS e SANTOS, 2014). A Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) passou a ser regulada apenas em 2015, com a atuação da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA).

Além do expressivo volume de recursos mobilizados em outorgas, o projeto destacou-se pela inovação ao segmentar a capital fluminense em blocos distintos de concessão, com previsão de investimentos robustos, especialmente na área de esgotamento sanitário. Essa estrutura busca não apenas ampliar a eficiência das prestadoras por meio da concorrência, mas também viabilizar mecanismos de subsídios cruzados (BRANCO; CRUZ, 2021), fundamentais em um estado historicamente marcado por profundas desigualdades socioeconômicas e territoriais.

Para que esse modelo alcance êxito, a adequada execução da política tarifária é essencial, já que os recursos arrecadados por meio das tarifas viabilizam tanto a implantação da infraestrutura quanto a continuidade dos serviços. Assim, este artigo busca compreender os impactos dessa transformação sobre a população fluminense, com base nos princípios estabelecidos pela Lei nº 11.445/2007, que preconiza a modicidade tarifária e o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos (BRASIL, 2007, Art. 22, IV).

De acordo com Araújo e Bertussi (2018), que analisaram as estruturas tarifárias e a situação financeira das companhias estaduais de saneamento, o equilíbrio econômico-financeiro foi, no período estudado, frequentemente preterido em favor da modicidade tarifária. A hipótese central deste artigo, por outro lado, é que no modelo adotado no Estado do Rio de Janeiro houve uma inversão dessa lógica: diante da tensão entre modicidade tarifária e equilíbrio contratual, teria prevalecido a priorização da sustentabilidade financeira das concessionárias privadas, em detrimento da modicidade para os usuários.

Nesse contexto, o objetivo deste estudo é analisar os reajustes tarifários realizados antes e depois da concessão dos serviços à iniciativa privada. A comparação se concentrará nos aumentos concedidos à antiga concessionária pública, a CEDAE, em relação aos reajustes aplicados pelas novas operadoras privadas. Complementarmente, serão examinados os contratos de concessão firmados com as empresas vencedoras dos leilões, com ênfase nas cláusulas tarifárias, a fim de compreender os parâmetros regulatórios que orientam os reajustes

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

no novo modelo.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia adotada baseia-se na análise comparativa dos reajustes tarifários realizados antes e após a concessão dos serviços à iniciativa privada. Serão examinados os reajustes aplicados pela CEDAE no período de agosto de 2015 a janeiro de 2025, em contraste com os reajustes concedidos às novas concessionárias privadas a partir de novembro de 2022. A data de 2015 foi por ser o início da regulação pela Agenersa, assim consideramos que a partir dessa data os reajustes da CEDAE foram influenciados pela presença da agência reguladora.

Como a CEDAE continuou a atender a 16 municípios do interior após a concessão (posteriormente 15, depois da saída de Teresópolis), é aberta a oportunidade de comparar a tarifa da CEDAE com a das concessionárias privadas. Sendo que a CEDAE continuou no modelo anterior e as concessionárias privadas passaram para um novo modelo baseado nos contratos de concessão.

Ressalta-se que todas as concessionárias mantêm a mesma estrutura tarifária herdada da CEDAE, baseada no princípio da progressividade. Nesse modelo, o consumo de água é segmentado em faixas, e cada faixa possui um valor de tarifa distinto. Assim, as menores tarifas incidem sobre os menores volumes de consumo, enquanto o valor do metro cúbico de água (m^3) aumenta gradualmente à medida que o consumo cresce.

Além disso, os reajustes serão comparados com o principal índice de inflação do país, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dessa forma, pode-se ter ideia de como a tarifa de água evoluiu em relação aos demais bens e serviços da economia.

Por fim, por meio da análise documental dos contratos de concessão e da comparação com os normativos anteriormente vigentes, serão discutidas as possíveis consequências para a população fluminense. A partir dessa análise, busca-se identificar a orientação predominante do novo modelo fluminense: se em direção à modicidade tarifária ou à priorização do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

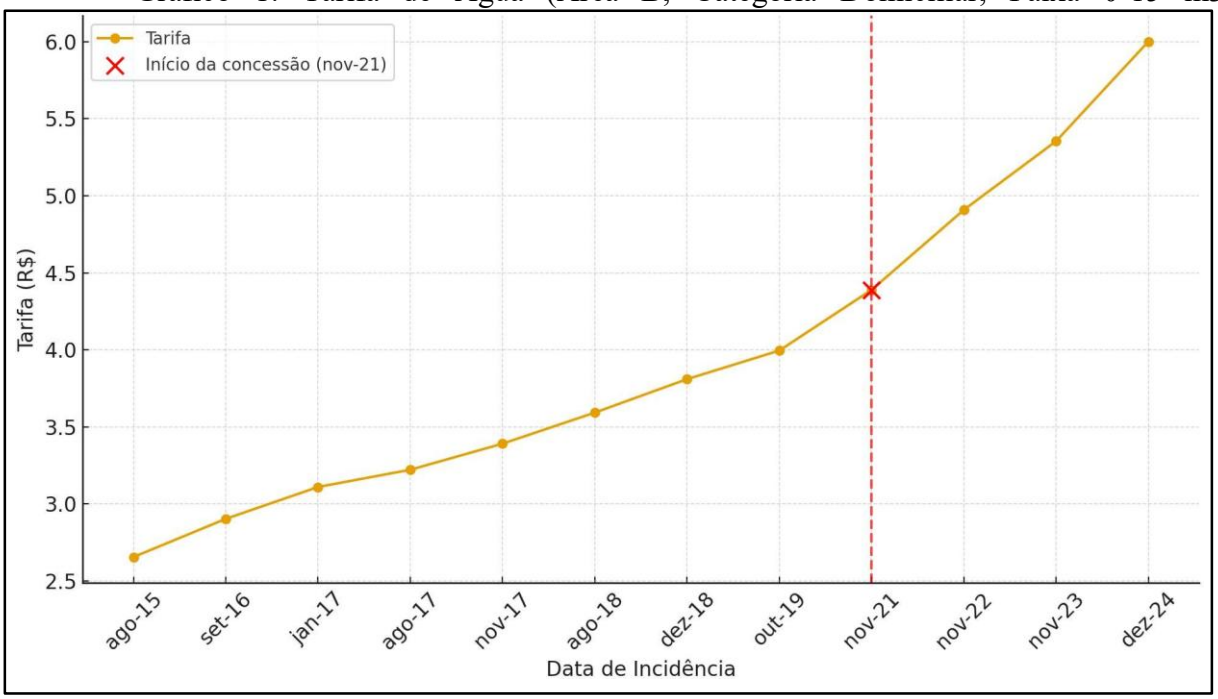
Desse modo, integrando a análise qualitativa quantitativa, pretende-se responder à questão central: o novo modelo de concessão no Estado do Rio de Janeiro orienta-se prioritariamente para a modicidade tarifária ou para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos? Ao conjugar análise quantitativa (reajustes e inflação) e qualitativa (contratos e normativos), a metodologia visa oferecer uma visão abrangente e crítica sobre os impactos da transição da gestão pública para a privada no setor de saneamento.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O gráfico abaixo foi elaborado com a tarifa da CEDAE até novembro de 2021, a partir deste momento foi utilizada a tarifa média das prestadoras privadas. Percebe-se visualmente o aumento da inclinação da curva de tarifas após o momento da concessão. em três reajustes a tarifa média das três concessionárias aumentou 36,7%, sendo que o IPCA no mesmo período aumentou apenas 17,4%. Verifica-se assim, um aumento real de 16,48% no período.

Gráfico 1: Tarifa de Água (Área B, Categoria Domiciliar, Faixa 0-15 m3).



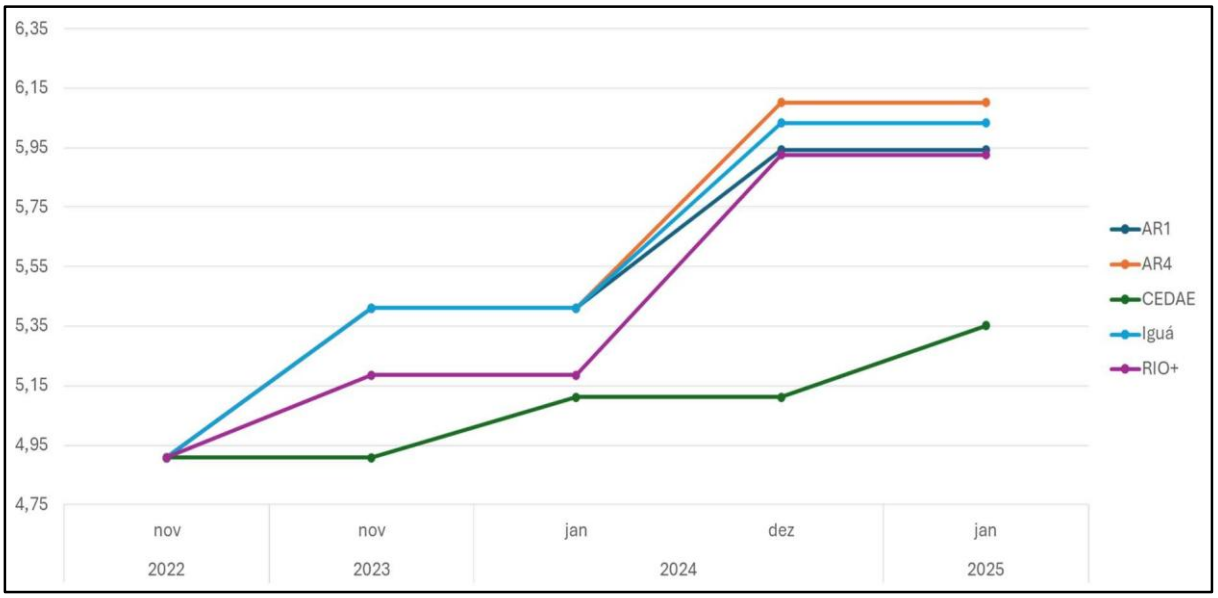
Fonte: Elaboração Própria.

O argumento de que o modelo tarifário tende ao aumento real das tarifas é reforçado pelo estudo de Cruz e Lira (2023), que conclui: *"(...) se mantida a tendência dos últimos anos, o reajuste concedido às concessionárias deve superar os índices de preços mais recorrentes no país, IPCA e INPC"* (DA CRUZ e LIRA, 2023, p. 806).

Já o gráfico abaixo demonstra a evolução da tarifa da CEDAE e das quatro concessionárias simultaneamente. Primeiramente, percebe-se que existe uma diferença entre as tarifas das quatro concessionárias, isso decorre do leilão vencido pela Rio Mais Saneamento (RIO+) ter acontecido após o das outras três. Além disso, os contratos preveem a aplicação, no terceiro ano, do Índice de Tarifa Social (ITS), um reajuste adicional, caso o percentual de economias beneficiadas pela tarifa social ultrapasse determinados limites, 5% para os blocos 1, 2 e 4, e 7,5% para o bloco 3. Assim, verifica-se que a tarifa da CEDAE ficou bem abaixo das tarifas das concessionárias privadas, sendo que atualmente a Águas do Rio 4 (AR4) já pratica uma tarifa 14,0% maior do que a Estatal.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Gráfico 2: Evolução da Tarifa de Água (Área B, Categoria Domiciliar, Faixa 0-15 m3)



após a Concessão.

Fonte: Elaboração Própria.

Uma das questões centrais na análise da sustentabilidade tarifária dos contratos de concessão de saneamento é se os ganhos de produtividade e eficiência operacional poderiam, de alguma forma, ser revertidos em favor do usuário. No caso específico do Contrato de Concessão do Bloco 3 (Rio de Janeiro, 2021), a redação contratual é clara ao excluir essa possibilidade. Conforme disposto na subcláusula 33.7.4.3: *"Caso eventual ganho de produtividade e/ou eficiência que esteja relacionado a responsabilidade ou risco atribuído neste CONTRATO à CONCESSIONÁRIA, não haverá obrigação de compartilhamento com o ESTADO."* (Rio de Janeiro, 2021, p. 72)

Essa formulação indica que qualquer melhoria operacional obtida pela concessionária, seja por inovação tecnológica, redução de custos ou otimização de processos, não precisa ser repassada ao poder concedente nem, consequentemente, aos consumidores finais. Em contrapartida, o contrato dedica várias cláusulas aos mecanismos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em favor da concessionária. A subcláusula 33.9, por exemplo, prevê que o reequilíbrio poderá ser implementado por diferentes alternativas.

Portanto, além das evidências contratuais já discutidas neste artigo, os dados empíricos mostram que a concessão, até o momento, produziu pressões sociais, tarifárias e regulatórias significativas. A combinação de tarifas em trajetória ascendente, insatisfação popular crescente e fragilidades institucionais coloca em xeque a legitimidade do modelo no médio prazo e indica a necessidade urgente de mecanismos de proteção mais robustos para assegurar o equilíbrio

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

entre sustentabilidade financeira e justiça social no setor de saneamento.

Esse cenário pode ter incentivado os altos valores de outorga ofertados nos leilões. Tal situação torna-se ainda mais preocupante à luz do estudo recente de Fagundes e Marques (2025), que ao analisarem as concessões no Rio de Janeiro e em Alagoas, demonstraram que a tarifa média proposta nos leilões pode não ser suficiente para cobrir os investimentos bilionários, os valores pagos nas outorgas e os custos operacionais. Assim, é provável que novos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro sejam encaminhados à agência reguladora e ao poder concedente nos próximos anos.

CONCLUSÕES

A concessão dos serviços de saneamento no Rio de Janeiro representa um marco importante, com potencial de ampliar cobertura, eficiência e qualidade até 2033. Contudo, os dados mostram que o modelo priorizou o equilíbrio econômico das concessionárias em detrimento da modicidade tarifária, já que os riscos são socializados enquanto os ganhos permanecem privatizados. O desafio central não é manter tarifas artificialmente baixas, mas garantir transparência, previsibilidade regulatória e proteção social, de forma que os custos da universalização sejam compreendidos pela sociedade. Para o êxito do modelo, será essencial fortalecer a regulação, ampliar a proteção aos mais vulneráveis e assegurar que ganhos de produtividade sejam compartilhados. Futuras análises, como o uso do Teste de Chow, poderão confirmar se a concessão gerou mudanças estruturais nas tarifas e apoiar o debate regulatório com maior rigor científico.

REFERÊNCIAS

BRANCO, R. S.; CRUZ, F. P. Subsídios cruzados e o desequilíbrio do setor de saneamento no estado do Rio de Janeiro. Revista DAE, v. 69, n. 231, p. 68-84, 28 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Lei nº 14.898, de 13 de junho de 2024. Institui diretrizes para a Tarifa Social de Água e Esgoto em âmbito nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 jun. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14898.htm. Acesso em: 1 jun. 2025.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

DA CRUZ, F. P.; LIRA, M. A. Concessões de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro: Estudo Sobre a Fórmula Paramétrica. Anais do XII Congresso ABAR, p. 788-808, 2023.
DE ARAÚJO, F. C.; BERTUSSI, G. L. Saneamento Básico no Brasil: Estrutura Tarifária e Regulação. Planejamento e Políticas Públicas, n. 51, 2018.
FAGUNDES, T. S.; MARQUES, R. C. Water privatization in Brazil: is the private sector making the same mistakes as in the past? Water International, p. 1-21, 2025. DOI: 10.1080/02508060.2025.2497742.
QUINTSLR, S.; AROUCA, M. C. G. Desestatização dos serviços de saneamento no estado do Rio de Janeiro: avaliação dos primeiros meses de operação das novas concessionárias ou "estamos com saudades da CEDAE". Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 16, e20230387, 2024.
RIO DE JANEIRO (Estado). Contrato de Concessão dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – Bloco 3. Edital de Concorrência Internacional nº 01/2021. Rio de Janeiro, 2021.
SANTOS, A. M. S. P.; SANTOS, J. Saneamento Básico no Estado do Rio de Janeiro: longo percurso rumo à regulação. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, n. 5, p. 1-18, 2014.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

RACISMO AMBIENTAL E DESIGUALDADE NO ACESSO À ÁGUA E SANEAMENTO: UM ESTUDO SOBRE A COMUNIDADE NOVA HOLANDA, RIO DE JANEIRO

Autor[1]

RESUMO

A desigualdade no acesso à água potável e ao saneamento básico evidencia a discrepante relação entre raça, classe e território no estado do Rio de Janeiro. A comunidade Nova Holanda, no Complexo da Maré, teve início como um conjunto habitacional temporário para famílias transferidas de outras regiões do Rio de Janeiro, tornando-se hoje, uma área marcada por precariedade de infraestrutura e exclusão histórica. Dados de Rossi (2024) indicam que 98,3% das residências possuem água encanada, mas a qualidade do serviço permanece desigual, evidenciando racismo ambiental. Inspirando-se no programa "Conexiones por la Vida" de Medellín, Colômbia, este estudo propõe soluções urgentes para a comunidade da Nova Holanda, propondo melhoria da infraestrutura, subsídios sociais e educação ambiental. Tais medidas tendem a elevar a qualidade da água e reduzir desigualdades históricas, demonstrando que é possível levar dignidade e conforto a todos quando se há planejamento estratégico entre comunidade e Estado.

Palavras-chave: racismo ambiental; saneamento básico; desigualdade territorial; Nova Holanda.

ABSTRACT

Inequality in access to safe drinking water and basic sanitation highlights the disparate relationship between race, class, and territory in the state of Rio de Janeiro. The Nova Holanda community, in the Maré Complex, began as a temporary housing project for families relocated from other regions of Rio de Janeiro, and today has become an area marked by inadequate infrastructure and historical exclusion. Data from Rossi (2024) indicate that 98.3% of households have piped water, but the quality of the service remains unequal, reflecting environmental racism. Drawing inspiration from Medellín, Colombia's "Conexiones por la Vida" program, this study proposes urgent solutions for the Nova Holanda community, including infrastructure improvement, social subsidies, and environmental education. These measures are expected to improve water quality and reduce historical inequalities, demonstrating that it is possible to bring dignity and comfort to all when strategic planning between the community and the State is in place.

Keywords: environmental racism; basic sanitation; territorial inequality; Nova Holanda.

INTRODUÇÃO

A desigualdade no acesso a água e saneamento é um problema crônico na cidade do Rio de Janeiro, isto permite evidenciar a relação entre raça, classe e território. Periferias apresentam condições de infraestrutura significativamente inferiores às de bairros mais abastados, demonstrando o significado de racismo ambiental. A Nova Holanda, no Complexo da Maré, é exemplo desse processo: formada inicialmente como conjunto habitacional

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

provisório para famílias realocadas de outras zonas da cidade, a comunidade se consolidou como favela.

O estudo de Rossi (2024) indica que, embora a maior parte dos domicílios possua acesso à rede de água encanada, a qualidade do serviço e a vulnerabilidade da população continuam sendo desafios estruturais. Diante desse contexto, é fundamental compreender as desigualdades territoriais e propor soluções eficazes e inclusivas, inspiradas em experiências internacionais, como o programa "Conexiones por la Vida" de Medellín, Colômbia, que integra infraestrutura, gestão participativa e subsídios sociais para promover acesso democrático à água e saneamento.

Este estudo visa investigar essas desigualdades na Nova Holanda, unindo análise histórica, dados censitários e experiências internacionais bem sucedidas, a fim de apontar alternativas para superar o racismo ambiental.

MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo combina métodos qualitativos e quantitativos, baseando-se em análises bibliográficas, documentais e estatísticas, com o objetivo de compreender o acesso à água potável e ao saneamento no Rio de Janeiro. Foram utilizados dados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE) para mapear diferenças entre zonas bem estruturadas e a comunidade da Nova Holanda, no Complexo da Maré. O trabalho dialoga com estudos sobre desigualdades ambientais (ACSELRAD, 2009; HERCULANO, 2011; RIBEIRO, 2017) e pesquisas sobre comunidades cariocas (SILVA, 2018), incorporando a experiência do programa "Conexiones por la Vida" em Medellín (EPM, 2022; BID, 2020).

A metodologia se entende por três etapas: diagnóstico histórico-territorial; análise estatística dos dados do Censo e de Rossi (2024); e estudo comparativo com Medellín, visando propor adaptações que integrem dimensões quantitativas e qualitativas, sem perder de vista as especificidades socioambientais da Nova Holanda.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados mais recentes do Censo Demográfico do IBGE (2022) revelam que 97,8% dos domicílios urbanos no Brasil possuem ligação com a rede geral de abastecimento de água. Contudo, essa aparente universalização esconde desigualdades significativas quando se observa a realidade das favelas e periferias. Rossi (2024) aponta que, na Nova Holanda, 98,3%

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

das residências estão conectadas à rede, índice semelhante à média nacional. Entretanto, a cobertura formal não garante regularidade, segurança ou qualidade no fornecimento. São recorrentes os relatos de interrupções, baixa pressão e riscos associados ao armazenamento doméstico, configurando o que a autora denomina “racismo ambiental estrutural”: um padrão em que territórios populares recebem serviços em condições inferiores em comparação a bairros formalizados.

Nesse contexto, a experiência de Medellín com o programa “Conexiones por la Vida” oferece aprendizados relevantes. A iniciativa colombiana foi estruturada em três pilares: modernização da infraestrutura, modelo tarifário solidário e gestão comunitária (EPM, 2019). Adaptado à Nova Holanda, esse modelo poderia priorizar a melhoria da qualidade do serviço por meio da modernização da rede, da instalação de filtros comunitários e de práticas de manutenção preventiva. Paralelamente, a adoção de tarifas progressivas, inspiradas no caso colombiano, poderia reduzir o peso financeiro sobre famílias em maior vulnerabilidade, promovendo maior equidade no acesso.

Outro elemento central é a participação social. Em Medellín, a corresponsabilidade da comunidade foi determinante para o êxito do programa (Ministerio de Vivienda de Colombia, 2020). Aplicado à Nova Holanda, esse princípio implicaria a criação de comitês de moradores com funções de fiscalização da qualidade da água, interlocução com a CEDAE e o poder público e participação ativa na gestão dos serviços. Esse arranjo tenderia a ampliar a legitimidade das intervenções e reduzir a histórica distância entre a população local e as instituições estatais.

Em síntese, os resultados discutidos demonstram que o desafio da Nova Holanda não reside apenas na cobertura formal, mas sobretudo na qualidade do serviço prestado. Tal constatação reforça a análise de Rossi (2024) sobre a dimensão territorial e racial do acesso ao saneamento. Nesse sentido, práticas inspiradas no “Conexiones por la Vida” poderiam contribuir não apenas para a universalização quantitativa, mas também para uma universalização substantiva, que incorpore qualidade, justiça tarifária e participação cidadã.

CONCLUSÕES

Conclui-se que o acesso desigual à água potável e ao saneamento na Nova Holanda é resultado de décadas de negligência estatal e de exclusão socioespacial. Mesmo com a maior parte das residências conectada à rede encanada, a qualidade do serviço segue insuficiente, evidenciando a presença persistente do racismo ambiental e expondo populações negras e

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

periféricas a riscos sanitários significativos. A comunidade, formada a partir de remoções forçadas da Zona Sul do Rio de Janeiro, consolidou-se como uma favela marcada por infraestrutura precária, ausência de planejamento urbano e vulnerabilidade histórica.

Inspirando-se no programa colombiano "Conexiones por la Vida", propõe-se a adoção de políticas integradas que articulem expansão e modernização da infraestrutura, oferta de subsídios sociais, iniciativas de educação ambiental e mecanismos de gestão participativa das comunidades. Somente um modelo de governança inovador, inclusivo e sustentável poderá assegurar justiça ambiental, social e territorial, promovendo condições dignas de vida e contribuindo de maneira concreta para a redução das desigualdades históricas enfrentadas pelos moradores da Nova Holanda.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. *Justiça ambiental no Brasil: um panorama crítico.* São Paulo: Annablume, 2009.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID. *Urbanismo social e acesso à água: lições de Medellín.* Washington, D.C.: BID, 2020.

BRENO, L.; RODRIGUES, M. Você sabe o que é racismo ambiental? Entenda a relação com o território da Maré. Maré de Notícias, [Rio de Janeiro], 2 jun. 2021. Meio ambiente. Disponível em: . Acesso em: 29 ago. 2025.

EMPRESAS PÚBLICAS DE MEDELLÍN – EPM. *Conexiones por la Vida: acceso a agua y saneamiento en Medellín.* Medellín: EPM, 2022. Disponível em: https://www.epm.com.co/institucional/sala-de-prensa/noticias-y-novedades/10900-familias-de-medellin-han-conectado-sus-viviendas-a-servicios-de-acueducto-y- alcantarillado/. Acesso em: 29 ago. 2025.

HERCULANO, Selene. *Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil*. In: I Encontro da ANPPAS – GT Teoria e Ambiente. Indaiatuba/SP, 2002. p. 1–15. Disponível em: https://www.professores.uff.br/selenehercul ano/wp- content/uploads/sites/149/2017/09/Riscos v4_e_desigualdade_social.pdf . Acesso em: 31 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico 2022.* Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao. Acesso em: 29 ago. 2025.

ROSSI, Julia Carneiro. *Saneamento e favela: marcas da desigualdade espacial no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: UERJ, 2024. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/niesbf/article/download/88471/52585/332884. Acesso em: 29 ago. 2025.

SILVA, M. *Favelas cariocas e políticas públicas de infraestrutura.* Rio de Janeiro: FGV, 2018.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Beatriz Castellano Pereira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, beatrizcastellanop@gmail.com Gustavo Costa Lima Vieira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, gustavoclvieira19@gmail.com Luisa Carvalho Lobato Valerio, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, lobatoluisa2@gmail.com Lucas Lira Buthers, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, lucaslbuthers@gmail.com

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à professora Marcelle Candido Cordeiro pelo incentivo, orientação e conselhos compartilhados ao longo deste trabalho. Registro também nossa gratidão à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que oferece espaço e recursos essenciais para o desenvolvimento acadêmico. Sem esse apoio, a realização deste estudo não teria sido possível.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

REDES TÉCNICAS E A FORMAÇÃO DE UM HUB DE GÁS FLUMINENSE: IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO RIO DE JANEIRO

D'Jeanine Candido[1]

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo trazer ao debate como os gasodutos, uma rede técnica pouco presente no diálogo cotidiano da população, tem sido cada vez mais disputados no cenário econômico. Diante da sua versatilidade, que permite seu uso na indústria, transporte e energia, os gasodutos tem ganhado cada vez mais espaço na economia brasileira nas últimas duas décadas. No estado do Rio de Janeiro, a partir de 2006, tem se expandido o circuito produtivo de petróleo e gás desde a sua região metropolitana até o Norte fluminense. Tal fato surge em decorrência do anúncio da exploração de petróleo e gás na região do Pré-sal que atende toda a costa fluminense. Diante disso, a partir de 2016, houve um movimento de privatização que tem se organizado em meio a formação de um hub de gás fluminense que se sustenta da criação de 10 projetos de termelétricas somente no Norte Fluminense.

Palavras-chave: Redes técnicas; reestruturação regional; Petróleo e gás; Termelétricas.

TECHNICAL NETWORKS AND THE FORMATION OF A GAS HUB IN RIO DE JANEIRO: IMPLICATIONS FOR THE STATE'S ECONOMIC DEVELOPMENT

Abstract: This study aims to bring to the debate how gas pipelines—technical networks rarely present in the daily discourse of the population—have increasingly become contested within the economic sphere. Due to their versatility, which allows their use in industry, transportation, and energy, gas pipelines have gained growing prominence in the Brazilian economy over the past two decades. In the state of Rio de Janeiro, since 2006, the oil and gas production circuit has expanded from the metropolitan region to the northern area of the state. This expansion stems from the announcement of oil and gas exploration in the Pre-Salt region, which covers the entire coast of Rio de Janeiro. Consequently, from 2016 onward, a privatization movement has unfolded alongside the formation of a state-level gas hub, supported by the development of ten thermoelectric projects located exclusively in Northern Rio de Janeiro.

Keywords: Technical networks; Regional restructuring; Oil and gas; Thermoelectric power plants.

INTRODUÇÃO, MATERIAL E MÉTODOS.

Esta pesquisa tem como objetivo investigar até que ponto as transformações resultantes da nova organização espacial das atividades produtivas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e no Norte Fluminense, após a implementação de grandes projetos de

[1]Doutoranda no programa de pós-graduação em Geografia, mestre em Políticas Públicas e Formação Humana e licenciada em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

estado. Para isso, a investigação se baseia em um marco temporal significativo de

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

mudanças investimento, contribuem para a formação de redes técnicas e o reordenamento territorial no territoriais no Rio de Janeiro, iniciado com o anúncio do Pré-Sal, impulsionado por políticas nacionais de desenvolvimento, especialmente voltadas ao setor de Petróleo e Gás. Esse marco temporal se torna necessário em decorrência de dois momentos cruciais de investimento e ações políticas voltadas ao planejamento territorial do estado: 2006 – 2016, em que projetos de investimento tinham como propósito uma diversificação produtiva e de autossuficiência energética com base na atividade de petróleo e gás como meio de indução em cadeia de outras atividades; e 2016 – 2024, logo após o golpe, com a troca de agenda política do governo federal, que resultou em privatizações, como a Eletrobrás, além do regime de recuperação fiscal no Estado do Rio de Janeiro e o direcionamento de projetos de termelétricas a gás natural no estado.

Nesse contexto, tem se observado um maior interesse por diferentes modais de transporte, dentre eles as dutovias, que passaram a fazer parte de novos padrões de circulação. Partimos da compreensão de que as redes técnicas desempenham um papel fundamental na dinamização das novas atividades econômicas e, por consequência, nos arranjos produtivos locais, pois são essenciais para a articulação das infraestruturas que possibilitam a circulação do capital.

Logo, para compreender essa relação de apropriação dessas infraestruturas, seguimos pela compreensão sobre o que são as redes. Segundo Raffestin (1993), são elementos estratégicos na produção do espaço e são instrumentos da circulação, e imagem do poder, e por isso estão sempre em disputa e geram conflito. Além disso, as redes também "são sociais e políticas" (Santos, 2006), não só integrando lugares e regiões, mas expõe as estratégias de dominação do território que, na maior parte das vezes, ocorrem pelos setores dominantes da economia e elites políticas. Dentre as redes técnicas impulsionadas pelo circuito produtivo de petróleo e gás, destaca-se a rede dutoviária, que é crucial para o transporte desses insumos e integra as estratégias logísticas da indústria petrolífera. Em particular, o gás natural (GN) transportado por gasodutos, possui diversas funções, atendendo à demanda elétrica, ao mercado de exportação, à produção de fertilizantes e a combustíveis. Até recentemente, o gás natural era considerado um insumo secundário em relação ao petróleo, devido ao seu menor valor agregado.

No entanto, essa realidade começa a se modificar em relação ao mercado interno à medida que as reservas de petróleo no Pré-sal iniciam sua fase de maturação, abrindo perspectivas para a demanda no setor elétrico e de fertilizantes. No estado do Rio de Janeiro a rede existente de gasodutos, que foram construídas a partir de 1976 pela Petrobras, interligando

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

com os estados de São Paulo, do Espírito Santo e de Minas Gerais, que juntos, formam a região mais demograficamente e economicamente dinamizada do país. Diante disso, as dutovias passaram a atrair o interesse do setor privado, que diante das instabilidades políticas em volta do golpe e da deterioração das políticas de desenvolvimento dos governos anteriores, facilitaram a privatização da NTS (Nova Transportadora do Sudeste S/A), em 2017 e da TAG (Transportadora associada de gás), em 2021. As privatizações acabaram por desverticalizar a maior empresa do país, a Petrobras, que vendeu seus ativos tendo que, posteriormente, arcar com os custos de aluguel em dutos que antes eram seus. Além disso, tal privatizações surgem do discurso de concorrência com a entrada de novos agentes, e ampliação da rede em escala nacional. Contudo, não é trazido de forma transparente ao debate de que se trata de um monopólio natural, em que a característica do mercado é bem específica. Isso significa que, este tipo de monopólio se caracteriza por um serviço que demanda altos investimentos em logística e infraestrutura, algo que ainda não está consolidado no país, visto que boa parte dos gasodutos se concentram no litoral interligando as metrópoles. Por ser um processo produtivo que ocorrer com retornos conforme economia de escala (crescente), assim a existência da concorrência cria um encarecimento do serviço, além de outros atenuantes (Azevedo, 2021). Por essa questão, esses setores costumam está sob o controle do Estado, pois além de possuírem um valor estratégico enorme, devem estar sob regulação de normas que tem por prioridade oferecerem serviço público.

RESULTADOS E DISCUSSÃO, CONCLUSÕES

A organização dos gasodutos troncais no estado do Rio de Janeiro, se distribuem em eixos importantes, criando corredores estratégicos de fluxo de mercadorias no Sudeste e conflui com outras redes técnicas, como oleodutos, as rodovias, linhas de transmissão de energia e ferrovias. Com o Pré-Sal, a rede é ampliada com a finalização da ‘Rota 3’, interligando as áreas de exploração no mar até a região metropolitana do Rio de Janeiro em Itaboraí, onde está foi construída uma Unidade de Processamento de gás Natural (UPGN) e que tem perspectivas para a construção de uma termelétrica. Essas bases são sustentadas por uma rede interligada ao sistema nacional de gasodutos, nomeados como GASIG e GASERJ, além do GASOG para atender um importante porto-indústria no norte do estado, o Porto do Açu.

No entanto, apesar de todo o planejamento partir de uma política desenvolvimentista de fortalecimento da economia industrial e autossuficiência energética e produtiva, o contexto político que se seguiu após o golpe de 2016, passou adotar a entrega de ativos públicos com as

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

concessões, privatizações e autorizações de eixos estratégicos da circulação do estado do Rio de Janeiro. Diante desse cenário, foram criados planos organizados por empresas e corporações, para a formação de um *hub* de gás pelo estado, com o propósito de direcionar parte do escoamento de GN para a construção de termelétricas (UTE's). Esse *hub* de gás segue o eixo Itaguaí-Santa Cruz; Duque de Caxias; Itaboraí-Maricá; Macaé e Açu, que são cidades ao longo do circuito produtivo de petróleo e Gás no estado. Em todas essas localidades, estão sendo desenvolvidos projetos termelétricas e fabricação de fertilizantes nitrogenados, principalmente no Norte do estado.

Tais iniciativas evidenciam o crescente interesse do setor privado nos ativos da Petrobras, que tem perdido protagonismo no setor energético, com a privatização de gasodutos e leilões de novas áreas de exploração de petróleo e gás.

Atualmente, 4 das 10 UTE's de maior geração de energia estão no Rio de Janeiro, destacando sua importância no estado. Com as redes técnicas e o planejamento territorial nas mãos do setor privado, o estado compromete sua economia a médio e longo prazo, priorizando os interesses do mercado em detrimento do uso público e de uma economia mais integrada e menos desigual. A ação do Estado, essencial para a organização do território e o desenvolvimento de políticas socioeconômicas, tem se mostrado frágil ao confiar esse planejamento à boa vontade do mercado.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **Redes e circulação no uso e controle do território**. In: ARROYO, M; CRUZ, R. de C. A. da. Território e circulação: a dinâmica contraditória da globalização. São Paulo: Annablume, 2015. p.37-50.

FIRJAN. **Perspectivas do gás no Rio 2021**. Sistema Firjan Senai - Rio de janeiro, abr. 2021.

AZEVEDO, J S G de. Nova Lei do Gás: ilusões, mitos e dificuldades. Relatório enviado ao Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (INEEP), fev. 2021.

LENCIONI, Sandra. **Condições gerais de produção**: um conceito a ser recuperado para a compreensão da desigualdade de desenvolvimento regional. Scripta Nova, 2007

OLIVEIRA, F. J. G. de. **Investimentos públicos e o planejamento econômico-territorial**: o fracasso dos planos e a insuficiência das redes técnicas e de logísticas no Rio de Janeiro. Cadernos Do Desenvolvimento Fluminense, (23), 31–55.

RAFFESTIN, Claude. **As redes e o poder**. In: _. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993. (p.200-220)

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia das redes**. In: __. A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. 4ªEd. São Paulo: Edusp, 2009

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

TRANSPORTE AQUAVIÁRIO NA MOBILIDADE DO RIO DE JANEIRO: DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS

Carlos Eduardo Pimenta Pinto[1]
Maria Clara de Araujo Hermeto Rodrigues[2]
Maria Eduarda Zarur Prado[3]
Maria Luiza de Godoy e Vasconcelos Galdeano Simões[4]

Resumo
A mobilidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro é um dos grandes desafios da atualidade. Neste cenário, o transporte aquaviário pela Baía de Guanabara é uma alternativa de grande potencial para otimizar a mobilidade fluminense, mas que vive uma crise conhecida, com serviços precários e uma contínua falta de investimentos. Este estudo busca diagnosticar a situação deste modal, a partir de uma revisão de estudos acadêmicos e documentos oficiais. A análise aponta que os problemas no contrato de concessão e a falta de um planejamento integrado são os principais obstáculos para o desenvolvimento do sistema. Dessa forma, resolver a crise do transporte aquaviário é um passo fundamental para se ter um transporte público mais justo, integrado e eficiente para a população.
Palavras-chave: Mobilidade Urbana; Transporte Aquaviário; Rio de Janeiro; Baía de Guanabara.

Abstract
Mobility in the Rio de Janeiro Metropolitan Region is one of today's great challenges. In this context, waterway transport across Guanabara Bay is an alternative with great potential, but it is currently experiencing a well-known crisis, with precarious services and a continued lack of investment. This article seeks to diagnose the situation of this modal, based on a review of academic studies and official documents. The analysis indicates that problems in the concession contract and the lack of integrated planning are the main obstacles to the system's development. It is concluded that resolving the waterway transport crisis is a fundamental step towards having a fairer, integrated, and more efficient public transport for the population.
Keywords: Urban Mobility; Waterway Transport; Rio de Janeiro; Guanabara Bay.

1 Carlos Eduardo Pimenta Pinto, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), cadueppri@gmail.com.
2 Maria Clara de Araujo Hermeto Rodrigues, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mchemeto@gmail.com.
3 Maria Eduarda Zarur Prado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mariaeduardazarurprado@gmail.com.
4 Maria Luiza de Godoy e Vasconcelos Galdeano Simões, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mariagodoysimões@gmail.com.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Introdução

A mobilidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro é um dos maiores desafios estruturais do estado, marcado pelo intenso deslocamento diário de pessoas entre os municípios (MIHESSEN et al., 2014). Esse problema se reflete nos congestionamentos diários e na grande desigualdade de acesso a um transporte de qualidade, que afeta principalmente a população mais pobre (RESENDE, 2009; MARINO, 2024). Neste contexto, o transporte aquaviário na Baía de Guanabara surge como uma alternativa crucial. Diariamente, ele é responsável pelo deslocamento de 40 mil indivíduos, e diversos estudos frequentemente ressaltam seu potencial significativo para desafogar a congestionada rede de transportes do estado (CONERJ, 2025; RIO DE JANEIRO, 2011; FILÓCOMO, 2025).

No entanto, apesar de todo esse potencial, o sistema de barcas vive uma realidade de crise, com serviços considerados precários e uma clara falta de investimentos nas últimas décadas (LUFT, 2020). Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é fazer um diagnóstico da situação do transporte aquaviário, analisando, com base na literatura acadêmica e em documentos oficiais, seus principais desafios e suas possibilidades futuras, a fim de contribuir para o debate sobre políticas públicas de transporte mais eficientes e equitativas na metrópole.

Material e Métodos

Realizamos uma pesquisa qualitativa, baseada em revisão de literatura e análise documental. Levantamos a produção acadêmica em bases de dados como Google Acadêmico, e em repositórios universitários (UFRJ, UERJ e UFF). Adicionalmente, coletamos documentos oficiais, como o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS), e relatórios de instituições como a AGETRANSP e FIRJAN. Após selecionar o material por sua relevância, sintetizamos as informações para estruturar a discussão.

Resultados e Discussão

A análise da literatura revelou um paradoxo. Por um lado, verificamos que os autores concordam sobre o grande potencial do transporte aquaviário, apontando a Baía de Guanabara como um caminho pouco aproveitado que poderia aliviar os congestionamentos, responsáveis por custos bilionários em "produção sacrificada" para o estado (RIBEIRO, 2016; NYGAARD, 2019; FIRJAN, 2022). Apesar disso, constatamos que o sistema vive uma crise crônica, marcada pela baixa qualidade do serviço, com embarcações superlotadas e defasadas

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

(NYGAARD, 2019). Nossa discussão aponta que a raiz deste problema tem duas frentes: primeiro, um longo histórico de monopólio no setor que, como analisado por Pacífico (2014), desmotivou a melhoria da qualidade e criou entraves estruturais; segundo,um modelo de crescimento urbano que concentrou a oferta de empregos, forçando a população dos chamados "municípios-dormitório" a realizar longos e insustentáveis deslocamentos diários (RIBEIRO, 2016).

Diante deste diagnóstico, observamos que as perspectivas de solução apontadas nas fontes são consistentes. O trabalho de Nygaard (2019) reforça a viabilidade de expansão do sistema, ao estudar o potencial de novas rotas, como a ligação com São Gonçalo. A principal solução apontada na literatura é a necessidade de um planejamento de transportes verdadeiramente integrado, que consiga superar a fragmentação histórica entre os diferentes modais (PACÍFICO, 2014).

Conclusões

Concluímos que a profunda crise do transporte aquaviário na Baía de Guanabara, apesar de seu grande potencial, é resultado de dois fatores principais: um monopólio histórico no setor e um modelo de desenvolvimento urbano que concentrou os empregos em poucas áreas. O resultado é um serviço precário e um custo bilionário em produtividade perdida para o estado. A solução para o problema, portanto, não é apenas técnica e exige uma ação em duas frentes: por um lado, é necessária uma ação política e de fiscalização mais firme para garantir os investimentos e a qualidade no novo modelo de concessão; por outro, é fundamental promover um planejamento regional que reorganize o espaço urbano de forma mais integrada. Somente assim o potencial do modal aquaviário poderá ser transformado em um benefício real para a população fluminense.

REFERÊNCIAS

AGETRANSP. **Relatório Anual 2023**. Rio de Janeiro: Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro, 2023.

CONERJ. **Evolução do fluxo médio diário de passageiros na linha de barcas Rio - Niterói.** Rio de Janeiro: Data.Rio, 2025. Disponível em: https://www.data.rio/documents/ebd25618e7e74545b79d8d86bf546a7b/about. Acesso em: 05 set. 2025.

FILÓCOMO, Paola Serafim. Equipamentos de conectividades marítimas aplicados na Baia de Guanabara: estratégias de interconexão sustentável para o Rio de Janeiro. **REVISTA**

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

DELOS, v. 18, n. 63, p. e3783-e3783, 2025.

FIRJAN. **Propostas Firjan para um Brasil 4.0**: esfera municipal : Centro-Sul Fluminense - 2023-2026. Rio de Janeiro: Firjan, 2022.

LUFT, Rosangela M. Planejamento e financiamento da mobilidade urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro. **Geo UERJ**, n. 36, p. e48415-e48415, 2020.

MARINO, Filipe Ungaro. Mobilidade, cidadania e desigualdade: analisando a infraestrutura cicloviária do Rio de Janeiro. **Cadernos Metrópole**, v. 26, n. 60, p. 663-684, 2024.

MIHESSEN, Vitor; MACHADO, Danielle Carusi; PERO, Valéria. Mobilidade urbana e mercado de trabalho na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista da ABET**, v. 14, n. 2, p. 310-327, 2014.

NYGAARD, Igor Massena Mello et al. Uma Análise do Potencial de Implantação de Novas Rotas para o Transporte de Passageiros na Baía de Guanabara. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM TRANSPORTES (ANPET), 30., 2016, Rio de Janeiro. **Anais**... Rio de Janeiro: ANPET, 2016. p. 1-12.

PACÍFICO, Alan Gustavo Fernandes. Transporte aquaviário de passageiros na Baía de Guanabara: estruturação dos monopólios e gestão das acessibilidades em uma perspectiva geográfica. **GeoPUC**, v. 7, n. 13, p. 6-151, 2014.

PIRES, J. C. L. **Reestruturação competitiva e regulação nos setores de energia elétrica e de telecomunicações**. 1999. Tese (Doutoramento em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

RESENDE, Paulo de Tarso Vilela; SOUSA, Paulo Renato de. **Mobilidade urbana nas grandes cidades brasileiras**: um estudo sobre os impactos do congestionamento. Belo Horizonte: Fundação Dom Cabral, 2009. (Caderno de Ideias, v. 910).

RIBEIRO, Leonardo Tavares. **Imobilidade urbana e produção sacrificada**: estimativas de perdas em tempo de deslocamento no Rio de Janeiro. 2016. Monografia (Bacharelado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Transportes. **Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: SETRANS, 2011. Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/documents/5450795/7289937/P7+-+Revis%C3%A3o+Relat%C3%B3rio+S%C3%ADntese+20161221+rev.pdf. Acesso em: 30 ago. 2025.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer à Professora Marcelle Cândido Cordeiro da disciplina de Ciência, Tecnologia e Engenharia pelo direcionamento e suporte durante a elaboração deste trabalho.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

9. CRISE INSTITUCIONAL FLUMINENSE

Juliana Benício (IFRJ)

Mauro Osorio (UFRJ)

O Estado do Rio de Janeiro, entre 1970 e 2022, foi a segunda unidade federativa que mais perdeu participação no PIB nacional, de acordo com dados do IBGE. Os dados da Pnad/IBGE mostram que o estado apresentava, no primeiro trimestre de 2025, uma taxa de desemprego de 9,3%, contra uma taxa no país de 7,0%. Para jovens entre 18 e 24 anos de idade, essa taxa era de 14,9% no país e de 23,2% no estado, taxa inclusive superior à encontrada nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Os indicadores relacionados à Educação e à Saúde também são bastante ruins no estado fluminense, principalmente quando comparados com os demais estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Temos também uma crise fiscal. E temos uma grave situação do ponto de vista do controle territorial por tráfico ou milícia, principalmente na Região Metropolitana do Rio. Quais as razões dessa crise e como sair dela?

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO (2021-2024)

Marcel Grillo Balassiano, Maíra Penna Franca, Leonardo Vianna Moog Barreto, Perla Rocha e João Gabriel Rodrigues Garcez[1]

Resumo: O presente artigo faz uma análise da economia da cidade do Rio de Janeiro, focado na atividade econômica, medida pelo IAE-Rio e nos dados de mercado de trabalho (Pnad Contínua / IBGE e CAGED - MTE), no período 2021-2024. Houve um crescimento acumulado do IAE-Rio de 9,2% nos últimos quatro anos (2021-2024). Sobre o mercado de trabalho carioca, segundo dados da Pnad Contínua / IBGE, a taxa de desemprego (média anual) em 2024 foi de 8,0%, 7,0 p.p. abaixo da taxa de 2020 (15,0%). E nesse período ocorreu um aumento na ocupação de 641,6 mil pessoas, totalizando 3,4 milhões de pessoas ocupadas (formais e informais) na cidade do Rio. De acordo com dados do CAGED – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no quadriênio 2021-2024, o Rio gerou 333,0 mil novos postos formais de trabalho e voltou a ser a segunda capital que mais gerou emprego formal do Brasil, atrás apenas de São Paulo.
Palavras-Chave: Economia; Rio de Janeiro; Mercado de Trabalho: Atividade Econômica.

Abstract: This article analyzed the economy of the city of Rio de Janeiro, focusing on economic activity, measured by IAE-Rio and labor market data (Pnad Contínua/IBGE and CAGED - MTE), in the period 2021-2024. There was a cumulative growth of IAE- Rio of 9.2% in the last four years (2021-2024). Regarding the Rio de Janeiro labor market, according to data from Pnad Contínua/IBGE, the unemployment rate (annual average) in 2024 was 8.0%, 7.0 percentage points below the 2020 rate (15.0%). Also in this period, there was an increase of 641.6 thousand people, totaling 3.4 million people employed (formal and informal) in Rio. According to data from CAGED – Ministry of Labor and Employment (MTE), in the four-year period 2021-2024, Rio generated 333.0 thousand new formal jobs and returned to being the second capital that generated the most formal employment in Brazil, behind only São Paulo.
Keywords: Economy; Rio de Janeiro; Labor Market: Economic Activity.

1. Introdução:

O presente artigo faz uma análise da economia da cidade do Rio de Janeiro, focado na atividade econômica e nos dados de mercado de trabalho, no período 2021-2024. Após essa breve introdução, a seção 2 é sobre material e métodos; a seção 3 refere-se aos resultados e discussão; e, por fim, a seção 4 apresenta as conclusões e referências.

[1] Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Rio de Janeiro (SMDE) e FGV IBRE – marcel.balassiano@fgv.br; SMDE e UCAM – maira.apfranca@gmail.com; Câmara Municipal de Vereadores do Rio de Janeiro - leonardo.moog@hotmail.com; SMDE e FGV EPGE - perlarocha888@gmail.com; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - joaogabrielgarcez@hotmail.com.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

2. Material e Métodos:

Para a atividade econômica, a análise é baseada no Indicador de Atividade Econômica do Rio (IAE-Rio)[2] – elaborado pela Prefeitura do Rio, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE) – que tem por objetivo acompanhar mensalmente o comportamento da economia carioca, notadamente do setor de serviços, principal segmento da economia carioca cujo peso é de 86,5% na economia do município segundo o IBGE. Vale ressaltar que o comércio também faz parte do setor de serviços e está contemplado no IAE-Rio. Com isso, também é possível verificar as variações cíclicas da atividade econômica. O indicador possui frequência mensal com a série histórica iniciada em janeiro de 2011.

O IAE-Rio é uma combinação linear de quatro índices: Índice de Imposto sobre Serviços (IISS-Rio): baseado no montante total de recursos captado através do Imposto sobre Serviços (ISS), principal imposto municipal da cidade do Rio de Janeiro, calculado pela Secretaria Municipal de Fazenda (SMF) do Rio de Janeiro; Índice de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (IICMS-Rio): baseado no montante total de recursos captado através do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, principal imposto de cunho estadual, na cidade do Rio de Janeiro, calculado pela Secretaria Estadual de Fazenda do Rio de Janeiro (SEFAZ-RJ); Pesquisa Mensal de Serviços (PMS-RJ): baseado no índice gerado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Estado do Rio de Janeiro; Pesquisa Mensal do Comércio (PMC- RJ): baseado no índice gerado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Estado do Rio de Janeiro.[3]

A consolidação dos resultados do Indicador de Atividade Econômica do Rio (IAE-Rio) se dá através da ponderação das quatro componentes da seguinte forma (o indicador é padronizado de modo a ser 100 no período de janeiro de 2011):[4]

$$\boldsymbol{IAE_{Rio} = 0,87 * (0,70 * IISS_{Rio} + 0,25 * PMS_{RJ} + 0,05 * PMC_{RJ}) + 0,13 * IICMS_{Rio}}$$

2 https://observatorioeconomico.rio/iae-rio/

3 Dado que a economia carioca representa cerca de metade da economia fluminense, os indicadores estaduais apresentam boas correlações com a economia da cidade do Rio, funcionando como *proxies* para a mesma.

4 Os índices são calculados através da dessazonalização das séries do ISS e do ICMS utilizando o método X-13ARIMA-SEATS proposto por Monsell (2007). A metodologia é implementada no *software R Core Team* (2013) através do pacote *seasonal* (Sax e Eddelbuetell 2018). Por fim, a raiz quadrada das observações é calculada a fim de reduzir a variabilidade da série. Ajustes sazonais são comumente utilizados em estatísticas oficiais e a opção pelo X13ARIMA - SEATS deve-se ao fato de o mesmo representar uma evolução do *software* original X-11 desenvolvido pelo *US Census Bureau* na década de 1960 e posteriormente aprimorado pelo *Statistics Canada* (Dagum 1980) e do subsequente *software* também desenvolvido pelo *US Census Bureau* e denominado X-12-ARIMA (Findley *et. al.* 1998).

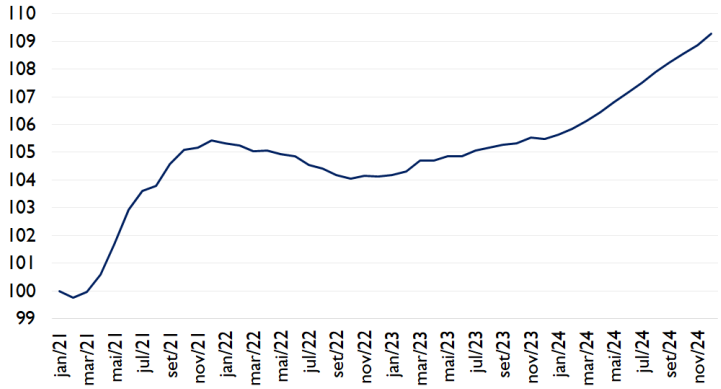
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A análise do mercado de trabalho será realizada a partir dos dados da Pnad Contínua do IBGE e os dados do CAGED do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

3. Resultados e Discussão:

O Gráfico 1 mostra a evolução mensal do nível do IAE-Rio dos últimos quatro anos (2021-2024), em uma média móvel de 12 meses.

Gráf. 1: **Indicador de Atividade Econômica do Rio (IAE-Rio)***



*MM12M = média móvel de 12 meses; jan/21 = 100. Fonte e elaboração: SMDE.

Pelo Gráfico 1, observa-se que houve um forte crescimento em 2021 – fruto da base baixa de 2020, primeiro ano da pandemia do coronavírus -, com uma estabilização em 2022, e um crescimento em 2023, potencializado em 2024. Nesse sentido, houve um crescimento acumulado do IAE-Rio de 9,2% nos últimos quatro anos (2021-2024). E em 2024, a taxa real de crescimento da atividade econômica do Rio foi de 3,6%, em linha com a variação do PIB do Brasil (3,4%),[5] divulgado pelo IBGE.

No mercado de trabalho carioca, dados da Pnad Contínua / IBGE mostram que a taxa de desemprego do Rio recuou 9,3 p.p. em quatro anos – passando de 16,2% no quarto trimestre de 2020 para 6,9% no mesmo período 2024. Essa taxa de 6,9% também foi a menor dos últimos nove anos. Na média anual, a taxa de desemprego em 2024 foi de 8,0%, 7,0 p.p. abaixo da taxa de 2020 (15,0%). Em relação à quantidade de pessoas desempregadas no Rio, no final de 2020, havia 539,8 mil cariocas desempregados. Quatro anos depois, o número recuou 52,6%, para 255,6 mil pessoas nessa situação. Ou seja, 284,2 mil cariocas deixaram de estar desempregados no quadriênio 2021-2024.

Um ponto importante para se destacar é que a diferença entre a taxa de desemprego do Brasil e

[5] https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/42774-pib-cresce- 3-4-em-2024-e-fecha-o-ano-em-r-11-7-trilhoes

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

do Rio no quarto trimestre de 2020 era de 2,0 p.p. – onde a taxa brasileira era de 14,2% e a taxa carioca de 16,2%. Na média do quadriênio 2021-2024, o *gap* diminuiu para 1,1 p.p.. E, no quarto trimestre de 2024, a diferença estava em 0,7 p.p. - onde a taxa brasileira era de 6,2% e a taxa carioca de 6,9%. Ou seja, apesar de já ser uma das economias mais desenvolvidas do país, a cidade do Rio de Janeiro tem apresentado, ao longo dos últimos anos, um crescimento mais acelerado de seu mercado de trabalho do que a média nacional.

Vislumbrando uma análise ampliada da situação do mercado de trabalho, deve-se olhar para outras variáveis, e não só o desemprego. Além das pessoas desocupadas, há as pessoas desalentadas, indisponíveis, subocupadas e informais. Houve uma diminuição de 32,2 mil pessoas desalentadas no quadriênio 2021-2024; e redução de 68,1 mil pessoas indisponíveis. Nesse sentido, existe uma medida alternativa, mais ampla, somando as pessoas desocupadas com as desalentadas e indisponíveis. No quadriênio 2021-2024, houve uma redução de 11,5 p.p., com a taxa reduzindo de 21,6% no final de 2020 para 10,1% no quarto trimestre de 2024.

Ademais há pessoas subocupadas (formais) por insuficiência de horas trabalhadas, que são aquelas que trabalham menos de 40 horas semanais, e gostariam de trabalhar mais. No quarto trimestre de 2024, havia 39,2 mil trabalhadores subocupados formais no Rio.

Para complementar a análise, há os trabalhadores informais, que são os trabalhadores sem carteira assinada (setor privado e trabalhador doméstico), sem CNPJ (empregador e conta-própria) e trabalhador familiar auxiliar, e que foram um dos grupos mais impactados pela pandemia. Com a pandemia, a quantidade de trabalhadores informais diminuiu no Rio, assim como no Brasil, com as medidas (corretas) restritivas para a contenção do vírus. Os trabalhadores informais foram um dos grupos mais impactados pela pandemia. No quarto trimestre de 2024, havia 1,2 milhões de trabalhadores informais no Rio, o que representava 34,0% da população ocupada.

Analisamos também um conceito dos trabalhadores em uma situação mais vulnerável do mercado de trabalho no Rio, que é o somatório das pessoas desocupadas, subocupadas, desalentadas e indisponíveis. No quarto trimestre de 2024, havia 452,2 mil de pessoas nessa situação, uma redução de 46,8% em quatro anos - em comparação com o quarto trimestre de 2020 -, o que significa uma diminuição de 373,3 mil cariocas.

E, por fim, no quadriênio 2021-2024 houve um aumento de 641,6 mil pessoas ocupadas - entre o quarto trimestre de 2024 e o mesmo período de 2020 - totalizando 3,4 milhões de pessoas ocupadas (formais e informais) no Rio.

Com dados do CAGED – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no quadriênio 2021- 2024, o Rio gerou 333,0 mil novos postos formais de trabalho, com um fortalecimento a partir do

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

segundo semestre de 2021. Desse total, 73,2% foram no setor de serviços, 11,3% no comércio, 10,0% na construção e 5,5% na indústria. Por sexo, do total de novos postos formais de trabalho gerados no quadriênio 2021-2024, 52,6% foram de homens e 47,4% de mulheres**.** Por porte de empresa, a grande maioria dos novos empregos foram em microempresas (72,0%), seguida por grandes empresas (24,9%). As médias empresas representaram 4,4% das novas vagas formais de emprego. Já por nível de escolaridade, 96,7% dos novos empregos foram para pessoas com escolaridade a partir do Ensino Médio completo, nessa composição: médio completo (81,6%), superior incompleto (4,9%) e superior completo (10,2%). Por faixa etária o destaque ficou para os jovens: 60,1% dos novos empregos foram ocupados por pessoas de 18 a 24 anos, enquanto 19,5% corresponderam aos jovens adultos de 25 a 29 anos. Juntos, esses dois grupos etários representaram 79,6% do saldo positivo de empregos no quadriênio.

No quadriênio 2021-2024, o Rio voltou a ser a segunda capital que mais gerou emprego formal do Brasil, atrás apenas de São Paulo. Isso aconteceu também no período 2009- 2016, enquanto no quadriênio 2017-2020, o Rio foi a capital que mais perdeu empregos formais do país.

4. Conclusões e Referências:

O presente artigo fez uma análise da economia da cidade do Rio de Janeiro. Houve um crescimento acumulado do IAE-Rio de 9,2% nos últimos quatro anos (2021-2024). Sobre o mercado de trabalho carioca, segundo dados da Pnad Contínua / IBGE, a taxa de desemprego (média anual) em 2024 foi de 8,0%, 7,0 p.p. abaixo da taxa de 2020 (15,0%). E, nesse período, houve um aumento de 641,6 mil pessoas ocupadas - entre o quarto trimestre de 2024 e o mesmo período de 2020 - totalizando 3,4 milhões de pessoas ocupadas (formais e informais) no Rio. Com dados do CAGED – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no quadriênio 2021-2024, o Rio gerou 333,0 mil novos postos formais de trabalho e voltou a ser a segunda capital que mais gerou emprego formal do Brasil, atrás apenas de São Paulo.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

SUPERMULTIPLICADORES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FRAGILIDADES E ANÁLISE

Pedro Lima[1]

Resumo: O artigo analisa os componentes da demanda efetiva no Estado do Rio de Janeiro (ERJ) a partir do modelo do Supermultiplicador Sraffiano (SMS), com foco nos gastos autônomos que não criam capacidade produtiva (GANCC). O estudo busca construir principalmente cinco séries estatísticas a partir do arcabouço teórico do SMS e observar fatos estilizados em torno dos resultados de séries mensais entre 2010 e 2024. Repete-se padrões conhecidos como o esvaziamento econômico do estado, sua decadência relativa em relação a outros entes federativos, porém observa-se que a massa salarial do funcionalismo cresceu significativamente, especialmente em setores como segurança pública, refletindo conflitos distributivos intraorçamentários. Além de um forte crescimento das exportações a partir da recuperação da crise do COVID-19.

Palavras-chave: Supermultiplicador Sraffiano; Rio de Janeiro; crescimento econômico; gastos públicos; desenvolvimento econômico.

Abstract: The article examines the components of effective demand in the State of Rio de Janeiro using the Sraffian Supermultiplier (SMS) model, with a focus on autonomous expenditures that do not create productive capacity. The study primarily constructs five statistical series based on the SMS theoretical framework and analyzes stylized facts from monthly data between 2010 and 2024. It confirms well-known patterns, such as the state's economic decline and its relative stagnation compared to other federal units. However, it also highlights a significant increase in public sector wage expenditures, particularly in areas like public security, reflecting intra-budgetary distributive conflict. Additionally, a strong rebound in exports is observed following the recovery from the COVID-19 crisis.

Keywords: Sraffian Supermultiplier; Rio de Janeiro; Economic Growth; Public Expenditures; economic development.

Introdução

Perpassa todo o trabalho aqui apresentado a questão da categorização dos gastos autônomos

[1]Pedro Henrique Moreira Lima; Doutorando no PPGE/UFRJ; email pedhenml@hotmail.com

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

que não criam capacidade produtiva (GANCC) e sua aplicação em estatísticas econômicas. A partir do modelo do Supermultiplicador Sraffiano (SERRANO, 1995), aplicou-se neste ensaio a construção de séries estatísticas tendo como estudo de caso o estado do Rio de Janeiro (ERJ) recente e a observância das hipóteses apresentadas antes.

O artigo é composto por uma breve introdução e outras quatro seções, além de três anexos. A segunda explicita os pressupostos básicos do modelo já citado, enquanto a seguinte faz uma apresentação geral do objeto de caso e sua relevância. A terceira pode ser considerada a seção principal com cada uma das séries mensais, além de justificativas para a forma e escolhas que basearam a estratégia empírica, além do resultado dos testes econométricos. Uma conclusão encerra o texto comentando fatos estilizados apresentados.

Material e Método

O ERJ do período recente é um estudo de caso promissor por sua marcante flutuação econômica e sua decadência relativa em comparação aos outros estados brasileiros, marcadamente causado pelo esvaziamento da sua economia a partir da mudança da capital federal para Brasília na virada dos anos 1950 e 1960, por uma grande dependência do setor de energia, mais especificamente Petróleo e Gás, e sua instabilidade política local (TRECE, 2022).

Os dados apresentados a partir de agora visam decompor diferentes tipos de GANCC, relevantes para o crescimento econômico do ERJ. Foram construídas cinco séries de dados a partir de estatísticas de municípios fluminenses, da secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), BCB, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os dados abertos da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e a Conta Intermediária do Governo (CIG), feita em parceria entre IBGE, BCB e a Secretaria de Tesouro Nacional (STN).

São respectivamente séries sobre valor exportado pelo ERJ, gasto público realizado por entes subnacionais, a massa salarial do setor público residente no ERJ, investimentos no Setor de Petróleo e Gás, em especial a Petrobras, e uma Proxy para os investimentos federais no estado. Na Tabela 1, já apresento o peso de cada um dos gastos na composição.

Tabela 1 – Peso por GANCC na série entre jan/2010 e jun/2024

GANCC	Peso na composição média

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Crédito	6,16%
Exportações	43,44%
Subnacionais	24,34%
Massa salarial	22,78%
Investimentos -P&G	1,79%
Investimentos Federais	1,51%

Fonte: Elaboração própria

Como apresentado em Lima et. al. (2019), os resultados econométricos do modelo de Vetor de Correção de Erros (VEC) apresentados ali reforçam a hipótese de que o comportamento das concessões de crédito está intrinsecamente ligado às variáveis como emprego e renda, mais do que às condicionantes de oferta creditícia. Discute-se assim a função social do crédito para consumidor como forma de dinamização econômica. Pensando no ponto de vista de bem-estar social, para alcançar crescimento e desenvolvimento seria necessário uma busca constante do Estado e de amplos setores da sociedade pelo pleno emprego e a importância de políticas públicas geradoras de emprego e renda.

Realiza-se assim os testes e estimações econométricas, respectivamente dos testes de Raiz Unitária, visando a avaliar a presença da mesma em cada uma das séries segundo o teste de Dickey-Fuller Aumentado, Phillips-Perron, e Kwiatkowski–Phillips–Schmidt–Sh reforçando as evidências sobre a estacionalidade das variáveis, e em seguida o teste de cointegração de Engle e Granger, um método utilizado para verificar se duas ou mais séries temporais não estacionárias possuem uma relação de equilíbrio de longo prazo, sendo assim cointegradas, concluído ao realizar o mesmo teste de Dickey-Fuller Aumentado nos resíduos da regressão. Por último realiza-se um Modelo de Correção de Erros e dois tipos de teste de Johansen, do traço e máximo autovalor. (LUTKEPOHL, 2005; JOHANSEN, 1998).

Resultados e Discussão

O crescimento da massa salarial a partir de 2017 é substancial, mas é importante avaliar sua composição. Em março de 2021, no auge da pandemia e após anos de ajuste fiscal infligido pelo regime de recuperação fiscal, vigente no estado desde 2017, a folha de pagamento da Secretaria de Estado da Polícia Militar do Rio de Janeiro (SEPM) contava com 44.479 vínculos ativos em 2021 e 43.012 em 2025. Em compensação a relativa estabilidade no contingente não se reflete na folha de pagamento. De 293.059.028,12 reais gastos em 2021 para 2025 observa-se um salto de 494,2 milhões de reais.[2] Um aumento de quase 69%

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

nominal.

Entende-se assim algumas facetas do conflito distributivo intraorçamentário fluminense (PINTO, 2010), com reflexos compreensíveis no peso que a massa salarial do funcionalismo possui no somatório dos gastos apresentados. Setores de maior poder de barganha conseguem, mesmo em um contexto de regras fiscais restritivas, aumentos reais. Apesar de que ao analisarmos a composição da burocracia nacional, em especial dos estados, isso está mais próximo de uma regra que uma exceção. Em 2023, segundo o fórum brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em média, a remuneração dos funcionários de segurança pública é 50% maior que a dos demais servidores públicos estaduais. Com isso, eles representam 23% dos servidores públicos nos governos dos 26 estados e no DF, e 31% dos gastos de pessoal da ativa. Isso se reflete nas aposentadorias: os agentes de segurança representam 22% de todos os servidores públicos inativos do país, mas consomem 33% dos gastos com aposentadorias de servidores dos estados.[3]

Outra tendência que pode ser observada é a forte flutuação do setor exportador, porém com forte tendência altista a partir do arrefecimento da pandemia. A corrente de comércio fluminense em 2024 somou US$ 72,4 bilhões e atingiu o maior valor desde 1996, início da série histórica, registrando ainda recorde nas importações (US$ 27,7 bilhões) em 2024. (FIRJAN, 2024).

Observa se nos investimentos públicos realizados pelo governo federal no ERJ, quanto da Proxy subnacional, o mesmo padrão de estrangulamento dos gastos públicos a partir da crise econômica de 2015/16 e aplicação de regras fiscais restritivas, em especial para os entes subnacionais (ARANHA, 2022). O patamar de gastos observado até a crise não se recuperou até o momento.

Conclusões e Referências

A análise dos diferentes testes econométricos ajudou a observar diferentes padrões da economia fluminense, locais e outros que vão em linha com as grandes questões nacionais, em especial a forte correlação entre os resultados entre gasto público e consumo financiado por crédito no ERJ.

Referências

ARANHA, A. (2022) Uma federação contra si mesma, a repressão fiscal nos estados brasileiros, dissertação de mestrado, PPGE-UFRJ, Disponível em:

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPGE/disserta%C3%A7%C3%B5es/2022/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Andr%C3%A9%20Aranha%20final%20para%20Secretaria.pdf

[2]Os dados foram retirados dos respectivos cadernos de recursos humanos do ERJ https://www.rj.gov.br/gesperj/sites/default/files/Caderno_de_RH-Maio25.pdf https://www.rj.gov.br/gesperj/sites/default/files/Caderno_2021-03.pdf

[3]https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/02/27/estudo-efetivo-policias-fsbp.ghtml

CESARATTO, S.; SERRANO, F.; STIRATI, A. (2003) Technical Change, Effective Demand and Employment, Review of Political Economy, 15:1, 33-52,. Disponível em: https://doi.org/10.1080/09538250308444

FIRJAN, 2024. "Rio Exporta destaca recorde na corrente de comércio fluminense e nas importações em 2024" disponível em: https://www.firjan.com.br/noticias/boletim-rio-exporta-anual-2024 8AE4828D948F43D901951B14D5766C4A-00.htm
JOHANSEN, S. Analysis of Cointegration Vectors. Statistical Journal of Economic Dynamics and Control, 12, pp. 2-3, 1988.

LIMA, P.; PIMENTEL, D.; BASTOS, C. (2019) Crédito pessoal no Brasil e a importância do emprego formal. In: SEMINÁRIO DE DIAMANTINA, 18, Diamantina. Disponível em: https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2019/D18_87.pdf.

LUTKEPOHL, H. (2005). New introduction to multiple time series analysis. Cambridge University. Press.

PINTO, É. G., 2010, Financiamento de direitos fundamentais: políticas públicas vinculadas, estabilização monetária e conflito distributivo no orçamento da União do pós- Plano Real. Belo Horizonte: Editora O Lutador.

SERRANO F. (1995) Long Period Effective Demand and the Sraffian Supermultiplier, Contributions to Political Economy, vol. 14 n. 1, pp. 67–90. Disponível em: https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.cpe.a035642

TRECE, J. (2022) Estado do Rio é o que menos cresceu desde 1985, blog do IBRE. Disponível em: https://blogdoibre.fgv.br/posts/estado-do-rio-e-o-que-menos-cresceu- desde-1985

Agradecimentos

Agradeço como bolsista a CAPES e CNPQ, pelo financiamento como mestrando e doutorando entre 2016 e 2022, além da Universidade Federal do Rio de Janeiro pela minha formação.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

O PROPAG E O FUTURO DA RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Gabriel Gouvêa do Nascimento
Ibrahim[1] Rodrigo
Siqueira Rodriguez[2]

Resumo

Em 2017, o estado do Rio de Janeiro (ERJ) aderiu a um regime de recuperação de suas contas públicas em virtude do descontrole da dívida estadual e da incapacidade do ente de honrar seus compromissos. As medidas adotadas seguiram um caráter de austeridade, ou seja, medidas rigorosas de ajuste que assumem o corte de gastos e a limitação da autonomia financeira do estado como forma de atuação. Oito anos depois, o ERJ ainda está sob as mesmas amarras e sem horizonte de resolução da dívida. Este estudo tem como objetivo identificar se o estado deve procurar alternativas. Foram analisados indicadores de desempenho do regime, bem como artigos e trabalhos sobre o tema. O estudo debate o papel do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados com a União (PROPAG) como alternativa ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e como saída para a recuperação econômica do estado fluminense, principalmente em virtude da redução dos juros da dívida.

Palavras-Chave: Crise fiscal; Rio de Janeiro; Federalismo Fiscal

Abstract

In 2017, the state of Rio de Janeiro (ERJ) entered a recovery regime for its public accounts due to the uncontrolled growth of state debt and the government's inability to meet its obligations. The measures adopted followed an austerity framework, that is, strict adjustment policies based on spending cuts and restrictions on the state's financial autonomy. Eight years later, ERJ remains under the same constraints, with no prospect of resolving its debt. This study aims to assess whether the state should seek alternatives. Performance indicators of the regime were analyzed, along with articles and academic works on the subject. The study discusses the role of the Full Debt Repayment Program for States with the Federal Government (PROPAG) as an alternative to the Fiscal Recovery Regime (RRF) and as a potential path for the economic recovery of Rio de Janeiro, particularly due to the reduction in debt interest rates.

Keywords: Fiscal crisis; Rio de Janeiro; Fiscal federalism.

Introdução

A situação fiscal recente do estado do Rio de Janeiro é marcada por uma trajetória de forte desequilíbrio orçamentário, que tem sua origem em fatores estruturais e conjunturais e resultaram em planos de recuperação fiscal que, cada vez mais, são considerados discutíveis pela incapacidade de solucionar os principais problemas fiscais do estado. Na literatura sobre o tema, autores como Nazareth e Araujo (2021) destacam a perda de autonomia do estado na gestão de sua política fiscal, que desafia o princípio da cooperação entre os entes da federação,

[1]Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
[2]Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). uerj.rodriguez@gmail.com

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

como previsto na Constituição Federal de 1988.

Moreira (2023) busca responder justamente se as regras impostas pelo regime de recuperação causam a perda de autonomia do estado fluminense e colocam em risco o pacto federativo e o federalismo fiscal. O autor conclui que, apesar do estado ter perdido parcialmente sua autonomia em um dos pontos focais analisados, o pacto federativo e o federalismo fiscal não foram violados.

Pinto (2019) analisa o impacto que a redução do gasto público nos contextos de crise fiscal possui sobre a qualidade da oferta de bens e serviços oferecidos pelo estado, com destaque para a segurança pública. O autor apresenta que, como a milícia e o poder paralelo atuam nas brechas do estado, os milicianos se aproveitam do momento frágil vivido pelo estado fluminense para tomar territórios e expandir seu poder e influência, incluindo o poder político do estado[3]. Torrezan e Paiva (2021) analisam o desempenho do regime nos primeiros dois anos de vigência, com ênfase nos indicadores fiscais diretamente relacionados aos critérios de adesão do próprio regime. Os autores destacam que, apesar do não atingimento do reequilíbrio financeiro do estado, o regime não deve ser entendido como um fracasso, pois a não adesão a ele teria causado uma tragédia social sem precedentes no estado.

Rocha (2022) apresenta uma simulação sobre a recuperação fiscal do estado, analisando o que aconteceria se, em vez de adotar medidas rigorosas de corte de gastos, o governo fluminense fizesse uma expansão fiscal. A partir de um modelo de Equilíbrio Geral Computável (EGC), o autor simulou um aumento de cerca de 250 milhões na demanda do governo do ERJ, e as simulações indicaram que 81% desse montante teria retornado aos cofres públicos em impostos indiretos, sustentando perspectivas alternativas para solucionar a questão fiscal.

Mello e Lerer (2019) defendem, a partir de indicadores da indústria extrativa e da indústria de transformação, propostas para estimular a economia do estado fluminense sem incorrer em uma visão reducionista das despesas governamentais. Se, por um lado, se considera necessário controlar despesas, por outro é igualmente relevante estimular o crescimento econômico, gerar renda e emprego. Dentre as propostas, destaca-se incentivar os consumidores a adquirirem produtos ou serviços de empresas sediadas no ERJ, assim como o próprio governo.

Discussão

Em setembro de 2017, o ERJ homologou junto a União o Regime de Recuperação Fiscal (RRF),

[3] Um exemplo emblemático disso é o trágico assassinato da vereadora Marielle Franco e Anderson Gomes em 2018 por criminosos que, de acordo com as investigações, possuem vínculos com a milícia carioca Escritório do Crime.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

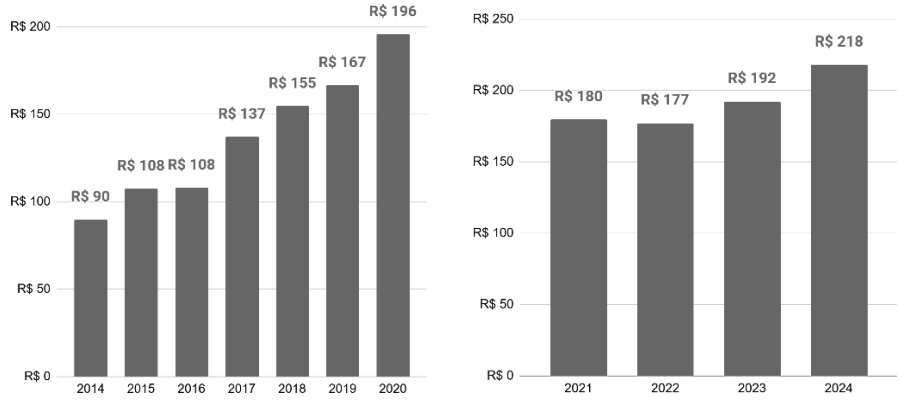
um instrumento de ajuste das contas públicas do estado através da adoção de medidas de austeridade, ou seja, corte de gastos, aliado também a medidas arrecadatórias, como aumento da alíquota do ICMS e redução de incentivos fiscais. Todas essas medidas que seriam adotadas ao longo do regime estavam contidas no Plano de Recuperação Fiscal (PRF) elaborado pelo próprio estado fluminense, bem como uma previsão dos impactos esperados delas no orçamento estadual ao longo de todo o período de vigência do regime, que seria inicialmente de 3 anos (de 2017 a 2020), com opção de prorrogar por até mais 3 anos (que seria de 2020 até 2023).

A proposta principal do plano era suspender os pagamentos da dívida com a União e garantir um alívio imediato no curto prazo para o orçamento do estado, e ao mesmo tempo reconduzir a economia fluminense para uma situação de equilíbrio para que, posteriormente, os pagamentos fossem retomados de forma escalonada mensalmente.

Entre as medidas que seriam adotadas, algumas eram obrigatórias, como a redução de incentivos fiscais e autorização para privatização de empresas dos setores de energia e saneamento. Foi nesse período que se iniciou o processo que culminou na privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE). Outras eram medidas adicionais (propostas pelo próprio estado para acelerar a sua recuperação), como auditoria previdenciária e modernização da administração fazendária.

Já o Novo Regime de Recuperação Fiscal (NRRF), mesmo com novos benefícios como a extensão do prazo do pagamento da dívida com a União, não alterou os juros cobrados na dívida, que crescem acima da capacidade de arrecadação própria do estado (gráfico 1). Além disso, o ERJ foi duramente penalizado pela União por descumprimento dos compromissos assumidos no NRRF, acionando em 2024 um gatilho que aumentou consideravelmente o serviço da dívida.

Gráfico 1: Evolução do estoque da dívida pública do ERJ antes e durante o primeiro RRF (2017-2020) e o segundo RRF (2021-2024) (em bilhões de reais)

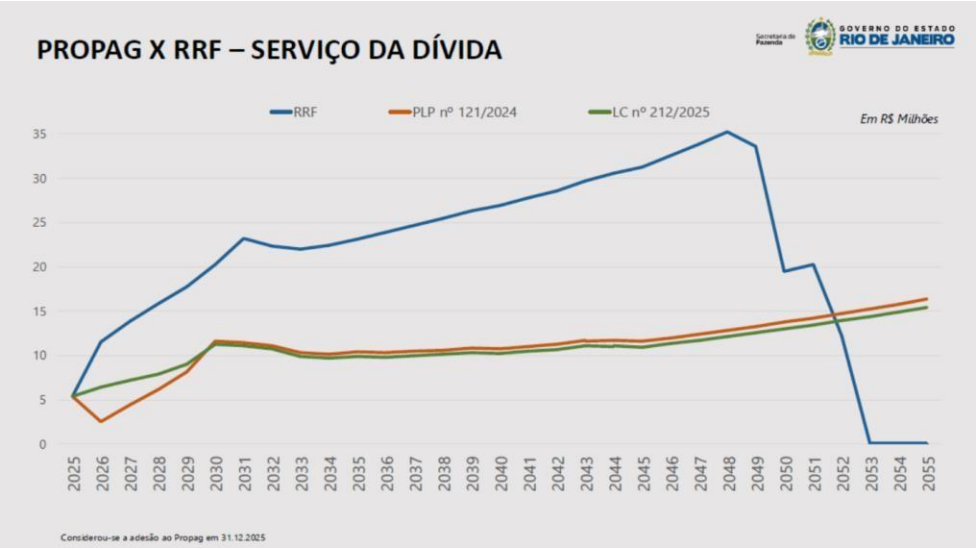


FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SEFAZ-RJ.

Desde 2024, o estado fluminense corre o risco de ser excluído do NRRF, e o único ponto de sustentação do quadro fiscal é uma liminar expedida pelo Ministro Dias Toffoli que suspende a penalidade do NRRF e fixa as parcelas nas despesas de 2023, situação arrastada por questões jurídicas até os dias de hoje. A queda da liminar está entre o jogo político e jurídico condicionado pela adesão ao Programa de Pleno Pagamento das Dívidas do Estado (Propag), com potencial de alterar radicalmente a previsão da dívida do ERJ no curto e longo prazo (gráfico 2).

Gráfico 2: Previsão do serviço da dívida pública do ERJ (em bilhões de reais)



Fonte: SEFAZ-RJ.

Dentre suas principais características, destaca-se a possibilidade de reduzir os juros da dívida, que atualmente correspondem ao indexador IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) + 4% de juros reais ao ano, para até IPCA + 0% de juros reais ao ano. Para alcançar as melhores taxas, os estados precisam encontrar meios de amortizar parte de suas dívidas. O Quadro a seguir apresenta quais são os condicionantes estabelecidos na LC nº 212/2025.

Quadro 1: Condicionantes do Propag

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Correção + juros da dívida	Amortizar x% do saldo devedor até dez/2025	Destinar anualmente ao FEF* o equivalente a	Destinar anualmente aos investimentos** o equivalente a
IPCA + 0% de juros a.a.	x = 20%	1% do saldo devedor	1% do saldo devedor
	x = 10%	1,5% do saldo devedor	1,5% do saldo devedor
	-	2% do saldo devedor	2% do saldo devedor
IPCA + 1% de juros a.a.	x = 20%	1% do saldo devedor	-
	x = 10%	1,5% do saldo devedor	0,5% do saldo devedor
	-	2% do saldo devedor	1% do saldo devedor
IPCA + 2% de juros a.a.	x = 10%	1% do saldo devedor	-
	-	1,5% do saldo devedor	0,5% do saldo devedor

Fonte: Elaboração própria com base na Lei Complementar nº 212/2025.

O Propag tem potencial para reverter a grave situação fiscal do estado. Além da redução dos juros, há também o escalonamento dos pagamentos da dívida durante os primeiros 5 anos de vigência do programa. Também se destaca o mecanismo que estabelece um prazo de até 360 meses (30 anos) para o refinanciamento do saldo devedor restante, após a realização das amortizações. Porém, há uma questão preocupante relativa a essas amortizações. Com a possibilidade de amortizar a dívida com ativos, o governador Claudio Castro sinalizou o interesse em usar os recursos dos royalties e participação especial destinados ao Rioprevidência para pagar a dívida pública do estado com a União, o que representa um risco elevado para o futuro da previdência estadual. O Propag deve ser aderido no ERJ como meio para garantir avanços sem promover retrocessos em políticas públicas já existentes.

Considerações

As projeções do NRRF não efetivam uma sustentabilidade da dívida pública do estado, e o alto nível do serviço da dívida no curto prazo levanta uma urgência em estabelecer uma rota alternativa para a recuperação da economia fluminense. Nesse sentido, é provável que o governo do ERJ substitua até o início de 2026 o Novo Regime de Recuperação Fiscal (NRRF) pelo Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados com a União (PROPAG) para garantir que o pagamento da dívida pública não impeça o estado de crescer de forma sustentável sem retroceder em direitos já adquiridos pela população fluminense.

Aliado a isso, há um problema crítico na geração de receitas do estado. De um lado há uma dependência excessiva da renda petrolífera que deixa o estado vulnerável às flutuações do preço do petróleo no mercado internacional. Por outro, temos um problema de gastos

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

tributários que não sofrem uma devida avaliação do retorno da política pública. Uma solução de longo prazo deve estar baseada na ampliação dos potenciais de arrecadação do ERJ, o que está em um momento oportuno diante da proximidade com a implementação da reforma tributária no Brasil.

Referências

NAZARETH, P. A. C.; ARAUJO, N. Q. O Rio de Janeiro no Regime de Recuperação Fiscal. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 18-53, 30 nov. 2021.

MOREIRA, Marcus H. T.. **A aplicação do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) no estado do Rio de Janeiro sob a ótica do pacto**. 2023. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

PINTO, Eduardo C. Estado do Rio de Janeiro em convulsão: economia do petróleo, crise fiscal e avanço das milícias. In: SILVEIRA, Sérgio A. (ed.). **Brasil: incertezas e submissão?**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. p. 339-355.

ROCHA, Filipe V. **Impactos do ajuste fiscal sobre a economia do estado do Rio de Janeiro a partir do Regime de Recuperação Fiscal**. 2022. 76 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia Regional e Desenvolvimento, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

TORREZAN, Raphael G. A.; PAIVA, Cláudio C. de. A crise fiscal dos estados e o Regime de Recuperação Fiscal: o déjà vu federativo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, p. 716-735, maio 2021. FapUNIFESP (SciELO).

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A GEOGRAFIA ELEITORAL DAS EMENDAS IMPOSITIVAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rodrigo Siqueira Rodriguez[1] Maria Clara Valente Telles[2]

Resumo

Os parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) passaram a destinar emendas impositivas no orçamento a partir de 2024, criando assim um padrão regional próprio de distribuição de uma parcela do orçamento. Com base na geografia eleitoral, nossos estudos se direcionam para a análise das emendas que tenham um município de destino e como essas emendas estão associadas aos votos recebidos dos parlamentares eleitos em 2022. Na análise exploratória dos dados, é possível observar uma série de municípios que estão fora do circuito das emendas impositivas nos anos de 2024 e 2025, em especial no Médio Paraíba e na região Serrana.

Palavras-Chave: Emendas parlamentares; Rio de Janeiro; Geografia eleitoral

Abstract

Members of the Legislative Assembly of the State of Rio de Janeiro (Alerj) began allocating mandatory budget amendments in 2024, thereby creating a regional pattern for the distribution of a share of the budget. Based on electoral geography, our study focuses on amendments that designate a specific municipality as their destination and on how these amendments are associated with the votes received by the parliamentarians elected in 2022. An exploratory analysis of the data reveals that a number of municipalities remain outside the scope of mandatory amendments in 2024 and 2025, particularly in the Médio Paraíba and Serrana regions.

Keywords: Parliamentary amendments; Rio de Janeiro; Electoral geography

1. As emendas impositivas no orçamento fluminense

Em 2023, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ aprovou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 76 de 2022, que cria as emendas parlamentares impositivas ao orçamento estadual. Assim surgiu a Emenda Constitucional nº 97 de 2023 (EC) e foi promulgada em 25 de outubro de 2023, com a seguinte ementa "Altera os artigos 209 e 210 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro que versam sobre finanças públicas".

De acordo com o texto, as emendas individuais impositivas ao Orçamento através da Lei Estadual nº 10.277 de 09 de janeiro de 2024 (Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA

[1] Observatório de Orçamento e Finanças Públicas (OFIP). Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contato: uerj.rodriguez@gmail.com

[2] Observatório de Orçamento e Finanças Públicas (OFIP). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Contato: mclara.telles@edu.unirio.br

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

2024) seriam no ano de 2024 de, no mínimo, 0,37% da receita líquida de impostos prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo. Deste montante, pelo menos 30% devem ser destinados para investimentos nas áreas da Saúde e Educação, totalizando 60%, e os 40% restantes são de livre uso dos parlamentares. Cada parlamentar teve o direito de destinar R$ 2,7 milhões em 2024 e R$ 2,9 milhões em 2025 para ações definidas como objeto das emendas impositivas.

Ao Poder Executivo estadual coube estabelecer uma fonte de recursos, no caso, a 148, específica para as emendas individuais impositivas no Orçamento Anual do estado, com a finalidade de integração entre receita e despesa e com os objetivos de acompanhamento, monitoramento e controle da destinação e execução dos recursos.

O percentual destinado à saúde e educação serve para o cumprimento dos mínimos constitucionais previstos na Constituição Federal – 15% da Receita Corrente Líquida (RCL) - , vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais. Outros critérios de divisão e regulamentação das emendas parlamentares também foram criados através das Leis Complementares nº 219/2024 e 221/2024. Nesse âmbito, destaca-se o §1º do art. 2º da Lei Complementar nº 221/2024, que dispõe:

> Os recursos a que se refere o caput deste artigo serão distribuídos de forma individualizada e igualitária entre os deputados estaduais para que possam realizar as emendas por meio de sistema informatizado, no qual informarão, no momento da elaboração, o objeto e o beneficiário para cada emenda impositiva apresentada.

Esse novo instrumento orçamentário tem como objetivo permitir aos deputados a inclusão de despesas consideradas obrigatórias ao orçamento estadual e uma maior flexibilidade para os parlamentares na aplicação de 40% desse valor, em projetos e investimentos de seu interesse e atendendo aos critérios que julgarem mais relevantes.

2. A geografia eleitoral

Nossa análise se baseia no livro de Carvalho (2003) que relata detalhadamente o sistema político brasileiro, com foco na geografia eleitoral do voto e como essa exerce influência no comportamento dos deputados federais nas legislaturas de 1994-1998 e 1998-2002. O autor argumenta que a base eleitoral de cada deputado — ou seja, a região geográfica que o elege — exerce uma influência significativa sobre suas ações legislativas. Ele demonstra que, dentro de cada bloco partidário, as diferentes localizações geográficas dos deputados geram incentivos diversos que moldam seu comportamento político. Esses

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

incentivos podem ser semelhantes em termos de objetivos, mas variam em intensidade e forma de manifestação, dependendo da região representada.

A obra revela como as características locais dos eleitores influenciam as decisões dos parlamentares, muitas vezes em detrimento de uma visão nacional ou ideológica mais ampla. Carvalho (2003) faz uso da tipologia de Barry Ames (2001) como uma ferramenta analítica importante para compreender o comportamento dos parlamentares brasileiros, que os classifica segundo suas estratégias eleitorais e seu relacionamento com a base. Para Ames (2001), os parlamentares podem ser classificados em três tipos principais:

Políticos de base local	Focados em seu reduto eleitoral atuam para obter benefícios específicos para sua região (como emendas, obras, favores). Têm uma base eleitoral bem definida.
Políticos de base ampla	Têm uma atuação mais programática, ideológica ou nacional. Costumam depender de exposição midiática, partidos fortes e posições em temas de alcance nacional
Políticos mistos ou híbridos	Combinam estratégias locais e nacionais em graus variados, conforme seus interesses e contexto eleitoral.

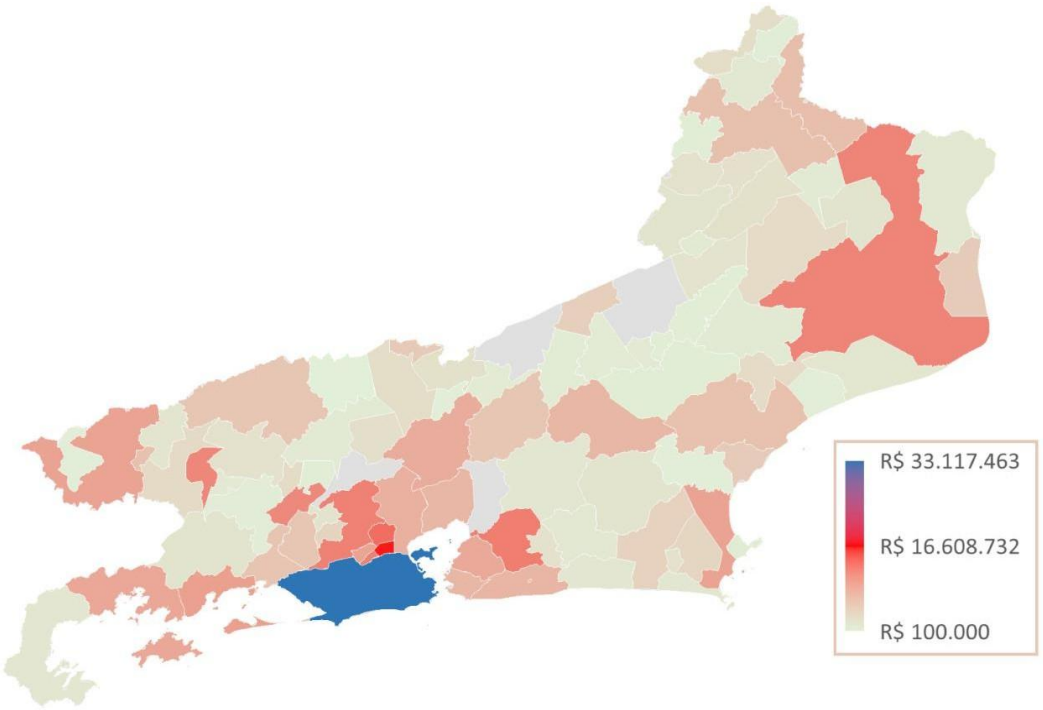
Carvalho (2003) utiliza a classificação de Ames (2001) para discutir como a geografia eleitoral molda os incentivos e comportamentos dos parlamentares. No entanto, ele não se limita à tipologia. Para o autor, a região de origem do voto condiciona a forma como o deputado atua, inclusive dentro do mesmo partido. Ele demonstra, por exemplo, que parlamentares eleitos em áreas com baixa densidade eleitoral e menor competição partidária tendem a comportamentos mais localistas, enquanto os de centros urbanos mais disputados enfrentam outras pressões e adotam estratégias distintas.

Essa literatura é utilizada para discussão e análise, considerando o resultado das eleições para deputado estadual no Rio de Janeiro no ano de 2022, em comparação com a distribuição das emendas impositivas em seus dois anos de implementação (2024 e 2025).

3. Análise exploratória dos dados

Figura 1: Destinação das emendas impositivas estaduais de 2024 e 2025 somadas de acordo com a informação de destino

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.



Fonte: Elaboração própria

No estudo, nos limitamos a avaliar os votos dos deputados eleitos e as informações disponibilizadas de destinação das emendas impositivas pela Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), ou seja, esse dado não inclui a informação se a emenda foi executada ou não. Nesse contexto, é possível notar que as emendas impositivas são concentradas na região Metropolitana, onde se concentram a maioria dos votos e da população fluminense. Em seguida, municípios como Campos dos Goytacazes, Petrópolis, Angra dos Reis e Volta Redonda concentram valores entre 4 e 8 milhões. Os municípios que não tiveram destinação direta de emendas impositivas em 2024 e 2025 foram Miguel Pereira, Guapimirim e Sapucaia. Nas tabelas 1 e 2 são apresentadas a relação entre a base de votos dos deputados eleitos em 2022 e as emendas impositivas de 2024 e 2025 com local de destinação especificado.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Tabela 1. Ranking dos votos dos deputados eleitos (2022) e sua relação com os municípios de destino das emendas parlamentares impositivas nos anos de 2024 e 2025

#	Município	Votos (eleitos)
1	RIO DE JANEIRO	1.451.640
2	SÃO GONÇALO	281.997
3	DUQUE DE CAXIAS	208.450
4	NOVA IGUAÇU	183.072
5	CAMPOS DOS GOYTACAZES	171.467
6	NITERÓI	130.691
7	SÃO JOÃO DE MERITI	119.656
8	ITABORAÍ	86.800
9	MAGÉ	85.320
10	VOLTA REDONDA	79.032
11	MARICÁ	78.050
12	MESQUITA	59.108
13	PETRÓPOLIS	58.045
14	ANGRA DOS REIS	53.669
15	BELFORD ROXO	51.974
16	MACAÉ	49.463
17	NILÓPOLIS	46.993
18	SAQUAREMA	35.643
19	ITAPERUNA	27.500
20	TERESÓPOLIS	26.700

#	Município	Destinação (2024+2025)	
1	RIO DE JANEIRO	R$	33.117.4
2	SÃO JOÃO DE MERITI	R$	14.832.9
3	BELFORD ROXO	R$	9.060.7
4	ITABORAÍ	R$	7.902.3
5	NOVA IGUAÇU	R$	7.738.7
6	NILÓPOLIS	R$	7.737.5
7	CAMPOS DOS GOYTACAZES	R$	7.436.4
8	VOLTA REDONDA	R$	7.281.1
9	PARACAMBI	R$	7.136.6
10	MANGARATIBA	R$	5.630.1
11	RESENDE	R$	5.363.4
12	CABO FRIO	R$	5.346.2
13	MESQUITA	R$	5.247.5
14	ANGRA DOS REIS	R$	5.038.2
15	SÃO GONÇALO	R$	4.961.3
16	PETRÓPOLIS	R$	4.675.2
17	DUQUE DE CAXIAS	R$	4.400.7
18	MARICÁ	R$	4.149.7
19	MAGÉ	R$	4.035.4
20	NOVA FRIBURGO	R$	4.006.0

Fonte: Elaboração própria com bases em dados eleitorais e das emendas parlamentares (Seplag/RJ)

Um primeiro indicador da relação entre emendas impositivas destinadas e votos recebidos é a relação emenda/voto. Somou-se o valor de emendas impositivas destinadas ao município e se dividiu pelo número de votos que os parlamentares receberam na eleição de 2022. O resultado para os municípios que receberam menos votos e tiveram mais emendas destinadas em 2025 é apresentado na parte à esquerda da tabela 3, onde é possível notar municípios de pequeno porte que receberam emendas, como Porto Real, Levy Gasparian e Mangaratiba. Já os municípios que receberam mais votos e tiveram menos emendas destinadas em 2025 estão na parte à direita da tabela 3, destacando-se São Gonçalo e Duque de Caxias como os municípios com votações expressivas aos eleitos em 2022, mas com destinação comparativamente pequena de emendas impositivas.

Tabela 3. Relação entre votos e emendas parlamentares destinadas. Listagem das maiores e menores relações entre emendas e votos, respectivamente.

Município	Votos	EPI	Relação E/V
PORTO REAL	3.536	R$3,3Mi	**R$939,98**
COMENDADOR LEVY GASPARIAN	2.958	R$2,7Mi	**R$914,57**
MANGARATIBA	8.669	R$5,6Mi	**R$649,46**
PARACAMBI	12.479	R$7,1Mi	**R$571,90**

Município	Votos	EPI	Relação E/V
SÃO GONÇALO	281.997	R$5,0Mi	**R$17,59**
DUQUE DE CAXIAS	208.450	R$4,4Mi	**R$21,11**
SAQUAREMA	35.643	R$0,8Mi	**R$21,14**
RIO DE JANEIRO	1.451.640	R$33,1Mi	**R$22,81**

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

CARMO	4.046	R$2,3Mi	**R$567,21**
RESENDE	10.097	R$5,4Mi	**R$531,19**
PATY DO ALFERES	2.712	R$1,3Mi	**R$464,55**
SÃO JOSÉ DE UBÁ	2.915	R$1,2Mi	**R$406,55**
MENDES	4.383	R$1,5Mi	**R$332,10**
BOM JESUS DO ITABAPOANA	12.078	R$3,5Mi	**R$287,75**
QUATIS	2.926	R$0,8Mi	**R$287,08**
CONCEIÇÃO DE MACABU	5.825	R$1,5Mi	**R$263,96**
CABO FRIO	21.825	R$5,3Mi	**R$244,96**
PORCIÚNCULA	6.235	R$1,4Mi	**R$228,64**
CAMBUCI	5.234	R$1,2Mi	**R$219,77**
CORDEIRO	2.840	R$0,6Mi	**R$214,01**
MACUCO	1.564	R$0,3Mi	**R$195,06**
APERIBÉ	2.627	R$0,5Mi	**R$186,52**
PARAÍBA DO SUL	7.567	R$1,4Mi	**R$186,32**
BELFORD ROXO	51.974	R$9,1Mi	**R$174,33**

CASIMIRO DE ABREU	9.471	R$0,2Mi	**R$25,29**
PIRAÍ	12.057	R$0,4Mi	**R$29,03**
NITERÓI	130.691	R$4,0Mi	**R$30,53**
NOVA IGUAÇU	183.072	R$7,7Mi	**R$42,27**
CAMPOS	171.467	R$7,4Mi	**R$43,37**
CACHOEIRAS DE MACACU	17.383	R$0,8Mi	**R$45,30**
ITATIAIA	5.414	R$0,3Mi	**R$46,18**
RIO DAS FLORES	2.130	R$0,1Mi	**R$46,95**
MAGÉ	85.320	R$4,0Mi	**R$47,30**
BARRA DO PIRAÍ	22.522	R$1,1Mi	**R$47,76**
ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	7.554	R$0,4Mi	**R$48,85**
JAPERI	18.976	R$0,9Mi	**R$48,99**
RIO BONITO	13.449	R$0,7Mi	**R$49,86**
VASSOURAS	9.524	R$0,5Mi	**R$51,45**
PARATY	13.010	R$0,7Mi	**R$53,04**
MARICÁ	78.050	R$4,1Mi	**R$53,17**

Fonte: Elaboração própria com bases em dados eleitorais e das emendas parlamentares (Seplag/RJ)

O preliminar apresentado nesse estudo ainda é insuficiente para conclusões maiores ou causais sobre a distribuição entre emendas e os votos dos parlamentares, contudo é possível notar que a distribuição das emendas entre os municípios se apresenta de forma heterogênea e sem um ordenamento ou planejamento territorial específico, mas como um reflexo das forças políticas e das correlações de forças no Legislativo estadual. Contudo, os valores expressivamente menores com relação às emendas impositivas federais também é uma ponderação relevante, na medida em que os deputados optam por destinar ao financiamento de políticas públicas de baixo custo e caráter mais experimental ou fortalecer seus vínculos com a administração direta ou autarquias específicas.

Referências

AMES, Barry. The Deadlock of Democracy in Brazil. Ann Arbour, University of Michigan Press, 2001.

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Emenda Constitucional 97 de 2023. Disponível em: https://l1nk.dev/KHSz9. Acesso em 09 de setembro de 2025.

_____. Lei Complementar nº 221, de 30 de dezembro de 2024. Disponível em: https://l1nk.dev/DL2vV. Acesso em: 09 de setembro de 2025.

_____. Lei Complementar nº 219, de 06 de junho de 2024. Disponível em: https://l1nk.dev/A9EqA. Acesso em: 09 de setembro de 2025.

CARVALHO, Nelson Rojas de. E no início eram as bases: Geografia Política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

Lei Ordinária nº 10277, de 9 de janeiro de 2024. Disponível em: https://sl1nk.com/gR639. Acesso em: 09 de setembro de 2025.

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro. Rede de Planejamento. Disponível em: www.redeplan.planejamento.rj.gov.br/. Acesso em 09 de setembro de 2025.

Tribunal Superior Eleitoral. Portal de dados abertos do TSE. Disponível em: dadosabertos.tse.jus.br/dataset/. Acesso em: 09 de setembro de 2025.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ENDIVIDAMENTO E ESTAGNAÇÃO: ANÁLISE COMPARATIVA DO CASO FLUMINENSE NO CONTEXTO NACIONAL

André Aranha[1]
Maria Clara Paiva[2]
Hugo Bertha[3]

Resumo: Este artigo analisa a crise fiscal do estado do Rio de Janeiro para além das narrativas convencionais que atribuem o endividamento à má gestão orçamentária. Argumenta-se que a crise fluminense é o caso mais grave de um fenômeno regional amplo, marcado pela desindustrialização e pela estagnação das receitas estaduais. A metodologia baseia-se na comparação intertemporal e interestadual de indicadores fiscais e econômicos, incluindo a dívida consolidada como proporção da Receita Corrente Líquida, séries históricas de receitas, e taxas de crescimento do PIB e do Valor Adicionado da Indústria. Os resultados demonstram que o Rio de Janeiro integra um grupo estruturalmente endividado, cuja estagnação econômica e perda de participação industrial explicam a insustentabilidade fiscal. Conclui-se que a austeridade fiscal – exemplificada pelo caso de São Paulo – não resolve a crise, mas a aprofunda, reforçando a necessidade de políticas de desenvolvimento regional que enfrentam as causas estruturais do problema.

Abstract: This article analyzes the fiscal crisis in the state of Rio de Janeiro beyond conventional narratives that attribute debt to budgetary mismanagement. It argues that the crisis in Rio de Janeiro is the most serious example of a broader regional phenomenon, marked by deindustrialization and stagnant state revenues. The methodology is based on an intertemporal and interstate comparison of fiscal and economic indicators, including consolidated debt as a proportion of Net Current Revenue, historical revenue series, and GDP growth rates and Industrial Value Added. The results demonstrate that Rio de Janeiro is part of a structurally indebted group, whose economic stagnation and loss of industrial share explain its fiscal unsustainability. It concludes that fiscal austerity—exemplified by the case of São Paulo—does not resolve the crisis, but rather deepens it, reinforcing the need for regional development policies that address the structural causes of the problem.

Palavras-Chave: Crise fiscal; Regime de Recuperação Fiscal; Finanças Públicas; Desindustrialização; Dinâmica regional.

Introdução

O alto endividamento do estado do Rio de Janeiro é usualmente atribuído à irresponsabilidade de sua administração, o que justifica a imposição, pela União, de regimes fiscais de austeridade ao estado, e fundamenta a compreensão popular das razões para o sucateamento dos serviços públicos fluminenses. Contudo, tal análise permanece superficial, concentrando-se em fatores conjunturais, ações individuais de agentes políticos e seus

[1] Doutorando PPGE/IE/UFRJ, amc.aranha@gmail.com
[2] Mestranda PPGE/IE/UFRJ, mclaravpaiva@gmail.com
[3] Mestrando PPGCGP/UERJ, hugobastos@ufrj.br

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

mandatos, e por vezes determinantes culturais, negligenciando causas sistêmicas, estruturais e objetivas de longo prazo.

Nos últimos anos, alguns trabalhos opuseram-se a essa tendência, trazendo evidências e percebendo a estagnação das receitas do estado (Sobral, 2019; ALERJ, 2022; Vargas, 2023). Estas análises elucidaram como o corte das despesas, posto sempre como um caminho de resolução da suposta irresponsabilidade, em detrimento de políticas de expansão das receitas, colaboraram para o estopim da crise de 2015-2016. Além disso, demonstram como historicamente as receitas do estado do Rio de Janeiro têm desempenho pior do que a média nacional.

O presente trabalho procura prosseguir a análise nesse sentido comparado, entendendo que é preciso identificar dinâmicas regionais no Brasil e que a situação do Rio de Janeiro, longe de ser caso isolado, é apenas um caso mais crítico de uma tendência de desindustrialização e de realocação industrial.

Material e Métodos

A análise parte do comparativo do endividamento em 2000 e em 2024, evidenciando o grupo de estados endividados, a que o Rio de Janeiro pertence. Em seguida, apresenta uma série longa das receitas com metodologia comparável. Percebe-se como a trajetória das receitas estagnadas é uma variável explicativa determinante. Nesse sentido, o Rio de Janeiro não é um caso único. Em seguida, analisamos a taxa de crescimento do PIB desde 1985 até 2022, evidenciando como é uma região toda estagnada. Finalmente, analisamos a taxa de crescimento do Valor Adicionado da Indústria de Transformação, que é o centro dessa trajetória de estagnação.

Resultados e Discussão

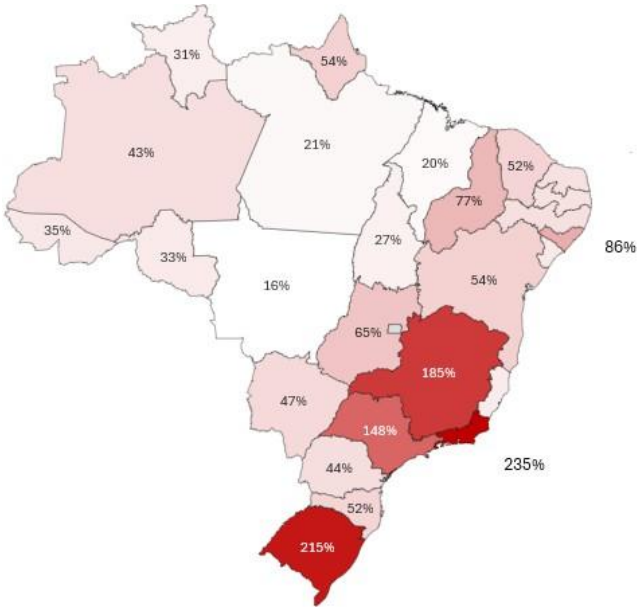
A análise parte do comparativo do endividamento estadual em 2024 (gráfico 1), evidenciando o grupo de estados altamente endividados, do qual o Rio de Janeiro pertence. Observa-se que a trajetória histórica da dívida culmina em um cenário particularmente pior para os principais estados do Sudeste e para o Rio Grande do Sul, no qual a dívida supera mais de duas vezes a Receita Corrente Líquida dos estados. Essa situação elucida uma das dificuldades estruturais de dissolubilidade da dívida.

Além do volume da dívida, outro fator crucial para sua dinâmica é a taxa de juros incidente. Do ponto de vista contábil, a sustentabilidade do endividamento exige que a taxa de crescimento das receitas (g) seja igual ou maior que a taxa de juros real (r) , necessário para

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

que o endividamento se reduza ao longo do tempo, mesmo havendo déficits fiscais. Historicamente, o estado do Rio de Janeiro foi um dos mais penalizados pela União por meio de encargos financeiros, tanto durante as renegociações no final dos anos 1990, quanto na crise fiscal de 2016 (ARANHA; BASTOS, 2025).

Gráfico 1 - Dívida Consolidada como proporção da RCL em 2024



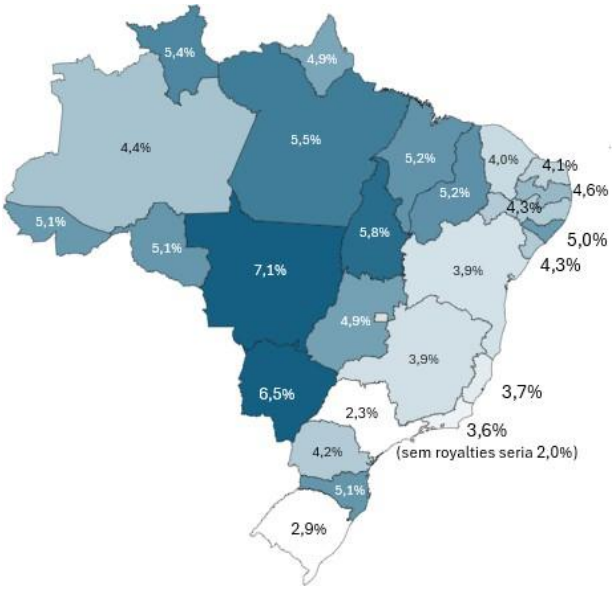
Fonte: RGF/Siconfi/STN 3° Quadrimestre. Receita Corrente Líquida (RCL) ajustada.

Nesse sentido, o gráfico 2 apresenta uma série histórica longa das receitas com metodologia comparável. Percebe-se como a trajetória das receitas estagnadas é uma variável explicativa determinante, à medida que o crescimento insuficiente da receita impede o estado de acompanhar o ritmo de expansão da dívida. O aumento da dívida pública é usualmente interpretado como indicador da necessidade de geração de superávits fiscais para pagamento das obrigações. Nesse sentido, a responsabilidade fiscal incluiria não apenas o controle de gastos, mas também a garantia de que não sejam transferidos passivos para as gerações futuras, a partir da geração de fluxos suficientes de superávits orçamentários (RIGOLON; GIAMBIAGI, 1999).

As unidades federativas que apresentaram as maiores taxas de dívida em proporção da RCL são também as unidades que apresentaram as menores taxas de crescimento real das receitas. Nesse sentido, apesar do Rio de Janeiro apresentar a pior relação dívida-receita, o estado não é um caso único.

Gráfico 2 - Taxa média de crescimento real das principais receitas 2000-2023

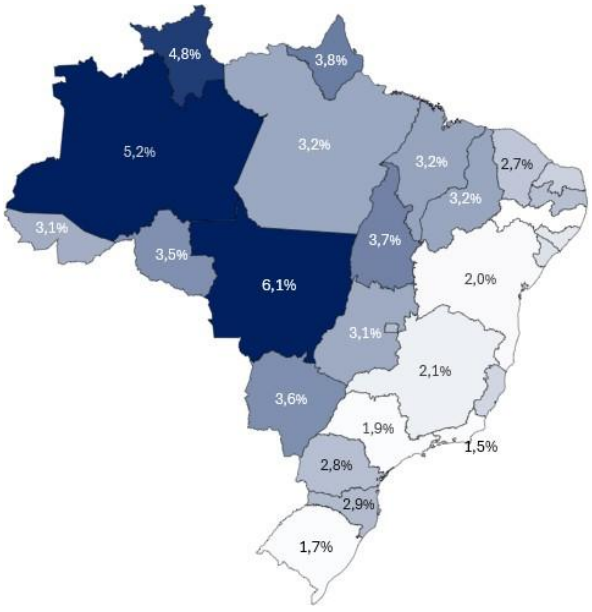
FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.



Fonte: Elaboração própria com base em Transferências/STN, Boletim das Finanças dos Entes Subnacionais (STN 2017, 2023) e Contas Anuais/Siconfi/STN (2023). Receitas de ICMS, IPVA, ITCD, FPE, IPI-Exp, Royalties, Lei Kandir. Cf. Aranha e Bastos (2025) para a metodologia.

Parte dessa estagnação da arrecadação se justifica pela estagnação da dinâmica e atividade econômica das unidades. Assim, a taxa de crescimento do PIB é analisada desde 1985 até 2022, evidenciando como toda a região está estagnada.

Gráfico 3 - Taxa média de crescimento do Valor Adicionado 1985-2022



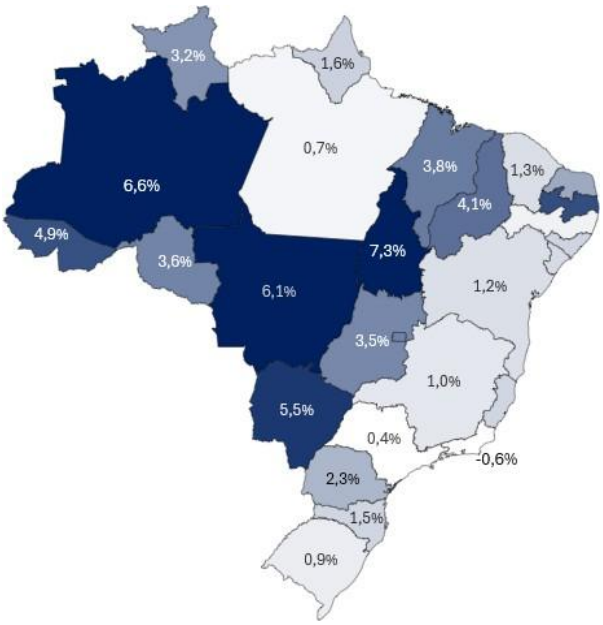
Fonte: Elaboração própria com base em SCR/IBGE. Série encadeada do volume do valor adicionado bruto, por atividades econômicas. Encadeamento das séries antiga 1985-2002 e nova 2002-2022. Tocantins 1985-1989 pelo crescimento de Goiás. Média geométrica.

Seguindo essa lógica de causa e efeito em cadeia, finalmente, a taxa de crescimento do Valor

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Adicionado da Indústria de Transformação é analisada como indicador da estagnação da atividade econômica e, consequentemente, da arrecadação dos estados. Os resultados evidenciam um processo de desindustrialização nos estados que, anteriormente, encontravam o parque industrial, os quais , devidos a uma série de fatores, cedem espaço a outras unidades que desenvolvem outros setores da atividade industrial.

Gráfico 4 - Taxa média de crescimento do Valor Adicionado da Indústria de Transformação 1985-2022



Fonte: Elaboração própria com base em SCR/IBGE. Série encadeada do volume do valor adicionado bruto, por atividades econômicas. Encadeamento das séries antiga 1985-2002 e nova 2002-2022. Tocantins 1985-1989 pelo crescimento de Goiás. Média geométrica.

Conclusões

O trabalho tem a importância de iluminar que a comparação da situação do Rio de Janeiro com a situação de São Paulo – muito utilizada na literatura como um ponto de referência – é distorcida na medida em que o próprio Estado de São Paulo é o epicentro da desindustrialização nacional e passa por problemas análogos aos do Rio de Janeiro. Por outro lado, São Paulo tem uma gestão fiscal austera, e sua estagnação serve como um contra exemplo de como as políticas de austeridade, longe de solucionar a crise, apenas a realimentam, fornecendo o contra exemplo para a situação.

Referências

ARANHA, A.; BASTOS, C. (2025) Determinantes da dívida pública do Estado do Rio de Janeiro: Uma análise de 1975 a 2023. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n. 28 especial.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO – ALERJ (2022) Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o crescimento da dívida pública do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
RIGOLON, F.; GIAMBIAGI, F. A renegociação das dívidas e o regime fiscal dos estados. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. (Texto para discussão, 69).

SOBRAL, B. (2019) Finanças públicas fluminenses e tensão federativa: Uma abordagem da crise a partir das especificidades econômicas e do marco de poder. Síntese: Revista da Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ, v. 13, p. 12-31.
VARGAS, K. (2023) Raízes da crise fiscal do Estado do Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Dialética.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

O ARCABOUÇO INSTITUCIONAL PARA A PROMOÇÃO DA TRANSPARÊNCIA NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Felippe Paixão Bortone[1] Janaína Machado Simões[2]

Resumo: O fortalecimento da transparência no setor público tem se consolidado como um importante aspecto da agenda pública no contexto brasileiro. Dessa forma, o desenvolvimento de mecanismos que viabilizem o controle social e a *accountability* é central para promover a governança democrática no âmbito municipal, especialmente em regiões fortemente marcadas por crises institucionais. Assim, o objetivo do presente estudo é descrever o arcabouço institucional voltado para a promoção da transparência nos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro. A partir de uma pesquisa descritiva,nos canais institucionais oficiais, verificou-se o quanto os entes municipais cumprem as exigências legais de divulgação de informações. Conclui-se que apesar das ferramentas disponíveis para uso na gestão municipal, ainda há uma série de desafios na implementação efetiva da transparência, especialmente em relação ao acesso às informações por meios eletrônicos e à padronização dos dados divulgados.

Palavras-chave:transparência, arcabouço institucional, acesso à informação, gestão pública

Abstract: Strengthening transparency in the public sector hás become na important aspect of the public agenda in Brazil. Therefore, developing mechanisms that enable social oversight and accountability is crucial to promoting democratic governance at the municipal level, especially in regions deeply affected by institutional crises. Thus, the objective of this study is to describe the institutional framework for promoting transparency in municipalities in the Rio de Janeiro metropolitan region. Based on descriptive research conducted through official institutional channels, we determined the extent to which municipal entities comply with legal disclosure requirements. The conclusion is that, despite the tools available for municipal management, there are still a number of challenges to effectively implementing transparency, especially regarding electronic Access to information and the standardization of disclosed data.

Key-words: transparency, institutional framework, Access to information, public management

Introdução

O fortalecimento da transparência no setor público municipal encontra-se no centro das agendas de governança democrática e de accountability contemporânea. A criação de um arcabouço institucional e normativo sólido para o tema representa a principal via para promover

[1]Felippe Paixão Bortone. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração/Mestrado da Universidade Federal Fluminense. E-mail: bortonefelippe@id.uff.br

[2] Janaína Machado Simões. Professora Associada do Departamento de Administração e Turismo do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Docente do PPGPDS/UFRRJ e do PPGAd/UFF. E-mail: janainamsimoes@gmail.com

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

comportamentos administrativos compatíveis com os princípios republicanos e para assegurar que a relação entre Estado e sociedade seja pautada pela confiança, integridade e participação social.

A gestão pública tem como princípio orientador para a promoção da transparência a Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso a Informação (LAI), que estabelece diretrizes para garantir maior publicidade, controle social e eficiência na aplicação dos recursos públicos.No entanto, como observa Prado (2017), a efetividade do marco legal não decorre apenas da sua existência formal, mas da capacidade administrativa e tecnológica dos municípios em cumprí-lo. Muitos municípios de pequeno porte enfrentam dificuldades em implantar sistemas de gestão da informação, estruturar equipes de tecnologia ou manter portais atualizados, o que compromete a concretização da transparência prevista na legislação.

Nesse sentido, Filgueiras (2011) alerta que a transparência deve ser compreendida não apenas como a divulgação de dados, mas como processo político de publicização, no qual a informação é disponibilizada em formato compreensível e útil para o exercício do controle social.Em relação a Transparência Ativa, é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo por eles produzidos ou custodiadas. (BRASIL, 2011) Adivulgação obrigatória em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet) deve ser objetiva, clara e em linguagem de fácil acesso.

A análise de Pinho e Sacramento (2009) complementa essa visão ao destacar que a *accountability,* ao ser traduzida como ―responsabilização‖, envolve a prestação de contas dos gestores e a capacidade dos cidadãos de exigir respostas. Nos municípios, esse binômio depende de umarcabouço institucional apropriado.No campo jurídico-administrativo, Di Pietro (2018) destaca que o arcabouço institucional envolve a estrutura normativa e organizacional do Estado, voltada para disciplinar competências, assegurar a efetividade dos direitos fundamentais e orientar a formulação e execução de políticas públicas.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo descrever a importância do arcabouço institucional para a promoção da transparência nos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Material e Métodos

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

O presente estudo é classificado como descritivo (Stake, 2011). A pesquisafoi realizada no período de julho a setembro de 2025 e delineada a partir dos princípios estabelecidos pela LAI (Brasil, 2011) e utiliza os resultados do ITAI – Índice de Transparência e Acesso à Informação elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ), para a análise do tema.

A coleta de dados foi baseada em pesquisa documental e de informações oficiais realizada nos canais institucionais oficiais das vinte e duas prefeituras dos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro e do TCE/RJ.Para a análise dos dados coletos foi usada esta técnica que envolve a análise de documentos para compreender fenômenos sociais a partir de informações já existentes(Lüdke e André, 1986).Foi realizado um levantamento sobre o quanto os entes municipais cumprem as exigências legais de divulgação de informações e seus respectivos resultados no ITAI – Índice de Transparência e Acesso à Informação, elaborado pelo TCE/RJ.O indicador pode assumir valores compreendidos entre 0,0 (zero) e 1,0 (um) ponto, tendo as dimensões que o compõem (conteúdo, tempestividade e acessibilidade) recebido pesos 60, 25 e 15, respectivamente, de modo a refletirem a gradação de importância relativa entre elas (TCE/RJ).

O índice possui três dimensões: Conteúdo, Tempestividade e Acessibilidade. A dimensão conteúdo refere-se às informações mínimas que devem estar disponibilizadas nos Portais de Transparência, sendo considerada a mais relevante, pois garante a efetividade da divulgação ativa das informações. A dimensão tempestividade, assegura as informações estejam atualizadas, permitindo que o cidadão tenha acesso a dados confiáveis e em consonância com a realidade administrativa. Já a dimensão acessibilidade está relacionada à facilidade de acesso, organização e clareza das informações disponibilizadas, de modo a viabilizar a utilização efetiva desses dados pela sociedade. Juntas, essas três dimensões oferecem parâmetros objetivos para mensurar os indicadores de transparência e verificar em que medida os municípios estão cumprindo as exigências legais e normativas nesse campo, conforme previsto na Lei nº 12.527/2011. (TCE/RJ, 2019)

Resultados e Discussão

Dos vinte e dois municípios pesquisados, em sua grande maioria apresentaram índices satisfatórios no que tange o ITAI – Índice de Transparência e Acesso à Informação

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

(TCE/RJ). Rio de Janeiro, Mesquita, Niterói e Nova Iguaçu receberam nota 1,0, cumprindo todos os requisitos apresentados na dimensão conteúdo, bem como apresentando informações atualizadas e acessíveis; Itaguaí e São Gonçalo obtiveram nota 0,9; Guapimirim, Magé,

Maricá, Nilópolis, Paracambi e Petrópolis obtiveram nota 0,8; Duque de Caxias, Queimados e Rio Bonito obtiveram nota 0,7; Belford Roxo obteve nota 0,6; Cachoeiras de Macacu e Seropédica obtiveram nota 0,5; Itaboraí obteve nota 0,4. Os municípios que obtiveram notas compreendidas ente 0,5 e 0,9 apresentaram inconsistências na dimensão tempestividade, como por exemplo, ausência de informações atualizadas sobre contratos e licitações ou ausência de Decreto Municipal que regulamenta a LAI, já o Município de Itaboraí apresenta inconsistência nas três dimensões utilizadas para apurar os índices.Cumpre esclarecer que os municípios de Japeri e Tanguá não obtiveram notas devido à instabilidade em seus sites institucionais o que inviabilizou a apuração dos indicadores.

No exame dos portais de transparência dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, observou-se que, em sua maioria, há um esforço consistente no cumprimento dos três eixos essenciais à efetivação da transparência ativa — conteúdo, tempestividade e acessibilidade — em conformidade com os parâmetros da Lei de Acesso à Informação. Entretanto, a análise revelou algumas fragilidades que comprometem a efetividade do acesso aos dados: alguns portais apresentam estruturas excessivamente complexas, dificultando a compreensão por parte do cidadão comum; outros disponibilizam informações desatualizadas; e há ainda casos em que a padronização e a formatação não favorecem a clareza necessária. Apesar dessas limitações pontuais, constatou-se que grande parte dos municípios adota um modelo relativamente uniforme de disponibilização de informações, o que contribui para assegurar o atendimento aos requisitos legais e para fomentar práticas mais homogêneas de gestão da transparência na região.

Os resultados obtidos na pesquisa vão ao encontro do que destacam Pinho e Sacramento (2009), já que a transparência deve ser vista como um valor estruturante, pois permite que o cidadão acompanhe, compreenda e questione as ações do Estado.Assim, a publicidade e a transparência não são apenas obrigações legais, mas pilares éticos e democráticos que qualificam a atuação do poder público e fortalecem o vínculo de confiança com a sociedade.

Conclusões

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Conclui-se que apesar das diversas ferramentas disponíveis para uso na gestão municipal, ainda há uma série de desafios na implementação efetiva da transparência, especialmente em relação ao acesso às informações por meios eletrônicos e à padronização e à simplificação dos dados divulgados. O arcabouço institucional existente ainda carece de incrementos, ajustes e de uma operacionalização mais efetiva.

A análise realizada evidencia que os índices de transparência ativa dos municípios avaliados no ano vigente apresentaram avanços significativos em comparação com os resultados obtidos na última aferição realizada pelo TCE/RJ, no ano de 2019. Tal evolução demonstra não apenas o esforço das administrações municipais em aprimorar seus mecanismos de disponibilização de informações, mas também a efetividade do arcabouço institucional e normativo vigente como orientador das práticas de gestão pública.

Esses resultados reforçam a importância da consolidação de políticas públicas voltadas à transparência, uma vez que o cumprimento das normas não apenas eleva o padrão de governança, como também fortalece a confiança da sociedade nos gestores municipais. Embora ainda haja desafios a serem superados, sobretudo no que tange à uniformização da qualidade das informações e à ampliação do acesso em linguagem cidadã, o cenário atual indica um avanço consistente rumo a uma administração mais aberta, responsável e alinhada aos princípios democráticos.

Referências

FILGUEIRAS, F. Além da transparência: accountability e política da publicidade. **Lua Nova**,
n. 84, 2011.

PINHO, J. A. G.; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 6, 2009.

PRADO, M. T. Transparência e capacidade institucional no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 6, 2017.

BRASIL. **Lei de Responsabilidade Fiscal** (LC nº 101/2000).

BRASIL. **Lei Complementar nº 131/2009 –** Lei da Transparência.

BRASIL. **Lei nº 12.527/2011** – Lei de Acesso à Informação.

DI PIETRO, M. S. Z.**Direito Administrativo**. 31. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

TCE/RJ. **ITAI.** https://www.tcerj.tc.br/mapa-itai/home/1/2019.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A QUESTÃO FISCAL FLUMINENSE: CRISE DA DÍVIDA OU CRISE DE RECEITA?

Bruno Sobral[1]

RESUMO

Apesar das inovações contidas no último Plano de Recuperação fiscal (abortado logo após ser homologado) combinadas com o plano estratégico chamado de PEDES (em execução sem enforcement político), o governo fluminense vem renunciando a opção desenvolvimentista contida neles. Ao contrário, opta-se por adotar agora a retórica de que o problema financeiro é a própria dívida, logo, basta ela ser contestada sem nenhuma estratégia de recuperação econômica de fato. Para fins práticos, abandona-se o compromisso com uma estratégia voltada para sustentabilidade fiscal de longo. No entanto, é um equívoco a renegociação das dívidas estaduais ser tratada de forma isolada, como apenas uma restrição financeira. Defende-se que o problema não é simplesmente a dívida, mas uma fragilidade político-institucional que ela explicita como um limite para gestão técnica eficaz e de caráter estratégico na geração de receitas.

ABSTRACT

Despite the innovations contained in the latest Fiscal Recovery Plan (aborted shortly after being approved) combined with the strategic plan known as PEDES (implemented without political enforcement), the Rio de Janeiro state government has been abandoning the development approach they contained. Instead, it has opted to adopt the rhetoric that the financial problem is the debt itself, so it is sufficient to challenge it without any actual economic recovery strategy. For practical purposes, the commitment to a strategy focused on long-term fiscal sustainability is abandoned. However, it is a mistake to treat the renegotiation of state debts in isolation, as merely a financial constraint. It is argued that the problem is not simply the debt, but a political- institutional fragility that it exposes as a limit to effective technical management and a strategic approach to revenue generation.

PALAVRAS-CHAVE: Crise Fiscal; Dívida Pública; PEDES; RRF; PROPAG

INTRODUÇÃO

Uma das dimensões do fim do Estado Desenvolvimentista foi o colapso das finanças estaduais (Lopreato, 2002). Após o Plano Real, um programa abrangente sobre a dívida estadual foi articulado, envolvendo soluções globais pactuadas entre União (governo federal) e o conjunto dos governos estaduais. Há um novo formato centralista junto à renegociação das dívidas estaduais que vem sendo rolado até o presente.

Portanto, esse processo transcorre quando a "convenção de estabilidade" (Erber, 2011) alcança hegemonia e torna o Estado nacional seu guardião. Importante destacar que a legitimidade dessa convenção está associada a uma adesão acrítica do país ao paradigma da globalização, o que, na prática, vem estimulando um federalismo competitivo (a despeito do modelo cooperativo na Constituição Federal). Em contexto de crescente guerra fiscal, o que

[1]Bruno Leonardo Barth Sobral, FCE / UERJ , brunoleo.rj@hotmail.com

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

significa renúncia de receitas, a União limita-se a identificar potencial risco inflacionário no gasto dos entes subnacionais.

Desde 2017, o Estado do Rio de Janeiro participa do Regime de Recuperação Fiscal – RRF (Brasil, 2017 e 2021) criado por lei federal enquanto complemento e reforço à Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. O governo federal como credor não vem incluindo em suas avaliações os efeitos socioeconômicos sobre a realidade subnacional de impor um ajuste de caráter recessivo, desde que seja perseguido o equilíbrio fiscal a qualquer custo. Portanto, não é surpresa que, até o momento, não ofereceu solução. O que fica patente ao governo fluminense, terminar por judicializar em abril de 2024 (ACO 3678 do Supremo Tribunal Federal). Essa "solução" jurídica já tinha sido utilizada antes por Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Portanto, uma das principais dimensões da crise federativa envolve os impasses nas finanças dos governos de algumas das principais economias estaduais. Nesse sentido, refere-se a uma relação entre o poder estatal e a gestão estratégica do território. Apesar de não ser apenas uma restrição financeira, assim que tende a ser tratado como, por exemplo, no processo de renegociação das dívidas com a União.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa trata-se de um estudo qualitativo utilizando a abordagem histórico-estrutural. Considera-se a revisão da literatura teórica a respeito de federalismo fiscal e a análise da especificidade regional diante de interpretações da formação socioeconômica fluminense. Além do levantamento bibliográfico, também se baseia em diagnóstico a partir de dados estatísticos sobre economia e finanças públicas fluminenses. O principal procedimento adotado é uma análise comparativa sobre as orientações oficiais da crise fiscal tanto nos documentos recentes do governo estadual como nas legislações federais sobre o tema. Como resultado, apontam-se convergências e divergências, bem como a discussão da radicalidade da questão, ou seja, a sua essência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A relação da dívida pública com processos de desenvolvimento econômico é algo indispensável e recorrente em estratégias dos Estados Nacionais ao longo da história. Contudo, essa relação pode ser virtuosa ou não. O problema não é assumir uma obrigação, mas antes para qual finalidade ela serve. Ela pode ser um instrumento ideológico para impor

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

a fórceps medidas de austeridade e reformas administrativas tão somente para aumentar "poupança" e maior capacidade de pagamento dela. Inversamente, ela pode ser um instrumento de planejamento indutor como uma das formas de financiamento de uma estratégia de desenvolvimento intrafederativa.

A dívida só é o problema quando se revela uma relação assimétrica de poder que retira autonomia federativa, e sem nenhum conjunto de prioridades que se associe a uma gestão estratégica do território. Portanto, o problema é muito mais profundo que a capacidade de pagar dívida com regularidade. O que não quer dizer que seja difícil de ser enfrentado, basta que isso seja feito na dimensão político-estratégica adequada. Em regimes fiscais compartilhados, o desejável é que, cada vez mais, o governo federal garanta que os entes subnacionais possam se recompor diante de suas necessidades de financiamento e ativar todas as suas potencialidades produtivas. O mais desejável é o governo federal se mostrar mais disposto a coordenar o gasto público em conjunto com os entes subnacionais, porém a visão que prevalece até o RRF é a opção por apenas medidas de contenção e postura punitiva.

Sendo um produto dentro de um arcabouço legal definido previamente, a elaboração de qualquer plano fiscal pelo governo fluminense possui inúmeros constrangimentos pela necessidade de negociação, em condições desfavoráveis, de correlação de forças com o governo federal na postura basicamente de credor. Essa situação se explicita na elaboração do último PRF (Rio de Janeiro, 2022) devido se apresentar além do que se esperava usualmente a partir desse arcabouço institucional subordinado aos preceitos da austeridade. Após ser rejeitado inicialmente, uma grande disputa midiática ocorreu tentando desqualificar as inovações contidas. Não obstante, após sua defesa técnica, ele foi aceito. Paradoxalmente, apesar das tensões persistirem no plano nacional diante da inflexibilidade do regime fiscal, o mesmo foi esvaziado pelo governo estadual após ser homologado. O descompromisso interno revela um cálculo político de apenas se ganhar tempo para programar a rota mais fácil da judicialização.

O incômodo que o último PRF provocou entre os defensores férreos da doutrina da austeridade e no "marco de poder" (Osório, 2025) estadual evidencia a relevância de suas propostas serem mais debatidas para aprofundar a discussão crítica. Cabe enfatizar que era um plano que partia do diagnóstico que o problema fiscal é principalmente de receita, logo, a ênfase não estava no corte de gastos públicos a priori. Inversamente, a centralidade estava nos investimentos em uma estratégia estadual de recuperação econômica, seguindo a interpretação que é essencial superar a "estrutura produtiva oca" (Sobral, 2019) para a sustentabilidade fiscal. Diante disso, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Social – PEDES (Rio de Janeiro, 2023) foi produzido em sequência, sendo aprovado pela ALERJ com vigência de oito anos. Contudo, apesar de não abortado, é notório que não há maiores compromissos com sua efetividade.

Apesar da resistência política à proposta, sua originalidade é não resumir o debate fiscal a mera questão de finanças públicas, ao contrário, é enfatizar sua relação e sua subordinação a uma agenda de desenvolvimento que garanta a sustentabilidade fiscal no longo prazo. E mais, é não colocar o desafio do desenvolvimento como mera modernização econômica e como um fim em si mesmo, mas como algo associado a amplos desafios societários segundo a abordagem por missões (Mazucatto, 2019).

O ano de 2024 é marcado por novidades no processo de negociações da dívida dos estados. Consolida-se um consenso que somente regras de "arrocho" fiscal não são capazes de equacionar problema, e que o melhor viés é reduzir juros com contrapartidas em políticas públicas, ou seja, não só ajuste nas próprias finanças. Portando, avança-se para a defesa de um ajuste associado à retomada dos investimentos como o novo PRF fluminense já preconizava antes. Todavia, não se liga essa discussão de renegociação das dívidas a qualquer plano de desenvolvimento de longo prazo. A NIB (Brasil, 2024) de iniciativa do MDIC nem é contextualizada dentro desse debate como instrumento base, nem, até o momento, incluiu-se no PROPAG (Brasil, 2025) a exigência que os estados que aderirem tenham que encaminhar formalmente um planejamento estratégico, cujo PEDES fluminense poderia ser uma referência orientadora.

Por outro lado, ignorando as inovações contidas no último PRF (abortado logo após ser homologado) combinadas com o plano estratégico (em execução sem enforcement político), o governo fluminense vem renunciando a opção desenvolvimentista contida neles. Ao contrário, opta-se por adotar agora a retórica de que o problema financeiro é a própria dívida, logo, basta ela ser contestada sem nenhuma estratégia de recuperação econômica de fato. Para fins práticos, abandona-se o compromisso com uma estratégia voltada para sustentabilidade fiscal de longo prazo.

CONCLUSÕES

É um equívoco a renegociação das dívidas estaduais ser tratada de forma isolada, como apenas uma restrição financeira. Isso impede de se indagar as restrições permanentes impostas e qual o papel dos governos estaduais e, logo, de suas finanças. Especificamente, essa discussão só faz sentido se estiver relacionada à questão federativa. Isso porque essa não se resume a distribuição de recursos, mas envolve a relação entre o poder estatal e a

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

gestão estratégica do território no país.

No nível nacional, a passagem do RRF para o PROPAG é evidentemente um avanço no regime fiscal. No entanto, internamente, a fim de realizar nova "fuga para frente" e disfarçar sua negação de seguir qualquer estratégia de longo prazo, o governo fluminense confirma o histórico de não priorizar soluções estruturais. Mesmo tendo as apresentado antes no ultimo PRF e no PEDES, é notório que a população em geral e mesmo a maioria dos servidores, por exemplo, desconhecem esses instrumentos, e o que está em jogo por opções políticas[2]. E mais, segue uma tradição de esperar o problema chegar a um nível crítico para apelar para outra injeção de liquidez, ainda que com sistemático descompromisso com resultados que demonstrem estar reduzindo sua insustentabilidade fiscal. Por essa razão, o problema não é simplesmente a dívida, mas uma fragilidade político-institucional que ela explicita como um limite para gestão técnica eficaz e de caráter estratégico na geração de receitas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei Complementar n. 159. Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal*. Brasília, 19 de maio de 2017.

_____. *Lei Complementar n. 178. Estabelece Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal*. Brasília, 13 jan. 2021.

_____. Ministério Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. *Nova indústria Brasi: Plano de Ação para a neoindustrialização 2024-2026*. Brasília: MDIC, 2024.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Ação Cível Originária 3678*. Brasília: 2024.

_____. *Lei Complementar n. 212. Institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).* Brasília, 13 de janeiro de 2025.

ERBER, F. "As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política". *Revista de Economia Política*, 31 (1), jan.-mar. 2011.

LOPREATO, F. L. C. *O colapso das finanças estaduais e a crise da federação*. São Paulo: Editora Unesp; IE Unicamp, 2002.

MAZZUCATO, M. "Catch-up and Mission-oriented Innovation". In: OQUBAY, A., OHNO, K. (ed.). *How Nations Learn*. Oxford University Press: 2019, p. 63-81.

OSORIO, M. "Pensando o Estado do Rio de Janeiro". *Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, n.28, abr. 2025, pp. 11-30.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Plano de Recuperação Fiscal*. Rio de Janeiro, 2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social* – Documento Base. Rio de Janeiro, 2023.

[2] Por exemplo, a perda de recomposição inflacionária dos servidores estaduais que, após quase uma década, tinha voltado com a aprovação do último PRF que a sustentava tecnicamente e não foi mais dada após o plano não ter sido executado nos últimos anos.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

SOBRAL, B. “Finanças públicas fluminenses e tensão federativa”. *Síntese: Revista da ECG do TCE-RJ*, v. 13, p. 12-31, 2019.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

EFEITOS REDISTRIBUTIVOS DA POLÍTICA FISCAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2017-2018)

Victor Bridi[1]

RESUMO

Este trabalho analisa os efeitos redistributivos da política fiscal no estado do Rio de Janeiro no período de 2017-2018, a partir da metodologia de incidência fiscal aplicada à Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e bases complementares. Consideram-se rendimentos de mercado, impostos diretos e indiretos, contribuições sociais, benefícios monetários e transferências não monetárias, como educação e saúde. Os resultados indicam que, embora o Rio de Janeiro apresente nível de desigualdade semelhante ao do Sudeste pelo índice de Gini, as disparidades são mais elevadas quando observada a razão P90/P10. Além disso, as taxas de pobreza estaduais superam a média regional. A política fiscal mostrou-se menos efetiva em reduzir desigualdade e pobreza monetária no estado em comparação ao Brasil. A predominância de tributos indiretos limita o potencial redistributivo, reforçando a necessidade de uma reforma tributária progressiva.

Palavras-chave: incidência fiscal; desigualdade; pobreza; Rio de Janeiro.

Abstract

This paper analyzes the redistributive effects of fiscal policy in the state of Rio de Janeiro for the 2017-2018 period, using the fiscal incidence methodology applied to the Household Budget Survey (POF) and complementary databases. It considers market income, direct and indirect taxes, social contributions, cash transfers, and in-kind transfers such as education and health services. The results indicate that although Rio de Janeiro shows a level of inequality similar to the Southeast by the Gini index, disparities are higher when measured by the P90/P10 ratio. Moreover, poverty rates in the state are above the regional average. Fiscal policy was less effective in reducing monetary inequality and poverty in Rio de Janeiro compared to Brazil. The predominance of indirect taxation undermines redistributive potential, highlighting the need for a progressive tax reform.

Keywords: fiscal incidence; inequality; poverty; Rio de Janeiro.

[1] Victor Bridi de Souza, Doutor em Economia pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: victorbridi@id.uff.br.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

1. Introdução

O debate sobre o papel do Estado na redução das desigualdades sociais e regionais ganhou centralidade no Brasil após a Constituição de 1988, que consolidou a seguridade social e ampliou os mecanismos de proteção social. Apesar disso, a combinação de políticas sociais universalistas com um sistema tributário regressivo causou efeitos ambíguos sobre a redistribuição de renda, mas cujos trabalhos realizados no âmbito nacional tendem a ressaltar que o efeito líquido das intervenções fiscais é positivo (Silveira et al., 2022).

O estado do Rio de Janeiro constitui um caso relevante para análise por reunir características econômicas e sociais peculiares: significativa participação no PIB nacional, elevada urbanização, desigualdades históricas e recorrentes crises fiscais e políticas. Essas crises resultaram em uma notável perda de influência nacional e na exacerbação de problemas sociais crônicos. Entre os desafios mais urgentes, destacam-se a persistente desigualdade de renda, o elevado custo de vida, a expansão desordenada das favelas e a crescente violência urbana.

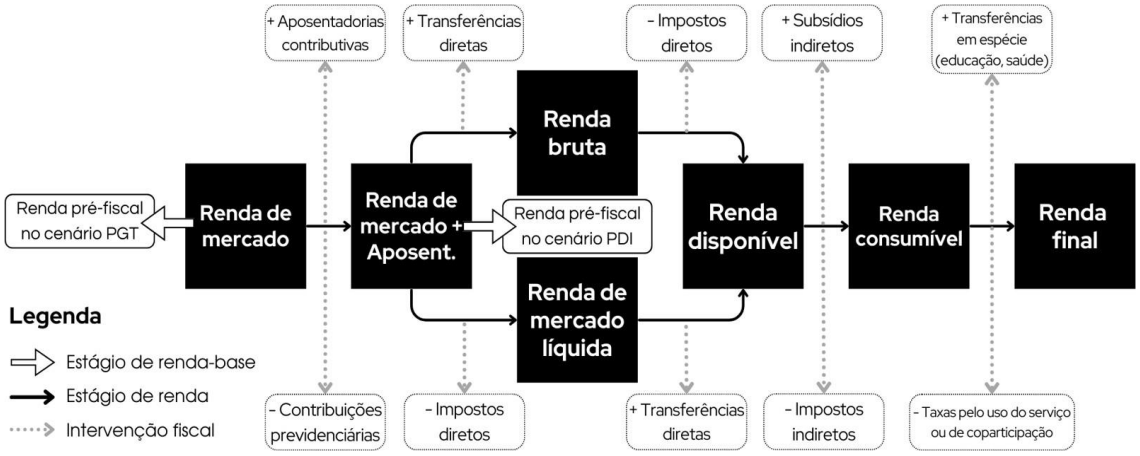
Essa conjuntura complexa serve como pano de fundo para a investigação deste trabalho: em que medida as políticas de bem-estar social implementadas pelo Estado podem mitigar esses problemas e promover maior equidade e redução da pobreza no Rio de Janeiro? A pesquisa busca, portanto, ir além de uma análise macro (i.e., nacional), focalizando a análise dentro do estado para compreender a eficácia das intervenções fiscais em um contexto de profunda desigualdade. Assim, este trabalho investiga de que forma a política fiscal, por meio de impostos, transferências monetárias e benefícios não monetários, impacta a desigualdade e a pobreza no estado durante 2017-2018. O objetivo é avaliar a eficácia redistributiva das intervenções fiscais, identificando seus limites e potencialidades diante do contexto fluminense.

2. Material e Métodos

A análise utiliza a metodologia de incidência fiscal desenvolvida por Lustig (2018) e aplicada em diversos países. O procedimento consiste em calcular a renda domiciliar em diferentes estágios: renda de mercado, renda líquida de impostos diretos e contribuições, renda disponível após transferências monetárias, renda consumível após impostos indiretos e renda final após a incorporação de serviços públicos em saúde e educação. Cada estágio representa uma etapa de intervenção fiscal, como explicitado na Figura 1.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Figura 1 – Definições dos estágios de renda: uma apresentação da metodologia CEQ



Fonte: Elaboração própria com base em Lustig (2018).

A principal base de dados é a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, complementada pela Pesquisa Nacional de Saúde (2019) para estimar benefícios em saúde, pelo FINBRA para dados de estados e municípios e pelo Siga Brasil para informações orçamentárias da União. Indicadores de desigualdade utilizados incluem o índice de Gini e a razão P90/P10. Para pobreza, aplica-se a medida FGT (apenas o indicador *headcount*), com base na linha de US$5,50 PPC/dia (equivalente a R$410 mensais em 2018). Para cada estágio de renda, calcula-se estes indicadores para avaliar em que medida as intervenções fiscais reduzem ou aumentam o bem-estar.

3. Resultados e Discussão

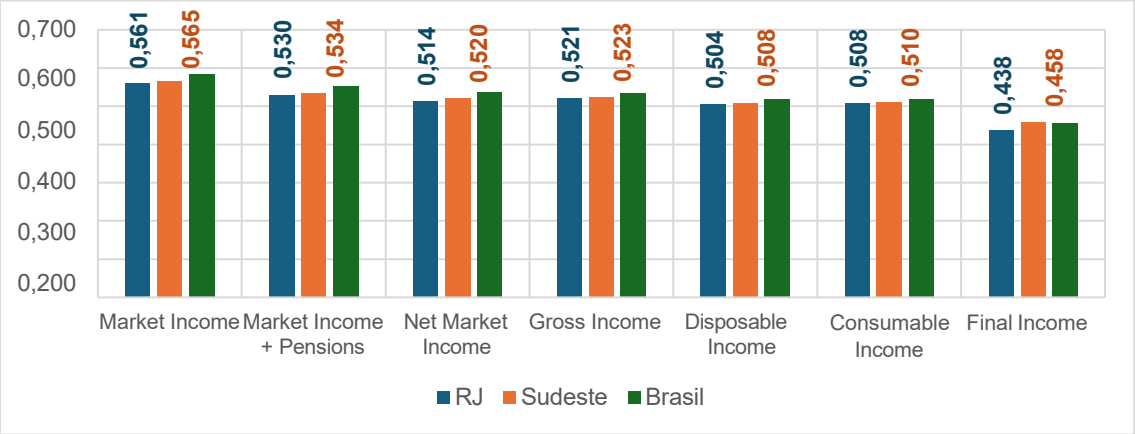
As figuras 2, 3 e 4 apresentam indicadores de Gini, P90/P10 e taxas de pobreza no estado do Rio de Janeiro em 2018 segundo estágios de renda. O Rio de Janeiro apresentou desigualdade de renda semelhante à média do Sudeste quando medida pelo índice de Gini, mas superior segundo a razão P90/P10, evidenciando maior distância entre ricos e pobres dentro do estado. As taxas de pobreza no estado superaram a média regional em todas as linhas analisadas.

A análise de incidência fiscal mostra que a política redistributiva teve menor impacto no estado em comparação ao Brasil e ao Sudeste. A elevada participação de impostos indiretos no orçamento das famílias fluminenses limita o potencial redistributivo, já que há aumento dos indicadores de desigualdade e de pobreza no estágio da renda consumível. Além disso, os benefícios associados ao mercado de trabalho e à previdência exercem papel mais relevante que programas de transferência focalizados, mas seu alcance é limitado. Tais resultados indicam que o modelo atual de bem-estar

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

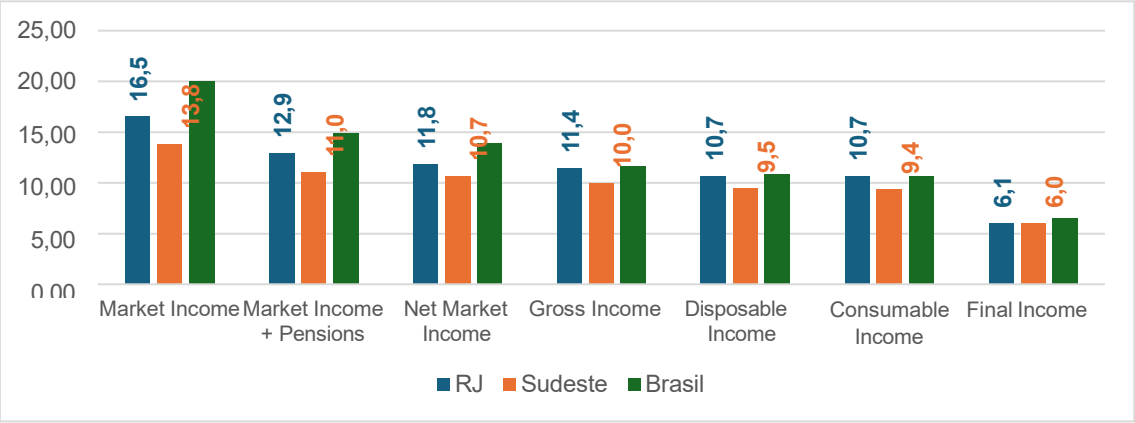
social no Rio de Janeiro pouco contribui para mitigar as desigualdades estruturais.

Figura 2 – Índice de Gini, estado do Rio de Janeiro, região Sudeste e Brasil, por estágios de renda, 2018



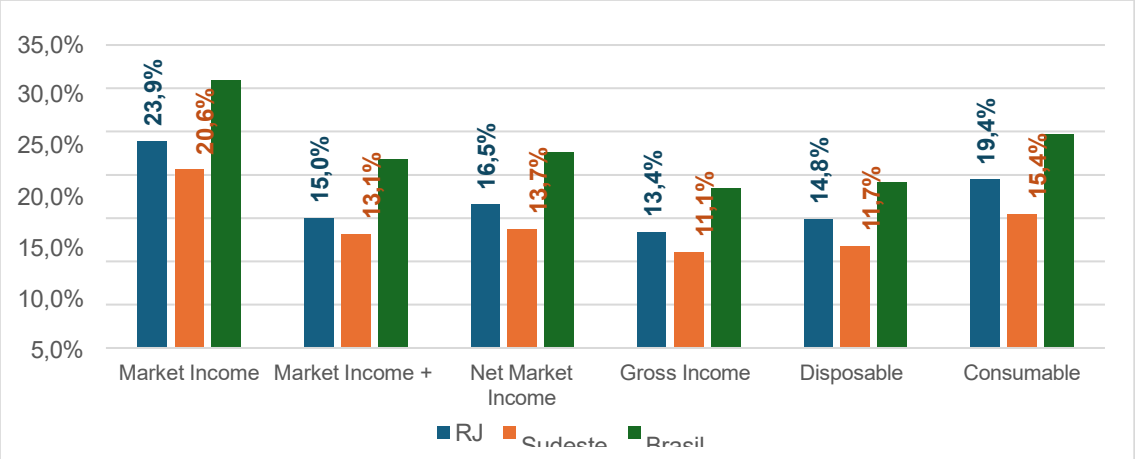
Fonte: elaboração própria a partir da POF 2017-2018.

Figura 3 – Índice P90/P10, estado do Rio de Janeiro, região Sudeste e Brasil, por estágios de renda, 2018



Fonte: elaboração própria a partir da POF 2017-2018.

Figura 4 – Taxas de pobreza medidas pela linha de $5,50 por dia (R$410 mensais), estado do Rio de Janeiro, região Sudeste e Brasil, por estágios de renda, 2018



FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Fonte: elaboração própria a partir da POF 2017-2018.

4. Conclusões

A pesquisa aponta que o Rio de Janeiro enfrenta maiores índices de desigualdade e de pobreza em relação à média regional, e que a política fiscal atua de maneira restrita na redução desses indicadores. A predominância da tributação indireta e a baixa progressividade do sistema tributário comprometem a capacidade redistributiva dentro do estado, ao mesmo tempo em que o impacto das transferências monetárias é limitado diante das necessidades locais. Para ampliar os ganhos sociais, torna-se essencial uma reforma tributária progressiva que fortaleça os impostos diretos e potencialize a redução das desigualdades dentro do estado, como o IPVA, o ITCD (estaduais) e o ITBI e o IPTU (municipais). Além disso, políticas subnacionais em áreas como moradia, transporte e serviços básicos podem desempenhar papel complementar para enfrentar desigualdades específicas do contexto fluminense.

Referências

LUSTIG, N. (Ed.). **Commitment to Equity Handbook: Estimating the Impact of Fiscal Policy on Inequality and Poverty**. Washington: Brookings Institution, 2018.

SILVEIRA, F. G. et al. **Previdência e assistências sociais, auxílios laborais e tributos: características redistributivas do Estado brasileiro no século XXI**. Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (MADE), Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 58 p., 2022

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

10. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO

Shirlena Campos de Souza Amaral (UENF)

Wania Amélia Belchior Mesquita (UENF)

O objetivo desta sessão temática consiste em desenvolver estudos e pesquisas sobre as relações étnico-raciais e de gênero, em perspectiva interseccional, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e de suas regiões, localidades, comunidades, povos tradicionais e grupos sociais. Serão bem vindas as diversas perspectivas teórico-metodológicas, bases empíricas e recortes espaço-temporais, para a constituição de um campo de discussões amplo e profícuo em torno das possibilidades de combater as diferentes formas de discriminações e desigualdades de direitos.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

GÊNERO, RAÇA, CLASSE E (IN)JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL: O CASO DO QUILOMBO DO GROTÃO - NITERÓI (RJ) SOB UM OLHAR INTERSECCIONAL

Manuela Clein[1]

Resumo
Este trabalho analisa a injustiça socioambiental no Quilombo do Grotão, em Niterói (RJ), território tradicional marcado por tensões entre saberes ancestrais e políticas ambientais excludentes. A pesquisa, inserida em um estudo mais amplo sobre Antropoceno, mudanças climáticas e capitalismo dependente, investiga como raça, classe e gênero estruturam desigualdades ambientais. Apesar de Niterói ser uma cidade com alto IDH e iniciativas climáticas pioneiras, o Quilombo do Grotão revela contradições profundas. Por um lado, a comunidade mantém práticas sustentáveis enraizadas na ancestralidade; por outro, essas práticas são frequentemente ignoradas ou marginalizadas pelas políticas institucionais de conservação ambiental. O estudo destaca o protagonismo das mulheres quilombolas e a resistência da comunidade, oferecendo alternativas inclusivas e sustentáveis à lógica hegemônica de conservação. O Grotão se revela um espaço de resistência e um exemplo de como políticas públicas devem respeitar a diversidade cultural e fortalecer os direitos das populações tradicionais.
Palavras-chave: Quilombo; Justiça socioambiental; Interseccionalidade.

Abstract
This paper examines socio-environmental injustice in the Quilombo do Grotão, in Niterói (RJ), a traditional territory marked by tensions between ancestral knowledge and exclusionary environmental policies. The research, part of a broader study on the Anthropocene, climate change, and dependent capitalism, investigates how race, class, and gender shape environmental inequalities. Although Niterói is a city with high HDI and pioneering climate initiatives, Quilombo do Grotão reveals deep contradictions. On one hand, the community maintains sustainable practices rooted in ancestry; on the other, these practices are often ignored or marginalized by institutional environmental conservation policies. The study highlights the leadership of quilombola women and the community's resistance, offering inclusive and sustainable alternatives to the dominant conservation discourse. Grotão emerges as a space of resistance and an example of how public policies should respect cultural diversity and strengthen the rights of traditional populations.
Keywords: Quilombo; Socio-environmental justice; Intersectionality.

[1] Manuela Ulrich Clein, graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), email: manu.uclein@gmail.com

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Introdução

Este resumo expandido apresenta parte dos resultados de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida na monografia, que aborda o Antropoceno, mudanças climáticas e capitalismo dependente. Foram analisados casos de injustiça ambiental, entre eles o Quilombo do Grotão, em Niterói (RJ), escolhido pela sua proximidade e relevância para investigações sobre justiça socioambiental.

Niterói destaca-se por sediar a primeira Secretaria Municipal do Clima, possuir alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e ter promovido eventos importantes, como o Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania na UFF, que criou a Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Contudo, a cidade enfrenta profundas desigualdades socioambientais, evidentes no Morro do Bumba e no Quilombo do Grotão, onde se manifestam tensões entre ancestralidade, práticas sustentáveis e injustiças, especialmente em relações de gênero, raça e classe, abordadas aqui a partir da perspectiva da interseccionalidade.

A análise, focada no quilombo, visa compreender como a comunidade, sobretudo as mulheres negras, enfrenta injustiças que atravessam o território e as relações sociais. Destaca-se o conflito entre a visão quilombola tradicional, que integra a natureza à vida comunitária, e o paradigma hegemônico da conservação ambiental, que frequentemente promove exclusão. Nesse sentido, a pesquisa contribui para debater alternativas que respeitem a diversidade cultural e ambiental, combatendo desigualdades e fortalecendo os direitos das populações tradicionais. Assim, o Quilombo do Grotão se apresenta como espaço fundamental para refletir sobre o passado ancestral e futuros possíveis mais justos.

Material e métodos

Este trabalho é resultado de uma pesquisa qualitativa com estudo de caso no Quilombo do Grotão, em Niterói (RJ), integrada a uma investigação mais ampla sobre os impactos do Antropoceno, mudanças climáticas e capitalismo dependente em territórios marcados por desigualdades socioambientais. O Grotão foi escolhido por sua relevância nos debates sobre justiça ambiental e por sua localização estratégica em Niterói, município com altos indicadores sociais e iniciativas inovadoras, mas também com histórico de negligência ambiental e desigualdade racial.

A pesquisa utilizou revisão bibliográfica e análise documental, abrangendo obras acadêmicas, materiais institucionais, documentos legais e registros de eventos e

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

denúncias ligados ao território. As fontes selecionadas privilegiaram autores que discutem interseccionalidade, justiça ambiental, racismo ambiental, políticas públicas e saberes tradicionais. Orientado por uma abordagem interseccional e crítica, o estudo analisou as relações entre raça, gênero e classe como dimensões estruturantes das injustiças socioambientais enfrentadas pela comunidade quilombola. A interseccionalidade foi usada não só como conceito, mas como uma lente analítica essencial para entender as desigualdades estruturais que permeiam o território e os modos de vida locais.

Resultados e discussões

O Quilombo do Grotão, situado no Engenho do Mato em Niterói, é um território quilombola de resistência cultural e ambiental desde o início do século XX. Ao contrário da visão tradicional que associa quilombos à fuga da escravidão, o Grotão simboliza a permanência, o cultivo sustentável da terra e um vínculo ancestral profundo com seu território (Peláez, 2022). Moura (2021) destaca que os quilombos foram bases de resistência ao sistema escravista, criando sociedades alternativas formadas por pessoas livres, representando um "perigo" à ordem vigente.

Essa ancestralidade fundamenta práticas sustentáveis e modos de vida em diálogo com o meio ambiente. Contudo, o Quilombo enfrenta desafios, como denúncias anônimas ao Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET), que refletem o conflito entre a visão tradicional dos quilombolas e a percepção idealizada da conservação ambiental por muitos frequentadores do parque (Maciel, 2023). Essa tensão evidencia o conflito entre saber tradicional e discurso hegemônico da sustentabilidade.

Segundo Diegues (2008), esse discurso hegemônico promove o "mito moderno da natureza intocada", que exclui humanos da preservação, ignorando que quilombolas, indígenas e ribeirinhos cuidam dessas regiões há séculos. Essa visão, junto à ausência de políticas públicas adequadas, resulta em injustiça socioambiental, marginalizando comunidades vulnerabilizadas. Santos (2015) aponta que essa repressão atinge expressões culturais, práticas produtivas e espaços de resistência, configurando violência simbólica e institucional dentro de uma estrutura racista e capitalista.

A luta pela permanência do Quilombo é atravessada por uma perspectiva interseccional que articula gênero, raça e classe. Lélia Gonzalez (2020) ressalta a tripla opressão enfrentada pelas mulheres negras, visível nas resistências e práticas comunitárias. No Grotão, as mulheres lideram iniciativas culturais, preservam saberes

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ancestrais e desempenham papel central na educação ambiental, fortalecendo a relação integrada entre comunidade e natureza.

Reconhecer e valorizar as comunidades quilombolas é essencial para superar desigualdades estruturais e construir futuros socioambientais mais justos. O Quilombo do Grotão, entre o ancestral e futuros possíveis, reafirma o direito à permanência e desafia o discurso hegemônico da sustentabilidade, abrindo caminhos para alternativas e políticas públicas inclusivas, sustentáveis e fundamentadas na justiça socioambiental.

Conclusões

A análise do Quilombo do Grotão, sob uma perspectiva interseccional, revela como as injustiças socioambientais são geradas por políticas excludentes e estruturas racistas e patriarcais. Apesar das iniciativas ambientais em Niterói, o Grotão sofre com o silenciamento institucional. Suas práticas sustentáveis e saberes ancestrais, liderados principalmente por mulheres quilombolas, oferecem alternativas à lógica dominante. Para combater essas desigualdades, é urgente valorizar os saberes tradicionais nas políticas públicas e ampliar a participação política das mulheres negras. O Quilombo do Grotão é, assim, um espaço de resistência e de valorização da ancestralidade para a construção de um futuro mais justo e sustentável.

Referências

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2008.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. RJ: Zahar, 2020.

MACIEL, Beatriz Verçosa. *Percepção ambiental no Quilombo do Grotão*. Monografia (Geografia) - Universidade Federal Fluminense, 2023.

MOURA, Clóvis. *Quilombos: resistência ao escravismo*. Piauí: EdUESPI, 2021.

PELÁEZ, Daniela Velásquez. *Identidade em devir: circulação de normatividades e empretecimento no Quilombo do Grotão*. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense, 2022.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos: modos e significados*. Brasília: INCTI/UNB, 2015.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

TRABALHADORES NEGROS NO PÓS-ABOLIÇÃO: SILÊNCIOS E MEMÓRIAS APAGADAS NAS NARRATIVAS HISTÓRICAS DO RIO DE JANEIRO

Frederico Monteiro de Castro Côrtes[1]

Resumo
O trabalho busca identificar o apagamento do trabalhador negro após a abolição no ensino de História. Subestimada pela historiografia brasileira, a atuação da população negra foi crucial na luta por melhores condições de trabalho. Ao mesmo tempo em que é promovida uma crítica à invisibilização da atuação dos trabalhadores negros no ensino de História, tem-se o propósito de analisar a luta desses operários no período pós abolição. Autores como Clóvis Moura, Emília Viotti da Costa, Álvaro Pereira Nascimento, Sidney Chalhoub e Silvia Lara advertiram, sobre a falta da menção dos trabalhadores negros pela historiografia, que tende a focar sua escrita numa história branca. A invisibilidade dos trabalhadores negros é um fenômeno persistente e que reflete a representação de narrativas eurocêntricas. Essa ausência da menção do negro e a negação de seu protagonismo, levam a reafirmação de uma educação baseada numa superioridade branca europeia, contribuindo para a manutenção do preconceito.
Palavras-chave: Ensino de História; Trabalhadores Negros; Pós-abolição.

Resumen
Este trabajo busca identificar la omisión de los trabajadores negros en la enseñanza de la historia tras la abolición. Subestimado por la historiografía brasileña, el papel de la población negra fue crucial en la lucha por mejores condiciones laborales. Si bien se critica la invisibilidad de los trabajadores negros en la enseñanza de la historia, el objetivo es analizar la lucha de estos trabajadores en el período posterior a la abolición. Autores como Clóvis Moura, Emília Viotti da Costa, Álvaro Pereira Nascimento, Sidney Chalhoub y Silvia Lara han advertido sobre la falta de mención de los trabajadores negros en la historiografía, que tiende a centrarse en la historia blanca. La invisibilidad de los trabajadores negros es un fenómeno persistente que refleja la representación de narrativas eurocéntricas. Esta falta de mención de las personas negras y la negación de su protagonismo conducen a la reafirmación de una educación basada en la superioridad blanca europea, lo que contribuye al mantenimiento del prejuicio.
Palabras clave: Enseñanza de la Historia; Trabajadores negros; Post-abolición.

[1] Frederico Monteiro de Castro Côrtes, SEEDUC (Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro), fredmcortes@gmail.com

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Introdução

A historiografia tem por hábito contar uma história do operariado centrada na figura do imigrante europeu, apagando os trabalhadores negros como força política de luta do proletariado. O ensino de História costuma reservar pouco espaço aos trabalhadores negros, pois, no geral, os materiais didáticos apagaram sua participação em detrimento da liderança dos imigrantes.

> Além disso, de acordo com esse mito do imigrante radical, a paralisação coletiva do trabalho seria algo tão inédito no Brasil que sequer haveria um termo disponível na língua portuguesa para nomear o fenômeno. Na falta dessa palavra, éramos obrigados a tomar de empréstimo aos franceses a palavra *grève*! (NEGRO & GOMES, 2013:56)

Parte dos historiadores escolheu falar dos trabalhadores de origem europeia, desprezando os trabalhadores negros. Essa perspectiva, mantida durante muito tempo, acabou por colaborar para o apagamento dos negros no ensino da História do país. Claro, há exceções, como no caso da historiadora Emília Viotti da Costa, que no início da década de 1980, já advertia para esse sumiço do negro como trabalhador na história do Brasil.

> Embora Viotti da Costa, como veremos a seguir, já questionasse em 1982, numa das raras revistas acadêmicas de história à época, a ausência do "preto" e do "mulato" no movimento operário, os pesquisadores resistiam imensamente em *enegrecer* a classe. (NASCIMENTO, 2016: 613)

Emília Viotti da Costa em seu artigo *A Nova Face do Movimento Operário na Primeira República* já advertia que "não há campo mais controverso na historiografia brasileira dos nossos dias do que a história do movimento operário." (COSTA, 1982: 217.)

Um ponto que poderia estar ligado à pouca referência dos trabalhadores negros no pós-abolição pela historiografia brasileira era que os jornais faziam questão de associar o movimento operário ao comando dos imigrantes como forma de desmoralizar a luta dos trabalhadores nacionais diante da opinião pública. Mas, mesmo isso merece críticas de acordo com a historiadora Emília Viotti da Costa.

> No entanto, até mesmo em São Paulo havia muitos trabalhadores nacionais. Segundo o Censo industrial de 1920, 60% dos 93.998 trabalhadores registrados eram de nacionalidade brasileira. Nos demais estados, talvez com exceção do Rio Grande do Sul, o número de trabalhadores nacionais era ainda maior." (COSTA, 1982: 224)

Na mesma linha de pensamento está o historiador estadunidense George Reid

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Andrews, que em seu trabalho *Negros e brancos em São Paulo, 1888-1988*, também questionava a historiografia brasileira sobre a não presença de trabalhadores negros em seus escritos.

> Eu sugeriria que estes artigos fossem lidos, não como descrições empíricas do que estava acontecendo em São Paulo na época, mas sim como expressões do que as elites do Estado ansiavam e na verdade esperavam que viesse a ocorrer: a substituição da mão-de-obra negra pela branca. (ANDREWS, 1998: 102)

Os livros didáticos de História costumam apresentar análises sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil associadas ao trabalho assalariado de São Paulo e a atuação dos imigrantes, criando um modelo que não correspondeu com a realidade. De acordo com Silvia Hunold Lara, a exaltação do imigrante europeu está associada a criação da ideia da incapacidade e passividade dos trabalhadores negros, o que refletiria o racismo disfarçado de "teoria da transição ou substituição". (LARA, 1998: 29). Esse modelo de transição mantém o silêncio sobre a participação e liderança dos trabalhadores negros no ensino de História.

No início do século XX, o Brasil passou a enfrentar mudanças em algumas cidades da região sudeste no qual trabalhadores negros, recém-libertos, migravam para os centros urbanos em busca de oportunidades de emprego, contribuindo significativamente para a formação do mercado de trabalho. Chegando nos centros urbanos, os trabalhadores enfrentaram condições de trabalho extremamente precárias, com altas jornadas, baixos salários e praticamente nenhuma regulamentação.

Em razão dessas condições, vê-se um aumento de organizações de trabalhadores dispostos a questionar essas situações em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. É importante ressaltar que luta dos trabalhadores contra as péssimas condições de trabalho é bem anterior ao início da República, pois vale lembrar da intensa resistência a escravidão através de fugas e formação dos quilombos, ao longo de todo o período colonial e imperial brasileiro.

Um exemplo de um episódio relevante que indica que a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho era anterior à chegada da República foi a "greve dos ganhadores", de 1857, em Salvador, na Bahia. Protagonizada por trabalhadores negros que atuavam como carregadores de mercadorias, eles interromperam suas atividades em protesto contra medidas repressivas impostas pela Câmara Municipal, como a obrigatoriedade de uso de placas de metal como crachás, taxas e a vigilância policial sobre sua circulação.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

> Mas no primeiro dia de junho de 1857, uma segunda-feira, as ruas de Salvador amanheceram estranhamente calmas. Os negros haviam decidido cruzar os braços, em protesto contra uma postura municipal em vigor a partir daquela data.
> A postura, publicada três meses antes, estabelecia que os *ganhadores*, como eram chamados esses trabalhadores de rua, doravante só poderiam "ganhar" mediante licença concedida pela Câmara Municipal. Por essa licença, ou matrícula, pagariam dois mil réis. No mesmo ato deveriam pagar uma taxa adicional de três mil réis por uma chapa de metal com o número de inscrição, de uso obrigatório ao pescoço sempre que estivessem no ganho. O custo total da operação, cinco mil réis, não era desprezível. (REIS, 1993: 8)

Outro exemplo que vale ser apresentado foi a greve dos tipógrafos, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro em fins da década de 1850. Ela interrompeu as atividades de impressão de jornais em janeiro de 1858, provocando uma grande perplexidade nos donos dos jornais da cidade. Paralisaram o serviço por alguns dias, passaram a imprimir menos páginas, juntaram dois dias numa única publicação ou simplesmente não imprimiram nada, numa tentativa de protestar e chamar a atenção buscando o aumento de suas remunerações.

Ou seja, a paralisação como forma de reivindicação de melhores condições de trabalho já existia durante o século XIX eram conhecidas como "*paredes*." (NEGRO & GOMES, 2013: 57).

Material e Métodos

A pesquisa se caracteriza como uma pesquisa qualitativa de cunho histórico-documental. O objetivo é analisar os silêncios e lacunas nas narrativas históricas sobre a inserção dos trabalhadores negros na sociedade pós-abolição, buscando resgatar memórias e experiências que foram invisibilizadas.

Resultados e Discussão

Esse "silêncio" aponta para uma estratégia de invisibilização da atuação dos trabalhadores negros, dificultando o reconhecimento do papel desses trabalhadores na economia pós-abolição. A pesquisa mostra que a narrativa hegemônica reforçou a ideia de um trabalhador negro ausente no mercado de trabalho do período pós abolição. Este estudo, portanto, discute a necessidade de reavaliar as fontes e os métodos de pesquisa histórica para resgatar essas memórias e incluir os negros como sujeitos ativos no mundo do trabalho.

Conclusões

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Os resultados sugerem que o "silêncio" não foi um vazio, mas sim o resultado de uma exclusão intencional nas narrativas históricas dominantes.

Agradecimentos

Agradeço minha família pela cooperação e paciência nesse tempo de estudo e meus colegas de mestrado pela parceria.

Referências

ANDREWS, George Reid. Negros e brancos em _São Paulo, (1888-1988). Tradução: Magda Lopes; revisão técnica e apresentação Maria Ligia Coelho Prado. - Bauru, SP: EDUSC, 1998.

COSTA, E. V. da. A nova face do movimento operário na Primeira República. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 2, n. 4, set. 1982.

LARA, S. H. Escravidão, Cidadania e História do Trabalho No Brasil. Projeto História, São Paulo, v. 16, p. 25-38, 1998.

NASCIMENTO, Á. P. do. Trabalhadores Negros e o “Paradigma da Ausência”: Contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. In: Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 29, número 59, p. 607-626, setembro-dezembro 2016.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flavio dos Santos. As greves antes da “greve”: as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX. Revista Artigos e Ensaios, 2013.

REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. Revista USP, Dossiê África, n. 18, 1993, p. 6-29.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ENTRE TRANÇAS E CAMINHOS: EDUCAÇÃO, IDENTIDADE E EMPODERAMENTO FEMININO

Elaine Correia dos Santos[1]

Resumo
Este trabalho analisa práticas pedagógicas voltadas para estudantes negras do Ensino Médio, tendo como eixo a valorização do cabelo crespo enquanto território de memória, identidade e resistência. A pesquisa, inspirada em autoras como Conceição Evaristo, bell hooks e Nilma Lino Gomes, articula escuta sensível, escrevivência e atividades coletivas para transformar a sala de aula em espaço de pertencimento e empoderamento. Os resultados indicam que o ensino de História pode constituir-se como prática emancipadora, capaz de tensionar padrões racistas e fortalecer a autoestima das estudantes.
Palavras-chave: escrevivência; identidade; educação antirracista; estética negra; empoderamento.

Abstract
This study analyzes pedagogical practices directed at Black female high school students, focusing on the appreciation of natural curly hair as a territory of memory, identity, and resistance. Inspired by authors such as Conceição Evaristo, bell hooks, and Nilma Lino Gomes, the research articulates sensitive listening, escrevivência (writing-life, a concept by Brazilian author), and collective activities aimed at transforming the classroom into a space of belonging and empowerment. The findings indicate that History teaching can become an emancipatory practice, capable of challenging racist patterns and strengthening students' self- esteem.
Keywords: escrevivência; identity; anti-racist education; Black aesthetics; empowerment.

INTRODUÇÃO

O currículo escolar brasileiro, ao longo de sua formação histórica, privilegiou narrativas eurocêntricas e silenciou a contribuição de povos africanos e indígenas. Essa ausência impacta diretamente a construção identitária de estudantes negros, que, ao não se verem representados, enfrentam processos de apagamento e baixa autoestima. A Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08 surgem como marcos legais importantes ao tornarem obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no currículo. No entanto, sua implementação ainda encontra obstáculos, sobretudo quando se trata de práticas efetivas em sala de aula. Neste contexto, a valorização do cabelo crespo assume papel central. Mais do que estética, ele se configura como símbolo de resistência, memória e identidade. Conceição Evaristo (2020) propõe a escrevivência como metodologia que articula vida e escrita, permitindo que narrativas pessoais sejam reconhecidas como saberes legítimos. bell hooks (2022), ao tratar da pedagogia do afeto e da transgressão, ressalta a importância de práticas educativas que acolham e promovam o pensamento crítico. Já Nilma Lino Gomes (2020) enfatiza o corpo e o cabelo como marcadores

[1] Professora da Educação Básica do Estado do Rio de Janeiro – SEEDUC/RJ, Mestranda em Ensino de História (ProfHistória/UERJ). E-mail: elainecs24@hotmail.com

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

identitários e políticos. Ao dialogar com essas autoras, este estudo busca compreender como práticas pedagógicas podem promover pertencimento, empoderamento e enfrentamento ao racismo.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa, de caráter qualitativo e inspirada na escrevivência, foi desenvolvida em uma escola da rede estadual do Rio de Janeiro, com turmas de Ensino Médio compostas por estudantes entre 14 e 18 anos. O processo investigativo priorizou a escuta sensível, a memória e a criação coletiva como elementos centrais.

Foram realizadas rodas de conversa sobre identidade e racismo, oficinas de tranças e de fotografia, além da produção de cartas autobiográficas, poemas e colagens. As atividades foram planejadas para integrar teoria e prática, trazendo textos de autoras negras como Conceição Evaristo, bell hooks, Nilma Lino Gomes, Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro e Carolina Maria de Jesus. A proposta metodológica buscou também valorizar o protagonismo das estudantes, garantindo que suas vozes fossem registradas e reconhecidas no espaço escolar.

O trabalho culminou na criação de um mural coletivo, exposto na escola, que reuniu produções escritas, visuais e fotográficas, permitindo a visibilidade das histórias e das identidades das estudantes como parte integrante do currículo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados revelaram que as rodas de conversa possibilitaram não apenas a expressão de dores relacionadas às experiências de racismo e à desvalorização do cabelo crespo, mas também abriram caminhos para ressignificações profundas. Em um primeiro momento, emergiram relatos de discriminação e violência simbólica vivenciadas no ambiente escolar e familiar, evidenciando como a estética negra é constantemente colocada em posição de marginalidade. No entanto, a partilha coletiva dessas vivências produziu um efeito de reconhecimento mútuo: ao ouvir as histórias umas das outras, as estudantes perceberam que

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

não estavam sozinhas, o que fortaleceu vínculos e favoreceu a construção de um senso de pertencimento.

As escrevivências mostraram-se ferramentas potentes nesse processo, pois ao transformar memórias de exclusão em narrativas compartilhadas, possibilitaram que experiências antes marcadas pelo silêncio e pela dor se tornassem discursos de resistência. A escrita, nesse contexto, não foi apenas registro, mas um ato político e de afirmação da identidade negra, validando saberes historicamente invisibilizados.

As oficinas de trança, além de valorizar a estética negra, configuraram-se como espaços de cuidado e ancestralidade. O ato de trançar os cabelos foi compreendido pelas estudantes não só como prática estética, mas também como gesto de afeto e resistência que remete a práticas comunitárias africanas. Esses momentos revelaram-se significativos para o fortalecimento da identidade, pois permitiram que o corpo negro fosse celebrado, e não mais ocultado ou submetido a padrões de branqueamento.

De forma complementar, as oficinas de fotografia potencializaram a autorrepresentação. Ao se verem retratadas de maneira positiva, as estudantes puderam se reconhecer como belas e potentes em suas próprias imagens, ressignificando a relação com a sua aparência e enfrentando diretamente os padrões eurocêntricos de beleza. A produção e exposição dessas imagens na escola não apenas impactaram as próprias autoras, mas também sensibilizaram a comunidade escolar, gerando novas conversas sobre estética, identidade e racismo.

O mural coletivo, como culminância do processo, deu visibilidade às narrativas produzidas, consolidando o entendimento de que o currículo pode — e deve — ser construído a partir da vida, da memória e da experiência dos sujeitos que o habitam. Esse espaço expositivo tornou-se símbolo de resistência e orgulho, provocando a reflexão de estudantes, professores e demais membros da comunidade escolar sobre o papel transformador da educação.

O diálogo teórico evidenciou, ainda, que em Evaristo (2020) a escrita se torna gesto político e coletivo, que rompe com o silenciamento e legitima memórias subalternizadas; em hooks (2022), a educação se apresenta como prática crítica e amorosa, que acolhe, mas também tensiona e provoca; em Gomes (2020), a estética negra é reafirmada como dimensão fundamental da identidade e da resistência; e em Gonzalez (2020), a categoria “amefricanidade” ilumina as intersecções entre gênero, raça e classe, desvelando as complexidades da experiência feminina negra na América Latina.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Dessa forma, a experiência pedagógica superou o caráter de projeto isolado, transformando-se em prática contínua de resistência, empoderamento e criação de novas possibilidades de existência. O ensino de História, ao ser vivido como espaço de escuta, memória e afeto, mostrou-se capaz de tensionar os limites do currículo oficial e instaurar novas formas de pensar a escola como território de justiça social.

CONCLUSÕES

Conclui-se que o ensino de História, quando articulado à escuta sensível, à escrevivência e à pedagogia do afeto, pode se constituir como prática emancipadora e antirracista, capaz de transformar a sala de aula em um espaço de reconhecimento e valorização das identidades negras. A experiência demonstrou que a centralidade da estética negra e das narrativas das estudantes não apenas fortalece a autoestima individual, mas também produz laços de pertencimento coletivo, fundamentais para o enfrentamento das desigualdades raciais que atravessam a escola.

Ao questionar estruturas de racismo cristalizadas no currículo, a prática pedagógica desenvolvida aponta para a necessidade de uma revisão crítica do próprio projeto escolar. Isso significa pensar a História não apenas como disciplina de conteúdos, mas como território de disputa de memórias, em que diferentes vozes, corpos e experiências possam ser legitimados. Nesse sentido, a inserção de práticas que valorizem a escrevivência e a estética negra abre caminhos para um currículo vivo, situado e comprometido com a justiça social.

O estudo evidencia ainda que a formação docente é elemento central nesse processo. Ampliar a preparação de professores para atuar a partir de uma perspectiva antirracista exige políticas públicas consistentes, investimentos em formação continuada e a valorização de saberes produzidos por intelectuais negras e negros. Mais do que um acréscimo de conteúdos, trata-se de uma mudança paradigmática, em que o ensino se coloca como ato político e como compromisso ético com a equidade racial.

Além disso, torna-se urgente consolidar espaços escolares que promovam o reconhecimento identitário e a convivência respeitosa entre diferentes culturas, saberes e práticas. As ações descritas não devem ser compreendidas como projetos isolados, mas como práticas permanentes que integram a vida escolar e se estendem para além de seus muros, envolvendo famílias e comunidades.

Mais do que uma experiência pontual, este trabalho reafirma que a educação antirracista é prática viva e contínua, sustentada no afeto, na coragem e na coletividade. Ao recuperar

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Paulo Freire (1996), compreende-se a educação como ato de liberdade e de autonomia; ao dialogar com bell hooks (2022), entende-se que ensinar é também um gesto de amor radical e de resistência. Nesse entrecruzamento teórico e prático, a escola emerge como espaço possível de reinvenção, em que se constroem caminhos para a emancipação das estudantes e para a consolidação de uma sociedade mais justa e plural.

REFERÊNCIAS

EVARISTO, Conceição. Da escrevivência. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (org.). Escrevivência: a escrita de nós. Rio de Janeiro: Mina, 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo amefricano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2022. JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo. São Paulo: Ática, 2014.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Agradecimentos

Agradeço especialmente às minhas alunas, que são parte fundamental deste trabalho. Esta pesquisa e as atividades aqui descritas são realizadas com elas e não sobre elas, em um movimento coletivo de escuta, afeto, criação e transformação. Agradeço também aos colegas e professores do ProfHistória/UERJ, cuja troca constante fortalece a caminhada acadêmica e política em defesa de uma educação pública, antirracista e emancipadora.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

JUVENTUDE E GÊNERO NO NEOPENTECOSTALISMO: VÍNCULOS E EXPERIÊNCIAS FEMININAS EM MICRODENOMINAÇÕES EM UMA PERIFERIA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

Paula Aghata Pinto Batista[1]
Raline Adão Lima2 Solange[2]
Naegele Silva Braga[3]
Sthefanni Batista de Sá[4]

RESUMO

No presente estudo analisamos a relação entre juventude e neopentecostalismo na periferia do Novo Jockey, em Campos dos Goytacazes (RJ), com foco nas microdenominações religiosas que se expandem em áreas urbanas periféricas. A pesquisa, de caráter qualitativo, envolveu observações de atividades religiosas e entrevistas com mulheres de denominações distintas, examinando como elas se relacionam com o espaço religioso em sua comunidade. Inserido na linha de pesquisa Cultura, Territorialidades e Poder do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, a pesquisa busca compreender a interseção entre fé, juventude e desigualdade social no contexto urbano brasileiro.

Palavras-chave: neopentecostalismo; juventude pentecostal; mulheres religiosas; conjunto habitacional; Campos dos Goytacazes; liderança religiosa.

ABSTRACT

In the present study, we analyze the relationship between youth and neo-Pentecostalism in the Novo Jockey periphery, in Campos dos Goytacazes (RJ), focusing on the micro-denominations that are expanding in peripheral urban areas. The qualitative research involved observations of religious activities and interviews with women from different denominations, examining how they relate to the religious space in their community. Inserted within the research line *Culture, Territorialities, and Power* of the Graduate Program in Political Sociology, the study seeks to understand the intersection between faith, youth, and social inequality in the Brazilian urban context.

Keywords: neo-Pentecostalism; Pentecostal youth; women religious ; housing complex; Campos dos Goytacazes; religious leadership.

[1] Paula Aghata Pinto Batista, Mestranda em Sociologia Política - UENF, aghata170@gmail.com
[2] Raline Adão Lima, Cientista social - UENF, ralylima04@gmail.com
[3] Solange Naegle Silva Braga, Doutoranda em Sociologia Política - UENF, solangenaegelesb@gmail.com
[4] Sthefanni Batista de Sá, Cientista social - UENF, sthefannibatista@gmail.com

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

INTRODUÇÃO

O crescimento do neopentecostalismo no Brasil tem se consolidado como um fenômeno social relevante (Almeida, 2006), especialmente nas periferias urbanas. Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a relação entre juventude, gênero e neopentecostalismo na periferia do Novo Jockey em Campos dos Goytacazes - RJ, com foco nas microdenominações religiosas.

A pesquisa dialoga com um referencial teórico que inclui autores como Almeida (2006), que discute a expansão do pentecostalismo e sua flexibilidade para se adaptar às demandas sociais; Mariz (2010), que aborda o pentecostalismo e sua expressão junto aos pobres, proporcionando pertencimento social e apoio nas dificuldades cotidianas; e Mariano (2010), que enfatiza o crescimento do neopentecostalismo entre camadas populares. Além disso, a abordagem sobre juventude e religiosidade será fundamentada em Silva (2018), que investiga as formas como os jovens reinterpretam e adaptam elementos da fé pentecostal para responder aos desafios contemporâneos. Machado (2017) que analisa como a participação das mulheres nessas religiões incide também sobre a vida familiar.

O trabalho busca compreender a presença da religiosidade neopentecostal na vida de duas moradoras da periferia de Campos dos Goytacazes - RJ. Analisamos a participação de uma jovem como obreira na igreja de seu pai, e uma mulher como vice-presidente na igreja de seu marido. Para isso, foi realizada uma abordagem sociológica com base no método qualitativo, com uso de observação de atividades religiosas da igreja que essa jovem participa e uma entrevista baseada em um roteiro semiestruturado. Conforme Whyte (1980) essa abordagem favorece uma interação mais profunda entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, contribuindo para a coleta de dados mais ricos e significativos.

Machado (2017) analisa como a adesão ao neopentecostalismo afeta a dinâmica familiar, os papéis de gênero e a subjetividade dos indivíduos, com ênfase no papel das mulheres. Para a autora, a religiosidade pentecostal pode oferecer às mulheres pobres um novo senso de valor e propósito, associado à ideia de "transformação de vida". De acordo com suas análises, as igrejas pentecostais frequentemente pregam a transformação moral e espiritual como um pilar central de sua teologia. Para as mulheres pobres, essa transformação é apresentada como um caminho para superar situações adversas, como violência doméstica, pobreza e abandono.

MATERIAIS E MÉTODOS

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A metodologia tem como base entrevistas semiestruturadas, observação direta e análise de conteúdo. O trabalho de campo ocorre em uma microdenominação neopentecostal específica, permitindo um aprofundamento na vivência religiosa dos jovens. A observação direta ocorre em atividades de cultos, eventos e atividades promovidas em duas denominações, buscando compreender os rituais, práticas e interações sociais. A análise dos dados será baseada em categorias temáticas, identificadas a partir dos relatos dos entrevistados e das dinâmicas observadas, utilizando softwares de apoio, como NVivo e R, para organização e codificação dos dados qualitativos.

RESULTADOS ESPERADOS

Considerando a capacidade da religião de oferecer acolhimento, suporte emocional e social, além de um discurso de superação e transformação pessoal, a pesquisa também busca ampliar a compreensão de como essas igrejas se tornam espaços de mediação entre os desafios vividos na periferia do conjunto habitacional do Novo Jockey e suas aspirações de futuro.

DISCUSSÃO

Pesquisas anteriores (Ribeiro, 2015; 2020) a partir de análise de dados sobre religião do Censo 2000 e 2010, observaram um crescimento quantitativo significativo de evangélicos em todo território nacional, crescimento também acompanhado pelo Estado do Rio de Janeiro e, por conseguinte, pelo município de Campos dos Goytacazes. A partir da análise desses dados percebe-se que o crescimento evangélico foi puxado mais expressivamente pelo segmento pentecostal — evangélicos cresceram de 9% (1992) para 26,9% (2022).

E os pentecostais respondem por mais da metade desse crescimento, tanto em números de fiéis, quanto em influência institucional (templos). Em Campos dos Goytacazes, por exemplo, o Censo de 2010 já apontava para uma "inversão" quantitativa do segmento evangélico pentecostal sobre os evangélicos históricos (Ribeiro, 2015). A ascensão dos pentecostais explica grande parte do salto de evangélicos em 2022, confirmando que este segmento é o motor do crescimento do protestantismo no país.

Para Fonseca, essa liderança feminina, embora limitada, representa uma forma de "empoderamento dentro das margens estabelecidas pela religião, onde as mulheres podem

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

exercer poder, mas sempre dentro de um discurso de legitimação masculina" (Fonseca, 2011, p. 128). Esse empoderamento limitado é observado no contexto das chamadas "mulheres virtuosas", um ideal neopentecostal que coloca a mulher como pilar espiritual e moral da família.

Brito (2002) aponta que as igrejas neopentecostais têm sido eficazes ao canalizar o desejo de mudança das mulheres, especialmente das camadas populares, ao oferecer um espaço onde elas podem alcançar melhorias em suas vidas através da fé. Esse processo é particularmente significativo, pois as mulheres, frequentemente vistas como as responsáveis pela espiritualidade dentro do contexto familiar. A fé, nesse contexto, torna-se uma ferramenta de empoderamento, permitindo que elas exerçam uma influência que transcende as limitações impostas pelos papéis de gênero tradicionais, ao mesmo tempo em que reafirmam sua centralidade no cuidado e na manutenção das relações familiares.

Esse crescimento reflete também uma expansão institucional: mais templos, maior influência cultural e presença crescente desde os anos 1990. Embora os dados mais recentes do IBGE tenham os percentuais gerais de evangélicos (26,9% em 2022), ele ainda não detalhou diretamente os percentuais apenas de pentecostais. Porém, baseado em análises históricas e em resultados prévios, fica claro que os pentecostais (como Assembleia de Deus, Universal e Deus é Amor) compõem a maior parte do grupo.

CONCLUSÃO

Os ideais neopentecostais mencionados adotam uma linguagem acessível e dinâmica, com estratégias voltadas para atrair fiéis em contextos urbanos e periféricos como a localidade estudada, focando na resolução de problemas cotidianos, como saúde, finanças e relacionamentos (Mariano, 2010; Freston, 1993). A jovem entrevistada, ao se engajar em atividades religiosas, não apenas encontra um sentido de pertencimento, mas também oportunidades de protagonismo e liderança, cuja atuação na igreja demonstra a centralidade da juventude na organização religiosa (Batista, 2024).

No contexto cotidiano vivenciado por essas mulheres pentecostais com baixa renda no enfrentamento dos problemas cotidianos**,** o pentecostalismo promove um código moral que valoriza práticas como abstinência de álcool, fidelidade conjugal, honestidade e trabalho duro. Mulheres que adotam esses valores frequentemente relatam sentir-se moralmente superiores às que permanecem fora da esfera religiosa, o que reforça sua autoestima. Dessa forma, este estudo busca fornecer subsídios para reflexões mais amplas sobre os impactos sociais e

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

políticos da atuação feminina dentro do neopentecostalismo no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. A expansão pentecostal: circulação e flexibilidade. In: F. Teixeira e R. Menezes (Org.). **As religiões no Brasil: continuidades e rupturas.** Petrópolis**:** Vozes, 2006.

BATISTA, P. A. P**. Neopentecostalismo no Conjunto Habitacional do Novo Jockey em Campos dos Goytacazes - RJ: vínculos e experiências de uma jovem.** 2024. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, Campos dos Goytacazes, 2024.

BRITO, G. **As mulheres e a fé: religião e poder feminino nas igrejas neopentecostais**. São Paulo: Vozes, 2002.

FRESTON, P. **Protestantes e política no Brasil:** da Constituinte ao impeachment. Campinas: Unicamp, 1993.
IBGE. **Censo Demográfico 2022**: Religiones – Resultados preliminares da amostra. IBGE, 6 de junho de 2025. Disponível em:https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/.../censo-2022-catolicos-seguem-em-queda-evangelicos- e-sem-religiao-crescem-no-pais. Acesso em: 6 jun. 2025.
MACHADO, M das D. C. O discurso cristão sobre a ideologia de gênero, **Revista de estudos feministas,** Florianópolis,2017.

MARIANO, R. **Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil.** São Paulo. Loyola. 2010.

MARIZ, C. L. O pentecostalismo no Brasil, cem anos depois. Uma religião dos pobres. **Entrevista Instituto Humanitas Unisinos**, 2010. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br. Acesso em: 18 out. 2024.
_____. Mudanças no campo religioso brasileiro no CENSO 2010. **Debates do NER**, ano 14, n. 24, p. 119-137, jul./dez. 2013.

RIBEIRO, V. D. S. P. **Evangélicos e redes de amparo: Um estudo de caso das Assembleias de Deus e da Igreja Presbiteriana na favela Matadouro em Campos dos Goytacazes – RJ.** Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes – RJ, 2015.
_____. **Ação social pentecostal em uma favela de Campos dos Goytacazes**: a parceria entre um projeto social evangélico e uma organização não governamental. Campos dos Goytacazes – RJ, 2020.

SILVA, T. **Juventude e Religiosidade: Novas Perspectivas**, [S.l.]: [s.n.], 2018. WHYTE, W. F. **Treinando a observação participante**. Tradução: Claudia Menezes, In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. Desvendando máscaras sociais. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. Cap 3, p. 77- 86.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

DA "FAVELLA VERMELHA" À "PERDIÇÃO NOS SUBÚRBIOS": A CAMPANHA DA HIGIENE DE 1907 NA IMPRENSA CARIOCA

Fábio de Brito Rezende[1]

Resumo:
O presente trabalho objetiva comunicar e dar prosseguimento a um debate iniciado na produção da dissertação de mestrado do autor, com foco específico em uma Campanha da Higiene conduzida em meados do ano de 1907, que teve ampla repercussão na imprensa carioca da época. Por meio de uma breve síntese bibliográfica e da análise documental de periódicos publicados na época, como *O Malho* e o *Jornal do Brasil*, concluímos que este episódio teve notável influência nos processos de dispersão da população negra e pobre dos distritos centrais do Rio de Janeiro em direção aos subúrbios cariocas e de produção de espaços criminalizados da cidade.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Saneamento; Racismo; Primeira República.

Abstract:
The present work aims to communicate and continue a debate initiated in the author's master's thesis, with a specific focus on a Hygiene Campaign conducted in the mid-year of 1907, which had a significant impact in Rio de Janeiro's press at the time. Through a brief bibliographic synthesis and documentary analysis of periodicals published during that period, such as *O Malho* and *Jornal do Brasil*, we conclude that this event had a notable influence on the processes of dispersal of the Black and poor population from the central districts of Rio de Janeiro towards the city's suburbs, as well as the production of criminalized spaces in the city.

Keywords: Rio de Janeiro; Sanitation; Racism; First Republic.

INTRODUÇÃO

No decorrer da década de 1900, duas espacialidades cariocas começaram a capturar a atenção e as páginas da imprensa do Rio de Janeiro: o Morro da Favella e os subúrbios da cidade. Em 1901, a Favella[2] despontava nos jornais como antro de criminosos e desordeiros que aterrorizavam a população carioca, ao passo que, nos anos finais da década, os subúrbios começavam a ganhar espaço na imprensa. Seja pelo reconhecimento de escritores conhecidos, como Olavo Bilac e Lima Barreto, seja pela publicação de colunas com o nome "Subúrbios" em diversos jornais publicados nos distritos centrais do Rio de Janeiro, os "arrabaldes" da cidade começaram a ser reconhecidos – justamente quando a população dos distritos subur-

[1] Fábio de Brito Rezende é mestre em Relações Étnico-Raciais pelo CEFET-RJ e doutorando em História pela Universidade Federal de São Paulo. E-mail: fabio.rezende@unifesp.br

[2] Na década de 1900, o termo "favela" era frequentemente utilizado com a grafia "favella", referindo-se especificamente ao Morro da Favella, contíguo ao Morro da Providência, no centro carioca.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

banos crescia em ritmo maior que a população dos distritos urbanos[3] da cidade, o que se tornaria uma tendência nos anos e décadas seguintes (MIYASAKA, 2011; MENDONÇA, 2019).

Ainda que existam diferenças entre os processos de ocupação da Favella (e de outros morros da região central da cidade, como Providência e Santo Antônio) e dos subúrbios cariocas, ambos compartilham um elemento comum: a notável influência de processos de saneamento e modernização conduzidos na região central do Rio de Janeiro (CRUZ, 2020). Este elemento, durante a produção da dissertação de mestrado do autor deste trabalho, foi o fio condutor da confluência entre as histórias da Favella e dos subúrbios cariocas na década de 1900. Mais especificamente, uma campanha de saneamento conduzida conjuntamente entre Departamento de Higiene, Departamento de Polícia e Prefeitura do Rio de Janeiro, no ano de 1907, apresentou-se como um campo fértil para confirmar essa conexão.

MATERIAL E MÉTODOS

Elencamos a imprensa carioca da década de 1900 como uma fonte fértil para interpretações da forma como a sociedade produziu as relações entre os espaços central e periférico do Rio de Janeiro. Os redatores dos diversos jornais publicados na cidade e seus leitores comunicavam-se por meio das matérias e das cartas que eram diariamente publicadas em toda sorte de periódico impresso na cidade, desde os impressos mais populares – como o *Jornal do Brasil*, o *Correio da Manhã*, *A Tribuna*, *O Malho* (Figura 1) e *O País*, citando alguns dos vários exemplos) até periódicos locais de tiragem limitada – como o *Echo Suburbano* e *O Condor*, publicados em Madureira, e *O Subúrbio*, publicado no Méier).

Figura 1: Charge "Uma limpeza indispensável" (1907)4

[3] Após a instauração da República, as antigas freguesias foram substituídas pelos distritos, e a divisão entre freguesias urbanas e rurais, que de certa forma separavam a cidade entre centro e periferia foram, também, substituídas pela divisão entre distritos urbanos (centrais) e suburbanos (periféricos).
[4] *O Malho.* Rio de Janeiro, 8 jun. 1907, nº 247, p. 20. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116300/9446>, acesso em 30 ago. 2025

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Consideramos que os emissores e receptores destas notícias impressas pertenciam a um estrato muito específico da sociedade carioca, sendo aqueles que tinham condições intelectuais (letramento para escrita e leitura), econômicas (acesso a tipógrafos, nos casos dos publicadores dos periódicos locais e, para os leitores, uma remuneração suficiente para que pudessem arcar com os custos de compra das edições avulsas ou assinaturas) e sociais (conexões para compor o amplo, porém restrito, círculo editorial da imprensa carioca) para produzir e consumir este produto. Tratava-se de uma "classe média" (advogados, militares, funcionários públicos, médicos, profissionais liberais, pequenos e médios comerciantes) predominantemente branca e masculina, cujos anseios por uma cidade "moderna" refletiam fortemente nas reportagens, charges e cartas publicadas no decorrer da década de 1900. Logo, a análise documental (CELLARD, 2012) como operador metodológico nos permite uma abordagem ampla e flexível para interpretarmos a imprensa da época à luz de seus produtores e leitores, estando atentos aos potenciais, limites e armadilhas que os documentos nos fornecem.

No caso específico da Campanha da Higiene de 1907, além da charge d'*O Malho* (representada na Figura 1), encontramos grande variedade de fontes publicadas na imprensa carioca – entre notícias a favor e contra a medida, e mesmo matérias em tom de denúncia sobre a forma como estava sendo executada (FIgura 2) – que nos permitem analisar com riqueza os eventos que precederam e sucederam as ações da Higiene em meados daquele ano.

Figura 2: Reportagem publicada no Jornal do Brasil em 12/06/1907[5]

UMA VISITA AO MORRO DA FAVELLA

1.500 PESSOAS SEM TECTO

QUADRO DE HORROR E DE MISERIAS

O «Jornal do Brasil» no morro da Favella -- O que presenciámos -- Situação triste ! -- Crianças e velhos ao relento -- Sem abrigo! -- A crueldade dos encarregados da derrubada -- Um pallido esboço do que vimos -- Reclamações e mais reclamações -- Appello ao Sr. Presidente da Republica -- Descripção e notas interessantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na medida em que a década de 1900 avançava, o discurso da Favella como lugar de perigo tornou-se cada vez mais intenso e mobilizou cada vez mais as redações dos periódicos da cidade. "A região foi naturalizada como um território violento, com títulos de

[5] Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 12 de jun. 1907, no 163, p. 3. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/22975> , acesso em 30 ago. 2025.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

matérias de jornais como ‘Navalhadas’, ‘Scena de Sangue’, ‘A Favella Vermelha’, onde residiam os piores elementos da sociedade” (REZENDE, 2023, p. 126). Em 1905, foi publicada uma frase que incorporava de forma explícita o pessimismo da população em relação à região, após a visita de alguns jornalistas ao morro “A Sociedade futura há de pagar o desleixo da Sociedade presente”[6]. Tal atenção – que gerou uma opinião pública amplamente favorável à intervenção governamental – não passou despercebida pelos políticos e pelos órgãos públicos concernentes a esta questão, como os Departamentos de Polícia, Ordem Pública e Higiene.

Em meados de abril de 1907, foi mobilizada uma campanha que visava o saneamento do morro da Favella, gerando ampla repercussão na imprensa carioca. Entre adiamentos e reclamações, o desejo de libertar a região das habitações insalubres e das “maltas de desocupados” que ali habitavam não aparenta ter sido completamente realizado, de acordo com as diversas notícias publicadas para acompanhar as ações da Higiene. Ainda assim, uma parte do morro da Favella havia, de fato, sido demolida ainda em maio (enquanto ainda havia indefinição sobre a data oficial de início dos trabalhos), fato denunciado por Palmyra Maria da Conceição, uma moradora do morro entrevistada pelo *Jornal do Brasil*, em junho de 1907,

Acompanhando os relatos de Palmyra, os subúrbios de Madureira e D. Clara surgem como potencial destino de uma parte da população anteriormente residente na área da Favella demolida pela Campanha da Higiene. Poucos meses depois, “´[...] os repórteres da imprensa central se referiram a D. Clara, [...] como ‘sucursal da favela’ ou ‘favela suburbana” (REZENDE, 2023, p. 186). Seguindo este fio, alguns anos depois, no periódico *Echo Suburbano* (cuja redação localizava-se no bairro de Madureira, subordinado administrativamente ao distrito suburbano de Irajá), uma matéria intitulada *A perdição nos subúrbios* foi publicada em 1911, denunciando “um grande mal” que ameaçava o modo de vida pacato da população suburbana.

No centro dos debates sobre modernização, higiene e civilização que perpassou os modelos de ordenamento urbano conduzidos no Rio de Janeiro no início do século XX, estava o racismo brasileiro (SANTOS, 2022). Defendemos a ideia de que os discursos sobre criminalidade, moralidade e urbanidade foram racialmente orientados e a produção de um modelo de cidadão “ideal”, tendo o branco europeu como símbolo do “progresso” e as populações negras do país como marcas do “atraso” (MOURA, 1988) incidiram diretamentena produção do espaço urbano carioca, assim como na fabricação dos “espaços criminalizados” (CAMPOS, 2010) do Rio de Janeiro no decorrer do século XX.

[6] *O Commentário*. Rio de Janeiro, jun. 1905, nº 2, p. 88. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/087866/1753>, acesso em 30 ago. 2025.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

CONCLUSÕES

A investigação histórica da imprensa, realizada com seus devidos cuidados, nos fornece um vasto acervo de fontes que podem nos ajudar a desvelar aspectos ainda pouco explorados da história do Rio de Janeiro. A conexão entre as histórias da Favella e dos subúrbios do Rio de Janeiro, ainda que aparentem certo teor anedótico, se mostram mais claramente interligadas quando exploramos a historiografia da cidade, dos subúrbios e das favelas em complemento com as produções da imprensa da cidade. Este trabalho objetivou demonstrar a confluência entre essas temáticas, contribuindo com uma historiografia sobre a cidade mais diversa e atenta a desafios que atravessam nossa contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Andrelino. **Do quilombo à favela: a produção do "espaço criminalizado" do Rio de Janeiro** – 3a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CELLARD, André. **A análise documental.** IN: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÉRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvares. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos – 3a ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MENDONÇA, Leandro Climaco. **Imprensa e subúrbios: entre suplemento, noticiário e instrumento de militância.** IN: SANTOS, Joaquim Justino dos; MATTOSO, Rafael; GUILHON, Teresa (orgs.). Diálogos Suburbanos: identidades e lugares na construção da cidade. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

MIYASAKA, Cristiane Regina. **Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma, Rio de Janeiro (1890-1910).** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 2011.

MOURA, Clóvis. **Miscigenação e democracia racial: mito e realidade** IN: MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1988.

REZENDE, Fábio de Brito. **"A perdição nos subúrbios": racismo e modernidade no distrito suburbano de Irajá** (Dissertação de Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2023.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro: uma história da formação do país.** São Paulo: Todavia, 2022.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

GÊNERO E RUA: INVISIBILIDADE, ESTIGMA E MEDO ENTRE MULHERES NEGRAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Nívea Maria dos Santos Pereira Borges[1]
Carlos Abraão Moura Valpassos[2]
Bárbara Breder Machado[3]

Resumo

A pesquisa aborda o tema das mulheres negras em situação de rua no município de Campos dos Goytacazes. As mulheres negras enfrentam desafios múltiplos e intersecionais devido à sua identidade racial e de gênero, o estudo destaca as disparidades que ocorreram para a maior vulnerabilidade dessas mulheres, bem como a importância das políticas sociais inclusivas e sensíveis às suas necessidades específicas. A situação de rua é um problema complexo que afeta uma parcela vulnerável da população, e as mulheres nessa condição vivenciam cotidianamente diversas violações dos direitos.

Palavras-chaves: Gênero, Raça, Rua, Políticas sociais.

Abstract

The research addresses the topic of black women living on the streets in the municipality of Campos dos Goytacazes. Black women face multiple and intersectional challenges due to their racial and gender identity, the study highlights the disparities that have occurred to these women's greater vulnerability, as well as the importance of social policies that are inclusive and sensitive to their specific needs. Homelessness is a complex problem that affects a vulnerable portion of the population, and women in this condition experience various rights violations on a daily basis.

Keywords: Gender, Race, Street, Social policies

[1] Nívea Maria dos S. Pereira Borges- Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF- Mestra em Políticas Sociais formada pela UENF- Assistente Social formada pela UFF- *nmaria.domingues@gmail.com*

[2] Profº Doutor Carlos Abrão Moura Valpassos- Profº adjunto do Departamento de Ciências Sociais da UFF e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF. *valpassos@gmail.com*

[3] Profª. Doutora Bárbara Breder Machado- Profª adjunto do Departamento de Ciências Sociais da UFF e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF- *barbarabreder@gmail.com*

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

INTRODUÇÃO

A população em situação de rua é um fenômeno resultante das desigualdades sociais, das relações capitalistas que se processam a partir do eixo capital trabalho; e como tal, é expressão da questão social; a utilização do conceito de pessoas em situação de rua se baseia no que está disposto na Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Segundo Iamamoto (2007, p.160), "a questão social expressa, portanto, em desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais." As mulheres negras em situação de rua enfrentam desafios acentuados, a interseccionalidade entre gênero, raça e classe faz com que essas mulheres sejam alvos frequentes de abusos de todas as ordens, o tratamento desigual nas relações de gênero manifesta-se também no espaço das ruas enquanto ambiente violador para as mulheres, uma vez que este grupo sofre diariamente inúmeras violações de direitos; além de serem estigmatizadas e discriminadas pela sociedade, pelas famílias e pelo poder público.(Tiene, 2004). Nesse sentido o trabalho buscou compreender as violações de direitos que as mulheres em situação de rua sofrem cotidianamente, bem como analisar o alcance das políticas sociais para este segmento; levando em consideração que o contexto histórico da mulher negra na sociedade que é permeado por um processo histórico de violência, desvalorização e desigualdade, resultante de uma cultura racista e patriarcal da sociedade. Segundo Tiengo (2016) o recorte racial permanece como traço permanente da população em situação de rua no Brasil que, e compõem a superpopulação relativa, excedente à assimilação pelo capitalismo e atravessada pela falta de oportunidades, imposta à condição subalterna, de subjugação, de falta ou precário acessos aos serviços públicos. Quando analisadas as questões raciais sem a interseção da categoria de gênero, o foco tende a ser como o racismo e suas consequências afetam a vida dos homens negros, o gênero é um conceito importante, mas a postura aqui não consiste em reduzir tudo a gênero, mas em afirmar que ele, como também a raça e a classe social são fundantes das relações sociais. Na perspectiva interseccional é possível considerar a condição de ser mulher, e de ser negra entrelaçada com outros recortes, é preciso atentar para a o lugar designado socialmente para as mulheres negras e suas trajetórias; pensar sobre as mulheres em situação de rua não se diferencia totalmente da realidade de mulheres pobres nas periferias das cidades, apesar das diferenças que existem entre essas mulheres, elas compartilham da experiência de opressão desse lugar em comum de ser negra. De acordo com Grada Kilomba (2019, p. 100) "pode-se

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

argumentar que, como processos, o racismo e o sexismo são semelhantes, pois ambos constroem ideologicamente o senso comum através da referência às diferenças ‘naturais’ e 'biológicas.”

MATERIAS E MÉTODOS

A pesquisa possui um delineamento exploratório, de método qualitativo, com a realização de pesquisa bibliográfica e documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas, realizadas com mulheres negras que se encontram em situação de rua ou nos Acolhimentos Institucionais para a População em Situação de Rua. Conforme Becker (1994) a pesquisa social qualitativa não segue um padrão único ou uma fórmula rígida; em vez disso, ela é um processo dinâmico para formar um quadro mais completo da realidade social, a metodologia buscou não apenas produzir conhecimento, mas também respeitar e valorizar as trajetórias e subjetividades das mulheres negras em situação de rua. O processo de revisão bibliográfica constitui uma etapa fundamental da pesquisa, pois é nele que se constrói o diálogo entre a experiência de vida das mulheres participantes e a produção já existente sobre o tema, além de obras acadêmicas, como livros, artigos e teses, foi revisado documentos oficiais, leis, planos, diretrizes e normativas que regulam ou impactam diretamente a temática investigada. A observação participante permitiu captar práticas, dinâmicas cotidianas e significados construídos no espaço da ocupação, enquanto as entrevistas semiestruturadas garantiram um espaço de escuta qualificada, onde as participantes puderam narrar suas experiências e perspectivas.

RESULTADOS E DISCURSSÃO

Na análise dos resultados, emergiu com força a experiência da invisibilidade social enfrentada por mulheres pretas em situação de rua no município de Campos dos Goytacazes/RJ. Essa invisibilidade manifesta-se tanto na ausência de políticas públicas específicas quanto na forma como a sociedade naturaliza sua presença nos espaços urbanos, reduzindo-as à condição de "problema social". Como aponta Sueli Carneiro (2003) a invisibilidade das mulheres negras está diretamente ligada a um processo histórico de desumanização e apagamento, que se atualiza no contexto da rua através do não reconhecimento de seus direitos fundamentais. Outro eixo identificado foi o estigma que recai sobre essas mulheres, constantemente associadas à criminalidade, à desordem ou à

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

prostituição, reforçando um ciclo de marginalização. Goffman (1988) descreve o estigma como um processo social que marca indivíduos e grupos, retirando-lhes a legitimidade de pertencimento. No caso das mulheres negras em situação de rua, esse estigma se entrelaça às dimensões de raça, gênero e classe, o que aprofunda a exclusão e

limita ainda mais as possibilidades de acesso a políticas de proteção. Além disso, a dimensão do medo apareceu de forma recorrente nos relatos, especialmente no que se refere à violência de gênero. Muitas dessas mulheres relataram viver sob ameaça constante, seja pela violência urbana, seja pela exposição a abusos em Acolhimentos Institucionais ou nas próprias ruas. Angela Davis (2016) argumenta que a violência contra mulheres negras não pode ser entendida de forma isolada, mas sim como parte de uma estrutura de opressão racializada e patriarcal. Esse dado reforça a urgência de políticas públicas interseccionais que considerem a vulnerabilidade específica dessas mulheres. Assim, os resultados revelam que a condição de mulheres negras em situação de rua ultrapassa a falta de moradia, evidenciando um quadro de múltiplas opressões marcado pela invisibilidade institucional, pelo estigma social e pela constante vivência do medo. A discussão aponta, portanto, para a necessidade de políticas de habitação, saúde e assistência social que incorporem uma perspectiva de gênero e raça, rompendo com a lógica universalizante das políticas tradicionais e reconhecendo a singularidade das experiências dessas mulheres.

CONCLUSÃO

A desvalorização da mulher constitui um fenômeno histórico, presente desde os primórdios da organização social, e que se mantém como um desafio diante da persistente desigualdade de gênero. Nesse cenário, as mulheres negras em situação de rua ocupam um lugar ainda mais marcado pela exclusão e pela invisibilidade, resultado da intersecção entre racismo, sexismo e pobreza. Trata-se de uma invisibilidade socialmente produzida, na medida em que a sociedade insiste em negar a essas mulheres o reconhecimento pleno de sua condição cidadã e de seus direitos fundamentais. Compõe um contingente populacional extremamente carente de acesso às Políticas Sociais, a história da subordinação das mulheres sempre aconteceu nas sociedades de classe, contudo nas sociedades capitalistas a origem da opressão de gênero está no cerne de sua estrutura. As questões interseccionais entre gênero, raça e classe entranham-se nesse processo. As mulheres negras em situação de rua carregam, em seus corpos e trajetórias, as marcas do racismo estrutural que atravessa a sociedade brasileira e as coloca em um lugar de profunda vulnerabilidade social. Estigmatizadas pela

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

indiferença e pelo preconceito, essas mulheres têm negado, na prática, os direitos que lhes são assegurados constitucional e legalmente. Essa negação evidencia não apenas a distância entre o texto normativo e a realidade concreta, mas também a urgência de problematizar a eficácia e a efetividade das políticas sociais voltadas para essa população. Grande parte dessas políticas é elaborada a partir de uma lógica verticalizada, isto é, de cima para baixo, obedecendo aos interesses e perspectivas de quem ocupa posições de poder, sem considerar a participação efetiva das pessoas que seriam diretamente beneficiárias. Para as mulheres negras em situação de rua, essa ausência de escuta e de inclusão no processo de formulação das políticas públicas soma-se às desigualdades de gênero, de raça e de classe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Suely Souza de. SAFFIOTI, Heleieth I. B**. Violência de gênero: Poder e impotência.** Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

BECKER, Howard S**. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC,1994.

BRASIL. **Decreto nº. 7.053, de 23 de Dezembro de 2009. Institui a Política Nacional Para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências**, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 de dezembro de 2009.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988

IAMAMOTO, Marilda Vilela . **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2007.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019

SAFFIOTI, Heleieth.. **Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres.** Brasília (DF) 2009.

TIENE, Izalene**. Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais**. Campinas: Alínea, 2004.

TIENGO, Verônica Martins. **População em situação de rua: o fruto necessário à reprodução capitalista e a funcionalidade do trabalho informal**. 2016. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/handle/10/8768.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

MULHERES NAS ARQUIBANCADAS CARIOCAS: DISPUTAS DE GÊNERO E IDENTIDADE NO ESPAÇO TORCEDOR

Clara Correia Vieira[1]
Maria Isabela Lauvres[2]

Resumo

Este estudo analisa a presença feminina nas torcidas organizadas e não organizadas do Rio de Janeiro, com foco nas relações de gênero que atravessam o espaço das arquibancadas. Tradicionalmente lido como território masculino, o estádio é palco de tensões simbólicas, onde a presença feminina cria resistência e reconfigura dinâmicas torcedoras. A correlação de bibliografias e pesquisa com essas torcedoras, busca compreender como identidades são construídas em meio à barreiras marcadas pelo machismo. A presença feminina não limita-se à participação passiva: representa gesto político, enfrentamento cotidiano e criação de novas formas de sociabilidade. Entre resistências, essas mulheres ocupam lideranças e criam narrativas que ressignificam o ato de torcer. Suas trajetórias revelam que elas transformam o torcer em prática política e luta simbólica por reconhecimento, ampliando o debate sobre identidade, pertencimento e justiça social. Assim, mais do que ocupar um assento no estádio, essas mulheres partem do prenúncio de amplas transformações sociais.

Palavras-chave: Torcida organizada; gênero; resistência simbólica; identidade e pertencimento; transformações sociais.

Abstract

This study analyzes the female presence in organized and non-organized supporter groups in Rio de Janeiro, focusing on the gender relations that permeate the space of the stands. Traditionally read as a male territory, the stadium becomes a stage of symbolic tensions, where women's presence generates resistance and reconfigures fan dynamics. By correlating bibliographies and field research with these supporters, the study seeks to understand how identities are constructed amid barriers marked by sexism. Women's presence is not limited to passive participation: it represents a political act, a daily confrontation, and the creation of new forms of sociability. Amid resistance, these women take on leadership roles and create narratives that re-signify the act of cheering. Their trajectories reveal that they transform cheering into a political practice and a symbolic struggle for recognition, broadening the debate on identity, belonging, and social justice. Thus, more than occupying a seat in the stadium, these women embody the herald of broader social transformations.
Key words: Supporter groups; gender; symbolic resistance; identity and belonging; social transformations.

Introdução

O futebol no Brasil é mais que esporte, é fenômeno cultural profundamente enraizado, especialmente no Rio de Janeiro, ocupando ruas, estádios e o cotidiano urbano. No entanto, esse universo foi historicamente negado às mulheres. Desde os primeiros anos do século XX, sua presença foi marginalizada nos estádios, vistas como acompanhantes e não como torcedoras legítimas. A exclusão institucional se consolidou com o Decreto-Lei nº 3.199, de 1941, que proibiu o futebol feminino no país, contribuindo

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

para a construção de um ambiente que reforçava a arquibancada como espaço masculino, hostil à presença feminina.

A revogação da proibição, em 1979, representou um marco, mas a reinserção das mulheres nas arquibancadas cariocas não ocorreu sem enfrentamentos. Estudos e relatos apontam que a violência de gênero nesse espaço permanece naturalizada: o assédio sexual, os casos de abuso raramente denunciados e, quando são, são minimizados ou ignorados pelas autoridades presentes. A sensação de insegurança entre torcedoras é agravada pelo fato de que a presença da polícia, em vez de oferecer proteção, reproduz a violência institucional.

Frente a essa realidade, torcedoras têm se articulado por medidas concretas. Entre as principais demandas está a criação de setores exclusivos para mulheres nos estádios, não como forma de segregação, mas como estratégia emergencial de proteção em ambientes marcados pelo machismo. Além disso, coletivos femininos surgiram como resposta política e organizativa à exclusão: iniciativas como Flu Mulher, Bravas da 52, Esquadrão Feminino, Guerreiras Vascaínas, Bravas da Barra, Guerreiras Alvinegras, Falange Feminina, Meninas SRN e Pelotão Feminino - TJF têm atuado não apenas no apoio aos clubes, mas na afirmação de um novo modelo de torcer, com protagonismo feminino, denúncias de violências e ações de acolhimento.

Esses grupos criam redes de solidariedade e enfrentamento, reivindicando o direito de ocupar os estádios com autonomia e segurança. Essas mulheres tornam-se agentes de transformação social, desafiando a estrutura excludente do futebol carioca. Suas práticas tensionam normas de gênero, raça e classe que ainda organizam o espaço das torcidas, revelando contradições entre a cultura popular e os sistemas de opressão que nela operam.

Portanto, compreender a presença feminina nas arquibancadas do Rio de Janeiro é também analisar os mecanismos históricos de exclusão e as estratégias contemporâneas de resistência. A arena esportiva também é espaço de disputa simbólica e política. As mulheres, ao ocuparem esse espaço, não apenas torcem, mas denunciam, reivindicam e transformam.

Materiais e Métodos

Este estudo se insere no campo da pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, buscando iluminar os caminhos percorridos pelas mulheres nas torcidas do Rio de Janeiro. A investigação se apoiou em três pilares que se entrelaçam: revisão bibliográfica, observação em campo e entrevistas semiestruturadas com torcedoras dos times cariocas

e torcedoras que participam das principais torcidas femininas da cidade. Cada uma dessas metodologias foi essencial para a compreensão das arquibancadas enquanto espaço de

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

resistência, identidade e pertencimento.

As observações foram realizadas em jogos entre 2023 e 2024, espalhadas por diferentes estádios do Rio de Janeiro, revelando os detalhes da dinâmica das torcidas femininas: os cânticos que ecoam como presença, as bandeiras que se erguem como símbolos de afirmação, e os gestos de solidariedade e organização que costuram a rede invisível da sociabilidade torcedora. As entrevistas buscaram captar trajetórias, motivações e percepções das torcedoras sobre gênero e raça, iluminando os modos como enfrentam barreiras históricas e tecem estratégias de resistência.

A análise dos dados seguiu a lógica da análise de conteúdo temática, permitindo identificar categorias emergentes que apontam para a construção de identidade, a negociação de pertencimento e o exercício de protagonismo nas arquibancadas. Cada dado e relato teve o objetivo de revelar como a história do Rio de Janeiro, marcada por exclusões, mas também por mudanças, se reflete nas práticas cotidianas das torcedoras.

Resultados e Discussão

Usando um questionário em formato de formulário online e enviando para torcedores de ambos gêneros, obtivemos determinadas respostas que nos ajudaram a entender determinados conceitos e os fatores determinantes para presença feminina dentro dos estádios. Esse formulário contemplou 171 participantes, dos quais 33,9% são do sexo masculino e 66,1% do sexo feminino.

Apresentaremos alguns dos principais resultados para corroborar o resumo.

Um dos resultados que chamou atenção frente a essa porcentagem foi relacionado a pergunta “Você sente que precisa se “provar” como torcedor(a)?” apresentado da figura 1.

Figura 1: Você sente que precisa se "provar" como torcedor(a)?

Das 46 pessoas que responderam sim para essa pergunta, 95% foram mulheres. Isso

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

mostra que mesmo que a presença feminina seja forte e se faça presente, é comum que elas sintam que precisam se "provar" para ocupar aquele lugar, o que torna evidente como essa não é uma questão comum e muito menos recorrente para o público masculino.

Outro ponto importante abordado que diz respeito a presença do corpo feminino no estádio é o horário que os jogos ocorrem. É senso comum que o índice de periculosidade no Rio de Janeiro é motivo de reflexão, no entanto, quando questionamos na pesquisa se o horário interfere na decisão de ida ou não aos jogos, resultado apresentado na figura 2, não surpreendentemente, evidencia que dessas 92 respostas positivas, 71% são mulheres.

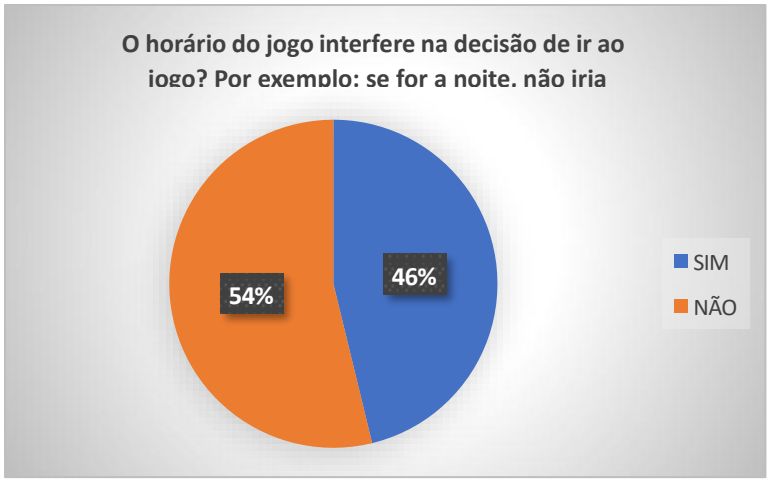


Figura 2: O horário do jogo interfere na decisão de ao jogo? Por exemplo: se for a noite, não iria

Isso se dá não somente pelo horário, mas pela falta de segurança que o estádio e os caminhos até ele revela. A periculosidade, a alta taxa de feminicídio, a presença masculina como sinônimo de violência para com a mulher são questões constantes e que não possuem uma média. O que têm tomado uma proporção inumana nos últimos meses de 2025, o que não está longe de ser realidade dentro dos estádios. A questão se torna somente sobre sorte, se vai ou não acontecer com você enquanto mulher.

Seguindo a mesma linha, foi traçado um perfil similar de torcedor de ambos os sexos, que possuem a mesma idade, mesmo time e nível alto de frequência nos jogos, como mostra a tabela 1. Apesar de similares, quando comparados, há pontos chaves que diferenciam as vicências individuais, de forma que o corpo feminino repara e sofre com determinados aspectos que o corpo masculino não pensa. O que fica evidente na última pergunta que foi discursiva. A preocupação feminina vai muito além do espaço que ocupa, mas quer dialogar com a lei e de com algo que de fato erradique o comportamento, que não seja só uma solução paliativa.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

PERGUNTA	TORCEDOR A	TORCEDOR B
Qual é o seu gênero?	Feminino	Masculino
Qual a sua idade?	20	20
Para qual time você torce?	Botafogo	Botafogo
Você costuma frequentar estádios?	Sempre	Sempre
Você sente que precisa se "provar" como torcedor(a)?	Sim	Não
Com que idade começou a frequentar jogos no estádio?	Menos de 18 anos de idade	Menos de 18 anos de idade
O horário do jogo interfere na decisão de ir ao jogo? Por exemplo: se for a noite, não iria	Sim	Não
Enquanto torcedor(a), você se sente respeitado(a) nos estádios?	Sim	Sim
Você acha que existem espaços dentro do estádio que são mais femininos ou masculinos?	Sim	Não
Você já sofreu assédio verbal ou físico em arquibancadas?	Sim	Não
O que poderia ser feito para tornar as arquibancadas mais inclusivas e seguras para as mulheres?	Deveria ter mais policiamento. Também medidas que REALMENTE funcionem pois só dar lição de moral não adianta nada. Apoio do clube também é essencial.	Mais esquadrões femininos

Tabela 1: Comparação de resposta de torcedores de um mesmo perfil e gêneros opostos

Conclusão e Referências

A experiência da torcida feminina é condicionada por fatores relacionados à segurança, dinâmicas de gênero e representatividade. As respostas indicam que a percepção de insegurança, associada à violência e ao comportamento de determinadas torcidas, constitui um elemento estruturante na decisão de comparecer aos jogos, configurando um obstáculo à democratização plena do espaço esportivo.

Além disso, nas relações de gênero, observa-se a permanência de desigualdades significativas. A escassa representatividade feminina em posições de liderança e a recorrência de sugestões voltadas à criação de mecanismos de combate ao assédio e de infraestrutura adequada, como banheiros e setores específicos, sinalizam a urgência de políticas inclusivas que considerem a perspectiva das mulheres como elemento central para a reconfiguração do espaço esportivo.

Os resultados apontam que os estádios, embora constituídos como territórios de sociabilidade, pertencimento e expressão identitária, ainda reproduzem barreiras estruturais que limitam a pluralidade de seus frequentadores. A promoção de ambientes mais equitativos passa, por estratégias que integrem segurança cidadã, educação para a convivência e representatividade, de modo a consolidar as arquibancadas como espaços verdadeiramente democráticos e acessíveis.

Referências

WESTIN, Ricardo. Futebol feminino já foi proibido no Brasil, e CPI pediu legalização. *Senado Notícias*, edição 103, 4 ago. 2023. Disponível em: www12.senado.leg.br/... Acesso em: 20 ago. 2025.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

REVISÃO SISTEMÁTICA DE PERIÓDICOS CAPES: – O QUE SE ENCONTRA SOBRE CIENTISTAS NEGRAS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA?

Sandra Mara dos Santos Nogueira[1] Ana Letícia Pereira de Andrade[2] Luciana Ferrari Espindola Cabral[3] Marcus Vinícius da Silva Pereira[4]

RESUMO

A equidade de gênero nas ciências é uma preocupação mundial e, atualmente, o Brasil começa a sistematizar dados positivos quanto à ocupação feminina nos cursos superiores. Este trabalho busca conhecer e ampliar a temática sobre Mulher Negra nas Ciências por meio de uma revisão sistemática de artigos sobre mulheres negras nas ciências. Foi realizada busca no portal de Periódicos Capes/Mec. Apresentamos como resultado a análise de 6 artigos científicos, evidenciando os conceitos Interseccionais apresentados.
Palavras-chave: Mulheres Negras nas Ciências, Revisão Sistemática; Interseccionalidade Escrevivência,

RESUMEN

La equidad de género en las ciencias es una preocupación mundial y actualmente Brasil comienza a sistematizar datos positivos sobre la ocupación femenina en los cursos superiores. Este trabajo busca conocer y ampliar el tema sobre la Mujer Negra en las Ciencias a través de una revisión sistemática los artículos mujeres negras em las ciencias. Se realizó una búsqueda en el portal de Periódicos Capes/Mec. Presentamos como resultado el análisis de 6 artículos científicos, evidenciando los conceptos interseccionales presentados.
Palabras clave: Mujeres Negras en las Ciencias, Revisión Sistemática; Interseccionalidade; Escrevivência,

INTRODUÇÃO

Com o intuito de conhecemos os aspectos desenvolvidos sobre o tema mulheres negras nas ciências e o quanto os trabalhos realizados abordam o conceito da interseccionalidade, realizamos uma revisão sistemática sobre esse tema. A revisão sistemática é muito importante para conhecer e ampliar o escopo da pesquisa. De acordo com Costa, Fontanari e Zoltowski (2022, p.133) "A revisão sistemática é um método que permite maximizar o potencial de uma busca, encontrando o maior número possível de resultados de uma maneira organizada".

[1]Sandra Mara dos Santos Nogueira, IFRJ sandra.nogueira@prof.etejk.faetec.rj.gov.br
[2]Ana Letícia Pereira de Andrade, Faetec, aletufarm@gmail.com
[3] Luciana Ferrari Espíndola Cabral, Cefet/RJ, luciana.cabral@cefet-rj.br
[4] Marcus Vinícius da Silva Pereira, IFRJ, marcus.pereira@ifrj.edu.br

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

No Brasil, já se tem dados positivos em relação à política de equidade de gênero de acordo com os dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq), apresentados em um relatório sobre a ocupação feminina nas carreiras de ciências desde a graduação até o cargo de Ministro de Ciência de Tecnologia, sob o título: Ocupação de posições no ecossistema científico e tecnológico brasileiro, por sexo, em 2020. Porém, quando se busca dados com recorte étnico-racial a situação é ainda bastante desfavorável, Sousa et al. (2024), ao investigarem 63 PPGs, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), identificaram que havia equilíbrio na ocupação por gênero, mapeando docentes homens (843) versus docentes mulheres (810), contudo não encontrando nenhuma docente negra em 18 áreas das 50 áreas possíveis.

Para além desses dados, as pesquisadoras conseguiram mapear racialmente 765 das 810 docentes e apontam que 11,1% das docentes são mulheres negras. Entre as identificadas, 85 foram reconhecidas como mulheres negras e 680 como mulheres brancas. Logo, é crucial a realização de uma análise crítica sobre a produção de ciências por mulheres negras. Lélia Gonzalez (2020) aponta a importância de se investigar o quanto a desigualdade sexual está atrelada às desigualdades raciais do continente americano de forma articulada e institucionalizada em várias camadas. A interseccionalidade não é apenas uma avaliação identitária, mas uma ferramenta analítica para discutirmos como a relação de poder atua e modela as ideologias vigentes, de acordo com Collins e Bilge (2021, p. 15).

Esse trabalho busca investigar as produções acadêmicas que estão voltadas para o tema mulheres negras nas ciências, considerando nossa questão central: Quais abordagens interseccionais se apresentam nos trabalhos sobre o tema mulheres negras nas ciências? Nosso objetivo com a revisão sistemática é conhecer os parâmetros interseccionais desses trabalhos e ampliar o estudo sobre o assunto.

MATERIAL E MÉTODOS

Para execução deste trabalho, foram realizadas buscas, no Portal Periódico Capes/MEC, por artigos sobre o tema mulheres negras nas ciências, publicados nos últimos dez anos. Foram utilizadas as seguintes palavras chaves: mulher negra, mulher negra na ciência, mulher negra cientista, com as variações no plural no campo título, adicionando as variações no título usando E, OU.

Após a coleta de dados, com a reunião dos artigos encontrados, implementaram-se as seguintes etapas: Primeira etapa: verificação se o título está dentro do tema a ser investigado, em caso negativo o mesmo não seguirá para próxima etapa. Segunda etapa: a leitura do resumo

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

de cada artigo, verificação se o trabalho atende ao campo das ciências. Terceira etapa: análise do trabalho na íntegra. Quarta etapa: categorização dos trabalhos quanto às suas convergências e linhas acadêmicas propostas.

Foram, também, levantados os dados dos autores, tendo como objetivo identificar a auto identificação racial, de gênero, sexual e territorial, parâmetros Interseccionais que podem dificultar a trajetória do(a) pesquisador(a) quanto à produção acadêmica. E, ainda, evidenciar se o texto apresentava histórias e vivências, de um coletivo feminino negro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No portal de Periódicos da Capes/MEC, o arranjo com resultado positivo foi formado com a seguinte sequência: "mulheres negras" no título, adicionando o campo, E, no título "ciência", adicionando ao título OU "cientistas", resultou em 6 artigos, do período de 2021 a 2024. No Quadro 1, apresentamos o resultado encontrado na busca realizada.

Quadro 1 – Produções encontradas: codificação, título, autoria, veículo de publicação, edição e ano.

Código	Título	Autor	Publicação	nº e Edição
T1	Feminilizando sentidos sobre a natureza da ciência: Por mulheres e mulheres negras rappers	Roberth De-Carvalho	Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade	v.10, n.3, 2021
T2	Ciência de Mulheres Negras: um experimento de insubmissão	Giovana Xavier	Saúde em Debate	v. 45, 2021
T3	Representatividade das mulheres negras na ciência: a presença racial nos livros didáticos de ciências da natureza e suas tecnologias do ensino médio 2021/2024	Fernando Fernandes Oliveira, Alessandra Oliveira da Silva, José Evaristo Gonçalves, Nayara Fernanda Lisboa Garcia	Cuadernos de Educación y Desarrollo	v.15, n.9, 2023
T4	Mulheres negras na ciência: silêncio, memória, sujeitos e sentidos no filme estrelas além do tempo	Mirih Alexandre de Paula, Camila da Silva Gomes, Altair dos Santos Bernado Junior	Miguilim-Revista Eletrônica do Netlli	v.12, n.3, 2023
T5	O impacto das mulheres negras na ciência	Sarah Lorena Silva Santos Talessa Viegas Araujo, Samara Alves Correa inara Vivian Barbosa Ferreira Welberth Santos Ferreira	Revista Contemporâne a	v. 4, n.4, 2024
T6	Contribuições de mulheres negras na ciência: relato de experiência da aplicação de uma oficina temática sobre Alice Ball	Valéria de Aniz Santos, Rodrigo Alves dos Santos, Yngrid de Jesus Alves Santos, Filipe Silva de Oliveira	Revista Ciências & Ideias	v.15, 2024

Fonte: Elaboração dos autores.

Devido ao alinhamento positivo dos textos com o tema investigado, os 6 trabalhos foram lidos na sua integralidade.

Em cada trabalho foi pesquisado sobre o engajamento dos autores por meio da

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

plataforma do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), realizando a busca do currículo Lattes, verificando a foto e a área de interesse do(a) pesquisador(a). Estabelecemos dois eixos de categorização, a saber: Eixo A - verificar aspectos identitários dos autores, quanto ao gênero, à raça, à sexualidade ou ao território, e; Eixo B - verificar se o trabalho apresenta biografias e histórias de mulheres negras nas ciências.

Evidenciando o protagonismo feminino negro por meios de histórias e vivências representativas de um coletivo. Sendo alicerçado pelo conceito de escrevivência, Evaristo (2020).

De acordo com o primeiro eixo, nos trabalhos T1 e T2, os autores se apresentam dentro do texto, se declaram enquanto pessoas de grupos historicamente marginalizados revelando suas camadas interseccionais e suas vivências de forma explícita. Ambos os trabalhos são assinados por um único autor. Já nos trabalhos T3, T4, T5, T6, a partir das fotos nos currículos Lattes, se identificou a presença de mulheres e homens negros como primeiros autores em T3, T4 e T5, enquanto em T6 com um grupo formado por 4 pesquisadores apenas a primeira autora era branca.

Pelo segundo eixo de categorização cinco trabalhos apresentaram histórias e vivência. Os trabalhos T1, T2 foram aplicados ao ensino superior e pós-graduação. T1 relata as histórias vivenciadas por mulheres negras *rappers* e T2 ressalta a valorização da riqueza de detalhes das histórias pessoais, as quais também integram a metodologia nas produções acadêmicas.

O trabalho T4 se propõe a analisar os recortes raciais e de gênero no filme "*Hidden Figueres*", que no Brasil recebeu o nome de "Estrelas além do tempo".

E os trabalhos T5 e T6, desenvolveram um relato de experiências, aplicado aos alunos do ensino médio. T6 ressaltou a biografia da cientista afro-americana Alice Ball, por meio de um vídeo disponibilizado na plataforma *YouTube*. Já o trabalho T5 apresentou as biografias de: Marie M. Dally, Gladys West e Jaqueline Goes, três mulheres negras nas Ciências sendo duas norte americanas e uma brasileira, por meio de uma palestra em comemoração ao dia da Consciência Negra.

O trabalho T3 é o único que não estabeleceu histórias nem vivências, pois a temática deste trabalho era analisar as imagens e textos que relacionavam as mulheres negras e as mulheres negras cientistas em livros didáticos, aprovado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

CONCLUSÕES

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A revisão sistemática sobre mulheres negras nas ciências, demonstrou uma tendência em abordar o tema fazendo uma análise interseccional. Em dois trabalhos os autores se colocaram explicitamente no texto usando as ferramentas Interseccionais. Interessante perceber que dos 6 trabalhos encontrados pela plataforma Capes/Mec, os primeiros autores de cinco dos textos são homens ou mulheres negras. Verificou-se, também, a importância das histórias/vivências de mulheres negras nas ciências, contadas e recontadas em cinco texto. Apesar de não estar alinhado com o conceito de escrevivência nos eixos A e B, o trabalho T3 destaca-se como uma pesquisa documental, comprometida em denunciar a invisibilização de mulheres negras e cientistas negras nos livros didáticos que são acessados por estudantes do ensino médio.

O trabalho T2 destacou-se com propostas metodológicas de escritas voltadas para valorização e visibilidade da mulher negra cientista no meio acadêmico. Um trabalho que busca promover novas linguagens no meio acadêmico, se alinhando com os três eixos fundamentais de escrevivência: a interseccionalidade da autora; as histórias vivenciadas, e; o impacto coletivo dessas histórias.

A revisão sistemática também mostrou que os trabalhos encontrados na plataforma Capes/MEC são oriundos de pesquisas na área de ensino, indicando que o tema interseccional está presente como discussão na área, o que nos possibilita pensar que isso se deve ao fato de mulheres negras se concentrarem na área de educação. O apagamento das cientistas negras e o silenciamento das mulheres negras nas ciências ainda demandam muitas discussões. Mas, buscar a equidade de gênero e de raça nas ciências é, sem dúvidas, um tema atual que precisa de mais ações institucionais, a começar pelos dados disponíveis de ocupação das mulheres negras na carreira científica.

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Ângelo Brandelli; FONTANARI, Anna Martha; ZOLTOWSKI, Ana Paula C. Como escrever um artigo de revisão sistemática: um guia atualizado. *In*: SAMPAIO, Maria Imaculada Cardoso; SABADINI, Aparecida Angélica Zoqui Paulovic; KOLLER, Silvia Helena (Org.). **Produção científica: um guia prático**. São Paulo: USP, 2022.

EVARISTO, Conceição A escrevivência e seus subtextos. In.: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Ilustrações de Goya Lopes. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Org). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

SOUSA, Ana Lúcia Nunes de; LIMA DA SILVA, Lohrene de; ESPÍNDOLA CABRAL, Luciana Ferrari; LIMA, Mariana da Silva. Mulheres negras nas ciências: da teoria à ação. *In*: OLIVEIRA, Leticia de; ROQUE, Tatiana (Org.). **Mulheres na Ciência**: o que mudou e o que ainda precisamos mudar. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2024.

Agradecimentos

Agradeço aos professores Dr. Marcus Vinícius da Silva Pereira (orientador) e Drª Luciana Ferrari Espíndola Cabral (coorientadora), pelo fortalecimento profissional e intelectual no desenvolvimento dos trabalhos. Ao Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), *campus* Nilópolis, que possibilita aos professores da rede básica de ensino fazer o Mestrado Profissional em Ensino de Ciências, por meio do programa (PROPEC). Agradeço à Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), fundação de ensino onde desenvolvo minhas habilidades profissionais. E, por fim, à Comissão Organizadora do II SEERJ.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ETNOATLAS GEOGRÁFICO PARTICIPATIVO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA COSTA VERDE

Lucas Celestrini[1]
Monika Richter[2]
Marcos Leu[3]
Thainá Moreira[4]
Cláudia Ramos [5]

RESUMO

O estudo descreve a criação de um Etnoatlas Geográfico Participativo das comunidades quilombolas distribuídas por toda a Costa Verde (RJ), baseado em etnocartografia e mapeamento participativo. Reconhecendo que os mapas historicamente servem como instrumentos de poder e de conhecimento, a pesquisa busca representar o espaço de forma inclusiva, valorizando a presença quilombola como patrimônio cultural e territorial único, resultado da recriação de territórios africanos no Brasil. Para isso, combinaram-se revisão bibliográfica, análise documental e levantamentos de campo com diálogo direto com as comunidades. Oficinas, reuniões e validação coletiva permitiram a construção colaborativa do conhecimento territorial, reforçando a participação das comunidades na representação de seus próprios espaços. Assim, o Etnoatlas ultrapassa o caráter de registro espacial, configurando-se como ferramenta de resistência, afirmação identitária e promoção dos direitos das populações quilombolas.

Palavras-chave: etnocartografia; mapeamento participativo; comunidades quilombolas.

ABSTRACT

The study describes the creation of a Participatory Geographic Ethnoatlas of quilombola communities across the Costa Verde region (RJ), based on ethnocartography and participatory mapping. Recognizing that maps have historically served as instruments of power and knowledge, the research aims to represent space inclusively, valuing the quilombola presence as a unique cultural and territorial heritage, resulting from the recreation of African territories in Brazil. To achieve this, a combination of bibliographic review, documentary analysis, and field surveys was conducted in direct dialogue with the communities. Workshops, meetings, and collective validation allowed for the collaborative construction of territorial knowledge, reinforcing community participation in representing their own spaces. Thus, the Ethnoatlas goes beyond mere spatial documentation, serving as a tool of resistance, identity affirmation, and promotion of quilombola rights.

Keywords: ethnocartography; participatory mapping; quilombola communities.

[1]Lucas Celestrini Merovil da Silva/UFF-IEAR/lucascelestrini@id.uff.br
[2] Monika richter/UFF-IEAR/mrichter@id.uff.br
[3] Marcos Vinícius de Souza Leu/UFF-IEAR/marcvi.leu@gmail.com [4] Thainá Moreira de Souza/UFF-IEAR/thaina_moreira@id.uff.br
[5]Cláudia Ramos da Silva Ferreira/UFF-IEAR/claudiaramos@id.uff.br

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

INTRODUÇÃO

Historicamente, os mapas têm funcionado como instrumentos de poder e de produção de conhecimento, possibilitando a compreensão e a representação do espaço. No contexto brasileiro, a cartografia deve igualmente considerar as especificidades das comunidades quilombolas, que configuram um patrimônio territorial e cultural singular. Como observa Anjos (2006), "é inconcebível realizarmos leituras do nosso território [...] sem contemplar a geografia dos quilombos", já que estes expressam a recriação de territórios africanos no Brasil.

A própria definição de quilombo passou por ressignificações desde seu surgimento. De acordo com Moura (como citado por Silva e Cornério, 2016), a concepção inicial, estabelecida pelo Conselho Ultramarino em 1740, definia quilombo como "toda habitação de

negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele". Tal definição, no entanto, não contempla a complexidade e a diversidade da presença quilombola. Pelo contrário, reforçava uma imagem associada à desordem e à violência, apresentando os quilombolas apenas como fugitivos e subversivos. Essa perspectiva reducionista marcou o imaginário social, e seus efeitos ainda se fazem sentir na contemporaneidade.

Diante dessa visão limitada, movimentos sociais e pesquisadores passaram a liderar um processo de redefinição do conceito de quilombo, desconstruindo o enfoque exclusivo na fuga e na herança histórica. Essa nova compreensão incorporou dimensões culturais, sociais e políticas, reconhecendo as comunidades quilombolas como sujeitos de direitos e protagonistas de suas próprias histórias, com identidades complexas e lutas contínuas (SCHMITT et al., 2003).

MATERIAL E MÉTODOS

Nesse sentido, a proposta de uma cartografia que incorpore as concepções quilombolas e supere a visão colonial é essencial. Como ressalta Marcellino (2021), é preciso romper com a imagem da África e de seus descendentes associada à inferioridade. Um dos caminhos para isso é o mapeamento participativo e a etnocartografia, que permitem representar o que ocorreu, o que ocorre e o que pode ocorrer nos territórios quilombolas, configurando não apenas registros espaciais, mas também formas de autoafirmação e resistência.

Dessa forma, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental (relatórios antropológicos, ambientais e RTID/INCRA) acerca das comunidades da costa verde

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

localizada no estado do Rio de Janeiro no município de Angra dos Reis, complementada pela construção de uma base de dados geoespacial a partir de fontes secundárias e primárias.

Considerando a natureza do projeto, a aproximação e integração com as comunidades apresentam-se como fundamentais. A proposta do etnoatlas busca evidenciar as concepções que os próprios membros possuem sobre seus territórios. Nesse sentido, foram realizadas oficinas e reuniões para apresentação dos objetivos, planejamento das atividades, realização de ajustes com base nos apontamentos comunitários e, ao final, validação dos resultados alcançados.

Esse processo não apenas buscou captar a compreensão dos quilombolas sobre seus territórios, mas também fomentar debates sobre questões centrais para a comunidade, como a luta pela regularização fundiária, a educação quilombola e outros aspectos socioterritoriais relevantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desta forma, considera-se relevante a produção de um documento construído a partir do olhar dos próprios quilombolas, o que deu início à elaboração de um etnoatlas geográfico participativo das comunidades da Costa Verde. (figura 1), sendo elas: quilombolas do Campinho da Independência, Cabral, Santa Justina e Santa Isabel, Marambaia e Santa Rita do Bracuí, localizadas na região da Baía da Ilha Grande, Estado do Rio de Janeiro, todas reconhecidas e certificadas pela fundação cultural palmares, três em processo de titulação pelo INCRA e duas já tituladas. Essa produção, fundamentada na etnocartografia e no mapeamento participativo, buscou fortalecer o conhecimento dessas populações sobre seus próprios territórios e apoiar a luta pela preservação de suas identidades e direitos.

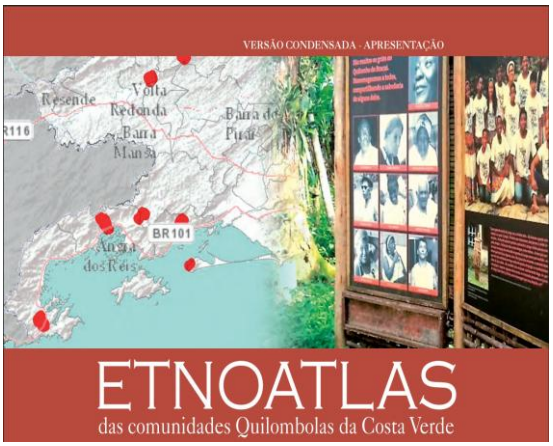


Figura 1 - Capa do Etnoatlas das Comunidades Quilombolas da Costa Verde/RJ

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

O Brasil ainda convive com o racismo em suas dimensões estrutural e institucional. Contudo, nos últimos anos, alguns avanços têm sido alcançados na tentativa de reduzir essa forma de violência. Um exemplo é a Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei nº 9.394/1996, ao estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional e tornar obrigatória a inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial da rede de ensino, entre outras disposições (BRASIL, 2003). Nesse contexto, iniciativas que valorizem a memória e a identidade das comunidades quilombolas tornam-se fundamentais. Com isso em mente, foi elaborada, como subproduto do Etnoatlas, uma cartilha do Quilombo Santa Rita do Bracuí (Figura 2), com o objetivo de oferecer um material didático voltado a uma educação diferenciada, com enfoque na educação escolar quilombola.

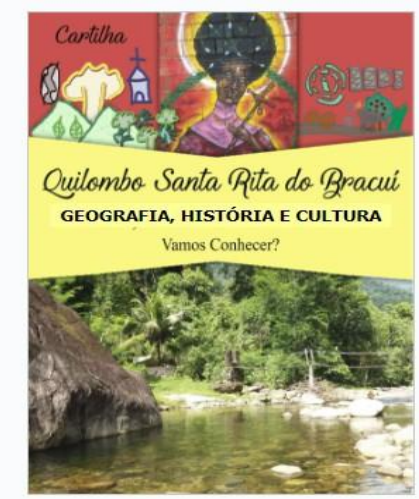


Figura 2 - Capa da Cartilha do Quilombo Santa Rita do Bracuí/Angra dos Reis/RJ

CONCLUSÕES

O Etnoatlas Geográfico Participativo das Comunidades Quilombolas da Costa Verde encontra-se finalizado e atualmente foi encaminhado para edição e publicação. Este EtnoAtlas é a consolidação dos resultados dessa pesquisa colaborativa. O material será disponibilizado como recurso de consulta pública para educadores, pesquisadores e principalmente para as próprias comunidades, fortalecendo tanto a autonomia na gestão territorial quanto a preservação da memória e identidade quilombola.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

REFERÊNCIAS

BRASIL, 2003 - LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003

Rafael Sanzio Araújo Dos Anjos. CARTOGRAFIA E QUILOMBOS: TERRITÓRIOS ÉTNICOS AFRICANOS NO BRASIL. AFRICANA STUDIA, Nº 9,
2006, Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP) pp 337-355. Disponível em https://ojs.letras.up.pt/index.php/AfricanaStudia/article/download/7286/6676/23971.

Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, remarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

SILVA, A.E.F. & CARNEIRO, L.O.. Reflexões sobre o Processo de Ressemantização do Conceito de Quilombo - Revista de Geografia – PPGEO - UFJF. Juiz de Fora, v.6, n.3, p.293-304, 2016.

SCHMITT, ALESSANDRA , MANZOLI TURATTI, MARIA CECÍLIA , PEREIRA DE CARVALHO, MARIA CELINA. A ATUALIZAÇÃO DO CONCEITO DE QUILOMBO: IDENTIDADE E TERRITÓRIO NAS DEFINIÇÕES TEÓRICAS. Ambiente & Sociedade [en linea]. 2002, V(10), 1-8[fecha de Consulta 1 de Septiembre de 2023]. ISSN:1414-753X. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31713416008>.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

AS CAMPANHAS DE PREVENÇÃO AO FEMINICÍDIO NO RIO DE JANEIRO (2000-2023)

Isadora Vianna Sento-Sé[1]
Eduardo Ramos[2]
Maira Covre-Sussai[3]
Clara Araújo[4]
Ana Beatriz Dutra[5]

Resumo: O artigo analisa campanhas de prevenção à violência letal de gênero produzidas no estado do Rio de Janeiro entre 2000 e 2023 por instituições públicas e privadas. Com atenção especial às mudanças decorrentes da Lei do Feminicídio, em 2015, examina-se como a comunicação sobre a violência letal contra mulheres em razão de gênero se transformou ao longo do tempo, a quem as ações foram dirigidas e de que modo essa violência foi representada. A maior parte das campanhas apresentou caráter genérico, com baixo potencial de orientar a prevenção e pouca atenção à sinalização de riscos. Nos anos recentes, porém, observa-se maior esforço em tratar explicitamente a violência letal, relacionando-a à desigualdade de gênero como fenômeno estrutural. Ainda assim, predomina a comunicação voltada a públicos amplos e indistintos, com reduzida segmentação de grupos estratégicos.

Palavras-chave: violência de gênero; feminicídio; prevenção; campanhas públicas; Rio de Janeiro.

Abstract: This article analyzes gender-based lethal violence prevention campaigns produced in the state of Rio de Janeiro between 2000 and 2023 by public and private institutions. With particular attention to the changes introduced by the Feminicide Law in 2015, it examines how communication on lethal violence against women has evolved, which audiences were targeted, and how this issue was represented. Most campaigns were generic, with limited preventive potential and little attention to risk signaling. In recent years, however, there has been a clearer effort to explicitly address lethal violence, linking it to gender inequality as a structural phenomenon. Nonetheless, communication remains largely directed at broad and indistinct audiences, with little segmentation of strategic groups.

Keywords: gender-based violence; femicide; prevention; public campaigns; Rio de Janeiro.

[1]Isadora Vianna Sento-Sé, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS-UERJ), isadorasentose@gmail.com.

[2] Eduardo Ramos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS-UERJ), 88ramosjr@gmail.com.

[3] Maira Covre-Sussai, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS-UERJ), mairacovre@gmail.com.

Clara Araújo, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS-UERJ), claramaria.araujo@gmail.com.

[5]Ana Beatriz Dutra, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS-UERJ), anabeatrizdutracc@gmail.com.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

INTRODUÇÃO

A violência letal contra mulheres em razão de gênero constitui uma das expressões mais graves das desigualdades no Brasil, revelando padrões persistentes de discriminação e hierarquias de gênero enraizadas. No estado do Rio de Janeiro, esse quadro ganha destaque não apenas pela magnitude dos casos, mas também pela visibilidade social e política que mobiliza. Ao longo das últimas duas décadas, diferentes instituições, como órgãos do Executivo estadual e municipal, o sistema de justiça e organizações da sociedade civil, produziram campanhas de prevenção que se tornaram espaços de disputa sobre como o problema é reconhecido e comunicado à sociedade.

De acordo com o Dossiê Mulher mais recente, com informações referentes a 2023, foram registradas 99 vítimas de feminicídio no estado, número 10,8% inferior ao de 2022, quando houve 111 casos. Em contrapartida, as tentativas cresceram 5,1% no mesmo período, passando de 293 para 308 registros, e as tentativas de homicídio em geral aumentaram 10,8%, alcançando 594 ocorrências. A violência física também apresentou expansão, atingindo 41.435 mulheres em 2023, taxa de 488,2 por 100 mil, frente a 455,0 no ano anterior. Esses números mostram que, mesmo diante da queda nos feminicídios consumados, os riscos seguem elevados, evidenciando a centralidade do tema nas políticas públicas de segurança e gênero (ISP-RJ, 2024).

A aprovação da Lei do Feminicídio, em 2015, representou um marco normativo ao qualificar o assassinato de mulheres por razões de gênero como forma específica de homicídio. Desde então, observa-se maior esforço em representar a violência letal como parte de um continuum de abusos que atravessam a vida das mulheres. Mais do que avaliar a efetividade das campanhas, este trabalho examina seus conteúdos, investigando quais mensagens são priorizadas, como a violência letal é retratada e que públicos são interpelados nas ações realizadas no Rio de Janeiro entre 2000 e 2023.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de análise de conteúdo, inspirada em protocolos internacionais de estudos sobre comunicação e prevenção da violência de gênero (Moreno Martín, 2018). O corpus foi constituído a partir de levantamento de campanhas coletadas por órgãos públicos do estado e de municípios do Rio de Janeiro, instituições do sistema de justiça (Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública) e organizações da sociedade civil, além de peças acessadas em redes sociais e arquivos institucionais.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

O recorte temporal abrange o período de 2000 a 2023, permitindo observar as transformações na comunicação antes e depois da promulgação da Lei do Feminicídio. Para cada campanha, foram codificadas variáveis como: instituição promotora, público-alvo, foco temático (violência doméstica, violência letal, denúncia, serviços de apoio), linguagem utilizada (visual, textual, digital) e representação da vítima e do agressor. O procedimento de análise buscou identificar padrões recorrentes, lacunas temáticas e mudanças na abordagem ao longo do tempo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados indicam que, até 2015, predominavam campanhas de caráter genérico, voltadas a "conscientizar a sociedade" sobre a violência contra a mulher, sem abordar de formas específicas, tão pouco a violência letal. As peças eram majoritariamente informativas, mas pouco esclarecedoras como instrumentos de prevenção: limitavam-se a afirmar a gravidade do problema, sem oferecer elementos práticos de reconhecimento de riscos ou de encaminhamento a serviços especializados.

Após a aprovação da Lei do Feminicídio, verifica-se um deslocamento no conteúdo das campanhas. Parte delas passou a tratar explicitamente do feminicídio, apresentando-o como consequência extrema de um ciclo de agressões. Nesse período, nota-se maior diversificação dos atores institucionais envolvidos: além das secretarias estaduais e municipais de políticas para mulheres, órgãos do sistema de justiça assumiram protagonismo na difusão de mensagens, associando a pauta da prevenção à legitimidade do campo jurídico.

Ainda assim, a análise revela limitações persistentes. Em primeiro lugar, a maior parte das campanhas manteve foco em públicos amplos e indistintos, sem segmentação de grupos estratégicos (como homens jovens, profissionais de segurança, etc). Em segundo lugar, poucas peças exploraram indicadores de risco em relacionamentos abusivos ou orientaram sobre canais concretos de denúncia e apoio. Em terceiro lugar, observa-se descontinuidade: as mudanças políticas estaduais e municipais afetaram a regularidade e o financiamento das campanhas, produzindo iniciativas pontuais em vez de políticas comunicacionais permanentes.

CONCLUSÕES

É possível observar, com base no material analisado, que a maior parte das campanhas voltadas à violência letal foi produzida após a criação da qualificadora que tipifica o feminicídio e altera o Código Penal. A forma mais comum retratada é a íntima, cometida por

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

alguém próximo da vítima, geralmente parceiro ou ex-parceiro. Ainda são raros os materiais que abordam sinais de risco em relacionamentos violentos ou oferecem informações claras sobre denúncia e serviços de apoio, o que limita a utilidade das campanhas como instrumentos de prevenção.

O período também revela maior diversidade de instituições envolvidas. Se, inicialmente, a responsabilidade pela produção recaía sobretudo sobre secretarias estaduais e municipais, a partir de 2015 instituições do sistema de justiça ganharam destaque, trazendo legitimidade, mas ao mesmo tempo reforçando uma abordagem centrada na dimensão legal do problema. Essa mudança contribuiu para dar maior visibilidade ao feminicídio, mas pouco avançou na construção de orientações práticas voltadas à proteção imediata das mulheres em situação de risco.

Por fim, a análise mostra que houve, de fato, uma multiplicação de campanhas ao longo do período, especialmente na última década. Entretanto, o aumento contínuo dos casos de feminicídio no estado evidencia que tais esforços ainda são insuficientes. Essa contradição aponta para a necessidade de investimentos mais consistentes em políticas de prevenção, planejadas de forma intersetorial e contínua, capazes de atuar sobre as raízes estruturais da violência de gênero e de ampliar a efetividade das ações comunicacionais.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO (ISP-RJ). *Dossiê Mulher 2024*. Rio de Janeiro: ISP, 2024.

LAGARDE y DE LOS RÍOS, Marcela. Por la vida y la libertad de las mujeres: fin al femicídio.. 2004.

MACKINNON, Catherine A. Sexuality, pornography, and method: pleasure under patriarchy. v. 99, n. 2, p. 314-346, 1989.

MORENO MARTÍN, Florentino; CARMONA, J. A.; ALVARADO, V. Análisis comparativo de las campañas de prevención de violencia de género en Colombia y España. In: MORENO MARTÍN, Florentino et al. (org.). *Campañas de prevención de violencia de género en Colombia y España: un análisis desde la Psicología Social y la Publicidad Social*. Manizales: Universidad de Manizales, 2018. p. 175-204.

RUSSELL, Diana; CAPUTI, Jane. *Femicide: the politics of women killing*. New York: Twayne Publisher, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 115-136, 2001.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

SEGATO, Rita Laura. Que és un feminicídio: notas para un debate emergente. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2006.

WALBY, Sylvia. From private to public patriarchy: the periodisation of British history. *Women's Studies International Forum*, v. 13, n. 1-2, p. 91-104, 1990.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

TRAVESSIAS NEGRAS: TERRITÓRIOS DE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS NO PODER DAS SUBJETIVIDADES AFETIVAS

Patricia Teles Alvaro Salgado[1]
Lígia Losada Tourinho[2]

RESUMO

Apresentamos prática pedagógica de ação afirmativa inclusiva da diversidade de gênero e étnico-racial, envolvendo ação artístico-educacional vinculada à *Estética da decolonialidade*. Seguimos bases teórico-epistemológicas da integração *corpo-mente* e *razão-emoção*. Desenvolvemos no contexto da interseccionalidade gênero-raça-classe, com mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica e doméstico-familiar que são estudantes da *EJA-EPT-Educação de Jovens e Adultos* e do *Programa Mulheres Mil* no IFRJ. Integramos a metodologia de ensino-aprendizado *Leitura, interpretação e escrita afetiva afirmativa, o Lieaff* com o espetáculo filme-peça *Pedra Pagu*. Criamos abordagem inovadora de reflexão sobre as brutalidades histórico-culturais da misoginia, do racismo, do capacitismo, da LBTfobia e da aporofobia nas memórias, estereótipos e cerceamento da liberdade da subjetividade do *ser mulher*, que acaba sendo apartada de si mesma. Percorremos travessias de (re)integração nas histórias do *ser mulher.* Buscamos abrir caminhos para novas autoimagens e autoafetividades de percepção sensorial e corporal de acolhimento, aceitação, valorização e amorosidade na interseccionalidade gênero-raça-classe.

Palavras-chave: Ação afirmativa; desigualdades de gênero e étnico-racial; filme-peça Pedra Pagu; Programa Mulheres Mil EJA;-EPT

ABSTRACTS

We present a pedagogical practice of affirmative action inclusive of gender and ethnic-racial diversity, involving artistic-educational action linked to the Aesthetics of Decoloniality. We follow theoretical-epistemological foundations of body-mind and reason-emotion integration. We developed the project within the context of gender-race-class intersectionality, with women in situations of socioeconomic and domestic-family vulnerability who are students of the EJA-EPT (Youth and Adult Education) program and the Thousand Women Program at the IFRJ (Integral Institute of Rio de Janeiro). We integrated the teaching-learning methodology of Affirmative Affective Reading, Interpretation, and Writing (LIEAFF) with the film-play "Pedra Pagu." We created an innovative approach to reflect on the historical- cultural brutalities of misogyny, racism, ableism, LBTphobia, and aporophobia in memories, stereotypes, and the restriction of the freedom of the subjectivity of being a woman, which ends up being separated from herself. We navigate journeys of (re)integration into the stories of being a woman. We seek to open paths to new self-images and self-affectivities of sensory and bodily perception of welcome, acceptance, appreciation, and love within the intersectionality of gender, race, and class.

Palavras-chave: Affirmative action; gender and ethnic-racial inequalities; film-play Pedra Pagu; Programa Mulheres Mil EJA;-EPT

[1] Docente, IFRJ, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, patrícia.teles@ifrj.edu.br

[2] Lígia Losada Tourinho, UFRJ, Universidade Federal do Rio de janeiro, ligiatourinho@eefd.ufrj.br

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

INTRODUÇÃO (CONTEXTUALIZAÇÃO)

A história do Brasil tem seu percurso traçado no lastro da herança das memórias sociais do patriarcado escravocrata. Nessa trajetória histórica, funda-se a cultura de banalização da violência da violação de direitos e das desigualdades sociais, em que, aqui, focalizamos nas desigualdades de gênero e étnico-racial. As memórias históricas levam-nos aos escritos jornalísticos de importante escritor da literatura brasileira, José de Alencar, que sob o heterônimo *Eramus*, nos jornais da época, publicava em favor e em defesa da continuidade do sistema de escravidão no Brasil. Eram *Cartas* de aconselhamento ao Imperador e, ao mesmo tempo, forjavam o ideário intelectual da nobreza e da elite de comerciantes brasileiros. Na *Segunda Carta sobre a Emancipação*, Eramus (Alencar) enunciou que *escravidão é um fato social, como são ainda o despotismo e a aristocracia; como já foram a coempção (compra) da mulher, a propriedade do pai sobre os filhos e tantas outras instituições antigas*[3].

No imaginário social e cultural propagado nas raias dos escritos literários, o conto *Pai contra mãe*[4], de Machado de Assis, apreesenta descrição fotográfica de instrumentos utilizados à época da escravização. O texto os qualifica como instrumentos utilizados ara corrigir os vícios das pessoas escravizadas.

No percurso da nossa história, vemos violência de toda ordem física, psicológica, moral, sexual e a violação de direito à vida e à dignidade humana sendo naturalizadas como parte da estrutura e organização social.

Nessa seara histórica e cultural de banalização da violência, estão enraizadas as violações de direitos das mulheres. Históricas violações de direitos, direito de acesso à escola, ao patrimônio, à autonomia intelectual, associados à desvalorização e desqualificação que autorizaram a desumanização do corpo da mulher, difundindo sua coisificação e objetificação, como o enunciado da Carta de Erasmus frisou. As camadas de violência se intensificam sobre as mulheres negras, nas mazelas históricas e sociais dos estupros das senzalas; na expropriação, exploração e abusos cometidos sobre a sua força de trabalho. As decorrências contemporâneas flagram-se na favelização, no racismo obstetrício, nos índices maiores de violência doméstico-familiar; nos estereótipos de amalgamação em subempregos; nos estereótipos de hipersexualização da sua imagem para exploração do seu corpo.

Nas entranhas da banalização e naturalização da violência da violação de direitos das

[3] PARRON, Tâmis (Org.). **Cartas a favor da escravidão**. Página 69.
[4] Conto do ano de 1906, discorrendo sobre o cotidiano social do Brasil escravagista.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

diversidades de gênero e étnico-racial, está o lastro histórico do patriarcado escravocrata, que se perpetua autorizado e difundido pelo sistema de crenças da cultura da exclusão. O sistema de crenças se estrutura nos acervos das memórias sociais das redes cognitivas e afetivas das relações interpessoais. Na intenção e movimentação de desconstrução desse sistema cognitivo e afetivo de ódio, exclusão e desigualdades, acreditamos nas potencialidades subjetivas que podem ser desenvolvidas através da educação e da arte, na expansão de caminhos para a consolidação da cultura de valorização e respeito à dignidade humana das diversidades de gênero e étnico-racial.

MATERIAIS E MÉTODO

A metodologia do Pro-Lieaff. Apresentamos, aqui, prática pedagógica de ação afirmativa inclusiva da diversidade de gênero e étnico-racial, envolvendo ação artístico-educacional vinculada à *Estética da decolonialidade*. A prática pedagógica segue uma metodologia de ensino *Pro-Lieaff*, *Programa de Leitura, interpretação e escrita afetiva afirmativa* elaborada por Patricia Salgado. O *Pro-Lieaff* teve sua sistematização e aplicação, a partir de 2015, na modalidade EJA-EPT/IFRJ, no curso técnico de nível médio integrado ao ensino médio no campus Rio de Janeiro. A fundamentação teórica do método *Pro-Lieaff* segue o arcabouço teórico-epistemológico da Linguística Cognitiva. As ações do *Pro-Lieaff* acontecem na disciplina de Língua Portuguesa, Literatura e Produção de texto. Fazem, também, parte das ações desenvolvidas no *Laboratório de Pesquisa e Extensão em Educação Emancipatória, combate e enfrentamento ao feminicídio*, *Lecef*/IFRJ. Em 2025, o *Pro-Lieaff* passa a ser aplicado no *Programa Mulheres Mil/IFRJ (PMMil)*.

No *Pro-Lieaff*, as realidades mulheres estudantes são acolhidas como acervo de conhecimento na sua potencialidade crítico-social, constituindo a proposta da *prática pedagógica de integração* na disciplina. No Pro-Lieaff, aplicamos o modelo léxico-semântico-cognitivo-afetivo (MLSCA), pautada na integração corpo-mente e razão-emoção. Nesse grande acervo da estética da colonialidade da branquitude, com circulação de imagens, memórias sociais e memórias individuais subjetivas, buscamos, nas etapas do *Pro-Lieaff*, propiciar a *prática de (re)integração do ser mulher no exercício de reinterpretar as histórias do seu ser no Self autobiográfico,* fortalecendo a estética da diversidade, incentivando a beleza da diversidade e da afetividade pelo corpo da diversidade

A peça-filme *Pedra Pagu*, com direção de Regina Miranda e interpretação de Lígia Tourinho, atravessa os territórios mais secretos e intensos de Patrícia Galvão, a Pagu, musa inquieta do

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Modernismo brasileiro. Longe de uma biografia linear, a obra se aproxima de um diário de sobrevivência, onde emergem os estados-limite que marcaram sua vida e pensamento. Fragmentos de desenhos, manuscritos, escritos autobiográficos e prisionais da autora foram deslocados, invertidos, tensionados e reescritos em partituras corporais que carregam a marca do teatro coreográfico de Regina Miranda.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

(Travessias negras: arte, corpo e subjetividade afirmativa do *ser mulher)*

O *Pro-Lieaff* se faz com a associação de significados e das referências de valores sociais, afetivos e culturais em relação à obra artístico-literária *Pedra Pagu*, provocadora das pulsões de análise. Nas *Referenciações* elaboradas pelas mulheres estudantes no *Pro-Lieaff,* aparece o *Self do ser mulher.* Vemos a preponderância do sistema de crenças do patriarcado colonialista nas diferentes expressões do *Self*. A projeção da cultura da naturalização das desigualdades de gênero, se manifesta no *Self subjugado e depreciado.* Por outro lado, no Pro-Lieaff, o processo de engajamento e de educação emancipatória, visamos o refazimento do *Self do ser mulher oprimido* para um *Self de autonomia e emancipação cognitiva e afetiva.*

Construímos, através de círculos de leitura e interpretação da obra artístico-literária *Pedra Pagu*, de textos literários e não-literários, temos o mote deflagrador para o debate da questão das desigualdades de gênero. Perceber a lógica da intenção da preservação do poder do patriarcado colonialista e suas manobras culturais faz parte do processo metodológico.

CONCLUSÕES

Acreditamos, como nos diz bel hooks[5] (2015, p.28), que o debate crítico-reflexivo sobre a questão de gênero é fundamental para planejarmos e sonharmos um mundo diferente. Nesse caminho de laços entre o *Pro-Lieaff* e *Pedra Pagu*, ouvimos e queremos propagar Paulo Freire[6] (2021, pág. 52) quando frisa que a leitura crítica da realidade pode-se constituir- se num instrumento para o que Gramsci chamaria de ação contra-hegemônica.

REFERÊNCIAS

[5] **Tudo sobre o amor. Novas perspectivas.** Elefante Editora.
[6] **A importância do ato de ler.** Cortez Editora.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ALVARO, Patrícia Teles; AMARAL, Shirlena Campos de Souza. Quem cala consente. As estruturas cognitivas e culturais da violência de gênero. E o que a escola tem com isso? *In*: **Escola na família. Diálogos pela educação**. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2016.

ARENDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia da Letras, 2012 [1979].

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MEC (Brasil). **Documento-Base da Educação Profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio.** MOURA, Dante (coord.). MOURA, D.; GARCIA, S.; RAMOS, M. Brasília, 2007.

COLLINS, Patricia Hills. **Bem mais que ideias. A interseccionalidade como teoria social crítica**. São Paulo: Boi tempo, 2022.

DAMASIO, A. **E o cérebro criou o homem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DAMASIO, A. **O erro de Descartes. Emoção, Razão e Cérebro humano.** São Paulo: Companhiadas Letras, 1996.

DAVIDSON, Richard; BEGLEY, Sharon. **O estilo emocional do cérebro**. Rio de Janeiro: Sextante, 2013.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. **The way we think**. **Conceptual blending and mind's hidden complexities**. New York: Basic Books Press, 2002.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor. Novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAKOFF, George. **Thinking points. Communicating our american values and vision**. California: **Rockridge Institute, 2006.**

LAKOFF, George. **Women, fire and dangerous things. What categories reveal about the mind**. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Philosophy in the flesh. The embodied mind and its challenge to western thought**. New York: Basic Books, 1999.

PIOVESAN, Flávia. **Ações afirmativas e Direitos Humanos**. *In*: REVISTA USP. São Paulo: USP, n.69, p. 36-43, março/maio 2006.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do ensino médio integrado.** 2008. Disponível em https://tecnicadmiwj.wordpress.com/wp-content/uploads/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf. Acesso em 15 jul. 2025.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

SALGADO, Patricia Teles Alvaro. **Ações afirmativas e inclusão da diversidade de gênero. Uma experiência de educação emancipatória cognitivo-afetiva na EJA- EPT/IFRJ/Brasil**. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2023. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2023.

Agradecimentos: Agradecemos às nossas instituições, IFRJ e UFRJ.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO NA UERJ e UENF: HISTÓRIA, DESAFIOS, EXPERIÊNCIAS

Ingrid Santana De Oliveira [1]

RESUMO

No presente estudo tem como objetivo analisar a implementação das bancas de heteroidentificação na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), e na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, (UERJ) . A pesquisa parte do contexto histórico das cotas raciais no Brasil e do papel pioneiro da UENF e da UERJ na adoção desse sistema. Busca-se compreender os impactos dessas comissões tanto no processo de ingresso quanto na garantia de justiça social para estudantes negros e pardos. Metodologicamente, combina análise bibliográfica, levantamento documental. Os resultados esperados apontam para avanços na efetividade das cotas, embora permeados por tensões e disputas conceituais sobre identidade racial no Brasil. Dessa forma, o trabalho pretende contribuir para o debate acadêmico e político em torno da heteroidentificação, avaliando seus limites e potencialidades. Por fim, busca-se oferecer subsídios para o aprimoramento das políticas públicas de inclusão racial no ensino superior.

Palavras-chave: Heteroidentificação; Ações afirmativas; Cotas raciais; Inclusão social; Ensino superior.

Abstract

The present study aims to analyze the implementation of hetero-identification committees at the State University of Northern Rio de Janeiro (UENF) and the State University of Rio de Janeiro (UERJ). The research is grounded in the historical context of racial quotas in Brazil and the pioneering role of UENF and UERJ in adopting this system. It seeks to understand the impact of these committees both on the admission process and on ensuring social justice for Black and Brown students. Methodologically, it combines bibliographic analysis and documentary research. The expected results point to advances in the effectiveness of quotas, although marked by tensions and conceptual disputes regarding racial identity in Brazil. Thus, this work intends to contribute to the academic and political debate surrounding hetero-identification, assessing its limits and potentialities. Finally, it seeks to provide insights for the improvement of public policies on racial inclusion in higher education

Keywords: Heteroidentification; Affirmative action; Racial quotas; Social inclusion; Higher education.

INTRODUÇÃO

O termo ação afirmativo chega ao Brasil carregado de uma diversidade de sentidos, o que em grande parte reflete os debates e experiências históricas dos países em que foram desenvolvidas Moehlecke, (2002, p.198). As políticas de ações afirmativas no Brasil, sobretudo a partir da Lei de Cotas nº 12.711/2012, consolidaram-se como instrumentos centrais para

[1] Ingrid Santana De Oliveira, Mestranda em Sociologia Política - UENF, ingridsantanol@gmail.com

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

democratizar o acesso dos grupos historicamente marginalizados ao ensino superior. Uma das medidas de maior impacto tem sido a reserva de vagas para os estudantes (pretos, pardos e indígenas), e oriundos de escola pública.

Tendo em vista que as ações afirmativas, especialmente as políticas de cotas raciais, foram conquistadas a partir de intensas lutas sociais e representam um avanço na promoção da equidade racial. As universidades estaduais do estaduais do Rio de Janeiro assumiram papel pioneiro na adoção de cotas raciais e sociais, demonstrando que políticas de ação afirmativa no ensino superior surgiram como resposta direta às desigualdades históricas do país. (Amaral, 2021).

Entretanto, desde a implementação das cotas surgiram debates sobre as fraudes em autodeclarações raciais, revelando a necessidade de mecanismos de verificação. Nesse contexto, ganharam força às comissões de heteroidentificação, responsáveis por avaliar a compatibilidade entre a autodeclaração do candidato e seus traços fenotípicos.

A decisão do (STF) em 2017, que reconheceu a constitucionalidade das comissões de heteroidentificação, fortaleceu a legitimidade dessas práticas, desde que, acompanhadas de critérios claros. Desde então diversas universidades passaram a adotar formalmente tais comissões.

As Universidades Estaduais do Rio de Janeiro em 2018, também foram impulsionadas a coibir às tentativas de fraudes as cotas raciais mediante a Lei 8.121/2018, que além de prorrogar a lei estadual 5.346/2008, por dez anos, manteve a autodeclaração como critério para ocupação as cotas, determinando a criação de Comissão Permanente de Assistência, como etapa complementar, e de mecanismos que busquem verificar casos de fraude, desvio de finalidade e falsidade ideológica. Nesse sentido, o presente trabalho busca discutir, por meio de uma revisão bibliográfica as experiências das universidades estaduais: UERJ e UENF, seus impactos desafios e perspectivas.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi estruturada através de uma revisão bibliográfica, utilizando como foco a pesquisa bibliográfica e documental. Como primeiro passado, foi, realizado um levantamento sobre artigos, dissertações e teses que versem sobre a temática das políticas de ações afirmativas no ensino superior, que trazem à baila o processo de implementação das bancas de heteroidentificação nas universidades estaduais corroborando a discussão étnico-racial, a exemplo de Amaral (2021), Moehlecke (2002), Costa, Lima, Miranda (2002),

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Nogueira (2006). Em seguida, foi realizada a análise de relatórios técnicos e institucionais: publicações fundamentadas em portarias, resoluções e informativos disponíveis nos canais das instituições estaduais (UERJ e UENF).

RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que a pesquisa aponte avanços significativos na efetividade das políticas de cotas raciais a partir da implementação das bancas de heteroidentificação nas universidades estaduais supracitadas. A análise documental, em diálogo com a revisão da literatura, possibilita investigar em que medida as comissões contribuíram para coibir fraudes no sistema de cotas, assegurando maior legitimidade ao processo seletivo.

Outro resultado esperado é a identificação dos principais desafios enfrentados na prática institucional, tais como resistências administrativas, dificuldades operacionais e tensões em torno da definição e reconhecimento da identidade racial. Espera-se também verificar como gestores, estudantes e membros da comunidade acadêmica percebem o papel das bancas no fortalecimento da justiça social e na ampliação do acesso de grupos historicamente marginalizados ao ensino superior.

DISCUSSÃO

A questão racial no Brasil é marcada por profundas desigualdades históricas, sustentadas por um processo contínuo de marginalização da população negra. A persistência do racismo estrutural e a resistência à construção de uma identidade negra genuína impõem desafios à implementação de políticas públicas voltadas à reparação dessas desigualdades..

Oracy Nogueira, em seus estudos sobre as relações raciais, estabelece duas distinções quanto às formas de preconceito no Brasil e nos Estados Unidos. Considera-se preconceito racial uma predisposição ou atitude desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, estigmatizados devido à sua aparência ou à ascendência étnica atribuída ou reconhecida.

Quando o preconceito racial se manifesta com base na aparência física do indivíduo, é denominado preconceito de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de determinado grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, é chamado de preconceito de origem (Nogueira, 2006, p. 291).

A partir da discussão sobre classificação racial, em contraponto com as temáticas das

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

cotas raciais, a possibilidade de que vagas reservadas – destinadas a reverter o quadro de desigualdade racial verificado na distribuição de possíveis ingressos em instituições prestigiadas – possam ser ocupadas de forma ilegítima veio a deflagrar a demanda por e a emergência de bancas e comissões de verificação. (Costa, Lima, Miranda 2002, p.71)

A UENF iniciou a implantação das bancas de heteroidentificação em 2023 em necessidade de fortalecer as políticas de cotas. A universidade passou a publicar editais para seleção de avaliadores, com critério de diversidade e instruções sobre funcionamento das comissões. Em 2022, inaugura-se a banca de comissão de heteroidentificação. A UENF formaliza um curso de formação para composição de banca de heteroidentificação, formando sua primeira comissão, que inaugurou sua atividade no edital 2023.1. (UENF, 2023)

A primeira chamada da banca de heteroidentificação foi realizada em 10 de março de 2023 com a convocação de 64 candidatos autodeclarados (pretos e pardos). Conforme registrado pelo NEABI (2023), 61 candidaturas foram deferidas, enquanto duas foram indeferidas e uma teve ausência no comparecimento.

Na UERJ, a discussão sobre as comissões de heteroidentificação foi iniciada no ano de 2020. Entretanto, a Deliberação 01/2021, que criou a CPVA, a Comissão Permanente de Validação de Autodeclaração (CPVA) da UERJ é composta por 60 membros da comunidade acadêmica com paridade na representatividade de cor e gênero.

Serão 20 docentes, 20 servidores técnico-administrativos e 20 estudantes. A atuação da CPVA será por meio de dez subcomissões, com seis integrantes cada, sempre atendendo ao critério da diversidade. (UERJ, 2021).

CONCLUSÃO

A pesquisa permitiu concluir que as comissões de heteroidentificação representam um avanço significativo no enfrentamento das fraudes nas cotas raciais e na consolidação de práticas institucionais comprometidas com a justiça social. Portanto, conclui-se que as bancas de heteroidentificação nas universidades estaduais têm potencial de consolidarem-se como práticas de justiça racial, desde que integradas a uma rede mais ampla de ações afirmativas que contemplem não apenas o acesso, mas também a permanência e a valorização da diversidade no ensino superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural.** São Paulo: Pólen, 2019.

CARVALHO, José Jorge de. **Políticas de ação afirmativa no ensino superior: entre a democracia racial e o racismo institucional.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 66, p. 111-126, 2008.

FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne. **A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras.** Estudos Avançados, v. 18, n. 50, p. 67-80, 2004.

JÚNIOR, Luiz Augusto Campos. **Raça, democracia e ações afirmativas: dilemas e perspectivas no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação afirmativa: história e debates no Brasil**. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, v.3, n.117, p.197-217, 2002.

NEABI. **Relatório de atividades do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEABI.** Campos dos Goytacazes: UENF, 2023.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem.** Tempo Social revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1.p. 287-308, Novembro de 2006.

SANTOS, Sales Augusto dos. Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: Fundação Palmares, 2007.

UENF. **Comissão de Heteroidentificação** – Informações institucionais. Campos dos Goytacazes, 2023. Disponível em: https://uenf.br

UERJ. **Deliberação nº 01/2021 – Comissão Permanente de Validação de Autodeclaração (CPVA).** Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2021.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DA POLÍTICA DE COTAS DA FAETEC PARA MULHERES NEGRAS NO RIO DE JANEIRO

Camila Ribeiro Teodoro [1]
Shirlena Campos de Souza Amaral [2]

Resumo
A Lei nº 9.662/22 reserva vagas em cursos profissionalizantes na Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) para mulheres vítimas de violência doméstica, em situação de vulnerabilidade social e desemprego visando promover autonomia econômica e romper ciclos de dependência. O presente trabalho explora os anos iniciais dessa política de cotas, visando avaliar sua influência na inclusão dessas mulheres no mercado de trabalho. Nesse contexto, procura-se desvendar os impactos dessa ação afirmativa na promoção da equidade de oportunidades, especialmente para mulheres negras, que, ao longo da história, enfrentaram o racismo estrutural e foram relegadas a papéis secundários. Este estudo qualitativo, baseado em revisão bibliográfica com os descritores "educação", "autonomia econômica" e "violência contra a mulher", analisa os impactos dessa política afirmativa. Conclui-se que a política não apenas protege vítimas, mas promove transformações sociais duradouras, construindo uma sociedade mais justa e equitativa.
Palavra-chave: autonomia econômica, violência contra mulher e ação afirmativa.

Abstract
Law No. 9.662/22 reserves spots in vocational courses at the Foundation for Technical School Support (FAETEC) for women who are victims of domestic violence, in situations of social vulnerability and unemployment, aiming to promote economic autonomy and break cycles of dependency. This study explores the early years of this affirmative action policy, seeking to evaluate its influence on the inclusion of these women in the labor market. In this context, the research aims to uncover the impacts of this affirmative action in promoting equity of opportunity, especially for Black women, who have historically faced structural racism and been relegated to secondary roles. This qualitative study, based on a literature review using the descriptors "education," "economic autonomy," and "violence against women," analyzes the effects of this affirmative policy. It concludes that the policy not only protects victims but also fosters lasting social transformations, building a fairer and more equitable society.
Keywords: economic autonomy, 2. Violence against women, 3. Affirmative action

Introdução

A violência contra a mulher persiste como um grave problema estrutural no Brasil, manifestando-se de forma mais brutal no feminicídio. Mulheres negras, em particular,

[1]Camila Ribeiro Teodoro, mestranda do Curso de Pós- Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense- Darcy Ribeiro, camilariteodoro@gmail.com;
[2] Shirlena Campos de Souza Amaral, professora Associada dos Curso e Pós-Graduação em Cognição e Linguagem e Sociologia Políticas da Universidade Estadual do Norte Fluminense-Darcy Ribeiro, shirlena@uenf.br;

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

enfrentam vulnerabilidades agravadas pela interseção de opressões de raça, classe e gênero, enquanto disparidades educacionais e econômicas as mantêm em ciclos de dependência.

Diante desse cenário, políticas públicas têm sido implementadas para promover acolhimento, proteção e autonomia financeira de mulheres em situação de risco, como a Lei nº 9.662/22 do Estado do Rio de Janeiro, que reserva vagas de até 30% (trinta por cento) em cursos de qualificação profissional da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) para vítimas de violência doméstica, em vulnerabilidade social e desemprego. Este estudo visa analisar os anos iniciais da política de cotas, avaliando sua contribuição para a promoção da equidade de gênero, bem como examinar o caráter transformador da educação profissional na promoção da igualdade de oportunidades.

Material e Métodos

Este estudo qualitativo baseou-se em uma revisão bibliográfica sistemática, utilizando como fontes principais relatórios governamentais, dados institucionais e artigos acadêmicos, sendo empregados os descritores "educação", "autonomia econômica" e "violência contra a mulher", em bases de dados científicas, com recorte temporal de 2013 a 2023.

Resultados e Discussão

Sobre a conjuntura da violência brasileira, com recorte de 2013-2023 o estudo Atlas da Violência, coordenado por Cerqueira e Bueno (2025) observa-se que entre 2022-2023, Rio Grande do Norte (-18,8%) e Paraná (-15,25) obtiveram as menores taxas, a passo que houve um incremento os estados do Amapá (+41,7%), Rio de Janeiro (+13,6%) e Pernambuco (+8,0%). Como problema central, evidencia-se o contexto racial: Cerqueira e Bueno (2025) destacam que os homicídios reforçam a desigualdade, registrando-se 2.662 mulheres negras assassinadas em 2023, correspondendo a 68,2% do total de feminicídios no país.

A comparação entre os dados sobre violência contra a mulher e violência contra a mulher negra, apresentados pelo DataSenado (2023; 2023a), evidenciam a interseccionalidade entre raça, escolaridade e renda. Enquanto 43% das mulheres em geral não concluíram a educação básica, esse percentual sobe para 47% entre as mulheres negras. Da mesma forma, 62% das mulheres enfrentam insuficiência de renda, índice que alcança 66% no caso das mulheres negras. Além disso, 76% das vítimas são mães, sendo 78% entre as negras, o que agrava a dependência financeira e dificulta a ruptura do ciclo de violência.

No que se refere à violência contra a mulher no Estado do Rio de Janeiro, o Instituto

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

de Segurança Pública (ISP) compila dados da Secretaria de Estado de Polícia Civil (SEPOL) no Dossiê Mulher 2024, por meio de ocorrências policiais registradas entre 2014 e 2023. Os resultados evidenciam disparidades regionais significativas: o Norte Fluminense apresentou a maior expansão recente, com aumento de 35,6% entre 2022 e 2023, embora permaneça como a região com o menor índice do estado (1.479,7). A Costa Verde e as Baixadas Litorâneas também se destacaram pela elevação expressiva no período, com crescimentos de 20,8% e 16,1%, respectivamente. Em contrapartida, o Médio Paraíba (+3,7%) e a Região Metropolitana (+9,6%) apresentaram avanços mais tímidos, mantendo-se em patamares relativamente baixos diante do histórico estadual.

Diante desse cenário alarmante, os estudos de Caeran e Porto (2024) evidenciam que, embora a legislação tenha avançado no que concerne à garantia de igualdade de direitos e participação política, a violência contra a mulher persiste como realidade social devido a perpetuação de estereótipos de gênero que sustentam práticas violentas. Assim, torna-se imprescindível não apenas a existência de normas jurídicas, mas também a transformação de concepções e comportamentos sociais.

Nesse contexto de enfrentamento à violência estrutural, a Lei nº 9.662/22, originária do Projeto de Lei nº 9.191/2021, configura-se como iniciativa estatal no Estado do Rio de Janeiro que busca oferecer atendimento imediato a mulheres vítimas de violência doméstica, situação intensificada durante a pandemia de COVID-19. Essa legislação caracteriza-se como ação afirmativa destinada a mitigar os efeitos da exclusão social e das práticas discriminatórias.

Conforme análise de Teodoro e Amaral (2025), o Edital FIC nº 003/2023, publicado em 17 de junho de 2023, institui a primeira política pública dessa natureza, em que 120 estabelecimentos educacionais da rede FAETEC participam, sendo que 94 unidades oferecem cursos profissionalizantes nas oito regiões administrativas do Rio de Janeiro, assegurando vagas reservadas para o segundo semestre de 2023. Os cursos alinham-se às exigências das atividades econômicas locais de diversos municípios onde se encontram os Arranjos Produtivos Locais (APL).

A política de cotas para mulheres vítimas de violência materializa a visão de educação libertadora de Freire (1986), combinando dimensões pedagógicas e simbólicas. Ao garantir acesso à qualificação profissional, promove autonomia econômica e rompe

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ciclos de dependência, enquanto desafia estruturas de gênero ao afirmar o direito das mulheres a espaços de poder e decisão.

Por fim, Mandalozzo e Oliveira (2024) destacam que mulheres em situação de violência enfrentam barreiras socioculturais, especialmente baixa escolaridade e falta de experiência profissional, que limitam sua participação em espaços decisórios. Nesse cenário, a educação assume papel transformador, viabilizando não somente a autonomia financeira, com reflexos positivos na economia local, no desenvolvimento de capacidades críticas, extrapolam o âmbito individual, atingindo famílias e comunidades.

Conclusão

Os resultados deste estudo qualitativo destacam três aspectos essenciais: a atuação de políticas afirmativas como ferramenta de reparação das desigualdades materiais e simbólicas, a educação profissional como um pilar estratégico para promover a autonomia econômica e o desenvolvimento do pensamento crítico, e a urgência de abordagens interseccionais que levem em conta as particularidades de raça, classe e gênero no combate à violência doméstica.

Referências

CAERAN, A. F.; PORTO, L. T. Violência e educação: práticas e estratégias educativas para a prevenção e combate da violência doméstica contra as mulheres. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 1, p. 8281-8298, 2024. Disponível em: https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/4832. Acesso em: 31 jan. 2025.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord.). **Atlas da violência 2025**. Brasília: Ipea; FBSP, 2025. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes.Acesso em: 18 mai. 2025.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 34. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ISP-RJ). **Dossiê Mulher 2024.** Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://www.isp.rj.gov.br. Acesso em:30 mai.2025.

MANDALOZZO, S. S. N.; OLIVEIRA, S. W. Questão de cidadania: políticas públicas para mulheres vítimas de violência doméstica no Brasil. **Aracê**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 14664-14676, 2024. DOI: 10.56238/arev6n4-214. Disponível em: https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/2181. Acesso em: 9 fev. 2025.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 9.662, de 28 de abril de 2022**. Autoriza o Poder Executivo a estabelecer nas unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) cotas para cursos de qualificação profissional destinados a mulheres vítimas de violência doméstica. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n- 9662-2022-rio-de-janeiro-autoriza-o-poder-executivo-a-estabelecer-nas-unidades-da- fundacao-de#:~:text=AUTORIZA%20O%20PODER%20EXECUTIVO%20A,DE%20VIOL%C3%8ANCIA%20DOM%C3%89STICA%2C%20E%20D%C3%81. Acesso em: 7 out. 2023

SENADO FEDERAL. Secretaria de Transparência. DataSenado. **Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher.** Brasília, DF: DataSenado, 2023. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/pesquisanacional. Acesso em: 28 maio 2025.

SENADO FEDERAL. Secretaria de Transparência. DataSenado. **Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher Negra**. Brasília, DF: DataSenado, 2023a. Disponível em: https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/relatorio_online/pesquisa_violencia_mulheres_negras/2024/interativo.html. Acesso em: 28 maio 2025.

TEODORO, C. R.; AMARAL, S. C. S. Promoção social e profissionalização: um breve estudo da política de cotas sob a Lei Estadual nº 9.662/2022 nas unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC). In: CASTRO, Paula Almeida de; FAVERO, Cristina Hill (Org.). **Inclusão, direitos humanos e interculturalidade**. Campina Grande: Realize Eventos, 2024. v. 3, p. 239-255. Disponível em: https://editorarealize.com.br/edicao/detalhes/-inclusao-direitos-humanos-e-interculturalidade-vol3. Acesso em: 10 abr. 2025.

Agradecimentos

A Prof.ª Dr.ª Shirlena Campos de Souza Amaral pela orientação qualificada e expertise que fundamentaram esta pesquisa; à FAETEC, pelo apoio institucional no acesso a dados e à CAPES, pelo financiamento essencial ao desenvolvimento do trabalho.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

11. MEMÓRIA, HISTÓRIA E OS DESAFIOS DO PRESENTE

Ismênia Martins (UFF)
Marieta de Moraes Ferreira (UFRJ)
Paulo Knauss (UFF)
Surama Conde Sá Pinto (UFRRJ)

O simpósio tratará a história fluminense a partir da apresentação de pesquisas sobre a política, a economia e a cultura em diferentes épocas e contextos regionais, que contribuam para pensar relações entre passado e presente na atualidade do estado do Rio de Janeiro.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ZONA OESTE (AP5) PERIFERIA(S) CARIOCA? NOTAS PARA O DEBATE

Rosilaine Souza de Araújo Silva[1]

Resumo:
Este artigo pretende entender o conceito de periferia no contexto da cidade do Rio de Janeiro, para tanto, revisitamos o conceito de subúrbio carioca refletindo sobre permanências e continuidades no projeto urbano carioca para situar a Zona Oeste (AP5), ou seja, as regiões administrativas de Realengo, Bangu, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, como periferia(s) carioca.
Palavras-chave: periferia(s), zona oeste (AP5), subúrbios carioca

Resumen:
Este artículo pretende comprender el concepto de periferia en el contexto de la ciudad de Río de Janeiro. Para ello, revisamos el concepto de suburbio carioca reflexionando sobre las permanencias y continuidades en el proyecto urbano carioca y situamos la Zona Oeste (AP5), es decir, las regiones administrativas de Realengo, Bangu, Campo Grande, Santa Cruz y Guaratiba, como periferia(s) carioca.
Palabras clave: periferia(s), zona oeste (AP5), subúrbios cariocas.

Resumo Expandido

Apenas a partir da década de 1970 que os cientistas sociais no Brasil passam a se debruçar com maior atenção sobre o crescimento das periferias urbanas. O conceito de periferia ganhou força sobretudo nos debates acadêmicos em São Paulo, enquanto, no caso do Rio de Janeiro, a produção teórica priorizava o crescimento e a organização das favelas, e subúrbios, como objetos principais dos estudos urbanos.

Assim o debate que construímos aqui é alicerçado em um resgate bibliográfico, principalmente em Fernandes (2011) sobre os subúrbios cariocas, Ramos (2023) a partir da afirmação das periferias no plural e Canettieri (2020) sobre a condição periferica, pois objetivamos compreender as periferias na realidade carioca.

Compreendemos que existem muitas interseções nos conceitos favela[2] e comunidades urbanas, subúrbio[3] e de periferia na produção do espaço capitalista, como a criação de uma

1 Doutoranda em Geografia pela PUC/RJ. E-mail: rosesaprof@yahoo.com.br

2 A cidade do Rio de Janeiro é o local onde surgiu a primeira favela do Brasil no final do século XIX, mas sua aparição nas estatísticas do recenseamento é de 1950, neste período a classificação oficial é de agrupamentos prediais ou residenciais com mais de 50 domicílios, marcados pelas ausências urbanas e licenciamento público. A partir do Censo de 1991 adota-se a polêmica definição de "aglomerados subnormais" que se manterá até o último Censo de 2022, quando o IBGE através do diálogo com os movimentos sociais chega a definição "favelas e comunidades urbanas".

3 O termo/conceito de subúrbio é associado a uma localização, ou seja, o entorno a área urbana, e a sua condição predominantemente residencial, isto é, local onde se desenrola a reprodução social, tanto de classes altas, como médias e baixas. No entanto, Fernandes (2011) chama atenção que na cidade do Rio de Janeiro, esse modelo visível aplicado no século XIX e inicio do XX, é intencionalmente raptado ideologicamente a partir da Reforma Passos, sua consolidação em 1945 gera o conceito carioca de subúrbio que passa a ser atrelado a tríade fábrica/ferrovias/proletários, por vezes, utilizado de forma equivocada ou esvaziada.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

classificação/marcação/tipificação para o local das habitações populares, que são postos como resíduo, como parte indesejada. Sempre na escala local, em contraposição a uma produção do espaço que se pretende universal, ou seja, capaz de anunciar os padrões do urbano e da cidade, pois são aqueles que falam e agem como se fossem do mundo e não de uma parte especifica dele.

De certa forma, entendemos que este é um dos caminhos que Fernandes (2011) aponta no livro "O rapto ideológico da categoria subúrbio", no caso carioca, que ocorre no século XX, através das reformas urbanísticas realizadas através do "método Haussmann"[4] e que objetivava o embelezamento, afinal, essas novas áreas, antes subúrbios no seu sentido geográfico original, passam a bairros herdeiros desse projeto de cidade e de *status* urbano. Assim, não se identificam e nem são identificadas como suburbanos, e nem outro nome próprio, a não ser com o próprio urbano ou expressões representativas dessas reformas, como a Zona Sul carioca, em cenário que o "setor sul será reservado para os ricos e grupos afluentes" (FERNANDES, 2011, p. 87).

Já favelas e comunidades urbanas, subúrbios e periferias, se inserem em "um projeto, uma estrategia e uma prática politica e ideológica que nega às classes subalternas o direito à cidade e de estar na cidade" (FERNANDES, 2011, p. 18) em que seus nomes próprios expressam "um pensamento pré-conceituoso, elitista, reconhecidamente depreciativo e excludente para as classes populares" (FERNANDES, 2011, p. 90). Fernandes alerta que "surge um consenso entre as classes dominantes que define na prática e ideologicamente, os setores do norte e do oeste da cidade como lugar dos proletários (2011, p. 87). Assim, a partir de 1914, oficialmente surgem as hierarquizações entre "urbano, suburbano e rural" no Rio de Janeiro e a maior parte do município aparece como subúrbio (daí a ideia de rapto ideológico deste termo), inclusive a atual Zona Oeste, exceto a região administrativa de Guaratiba, ainda considerada como rural.

Em 1925 o decreto 2087, de forma mais coerente reorganiza essa hierarquização nas zonas: central, urbana, suburbana e rural e ocorre uma grande inversão, as áreas de subúrbios são reduzidas ao grande Méier e a Zona Rural é ampliada para quase toda a área municipal abrangendo a atual Zona Oeste, Penha, Pavuna, Madureira e outros, embora, essas localidades possuíssem áreas suburbanas, vinculadas as fábricas e a estação ferroviária, como Bangu ou

4 O "método Haussmann" vai se reproduzir no Rio de Janeiro com a Reforma Pereira Passos e nos Estados Unidos com Robert Moses na criação de um "estilo de vida urbano", onde "grandes reformas urbanas que em toda parte, ciclicamente, tem resultado na expulsão das classes populares para a periferia e a reconquista desses bairros para uso e consumo da burguesia" (FERNANDES, 2011, p. 81).

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Santa Cruz no entorno do Matadouro. O que não muda, é a área urbana associada ao Centro, Tijuca e Zona Sul até o Leblon.

O plano Agache dá continuidade a modernização da capital da República, sendo assim, as propostas se voltam para a mobilidade urbana, a representação de "cartão postal" da área de entrada da cidade, onde as favelas e comunidades urbanas não tinham lugar e nem vez, nas palavras de Fernandes (2011, p. 155) "Agache prevê politicas que constituíssem habitações populares nos subúrbios, assim poderia acabar com as favelas" onde os trabalhadores teriam "uma vida mais confortável e mais normal".

É através de uma retomada do urbanismo presente em Agache que em 1937 o decreto 6000 extingue essa hierarquização entre urbano, suburbano e rural e define-se o planejamento municipal através de suas atividades. Grande parte do município, principalmente a atual Zona Oeste, é considerada zona de atividade agrícola, "O Sertão Carioca" no livro de Corrêa (1931).

Também é neste ano, que ocorre a lei do loteamento proletário, mudança sobre o parcelamento do solo que permitia a redução dos lotes[5] nas áreas rurais e/ou suburbanas para a construção de casas de habitação proletária, ou seja, o incentivo para a iniciativa privada através de loteadoras, por vezes, atuantes na grilagem de terras na região rural, e que não tinham muito a perder, já que o não cumprimento do projeto aprovado de loteamento – PAL, não causava penalidades a loteadora e sim transtornos aos futuros moradores/as e a situação de irregularidade.

Ocorre ainda a descentralização das favelas e comunidades urbanas, antes recorrentes na paisagem da área central, e que passam a ser encontradas em outras partes do município, como indica Fernandes (2011, p. 158) "um dos grandes feitos do governo Vargas foi justamente promover a favela no subúrbio". Podemos indicar que esses processos criarão rebatimentos nas décadas seguintes, 1940/50/60, em que o Rio de janeiro viverá significativa expansão em direção ao oeste, os conjuntos habitacionais (1960) e a criação da Avenida Brasil (1950/60).

Na década de 1970 indica-se uma vocação industrial/portuária no entorno da Baia de Sepetiba, segundo o Plano Doxiadis (1965) que para alavancar o desenvolvimento do então Estado da Guanabara, projeta Zonas Industrias. Dos cinco distritos projetados, quatro eram dirigidos à Zona Oeste (AP5) em Santa Cruz, Paciência, Palmares e Campo Grande.

Se o subúrbio se consolida no imaginário do pós II Guerra Mundial com a tríade fábrica/ferrovia/proletários, a partir do processo de metropolização é a condição periférica que se expande em outra chave, embora, com suas limitações, afinal as periferias devem ser

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

vistas em sua pluralidade, mas destaca-se: rodovias/precarização/loteamentos irregulares/conjuntos habitacionais.

Esses processos ligados a outros dinâmicas de produção do espaço periférico, principalmente, ao processo de metropolização, isto é, ao crescimento desordenado, sem acompanhamento de investimentos públicos essenciais, como habitação, trabalho, segurança, mobilidade, saúde, preservação ambiental e concentração de atividades com alto risco ambiental nos motiva a entendera AP5 como periferia carioca.

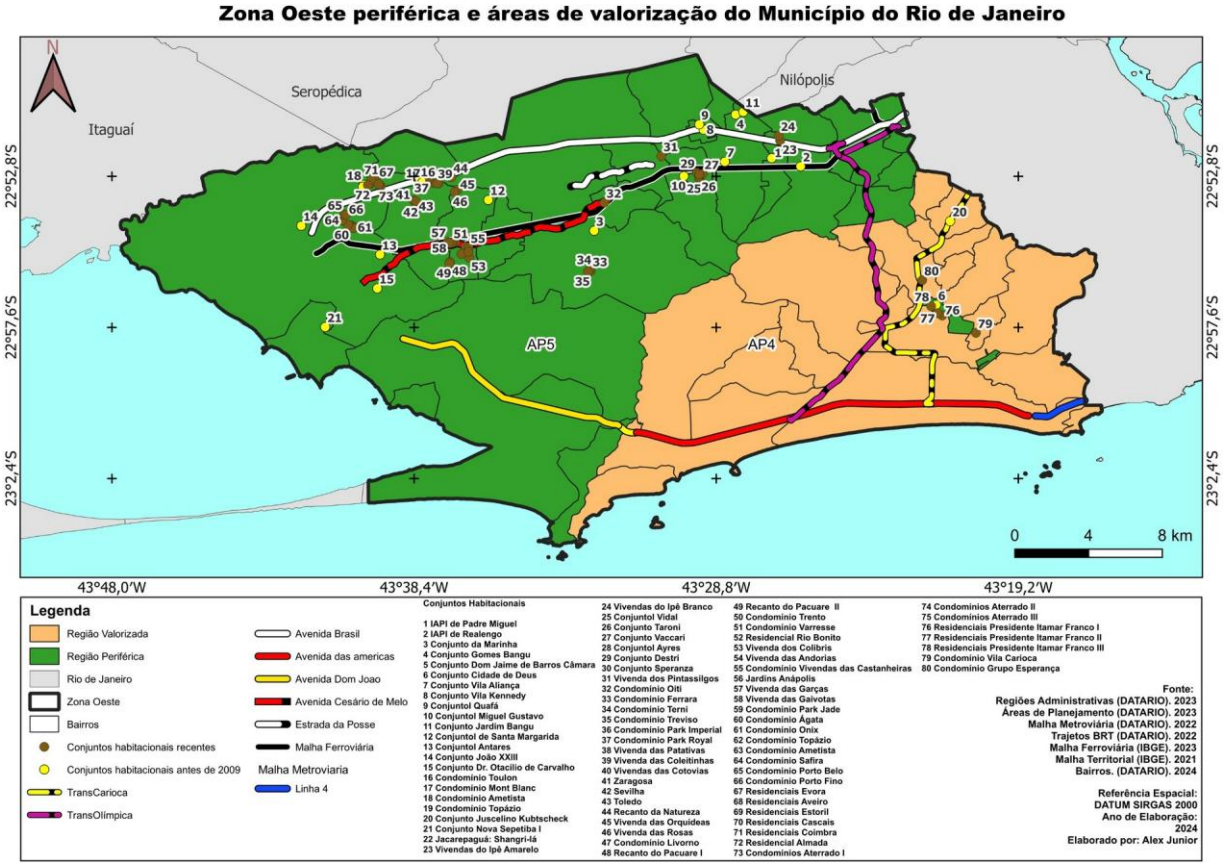
Em 1992 é elaborado o plano diretor da cidade através da lei complementar 16, com a criação das áreas de planejamento – APs, que se mantém até hoje. Classificação que estamos utilizando nessa pesquisa, onde nosso recorte é a AP5. A partir desse plano não existe uma classificação institucional atual sobre os subúrbios, fato que dificulta a espacialização do que é o subúrbio carioca. Entendemos que a partir de um processo de ressignificação, podemos falar de uma identidade "suburbana".

Na AP5 concentra-se desde 1930 loteamentos irregulares, favelas e comunidades urbanas, além da maior concentração de conjuntos habitacionais, como mostra o mapa abaixo, que objetiva representar a periferização através da construção direciona para as classes populares, seja em políticas públicas pretéritas, através do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), Banco Nacional de Habitação (BNH), ou seja, anteriores a 2009 e que estão sinalizados

como pontos amarelos no mapa. Mas também configura a AP5 como um eixo de expansão urbana recente para a habitação de interesse social a partir do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na faixa I (renda de zero a três salários mínimos) são conjuntos habitacionais mais recentes, após 2009 e que aparecem no mapa como pontos marrons, colocando o PMCMV "exercendo um papel ativo na reprodução da segregação em função da renda e na reafirmação da periferia como lugar dos pobres nas cidades brasileiras" (ROLNIK et al, 2015, p.128).

5 Nas áreas da central e urbanas os lotes podiam ter no mínimo 12 x 30cm (ou 360mZ), enquanto nas áreas rurais ou suburbanas 9x 25 (ou 225mZ)

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.



Fonte: Elaborado por Alex Júnior e organizado pela autora (2024)

Neste sentido, essa pesquisa apontamos para o conceito de periferia como uma *relação* e uma *condição social.* Relação social que ganha contorno a partir da distância, da localização periférica, principalmente, por conta do baixo diferencial da renda da terra em relação as áreas centrais com maior concentração de equipamentos urbanos, empurrando as classes populares para longe dos centros urbanos. E a condição periférica (CANETTIERE, 2020) ou seja, os processos de precariedade que se intensificam no neoliberalismo, mas que também vai gerar confluências de resistência e organização popular.

Conclusão

Acreditamos que repensar as periferias, no plural, se torna um caminho importante para entender a produção do espaço urbano e os processos de exclusão ao longo do tempo. Assim, subúrbios, favelas e comunidades urbanas, cada qual com sua singularidade geográfica/histórica/cultural, podem carregar os processos de periferização. Já que a periferia, mas do que a localização, faz parte de um projeto de modernização da cidade, como vimos a reforma Pereira Passos, o Plano Agache, e principalmente, a partir de 1960/1970, o processo de metropolização, em que a periferização é sua parte constituinte, onde os sujeitos são

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

submetidos a profundas experiências de despossessão.

Sendo assim, entendemos, que o termo/conceito periferia(s) possui um sentido político, econômico e social, que ao mesmo tempo que pode abarcar os subúrbios e favelas e comunidades urbanas, também os extrapola, dentro desta pluralidade de territórios periféricos, tais como povos e comunidades tradicionais e tantas outras periferias (in)visíveis (RAMOS et al, 2023), além de ser um conceito que continua sendo revisado e ressignificado, inclusive, pelas sujeitas/os periféricos (D'ANDREAS, 2013) que disputam o termo, não apenas no contexto do entendimento dos problemas urbanos, mas de solução, por exemplo, ao enorme deficit habitacional do país.

REFERÊNCIAS

CANETTIERI. Thiago. A condição periférica. Rio de Janeiro: Consequência editora, 2020.

FERNANDES, N. N. O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro de 1858/1945. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

D'ANDREAS, Tiajuru Pablo. A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, 2013.

RAMOS, P. C. et al. Porque falar em periferias no plural?. RAMOS, Paulo César eti all (Org). Periferias no Plural. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2023.

ROLNIK, R et al. O programa minha casa minha vida nas regiões metropolitanas de São Paulo: aspectos socioespaciais e segregação. São Paulo: Caderno Metropolitano, v. 17, n. 33, 2015.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

EXPERIÊNCIAS DA MODERNIDADE NOS SUBÚRBIOS DO RIO DE JANEIRO (1900-1922)

Vitor de Almeida[1]

Resumo: A presente comunicação propõe analisar as experiências da modernidade praticadas nos subúrbios do Rio de Janeiro, entre 1900 e 1922. Argumenta-se que, por meio da apropriação de princípios da modernidade e sua representação, foi estruturada uma identidade social suburbana para exaltar, através da imprensa local, as potencialidades e a forma com que os subúrbios cariocas se modernizavam.

Palavras-chave: Subúrbio; Modernidade; Belle Époque; Rio de Janeiro; Imprensa.

Abstract: This paper aims to analyze the experiences of modernity practiced in the suburbs of Rio de Janeiro between 1900 and 1922. It is argued that, through the appropriation of principles of modernity and its representation, a suburban social identity was structured to exalt, through the local press, the potential and the way in which the suburbs of Rio de Janeiro were modernizing.

Keywords: Suburbs; Modernity; Belle Époque; Rio de Janeiro; Press.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar las experiencias de modernidad practicadas en los suburbios de Río de Janeiro entre 1900 y 1922. Se argumenta que, a través de la apropiación de principios de la modernidad y su representación, se estructuró una identidad social suburbana para exaltar, a través de la prensa local, el potencial y el modo en que los suburbios de Río de Janeiro se estaban modernizando.

Palabras clave: Suburbios; Modernidad; Bella Époque; Río de Janeiro; Prensa.

Introdução

O Rio de Janeiro, enquanto capital do Brasil, foi o epicentro das novidades que simbolizavam ideais de progresso e modernidade. Diferentes experiências brotavam no cenário de mudanças que ganhavam espaço na opinião pública através das páginas de jornais e revistas, mudando, de forma recorrente, os modos de viver a cidade e o cotidiano.

Com a ampliação dos transportes ferroviários e dos bondes, os subúrbios cariocas se tornaram uma opção de moradia para uma emergente classe de profissionais liberais, servidores públicos, militares e mesmo operários das ferrovias e das indústrias que surgiam

[1] Vitor Guilherme Gonçalves Bispo de Almeida é doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História Social do Território da UERJ/FFP na linha de pesquisa Território, Identidades e Representações. Essa pesquisa é desenvolvida sob fomento da Faperj. Email: vitor.historia88@gmail.com.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

na região. Neste sentido, uma vida suburbana se desenvolvia e, junto dela, um alinhamento às experiências da modernidade que tomavam o imaginário da população do Rio de Janeiro.

O presente estudo tem por objetivo analisar tais experiências, desenvolvidas e mobilizadas nos subúrbios cariocas ao longo dos vinte primeiros anos do século XX através dos periódicos locais, principais meios de difusão das novidades. Tal proposta tem como finalidade observar as formas de apropriação e representação dos ideais de progresso vigentes no período por parte da população suburbana, em especial por intelectuais que se mobilizavam através de uma ampla rede de imprensa suburbana.

Material e Métodos

Para a proposta aqui apresentada, optamos por utilizar a imprensa de bairro pois, como é dito por Maurício de Almeida Abreu (1987), esse material traz em suas páginas relatos testemunhais do processo de transformação da cidade, registrando, "de forma notável, todas as aspirações, tensões, lutas, conquistas e derrotas daqueles que viveram o processo de construção do espaço suburbano do Rio de Janeiro (Abreu, 1987; p. 13). Infelizmente, boa parte desse extenso material foi perdido com o tempo. Uma outra parte, cuja disponibilidade em sua maioria se encontra digitalizada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, sofreu visíveis danos pela falta de conservação, tendo, inclusive, falta de alguns números. Como amparo analítico para observar as transformações demográficas da cidade, utilizaremos também os censos de 1906 e 1920, disponíveis no site do IBGE.

Leandro Climaco Mendonça (2015, 2017) mostra que "a prática jornalística era um espaço de disputas para a visibilidade de consensos e conflitos em torno das várias dimensões da vida na urbe carioca" (Mendonça, 2015; p. 48). Tais disputas proporcionaram oportunidades para que agentes sociais suburbanos "[forjassem] argumentos que contrapunham os 'melhoramentos' da região central ao mundo da precariedade que caracterizava todos os distritos suburbanos" (Mendonça, 2017; p. 19). Com isso, consideramos analisar colunas da vida cultural e social nos periódicos suburbanos, bem como artigos de opinião que exaltavam as potencialidades das ações modernas que ganhavam espaço nos bairros suburbanos. Desta forma, podemos averiguar que a imprensa local não era apenas um espaço de reinvindicação para melhorias e mitigação dos efeitos das precariedades que assolavam os subúrbios, mas também exaltavam o potencial suburbana de desenvolver opção dignas de rivalizar com o que era ofertado no centro modernizado da cidade.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Resultados e Discussão

A modernidade, segundo Jacques Le Goff (2013), é um dos três pilares do moderno e se apresenta na esfera do "progresso", representando o "novo", sendo uma "ideologia do inacabado, da dúvida, e da crítica (...); impulso para criação, ruptura declarada com todas as ideologias e teorias da imitação, cuja base é a referência ao antigo e a tendência ao academismo" (Le Goff, 2013; p. 182). Nossa proposta paira sobre as formas e expressões da modernidade apropriadas e representadas nas discussões expressadas nas páginas da imprensa suburbana e que auxiliaram na construção de uma identidade social suburbana; uma modernidade construída nas peculiaridades de um espaço que se formava com a ampliação da vida urbana, o que entendemos ter proporcionado a existência de uma *Belle Époque* suburbana.

Ao pensar o conceito de apropriação, Roger Chartier (1992) refere-se à forma como os indivíduos e grupos se apropriam de discursos, representações e práticas culturais, criando novos significados e visões de mundo, sendo possível "avaliar as diferenças na partilha cultural, na invenção criativa que se encontra no âmago do processo de recepção" (Chartier, 1992; p. 232-233). É desta forma que diferentes grupos interpretam e transformam as suas práticas. Assim, "as práticas de apropriação sempre criam usos ou representações muito pouco redutíveis aos desejos ou às intenções daqueles que produzem os discursos e as normas" (Idem, p. 233-234), o que nos leva à fuga da percepção muitas vezes tomada como estática sobre a influência das reformas urbanas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro nesse período.

Entendemos a representação, neste sentido, como a prática e a materialização do discurso apropriado através do que diz o próprio Roger Chartier (2002), sendo as representações "sempre determinadas pelos interesses de grupo que se forjam", produzindo "estratégias e práticas (...) a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas" (Chartier, 2002; p. 17).

O sentido das representações que levam ao que chamamos de *Belle Époque* suburbana é cerzida por meio de como se apropriavam do processo de formação da zona suburbana a imprensa local. Neste sentido, é conduzindo a proposta dessa chave conceitual que estamos criando a partir dos estudos de Henri Lefebvre (1981, 2013), cuja obra proporciona uma leitura crítica das relações entre espaço, sociedade e produção social. Um de seus principais argumentos é compreender o espaço como um produto social, não sendo um mero suporte físico das relações sociais; este é um produto social fundamental que participa ativamente da constituição das identidades. Assim,

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

> O espaço não pode mais se conceber como passivo, vazio, ou como de fato não tendo outro sentido, tal como os "produtos", senão o de ser trocado, de ser consumido, de desaparecer. (...) À sua maneira produtivo e produtor, o espaço entra nas relações de produção e nas forças produtivas (mal ou bem organizado). Seu conceito não pode, portanto, isolar-se e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto- produtor, suporte das relações econômicas e sociais (Lefebvre, 2013; p. 125).

Sendo o espaço um produto social, neste processo dialético não há espaço neutro ou natural; toda espacialidade é marcada por diferentes tipos de relações e conflitos. A identidade social, neste sentido, não pode ser dissociada das práticas espaciais. Lefebvre destaca, então, o papel da vida cotidiana, mediada pelo espaço, na constituição do campo da reprodução das identidades sociais, afirmando que "a vida cotidiana é o terreno onde se reproduzem as relações sociais e as formas de consciência social. Nela se forma e reforma a identidade dos sujeitos sociais" (Lefebvre, 1981, p. 74).

Portanto, é viável falarmos de uma *Belle Époque* suburbana, na medida em que há uma ação constante por exaltar as práticas e experiências da modernidade ocorridas nos subúrbios cariocas através da imprensa local. Afinal, como mostra Nelson da Nóbrega Fernandes (2011), a tríade "subúrbios-trens-proleátios" não se sustenta podermos notar que, para além da ferrovia, outros agentes atuaram para a produção espacial, cada um possuindo "suas lógicas e necessidades [que] excedem em muito as variáveis trens-subúrbios-proletários que moldam a imaginação e o pensamento sobre o subúrbio carioca" (Fernandes, 2011; p. 9).

Conclusões

Shmuel Eisenstadt (2000), quando levanta a questão sobre a existência de diferentes programas de modernidade, afirma ser como uma

> história contínua de constituição e reconstituição de uma multiplicidade de programas culturais [que são] carregados adiante por atores sociais específicos em estreita conexão com ativistas sociais, políticos e intelectuais, além de movimentos sociais perseguindo diferentes programas de modernidade, contendo diferentes visões sobre o que torna as sociedades modernas (Eisenstadt, 2000; p. 2).

Propondo um olhar sob a perspectiva de uma *Belle Époque* suburbana, podemos contribuir com os estudos urbanos do Rio de Janeiro a partir de experiências da modernidade do início do século XX vividas nos subúrbios cariocas. A partir do desenvolvimento de formas de apropriar e representar os ideais de progresso inerentes ao

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

moderno, a construção de uma identidade social suburbana surge como um campo de exaltação das potencialidades locais diante das profundas mudanças na dinâmica da nova cidade que surgia no alvorecer o século XX.

Referências

ABREU, Maurício de A. A periferia de ontem: o processo de construção do espaço suburbano do Rio de Janeiro (1870-1930). *Espaços & Debates.* Revista de estudos regionais e urbanos. Ano VII, vol. 1, n. 21, 1987.

CHARTIER, Roger. Textos, impressões, leituras. In. HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1992.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*: entre práticas e representações. Algés, Portugal: Ed. Difel, 2002.

EISENSTADT, Shmuel. Multiple modernities. *Dedalus*, v. 129, n. 1, 2000.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio*: Rio de Janeiro 1858-1945. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 7ª ed., 2013. LEFEBVRE,

Henri. *Critique de la vie quotidienne*. Paris: L'Arche, 1981.

LEFEBVRE, Henri. Prefácio – A produção do espaço. *Estudos Avançados.* v. 27, n. 79,

p. 123-132, 2013.

MENDONÇA, Leandro Climaco. Nas margens dos trilhos, da cidade e do poder: imprensa suburbana na cidade do Rio de Janeiro, 1880-1940. *Escritas*, v. 7, n.1, p. 44-64, 2015.

MENDONÇA, Leandro Climaco. Jornalismo como missão: militância e imprensa nos subúrbios cariocas, 1900-1920. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense. Instituto de História, 2017.

Agradecimentos

À Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em especial ao Programa de Pós-graduação em História Social, por propiciar acesso ao universo da pesquisa científica no campo da História Urbana e dos Territórios, campo historiográfico que pretendo seguir como meio de vida e de desenvolvimento pessoal. Ao professor Mauro Amoroso pela paciência, disponibilidade e parceria, assim como à professora Márcia Cavalcanti, co-orientadora, que foi minha professora na graduação e me ensinou as bases da pesquisa acadêmica e proporcionou meus primeiros passos nos estudos suburbanos ao me admitir como voluntário no Centro de Memória da Universidade Gama Filho.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

QUANDO NOVAS HISTÓRIAS ENTRAM EM CENA: O SENTIDO DAS LUTAS URBANAS NARRADAS PELOS SUJEITOS

Mario Brum
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
mariobrum@yahoo.com.br

Resumo

Na esteira do processo de Redemocratização ocorrido no Brasil, as lutas de moradores de favelas do Rio de Janeiro adquiriram, de maneira dinâmica, novos contornos, modificando bandeiras de lutas, formas de mobilização e as relações entre moradores, movimentos comunitários, partidos e autoridades. Por um tempo, ao invés da luta pela *permanência* da favela, contraposta à ameaça de remoção que assombrou as favelas no período da Ditadura, a *urbanização* adquire centralidade nas lutas comunitária, até que com as remoções promovidas em função dos Jogos Olímpicos de 2016, a permanência volta a ser uma bandeira necessária. Lidando com depoimentos orais, utilizaremos entrevistas gravadas com lideranças comunitárias realizadas pelo Projeto Memórias (ITERJ/UERJ) e Vozes da Luta (UERJ), discutiremos como esse processo é percebido e narrado pelos sujeitos que os viveram.

Favelas- Mobilização comunitária - Remoções - Memórias

Resumen

Tras el proceso de Redemocratización de Brasil, las luchas de los habitantes de las favelas de Río de Janeiro adquirieron nuevas formas de forma dinámica, transformando los temas de lucha, las formas de movilización y las relaciones entre residentes, movimientos comunitarios, partidos políticos y autoridades. Durante un tiempo, en lugar de la lucha por la permanencia de la favela, que contrastaba con la amenaza de desalojo que las acosaba durante la Dictadura, la urbanización cobró protagonismo en las luchas comunitarias. Esto fue así hasta que, con los desalojos promovidos en respuesta a los Juegos Olímpicos de 2016, la permanencia volvió a ser una causa necesaria. A partir de testimonios orales, utilizaremos entrevistas grabadas con líderes comunitarios realizadas por el Proyecto Memórias (ITERJ/UERJ) y Vozes da Luta (UERJ), y analizaremos cómo este proceso es percibido y narrado por aquelles que lo vivieron.

Favelas - Movilización comunitaria - Desalojos - Recuerdos

Introdução

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

No período da Ditadura Militar a remoção de favelas, iniciada em 1962 na Guanabara sob o governo de Carlos Lacerda, se consolidou como uma política de Estado sistematizada, tendo órgãos com atribuições específicas para as diversas fases de execução e financiamento determinado. Entre os anos de 1968 e 1973 as remoções atingiram o auge, tendo removido mais de 100 mil (segundo dados da CEV-RJ, 2015, p.
115) em favelas grandes, antigas e de forte tradição de mobilização comunitária da cidade, como a Praia do Pinto, Macedo Sobrinho, Catacumba, Esqueleto, entre outras.

A remoção pairou como uma ameaça permanente sobre as favelas, tema que retornava ao debate político em outras ocasiões, como no Vidigal, em 1976 e no conjunto de favelas da Maré, em 1979. Por outro lado, essa ameaça catalisou a mobilização comunitária em torno da bandeira da permanência, compreendida como uma luta que englobava mudanças mais profundas no estatuto da favela e do favelado na sociedade, implicando na mobilização por transformações mais profundas na sociedade, expressas nas bandeiras de Eleições Diretas, livre organização comunitária, nova Constituição e o fim da Ditadura.[1]

No processo de Redemocratização, mudanças no Estado deslocam as remoções como política principal. Além disso, a eleição de figuras comprometidas com as reivindicações comunitárias; a chegada de lideranças comunitárias em cargos no legislativo e no executivo; e alterações jurídicas e institucionais que garantiram o reconhecimento da favela como parte da cidade e os direitos de moradores de favela à moradia e acesso às políticas públicas a *urbanização* se torna a principal bandeira de luta do movimento comunitário[2] (Lima, 1989; Grynszpan e Pandolfi, 2003). Isso se modifica nas décadas de 2000 e 2010, com o anúncio da escolha do Rio como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, quando a preparação da cidade para os Grandes Eventos vai ao encontro de outros aspectos mobilizados por parte da sociedade, que defendiam a eliminação de favelas da paisagem urbana, por questões como meio ambiente e a segurança pública.

Assim, em algumas favelas e entre outros agentes ligados às questões urbanas (juristas, acadêmicos, parlamentares) a mobilização comunitária contra as remoções readquire centralidade. Por outro lado, essa luta é travada em contexto distinto da Ditadura Militar,

[1] VALLADARES, Licia. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005; MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A continuidade do 'problema da favela In*:* OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.) **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. pp.220- 237; BRUM, Mário. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da ditadura de 1964 aos grandes eventos. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro; n. 29, p. 179-208, 2013.

[2] LIMA, Nísia Trindade. **O movimento de favelados do Rio de Janeiro**: políticas de Estado e lutas sociais (1954-73). Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Rio de Janeiro: Iuperj, 1989; GRYNSZPAN, Mario & PANDOLFI, Dulce. **A favela fala: depoimentos ao CPDOC**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2003.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

quando a censura, a repressão policial e a exclusão das divergências no debate político contrastam com a mobilização em audiências públicas, manifestações de rua, plataformas digitais, contando com a cobertura da imprensa, inclusive internacional que deu visibilidade à luta dos moradores de diversos territórios contra a remoção.

Nossa proposta é analisar as narrativas que lideranças comunitárias fazem do período, incluindo os avanços obtidos com a Redemocratização e os dilemas e desafios na luta pela cidadania de moradores de favelas que tanto veem o retorno do tema das remoções quanto enfrentam sérias ameaças à própria vida a partir de diferentes agentes armados, como milícias, traficantes e agentes do próprio Estado.

Material:

Usaremos, principalmente, depoimentos de moradores que tiveram protagonismo nas lutas do período, cujos depoimentos são oriundos do Projeto Memórias, desenvolvido pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), ao qual realizamos parceria através de projeto de extensão coordenado pelo autor desenvolvido entre os anos de 2021 a 2023 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (*História e Memórias das lutas por terra e moradia*) que foi posteriormente desenvolvido em nova ação extensionista, o Projeto Vozes da Luta, desenvolvido agora de forma autônoma desde 2023, cujo escopo da ação contempla a produção de acervos comunitários, incluindo depoimentos.

Métodos

Os projetos de extensão desenvolvidos na UERJ tiveram duas fases: na primeira, através do projeto *História e Memórias das lutas por terra e moradia* desenvolvido em parceria com o ITERJ, realizamos o tratamento (transcrição e acréscimo de notas explicativas) de entrevistas já realizadas pelos técnicos do órgão, tendo também realizado algumas entrevistas que compuseram o acervo do Projeto Memórias.

Na segunda fase, desenvolvida através do Projeto Vozes da Luta, priorizamos a parceria com organizações comunitárias para produção de acervos de fontes referentes a territórios da cidade, que incluíram a coleta e sucessivo tratamento de depoimentos como partes do acervo. Ambos os projetos se coligaram a outras iniciativas de pesquisa, que envolveram docentes, discentes e os próprios sujeitos da ação, lideranças comunitárias, contemplados nos projetos de extensão e na produção de reflexões sobre as suas trajetórias individuais, dos territórios em que vivem e da luta de moradores de favelas do Rio de Janeiro

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

pela conquista, ampliação e garantia de direitos.

O presente *paper* é oriundo do diálogo com essas reflexões, considerando que nossa ação é uma assessoria que dialoga nos saberes e ações existentes nos territórios em que atuamos, agindo em sintonia com os sujeitos locais compreendidos como artífices de suas histórias, em que nós auxiliamos com suporte teórico e metodológico na pesquisa e na escrita dessa História, pensando como Ricoeur que o tempo pensado é o tempo narrado.[3]

Resultados

Nas últimas décadas, a História como disciplina tornou a favela um objeto de pesquisa próprio de seu domínio, tendo sido antecedida por outras ciências sociais, o que foi apontado em trabalhos anteriores desenvolvidos em parceria.[4] Grosso modo, a entrada 'tardia' da História no debate se deu tanto pela compreensão de que a favela era uma questão 'atual', por isso fora de seu escopo. Foi a partir de uma reconfiguração no campo, compreendendo que o domínio da História não se limita ao 'passado', mas ao curso dos seres humanos no tempo e, além disso, com a incorporação de novas fontes, análises, métodos e sujeitos que a favela passa ser abordada pela História.

Dentre essas mudanças, as narrativas dos sujeitos sobre os processos históricos e sobre si próprios adquirem relevância, através da História Oral. Não se trata de olhar a favela a partir da alteridade, mas pensá-la a partir de 10 depoentes, moradores de favela, que desempenharam protagonismo em todo ou em determinados momentos do nosso recorte cronológico traçando um quadro em que a representações que esses moradores fazem da favela se contrapõe (não necessariamente de modo antagônico) às outras representações que por muito tempo foram feitas, inclusive na própria academia, sem que esses sujeitos fossem ouvidos.

Assim, nosso propósito foi estabelecer uma relação dialógica entre academia e moradores para produção de saberes sobre os territórios, suas trajetórias e suas lutas, ao mesmo tempo dando e adquirindo subsídios para reflexões sobre as favelas.

Discussão

No fim da década de 1980, Eder Sader publicou seu estudo sobre o modo como os

[3] RICOEUR, PAUL. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed Unicamp, 2007.
[4] KNAUSS, Paulo; BRUM, Mario. Encontro marcado: a favela como objeto da pesquisa histórica. In: MELLO, Marco Antonio da Silva; MACHADO DA SILVA, Luis Antonio; FREIRE, Letícia de Luna; SIMÕES, Soraya Silveira. (Org.). **Favelas Cariocas: ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, pp. 121-140; BRUM, Mario, GONÇALVES, Rafael Soares; AMOROSO, Mauro. História e favelas cariocas: um encontro tardio. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 1-23, jul/dez 2024.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

trabalhadores da Grande São Paulo refletiam, representavam e narravam suas experiências de suas lutas por direitos a partir de suas representações. Desse modo, a própria elaboração luta e construção de identidade[5]. De modo que utilizamos aqui esse debate conceitual e suas reflexões aplicados às lideranças comunitárias, partindo das suas narrativas sobre os processos que vivenciaram para nos subsidiar na própria compreensão dos processos históricos de da favela como um fato urbano, polissêmico e atravessado por diferentes representações é objeto de nosso estudo, considerando que lidamos aqui com as elaborações narradas por moradores de favela das disputas pelo lugar, físico e simbólico da favela na cidade.

Assim, nossa ação também dialoga com ações de trabalhos locais de produções de memória, no que recorremos a Michael Pollak ao falar sobre o trabalho de memória como um "*trabalho* [que] *reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro."*[6].

Conclusões

Ao privilegiamos aqui a memória de lideranças comunitárias sobre os processos vivenciados de luta pela moradia e pela cidade nãos trata somente de uma escolha metodológica e sim um esforço epistemológico de pensar a favela como tema da História e em paralelo, pensar na própria produção historiográfica que contemple os sujeitos históricos como produtores de saberes compartilhados conosco de modo dialógico.

Nesse sentido, atentamos às representações sobre a casa, o território, a cidade, as políticas públicas, as relações estabelecidas com outros sujeitos e estratégias de luta e mobilização perante o Estado e a sociedade. que são percebidas e narradas de modos diferentes pelos que vivenciaram e foram diretamente envolvidos em tais processos, tais como a importância simbólica e política da casa, as visões sobre diferentes conjunturas políticas, as maneiras como diferentes atores são percebidos, entre outros temas que abordamos no *paper*.

REFERÊNCIAS

RIO DE JANEIRO (Estado). Comissão da Verdade do Rio. **Relatório / Comissão da Verdade do Rio**. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. 456 p.

Agradecimentos

Aos bolsistas de extensão Larissa Ivie Mendonça e Renan Rodrigues, à bolsista de IC Luciane Franco pelo auxílio na coleta e tratamento de dados, à UERJ pela bolsa Prociência que financiou parte dessa pesquisa e aos moradores de favela do Rio pelos ensinamentos.

[5] SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

[6] POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. v. 5, n. 10, 1992. pp. 200- 212.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

RIO 50 ANOS: A FUSÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS CARIOCA, FLUMINENSE E PAPAGOIABA, UMA IDENTIDADE FRAGMENTADA

Jorge Alexandre Lucas[1]

Douglas Mansur da Silva[2]

RESUMO

Em 2025 celebramos 50 anos da fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro, com seus avanços e recuos na cultura, na economia, infraestrutura e industrialização. O discurso oficial defendia a construção de um marco civilizatório que permitisse ao novo estado não só rivalizar com São Paulo e trazer equilíbrio para o pacto federativo, mas se tornar uma referência em desenvolvimento humano, social e cultural. Esse artigo trata pontualmente das consequências na formação da identidade do povo que habita esse território. A questão é, há uma identidade que possa definir o povo do Rio de Janeiro? Pretende-se discutir sobre a identidade fragmentada do estado do Rio de Janeiro e como a própria configuração do território e das relações de poder e desenvolvimento fizeram com que se reforçasse essa identidade. Promover uma discussão sobre qual identidade é compartilhada, mesmo que fragmentada, e qual impacto exerce no desenvolvimento humano, social e político do estado.

Palavras chaves: Carioca; identidade; marco civilizatório.

ABSTRACT

In 2025, we celebrate the 50th anniversary of the merger of the states of Guanabara and Rio de Janeiro, with its advances and setbacks in culture, economy, infrastructure, and industrialization. The official discourse advocated the construction of a civilizing Landmark that would allow the new state not only to rival São Paulo and bring balance to the federative pact, but also to become a benchmark in human, social, and cultural development. This article specifically addresses the consequences for the formation of the identity of the people who inhabit this territory. The question is, is there an identity that can define the people of Rio de Janeiro? The aim is to discuss the fragmented identity of the state of Rio de Janeiro and how the very configuration of the territory and the relations of power and development have reinforced this identity. We aim to promote a discussion about which identity is shared, even if fragmented, and what impact it has on the human, social, and political development of the state.

Keywords: Carioca; identity; civilizing Landmar.

I- Introdução

Uma das questões relevantes para se discutir nos 50 anos da reunificação do estado do Rio de Janeiro com sua cidade homônima é quais foram os impactos dessa fusão na formação da identidade cultural do povo, e como a sociedade nesse território foi afetada. Desde o início do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro sempre teve um papel destacado na construção da

[1]Jorge Alexandre Lucas. Mestre em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL/SC. jorgealelucas@gmail.com

[2]Douglas Mansur da Silva. Professor Associado - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Sociais e Programa de Pós-graduação em Cultura e Territorialidade. douglasmansur@id.uff.br

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

memória, da cultura e da identidade do que viria a ser o país que conhecemos hoje. A cidade e seu povo, ao longo de 200 anos como capital da colônia, do império e da república, se acostumaram a ser a consciência nacional do país, a pensar e se posicionar sobre os temas nacionais relevantes e que teriam efeitos sobre a nação, e continuaram com essa postura mesmo depois de perder a condição de capital nacional para Brasília. Estudar a identidade do povo que habita o território fluminense é importante quando buscamos compreender onde estão os marcos do poder, onde é que as decisões são tomadas, por quem, com a participação de quais atores. Por isso, é relevante estudar a identidade nesse território. A identidade compreendida como uma construção histórica,

social e simbólica que articula memória, território e práticas culturais.

Segundo Hall (2006), a identidade não é uma essência fixa, mas uma construção discursiva. Ela é formada e reformulada constantemente através da linguagem, da cultura e das representações. Ele destaca que a identidade de um grupo é moldada por narrativas históricas, por processos de exclusão e inclusão e pelas diferenças culturais que delimitam o "nós" e o "outro". Assim, a identidade é sempre relacional e marcada por deslocamentos, sendo compreendida como um "ponto de sutura" entre discursos e práticas sociais. Descobrir qual identidade é compartilhada e se há relação dessa identidade com a crise civilizatória por que passa esse estado, desde a sua reunificação em 1975 pode ajudar na superação dos desafios para um desenvolvimento planejado, na construção de uma cultura de prosperidade que possa melhorar as condições de vida de toda população.

O Estado do Rio de Janeiro tem o segundo maior PIB do país, mas isso não se reverte em desenvolvimento homogêneo, em IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, em qualidade de vida para a população. Em todos os estados, há uma política cultural e de organização que atua no desenvolvimento de ações sociais com reflexo e impacto na formação de uma auto imagem, uma compreensão sobre si mesmo, gerando essa sensação de pertencimento. A autoimagem refere-se à forma como uma coletividade constrói e projeta a sua própria identidade, valores, memórias e características socioculturais, com base em narrativas internas compartilhadas, percepções sobre o "quem somos", sustentadas por símbolos, discursos, tradições e experiências históricas comuns.

Stuart Hall[3] enfatiza que essa construção é relacional, a autoimagem se define também em contraste com a imagem do "outro". Um bom exemplo de política cultural foi a proibição de

[3] HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

elevador de serviço, e quarto de empregada. São Paulo foi o primeiro estado a ter a lei aprovada, o estado do Rio de Janeiro foi o último. A identidade construída ou auto proclamada se realiza em ações concretas que nos impõe algumas perguntas: Carioca é uma marca ou uma representação, é a identificação com uma cultura ou são os seus costumes numa comunidade? Se essa identidade existe, qual seria o seu território, seria só a capital, seria a região metropolitana ou todo o estado do Rio de Janeiro? Qual o melhor gentílico para definir de forma legítima o povo do Rio de Janeiro, não só da

capital, mas do estado como um todo? Qual a relação da identidade com a crise civilizatória em que passa o estado do Rio de Janeiro desde a sua reunificação em 1975?

II- Metodologia

Para Eni Orlandi[4] a melhor forma de entendermos o debate sobre a construção histórica e social do gentílico Carioca, é utilizar a compreensão de como atuam os *efeitos de identidade*, produzidos através de representações simbólicas, culturais, territoriais e institucionais. As identidades não existem em si, como um fim, mas são construídas através dos efeitos de sentido.

Entender como são produzidos os *efeitos de sentidos* na construção da identidade, como operam, como atuam no imaginário popular e como são de fato produzidos é muito importante. A identidade do povo carioca não se constitui apenas a partir de elementos culturais visíveis, mas também por meio dos discursos que circulam socialmente e que produzem sentidos sobre o que é ser carioca. “Efeitos de sentidos são produzidos em condições determinadas e que de alguma forma estão presentes no modo como se diz, deixando vestígios”. (Orlandi, 1999, p. 30).

Os efeitos de sentido são produzidos em condições de produção determinadas, isto é, em contextos históricos e ideológicos específicos, que deixam marcas no modo de dizer. Assim, as representações do carioca como festivo, irreverente ou informal, não são meras descrições neutras, mas efeitos de discursos que circulam e se sedimentam historicamente. Esses discursos carregam vestígios de relações de poder, desigualdade e resistência, e são apropriados de maneiras distintas por diferentes grupos sociais dentro da cidade. Dentro dessa perspectiva é que falamos sobre a identidade do povo do estado do Rio de Janeiro, antes e após

[4] ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1999.

Janeiro e da relação com suas cidades irmãs, as ex - capitais Rio-Niterói. Fluminense? a

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

reunificação da cidade do Rio de Janeiro com seu estado de origem. Para compreender como se dá a efetiva filiação ao gentílico Carioca e sua sensação de pertencimento, vamos partir da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de kari´oka? Papagoiaba?

III- Resultados e Discussão

Uma das contradições na fusão foi a dificuldade da elite da Guanabara de contornar as distâncias econômicas, sociais e culturais que existiam e ainda existem; sua incapacidade de ocupar o Rio de Janeiro e construir um projeto unitário de desenvolvimento de médio e longo prazo. Ao não desenvolver um projeto para o estado,

permitiram que o Regime Militar realizasse de fato, o esvaziamento político e econômico. Há estudos do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística[5] que demonstram que a região sul do estado, por exemplo, tem mais relação econômica e financeira com São Paulo do que com a própria capital. Segundo Peterson Pacheco[6], não é exatamente, ou apenas a questão financeira que envolve essa realidade, existem muitas configurações de redes urbanas, muitos indicadores que devem ser considerados. O que se tenta demonstrar é como os fluxos econômicos, políticos, institucionais, urbanos (mobilidade e infraestrutura) se estabelecem nos diferentes núcleos e aglomerados urbanos. Os fluxos entre o Médio Paraíba e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, por óbvio, são fortes. Mas, o que chama atenção são os fluxos intensos com a metrópole paulista. E, no caso do Médio Paraíba Fluminense, os fluxos com os demais núcleos e aglomerados urbanos de São Paulo. O que pode ser depreendido é que, no período do estudo, os fluxos da região do Médio Paraíba Fluminense sofriam mais atração com núcleos e aglomerados urbanos do estado vizinho do que dentro do Rio de Janeiro. Essa desarticulação do estado com sua própria estrutura, com os próprios municípios, entre os municípios congêneres estaduais geram um esvaziamento e um empobrecimento do próprio interior do estado do Rio de Janeiro. O interior do estado é esvaziado, empobrecido e desarticulado. A baixada fluminense é tida como uma região dormitório, com carências absurdas de saneamento, infraestrutura e empregos. Essa situação ajuda a compreender por que o Estado do Rio tem uma identidade fragmentada: a falta de articulação econômica e

[5]INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Regiões de influência das cidades – 2007.* Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf, Acesso em 22 de março de 2025. [6]Entrevista concedida pelo sociólogo Peterson Leal Pacheco sobre a situação econômica atual do Estado do Rio de Janeiro, em março de 2025.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

social entre suas regiões reforça divisões culturais, políticas e simbólicas. A fusão, nesse contexto, não criou um “todo coeso”, mas sim uma justaposição de territórios desiguais. As questões políticas sempre foram determinantes na construção de uma identidade local, nacional. A cidade do Rio de Janeiro viveu realidades distintas, e de grandes transformações, como de um simples povoado a vitrine, referência e coração da nação. O Professor Mauro Osório desenvolve o conceito de "enclaves econômicos" para se referir ao assunto, como estruturas produtivas desconectadas do território que as abriga, característica marcante da economia fluminense, onde o estado do Rio de Janeiro configura-se como um mosaico de enclaves econômicos desconectados, onde cada polo desenvolve uma relação assimétrica com o território, de forma especificamente. Podemos citar cinco padrões de enclavização no estado. O complexo petroquímico da REDUC, o polo siderúrgico de Volta Redonda, o distrito automotivo de Resende, o eixo Niterói-São Gonçalo, um caso paradigmático de "metropolização enclausurada", onde serviços e comércio atendem à demanda da capital sem gerar desenvolvimento endógeno, e a exploração offshore em Campos dos Goytacazes. Osório (2025) aponta que, em agosto de 2020, do total de valor dos contratos ativos da Petrobras com seus fornecedores, apenas 29% foram com empresas sediadas no Brasil, sendo que apenas 11% estão localizadas estado do Rio de Janeiro, e os 71% restantes foram com empresas localizadas no exterior, e o fato que na extração de petróleo, o imposto não é tributado na origem e sim no destino[7]. No entanto, o fato de existirem áreas economicamente desenvolvidas que não se integram de forma efetiva com o restante do território fluminense é sinal da fragmentação cultural e econômica. Há regiões no estado do Rio de Janeiro que concentram riqueza, infraestrutura e atividade econômica avançada, e apesar de serem pólos de desenvolvimento, funcionam de maneira isolada, sem gerar efeitos distributivos amplos para o conjunto do estado. Ou seja, a prosperidade de um município ou região não “transborda” para as áreas vizinhas ou para o estado como um todo.

IV – Conclusão

O Rio de Janeiro tem uma cultura secular, que envolve costumes, tradições, sotaques e toda uma diversidade étnica e social. O processo de fusão foi importante e necessário. Os municípios precisam buscar mais unidade, lutar por uma integração regional e desenvolvimento, e

[7]OSÓRIO, Mauro; RABELO, Henrique; VERSIANI, Maria Helena. Pensando o Estado do Rio de Janeiro, *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense,* Rio de Janeiro, n. 28, p. 11-30. Disponível em: Vista do Pensando o Estado do Rio de Janeiro Acesso em: 12 jun. 2025.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

nesse sentido, abordamos o aspecto do processo de construção identitário como fator motivador e aglutinador dessas sinergias necessárias.

REFERÊNCIA

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**.** *Regiões de influência das cidades – 2007.* Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf Acesso em: 22 de mar de 2025.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1999.

OSÓRIO, Mauro; RABELO, Henrique; VERSIANI, Maria Helena. Pensando o Estado do Rio de Janeiro, *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 11-30, Edição Especial. abril 2025. DOI 10.12957/cdf.2025.89463. Disponível em: Vista do Pensando o Estado do Rio de Janeiro Acesso em: 12 jun. 2025.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

O ASSASSINATO DOS QUATRO SOLDADOS: APAGAMENTO DA VIOLÊNCIA DA DITADURA NO SUL-FLUMINENSE

Iohana Viana Araujo[1]

RESUMO

O presente trabalho analisa o caso do assassinato de quatro soldados nas dependências do 1º BIB de Barra Mansa durante a ditadura militar, examinando os principais aspectos do episódio e refletindo sobre o processo de apagamento dessa memória local, em que pese se tratar de um caso singular na história brasileira, no qual a própria Justiça Militar condenou seus agentes pelos crimes de tortura e assassinato. A pesquisa fundamenta-se em referências bibliográficas diversas e em fontes documentais, como registros do período e o relatório da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda. No estudo é evidenciado o grave processo de esquecimento institucional ocorrido, mas também a relevância do 'Museu do Trabalho e dos Direitos Humanos' de Barra Mansa na missão de preservação dessa memória social.
Palavras-chave: ditadura militar; memória, museu do trabalho e dos direitos humanos.

ABSTRACT

This paper analyzes the case of the assassination of four soldiers within the premises of the 1st BIB in Barra Mansa during the military dictatorship, examining the main aspects of the episode and reflecting on the process of erasing this local memory. Despite being a singular case in Brazilian history, in which the Military Justice itself convicted its agents for the crimes of torture and murder, the event has largely been forgotten. The research is based on diverse bibliographic references and documentary sources, such as records from the period and the Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda report. The study highlights not only the severe process of institutional forgetting that took place, but also the relevance of the 'Museum of Labor and Human Rights' of Barra Mansa in the mission of preserving this social memory.
Keywords: military dictatorship; memory, museum of labor and human rights.

INTRODUÇÃO

Com o fim da ditadura militar e início do processo de redemocratização, muitos dos crimes cometidos no período ditatorial vieram a público, contudo, há episódios traumáticos da história brasileira que ainda seguem soterrados, conforme ocorre com o caso do assassinato dos quatro soldados na cidade de Barra Mansa. Estes homens foram torturados até a morte em uma investigação de venda e uso de maconha, gerando um processo na Justiça Militar em 1973, que condenou os nove militares envolvidos.

Apesar de ser um fato ímpar da história brasileira, os fatos ocorridos no batalhão seguem quase que totalmente encobertos, após sofrer um processo de esquecimento institucional. As iniciativas de resgate desta memória iniciaram apenas a partir de 2015, com a Comissão da Verdade de Volta Redonda, e se consolidou em 2024 com a CMV-VR

[1]Iohana Viana Araujo, mestrando PPGHIS/UFRJ, iohanava@gmail.com

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

e o processo judicial do caso, debatendo o amplo apagamento desta inauguração do Museu do Trabalho e dos Direitos Humanos em Barra Mansa – RJ.

A presente pesquisa objetiva explicitar o incidente, tendo como fonte o parecer da memória e analisando as possibilidades de resgate histórico do local. O trabalho se justifica na necessidade de evocação destas memórias, de forma a dar espaço para as vítimas da ditadura neste local de memória. No decorrer do estudo, é apresentado o 1º BIB no contexto da ditadura militar no sul-fluminense, sendo exposto em seguida todos os aspectos do caso dos quatro soldados, e por fim, discute-se o apagamento da história do batalhão e o potencial do 1º BIB como um lugar de memória.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, fazendo uso de fontes primárias, tais como documentos do próprio exército e reportagens de jornais contidas no acervo do Centro de Memória do Sul-Fluminense (CEMESF/UFF), e o processo judicial nº 39872/73. Igualmente, fora amplamente utilizado o relatório final da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda. A pesquisa é guiada pela metodologia da História Social, privilegiando a bibliografia voltada para a ditadura no sul-fluminense e as discussões historiográficas referentes a políticas de memória.

Através de uma abordagem de caráter exploratório e descritivo, confronta-se a memória "oficial" da cidade de Barra Mansa com os traumáticos fatos ocorridos no antigo 1º Batalhão de Infantaria Blindada, que por mais de cinquenta anos foram apagados, e que hoje passa por um processo de resgate histórico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 1950, na cidade de Barra Mansa, no interior do estado do Rio de Janeiro, foi fundado o 1º Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa (1º BIB), e do Golpe de 1964 até o seu fechamento em 1972, o batalhão funcionou como um centro de repressão. As vítimas eram trabalhadores sindicalizados, católicos progressistas, militantes de oposição, familiares de militantes e até mesmo os próprios militares. De abril de 1964 a setembro de 1972, o 1º BIB foi responsável por um grande número de prisões e torturas, contudo, foi após a emissão do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), que "o 1º BIB se tornou um centro militar de perseguição e

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

tortura para opositores do regime na região sul fluminense" (ESTEVEZ; ALMEIDA, 2021).

Em 1971 os crimes realizados no interior do batalhão atingiram seu ápice, no que foi chamado de "O crime do século", se tratando da tortura e morte de quatro soldados do próprio batalhão pelos próprios militares do 1º BIB. (MEZAROBBA, 2022) A senhora Geralsélia Ribeiro da Silva, irmã do soldado Geomar, em depoimento à CMV-VR, narra as condições que o corpo de seu irmão se encontrava:

> "No dia 13 de janeiro, cerca de 22h00, foi um mensageiro, Tenente Calichio, à minha casa avisar que Geomar havia falecido. E exclamei: 'Tenente Calichio!, Mataram meu irmão!'. Fui com meu pai para Santa Casa, aguardar o corpo de meu irmão ser liberado na sala de necropsia pelo Dr. Eros. (...) Entrei e vi meu irmão onde se achava estendido na mesa de mármore. Fardado, com coturno e coberto com lençol. (...) Meu irmão tava todo machucado, hematoma, os dentes quebrados, o rosto queimado com ponta de cigarro, as unhas perfuradas e os pés, dentro daquele coturno, mas estavam quebrados; eles quebravam os pés no torno, porque eles punham a cabeça ou os pés, mas o sargento Rubens que fazia isso conhecia ele, falou: 'ah, Geomar, não vou imprensar sua cabeça não...vou imprensar seus pés'. (...)"(CMV-VR, 2015, 353-354)

Os soldados Geomar Ribeiro da Silva, Roberto Vicente da Silva, Juarez Monção Virote e Vanderlei de Oliveira foram torturados até a morte, e seus assassinos ainda tentaram encobrir o crime. A liderança da Unidade Militar do Exército 1º BIB fraudou um relatório, criando uma narrativa de que os soldados já mortos haviam fugido, forjando documentos, depoimentos, assinaturas e laudos de necrópsia.

Tais esforços fracassaram e o crime foi denunciado pelo bispo Dom Waldyr e por Geralsélia (irmã de Geomar), culminando no IPM 17/72 e no processo nº 39872/73. No processo judicial, que tramitou na Justiça Militar procedeu-se a condenação do Capitão Dalgio Miranda Niebus à pena de 84 anos de reclusão, 2º Tenente Paulo Reynaud Miranda da Silva à pena de 77 anos de reclusão, 3º Sargento Rubens Martins de Souza à pena de 62 anos de reclusão, Cabo José Augusto Cruz à pena de 62 anos de reclusão, 3º Sargento Sideni Guedes à pena de 58 anos de reclusão, Cabo Celso Gomes de Freitas Filho à pena de 58 anos de reclusão, Tenente Coronel Gladstone Teixeira Pernasetti à pena de 7 anos de reclusão, Nelson Ribeiro de Moura à pena de 2 anos de reclusão e Iranides Ferreira à pena de 2 anos de reclusão (CEMESF, 2022).

Em setembro de 1972, o 1º BIB se transformou em 22º BIMtz (CMV-VR, 2015), sendo este o primeiro passo do processo de apagamento histórico que prosseguiu nas décadas seguintes. Hoje o local do antigo batalhão é o Parque da Cidade de Barra Mansa, um espaço que abriga instituições públicas, projetos culturais e eventos, contudo sem qualquer referência ao evento traumático ali ocorrido, em que pese o local se tratar de um "sítio de horror", pois

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

se guarda “uma íntima relação com o presente, devido ao significado afetivo que incorporam, ao potencial pedagógico, e ao valor jurídico- documental dos espaços.” (ESTEVEZ; ALMEIDA, 2015)

O processo de apagamento da memória da ditadura é parte de uma política do esquecimento (TELES, 2009), que soterra a história local em detrimento do direito a memória, onde nem mesmo a população tem conhecimento da história de sua cidade.

> “Passadas algumas décadas, pouco são os moradores da cidade que sabem dessa e de outras histórias de torturas e mortes ocorridas nas dependências do antigo BIB. (...) Percebe-se no caso de Barra Mansa que o processo de enquadramento da memória beneficiou aqueles que praticaram torturas, não expondo o passado de violações de DireitosHumanos ocorridas no município. Assim sendo, o processo de enquadramento silencia vozes e coloca no subterrâneo da história aqueles que tiveram seus direitos violados.” (POLL; LANDIM, 2021, p. 10)

O esquecimento institucional é claro no caso do 1º BIB, nos termos consignados por Paul Ricoeur (2007), tratando-se de um esquecimento forçado e uma forma de violência social realizada dentro da dinâmica estatal, como uma "ação política amparada pela legalidade, atende o desejo do Estado, mas desemboca em um esquecimento coletivo." (ESTEVEZ; ALMEIDA, 2021). Assim, o caso do assassinato dos quatro soldados e todo o ocorrido no 1º BIB é uma memória subterrânea (POLLAK, 1989), assolada por décadas e que apenas recentemente vem sendo evocada pela CMV-VR, CEMESF/UFF, e pelo Museu do Trabalho e dos Direitos Humanos, inaugurado em 2024. O museu é fruto do Termo de Ajustamento de Conduta firmado em 2016, pela Prefeitura Municipal de Barra Mansa e o Ministério Público Federal (ANPR, 2017). O objetivo é de trazer reparações simbólicas e cultivar a memória local, sendo o museu centro de referência permanente do direito à memória (ESTEVEZ; ALMEIDA, 2021).

O antigo batalhão é um lugar de memória (NORA, 1993), que deve ser evocado e mantido. Como afirma Zarankin e Salerno (2012), os lugares de memória permitem com que seja construída uma narrativa sobre o passado recente, de forma a comprometer a sociedade com as histórias de terror protagonizadas pelos regimes militares na América Latina, de forma que eles não sejam esquecidos e que não se repitam. Através das políticas de memorialização os movimentos em prol da memória da ditadura ganham mais força, reforçando o lema “nunca mais”.

Contudo, apesar de sua relevância, apenas o museu celebrando este lugar de memória e os esforços de historiadores não são suficientes para trazer à luz esse capítulo, sendo necessários mais esforços por parte do poder público e da população, a fim de que essa lacuna

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

histórica seja preenchida e as lutas sejam lembradas.

CONCLUSÕES

O presente estudo explana o caso do assassinato dos quatro soldados nas dependências do 1º BIB de Barra Mansa durante a ditadura militar brasileira, assinalando as consequências para os assassinos, que acabaram condenados pela Justiça Militar. Entretanto, tão inequívoco quanto o crime cometido é o processo de apagamento da memória deste episódio e de todo o ocorrido de 1964 a 1972 no 1º BIB.

Na última década surgiram iniciativas de resgate da memória, porém estas ainda são poucas, necessitando de esforços para que de fato a lembrança apagada seja, no mínimo, reconhecida pela população da própria cidade. O Museu do Trabalho e dos Direitos Humanos é a iniciativa que se propõe a propagar a política de memória da ditadura no sul-fluminense, devendo ser fruto de incentivo do poder público e da população, que deve ser parte da narrativa, garantindo que todos aqueles que foram vitimados neste "sítio de horror" nunca mais tenham sua memória apagada, e que suas histórias sejam contadas para as próximas gerações, de forma a nunca mais se repetir.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO CENTRO DE MEMÓRIA DO SUL FLUMINENSE. Dossiê de todo processo do IPM 17/72 e processo Nº 39872/73 – ORIGEM: STM. Disponível em: < http://cemesf.vr.uff.br/category/tribunal-superior-militar-stm/>

CMV-VR, Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda. Relatório final (2013- 2015) Volta Redonda: CMV-VR, 2015. Disponível em: http://cemesf.vr.uff.br/textos/relatorio-final- da-comissao-municipal-da-verdade-dom- waldyr-calheiros-cmv-vr/. Acesso em 29 ago. 2025.

CRIAÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIA EM QUARTEL DA DITADURA É RECONHECIDA. Associação Nacional dos Procuradores da República, Brasília/DF, 23 de maio de 2017. Cultura. Disponível em: https://www.anpr.org.br/imprensa/noticias/17449- criacao-do-centro-de-memoria-em-quartel-da-ditadura-e-reconhecida#:~:text=A%20iniciativa%20vencedora%20na%20categoria,Mansa%20(Ri o%20de%20Janeiro).

ESTEVEZ, A. M.; ALMEIDA, P. C.. Lugares de memória da ditadura: disputas e agenciamentos nos processos de construção do 1o BIB Barra Mansa (Rio de Janeiro) e da Casa Marighella -Salvador (Bahia). Tempo, v. 27, n. 1, p. 144–164, jan. 2021.

MEZAROBBA, Glenda. O crime do século: O processo militar do início dos anos 1970 que condenou integrantes do Exército por tortura e assassinato. Folha de São Paulo, [S. l.], n. 193, 31 out. 2022. Revista Piauí. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-crime-do-seculo/. Acesso em: 29 ago. 2025.

Museu do Trabalho e Direitos Humanos é inaugurado em Barra Mansa. Disponível em: <https://focoregional.com.br/Noticia/museu-do-trabalho-e-direitos-humanos-e-inaugu>.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Acesso em: 29 ago. 2025.
NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História (São Paulo). n.10, p.7, dez. 1993.
POLL, Ana Paula; LANDIM, Luiz Ricardo Candido. MEMÓRIA SOCIAL E ESQUECIMENTO: O MUNICÍPIO, A ESCOLA E OS DIREITOS HUMANOS. EntreLetras, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 49–71, 2021. Pag 10 e 20. DOI: 10.20873/uft2179-3948.2021v12n1p49-71.Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/12373. Acesso em: 29 ago. 2025.
POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.3, 1989
RICOEUR, Paul. A memória, a história e o esquecimento. Tradução Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p.300.
TELES, Edson. Políticas do silêncio: a memória no Brasil pós-ditadura. In: International Congress of the Latin American Studies Association, 28., 2009, Rio de Janeiro. Procedures… Rio de Janeiro: Lasa, p. 1-17, jun. 2009.
ZARANKIN, A. & SALERNO, M. 2012. “Todo está guardado en la memoria...”; Reflexiones sobre los espacios para la memoria de la dictadura en Buenos Aires (Argentina). In: ZARANKIN, A.; SALERNO, M. & PEROSINO, M. (Eds.). Historias Desaparecidas; Arqueología, violencia política y memoria. Córdoba, Brujas, pp.11-2

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

PATRIMÔNIO E MEMÓRIA COLETIVA EM QUESTÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO À PRODUÇÃO DE POLÍTICAS DE PATRIMONIALIZAÇÃO PARA A CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Taiany Braga Marfetan[1]

Resumo: O artigo busca problematizar os usos e sentidos atribuídos ao patrimônio cultural urbano tomado como política pública a partir dos projetos Corredor Cultural do Centro (1983) e Reviver Centro (2021). A Rua da Carioca foi analisada como caso emblemático para tal, uma vez que teve seus edifícios tombados pelo projeto Corredor Cultural e recentemente alvo de ações do Reviver Centro (2021) ao torna-lá "Rua da Cerveja". Busco, a partir de revisão bibliográfica aliada à Etnografia de Rua (Rocha e Eckert, 2003) trazer um contraponto ao que a prefeitura pensa para o espaço e o que ele poderia ser, ativando o sentido de memória coletiva a partir de antigos usos de alguns edifícios que hoje estão sem uso: o Bar Luiz, o Bar Zicartola e a loja de instrumentos musicais "A Guitarra de Prata". Reforço a importância de considerá-los no projeto para a rua.

Palavras-chave: Rua da Carioca; Memória Coletiva; Políticas de Patrimonialização.

Abstract: This article seeks to problematize the uses and meanings attributed to urban cultural heritage as public policy based on the Cultural Corridor of the Center (1983) and Reviver Centro (2021) projects. Rua da Carioca was analyzed as an emblematic case, as its buildings were listed by the Cultural Corridor project and recently became the target of Reviver Centro (2021) initiatives, which designated it "Beer Street." Based on a bibliographic review combined with Street Ethnography (Rocha and Eckert, 2003), I seek to counter the city's vision for the space and what it could be. I activate the sense of collective memory based on the former uses of some buildings that are now unused: Bar Luiz, Bar Zicartola, and the musical instrument store "A Guitarra de Prata." I emphasize the importance of considering these aspects in the street's design.

Keywords: Carioca Street; Collective Memory; Heritage Policies.

1. Introdução

O presente artigo versa sobre a produção de memória urbana desenvolvida a partir das políticas de patrimonialização recentes promovidas pelos governos municipais da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo a partir da década de 1970 aos dias atuais e a produção de memória coletiva desenvolvida por atores sociais, colocando-os em diálogo, no intuito de compreender a produção de memória em disputa no espaço urbano carioca. Para tal, é importante contextualizar que a cidade do Rio de Janeiro apresentou, ao longo da história, uma série de transformações no seu espaço urbano que modificaram sua função, uma vez que já foi capital federal, exercendo função administrativa, e atualmente desenvolve

[1]Taiany Braga Marfetan. Professora EBTT de Geografia no Colégio Pedro II. E-mail: Taiany.marfetan@gmail.com

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

políticas de cunho cultural voltadas ao setor turístico, tendo sediado diversos megaeventos com essa finalidade.

Nesse sentido, é interessante avaliar o elo estabelecido entre as políticas públicas urbanas e a potencialidade turística da cidade, passando pela sua condição histórica de capital federal entre 1763 e 1960 (e o vácuo deixado a partir de então) junto ao histórico de megaeventos na cidade e as transformações urbanas empreendidas para sediá-los. Na esteira desse processo, a cidade pode ser tomada como um "palco" para as ações sociais, ou, de acordo com o proposto por Gomes e Berdoulay (2008), um "cenário", que associa os arranjos espaciais aos comportamentos dos atores sociais que dotam esses espaços de significados.

2. Materiais e Métodos

É a partir desse contexto que podemos iniciar uma discussão acerca da compreensão dos espaços urbanos como locais de construção de memórias e narrativas sobre as formas de ser e estar na cidade, dotando de significações as diferentes narrativas e experiências de cidade, compreendida aqui como um lugar de memória coletiva (Santos, 2013), não uma memória única, mas constantemente repensada, ressignificada, disputada e transformada. Assim, temos a cidade como um lugar praticado (Certeau, 2014), e a compreensão sobre o que é memória coletiva ajuda a determinar o que são os lugares de memória (Nora, 1993) e pertencimento na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, trago aqui a análise sobre dois projetos urbanísticos voltados à área central da cidade do Rio de Janeiro que afetaram diretamente os usos e funções dos imóveis situados na Rua da Carioca, uma das principais vias históricas do centro: o Projeto Corredor Cultural do Centro do Rio de Janeiro (1983) e o Projeto Reviver Centro (2021).

3. Resultados e Discussão

O Projeto Corredor Cultural do Centro do Rio de Janeiro foi pensado com a finalidade de preservar a memória urbana da área central de negócios da cidade que não foi arrasada pelas políticas urbanas modernistas do período anterior. Sobre o tema, Rabha (2006) destaca que: os clamores da destruição do ambiente construído, a perda de referência e costumes, os exageros da modernidade conduzidos no contexto de saída de um momento político traumático (a perda da capitalidade histórica, em 1960), fomentaram um

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

clima propício à garantia da defesa dos lugares mais frequentados pelos pedestres em suas rotinas de deslocamento pela área central.

Para tal, Nascimento (2020) aponta como novidades no quadro das práticas de patrimônio urbano no Brasil "o olhar para rua e para a paisagem, para o cotidiano e suas expressões, típico dos processos urbanos pós-anos 1960, sem os recortes excepcionalizadores e procurando se livrar da monumentalidade" (p. 174).

Já o projeto Reviver Centro (2021) caracteriza-se como uma proposta da prefeitura de incentivar o uso econômico e de lazer no centro da cidade, além de possibilitar a alteração dos usos dos edifícios na área central: de comercial a residencial. Esse projeto se insere no contexto de recuperação dos impactos econômicos vivenciados pela pandemia do Covid-19 como um evento crítico (Das, 2020) que prejudicou a economia dessa região da cidade, transformando amplos espaços outrora ocupados pelo comércio no centro da cidade em áreas desertas, sobretudo a Rua da Carioca, local de análise do presente artigo.

Para a rua, a prefeitura propôs auxílio econômico para o desenvolvimento de um pólo cervejeiro, chamando-a de "Rua da Cerveja". Porém, como um contraponto, trago uma análise derivada do trabalho de campo de cunho etnográfico desenvolvido na rua durante o ano de 2024, especificado como "etnografia de rua" (Rocha e Eckert, 2003).

Figuras 1 e 2: Prédio e placa no local onde funcionou o Zicartola, na Rua da Carioca número 53

Fonte: Fotografias da autora, 28 de novembro de 2024.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Figuras 3 e 4: Fachada do Bar Luiz, situado na Rua da Carioca, número 39, antes e depois do seu fechamento

Fonte: Alexandre Macieira/ Riotur e fotografia da autora, 28 de novembro de 2024.

Figura 5: Placa da loja de instrumentos musicais "A Guitarra de Prata"

Fonte: Fotografia da autora, 28 de novembro de 2024.

4. Conclusões

A partir desses exemplos, questiono o sentido do que é a memória urbana a partir das ações das políticas de patrimonialização e revitalização urbanas desenvolvidas pela prefeitura, e a memória social e coletiva urbana deriva dos usos (ou não usos) dos imóveis da rua, que só não se deixa ser esquecida pela existência de placas marcando a importância histórica de alguns imóveis, que são tombados, porém, hoje fechados e em péssimo estado de conservação.

Proponho que os usos históricos de determinados edifícios, que inclusive dialogam com a finalidade determinada pela prefeitura para a Rua da Carioca, um "Pólo Cervejeiro", sejam incorporados à proposta oficial de revitalização, como, por exemplo a reativação ou a construção de um centro cultural aonde funcionou o centenário Bar Luiz e o Zicartola, para que, de fato, a memória cultural seja acionada a partir dos edifícios, trazendo sentido tanto para a política de patrimonialização, como para o intuito turístico atrelado à ação proposta pela atual prefeitura municipal através do Reviver Centro (2021).

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel De. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 22ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2014.

DAS, Veena. **Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário**. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

GOMES, Paulo Cesar. BERDOULAY, Vincent. Cenários da vida urbana: Imagens, espaços e representações. In: **Cidades**. Presidente Prudente, v. 5, n. 7, pp. 9-14, 2008.

NASCIMENTO, Flávia. O Corredor Cultural e os processos históricos da preservação do Centro do Rio de Janeiro, 1970-1989. In: **Cadernos ProArq** nº 36, Rio de Janeiro, 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.7-28, dez.1993.

RABHA, Nina. Centro do Rio – Perdas e Ganhos na História Carioca. **Tese de Doutorado** (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

ROCHA, Ana Luiza C.; ECKERT, Cornelia. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. In: **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 4, n.3, 2003.

SANTOS, Myrian. Memória coletiva, trauma e cultura: um debate. In: **Revista USP**. São Paulo, n. 98, pp. 51-68 jun. jul. ago. 2013.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ORGANIZAÇÃO ANCESTRAL DO ESPAÇO: DAS MALOCAS ÀS ALDEIAS TUPINAMBÁ NO RECÔNCAVO DA GUANABARA

Victor Hugo Costa Dutra da Silva[1]

RESUMO: Este artigo investiga a organização ancestral do espaço nas paleoterritorialidades Tupinambá no Recôncavo da Guanabara, destacando a centralidade da maloca e da aldeia como núcleos de reprodução social, política e cultural. A partir de fontes coloniais, registros historiográficos e estudos etnográficos, a análise evidência que o espaço não se restringia ao suporte físico, mas constituía território de memória, espiritualidade e subsistência. A aldeia, estruturada em malocas coletivas e pátios centrais, era gerida por conselhos de anciãos e chefes, articulando decisões políticas, práticas agrícolas, caça, pesca e rituais comunitários. A cosmologia animista orientava a relação com a natureza, integrando ciclos ecológicos e vida social. Ao propor uma leitura decolonial da paisagem fluminense, o estudo demonstra que a territorialidade Tupinambá desafia a episteme cartesiana e revela insurgências geográficas pretéritas de Abya Yala, oferecendo contribuições para pensar a relação contemporânea entre espaço, cultura e natureza.
Palavras-chave: Tupinambá, Organização do Espaço, Paleoterritorialidades, Geografia Histórica; Pindorama.

RESUMEN: Este artículo investiga la organización ancestral del espacio en las paleoterritorialidades tupinambá de la región del Recôncavo de Guanabara, destacando la centralidad de la maloca y la aldea como núcleos de reproducción social, política y cultural. A partir de fuentes coloniales, registros historiográficos y estudios etnográficos, el análisis demuestra que el sitio no se limitaba al soporte físico, sino que constituía un zona de memoria, espiritualidad y subsistencia. La aldea, estructurada en torno a malocas colectivas y patios centrales, era administrada por consejos de ancianos y jefes, que coordinaban decisiones políticas, prácticas agrícolas, caza, pesca y rituales comunitarios. La cosmología animista guiaba la relación con la naturaleza, integrando los ciclos ecológicos y la vida social. Al proponer una lectura decolonial del paisaje carioca, el estudio demuestra que la territorialidad tupinambá desafía la episteme cartesiana y revela las insurgencias geográficas pasadas de Abya Yala, ofreciendo contribuciones a la reflexión sobre la relación contemporánea entre espacio, cultura y naturaleza.
Palabras clave: Tupinambá, Organización Espacial, Paleoterritorialidades, Geografía Histórica; Pindorama.

INTRODUÇÃO

Pensar os modos de vida nas paleoterritorialidades Tupinambá, especialmente na organização das malocas e aldeias no Recôncavo da Guanabara, conduz à reflexão sobre a Organização Ancestral do Espaço. A maloca, unidade habitacional coletiva, e a aldeia, forma de articulação comunitária, constituíam o núcleo da vida social, política e cultural, onde se estruturavam parentesco, partilha de alimento, rituais e decisões coletivas,

[1]Victor Hugo Costa Dutra da Silva, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (UERJ - FEBF), victorhugocostadutra@gmail.com

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

revelando que o espaço não era apenas suporte físico, mas território de memória e espiritualidade.

Essa perspectiva abre caminho para um diálogo com a História e a Antropologia, a fim de compreender uma insurgência geográfica pretérita. Para apreender tais formas de organização, é necessário descolonizar as percepções clássicas da ciência moderna, reconhecendo a legitimidade de outras lógicas de vida e concepção espacial. A experiência Tupinambá instiga debate no campo da Geografia, pois se trata de uma espacialidade de Abya Yala, contrária à episteme cartesiana ocidental, marcada por limites fixos (Zilio, 2022). Ao contrário, não havia separação entre sociedade e natureza, mas continuidade dinâmica, em que o espaço era vivido como território de memória, espiritualidade e subsistência (Léry, 1961).

Assim, a análise histórico-geográfica da Organização Ancestral do Espaço pode ser construída a partir de crônicas coloniais, registros arqueológicos e materialidades, permitindo compreender relações culturais, políticas e de reprodução social que fundamentavam a territorialidade. O objetivo deste artigo é, portanto, investigar como os Tupinambá organizavam o espaço no entorno da Baía de Guanabara, destacando suas cosmologias e contribuindo para uma leitura decolonial da paisagem fluminense em meio à temporalidade de Pindorama.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa fundamentou-se em fontes coloniais (Léry, 1961; Staden, 2007; D'Evreux, 1929), em estudos etnográficos (Fernandes, 1963; Métraux, 1929) e em contribuições historiográficas e geográficas (Lefebvre, 1974; Dean, 1984; Zilio, 2022), visando interpretar a organização espacial ancestral das paleoterritorialidades Tupinambá. O método consistiu em leitura crítica e comparativa dessas referências, evidenciando práticas sociais, políticas e culturais vinculadas à maloca e à aldeia como centros de reprodução social. A abordagem é qualitativa, de caráter interpretativo, apoiada em referenciais decoloniais (Zilio, 2022), que reconhecem as cosmologias ameríndias na compreensão da paisagem e da paleoterritorialidade.

RESULTADOS

O levantamento bibliográfico evidenciou aspectos centrais da organização ancestral do espaço Tupinambá, abrangendo multidimensionalidades políticas, culturais e sociais. Esses

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

elementos manifestaram-se na ocupação das territorialidades, nas práticas agrícolas e nas relações de sociabilidade com a floresta. Ressalta-se que tais dimensões não podem ser compreendidas de forma isolada, pois se interligam e resultam na constituição do espaço.

No âmbito político, a cosmologia animista orientava a organização, estruturando relações com o ambiente a partir do respeito aos ciclos ecológicos e aos encantos da floresta. Os Tupinambá acreditavam no sagrado presente nas águas, rios, rochas, animais e nos ciclos do tempo (Fernandes, 1963). A gestão coletiva era conduzida por conselho de anciãos e chefes de malocas, que deliberavam sobre migrações e relações "interaldeias", ademais, as relações das mulheres com a agricultura e segurança alimentar (De Sousa, 1971; Fernandes, 1963). A reprodução social baseava-se em caça, pesca e coleta, mas com centralidade da agricultura, que condicionava o ciclo migratório pela exaustão dos solos (D'Evreux; Marques, 1929).

As dinâmicas culturais expressavam-se pela culinária, agricultura ancestral, artesanato, organização interna das malocas e divisão de funções entre homens e mulheres (Fernandes, 1963). Essas práticas configuravam um modo de vida em que o espaço era produzido e reproduzido de forma integrada, possibilitando discussões sobre a organização ancestral do espaço Tupinambá.

DISCUSSÕES

Os Tupinambá iniciaram sua ocupação entre 1d.C e 700 d.C onde hoje é o atual território fluminense (Dean, 1984). No Recôncavo da Guanabara estabeleceram próximos aos rios os quais usavam para locomoção e interação entre as aldeias (Fernandes, 1963). As comunidades estabeleciam suas aldeias em locais que reunissem condições ideais de sobrevivência que era ponderado em um "conselho de velhos e chefes de malocas" incluindo acesso a rios ou lagos, terras agricultáveis, floresta com madeira de qualidade e uma abundante oferta de animais para caça e pesca a região deveria ser estratégica para reprodução social de modo a favorecer sua subsistência. (Fernandes, 1963 p.72).

Hans Staden (2007) representou, no século XVI, por meio de uma gravura, uma aldeia Tupinambá composta por quatro malocas, número médio descrito também nos relatos de colonizadores entre os séculos XVI e XVII (Fernandes, 1963). No centro, observava-se um pátio coletivo, onde os Tupinambá realizavam atividades comunitárias, como reuniões, rituais e práticas cotidianas. Todo esse espaço era protegido por um cercado circular de troncos, que delimita a aldeia.

As malocas eram construídas sobre o solo de forma quadrangular proporcionando uma ampla habitação sendo descrita com a área entre aproximadamente 228,69 m² e

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

1633,5 m² (Fernandes, 1963 p. 67). Dentro da estrutura viviam famílias e agregados sem a divisão concreta como paredes, entretanto, cada família tinha seu espaço exclusivo que era chamado de lanço ou rancho, onde ficavam redes presas a fortes pilares e um fogareiro onde a matriarca lidava com a nutrição familiar (Fernandes, 1963 p.70). A demografia da aldeia era melhor compreendida por maloca. Métraux (1929) relata cerca de 50 moradores por maloca, enquanto Léry (1961) estima de 500 e 600 moradores por aldeia, em média, na região que atualmente corresponde ao território fluminense.

A reprodução social era baseada pela coleta, pela caça, praticada principalmente pelos homens, e principalmente, pela agricultura, atividade de responsabilidade das mulheres. O "bem viver" da comunidade dependia do equilíbrio e da ponderação desses elementos. Ao refletir sobre a organização do espaço, Lefebvre (1974, p. 55) mostra que ele não é passivo, mas produto e produtor das relações sociais, articulado à reprodução da vida coletiva. Assim, no caso das comunidades Tupinambá, a espacialidade não pode ser lida pela lógica econômica ocidental, mas como reprodução social: aldeias circulares, roças de coivara, espaços rituais e práticas cotidianas asseguravam a continuidade material e simbólica da vida, integrando natureza, cultura e espiritualidade como dimensões inseparáveis da territorialidade ancestral.

No âmbito político, a organização espacial da aldeia materializava a sua estrutura de poder coletivo. As decisões cruciais para a comunidade, como as migrações sazonais motivadas pelo ciclo da agricultura, base da subsistência e domínio principal das mulheres, eram deliberadas pelo conselho de anciãos e chefes de malocas, guiados por cosmovisões que confluíam com a paisagem. A autoridade política articulava-se inextricavelmente ao conhecimento ecológico e ao trabalho produtivo feminino, que garantia a segurança alimentar e a dinâmicas culturais. Dessa forma, a gestão do território era um reflexo de uma ordem social complexa, onde o poder dos chefes, o saber das anciãs e a agência das mulheres na agricultura e na nutrição encontravam-se interligados, sustentando não apenas a vida física, mas também o universo simbólico e comunitário Tupinambá.

CONCLUSÃO

A análise da organização ancestral do espaço das paleoterritorialidades Tupinambá no entorno da Baía de Guanabara evidencia que a maloca e a aldeia constituíam não apenas estruturas habitacionais, mas verdadeiros núcleos de vida social, política e cultural. Esses espaços revelam uma territorialidade construída pela reciprocidade, pela espiritualidade e pelo vínculo indissociável entre sociedade e

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

natureza, aspectos que contrastam com a lógica ocidental de delimitação fixa e abstrata do território, somada às descrições coloniais, permite reconhecer que a aldeia não era apenas um assentamento físico, mas uma paisagem cultural viva e em movimento, marcada pela memória coletiva e pelos rituais que sustentavam a reprodução social.

Nesse sentido, compreender a insurgência geográfica pretérita dos Tupinambá implica assumir uma perspectiva que desafia as epistemes cartesianas e reconhece a legitimidade de outros modos de vida e de concepção espacial. Mais do que um exercício de resgate histórico geográfico, trata-se de uma leitura crítica da paisagem fluminense enquanto herança de Abya Yala, cuja organização ancestral oferece chaves interpretativas para pensar o presente e os desafios contemporâneos da relação entre espaço, cultura e natureza.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Nielson Rosa. Espírito das periferias: **ancestralidades indígenas e africanas na Baixada Fluminense.** Duque de Caxias, RJ: Esteio Editora, 2024

DE SOUSA, Gabriel Soares; DE VARNHAGEN, Francisco Adolfo; DE PORTO SEGURO, Visconde. Tratado desc**ritivo do Brasil em 1587. São Paulo, Brazil: Companhia editora nacional, 1971.**

DEAN, Warren. Indigenous populations of the São Paulo-Rio de Janeiro coast: trade, aldeamento, slavery and extinction. **Revista de História**, n. 117, p. 3-25, 1984.

D'EVREUX, Yves; MARQUES, Cesar Augusto. **Viagem ao norte do Brasil**. 1929.
FERNANDES, Florestan. Organização social dos Tupinambá. 1963.
LEFEBVRE, Henri et al. La producción del espacio. **Papers: revista de sociología**, 1974.

LERY, Jean de. Viagem a Terra do Brasil. RJ: **Biblioteca do Exército Editora**, 1961.

MÉTRAUX, Alfred. **La civilisation matérielle des tribus Tupi-Guarani**. P. Geuthner, 1928.

STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil: primeiros registros sobre o Brasil**. L&PM Editores, 2007.

ZILIO, Rafael. Práticas espaciais insurgentes do movimento indígena no Brasil diante da ofensiva jurídico-legal contemporânea. **Ateliê Geográfico**, v. 16, n. 3, p. 305-322, 2022.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ANÁLISE ECONÔMICA DA ESCRAVIDÃO EM ESTRELA (1869-1878): PERFIL SOCIAL E VALOR DOS ESCRAVIZADOS SEGUNDO IDADE E FUNÇÃO

Carlito Lopes de Oliveira Junior[1]

Resumo: Este estudo analisa o mercado de escravos no município de Estrela, Rio de Janeiro, entre 1869 e 1878, focando no valor econômico atribuído aos escravizados segundo suas idades e funções. A partir dos registros da coletoria de rendas local, foram examinadas transações envolvendo compra e venda, identificando padrões na valorização da força de trabalho em um contexto marcado pelo final da escravidão no Brasil. Os resultados indicam que adultos em idade produtiva eram os mais valorizados, destacando funções como serviço de roça e doméstico. Crianças e idosos apresentaram valores menores, refletindo a dinâmica mercantil desse período. A análise contribui para o entendimento da estrutura socioeconômica regional e das práticas do tráfico interno de escravos.
Palavras-chave: escravidão; coletoria; século xix; Rio de Janeiro.

Abstract: This study examines the slave market in the municipality of Estrela, Rio de Janeiro, from 1869 to 1878, with a focus on the economic value assigned to enslaved individuals based on their age and roles. Drawing from the records of the local revenue collection office, the study analyzes sale and purchase transactions to identify patterns in the valuation of labor during a period leading to the abolition of slavery in Brazil. The findings show that working-age adults were the most highly valued, particularly for roles in agricultural (field) and domestic service. Children and the elderly commanded lower prices, reflecting the commercial dynamics of the era. This analysis contributes to an understanding of the regional socioeconomic structure and the practices of the domestic slave trade.
Keywords: slavery; tax collection; 19th century; Rio de Janeiro.

Introdução

A escravidão foi a base da economia brasileira durante o período colonial e após a sua independência, influenciando as relações sociais e econômicas em distintas regiões. No século XIX, apesar da promulgação de Leis que buscavam coibir o tráfico de escravizados, como a Lei Feijó e a Lei Euzébio de Queiroz, em 1831 e 1850, respectivamente, tanto o comércio externo, através do trabalho de traficantes de escravos, como o comércio interno de escravos permaneceram ativos, como também

[1] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Especialização em andamento em Patrimônio Cultural pelo CEFET/RJ. Diretor de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural do município de Magé, vinculado à Secretaria de Cultura, Turismo e Eventos.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ganhou mais destaque para abastecer as zonas produtivas do café ao longo do Vale do Paraíba. Estima-se que o comércio interno brasileiro tenha alcançado mais de 200.000 indivíduos traficados, atingindo seu ápice na década de 1870 (Butler, 2022).

Apesar do infame comércio ter sido discutido de múltiplas formas e sob múltiplos olhares[2], as pesquisas acerca do comércio interno, sobretudo no que tange o território da então província do Rio de Janeiro[3], ainda são incipientes, carecendo de maiores discussões, em especial ao se debruçar sobre vilas que compõem a hinterlândia do Rio de Janeiro, isto é, para além da Corte, como é o caso da vila de Estrela.

Diferente de localidades já amplamente investigadas pela historiografia da escravidão, como as grandes zonas cafeeiras do Vale do Paraíba ou a própria Corte, a vila de Estrela permanece praticamente ausente dos estudos sobre o comércio interno de escravizados. Situada no fundo da Baía de Guanabara, sua posição estratégica a conectava tanto às dinâmicas rurais, ligadas à produção agrícola de subsistência e abastecimento, quanto às redes mercantis que abasteciam a cidade do Rio de Janeiro. Investigar Estrela permite, portanto, compreender como um mercado escravista de menor escala, mas profundamente articulado às economias vizinhas, atribuía valores diferenciados aos cativos segundo idade e função. Essa análise contribui para revelar as especificidades de um espaço periférico em relação à Corte, mas que desempenhava papel relevante na circulação de mão de obra, ajudando a ampliar o debate historiográfico para além dos grandes centros já consolidados.

Estudar os valores econômicos atribuídos aos escravizados, correlacionados a suas idades e funções, oferece um caminho para compreender a organização social e econômica local nesse momento histórico. Este trabalho propõe-se a analisar os registros das transações de compra e venda de escravos na coletoria de rendas de Estrela, entre 1869 e 1878, buscando identificar os padrões de valorização e as características sociais presentes na dinâmica mercantil da escravidão regional.

A fonte principal deste estudo é o conjunto de registros documentais da coletoria de rendas do município de Estrela, abrangendo os anos de 1869 a 1878, com o registro de compras e vendas de 143 escravizados presentes nas guias de cobrança do imposto

[2] Como os trabalhos empreendidos por Manolo Florentino (1997).

[3] A pesquisa sobre o comércio interno em outras províncias sudestinas foram abordadas por Motta & Galvão (2020) para a província paulista, como também com enfoque na província mineira, como o trabalho de Flausino (2006), mais especificamente a vila de Mariana. Ambos trabalhos debruçam sobre a segunda metade do Oitocentos.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

de meia sisa. Os dados incluem informações sobre o nome, idade, função, origem, destino, vendedor, comprador e valores monetários referentes a transações de escravos.

Foram organizados e agrupados os dados para análise descritiva, focando na relação entre o valor da transação e as variáveis idade e função dos escravizados. Este procedimento permitiu identificar categorias predominantes, bem como tendências mercantis e socioeconômicas. Limitações incluem a ausência de valores em algumas transações e a falta de informações complementares sobre origens africanas em alguns casos.

Perfil social e funções

A análise revela predominância de funções típicas da escravidão rural e doméstica: serviço de roça, trabalho doméstico, pescador, oleiro e crianças sem função específica. A maioria dos escravos tinha idades variadas, mas o grupo etário mais comum estava entre 20 e 50 anos, faixa produtiva economicamente valiosa. Crianças (abaixo de 12 anos) aparecem associadas geralmente a transações com valores menores, porém não se pode descartar casos com valores elevados, possivelmente ligados a expectativas futuras de trabalho ou à condição específica da compra (como heranças). Idosos (acima de 50 anos) eram menos valorizados economicamente, refletindo a menor capacidade produtiva.

Observou-se uma clara tendência de valorização máxima para os escravizados adultos entre 25 e 50 anos, principalmente os que desempenhavam funções de roça e serviço doméstico. Por exemplo, indivíduos nessa faixa etária alcançaram valores entre 1:000$000 a 3:950$000 (réis), sendo que altas transações foram registradas para cozinheiros e trabalhadores de roça.

Crianças, especialmente abaixo de 10 anos, tiveram valores mais baixos, variando entre 310$000 a cerca de 2:400$000 réis[4], destacando-se a diferença entre idade e valor. Os idosos apresentaram transações a valores médios baixos, frequentemente abaixo de 500$000 réis. Os valores expressivos relacionados ao comércio de escravizados com idade inferior a 10 anos está relacionado ao fato de que essa crianças eram vendidas em conjunto com sua mãe e irmãos.

Uma transação que se destaca das demais é a venda de indivíduos com funções

[4] Nas transações analisadas, as crianças menores de 10 anos eram comercializadas com sua mãe, o que significa que precisamos traçar um valor médio para compreender a precificação da família escravizada.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

especializadas, como oleiros, mostraram um padrão diferenciado, indicando circulação econômica dinâmica e demanda para funções específicas, presentes na transação dos escravizados da fazenda do Anhangá entre os herdeiros de João Ricardo de Carvalho Bulhões e Justiniano Augusto de Faria, ambos eram sócios da firma Bulhões e Faria, voltada para a fabricação e comércio de tijolos e telhas no Rio de Janeiro.

Quadro 1 - Relação agrupada e resumida das transações de escravos no município de Estrela (1869-1878)

Faixa etária	Função principal	Contexto/observações
0 a 3 anos	Criança / Por batizar	Lotes familiares vendidos por Joaquim Pinto Cardoso de Menezes a João Ricardo de Carvalho Bulhões.
4 a 10 anos	Criança / Doméstica	Crianças vendidas isoladamente ou em grupos.
11 a 17 anos	Criança / Roceiro / Doméstico	Transição para trabalho produtivo; valores variam e alguns lotes aparecem associados a compradores como João Rodrigues da Costa.
18 a 30 anos	Roceiro, Doméstico, Cozinheiro	Faixa altamente valorizada, incluindo lotes da família Panasco a Quintino Ferreira Coutinho; destaque para cozinheiros e trabalhadores de roça.
31 a 50 anos	Roceiro, Oleiro, Pescador, Alfaiate	Inclui lotes expressivos de oleiros (Herdeiros João Ricardo de Carvalho Bulhões para Justiniano Augusto de Faria); forte valor econômico por especialização.
Acima de 50 anos	Roceiro, Carpinteiro, Idosos	Baixa valorização, muitos idosos vendidos por valores simbólicos, incluindo grupos familiares e transações isoladas.

Fonte: APERJ. Fundo: Presidente da Província. Notação 363. Maço 2. Caixa 105. Elaboração própria.

O comércio documentado em Estrela revela um mercado escravista estruturado que manteve a circulação de mão de obra, mesmo com o contexto abolicionista avançando no país. Familiares, herdeiros e comerciantes locais atuavam nas negociações, indicando vinculações sociais profundas e a importância do escravo como capital humano para manter a produção local. A frequência observada nas transações de escravizados cujo ofício era com a lida com a lavoura foi de 51 escravizados dentro dos 143 escravizados nos documentos arrolados, sendo mais de ⅓ do total, o que reflete o caráter rural do município e dos ofícios procurado pelos compradores, além do valor mais acessível frente aos escravizados que possuíam ofícios especializados, como

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

carpinteiros, alfaiates, pescadores, oleiros, etc.

Os valores mercantis refletem a intersecção entre capacidade física, função socioeconômica e idade, determinando diferentes níveis de investimento econômico.

Conclusões

Os dados analisados mostram que a economia escravista no município de Estrela na segunda metade do século XIX atribuiu valores diferenciados aos escravizados, diretamente relacionados à sua idade e função trabalhista. A valorização máxima concentrava-se em adultos jovens em funções produtivas, enquanto crianças e idosos ocupavam posições de menor valor econômico. A persistência do mercado interno e a diversidade das funções exercidas indicam uma escravidão multifacetada, ainda fundamental para a circulação e reprodução da economia regional. Este estudo contribui para o aprofundamento das discussões sobre o valor econômico da escravidão no Brasil imperial e suas implicações sociais locais.

Referências

APERJ. Fundo: Presidente da Província. Notação 363. Maço 2. Caixa 105.

BUTLER, Kim D. Escravidão na Era da Emancipação: Vítimas e Rebeldes no Tráfico Interno de Escravizados (Brasil, Século XIX). Direito Público, [S. l.], v. 19, n. 101, 2022. DOI: 10.11117/rdp.v19i101.6417.Disponível em: https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/6417. Acesso em: 31 ago. 2025.

FLAUSINO, Camila Carolina. Negócios da escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886. Dissertação de mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MOTTA, J. F.; GALVÃO, L. S.. Pessoas Partidas: o comércio de partes de escravos (Piracicaba, Província de São Paulo, 1861-1887). História (São Paulo), v. 39, p. e2020031, 2020.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A CONSOLIDAÇÃO DAS FAVELAS E AS DISPUTAS PELOS IMAGINÁRIOS DA CIDADE

Miguel Bustamante Fernandes Nazareth[1]

RESUMO

Neste trabalho, vamos conhecer algumas das principais representações sociais das favelas cariocas que foram difundidas ao longo da história da consolidação. As significações da palavra foram e são disputadas por diferentes grupos sociais que disseminam imaginários divergentes para o futuro da cidade. Nesse contexto, a consolidação se apresenta como um desafio do presente, na medida em que envolve as lutas pelo reconhecimento da diversidade de ontologias da cidade.

Palavras-chave: Favela; Consolidação; Rio de Janeiro

ABSTRACT

In this paper, we will learn some of the main social representations of Rio's favelas that were spread throughout the history of consolidation. The meanings of the word were and are disputed by different social groups that disseminate divergent imaginaries for the future of the city. In this context, consolidation can be understood as a challenge of the present, as it involves struggles for the recognition of the city's diversity of ontologies.

Key-words: Favela; Consolidation; Rio de Janeiro

RESUMEN

En este trabajo conoceremos algunas de las principales representaciones sociales de las favelas de Río que se difundieron a lo largo de la historia de consolidación. Los significados de la palabra fueron y son disputados por diferentes grupos sociales que difunden imaginarios divergentes sobre el futuro de la ciudad. En este contexto, la consolidación se presenta como un desafío del presente, ya que implica luchas por el reconocimiento de la diversidade de ontologías de la ciudad.

Palabras clave: Favela; Consolidación; Rio de Janeiro

[1]Miguel Bustamante Fernandes Nazareth, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (PPGAU/UFF), mgbustamante@gmail.com.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

INTRODUÇÃO

A favela surge como fenômeno social nominado na década de 1920 e os discurso hegemônicos eram de oposição entre favela e cidade. Mais de cem anos depois, hoje é praticamente impossível representar a cidade do Rio de Janeiro sem as favelas. Elas apareceram nos filmes promocionais para a Copa do Mundo de 2014, na cerimônia de abertura das Olimpíadas de 2016 e até mesmo o Rock in Rio possui um Espaço Favela.

Quando as favelas surgem no cenário carioca elas são reconhecidas pelos poderes públicos como uma parte da cidade que é atrasada e anti-higiênica, um problema que deve ser solucionado (Valladares, 2005). As favelas não faziam parte do modelo de cidade ideal que era imaginado pelas elites do Rio de Janeiro. Elas não eram sequer entendidas como parte dos processos da cidade, mas sim como resíduos que seriam extintos com o avanço da urbanização. Depois de muitos anos de lutas coletivas, elas passaram a ser incluídas nos projetos de cidade, ainda que de forma controversa (Abreu, 1994). Mas, de que forma elas são incluídas? Como as favelas se inserem nos imaginários da cidade?

Acredito que seja conveniente repensar a consolidação a partir dos deslocamentos históricos das representações da favela. É evidente que a imagem das favelas se transformou de forma radical ao longo deste processo que conduziu o seu reconhecimento oficial como parte da cidade carioca. No entanto, a depender dos significados que a favela assume, suas possibilidades de futuro na cidade são reduzidas, pois ela é esvaziada de sua ontologia. Entender a favela somente como resultado da segregação urbana, por exemplo, significa imaginar um objeto de intervenção inventado em benefício da cidade (Almeida, 2016). O futuro da favela em si não está em questão, pois ela é apropriada como ferramenta de governança da cidade. Com isso, surge uma oportunidade para repensar a consolidação das favelas para além da inclusão no planejamento urbano e da materialidade das construções. No campo do simbólico, a consolidação continua sendo uma questão do presente (Cavalcanti, 2009), na medida que envolve a luta pelo reconhecimento da favela para além da noção de ausência (Silva et al, 2020). As formas de apropriação da favela são conflituosas e evidenciam disputas nos projetos para as favelas e para a cidade. E é no imaginário da cidade que se constroem as ações que definem o seu futuro.

MATERIAL E MÉTODOS

A palavra favela surge atrelada a uma localidade específica que representa, de forma geral, as relações de alteridade no projeto republicano para a capital do país. Existem representações fundamentais que criam a base para a disseminação dos mitos da favela como

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

símbolo da presença do outro na cidade. Mas, de acordo com os diferentes contextos históricos e com as estratégias de diversos grupos sociais, a favela assume múltiplas representações (Zylberberg, 1992). Desta forma, podemos utilizar algumas das expressões veiculadas por certos grupos sociais como referências para situar ideias e práticas que convergem em propostas para a cidade. Estas representações da favela são compreendidas como perspectivas abertas que informam múltiplos olhares, mas que possuem raízes comuns no compartilhamento de vivências dentro de determinadas coletividades. Em conjunto, elas são evidências de que o processo de consolidação envolve, desde sua origem, a disputa por outros imaginários de cidade para o Rio de Janeiro.

As categorias espaciais compartilhadas em uma sociedade surgem no contexto de nomear significações que movimentam a apropriação do espaço. Elas nos permitem transpor significados e interpretar o espaço ininteligível situando referências compartilhadas como linguagem (Garcia, 1976). A casa e a rua, por exemplo, podem ser entendidas como categorias de análise que situam a dinâmica entre significações de público e privado (Da Matta, 1980; Vogel; Mello, 1980). É a relação metafórica que distingue essas duas esferas da apropriação marcantes em nossa sociedade. Desta forma, a favela pode ser investigada como um fenômeno da apropriação do espaço urbano carioca, o que pode trazer luz às influências que a consolidação das favelas tem na construção de suas significações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base em autores que estudaram o processo de desenvolvimento das favelas (Valladares, 2005; Gonçalves, 2013), podemos dividi-lo em três períodos que apresentam conformações distintas das disputas em torno de suas significações. O primeiro período começa no final da década de 1920, com conclusão da substantivação da palavra, e se encerra na promulgação do Código de Obras de 1937. Ele é caracterizado pela disseminação de discursos nas mídias hegemônicas que identificam a favela como uma patologia da cidade e buscam estabelecer diretrizes de controle social para promover a imagem do Rio de Janeiro moderno. Por outro lado, enquanto as classes dominantes enxergam as favelas como ocupações autônomas ou parasitárias que não se relacionam com o processo de urbanização da cidade, também circulam na cidade representações dos morros como berço da cultura popular (Oliveira; Marcier, 2000; Jacques, 2000). Neste período, as bases das disputas simbólicas em torno das significações da favela foram colocadas principalmente no confronto entre os termos favela e morro. Todavia, o Morro da Favella é uma das importantes referências no universo cultural dos morros cariocas.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

A partir do Código de Obras de 1937, peça que condena definitivamente as favelas como ocupações ilegais (Gonçalves, 2013), os embates ganham novos contornos. As favelas passam a ser ferramenta de governança da cidade do Rio de Janeiro, apontando territórios que devem ser erradicados e populações que precisam ser realocadas. Iniciam-se, portanto, grandes batalhas pela permanência das favelas, que envolvem também a disseminação de outras representações sociais do fenômeno que perpassam as identidades do trabalhador, da população negra ou da comunidade, esta última como uma coletividade carente em abstrato. Ainda, no contexto mundial da Guerra Fria e nacional de ditadura militar, grupos conservadores disseminam representações que assumem todos os movimentos populares como subversivos.

A cassação do Partido Comunista e a infiltração de alguns de seus membros em certas organizações de favela contribuíram para que elas passassem a ser reconhecidas como ocupações subversivas, justificando uma política de erradicação violenta. Por um lado, este período foi marcado pelas remoções truculentas e criminosas e pelo acirramento da violência política aos movimentos de favela. Por outro lado, a favela se fortaleceu através de lutas urbanas relacionadas com outras ontologias da cidade e, pela primeira vez, sua identidade foi utilizada para compor uma organização supralocal.

A abertura democrática e o redirecionamento de agências multilaterais, que passaram a financiar programas de urbanização, marcam a entrada em um novo período no qual as favelas começam a ser reconhecidas de forma geral como parte da cidade. A estagnação econômica do país acentuou as desigualdades socioespaciais, as favelas cariocas cresceram, se adensaram e suas dinâmicas internas assumiram outros contornos. Nos anos 1990, muitos autores relatam transformações visíveis relacionadas ao aumento da circulação de capital, como por exemplo a alta nos padrões de consumo e o mercado imobiliário rentável, mas com predomínio da informalidade (Leitão, 2009). Na mesma década, a semântica da favela é influenciada pela emergência da "criminalidade violenta" como chave de leitura das mudanças no Rio de Janeiro (Silva, 1999). Nesse contexto, significações do passado são recicladas em imaginários de uma cidade informal que cresce de forma alarmante, seja pelo domínio de poderes paralelos ou pela precariedade urbana. Enquanto o discurso da informalidade reforça as ausências dos poderes públicos, as violações cotidianas aos direitos humanos e a militarização da vida seguem avançando nas favelas (Martins; Brum, 2021; Azevedo; Faulhaber, 2015). Em contrapartida, as favelas começam a ser representadas como potência, seja como um mercado consumidor emergente ou como símbolo de um projeto radical de democracia.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

CONCLUSÕES

Ao longo do processo de consolidação, é possível discernir disputas entre significações da favela que a esvaziam de ontologia e outras que a reconhecem como identidade, colocando-a como sujeito na apropriação da cidade. Desde o início de sua história, as favelas representam a alteridade na cidade e, com isso, suas significações refletem os debates sobre a convivência na diversidade. Assim, a consolidação se revela como um processo de produção de imaginários de uma cidade plural, indo além de sua compreensão mais comum de conquistas materiais que proporcionam uma cidade menos desigual.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. de A. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio. Espaço e Debates, São Paulo, v. 14, n. 37, p. 34-46, 1994.

ALMEIDA, R. G. de. Favelas do Rio de Janeiro: a geografia histórica da invenção de um espaço. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

AZEVEDO, L.; FAULHABER, L. Remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

JACQUES, P. B. As Favelas do Rio, os modernistas e a influência de Blaise Cendrars. InterFACES, Rio de Janeiro, v. 7, p. 185-200, 2000.

CAVALCANTI, M. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 69-80, fev. 2009.

DA MATTA, R. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

GARCIA, J. L. Antropologia del territorio. Espanhã (Madri): Taller de Ediciones Josefina Betancor, 1976.

GONÇALVES, R. S. Favelas do Rio de Janeiro: história e direito. Rio de Janeiro: Pallas, Ed. PUC-RIO, 2013.

LEITÃO, G. Reconhecendo a diversidade das favelas cariocas. In: SOUZA E SILVA, J de S. et al. O que é favela, afinal?. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, p. 36-45, 2009.

MARTINS, G.; BRUM, M. Da redemocratização ao Rio pós-2016: o "entulho autoritário" da ditadura foi jogado nas favelas?. In: GONÇALVES, R. S. et al. (orgs.). Pensando as favelas

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

cariocas: história e questões urbanas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Pallas, v. 1, p. 215-232, 2021.

OLIVEIRA, J. de S.; MARCIER, M. H. “A palavra é: favela”. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M.

(orgs.). Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 61-114, 2006

SILVA, L. A. M. da. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 13, p. 115-124, 1999.

SILVA, J. de S. e; BARBOSA, J. L.; SIMÃO, M. P. A favela reinventa a cidade. Rio de Janeiro: Mórula; EdUniperiferias, 2020.

VALLADARES, L. do P. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VOGEL, A.; MELLO, M. A. S. (coord.). Quando a rua vira casa: A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 2. ed. Rio de Janeiro: Convênio IBAM/FINEP, 1981.

ZYLBERBERG, S. (org.). Morro da Providência: memórias da “favela”. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

Agradecimentos

Este trabalho contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

TURISMO RURAL DE EXPERIÊNCIA E PEDAGÓGICO NA REGIÃO TURÍSTICA DO VALE DO CAFÉ

Luiz Carlos de Oliveira Lopes[1]

Resumo

O Vale do Café, no Rio de Janeiro, historicamente marcado pela cafeicultura, hoje passa por um processo de ressignificação de suas paisagens rurais. Municípios como Barra do Piraí, Barra Mansa, Rio das Flores e Valença associam agricultura familiar, agroecologia, patrimônio histórico, cultura e turismo rural. Este estudo buscou identificar potenciais destinos de turismo pedagógico e de experiência, revelando práticas sustentáveis, educativas e culturais que caracterizam o "novo rural" do século XXI. A pesquisa ocorreu entre 2021 e 2022, por meio de visitas de campo, observação direta, registros fotográficos e formulários aplicados em propriedades rurais. Os resultados destacam a diversidade de práticas existentes, como experiências ecológicas, sensoriais e produtivas, com ênfase na valorização da cultura local, da agroecologia, da sustentabilidade e do empreendedorismo feminino. O turismo rural no Vale do Café articula memória, identidade, preservação ambiental e desenvolvimento territorial**.**

Palavras-chave: Turismo rural; Agroecologia; Patrimônio cultural; Vale do Café; Sustentabilidade.

Abstract

The Coffee Valley, in Rio de Janeiro, historically marked by coffee cultivation, is currently undergoing a process of re-signification of its rural landscapes. Municipalities such as Barra do Piraí, Barra Mansa, Rio das Flores and Valença combine family farming, agroecology, cultural and historical heritage, and rural tourism. This study sought to identify potential destinations for pedagogical and experiential tourism, highlighting sustainable, educational, and cultural practices that characterize the "new rural" of the 21st century. The research was conducted between 2021 and 2022 through field visits, direct observation, photographic records, and questionnaires applied to rural properties. The results emphasize the diversity of existing practices, such as ecological, sensory, and productive experiences, with a focus on valuing local culture, agroecology, sustainability, and female entrepreneurship. Rural tourism in the Coffee Valley articulates memory, identity, environmental preservation, and territorial development.

Keywords: Rural tourism; Agroecology; Cultural heritage; Coffee Valley; Sustainability.

Introdução

O Vale do Café é uma das mais charmosas regiões turísticas do estado do Rio de Janeiro, lugar que reúne inúmeros atributos naturais, culturais, geográficos, históricos e gastronômicos, situados entre as serras do Mar e da Mantiqueira. Percorrer propriedades

[1]Luiz Carlos de Oliveira Lopes. Docente da Rede Pública do Estado do Rio de Janeiro. Email – llcarlosgeo@gmail.com

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

rurais nos permitiu um recorte da totalidade, o que foi fundamental para a constatação de possíveis locais com forte potencial para o turismo rural nos municípios de Barra do Piraí, Barra Mansa, Rio das Flores e Valença. As descobertas sobre o turismo rural na atualidade são resultado da pesquisa "Atlas das Paisagens Rurais Fluminenses", cujo projeto foi aprovado e financiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ a partir de 2021.

Conforme será possível observar nos parágrafos seguintes, a natureza e a diversidade das atividades, as paisagens naturais e os investimentos realizados nos últimos anos, fruto das necessidades econômicas, sociais, ambientais e culturais, produziram mudanças significativas no contexto dos municípios em questão.

Material e Métodos

Metodologicamente esta pesquisa foi desenvolvida por meio de visitas de campo realizadas entre 2021 e 2022, envolvendo a observação direta, registro fotográfico e aplicação de formulários de campo. Foram visitadas propriedades rurais com o objetivo de mapear experiências vinculadas ao turismo rural de base pedagógica e de experiência. A visita em campo é uma importante metodologia de pesquisa, pois possibilita a observação de paisagens, a coleta de dados, análises de discursos e a percepção de "silêncios" in loco.

Assim, as análises consideraram tanto os elementos produtivos e ambientais quanto as dimensões culturais e sociais das iniciativas encontradas. A pesquisa foi realizada com visitas de campo, entrevistas, preenchimento de roteiro de campo e construção de relatórios. Abaixo apresento o formulário.

FORMULÁRIO DE CAMPO			
1. Data da visita:			
2. Região Turística Visitada:			
3. Município Visitado:			
4. Houve alguma descoberta que "ofereça um potencial de turismo Rural" (de experiência e/ou pedagógico)?			
5. Você fez fotografias? Caso tenha realizado, atente-se a detalhes que explicam a fotografia.			
Link – Descrição e Coordenadas			
Link	**Breve descrição**	**Latitude**	**Longitude**

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Formulário elaborado em parceria com Charbelly Imaculada de Almeida Estrella e Glaucio José Marafon, membros do projeto Atlas das Paisagens Rurais Fluminenses.

O formulário foi elaborado com o intuito de reunir informações sobre os lugares visitados, estimulando a prática de registro de campo dos participantes, em sua maioria estudantes da pós-graduação em processo de formação.

Resultados

Os resultados evidenciam a diversidade de práticas existentes em alguns municípios do Café que oferecem experiências ecológicas, sensoriais e produtivas reunindo dimensões históricas, culturais, agroecológicas e de empreendedorismo feminino. Essas descobertas demonstram que o turismo rural na região articula preservação da memória histórica, sustentabilidade ambiental, práticas agroecológicas e valorização da cultura local, reforçando o papel da agricultura familiar e da pluriatividade como vetores de desenvolvimento territorial. A descoberta de possíveis destinos de turismo rural nos municípios de Barra Mansa,

Barra do Piraí, Rio das Flores e Valença faz parte de um contexto recente de exploração de espaço rural em atividades para além da agropecuária. A isso se agrega o aproveitamento do campo em atividades de lazer, turismo e pedagógicas, evidenciando o dinamismo e a diversificação das paisagens rurais fluminenses. Ademais, reitera-se a necessidade de realização de novas pesquisas sobre esse "novo rural" a fim de conhecer melhor as paisagens rurais fluminenses. Agricultura familiar, empreendedorismo feminino, turismo pedagógico, agroecologia, tradicionalidade, produção orgânica e a multifuncionalidade da paisagem rural configuram-se como estruturantes do rural fluminense do século XXI, um marco de sua diversidade.

Discussão

A pesquisa de campo serviu-nos para captar recortes da totalidade desses municípios da região turística do Vale do Café e permitiu-nos classificá-los como potenciais destinos de turismo rural. Por mais que as visitas não tenham abarcado todas as iniciativas, as lideranças, os agricultores e os técnicos da prefeitura sinalizaram a existência de apiários, produção de louro, iniciativas agroecológicas e orgânicas, dentre outras.

Focalizando especificamente o turismo, foi possível encontrar inúmeros locais

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

passíveis de se enquadrarem como potenciais destinos de turismo rural de experiência e/ou pedagógico, cuja conceituação será apresentada a seguir. Além disso, partindo da perspectiva de valorização da paisagem rural como destino turístico, todos os locais visitados apresentaram a presença humana como produtora daquela paisagem, como sinalizou Pires (2003, p. 117 apud Lima, 2020, p. 80):

Enquanto a atratividade das paisagens naturais é determinada pela unidade, força, harmonia e, sobretudo, beleza dos elementos naturais que a integram, a atratividade das paisagens rurais é devida ao legado da humanização dessa mesma natureza, por meio de atividades agropastoris e de outros aspectos da ocupação do espaço, impregnados pela herança cultural de seus protagonistas.

O turismo rural emerge como uma redefinição da paisagem rural e vem sendo explorado, como será possível ver, na lógica da pluriatividade. Em suma, como uma complementação das atividades agropecuárias desenvolvidas, caracterizando-se como uma alternativa inovadora desse "novo rural".

Já o turismo rural pedagógico, nos termos de Souza e Klein (2014), corresponde à exploração das atividades agrárias e agropecuárias e aos atributos naturais e culturais como recursos didáticos. Desse modo,

[...] o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com o meio ambiente e a produção agropecuária e/ou com os valores históricos de produção no universo rural, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade que fundamentalmente tem um acompanhamento didático pedagógico com o objetivo de aquisição de conhecimento (Abraturr/ECA JR., 2005, p. 6 apud SOUZA; KLEIN, 2014, p. 14).

As impressões do campo nos permitem sugerir que os possíveis destinos de turismo rural dos municípios estruturam-se na lógica da pluriatividade, da oferta de experiências sinestésicas e de natureza pedagógica e na multifuncionalidade da paisagem rural, tudo muito dinâmico, a exemplo desse dinamismo, em setembro de 2023 o município foi declarado Capital do Queijo do Estado do Rio de Janeiro.

Conclusões

Refletindo sobre a existência das paisagens, a incursão de campo nos municípios tornou possível o conhecimento de belas paisagens naturais, históricas e ecológicas-sociais. Nessas paisagens, encontramos vestígios da relação da região com o café marcada na paisagem, nas construções e na história dos municípios. Na atualidade, o Vale apresenta

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

reduzida produção de café, mas vem experimentando processos de revitalização da passagem da produção em grande escala do século XIX, que favoreceu o desenvolvimento de uma produção que foi fundamental para a economia nacional ao longo de décadas, para uma produção de cafés especiais, cachaças, lugares que oferecem experiências e incentivas práticas. Em todas essas situações, a multifuncionalidade da paisagem rural é a estratégia adotada pelos proprietários.

À guisa de conclusão, as visitas pontuais realizadas evidenciaram que as propriedades objetivam revelar à sociedade informações acerca da mudança ambiental: – de um Vale do Café, cujo ciclo econômico deixou passivos e arquiteturas históricas, para uma nova realidade de experiências rurais sustentáveis, expressas na agroecologia, na agricultura familiar e na produção orgânica, cumprindo funções ecossistêmicas. Café especial, agricultura familiar, manejo ambiental, oferta de produtos saudáveis, segurança alimentar e reinvenção da história regional vão dando o tom das atividades de natureza rural que se apresentam como potenciais de turismo rural nos municípios.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do espaço rural brasileiro / IBGE, Coordenação de Geografia**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LEITE, Sergio Pereira; BRUNO, Regina (orgs.). **O rural brasileiro na perspectiva do século XXI**. - Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2019.

SOLHA, Karina Toledo. O universo rural e a oferta da experiência de turismo rural no Brasil. **Rosa dos Ventos**, v. 11, n. 3, Universidade de Caxias do Sul, 2019. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=473561121007.

SOUZA, Marcelino de *et al*. **O turismo rural pedagógico sob o viés da multifuncionalidade da agricultura**: análise a partir de três experiências desenvolvidas nos estados de Santa Catarina, Distrito Federal e São Paulo – relatório final de pesquisa. Porto Alegre: FACOS-UFSM, 2014.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

TRANSFORMAÇÕES URBANAS E TURÍSTICAS EM MACAÉ (INÍCIO DO SÉCULO XX - DÉCADA DE 1970)

Júlia Venancio Lima[1]

Resumo: Este trabalho analisa as transformações econômicas e urbanas de Macaé, focando no desenvolvimento do turismo entre o início do século XX e a década de 1970. Com a perda de importância comercial e portuária após a expansão ferroviária, a cidade se reinventou, consolidando o turismo como sua nova atividade econômica principal. Para isso, foram empregados procedimentos de revisão bibliográfica, levantamento hemerográfico e pesquisa documental. Os resultados mostram que o setor turístico, impulsionado pela iniciativa privada e melhorias viárias, estimulou a hotelaria, a expansão urbana e manteve a relevância econômica da cidade. Concluímos que essa fase de crescimento se encerrou com a descoberta do petróleo na década de 1970.
Palavras-chave: Macaé; Turismo; Transformação Econômica; História Urbana.

Abstract: This paper analyzes the economic and urban transformations of Macaé, focusing on the development of tourism between the early 20th century and the 1970s. After losing its commercial and port importance due to railway expansion, the city reinvented itself, consolidating tourism as its main new economic activity. To this end, a methodology including bibliographic review, hemerographic survey, and documentary research was employed. The results show that the tourism sector, driven by private initiative and road improvements, stimulated the hotel industry, urban expansion, and maintained the city's economic relevance. We conclude that this phase of growth ended with the discovery of oil in the 1970s.
Keywords: Macaé; Tourism; Economic Transformation; Urban History.

INTRODUÇÃO

A localização geográfica privilegiada, destacando-se a navegabilidade do rio Macaé e a existência de portos naturais, consolidou Macaé como um relevante entreposto comercial nos séculos XVIII e XIX, já que nunca fora grande produtora devido aos terrenos pouco férteis (Knauss, 2011). A localidade desempenhava um papel crucial no escoamento da produção agrícola do interior fluminense, sobretudo da cana-de-açúcar, funcionando como o principal porto para essa vasta região produtora (IBGE, 1958).

As inovações na indústria açucareira resultaram em um aumento significativo na produção, gerando a necessidade de aprimorar a logística de escoamento (Oscar, 1985). Penha (2012) aponta que, para isso, foram construídos o Canal Campos-Macaé, e, logo em seguida, a Estrada de Ferro de Macaé a Campos. A inclusão desses modais provocaram uma "ebulição" na economia macaense, como descreve Oscar (1985).

[1] Júlia Venancio Lima, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e juliavenancio.2111@gmail.com.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Apesar do período de prosperidade, a expansão da malha ferroviária até Niterói, em 1889, desviou o fluxo de carga e passageiros, levando a um declínio abrupto para o Porto de Imbetiba. Conforme aponta Lamego (1946), essa mudança resultou na perda da importância comercial e portuária de Macaé. No entanto, em vez de uma estagnação completa, a cidade vivenciou uma transição, na qual a função tradicional portuária foi substituída pela consolidação do turismo como uma nova atividade econômica. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo compreender o desenvolvimento da atividade turística na cidade de Macaé, entre o início do século XX e a década de 1970.

MATERIAL E MÉTODOS

Para garantir uma maior compreensão sobre a construção deste trabalho, faz-se necessário detalhar os procedimentos de investigação realizados para a obtenção de resultados preliminares. Conforme a perspectiva de Maurício de Abreu (2000), a análise do passado não permite uma reconstrução exata dos eventos, mas sim a apreensão de vestígios geográficos em documentos que requerem uma avaliação crítica, relativização e contextualização cuidadosas. Guiados por essa premissa e pelas "regras fundamentais" de Abreu (2000) para o estudo do passado na Geografia Histórica – que incluem a contextualização do "presente de então" por meio de pesquisa indireta e direta e a desconfiança crítica em relação aos documentos – as etapas da pesquisa incluíram: revisão bibliográfica, levantamento hemerográfico e pesquisa documental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O início do século XX foi marcada pelo início da consolidação do turismo como importante atividade econômica na cidade de Macaé. O incremento dos modais de transporte no século anterior havia feito com que a região do porto tivesse um aumento significativo no número de casas de comércio e prestação de serviços (Penha, 2012). Esse incremento na infraestrutura local atendia não somente à população local, mas também contribuía para desenvolvimento do turismo.

Entre os novos serviços, a hotelaria ganhou destaque com a abertura do Hotel Imbetiba, que tinha como público-alvo os passageiros da ferrovia e do porto. Entretanto, observando o fragmento de uma propaganda desse hotel no jornal Monitor Campista no ano de 1878, conseguimos perceber que havia uma tentativa na propaganda de atrair hóspedes não somente associados à atividade portuária, mas também com o apelo à praia. Esse movimento

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

está relacionado à valorização dos espaços costeiros para uso recreativo. Além do uso pela população local, a praia começava a atrair veranistas, estes, em sua maioria, campistas, nos períodos de férias e festas da cidade (Parada, 2006). A consolidação dessa nova função hoteleira é evidenciada pela reforma e mudança de nome do estabelecimento para Hotel Balneário, em 1905, refletindo a reorientação do público, de viajantes em trânsito para turistas em busca de lazer e veraneio na Praia de Imbetiba.

Conforme o porto foi deixando de ser utilizado para escoamento da produção, João Sayd e Ana Lúcia Britto (2016, p. 324) colocam que esses espaços adquiriram uma nova forma, cada vez mais voltadas para o desenvolvimento de moradias, embelezamento da paisagem e uso para o lazer. Segundo os autores, na década de 1920, a Rua da Praia passou por obras de aterramento, além da instalação de um novo cais. Os autores comentam que houve também a construção de um passeio com jardins em estilo geométrico francês.

Segundo Borges (2000), a ocupação média dos hotéis era de 70% durante todo o ano. Outro detalhe é que o turismo era financiado pela iniciativa privada e não tinha apoio financeiro do poder público, sendo resultado dos esforços da própria população local (Borges, 2000). Inclusive, uma das formas de se procurar atrair mais turistas foi apelidando a cidade de “Princesinha do Atlântico”. Outro fator importante para o desenvolvimento do turismo foi a inauguração da Rodovia Amaral Peixoto, atual RJ-106, em 1943, que liga Niterói a Campos, passando por uma das principais ruas de Macaé, o que facilitou ainda mais o acesso à cidade.

Concomitantemente ao desenvolvimento do turismo, a economia açucareira continuou como uma atividade importante em alguns distritos de Macaé, embora o início do século XX tenha sido marcado pela intervenção e pelos investimentos estatais visando à modernização e à industrialização do país. No entanto, a região não conseguiu competir com a economia canavieira paulista, resultando na estagnação da produção local devido à falta de modernização, conforme observado por Leonardo de Carvalho Silva (2006). Essa estagnação impactou Macaé, com Borges (2000) apontando uma redução do crescimento econômico entre as décadas de 1930 e 1950.

Apesar da crise, em meados do século, o distrito-sede de Macaé superou os demais em termos populacionais (Borges, 2000). Entendemos que esse crescimento demográfico, enquanto a população dos outros distritos diminuía, sugere uma mudança na importância das atividades econômicas, com a cidade-sede ganhando relevância e passando a centralizar as atividades econômicas do município, o que antes estava concentrado nos distritos rurais.

Também percebemos, a partir da análise comparativa das edições de 1935 e 1940 do Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial, que o turismo se manteve como importante

atividade na cidade de Macaé. Em 1935, havia três hotéis funcionando na cidade: o Hotel Balneário, o Hotel dos Viajantes e o Hotel Taboada. Em 1940, no entanto, já havia sete hotéis: Hotel Alfredo Vasconcellos, Hotel Balneário, Hotel da Estação, Hotel Falicre Carvalho, Hotel dos Viajantes, Hotel Santos & Filho e Palace Hotel.

A partir da década de 1950, a cidade voltou a demonstrar sinais de reaquecimento econômico influenciado pelo asfaltamento da Rodovia Amaral Peixoto. Segundo o IBGE (1958), o distrito central, grosso modo correspondente à cidade de Macaé, era o principal centro urbano entre as cidades do Rio de Janeiro e de Campos do Goyatcazes.

Segundo Ramires (1991), havia, no início da década de 1970, uma expectativa sobre a expansão da função de lazer exercida na cidade, associada às praias, como acontecia na Região dos Lagos, cujas atividades estavam em expansão. Esse processo esteve vinculado ao início de uma expansão da malha urbana da cidade de Macaé pelo seu litoral em direção à Lagoa de Imboassica, localizada a oeste da praia de Imbetiba, próximo ao limite municipal entre Macaé e Rio das Ostras, que, à época, era distrito de Casimiro de Abreu. Essa expansão ocorreu com a abertura de loteamentos para segunda residência da Praia Campista (a oeste da Praia de Imbetiba, mas separada pelo do Morro do Engenheiro) até a referida lagoa, passando pela Praia dos Cavalheiros e pela Praia do Pecado, que ficam na mesma extensão de areia da Praia Campista.

Em meados da década de 1970, com a descoberta de petróleo na Bacia de Campos, a cidade de Macaé passou por transformações que fizeram com que os tempos de Princesinha do Atlântico ficassem para trás. Com o potencial de exploração da bacia, a Petrobras, empresa que detinha o monopólio sobre a exploração dessa commodity, viu a necessidade de instalar uma base operacional próxima à região de exploração.

CONCLUSÕES

Ao observarmos a história de Macaé percebemos profundas transformações econômicas e urbanas, em que o desenvolvimento do turismo desempenhou um papel central no período compreendido entre o início do século XX e a década de 1970. De um importante entreposto comercial, a cidade vivenciou uma transição marcante impulsionada pela chegada da ferrovia, que, ao desviar o fluxo de carga e passageiros do porto, permitiu a reorientação de sua economia. O declínio da função portuária deu espaço para a consolidação de uma nova atividade econômica: a turística.

Consideramos que foi a partir e por causa dessa atividade que diversos serviços foram inaugurados, além de estimular o início de uma expansão da forma da cidade, com os

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

loteamentos voltados para o a segunda residência que foram lançados no início da década de 1970. Além disso, os outros municípios da região, que concentravam sua economia primordialmente na produção e transformação da cana-de-açúcar, passavam por uma crise, enquanto Macaé mantinha a economia relativamente estável com o turismo sazonal. Esse processo, impulsionado pela iniciativa privada e pela inauguração de rodovias, foi crucial para a manutenção de sua relevância econômica.

Esse período de crescimento orientado pelo turismo tem seu fim com a descoberta de petróleo na Bacia de Campos, em meados da década de 1970. A partir da instalação da base de operações dessa bacia na cidade, há uma reconfiguração econômica, social e espacial.

REFERÊNCIAS

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL**,** Rio de Janeiro, n. 91, 1935

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL. Rio de Janeiro, n. 96, 1940.

BORGES, A. **História da Economia de Macaé**. Macaé: Damadá Artes Gráficas e Editora, 2000.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, 1958. HOTEL Balneário. **O Lynce**, Macaé, ano 11, n. 532. 18 nov. 1905.

KNAUSS, P. **Macaé**: História e Memória. Macaé: Prefeitura de Macaé, Fundação Macaé de Cultura, 2001.

LAMEGO, A. R. **O homem e a restinga**. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

OSCAR, J. **Escravidão e engenhos**: Campos, São João da Barra, Macaé, São Fidélis. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985.

PARADA. A. **Cartas da Província**: crônicas publicadas semanalmente em O Fluminense. Macaé: Macaé Offshore, 2006.

PENHA, A. L. **Nas águas do canal:** política e poder na construção do canal Campos – Macaé (1835 – 1875). Tese (Doutorado em História Econômica e Social) – UFF. Niterói, p. 260, 2012/

RAMIRES, J. C. As grandes corporações e a dinâmica socioespacial: a ação da Petrobrás em Macaé. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.53, n.4, p. 115-151, out./dez. 1991.

SAYD, J.; BRITTOM, A. L. Estuário do Rio Macaé: o papel das obras hidráulicas na configuração do espaço urbano. *In*: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 14, 2016, São Carlos. **Anais** […]. São Carlos: [s.n.]. 2016. p. 319-332.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

SILVA, L S. **Acompanhamento multitemporal do crescimento urbano de Macaé com suporte de imagens históricas e Sistema de Informações Geográficas**. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Computação) – UERJ. Rio de Janeiro, 2009.

Agradecimentos

À CAPES, pelo apoio concedido por meio de bolsa de mestrado durante o desenvolvimento deste trabalho.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

O AEROLEVANTAMENTO CARIOCA DE 1928: TÉCNICA E ESTRUTURA FUNDIÁRIA – UMA FONTE A EXPLORAR THE 1928 RIO DE JANEIRO AERIAL SURVEY: TECHNIQUE AND LAND STRUCTURE – A HISTORICAL SOURCE TO PROBE

Álvaro Mendes Ferreira[1]

Resumo: Intimamente associado ao Plano Agache, o aerolevantamento contratado pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 1928 para elaboração de carta cadastral conta-se entre um dos primeiros em todo o mundo. A conclusão dos trabalhos de restituição cartográfica sofreu contratempos pelo advento da Revolução de 1930, dando início a um litígio entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a firma inglesa The Aircraft Operating Company. Além de historiar brevemente o contexto carioca bem com aspectos técnicos e burocráticos do aerolevantamento, esta comunicação tentará explicar, em diálogo crítico com autores neoinstitucionalistas, as razões para que a maior cidade brasileira só viesse a dispor de cartas cadastrais rigorosas, um mecanismo elementar de controle urbano, em data tardia e mediante o mais moderno dos métodos então disponível. Também apontaremos as possibilidades de uso das aerofotografias e da cartografia cadastral, fontes pouquíssimo empregadas em estudos de história urbana.
Palavras-chaves: Aerofotografia; cartografia cadastral; história urbana; história fundiária; Rio de Janeiro

Abstract: The 1928 aerial survey commissioned by the City of Rio de Janeiro was one of the pioneering efforts of its kind in the world. Besides helping with the making of the first urbanistic municipal plan, the aerial survey would be worked out as a cadastral map. However, the onset of the 1930 Revolution disrupted the apparently smooth workflow and led to a long legal quibble between the City and The Aircraft Operating Company, the English contractor involved in the aerial survey. In this paper, after briefly recounting the historical context as well as the technical and bureaucratic aspects of the 1928 aerial survey, we try to explain the reasons why the then Brazilian capital city lacked for so long an accurate cadastral map, a basic tool of urban governance, and why it had to employ the most advanced technology of its time. Our theoretical framework maintains a critical stance towards neoinstitutionalist authors. We will also highlight the potential of aerial photographs and cadastral cartography in urban historical studies, as these sources are rarely used.
Key-words: Aerial photography; cadastral cartography; urban history; land ownership history; Rio de Janeiro

Introdução

O aerolevantamento2 carioca de 1928 e sua restituição a carta cadastral receberam escassa atenção na literatura, inclusive aquela sobre a cartografia do Rio de Janeiro (p. ex., CZAJKOWSKI, 2000). A bem dizer, o desinteresse abrange outros aerolevantamentos e

1 Historiador, Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj). Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (Uff). E-mail: alvarofigueiro@yahoo.com.br
2 A linguagem técnica distingue aerofotografia, aerolevantamento, aerofotogrametria e sensoriamento remoto. Aerofotografia é a fotografia tirada do ar, seja por balão, avião, drone ou outro meio, cujo propósito pode ser meramente estético. Aerolevantamento é o conjunto de procedimentos conexos à aerofotogrametria, que vem a

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

cartas cadastrais que a cidade produziu. Para além das questões técnicas, econômicas e políticas envolvidas na contratação e na realização dos serviços, que exigem pesquisas bem específicas, tampouco a historiografia urbana, mesmo aquela sobre favelas, considerou os produtos finais da aerofotografia e da cartografia cadastral como fontes a se explorar (uma exceção pontual, SILVA, 2005). De longe, o trabalho mais minucioso sobre o aerolevantamento carioca de 1928 foi um ótimo estudo centrado, contudo, no aerolevantamento paulistano de 1929 (MENDES, 2014). Ali se reconhecia a carência de menções na literatura geral e mesmo especializada.

O aerolevantamento de 1928 ocorreu em meio aos projetos reformistas sob a gestão do prefeito Prado Júnior (1926–1930). Seu carro-chefe foi o Plano Agache, cujo propósito primário era a remodelação e o zoneamento da cidade. Outro objetivo era a elaboração duma carta cadastral, não só para auxiliar o planejamento urbano, mas também para a cobrança do imposto territorial. Em mensagem ao legislativo distrital, Prado Júnior julgava que o Rio estava atrasado no cadastramento mesmo em face das cidades latino-americanas. Segundo o prefeito, as plantas levantadas em 1893 e 1900 não mereceriam o nome de carta cadastral e, desde 1903, a gestão dos próprios municipais estaria defasada (DISTRITO FEDERAL, 1928, pp. 30, 57). Em meio a debates, polêmicas, contrapropostas em prol do Serviço Geográfico do Exército e acusações de favorecimento, a licitação para o aerolevantamento foi vencida pela firma inglesa The Aircraft Operating Company. Estabeleceram-se quatro escalas, correspondentes aos níveis de adensamento dos imóveis: 1:1.000 na zona central; 1:2.000 na urbana; 1:5.000 na suburbana; e 1:20.000 na rural. O serviço aerofotográfico, nada menos que 8.000 chapas, foi concluído em questão de meses e logo se seguiram avanços ligeiros na restituição cartográfica. Previa-se o fim dos trabalhos para outubro de 1930, justo quando a República Velha colapsou. Como outras iniciativas vinculadas ao regime anterior à Revolução de 1930, o contrato com a Aircraft foi posto em suspeição e os pagamentos foram atrasados. A firma e a Prefeitura litigarão até 1935.

Além de historiar os eventos e os principais parâmetros técnicos, esta comunicação discutirá, suscintamente, o aerolevantamento de 1928 tomando em consideração a) o contexto do controle urbano almejado nos últimos anos da República Velha e começos da década de 1930; b) as razões estruturais para o atraso da cartografia cadastral mesmo na capital brasileira;

ser a técnica de restituição topográfica para elaboração de mapas mediante aerofotografia. Sensoriamento remoto é a obtenção de dados (p. ex., jazidas minerais, variação sazonal da cobertura vegetal) à distância, muitas vezes mediante satélites artificiais e em espectros além da luz visível. Cf, PAINE; KISSER, 2012. convencionais; e

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

c) as razões superficiais para o emprego pioneiro da aerofotografia em vez dos métodos mais

d) alguns usos possíveis da aerofotografia para os estudos urbanos bem como questões a esclarecer para melhor análise dessa fonte.

Material e Métodos

Até onde pudemos investigar em órgãos como o Arquivo Geral da Cidade e o Instituto Pereira Passos, a documentação burocrática sobre o aerolevantamento de 1928 não se encontra consolidada em dossiê ou fundo arquivístico. Aparentemente ela se dispersou ou mesmo se perdeu. Dispõe-se apenas dos produtos finais, os mosaicos aerofotogramétricos e as cartas cadastrais. Isso significa que informações sobre diretrizes técnicas e suas alterações, orçamento, custos, pessoal, etapas do serviço, etc. precisam ser respigadas em fontes impressas. Além das próprias aerofotografias e cartas cadastrais, nossas principais fontes são mensagens do prefeito e debates no legislativo municipal registradas nos Anais da Câmara do Distrito Federal bem como notícias em periódicos. Nesses, têm realce matérias e artigos em revistas de vertente técnica como Aeronáutica, a inglesa Flight e o Brasil Ferrocarril. O litígio entre a Prefeitura e a Aircraft Operating Company pode ser entrevisto pelos jornais. Fontes a se investigar – acaso ainda existentes – são os autos do processo de arbitramento e os laudos que fundamentaram os autorizos do Ministério da Guerra e o da Marinha à celebração do contrato. Metodologicamente, apresentaremos uma primeira abordagem mais descritiva pelo delineamento geral da cronologia e das etapas do aerolevantamento. A pretensão é apenas contextualizar e resumir o desenrolar burocrático e técnico do aerolevantamento, no que, aliás, pouco se poderá acrescentar ao trabalho já realizado por MENDES (2014). A segunda abordagem é mais complexa e teorética. Nela, a intenção é explicar o aparente paradoxo de que, no Rio, a primeira carta rigorosamente cadastral, um mecanismo elementar de controle do solo urbano, só tenha sido elaborada graças a um método recente de levantamento topográfico (o paradoxo surpreendeu cartógrafos que se debruçaram sobre a história da aerofotogrametria brasileira, p. ex., SILVA, 2015). Aqui manteremos

diálogo crítico com autores neoinstitucionalistas, sobretudo Gary Liebecap (2007; 2011), os quais tentaram explicações mais histórico-sociológicas para os instrumentos de medição e os mecanismos normativos para o controle da terra. Por fim, discutiremos as possibilidades de aplicação dos aerolevantamentos e cartas cadastrais aos estudos urbanos, sobretudo em escala microrregional, manejável ao

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

historiador mesmo quando não estiver inserido num grande projeto de pesquisa.

Resultados e Discussão

Como temos tentado mostrar noutros trabalhos (p. ex., FERREIRA, 2022, 2025), cremos que a estrutura fundiária brasileira e suas dinâmicas dificultaram a emergência dum campo profissional da agrimensura (lato sensu) assim como a consolidação de órgãos públicos de controle fundiário. As iniciativas burocráticas tendem a ocorrer em períodos críticos quando a reconfiguração dos projetos das elites urge uma nova ordenação do espaço e, ao mesmo tempo, quando certas tecnologias se tornam disponíveis para suprir a deficiência institucional e profissional nos campos relacionados às problemáticas fundiárias. Como tais projetos são atravessados por contradições entre o desejo de ordem no plano dos ideais de classe e a necessidade de desordem no plano da prática do poder individual, as iniciativas invariavelmente têm efeitos pontuais (zoneamento urbano para concentração industrial, melhoramentos urbanísticos em bairros privilegiados, eixos viários, etc.). Assim, cedo ou tarde, boa parte da cidade escapa aos controles institucionais que o cadastramento e mecanismos conexos pretenderiam impor (p. ex., favelização, loteamento clandestino, irregularidade fundiária – cf. GROSTEIN, 1987).

É sintomático não só que a capital brasileira, àquela altura com mais dum milhão de habitantes, ainda carecesse de carta cadastral, mas também que a única forma reputada factível fosse o apelo ao método mais moderno: estimava-se que o aerolevantamento poderia reduzir a um terço tanto o custo quanto o tempo do cadastramento pelos métodos convencionais. Embora, sem dúvida, a aerofotogrametria representasse um ganho de eficiência, é de se presumir que parte da vantagem, no caso carioca, se devesse ao atraso da agrimensura no Brasil. Mesmo tentativas mundialmente pioneiras de aerolevantamento, como o realizado pelo Serviço Geográfico do Exército em 1922 e que resultou na Carta do Distrito Federal, não atenderiam às necessidades cadastrais: a escala de 1:50.000 era muito pequena para identificar os lotes urbanos. Entre as cinco firmas concorrentes, só uma era brasileira dentre duas alemãs, uma francesa e a inglesa Aircraft (em São Paulo, a firma vencedora era italiana). Embora o aerolevantamento tenha ajudado à formação do campo profissional, inclusive com a gradual hegemonização de firmas brasileiras nas décadas subseqüentes, os descontroles institucionais sobre o território urbano sempre persistirão em maior ou menor grau. A limitação das tecnologias em face das determinantes sociais mais profundas fica explícita nos dias atuais com a generalização de satélites de sensoriamento remoto e drones, os quais são incapazes de

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

deter processos de expansão urbana descontrolada.

Conclusões

Ao contrário da aparente aridez, o estudo do aerolevantamento carioca de 1928 (bem como doutros aerolevantamentos) pode ajudar a melhor entender problemáticas fundiárias conjunturais e estruturantes. Ademais, é uma fonte pouco explorada, que tanto se presta a um tratamento mais generalista quanto microrregional.

Referências

CZAJKOWSKI, Jorge. **Do Cosmógrafo ao Satélite: mapas da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, 2000.

DISTRITO FEDERAL. **Anais da Câmara do Distrito Federal**.

FERREIRA, Álvaro Mendes. "Comissão da Carta Corográfica do Estado do Rio de Janeiro (1894–1898): os limites da técnica e das instituições". In: **IX Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica e IV Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**, v. 9, 2022, pp. 28-34.

_____. "Terras Devolutas e Instituições Fundiárias Fluminenses (1890–2020): uma história de descontinuidades". **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, N.º 29, 2025, pp. 238-260.

GROSTEIN, Marta Dora. **A Cidade Clandestina: os ritos e os mitos: o papel da irregularidade na estruturação do espaço urbano no município de São Paulo, 1900–1987**. Tese de doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1987.

LIBECAP, Gary D. "Property Rights and Federal Land Policy". IN: FISHBACK, Price et al. (org.). **Government and the American Economy: a new history**. Chicago: The University of Chicago Press, 2007. pp. 89-114.

LIBECAP, Gary D.; LUECK, Dean. "The Demarcation of Land and the Role of Coordinating Property Institutions". **The Journal of Political Economy**, v. 119, N.º 3 jun./2011, pp. 426-467.

MENDES, Ricardo. "S.A.R.A. Brasil: restituindo o Mapa Topográfico do Município de São Paulo – breve história da aerofotogrametria nas cidades do Rio e São Paulo na década de 1920". **Informativo Arquivo Histórico de São Paulo**, ano 10, nº 37, dez.2014, separata.

PAINE, David P.; KISER, James D. **Aerial Photography and Image Interpretation**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2012, 3ª ed.

SILVA, Daniel Carneiro da. "Evolução da Fotogrametria no Brasil". **Revista Brasileira de Geomática**, v. 3, N.º 2, jul./dez. 2015, pp. 81-96.

SILVA, Maria Laís Pereira da. **Favelas Cariocas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

TURISMO CULTURAL, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: A PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS REMANESCENTES DA ANTIGA VILA DE SANTO ANTÔNIO DE SÁ

Gabriela Dias Duarte [1]
Fundação Oswaldo Cruz gabrieladias@id.uff.br
Inês El-Jaick Andrade[2]
Fundação Oswaldo Cruz ines.andrade@fiocruz.br

Contextualização Teórica e Empírica

A relação entre território, Turismo Cultural e patrimônio cultural promove uma reflexão sobre o fortalecimento das territorialidades como estratégia para a valorização de bens culturais. Com base nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo abordar o conceito e a aplicabilidade de itinerários turísticos para a apresentação do patrimônio cultural utilizando como estudo de caso os remanescentes da antiga Vila de Santo Antônio de Sá, no município de Itaboraí (RJ). No intuito de nortear a pesquisa, tomou-se como base o documento orientador do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) intitulado a Carta de Interpretação e Apresentação de sítios culturais (2008), o qual conceitua a Interpretação Patrimonial como o conjunto de atividades com o objetivo de aumentar a apreciação das pessoas e aprimorar a sua compreensão do sítio cultural (Icomos, 2008, p.1). Já a apresentação de um patrimônio é a comunicação dos elementos que são interpretativos de um sítio cultural e os métodos de comunicação (Icomos, 2008, p. 3). Portanto, a apresentação e a interpretação patrimonial devem ser compreendidas como atividades relacionadas aos processos de mediação e difusão do patrimônio cultural.

Por ser uma atividade que envolve a mediação com comunidades, a interpretação patrimonial está também atrelada ao turismo. De acordo com as Normas de Quito (1967, p. 6), o turismo pode ser considerado como um recurso de valorização e comunicação do significado das construções humanas.

O Icomos (1976) define o Turismo Cultural, como aquele que tem por objetivo a descoberta de lugares, monumentos que pode ser considerado um feito positivo para os seus próprios objetivos para firmar a sua proteção e identidade. Nesse contexto, o turismo cultural como um segmento turístico tem como base a identidade do local e a sua valorização.

[1] Bacharel em Turismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). E-mail:gabrieladias@id.uff.br

[2] Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Programa de Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). E-mail: ines.andrade@fiocruz.br

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Segundo a Carta de Turismo Cultural (1976, p. 3):

> É uma forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes tantos quanto contribui para satisfazer seus próprios fins a sua manutenção e proteção.

A Declaração de Sofia (1996) menciona o Turismo Cultural como protagonista da "supervalorização" e dos efeitos "negativos" no patrimônio cultural, inclusive com a relação de patrimônio e comunidade (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, 1996, p. 1). Apesar do turismo oferecer riscos ao patrimônio, medidas de prevenção são utilizadas em um planejamento da atividade, para que esses riscos sejam mínimos, oferecendo segurança ao patrimônio, tendo o seu intuito de preservar, conhecer e valorizar.

A Resolução de São Domingos (1974), por exemplo, considera o turismo como uma forma de preservar os monumentos, compreendendo que a forma do desenvolvimento turístico possa suprir via mediante como a utilização de alto nível técnico, para cumprir com os objetivos importantes de preservação e proteção do patrimônio cultural (Organização/dos Estados Americanas e o Governo Dominicano, 1974, p.3).

Nesse sentido, as Ruínas do Convento São Boaventura e as Ruínas da Igreja Matriz da Vila de Santo Antônio de Sá são um patrimônio histórico-cultural que necessita de uma comunicação interpretativa que contribua para ressignificar o território. Um dos recursos ou estratégias dessa comunicação interpretativa possível é a criação de uma rota cultural temática comprometida com a Educação Patrimonial. Isto é, um produto comunicativo que visa estabelecer informação sobre os bens patrimoniais estimulando a reflexão e conhecimento sobre determinados bens associados aos remanescentes da Vila de Santo Antônio de Sá e o território que originou Itaboraí.

Uma rota cultural tem a finalidade de ligar pontos de interesse em uma determinada localidade, unidos por seus valores históricos e intangíveis associados. Para seu desenvolvimento é essencial preparação de um roteiro[3]. Menezes (2002) *in* Pérez (2009, p.233) defendem que os roteiros culturais são itinerários com o objetivo de uma visita organizada com um objetivo de uma "leitura sociocultural" do espaço junto com uma sequência de bens ou alterações a serem visitados. Para um desenvolvimento de uma rota cultural, o processo com os bens culturais pode enriquecer o contato com a população e os bens.

[3] Outros termos também podem ser utilizados para se referir a um roteiro turístico, tais como: circuito, excursão, itinerário e pacote turístico (Cisne e Gastal, 2009). Para a presente pesquisa, será empregado o termo roteiro para

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Objetivo

Para tanto, o objetivo do trabalho e a criação de uma rota cultural temática que inclua as ruínas do Convento de São Boaventura e da Igreja Matriz da Vila de Santo Antônio de Sá, que se encontram em uma propriedade privada da empresa Petrobrás. Esse patrimônio possui valor histórico-cultural e arqueológico reconhecido pelas três instâncias de proteção cultural. No entanto, para a efetiva patrimonialização desses bens, considera-se essencial uma apresentação comunicativa por meio do Turismo Cultural.

Procedimentos Metodológicos

A metodologia utilizada foi de caráter qualitativo, do tipo estudo de caso, com a utilização de fontes bibliográficas e documentais e observação direta. Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa foram divididos nas seguintes etapas: 1° Etapa – Pesquisa documental, 2° Etapa – Pesquisa Bibliográfica, 3° Etapa – Visitas ao local, 4° Etapa – Levantamento de rotas culturais similares.

O estudo investiga a iniciativa que tramita na câmara legislativa do Estado, o Projeto de lei n.675/2023, que propõe a criação de uma Rota do Patrimônio Histórico de Itaboraí. Para alcançar os objetivos desse trabalho foram levantadas rotas semelhantes, identificados os bens culturais no município associados a história da antiga Vila de Santo Antônio de Sá e realizadas entrevistas com gestores, legisladores e representantes da sociedade civil organizada.

Resultados preliminares ou esperados

O resultado, pretendido da pesquisa em desenvolvimento, é criar um roteiro turístico cultural que apresente e interprete os remanescentes da antiga Vila de Santo Antônio de Sá e contextualize sua importância para a história local, fortalecendo e valorizando os remanescentes no território.

Implicações teóricas/práticas

A ideia de entender e apresentar esses patrimônios a população vem do pressuposto dos patrimônios não visto pelo estado e muitos esquecidos por não pertencer ao centro da cidade ou lugares que representam potência econômica. A partir disso, percebemos que o município

se referir ao roteiro que tem como fundamento a distribuição de atrativos, infraestruturas e serviços dentro de um determinado espaço (roteiro de itinerário).

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

de Itaboraí possui uma memória e uma transformação de território de alto valor para a história da região fluminense e para o Brasil, sua importância histórica -cultural deve ser mais destacada e esse trabalho tem esse objetivo.

O roteiro, portanto, tem finalidade sociocultural mais profunda e importante do que apenas encará-lo como um produto. Apresentar a história local de Itaboraí pela rota cultural dos remanescentes da Vila de Santo Antônio de Sá é contribuir para ressignificar os patrimônios "silenciados" de um passado escravagista e permitir reflexões para provocar uma verdadeira consciência coletiva do local.

Referências

ICOMOS, CIIC. **Carta de Rotas Culturais**, 16e AG/16th GA. Québec, 2008.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES**. Declaração de Sofia**. In: Assembleia geral do International Council on Monuments and sites, 11., Sofia. Anais... Sofia: ICOMOS, 1996.

IPHAN. **Carta de Turismo Cultural (ICOMOS).** Bruxelas – Bélgica, 1976.

IPHAN. **Conselho Internacional de Monumentos**(ICOMOS). 1996.Disponível em:> http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226<. Acessado em: 27/02/2024.

IPHAN. **Resolução de São Domingos**.OEA.1974. Disponível em:< http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acessado em: 19/10/2023.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Normas de Quito**. Quito: OEA, 1967. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226, Acessado em:19/10/2023.

PÉREZ, X. Turismo Cultural - Uma visão antropológica. **PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Tenerife, v.1 2009.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

HISTÓRIA ORAL NO RECÔNCAVO DA GUANABARA: MEMÓRIAS, IDENTIDADES E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.

Fernando Carrilho da Silva[1]; Julianne Alvim Milward-de-Azevedo[2]

Resumo

Os manguezais são ecossistemas costeiros essenciais, oferecendo serviços à vida marinha e à subsistência de populações tradicionais. Na Baía de Guanabara (BG), no Rio de Janeiro, a APA Guapi-Mirim e a ESEC da Guanabara atuam na preservação desses ambientes. Este estudo teve como objetivo resgatar, por meio de relatos orais, memórias e identidades de atores sociais que atuam na BG, contribuindo para sua conservação. A pesquisa foi exploratória e descritiva quanto aos fins, e bibliográfica, documental, de campo e estudo de caso quanto aos meios. Utilizou-se a história oral para valorizar vivências, afetos e saberes locais, ampliando a compreensão socioambiental do território. Foram coletados depoimentos de dois atores locais entre 2023 e 2025, revelando vínculos afetivos com o estuário, impactos da pesca industrial e a importância do resgate histórico e cultural. Os resultados reforçam a necessidade de articulação entre poder público e sociedade civil para conservar o manguezal.
Palavras-chave: Áreas Protegidas; Manguezal; Uso Público; Baía de Guanabara; Rio de Janeiro.

Abstract

Mangroves are essential coastal ecosystems, providing services to marine life and the livelihoods of traditional populations. In Guanabara Bay (BG), in Rio de Janeiro, the Guapi-Mirim APA and the ESEC of Guanabara work to preserve these environments. This study aimed to rescue, through oral reports, memories and identities of social actors who work in BG, contributing to its conservation. The research was exploratory and descriptive as to the ends, and bibliographical, documentary, field and case study as to the means. Oral history was used to value local experiences, affections and knowledge, expanding the socio-environmental understanding of the territory. Testimonies were collected from two local actors between 2023 and 2025, revealing affective links with the estuary, impacts of industrial fishing, and the importance of historical and cultural rescue. The results reinforce the need for articulation between public authorities and civil society to conserve the mangrove.
Keywords: Protected Areas; Mangrove; Public Use; Guanabara Bay; Rio de Janeiro.

Introdução

As Unidades de Conservação (UCs) constituem-se de importantes ferramentas para a conservação ambiental, salvaguardando a biodiversidade, espécies ameaçadas, recursos

[1] Fernando Carrilho da Silva, Mestre em Ecoturismo e Conservação/ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Gestor Ambiental/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Integrante do Núcleo de Estudos em Gestão de Unidades de Conservação (NEGUC/ UFRRJ-ITR), carrilhofernando@outlook.com
[2] Julianne Alvim Milward de Azevedo, Docente do Departamento de Ciências do Meio Ambiente/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenadora do Núcleo de Estudos em Gestão de Unidades de Conservação (NEGUC/ UFRRJ-ITR), profa.juliannemilward.ufrrj@gmail.com

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

naturais e seus respectivos biomas (Medeiros, 2006). A concepção desses espaços, traz diversos benefícios para o meio ambiente e população, como a manutenção da qualidade de vida e dos serviços ecossistêmicos (MMA, 2000).

A Baía de Guanabara (BG), importante ecossistema costeiro, localizado no Rio de Janeiro, apresenta notória importância para crescimento e desenvolvimento da cidade. No entanto, o desenvolvimento urbano e industrial impactou negativamente seus ecossistemas, incluindo o manguezal (Dubeux, 1999; Soares, 2003, ICMBIO, 2018). Esses espaços são dotados de ricas histórias de populações tradicionais (Alencar, 2024). É nesse contexto que o trabalho se apresenta. O objetivo é resgatar as memórias e identidades que fazem parte dessa vivência, com o intuito de contribuir para a conservação do manguezal, populações tradicionais e suas culturas.

Material e Método

Conforme a tipologia de pesquisa de Vergara (2000), essa pesquisa quanto aos fins foi exploratória e descritiva, por respectivamente, investigar e detalhar as vivências do uso público. Quanto aos meios para a sua efetivação foi dada pela pesquisa bibliográfica, documental, de campo e estudo de caso.

A abordagem da História Oral contribuiu significativamente para o aprendizado a partir das experiências dos atores sociais envolvidos nas dimensões econômica, ambiental, social e cultural do território (Cassab; Ruscheinsky, 2004). Foram coletados relatos orais de dois atores sociais locais, gravados com o uso de um aparelho celular. As entrevistas, conduzidas de forma espontânea, aconteceram em dois momentos distintos: em outubro de 2023, com o Sr. Alaíldo Malafaia, chefe da Cooperativa Manguezal Fluminense; e em fevereiro de 2024, com o Sr. Luís Antônio Carlos da Silva Parucker, pescador e integrante do Programa de Educação Ambiental da Baía de Guanabara (PEABG). As narrativas tiveram como base as histórias de vida dos entrevistados, especialmente no que se refere ao uso público das UCs.

Caracterização da área de estudo

A Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapi-Mirim, (Figura 1), criada pelo Decreto nº 90.225, de 25/09/1984, localiza-se no Recôncavo da BG, no Estado do Rio de Janeiro, e integra os municípios de Guapimirim, Magé, Itaboraí e São Gonçalo (ICMBIO, 2001).

A Estação Ecológica (ESEC) da Guanabara, criada pelo Decreto s/nº de 15 de fevereiro de 2006 por sua vez, é uma UC localizada dentro dos limites da APA Guapi- Mirim,

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

conhecida por ser seu núcleo. Abrange os municípios de Guapimirim e Itaboraí (ICMBIO, 2012).

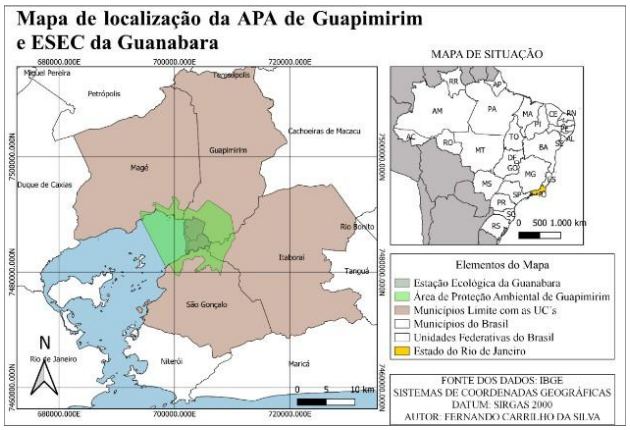


Figura 1: Mapa de localização da Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim e Estação Ecológica da Guanabara/RJ. Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Resultado e Discussão

> *"É muita gratidão que eu tenho pelo meu pai, comecei a pescar siri com 7 anos de idade ao lado dele (...) então ele que me construiu esse amor que eu tenho pela BG e pela pescaria".*
> *"O manguezal pra mim é uma fonte de vida, beleza cênica, gera renda pra população do entorno, pros coletores e pescadores artesanais (...). A Baía de Guanabara ainda tem muita vida!"*

Foi apresentado o tom vital[3] dos depoimentos orais, iniciando-se com o Sr. Luís Carlos da Silva Paruker, e em seguida com o Sr. Alaíldo Malafaia, ambos conhecidos popularmente por seus sobrenomes. Por meio dessas memórias locais, buscou-se reconstruir a trajetória da BG e compreender, ainda que parcialmente, a complexidade dos usos na BG e nas UCs estudadas.

Os relatos de Parucker e Malafaia têm início nas memórias afetivas da infância, revelando a transmissão geracional da prática da pesca artesanal. Parucker recorda suas primeiras experiências aos sete anos, na praia dos Bancários, na Ilha do Governador, onde catava siri nos manguezais. Malafaia, por sua vez, iniciou-se aos 12 anos e compartilha uma trajetória de 49 anos de trabalho nos manguezais da porção leste da Baía de Guanabara (BG).

Ambos testemunharam intensos processos de degradação ambiental ao longo das décadas. Relatam a presença de manchas de petróleo e a poluição proveniente da Refinaria Duque de Caxias (REDUC), além de denunciarem práticas abusivas contra pescadores artesanais. Apesar dos impactos vivenciados, destacam os avanços conquistados com a criação

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

[3] Na história Oral entende-se como tom vital, a frase de potência da entrevista, que é capaz de apresentar a essência da mesma, atribuindo sentido a todo o relato (Meihy; Seawright, 2021 *apud* Milward-de-Azevedo, 2022, p.65).

das UCs, que passaram a oferecer maior proteção ao território e promoveram uma crescente conscientização ambiental entre os atores locais.

Em seu depoimento, Parucker compartilha a experiência de participar, pela primeira vez como turista, de uma atividade de observação da rota dos botos-cinza, uma das atrações mais procuradas na APA de Guapi-Mirim. Ele ressalta o entusiasmo dos visitantes, especialmente durante o avistamento dos botos, espécie ameaçada que ainda resiste aos impactos ambientais na BG.

Essa vivência evidencia o potencial transformador do Turismo de Base Comunitária (TBC), conduzido pelas próprias comunidades locais, ao sensibilizar os turistas para a importância da conservação ambiental. Ao promover o contato direto com o território e suas histórias, o TBC contribui para formar multiplicadores da causa ambiental, além de se consolidar como uma estratégia eficaz de valorização dos espaços naturais e de fortalecimento das práticas sustentáveis na BG.

O relato de Malafaia reforça o potencial transformador do TBC, ao evidenciar seu papel como ferramenta de valorização da pesca artesanal, das tradições e das expressões culturais locais. Para ele, o manguezal representa não apenas uma fonte de sustento econômico, mas também um patrimônio ecológico e cultural, cujo saber deve ser compartilhado com os visitantes. Nesse sentido, ele defende a ampliação das oportunidades de visitação por meio de atividades como trilhas interpretativas e observação da fauna e da flora, sempre com o protagonismo das comunidades tradicionais, que atuam como guardiãs do território e mediadoras do conhecimento ambiental.

Reconhecendo o potencial do TBC, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em parceria com instituições acadêmicas, desenvolveu o projeto “Fortalecimento do Turismo de Base Comunitária na APA de Guapi-Mirim”. A iniciativa resultou na criação da Cooperativa Manguezal Fluminense e da rede “Nós da Guanabara”, ambas dedicadas à oferta de roteiros turísticos que valorizam os aspectos culturais e ambientais da região. Nesse contexto, o TBC se consolida como uma estratégia eficaz para promover a qualidade de vida das populações locais, incentivar a conservação ambiental e fortalecer o protagonismo das comunidades tradicionais da BG, contribuindo para a construção de um modelo sustentável de turismo ecológico integrado ao território.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Conclusão

Os depoimentos evidenciam não apenas os impactos ambientais negativos observados no estuário, mas também a importância das UCs na promoção do TBC e na proteção e valorização dos manguezais. Ao transformar atores sociais em agentes de preservação e multiplicadores de conhecimento, essas iniciativas de conservação revelam-se caminhos promissores para equilibrar a proteção ambiental, o desenvolvimento econômico e a manutenção dos modos de vida tradicionais.

No entanto, o futuro da BG dependerá de esforços contínuos voltados ao engajamento ativo das comunidades locais, dos visitantes e dos agentes públicos em ações coletivas que priorizem a sustentabilidade e a valorização desse ecossistema tão relevante.

Referências

ALENCAR, E. **Histórias do mangue da Guanabara**. Rio de Janeiro: Instituto Mar Urbano, 2024.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: Lei n.º 9.985, 18 de julho de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acessado em: 08 de set. de 2025.

CASSAB, L.A.; RUSCHEINSKY, A. **Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral**. Biblos, v. 16, 2004. Disponível em: https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/125. Acessado em: 04 de set. de 2025.

DUBEUX, C.B. Schmidt. **A valoração econômica como instrumento de gestão ambiental - o caso da despoluição da Baía de Guanabara**. *Planejamento e Políticas Públicas*, IPEA, dez 1999, 44-87. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/1484. Acessado em: 02 de set. de 2025.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/apaguapimirim/?id_menu=52. Acessado em: 02 set. 2025.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO. **Plano de manejo da Estação Ecológica da Guanabara (ESEC)**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/apaguapimirim/?id_menu=52. Acessado em: 02 set. 2025.

MEDEIROS, R. **Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil**. *Ambiente & Sociedade*, v. 9, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/asoc/a/C4CWbLfTKrTPGzcN68d6N5v/?lang=pt. Acessado em: 05 de set. de 2025.

FRIPERJ Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

MILWARD-DE-AZEVEDO, J. A. **Monumento Natural Municipal do Encontro dos Três Rios/ RJ: identificação das pressões e ameaças existentes**. 2022. 112 p. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Três Rios/ RJ, 2022.

SOARES, M.L.G.; CHAVES, de O.F.; CORRÊA, M.F. e JÚNIOR, S.G.M. **Diversidade estrutural de bosques de mangue e sua relação com distúrbios de origem antrópica: o caso da Baía de Guanabara (Rio de Janeiro)**. Anuário do Instituto de Geociências, v. 26, p. 101-116, 2003. Disponível em: https://www.academia.edu/download/32488837/anuario_igeo_2003_mario.pdf. Acessado em: 08 de set. de 2025.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. Ed. São Paulo: 2000.

Agradecimentos

Ao Núcleo de Estudos em Gestão de Unidades de Conservação (NEGUC) pelo apoio ao desenvolvimento da pesquisa.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ASCENSÃO SOCIECONÔMICA DE ALFORRIADOS, O EXEMPLO DE MAURÍCIO PEREIRA SEBRÃO

Gustavo Dias[1]

Resumo: O objetivo do presente estudo é estabelecer uma relação entre o processo de ascensão social possível aos escravizados e alforriados e a abertura dos Inventários *post mortem*. A utilização desses documentos não constitui uma novidade na historiografia brasileira. Todavia, nos últimos anos, os historiadores recorreram a esse instrumento jurídico para demonstrar o acúmulo material dos sujeitos egressos do cativeiro. Através desse método, é viável confirmar alguma integração social dos forros, os locais preferenciais de residência, os tipos de bens que possuíam, os elementos materiais de alguma religiosidade, dentre outras. Em qualquer caso, o estudo que se segue enquadra- se nas investigações sobre a Escravidão Urbana e da ascensão social dos alforriados, com base no exemplo de Maurício Pereira Sebrão.
Palavras-chave: Escravidão Urbana; Rio de Janeiro; Ascensão Social; Inventário.
Abstract: The objective of this study is to establish a connection between the process of social mobility for enslaved and *alforriados* and the opening of post-mortem inventories. The utilization of these documents is not a new concept within the Brazilian historiographic tradition. However, in recent years, historians have used this legal instrument to demonstrate the material accumulation of individuals who had been freed from captivity. This method facilitates the identification of several social integration patterns among freed slaves, including their preferred residential locations, the goods they possessed, and the material elements of their religiosity, among other phenomena. In any case, the following study aligns with the investigations on Urban Slavery and the social mobility of freed slaves, based on the case of Maurício Pereira Sebrão.
Keywords: Urban Slavery; Rio de Janeiro; Social Mobility; Inventory.

Durante a manhã do dia quinze de novembro de mil oitocentos e trinta e cinco, na casa de número 134 da Rua da Prainha[2], faleceu o forro Maurício Pereira Sebrão. Dito de Nação Mina, Sebrão era viúvo de Florinda Maria da Conceição. Nada indica, porém, que o casal possuía quaisquer filhos – legítimos ou não. Nesse dia teve início um Auto de Inventário[3] comandado pelo Juiz de Paz do Primeiro Distrito da Freguesia de Santa Rita, José Vicente de Azeredo Coutinho. Junto da sua esposa, Sebrão construiu um patrimônio considerável, a ponto de abrirem inventário e suas propriedades irem a hasta pública. Sebrão guardou por toda a vida de liberto a sua alforria. Segundo a prática corrente do período, a alforria repousava no direito costumeiro. Além disso, o inventário não relatar o registro oficial desse documento nos leva a supor que se tratava de documento particular. A alforria é descrita sendo de "dois de janeiro de mil oito centos e oito, em que declara que morrendo ele Sebrão fique desde esse ponto forro o seu escravo o dito Mauricio Mina". Normalmente, a manumissão inscrita nos

[1] Gustavo Nascimento Rocha Dias, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF), gnrdias@gmail.com.
[2] Atual Rua Acre.
[3] As citações do inventário, Auto de Posse, Auto de Arrematação e demais documentos relacionados, são referentes a notação do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro BR RJAGCRJ.CM.AFO.1.2.65.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

"livros cartorários, era intitulada (dependendo do lugar e da época) Carta de liberdade (a mais comum), Carta de alforria ou Papel de liberdade" (Faria, 2025, p. 74). Assim, Maurício alcançou sua alforria de modo particular. Da mesma maneira que os modelos de escravidão poderiam ser diversos, os meios de alforriar e se alcançar a alforria também o poderiam ser.Ressalto que Maurício obteve a sua liberdade sob condição e não de maneira onerosa, forma mais comum. Isso, então, faz dele parte do grupo dos que obtiveram a liberdade através da negociação. Relação assimétrica, porém, a negociação poderia representar espécie de distensionamento das relações de exploração. Diretamente: alforrias não onerosas condiziam supostamente a estratégia senhorial de obter serviços sem maiores problemas. Segundo Mary Karasch (1987, p. 353), tal modelo atingiu cerca de 21,6% dos alforriados entre 1807 e 1831 – a segunda mais comum.

Roberto Guedes (2008, p. 85) alerta para não nos fiarmos nas intenções dos senhores de escravos em relação à liberdade dos escravizados. Os representantes da Ordem tratavam alforriados e descendentes como um perigo em potencial. Devemos dar atenção ao que os escravizados e libertos pensavam sobre a alforria e seu significado, mas não só. Assim, Maurício Pereira Sebrão, mudou o seu *status* de escravo para forro, mudou sua reputação social e enriqueceu. Portanto, a "alforria deve ser entendida como resultado de investimentos, não só econômicos" (Alves, 2011, p. 30). Dentre os bens identificados no seu inventário, identificamos bens imóveis e dentre eles há um sítio localizado nas terras do Visconde de Asseca, Antônio Maria Correia de Sá e Benevides Velasco da Câmara. Esse estava arrendado a um "Estucario de tal". Sebrão foi capaz de acessar os direitos de propriedade, um reconhecimento que ascendeu social e economicamente.

Os demais imóveis que constam nessa documentação são a já citada casa na Rua da Prainha, número 134. Outro era uma casa "na praia do Valongo, e um Telheiro na frente da mesma casa pertencente ao Inventariado"[4]. Telheiro poderia ser tanto uma construção na praia que consistia em um telhado para a proteção de embarcações e/ou instrumentos de pesca. O que se confirma posteriormente, no Auto de Arrematação e no Auto de Posse, como "casa número quarenta e nove e cais que se acha em frente". Portanto, a casa possuía valor comercial de interesse, considerando que foi pelo Valongo que os escravizados chegavam nos armazéns de revenda – após passarem pela Alfândega. Ambos os imóveis estavam situados na Freguesia Portuária. Eventualmente, na altura do inventário, a freguesia do Valongo[5]. A partir dessa

[4] Corresponde a Rua do Valonguinho, a Rua da Saúde e hoje a parte considerável da Rua Sacadura Cabral.
[5] Posteriormente Rua da Imperatriz e hoje Rua Camerino, uma das mais importantes vias do Rio de Janeiro.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

última e até a Praia Formosa[6], a administração ficou a cargo da recém-criada Freguesia de Santana.de Santa Rita, que no início do séc. XIX remetia a região correspondente hoje a Zona A casa da Rua da Prainha era próxima aos morros da Nossa Senhora da Conceição e de São Bento. Estava próxima, também, ao Aljube, a temível prisão eclesiástica. Por óbvio, também era próxima à Prainha de São Francisco, local coalhado de trapiches e armazéns cuja atuação da Ordem 3ª de São Francisco era preponderante[7]. Portanto, a localização da última morada de Maurício Sebrão era estratégica. Próxima da região de poder (Rua Direita, Paço, Casa dos Contos, Alfândega etc.), ou próxima das praças comerciais e armazéns.

A região da Prainha de São Francisco, do Valongo, da Saúde e da Gamboa fora beneficiada pelo processo de urbanização iniciada ainda da chegada da Corte. Em maio de 1808 instituiu-se a Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil. A ela coube uma série de responsabilidades que não nos cabe aqui descrever em detalhes. Contudo, o primeiro intendente, Paulo Fernandes Viana, foi o responsável por executar uma série de reformas e a expansão da malha urbana para diferentes áreas da cidade. Além disso, através da isenção da Décima Urbana – imposto predial urbano instituído em junho de 1808 – incentivava a edificação para além do núcleo citadino, expandindo-o em direção ao antigo Mangal de São Diogo e para as demais periferias da cidade.

A Décima Urbana parece-me essencial para melhor compreensão do uso do espaço urbano, das dinâmicas econômicas envoltas no processo de expansão territorial, da apropriação dos territórios da cidade e em como a documentação permite a identificação real dos locais retratados. Propus em artigo recente (Dias e Pires, 2025) como o uso dessa documentação, através da técnica do Geoprocessamento, permite recriar as malhas urbanas de forma detalhada. Por se tratar de documentação fiscal seriada, nos permite observar a evolução dos valores pagos pelos proprietários e inquilinos dos imóveis; a evolução territorial do Rio de Janeiro.

Em janeiro de 1809, por outro lado, instituiu-se "o aforamento dos terrenos de praia da Gamboa e do Saco do Alferes para a construção de armazéns e trapiches" (Lamarão, 1991, p. 39). As regiões da Freguesia de Santa Rita e de Santana atraíram comerciantes e africanos, pretos, pardos e libertos, em busca de oportunidades de jornadas de trabalho (Villa, 2016). Além disso, em novembro de 1832 ficou disciplinado as formas e meios pelos quais se demarcariam e mediriam esses terrenos de marinhas a serem aforados pela Câmara (COLLECÇÃO, 1875, p. 342).

[6] Região aterrada e correspondente a localização da Rodoviária Novo Rio.
[7] Atualmente o Largo de São Francisco da Prainha.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

fora desmembrada e a sua jurisdição correspondia à região entre o Morro de São Bento e a Rua As Décimas Urbanas permitem identificar esse processo de aforamento. Todas os imóveis em que há esse processo de aforamento, deve-se pagar a Décima Urbana também referente ao valor aforado. Isso é interessante porque corrobora com o processo cujo Inventário do Maurício Sebrão está anexado. Esse processo nos informa que "quem tem direito e preferência ao aforamento daquele terreno é Maurícia Pereira Sebrão", e requerendo ele o título do aforamento do imóvel da Praia do Valongo estava obrigado a pagar os foros vencidos.

O urbanista Nireu Cavalcanti (2004, p. 274-275), através das Décimas Urbanas, apresentou a extrema concentração de renda na cidade no tempo da chegada da Corte. Entre 1808 e 1810, dos 6.535 imóveis da cidade, cerca de 2.585 indivíduos eram os proprietários plenos de todos os imóveis. Cerca de 2,5 imóveis para cada proprietário. A maioria era do sexo masculino, mas foi identificado cerca de 21% de mulheres proprietárias. O interesse do Superintendente responsável pela notação da documentação poderia ou não incluir a descrição dos inquilinos, ou a descrição da (sub)divisão dos lotes. A documentação apresenta informações relacionadas à estrutura da ocupação do solo das regiões que contempla. No Rio de Janeiro registrou-se a localização precisa dos imóveis (logradouro e número), o nome dos proprietários, o valor total do rendimento anual (avaliado ou estimado) e o imposto a ser pago. Era possível haver ainda informações adicionais, que podiam ou não aparecer nos documentos.

A Rua do Valonguinho, logradouro da casa do Maurício Sebrão, por exemplo, entre 1810 e 1820 há onze livros mais ou menos descritivos sobre os interiores do lote. Desses livros, tomemos os de 1813 (BR RJAGCRJ.CM.DU.0013 e 0014). Dentre as 150 propriedades da referida rua, há 6 mulheres proprietárias donas de 10 imóveis. Uma delas, Dona Antonia Leite Pereira, era herdeira e proprietária do trapiche dos Leite que rendeu mais de dois contos de réis (2:020$000) nesse ano. Valor muito acima da média, mesmo entre os proprietários homens. No caso das inquilinas, identifico 27. A maioria delas cujo aluguel foi estipulado quase homogeneamente: 11, 48$000; 7, 63$360; 4, 54$000; 1, 84$480; 1, 38$400; 1, 30$726; 1, 26$880; e 1, 24$000.

Como alertado anteriormente, há descrição de imóveis aforados. Na Rua da Praia de São Francisco, uma loja foi alugada para Luzia preta forra por 38$400 (BR RJAGCRJ.CM.DU.0014). Ela aparece em dois livros, um em 1813 e 1814 (BR

[8] Apesar da cobrança semestral da Décima Urbana nesse ano ser a soma correta dos valores devidos no ano anterior, ou a soma de 1$503 e $225 (1$728).

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

RJAGCRJ.CM.DU.0014; BR RJAGCRJ.CM.DU.0016). No primeiro livro, cobrou-se o aforamento de 4$500 ao senhorio direto. No livro seguinte, ela surge apenas como "**Luzia preta**", e o mesmo aforamento não mais aparecia[8]. O que significou subtraírem o termo "forra"? Todos tratados como pretos eram forros? Desconsiderando que alguns livros não demonstram dados sobre o interior das propriedades, a subnotificação de pretos nesses documentos parece-me claro. Ao menos mais 10 mulheres, inquilinas todas elas, foram relacionadas e tratadas como pretas ao longo de cinco anos (BR RJAGCRJ.CM.DU.0005; BR RJAGCRJ.CM.DU.0007; BR RJAGCRJ.CM.DU.0011; BR RJAGCRJ.CM.DU.0014; BR RJAGCRJ.CM.DU.0016). Além da Luzia preta acima, temos: Adriana Preta[9], Ana Preta[10], Antonia Preta, Barbara Preta[11], Joana Preta[12], Joana Preta[13], Jozefa Preta[14], Maria Preta[15], Maria Preta[16] e Thereza Preta[17].

Em outras palavras, busco demonstrar acima como Maurício Sebrão, preto, mina e forro, residir nessa região em nada estranharia aos demais moradores. A região serviu também de moradia própria, alugada e de usufruto aos senhores desses egressos do cativeiro. As escolhas de moradia desses indivíduos formaram uma espécie de cordão em torno da Cidade Velha, entre o Campo da Aclamação e a Baía da Guanabara, e entre o Valongo e os morros de Santo Antônio e do Castelo (Villa, 2016, p.107). As freguesias de Santa Rita e Santana presenciaram o aumento da população de pretos, forros e descendentes; sobretudo no eixo que conectava a região portuária em direção ao Campo de Santana. Esse foi o núcleo das vivências e o centro da sociabilidade, das trocas comerciais e culturais, da música, da dança, da religiosidade etc. Daí partiam a maioria das mulheres que se assenhoraram do comércio de rua no século XIX: pretas e pardas, forras e cativas, africanas e crioulas. As mulheres que trabalhavam nesse *pequeno comércio* ou eram escravas de ganho ou livres. Isso porque lidavam cotidianamente com o dinheiro e assim acumulavam valores, compravam roupas e produtos de qualidade (Santos, 2012, *passim*).

Cerca de 65% dos escravizados do Rio de Janeiro estavam nas freguesias urbanas (Soares *et al*., 2006, p. 30). A proporção das mulheres libertas era superior à dos homens. Contudo, o valor médio das escravizadas era menor e elas podiam exercer funções como amas de leite e em serviços domésticos. Uma explicação para essas mulheres acessarem mais a alforria seriam suas possíveis habilidades mercantis. Alguns sugerem que a origem Mina daria conta dessas habilidades, pois seria região africana em que o comércio era atribuição feminina

[9] Residente na Rua da Prainha, atual Rua Acre.
[10] Residente na Ladeira João Homem.
[11] Residente na Rua Funda, atual Rua Eduardo Jansen.
[12] Essa "Joanna Preta" foi residente na Rua do Valonguinho.
[13] Residente no Beco de Santa Rita, atual Rua Mayrink Veiga.
[14] Residente na Rua da Escorregadeira, atual Rua do Escorrega.
[15] Essa "Maria Preta" foi residente no Beco dos Cachorros, atual Rua Alcântara Machado.
[16] Residente na Ladeira João Homem.
[17] Residente no Beco de Santa Rita, atual Rua Mayrink Veiga.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

(Faria, 2000).

Sigo os passos de uma historiografia que ressalta a importância da comunidade Mina, bem estabelecida nos centros urbanos. Os Minas, africanos e seus descendentes, construíram uma rede de sociabilidade considerável (Farias, 2012). Eram maioria desproporcional no domínio do comércio (Lovejoy, 2002, p. 36). Ao seguir, portanto, os passos de Sheila de Castro Faria (2025), identifico Maurício Sebrão como um possível membro dessa "elite' [mina], pois eram capazes de articular alforrias, enriquecer e se tornar visíveis aos olhos da sociedade escravista do Brasil" (Faria, 2025, 133).

Sebrão guardava consigo letras de crédito e dinheiro em espécie. Sobre esse último, oito centos mil reis em ouro, mais moedas de variados valores e ainda cédulas de dois mil reis. Havia, ainda, uma letra de crédito de 200$000. Para além dos elementos já citados, há outros elementos que creio serem mais importantes, sobretudo se levarmos em consideração a sociedade em que estava inserido. São listados Manoel Moçambique, João Moçambique, Julianna Benguela, Marianna Muhumbe, Joaquina Moçambique, João Angola e Antônio Ambaia. Nas palavras da professora Sheila de Castro Faria (2025, p. 143 e 144), "o proprietário de escravizados [...] não pode ser considerado pobre no Brasil escravista". A descrição de João Angola diz ainda que havia papel que o libertava dado a morte de Sebrão. Certamente trata-se de uma alforria condicionada, aos moldes da que o próprio Sebrão obteve sua liberdade.

Destaco, por fim, que os detentores de bens eram obrigados a fazer um Inventário *post mortem*. Não deve estranhar que, porém, que sua falecida esposa Florinda Maria da Conceição tivesse sido alforriada primeiro, dado todo o histórico que citamos das escravizadas Mina. Seu Inventário talvez reforce isso ao indicar haver um Testamento registrado no livro 106 no Registro de Testamento. Intuo que ela fosse Mina porque esses grupos tendiam a endogamia (Thornton, 1998, p. 200).

Bibliografia Fontes

Aforamento

BR RJAGCRJ.CM.AFO.1.2.65

Décima Urbana

BR RJAGCRJ.CM.DU

Referências Bibliográficas

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

ALVES, Rogéria Cristina. *Mosaico de forros: formas de ascensão econômica e social entre os alforriados (Mariana, 1727-1838)*. Dissertação (Mestrado) – UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras: As pretas-minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rey (1700-1850)*. São Paulo: COSAC, 2025. FARIA, Sheila de Castro. "Mulheres forras - Riqueza e estigma social". *Tempo*, vol. 5, nº9, Rio de Janeiro, Jul. 2000, pp. 65-92.

FARIAS, Juliana Barreto. *Mercados Minas. Africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*. São Paulo: Tese (Doutorado) – USP, 2012.

GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativeiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

KARASCH, Mary C. *Slave Life in Rio de Janeiro 1808-1850*. Princeton: Princeton University Press, 1987.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1991.

LOVEJOY, Paul E. Identidade e a miragem da etnicidade. A jornada de Mahommah Gardo Baquaqua para as Américas. In: *Afro-Ásia*, 27 (2002), 9-39.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Irmãs do atlântico. Escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763-1844)*. Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo, 2012

SOARES, GOMES, FARIAS e MOREIRA. *Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.

THORNTON, John. *Africa and Africans in the making of the Atlantic world, 1400-1800*. New York: Cambridge University Press, 1998.

VILLA, Carlos Eduardo V. Ao Longo Daquelas Ruas. A economia dos negros livres em Richmond e Rio de Janeiro, 1840-1860. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

NITERÓI DE EX-CAPITAL A CIDADE DE LAZER E TURISMO

Ademas Pereira da Costa Junior[1]

Resumo

Este artigo tem como proposta uma reflexão sobre o modelo de desenvolvimento aplicado à cidade de Niterói, que contextualize a transformação do território da cidade na transição política ocorrida com a fusão do Estado da Guanabara e do Rio de Janeiro. Como ponto de partida a análise dos discursos políticos e discussões de projetos de leis no tempo presente, levam à uma compreensão da duração dos planos de tornar Niterói uma cidade de "Lazer e Turismo". Momento que coincide com a perda de status de capital e a criação da empresa NELTUR. Dados de transações de bens imobiliários e vetores de crescimento somados à análise do discurso empresarial e político compõem a proposta de análise histórica que visa demonstrar as especificidades locais e os efeitos de dinâmicas globais sobre o nexo territorial do litoral niteroiense.
Palavras-chave: Niterói; História Urbana; Mercado Imobiliário.

Abstract

This article proposes a reflection on the development model applied to the city of Niterói, contextualizing the transformation of the city's territory during the political transition that occurred with the merger of the states of Guanabara and Rio de Janeiro. As a starting point, the analysis of political discourse and the discussion of current bills lead to an understanding of the duration of plans to transform Niterói into a "Leisure and Tourism" city. This period coincides with the loss of capital city status and the creation of the NELTUR company. Data on real estate transactions and growth drivers, combined with an analysis of business and political discourse, comprise the proposed historical analysis that aims to demonstrate local specificities and the effects of global dynamics on the territorial nexus of Niterói's coastline.
Key-words: Niterói; Urban History; Real Estate Market.

Dados do IBGE divulgados em 2022 mostram que a população de 481.794 residentes em Niterói tem uma taxa anual de crescimento de 1%, regredindo eventualmente em alguns anos. Curiosamente em relação a arrecadação da cidade, dados divulgados no relatório do Plano Anual de Fiscalização[2] divulgados pela SMF em 2023 para o biénio anterior, a cidade registou um aumento de 6,8% na arrecadação do municipal tendo como fonte o IPTU. Enquanto a arrecadação proveniente do ITBI no período de 2020 a 2021 constata um aumento de 55,17%, seguido de uma queda de 8,2% em 2022. Com base nos dados do IPTU é compreensível uma valorização dos bens imobiliários e do preço dos terrenos edificáveis na cidade. No caso, os dados do ITBI explicam um outro fator mais sensível para a dinâmica imobiliária, que abrange as transações de bens, e nesse sentido a produção de novos estoques e o fluxo de bens imóveis

[1] Laboratório de História Oral e Imagem - LABHOI/UFF; Email: prof.ademas@gmail.com

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

na cidade. Os dados referentes à arrecadação municipal com base no ITBI são demonstrativos de um importante elemento, pois se acondicionam nesse percentual um vislumbre de como novos lançamentos imobiliários são produtores de um importante fluxo e influxo onde a atividade dos empresários do setor a construção civil atuantes no ramo habitacional na cidade correspondem proporcionalmente aos índices de arrecadação de ITBI variáveis no município.

É preciso esclarecer que, desde a inicial proposta do Plano Diretor, discutida desde 2014 e aprovada em 2019, até o momento da aprovação da Lei Urbanística de Uso e Ocupação do Solo em 2024, passaram-se 5 anos em que pude testemunhar protestos de populares acusando que a lei estava sendo feita para "garantir os interesses do mercado imobiliário na Região Oceânica", palavras essas de um vereador da oposição ditas em assembléia que findou em um jumpscare que hoje sanciona a LOUS. Conhecida a partir de então como "PL dos Espigões", com ela entre outras transformações que a cidade poderá assistir nos próximos é a construção de até 16 pavimentos ao redor da lagoa de Piratininga. Localidade que hoje possui apenas casas de até três andares, e não passam de 6 pavimentos os prédios mais recentes ali construídos no sentido da extensão da praia.

Em Niterói o excepcional alinhamento local entre interesses públicos e privados para a aprovação da lei tem proporção global. A circulação de ideias da administração pública em Niterói encontra respaldo em uma das práticas diretivas que define as regras de introdução do capital internacional na cidade. Na política administrativa, que tem como exemplo a Escola de Governo e Gestão, vinculada a Secretaria de Planejamento Modernização da Gestão e Controle de Niterói - SEPLAG, essa diretiva rendeu em 2023 à prefeitura de Axel Grael - PDT, o reconhecimento da cidade inteligente alcançando o selo BrAAA, o mais alto de avaliação da agência de classificação de riscos a investimentos da S&P Global, relacionada a bolsa estadounidense. Esses aspectos esboçam um olhar para algo excepcional. Indícios de como uma cidade como Niterói, situada em metrópole periférica, se projeta para quem está fora dela e não para quem vive nela? Para morar ou investir, ficam as mais importantes leis incertas quando uma cidade deixa o direito de habitar vulnerável aos interesses do mercado.

O que Henri Lefebrev e David Harvey, cada um ao seu modo, percebem no contexto do fenômeno da urbanização ao longo do XIX e séc XX explica que a transição de uma economia industrial para uma nova economia política empreendedora orientada pelo mercado financeiro

[2]Nesse sentido ao considerar dados da receita anual da cidade de Niterói - prevista para atingir a cifra de R$ 5 bi em 2024 - temos um município que além de receber uma cota de R$1.3 bi em royalties, apresentou em 2022 uma arrecadação de 498 milhões de ICMS, 464 milhões do ISS e 494 milhões de arrecadação do IPTU; respectivamente representando 33%, 30% e 32% de suas principais receitas anuais. Para o mesmo ano o ITBI representou uma modesta cifra de R$ 94 milhões ou 5% na arrecadação total dos cofres públicos do município.

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

induz a expansão da cidade. Hoje a única capaz dar lastro aos novos circuitos do capital em um regime de acumulação flexível. Nesse contexto também são observáveis indícios de como a estrutura discursiva do "planejamento estratégico" e de "cidade global" (Pereira, 2011) influencia o crescente número de cidades inteligentes que comprometem dispositivos de participação popular em função de uma agenda global

Não é de se espantar que essas medidas sejam, em certos aspectos, cambiáveis em discursos que intencionam a exploração da desigualdade produzidos por agentes do mercado imobiliários no lançamento de novos produtos.

A atmosfera de discussão da nova LUOS me estimulou a reflexão que será escrita neste capítulo. Nesse caso, para dar início a investigação histórica sobre o mercado imobiliário de Niterói, tomarei como base de dados um levantamento quantitativo e qualitativo dos lançamentos imobiliários existentes em Niterói entre os anos de 1970 e 1972, ainda inédito[3], apresentou uma via de acesso ao início do último grande contexto de reformulação da política urbana e expansão da cidade de Niterói. Considerando no perfil habitacional projetado por esses dados representativos do contexto chamado de "milagre econômico" até a decadência do mercado imobiliário em decorrência, entre outros fatores, da crise dos sistemas de concessão de crédito do Banco Nacional de Habitação - BNH já no período da grande inflação que marca o final da década. A marca desse contexto é uma mudança profunda na organização da ocupação regional da cidade, que desloca a importância dos bairros da área industrial e de ocupação histórica ao norte, produzindo um perfil que virá a ser projeto de uma "nova cidade", tendo Icaraí e Santa Rosa como sua zona sul.

Este capítulo está dividido em três partes que se complementam mutuamente em uma proposta de análise das condições históricas de expansão urbana e reprodução do mercado imobiliário de Niterói, revisitando um dos seus mais importantes aspectos a saber: as relações entre o interesses privados e as esferas de poder público ao longo da década de 1970. Esta proposta de investigação, assim considerada, tem como referência um artigo que apresentei no III Encontro Internacional da ANPUH, cujo título do trabalho "Ditadura Civil-Militar, Desenvolvimento e Urbanização: diferentes escalas de dez anos de expansão do mercado

[3] Existe uma grande defasagem de dados sobre o mercado imobiliário de Niterói. Minha tarefa inicial no projeto Geonit era contribuir com o levantamento em classificados do jornal O Fluminense, replicando com o grupo de bolsistas a metodologia utilizada na Tese de Silvia Augusta do Nascimento (2019), intitulada Dinâmica imobiliária e estruturação espacial da cidade de Juiz de Fora, MG: um panorama de

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

longo prazo, 1950 a 2010. No caso da pesquisa realizada em Niterói a série compreenderia dados de 1970 a 2010. Observando os jornais propus e fiquei responsável por um levantamento quantitativo e qualitativo construindo uma série anual apenas com registros de lançamentos imobiliários, construindo uma série trienal entre 1970 e 1973. Esse material embasa as discussões propostas no presente capítulo.

imobiliário niteroiense (1970-1980)", remetia a uma interpretação concisa das escalas políticas, sociais e econômicas envolvidas na expansão do mercado imobiliário em Niterói. Recorrendo a reflexões iniciadas por esse artigo, proponho ao leitor na primeira parte do capítulo uma contextualização da cidade de Niterói a partir da publicação do Código de Planejamento e Obras da Cidade de 1 de Julho de 1970, considerando um contexto que envolve as expectativas políticas, sociais e econômicas de expansão e crescimento urbano da cidade com a construção da Ponte Rio-Niterói, inaugurada em 4 de março de 1974 e a extinção do Estado da Guanabara sancionada em 12 de julho de 1974. Cujo decreto de 1 de março de 1975 inscreve Niterói no contexto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Sucede a imediata criação, em dezembro do mesmo ano, da empresa de economia mista NELTUR- Niterói Lazer e Turismo S/A, que se desenvolve nos primeiros anos da controversa atuação de Wellington Moreira Franco como prefeito de Niterói de 1977 a 1982, visto como um dos prefeitos que mais executou obras na cidade.

Na segunda parte do artigo trataremos de considerar os aspectos quantitativos e qualitativos dos lançamentos imobiliários realizados em Niterói em uma série de dados que compreende os três primeiros anos da aprovação do Código de Planejamento e Obras. Com base nos dados revela-se uma concentração dos lançamentos de habitações residenciais de perfil multifamiliar, sobretudo em Icaraí. Esses dados são indicadores socioeconômicos que fornecem informações sobre a ascensão e crise desse mercado na cidade, que tem como consequência seu eventual deslocamento para o Segundo Distrito de Niterói, Itaipu.

Na terceira parte busco provocar uma interpretação comparativa entre o passado e o presente, analisando o discurso dos agentes do mercado imobiliário no Jornal O Fluminense em dois momentos. O que interessa às anotações para novos estudos urbanos (Honorato, 2013) é a passagem da análise empírica e a análise do discurso, visões antes consideradas dissonantes entre os historiadores. Mas capaz de expressar a forma e a função da duração das relações humanas. Sobretudo busca tornar possível um percurso de reconhecimento entre os passados e o presente da cidade, convidando o leitor ao final a participar dessa investigação.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro
Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA. Paulo Roberto de. O Brasil e o FMI desde Bretton Woods - 70 anos de história. Revista Direito Gv, São Paulo 10(2) | p. 469-496 | Jul-Dez 2014.

ARRUDA. José Jobson de. Historiografia: Teoria e Prática. São Paulo. Editora Alameda. 2014
BOURDIEU. Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo. Perspectiva, 2013.

CARVALHO, Rubens Moreira, R. FURTADO, Fernanda. SILVA, Gabriel Rodrigues. Estoque e fluxo: Estudo da dinâmica imobiliária a partir dos dados do IPTU e ITBI em Niterói/RJ. in: Estudos da dinâmica imobiliária para políticas urbanas - Fontes, Métodos e Cartografias. Orgs. Daniel Sanfelici. Rubens Moreira R. Carvalho. Gabriel Rodrigues da Silva. Editora Consequência. 2023

CAMPOS. Pedro Henrique Pedreira. Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Editora da UFF, 2014, p.39-127.

CHARTIER. Roger. História ou a leitura do tempo. 2°ed. Belo Horizonte. Autêntica. 2017

HALBWACHS. Maurice. A memória coletiva. Edição Vértice. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais. 1990. LEVI. Geovanni. Micro-história e história global. in: Micro-história um método em transformação. Orgs. Maíra Vendrame, Alexandre Karsburg. São Paulo. Letra e Voz. 2020.

LUNA. Francisco Vidal. KLEIN. Herbert S. Transformações econômicas da no período militar (1964-1985). in: A Ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do Golpe de 1964. org. Daniel Aarão Reis Filho. Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta - 1° ed. Rio de Janeiro: Zahar; 2014

MOTTA. Marcia Maria Menendez. Direito a Terra no Brasil: a gestação do conflito. (1795 - 1824). Rio de Janeiro. Alameda. 2012.

_____. PICCOLO. Mônica. O domínio de outrem. Propriedades e direitos no Brasil (séc. XIX e XX), volume 2.- São Luís: EDUEMA; Guimarães: Nósporcatudobem, 2017.

MATTOS. Fernando de. BASTOS. Pedro. BARONE. Ricardo. O "debate pioneiro" sobre distribuição de renda no Brasil: como o padrão de acumulação gestado no governo militar de 1964 afetou o perfil distributivo da economia brasileira. in: Política econômica nos anos de chumbo. org. Monica de Souza Nunes Martins Pedro Campos. Rafael Brandão. Rio de Janeiro. Autêntica 2018

MELO. Wanderson de. A Ditadura a questão da moradia e a modernização excludente: Roberto Campos em defesa do Sistema Financeiro de Habitação. in Verinotio. n.17 Ano IX. abril 2013

PERLATTO. Fernanda. Interpretando a modernização conservadora: a imaginação sociológica brasileira em tempos difíceis. in: Estudos Políticos. V.5 n°2

REIS. José Carlos.Teoria e História . Rio de Janeiro. Editora FGV. 2012

ROLDAN. Divalva. Derenzo. Circulação de ideias e suas apropriações: uma reflexão sobre a história do urbanismo na América Latina em diálogo com perspectivas das histórias conectadas e teorias decoloniais. in: Revista Brasileira de Estudos Urbanos Reg. 25. 2023

ROLNIK. Raquel. Guerra dos lugares : a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. ed. - São Paulo. Boitempo, 2015

SANFELICI. Daniel. Escalas de acumulação na produção das cidades. in: A Cidade como Negócio. Orgs. Alessandra Fani Alessandri Carlos. Danilo Volochko. Isabel Pinto Alvarez. São Paulo. Editora Contexto. 2020

_____. Financeirização e a produção do espaço urbano no Brasil: uma contribuição ao debate. Revista de Estudos Urbanos Regionales vol.39 no.118 Santiago set. 2013

VELHO, Gilberto. A utopia urbana: um estudo de antropologia social Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FRIPERJ
Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro

Evento financiado com recursos da FAPUR e do edital PAPIC/UENF – FRIPERJ.